



WIM BLOCKMANS
PETER HOPPENBROUWERS

INTRODUÇÃO À EUROPA MEDIEVAL

300-1550



COLEÇÃO: EPISTEME - POLÍTICA, HISTÓRIA - CLÍNICA
COORDENADOR: MANOEL BARROS DA MOTTA

• **A Loucura Maníaco-Depressiva**
Emil Kracpelin

• **História do Egito Antigo**
Nicolas Grimal

• **Introdução à Europa Medieval 300 - 1550**
Peter Hoppenbrouwers - Wim Blockmans

• **A Democracia Internet**
Dominique Cardon

• **A Razão e os Remédios**
François Dagognet

• **Estudos de História e de Filosofia das Ciências**
Georges Canguilhem

• **O Conhecimento da Vida**
Georges Canguilhem

• **Filosofia das Ciências**
Jean Cavaillès

• **História da Filosofia Política**
Leo Straus e Joseph Cropsey

• **Filosofia do Odor**
Chantal Jaquet

• **Realizar-se ou se superar -**
Ensaio sobre o Esporte contemporâneo
Isabelle Queval

• **Cristianismo: Dicionário, do Tempo,**
dos Lugares e dos Símbolos
André Vauchez

• **O Corpo**
François Dagognet

WIM BLOCKMANS
PETER HOPPENBROUWERS

INTRODUÇÃO À EUROPA MEDIEVAL 300-1550

Tradução de Marisa Motta
Revisão técnica de Robert Antony Wilson



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Traduzido de
EEUWEN DES ONERSCHEIDS: EEN GESCHIEDENIS VAN MIDDELEUWS EUROPA
Copyright © Wim Blochmans and Peter Hoppenbrouwers, 2002
All Rights Reserved.

- **Introdução à Europa Medieval, 300-1550**

ISBN 978-85-218-0479-6

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2012 by

FORENSE UNIVERSITÁRIA um selo da EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 - 6º andar - 20040-040 - Rio de Janeiro - RJ

Tels.: (0XX21) 3543-0770 - Fax: (0XX21) 3543-0896

bilacpinto@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição - 2012

- CIP - Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B6111

Blockmans, Willem Pieter

Introdução a Europa medieval, 300-1550 / Wim Blockmans, Peter Hoppenbrouwers; tradução de Marisa Motta; revisão técnica de Robert Antony Wilson. - Rio de Janeiro: Forense, 2012.
il.

Tradução de: Introduction to medieval Europe, 300-1550.

Índice

ISBN 978-85-218-0479-6

398530

1. Idade Média Histórica. 2. Civilização medieval. 3. Europa - História - 476-1492. I. Hoppenbrouwers, P. C. M.
II. Título.

12-2582.

CDD: 940.1

CDU: 94(4)" 476/1492"

UFF/SDC/BCG

EDITAL FAPERJ 15/2013

NF 35286 Preço 112,00

Tombamento 398530

010: 260207
90: 522759

MEC/UFF/GARSDC
Biblioteca Central do Gragoatã - BCG/SDC
Código da obra: 522759
Nº do livro: 35286

INTRODUÇÃO À EUROPA MEDIEVAL, 300-1550

“Uma pesquisa inspiradora e magistral de 12 séculos de história medieval. Escrito com verve e perspicácia, mas sem condescendência ou simplificação, este livro oferece uma síntese atualizada de trabalhos acadêmicos recentes sobre a Idade Média realizada por dois proeminentes medievalistas holandeses.”

Elizabeth van Houts, *Emmanuel College, University of Cambridge*

“O melhor livro didático sobre história medieval que já li.”

William H. TeBrake, *University of Maine*

A Idade Média evoca imagens de torres e castelos onde menestrelis tocavam delicadas canções de amor e cavaleiros corajosos desafiavam-se com garbo em torneios. Esses são os clichês típicos que obscurecem nossa visão de um período longo, complexo e diversificado da história europeia, que é descrito com força vital neste livro abrangente. A Europa medieval, segundo os padrões modernos, foi um mundo tecnologicamente subdesenvolvido, pobre, iníquo e de extrema violência. Foi também um mundo dominado por pessoas de proporções quase míticas, como Santo Agostinho, Carlos Magno, Dante Alighieri, Tomás de Aquino, Frederico Barbarossa e Joana D'Arc. *Introdução à Europa Medieval* pesquisa o período entre os anos 300 a 1550 e abrange temas tão diversos como as migrações dos bárbaros, o crescimento das cidades, a monarquia, a reforma e renovação religiosas, as cruzadas, o comércio, a peste negra e a vida cultural e intelectual da Idade Média. Ele mostra as forças motivadoras por trás da formação da sociedade medieval e os rumos de seu processo de desenvolvimento e mudança.

Este livro inspirador proporciona:

- Um relato claro e estimulante da história medieval em um período de mais de mil anos, que propicia uma abordagem de todos os principais fatos e temas em um contexto explícito e interpretativo.
- Estudos de casos ilustrativos e objetivos em cada capítulo a fim de enriquecer o aprendizado, cobrindo temas como a legislação romana, a arquitetura, os impostos, os progressos na medicina, o comércio de indulgências da Igreja e um manual do comerciante.
- Ampla cobertura geográfica ricamente ilustrada com mais de 100 fotografias, gravuras, tabelas e figuras.
- Uma narrativa escrita por dois expoentes em história medieval apoiados por pesquisas e leituras atualizadas.

Wim Blockmans é professor de História Medieval na Universidade de Leiden e reitor do Netherlands Institute of Advanced Study in Humanities and Social Sciences.

Peter Hoppenbrouwers é professor de História Medieval na Universidade de Amsterdã.



O GEN | Grupo Editorial Nacional reúne as editoras Guanabara Koogan, Santos, Roca, AC Farmacêutica, Forense, Método, LTC, E.P.U. e Forense Universitária, que publicam nas áreas científica, técnica e profissional.

Essas empresas, respeitadas no mercado editorial, construíram catálogos inigualáveis, com obras que têm sido decisivas na formação acadêmica e no aperfeiçoamento de várias gerações de profissionais e de estudantes de Administração, Direito, Enfermagem, Engenharia, Fisioterapia, Medicina, Odontologia, Educação Física e muitas outras ciências, tendo se tornado sinônimo de seriedade e respeito.

Nossa missão é prover o melhor conteúdo científico e distribuí-lo de maneira flexível e conveniente, a preços justos, gerando benefícios e servindo a autores, docentes, livreiros, funcionários, colaboradores e acionistas.

Nosso comportamento ético incondicional e nossa responsabilidade social e ambiental são reforçados pela natureza educacional de nossa atividade, sem comprometer o crescimento contínuo e a rentabilidade do grupo.

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Lista de Ilustrações</i>	XIII
<i>Agradecimentos às Ilustrações</i>	XVII
 Capítulo 1 – CONCEITOS E ESTRUTURAS INTERPRETATIVOS	1
Os Termos “Idade Média”, “Humanismo”, “Renascimento” e “Reforma”	2
Períodos e Tipos de Sociedade	5
Diversidade Regional	8
A que Europa nos Referimos?	9
Da Escassez à Hegemonia	11
Leitura Sugerida	13
 Capítulo 2 – O LEGADO ROMANO	15
Desintegração do Império Romano	15
• A estrutura de governo	15
• A economia do Estado	21
• Ruralismo	22
O Império Romano do Oriente	24
• Justiniano	26
• Implosão e consolidação	29
• A recuperação da expansão territorial	30
Leitura Sugerida	33
 Capítulo 3 – O PERÍODO DE MIGRAÇÕES	35
À Espera dos Bárbaros	35
• Tribos, povos e etnogenia	38
Migrações	41
• Antecedentes: fatores de estímulo e atração	41
• Cronologia	47
Os Reinos Bárbaros	51
• A monarquia dos bárbaros	51
• Os reinos bárbaros no Ocidente	53
• Segregação ou integração?	57
• Formação da protoação	59
Conquistas Árabes	60
Leitura Sugerida	64
 Capítulo 4 – O CRISTIANISMO E O ISLAMISMO: A CRIAÇÃO DE DUAS RELIGIÕES NO MUNDO	67
A Igreja Cristã na Transição da Antiguidade à Idade Média	67
• A relação entre o imperador e o papa	70
• Riqueza material, acumulação e distribuição	72

A Organização da Igreja	74
• O clero e suas tarefas	74
• Hierarquia da Igreja: episcopado e diocese	77
• Metropolitanos e arcebispos, patriarcas e o papa	78
• Paróquias da Igreja	79
• Concílios da Igreja	80
Doutrina Religiosa, Ortodoxia e Heterodoxia	81
• A hagiologia e os santos	85
Monasticismo e a Vida Monástica	87
A Disseminação da Fé	91
• Missões e conversão	91
• Cristianização e sincretização	99
O Islamismo	103
Leitura Sugerida	106
 Capítulo 5 – SOCIEDADE E ECONOMIA NA BAIXA IDADE MÉDIA	109
As Primeiras Sociedades Medievais	109
• Transformação: a aristocracia	109
• Declínio social: os soldados livres	111
• Ascensão social: os escravos	114
• Servidão, domínio da terra e sistema senhorial	115
Comércio e Troca de Presentes	122
• Frísios e vikings	126
Leitura Sugerida	131
 Capítulo 6 – O MUNDO DOS FRANCOS	133
Os Merovíngios	133
As Origens da Dinastia Carolíngia	137
O Século dos Carolíngios	139
Patrimônio e Estado	144
• Honra e sangue	144
• Vassalos e benefícios	146
Um Estado Incipiente	149
• A ficção de um império unido	154
• Condes e hereditariedade	156
Periferias Dinâmicas	158
• Inglaterra	158
• Península Ibérica moura	160
• Os vikings	163
Leitura Sugerida	166
 Capítulo 7 – CRESCIMENTO ACELERADO	169
Crescimento Populacional	169
Volume e Natureza da Produção Agrícola	170
Novas Formas de Autoridade	177
• A “revolução banal”	177
• Diferenças regionais e o “sistema” feudal de vassalagem	181

• Mudanças na extração excedente de produção agrícola, ajustes na economia da propriedade da terra	183
Cavaleiros e Camponeses na Imagem Medieval da Sociedade	186
• Cavaleiros tornam-se membros da instituição medieval da cavalaria	186
• Cultura refinada da corte: novas regras para frequentar os altos círculos	189
• Tendências em relação à classificação e à segregação	194
• Camponeses	197
Leitura Sugerida	201
 Capítulo 8 – RENOVAÇÃO RELIGIOSA E REFORMA, 1000-1250	203
Aspirações à Reforma	203
• Papa <i>versus</i> imperador: a controvérsia da investidura	204
• Reivindicações dos papas à suprema autoridade no mundo	211
Os Papas como Líderes da Igreja	213
Reforma e Renovação da Vida Monástica	216
• Cluny e a <i>Ecclesia cluniacensis</i>	216
• As novas ordens	219
• <i>Vita apostolica</i> e a nova espiritualidade	222
• A Ordem dos Franciscanos	223
A Fé Torna-se Visível	231
• A paz de Deus e a trégua de Deus	231
• Entre os fiéis	232
• A criação de uma sociedade persecutória	235
Leitura Sugerida	238
 Capítulo 9 – OS PRIMEIROS REINOS E OS PRINCIPADOS TERRITORIAIS, 900-1200	241
O Sonho Imperial	241
• Os reinos dos francos orientais e ocidentais	241
• O estabelecimento do reino germânico	243
• A igreja imperial	245
• Restauração da dignidade imperial	247
• <i>Imperium et sacerdotium</i>	248
• A batalha nas duas frentes da dinastia saliana	249
• As ambições mediterrâneas dos Hohenstaufen	252
• Itália	256
• O imperador e o papa	258
• Estados vassallos na Europa central?	259
França: O Modelo Concêntrico	261
A Formação da Inglaterra	267
Península Ibérica	274
A Institucionalização do Estado	279
• A dinâmica da monarquia	279
• A monarquia sacraliza-se	282
• Funcionários do Estado	283
Uma Demonstração de Força no Estilo Gótico	286
Leitura Sugerida	289

Capítulo 10 – ENFRAQUECIMENTO DOS CENTROS DE PODER NO ORIENTE E O INÍCIO DA EXPANSÃO EUROPELA	293
O Ocidente Torna-se mais Agressivo	293
• A mudança dos centros de gravidade	295
• O Oriente multicultural	299
• O estímulo às cruzadas	300
• Cruzadas, os estados que as promoveram e colônias ocidentais no Oriente.	302
As Últimas Cruzadas	309
• A Disseminação da Fé e a Colonização	312
Início de uma Revolução Comercial	315
• A Revolução nos Transportes	320
• Progresso na Organização	322
• A Comercialização na Região Rural	333
• Mercadorias e Dinheiro	336
Leitura Sugerida	340
Capítulo 11 – A SOCIEDADE URBANA	343
O Fenômeno da Cidade.	343
• A escala das cidades e da urbanização.	343
• A morfologia da cidade medieval	348
Autonomia.	351
• Os privilégios urbanos	351
• A ordem pública	355
• Poder público e bem comum	359
Relações Sociais	363
• Governo da nova elite	363
• A sociedade urbana.	367
• As guildas de artesãos	371
Redes de Cidades	377
Leitura Sugerida	380
Capítulo 12 – PENSANDO SOBRE O HOMEM E O MUNDO.	383
O Legado Grego: A Visão Medieval do Mundo e da Humanidade.	383
• Universo, terra, homem, espírito	383
O Fardo do <i>Auctoritas</i>	386
• A educação superior da Antiguidade tardia na alta Idade Média.	391
O Renascimento Carolíngio	392
O Renascimento do Século XII: Uma Revolução Intelectual?	394
• Literatos, compiladores e tradutores	395
• A renovação de Aristóteles	398
• A influência da nova lógica	398
• A filosofia natural e a metafísica	403
• A criação das universidades	404
O Ensino Universitário e a Crise Intelectual no Final do Século XIII	408
• O ensino universitário em ação	408
• O ensino universitário em crise	412
• Guilherme de Ockham	413
• Ockham e o debate sobre <i>universalia</i>	413

• A teologia de Ockham.....	416
• A crítica a Aristóteles.....	417
O Humanismo da Baixa Idade Média.....	420
• <i>Studia humanitatis</i> e o novo humanismo na Itália.....	420
• O novo humanismo fora da Itália.....	426
Leitura Sugerida.....	428
 Capítulo 13 – ENTRE CRISE E CONTRAÇÃO: POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE NA BAIXA IDADE MÉDIA.....	431
Guerra, Fome e Pestes.....	431
• Fome e crises de subsistência.....	431
• O mistério da peste negra e seus reflexos pandêmicos.....	436
• O prejuízo e o sofrimento da guerra.....	439
Teorias sobre Declínio Demográfico e Desenvolvimento Econômico.....	439
• A Europa em 1300: uma sociedade sobre pressão?.....	440
• A crise agrária da baixa Idade Média.....	442
• Sintomas.....	442
• Soluções.....	444
Crise econômica ou Contração?.....	448
Características da Sociedade da Baixa Idade Média.....	450
• Abertura e fechamento.....	450
• A posição das mulheres.....	452
Contrastes Sociais e Conflitos Sociais.....	456
• Contrastes entre cidade e o campo.....	456
• Uma nova “cultura de revolta”?.....	458
Um Mundo de Pobreza Onipresente.....	463
Leitura Sugerida.....	468
 Capítulo 14 – A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS.....	471
Dos Principados ao Estado.....	471
• Tipos de governo soberano.....	471
• Formação do Estado por meio da guerra.....	474
• O Sacro Império Romano Germânico: equilíbrio de poder.....	477
• Península Ibérica: reis e cortes.....	479
• União dinásticas escandinavas.....	481
• A Europa Central e o Báltico.....	482
As Forças que Impulsionaram a Formação dos Estados.....	487
• Dinastias, territórios, instituições, povos.....	487
• Guerra.....	489
Instituições do Estado e Ordem Social.....	493
• Tribunais de Suprema Corte.....	494
• Burocratização.....	498
• Tributação.....	501
• Os súditos.....	508
• Equilíbrio de poder.....	513
Contrastes. Novos Impérios no Oriente: A Dinastia Riurikid na Rússia e o Império Otomano.....	516
• A dinastia Riurikid na Rússia.....	516

• A formação do Império Otomano.....	518
Leitura Sugerida	521
Capítulo 15 – CRISE NA IGREJA E A REORIENTAÇÃO DOS FIÉS, 1250-1500....	525
Quem Lidera o Mundo Cristão?	525
• As novas ideias sobre o relacionamento entre os poderes espiritual e secular	528
Os Papas em Avignon e a Burocratização da Cúria.....	531
O Grande Cisma e o Movimento Conciliar	533
A Vida Religiosa na Baixa Idade Média	536
• A observância e os novos movimentos seculares	537
• Devoção e misticismo.....	541
• A percepção religiosa dos fiéis comuns	543
Leitura Sugerida	549
Capítulo 16 – NOVOS TEMPOS?	553
Aceleração.....	554
As Raízes Medievais da Cultura Moderna	558
Índice Alfabético-Remissivo.....	563

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÕES

1.1 Mapa-múndi.....	2
2.1 "Tábula Peutingeriana".....	17
2.2 Interior da Igreja de Santa Sofia, Constantinopla.....	28
4.1 <i>Mater Ecclesiae</i> , Ms. Barb. Lat. 952, fragmento 1 b/c.....	79
4.2 O Santuário de São Patrício.....	95
4.3 Cúpula da Rocha no Monte do Templo em Jerusalém.....	105
5.1 Tesouro de ouro do túmulo de um nobre frisio.....	117
5.2 Reconstrução da Baía de Haithabu.....	130
6.1 Coroa dos reis lombardos.....	134
6.2 Estatuetas de Carlos Magno no Louvre.....	143
6.3 Trono imperial em Aachen.....	150
6.4 Mapa da Inglaterra e da Escócia.....	159
6.5 Fortaleza moura, Óbidos, Portugal.....	160
6.6 Navio Öseberg.....	165
7.1 Arados medievais.....	173
7.2 Jogo de xadrez de mármore.....	193
7.3 Estátua de um cavaleiro na Catedral de Bamberg.....	196
8.1 Coroação de Henrique o Leão.....	207
8.2 Abadia de Cluny.....	217
8.3 Porta de igreja em Vézelay.....	219
8.4 Afresco de São Francisco de Assis por Giotto.....	224
8.5 Montségur.....	234
9.1 Símbolos do poder do Império Romano.....	243
9.2 Ritual de coroação de Henrique VI.....	254
9.3 Assassinato de Thomas Becket.....	272
9.4 A Catedral de Reims.....	287
10.1 Krak des Chevaliers.....	305
10.2 Descrição das ideias ocidentais sobre os mongóis.....	314
10.3 O mercado de tapeçaria, Bolonha.....	317
10.4 Mapa portulano.....	321
10.5 Duas cenas em um estabelecimento comercial.....	330
11.1 Afresco de Lorenzetti no Palazzo Pubblico em Siena.....	351
11.2 Vista de Zurique.....	362
12.1 Uma biblioteca medieval.....	397
12.2 Palestras de Aristóteles.....	418
13.1 Evocação da procissão da peste.....	432
13.2 Jogo de xadrez com a morte.....	442
13.3 Dança macabra.....	446
13.4 Caridade aos pobres, Borda Decorativa. Bruges.....	466
14.1 Corpo real como uma alegoria do Estado.....	473

The first part of the paper is devoted to a general discussion of the problem of the origin of life. It is shown that the problem is one of the most important and interesting in the history of science, and that it has been the subject of much speculation and controversy.

THE ORIGIN OF LIFE

The first part of the paper is devoted to a general discussion of the problem of the origin of life. It is shown that the problem is one of the most important and interesting in the history of science, and that it has been the subject of much speculation and controversy. The second part of the paper is devoted to a discussion of the various theories which have been advanced to explain the origin of life. These theories are divided into two main classes: the theory of spontaneous generation, and the theory of biogenesis. The theory of spontaneous generation is the older of the two, and it is based on the idea that life can arise from non-living matter. The theory of biogenesis is the newer of the two, and it is based on the idea that life can only arise from pre-existing life.

CONCLUSION

The conclusion of the paper is that the problem of the origin of life is one of the most important and interesting in the history of science, and that it has been the subject of much speculation and controversy. It is shown that the problem is one of the most important and interesting in the history of science, and that it has been the subject of much speculation and controversy. The second part of the paper is devoted to a discussion of the various theories which have been advanced to explain the origin of life. These theories are divided into two main classes: the theory of spontaneous generation, and the theory of biogenesis. The theory of spontaneous generation is the older of the two, and it is based on the idea that life can arise from non-living matter. The theory of biogenesis is the newer of the two, and it is based on the idea that life can only arise from pre-existing life.

AGRADECIMENTOS ÀS ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Com a gentil permissão de An Delva.

Desenhados e fornecidos com a gentil permissão de An Delva.

ILUSTRAÇÕES

- 1.1 Mapa-múndi, Ms D'Orville 77, f. 100 r. © The Bodleian Library, Universidade de Oxford.
- 2.1 "Tabula Peutingeriana", Cod. 324, Segm. IV. © Austrian National Library Picture Archives, Viena.
- 2.2 Interior da Igreja Santa Sofia, Constantinopla. © Bridgeman Art Library, Londres.
Ilustração sem número do crânio de um suevo (crânio de Osterby). © Archaeological Museum, Schloss Gottorf, Schleswig-Holstein.
- 4.1 Mater Ecclesiae. Ms. Barb. Lat. 952, fragmento 1 b/c. © Biblioteca do Vatican Library, Roma.
Ilustração sem número das inscrições rúnicas em rochas e igreja em Jelling. Redesenhada por An Delva.
- 4.2 Santuário de São Patrick Bell. © National Museum of Ireland, Dublin.
- 4.3 Cúpula de Rocha do Monte Templo em Jerusalém. © Bridgeman Art Library, Londres.
- 5.1 Tesouro de ouro do túmulo de um nobre frisio. © Rijksmuseum, Utrecht/Leiden.
Ilustração sem número do boxe do Senhor dos Anéis, mostrando o enterro do senhor e sua escrava em Stengrade, Dinamarca, extraída da p. 55 do livro *The Vikings* de Else Roesdahl, traduzido por Susan M. Margeson e Kirsten Williams, Allen Lane, 1991, Penguin Books 1992, © Else Roesdahl 1987. Copirraite da tradução Susan M. Margeson e Kirsten Williams, 1991.
Ilustração sem número de três bracteates de ouro. © National Museum of Denmark.
- 5.2 Reconstrução da Baía de Haithabu harbour. © Archaeology Museum em Christian Albrechts University, Kiel. Fotografia de Hildegard Elsner, Wikinger Museum, Haithabu.
- 6.1 Coroa de reis lombardos. Fotografia: Raffaello Bra. Cortesia da Catedral de Monza.
- 6.2 Estatuetas de Carlos Magno no Museu do Louvre. Originalmente pertencia à Catedral de Metz. Fotografia © Jean-Gilles Berizzi/© RMN/Réunion des Musées Nationales, Musée du Louvre.
- 6.3 Trono em Aachen. Archiv für Kunst und Geschichte. Fotografia © AKG Images, Berlim.
- 6.4 Mapa da Inglaterra e da Escócia. Ms 16, fv.v. © Masters and Fellows of Corpus Christi College, Cambridge.
- 6.5 Castelo mouro, Óbidos, Portugal. Fotografia © Rui Cunha.
- 6.6 (a) e (b). Navio de Öseberg no Museum of Cultural History, University of Oslo, Noruega. Fotografia © Wim Blockmans.
- 7.1 (a) Ard e (b) Modelos de arados exibidos em (c) na tapeçaria de Bayeux. (a) e (b) cortesia do Groningen Institute for Archaeology, Groningen; (c) 1995; tapeçaria de Bayeux, a cena 2 do prisioneiro (detalha da borda), 108.1. © Museum Service, Reading Borough Council. Todos os direitos reservados. Fotografia © Bridgeman Art Library, F115611.
- 7.2 Jogo de xadrez de marfim. Museu do Louvre Museum. Fotografia © Daniel Arnaudet/RMN - Paris.
- 7.3 Cavaleiro de Bamberg, 5-B10-E1-67. © AKG Images, Berlim.

- 8.1 Coroação de Henrique o Leão. © Herzog August Bibliothek, Wolfenbüttel, Alemanha. Ilustração sem número do imperador Constantino. Sainte Chapelle, Paris.
- 8.2 Abadia de Cluny. © Bibliothèque Nationale de France.
- 8.3 Porta de Vézelay. XIR 68512. Fotografia © Bridgeman Art Library, Londres.
- 8.4 Afresco de São Francisco de Assis de Giotto. © 1990. Fotografia SCALA, Florença 2007.
- 8.5 Montségur. Fotografia © Toulouse-Editions d'Art Larrey.
Ilustração sem número da chave de São Huberto, Basílica de São Servatio, Maastricht.
- 9.1 Símbolos de poder do Império Romano (a) SK XIII.1 Reichskrone; (b) SK XIII.17 (Mauritiussschwert); (c) SK XIII.2 (Reichsapfel) © Historical Museum, Viena.
- 9.2 Ritual de coroação de Henrique VI. Ms Petrus de Eboli, Liber ad honorem Augusti © Bürgerbibliothek, Berna, Cód. 120 II, f. 105 recto.
- 9.3 Martírio de Thomas Becket. Ms Harley 5102, f. 32. © British Library.
- 9.4 Catedral de Reims. Fotografia © An Delva, Ghent.
- 10.1 Krak des Chevaliers (a) e (b). Fotografia © Wim Blockmans.
- 10.2 Imagens de tártaros. Ms 16, f. 167r. © Corpus Christi College, Cambridge.
- 10.3 O mercado de tecidos, Bolonha. Medieval Civic Museum, Bolonha. Ms 93, f.1. Fotografia © Alinari Archives.
- 10.4 Mapa portulano. Ms Douce 390, ff. 4v-5. © Bodleian Library, Universidade de Oxford.
- 10.5 Duas cenas em um estabelecimento comercial. Ms Add. 27695, f. 8. © British Library, Londres.
- 11.1 Afresco de Lorenzetti do Palazzo Pubblico em Siena. Fotografia © 1990 SCALA, Florença 2007.
- 11.2 Vista de Zurique, © Swiss National Museum, Zurique.
Ilustração sem número do "Homem Ferido" extraída de um manual de cirurgia, *Treatment for Blows, Stab and Gunshot Wounds*. De Shipperges, p. 115.
- 12.1 Uma biblioteca medieval. © Bridgeman Art Library, Londres.
- 12.2 Palestras de Aristóteles. Ms 72, f. 1r. © Ghent University Library.
- 13.1 Procissão da peste. Arquivo Duc de Berry, Musée Condé, Paris. ff. 71v-72r. Fotografia © Bridgeman Art Library.
Ilustração sem número do afresco "Triunfo da Morte", século XIV. Fotografia © 1990 SCALA, Florença, 2007.
- 13.2 Jogo de xadrez com a morte. © BPK (Bildarchiv Preussischer Kulturbesitz), Berlim, 2006
- 13.3 Dansa macabra (a) e (b). © Artaud Frère, Rue de la Métallurgie, 44470 Carquefou, Nantes, França.
- 13.4 Caridade aos pobres Borda Decorativa, Bruges. Fotografia: Diens Stedelijke Museum, Bruges.
- 14.1 Corpo real como uma alegoria do Estado. Miniatura francesa de Avis aus Roys, c. 1369. Ms. 456, f. 5. © Pierpont Morgan Library, Nova York.
- 14.2 Crônica de Monstrellet: batalha de Agincourt. © John Cranmer Reading Room Special Collections, University Library, Universidade de Leiden.
- 14.3 Abertura do parlamento inglês, abril de 1523. "Supplied by Royal CollectionTrust / © HM Queen Elizabeth II 2012."
- 15.1 Sacramentos sagrados, Van der Weyden. Inv. Nr 393. © Koninklijk Museum, Antuérpia.
- 15.2 Púlpito de Michelozzo na parede externa catedral de Santo Stefano em Prato. © Alinari Archives.
- 15.3 Purgatório. Musée Condé, Chantilly, França. Les très riches heures du duc de Berry. f. 113v. Fotografia © Bridgeman Art Library.
- 15.4 Thomas a Kempis. Cod. 1576. f. 9 ro. © Austrian National Library, Viena.
- 15.5 Altar de uma casa. © Koninklijk Museum, Antuérpia.

CAPÍTULO 1

CONCEITOS E ESTRUTURAS INTERPRETATIVOS

Um observador no início do século XXI que tente compreender a Idade Média deve superar o choque cultural e eliminar uma série de conceitos que lhe parecem naturais no contexto atual. Por isso, é preciso imaginar uma Europa:

- na qual os limites do continente não haviam ainda sido totalmente explorados;
- onde o ambiente em que a maioria das pessoas vivia era local, no máximo regional;
- em que os territórios dos países que ainda existem com seus nomes medievais eram muito diferentes de sua configuração atual;
- onde o Cristianismo dominava quase todos os aspectos da vida cotidiana;
- que era muito menos desenvolvida do ponto de vista cultural do que outros povos, em especial o mundo mulçumano mediterrâneo.

Ao entrar nesse mundo, percebe-se que a Idade Média europeia ainda mantém uma conexão fundamental com nossa época. A cultura medieval não é completamente dissociada da nossa, como a cultura dos astecas, por exemplo. Ao contrário, houve uma expansão e progresso na Europa em inúmeras áreas a partir dos séculos VII e VIII. Ao mesmo tempo, a rapidez e os atrasos das mudanças e também os períodos de declínio podem ser discernidos, além de transições qualitativas como urbanização e colonização. As fundações da Europa moderna e da maioria do mundo moderno encontram-se na Idade Média europeia: a disseminação do Cristianismo, o estabelecimento de áreas com uma linguagem comum, a formação dos Estados já com sementes de consciência nacional, a urbanização de determinadas regiões, o desenvolvimento renovado do pensamento racional e científico empírico, a criação de estruturas políticas fundamentadas em representação e a expansão das redes comerciais.

Em outras palavras, o dinamismo, a sustentabilidade do crescimento contínuo da população e da economia mundial nestes últimos séculos têm seu ponto de partida nos períodos descritos neste livro. Outras esferas culturais também se desenvolveram e expandiram-se, até mesmo para outros

continentes. Em relação ao desenvolvimento econômico e cultural, a Europa não acompanhou os progressos de outros lugares até o século XVIII, sobretudo em comparação com a China. Mas, aos poucos, a Europa impôs seu modelo de desenvolvimento para o resto do mundo. A formação de uma mentalidade e de um sistema econômico que permitiu que esse fato acontecesse origina-se das condições criadas na Idade Média, nos séculos em que ela se distinguiu, nos séculos nos quais a Europa progrediu.



Ilustração 1.1 Este mapa-múndi divide-se em cinco zonas equatoriais. É um consenso geral que a população da Idade Média pensava que o mundo era plano, porém, textos da época revelam que era comumente descrito como uma esfera. Os governantes medievais então seguravam um orbe, e não um disco, nas mãos como símbolo de poder. Mapa-múndi de Macrobius. Anotação para o "Sommium Scipionis", sul da Alemanha, c.1000.

OS TERMOS "IDADE MÉDIA", "HUMANISMO", "RENASCIMENTO" E "REFORMA"

Atualmente, a palavra "medieval", com o uso alternativo da palavra "feudal", quase sempre significa atraso e barbárie. A Idade Média é vista como um período obscuro (a Idade das Trevas), em contraste com períodos

anteriores e posteriores, considerados muito mais brilhantes. Como surgiu este ponto de vista?

Durante o século XIV na Itália, poetas e eruditos que se diziam humanistas acreditavam que estavam no limiar de uma nova era de brilho intelectual que contrastaria nitidamente com a obscuridade dos séculos precedentes. A palavra *tenebrae* (nevoeiro) surgiu da pena de Francesco Petrarca (1304-1374), o famoso poeta que inspirou uma admiração apaixonada para a Roma antiga; ele usou a palavra para referir-se ao período subsequente ao da Antiguidade. Depois de Petrarca, outros falaram de *media tempestas*, *media aetas*, *media tempora*. Todas essas expressões tinham uma conotação pejorativa. Para eles, a Idade Média não passava de um período infeliz e desinteressante de decadência entre a Antiguidade e a nova era de ouro sintetizada pelos eruditos humanistas.

A expressão *medium aevum* recebeu *status* oficial em 1678 quando Du Cange publicou seu *Glossarium* de palavras latinas usadas na Idade Média em dois volumes, que divergiam do significado clássico. Dez anos depois Christophorus Cellarius escreveu a primeira história da Idade Média sob o título *Historia Medii Aevi*, que abrangia o período do imperador Constantino o Grande (306-337) até a queda de Constantinopla (1453).

Visto que “Idade Média” é um constructo humanista, o sucesso do conceito deve-se sem dúvida ao vigoroso desenvolvimento do latim e da gramática nas escolas secundárias. Nessas escolas as ideias humanísticas floresceram, porque o estudo de línguas clássicas constituía a base do currículo. Havia a expectativa de que com o estudo das biografias de homens famosos e da história de antigas culturas, inclusive poesia e retórica, as novas gerações se elevariam à imagem idealizada dos heróis da Antiguidade. Até o século XIX o latim continuou a ser a língua da educação universitária, para que todos os intelectuais ficassem imersos no banho da Antiguidade.

Nos países católicos, em especial, houve um interesse renovado pela Idade Média do século XVII em diante, o que se refletiu em instituições criadas especificamente para estudar esse período. No entanto, no mundo protestante o estudo da Idade Média era visto como um tema acadêmico e, portanto, a ênfase recaiu nos resultados positivos alcançados desde a Reforma. As divergências religiosas entre pensadores, que se perpetuaram por razões ideológicas, constituíram a linha divisória da história definida pelos humanistas por motivos acadêmicos.

Durante o século XIX as ideologias mais uma vez exerceram um papel importante na visão do passado. No período do Classicismo as igrejas medievais e os mosteiros foram relegados ao segundo plano ou destruídos propositalmente, como aconteceu na Revolução Francesa, mas a partir da década de 1820 surgiu de novo o modismo de construir edificações

no estilo gótico, e a inspirar-se em construtores medievais. Na literatura, autores românticos como Sir Walter Scott, Heinrich Heine e Victor Hugo inspiraram-se em histórias medievais para descrever a grandeza do passado medieval, em contraste com o racionalismo do Iluminismo e dos revolucionários franceses. Nesse passado projetaram-se valores conservadores como a monarquia, a Igreja e a nobreza, ou a liberdade civil e o caráter nacional, de acordo com as necessidades. As torres altas de pedra construídas na Europa no século XIX eram réplicas das torres das catedrais góticas de Ulm e Colônia. Os prédios dos parlamentos em Londres e em Budapeste têm um estilo neogótico, assim como a prefeitura de Munique. O passado adaptou-se às preferências dos séculos seguintes. Após ter sido difamada, a Idade Média, ou a imagem construída dela, agora era elogiada.

Ao longo do século XIX os estudos históricos tornaram-se uma disciplina acadêmica. À medida que mais cadeiras eram criadas nas universidades, que aceitavam as linhas de demarcação entre o Humanismo, o Renascimento e a Reforma, e à medida que sociedades mais cultas, publicações e periódicos focalizaram épocas anteriores ou posteriores a esses períodos, essa divisão do processo histórico foi aceita por toda parte como um fato comprovado. O livro *Die Kultur der Renaissance in Italien*, de Jacob Burckhardt, publicado em 1860, exerceu um papel-chave nessa questão. O sucesso espetacular deste livro pode ser explicado pela elegância com a qual o autor elaborou o mito histórico imposto em todas as pessoas que tinham mais que uma educação elementar: o mito que, por meio de uma verdadeira revolução cultural, algumas gerações de intelectuais e artistas italianos haviam libertado a Europa dos vínculos repressores de uma sociedade coletivamente condicionada, e que em todos os aspectos da vida enfocava a vida após a morte.

O sentido literal das palavras “Renascimento” e “renascença”, e essa ideia de renovação e restauração, refere-se ao ressurgimento de antigas concepções e ideais. Em seu uso moderno concerne ao ressurgimento de qualquer elemento, desde novos estudos de textos antigos ou a recuperação da linguagem das formas clássicas na arquitetura e nas artes visuais. Comparado a esse conceito parcial de “Renascimento”, o “Humanismo” parece mais neutro e, portanto, mais fácil de abordar. Em um sentido estrito, o Humanismo refere-se a um procedimento filológico que consiste em duas partes: tentativas de resgatar mais textos antigos por meio da pesquisa intensa em bibliotecas e pela tradução de autores gregos para o latim e, por outro lado, de esforços filológicos a fim de criar versões desses textos mais fiéis possíveis aos textos originais. Além disso, o Humanismo tem um sentido mais geral e com certeza mais vago, o da busca intelectual visando à humanidade e de um interesse maior na individualidade do homem e em suas intenções e emoções.

Burckhardt concentrou-se nesse segundo sentido do Humanismo e fez uma observação subjetiva sobre a cultura italiana na alta Idade Média – o interesse crescente pelas realizações individuais do homem –, tornando-o um elemento-chave no processo revolucionário de mudança que percebera. O renomado historiador holandês Johan Huizinga já escrevera em seu livro *O Outono da Idade Média* (1919) como essa tendência era perigosa. Ele não teve dificuldade em pesquisar diversas expressões culturais “tipicamente medievais” do século XV. Segundo sua opinião, elas revelaram uma nostalgia do passado, em vez de uma aversão. A natureza singular e revolucionária do Renascimento italiano foi enfraquecida por críticas que apontaram vários “renascimentos antes do Renascimento”. Os mais importantes foram o Renascimento Carolíngio e o Renascimento do século XII. Como conceitos de periodização do estudo medieval eles foram amplamente aceitos, assim como a visão do Renascimento italiano de Burckhardt.

No tocante à Reforma religiosa, iremos mostrar que, de acordo com uma perspectiva teológica e institucional, a Reforma da primeira metade do século XVI foi o prosseguimento de uma longa série de movimentos de reforma que começou no século XI. Sua função definidora é tão discutível como as palavras “Renascimento” e “Humanismo”. Entretanto, o sistema educacional nos países protestantes mais tarde estimulou o estudo da Idade Média, em um contraste gritante com os períodos anteriores, a fim de enfatizar sua singularidade.

PERÍODOS E TIPOS DE SOCIEDADE

Agora que sabemos a origem funcional da expressão “Idade Média”, e por que ainda chamamos assim esse período histórico, surge a dúvida se deveríamos continuar a usá-la. Essa definição seria mais do que a autoglossificação de eruditos humanistas perpetuada pelo sistema educacional?

Não estamos nos referindo à pergunta estéril se os períodos históricos, que foram definidos em benefício da conveniência didática, deveriam ser demarcados por dados de valor simbólico. Isso se aplicaria sempre às transformações radicais que se realizam aos poucos, para que os remanescentes das antigas estruturas coexistam com os novos acontecimentos por muito tempo. Além disso, as mudanças não acontecem em todos os lugares ao mesmo tempo, e uma distinção deve ser feita entre o tempo e a rapidez da mudança de acordo também com sua localização geográfica. A partir desse pressuposto, optamos por periodizações em que enfatizamos transições, em vez de interrupções abruptas, em processos de mudança de longo prazo nos quais os elementos da antiga sociedade coexistem com os novos.

A questão mais importante refere-se ao critério de distinção dos períodos. Quais são os fatores que causam essas mudanças de longo prazo que afetam todos os aspectos da sociedade? Sem dúvida, a industrialização significou uma mudança em todos os campos da existência individual e coletiva. No caso da transição entre o Império Romano e a baixa Idade Média, não só ela ocasionou mudanças constitucionais e religiosas, como também influenciou uma transformação fundamental de padrões sociais e de ordem econômica. Essa ruptura só aconteceu no Império Romano do Ocidente. O Império Romano do Oriente continuou a existir até 1453, embora bastante reduzido. É claro, ele sofre uma metamorfose depois do colapso da região ocidental, e a partir do início do século XI teve uma perda expressiva de poder e de extensão territorial, mas continuou a existir. Assim chegamos à conclusão de que a Idade Média, como um período de consenso na história mundial, teve uma base europeia ocidental. Mas o que dizer do desenvolvimento entre os séculos V e XVIII? Ele não deve também ser um movimento fundamental a ser observado em algum momento desse período? E onde deveria se situar?

Todos os historiadores concordam que na Europa ocidental o início da urbanização, a renovação do crescimento das cidades e a comercialização da economia indicavam uma mudança radical em toda a sociedade. Era evidente que mais pessoas poderiam mudar para cidades em expansão, porque o país produzia comida suficiente para que elas subsistissem, sem que seu próprio trabalho fosse necessário. Uma nova forma de sociedade fora criada nessas sociedades, com seu próprio estilo de vida, mentalidade e valores. Uma extensa rede de relações comerciais, entrepostos de comércio exterior e colônias surgiram nas cidades costeiras. A expansão transcontinental que começara na Espanha e em Portugal no século V foi uma continuação imediata do progresso iniciado pelos italianos no Mediterrâneo e no Mar Negro alguns anos atrás.

Não existia um crescimento econômico sustentável na Europa ocidental antes de 1750. Em uma escala mundial as diferenças de desenvolvimento foram limitadas. Tendo em vista a periodização, surgem duas perguntas:

1. As mudanças nos campos econômicos, sociais, políticos e religiosos que aconteceram depois do século X significaram uma transformação tão radical que possibilitou a criação de uma nova sociedade?
2. Os desenvolvimentos em todos os campos (formação dos Estados modernos, Renascimento, Reforma e colonização ultramarina) a partir do século XV significaram mais uma vez uma transformação ou eles foram apenas um prosseguimento das tendências que começaram há cerca de 500 anos?

Existem diversas respostas para essas perguntas. Os medievalistas fazem uma distinção clara entre a baixa Idade Média exclusivamente agrária e a alta Idade Média mais urbanizada e comercializada, e definem que os séculos X e XI foram pontos decisivos da mudança. Pelo fato de essa evolução ter começado em um nível muito baixo, o processo evolutivo foi muito lento, e a disseminação de inovações no continente levou centenas de anos. Precisamente em razão de essa difusão de inovações ter sido tão gradual, é importante lembrar as diferenças consideráveis que sempre existiram no desenvolvimento das diversas regiões da Europa. Em contraste com o dinamismo inicial e expressivo do sul da Europa e da região ocidental, nas demais regiões do continente o crescimento foi mais lento. Paralelo à existência de uma sociedade urbana altamente desenvolvida no norte e na região central da Itália em 1200, havia sociedades de fazendeiros primitivos e alguns lugares habitados por povos nômades na Escandinávia e na Europa central e na oriental. As interações entre as sociedades de diferentes níveis de desenvolvimento foram outro fator de um contínuo dinamismo.

Nem a cronologia nem o tipo de sociedade propiciam uma interpretação adequada sobre esses grandes desenvolvimentos históricos. As duas dimensões revelam as complexas interações que causam a evolução das sociedades. O fato essencial é que as diferenças no nível de desenvolvimento podem estimular o dinamismo, e que durante um determinado período um tipo específico de sociedade ganha ascendência sobre outra. Assim, o que é conhecido como "*die Ungleichzeitigkeit des Gleichzeitigen*" na recente historiografia alemã refere-se à situação em que as sociedades de diferentes níveis de desenvolvimento coexistem ao mesmo tempo.

Existe, portanto, algum sentido na delimitação de um período que se estende do século IV ao século XVI, além da questão humanística, porém, só quando essa delimitação contribui para que possamos discernir transformações sociais de longo alcance. Entre essas transformações podemos citar as seguintes:

- O enfraquecimento e o colapso do Império Romano, com sua burocracia imperial centralizada, sua estrutura homogênea centrada nas *civitates* e seu sistema subordinado de produção e distribuição.
- Uma migração relativamente de larga escala de povos bárbaros multiétnicos, seguida pela formação de "comunidades estruturadas em reinos" (Reynolds) protonacionais no Ocidente.
- O aumento da produção agrícola em diversos tipos de domínios senhoriais locais, que pré-condicionaram o crescimento de longo prazo da população.

- A urbanização em larga escala apoiada pela expansão comercial e econômica, em parte em moldes capitalistas.
- A extinção da escravidão e também de outras formas de servidão (mas não em todos os lugares), que a partir da alta Idade Média propiciou o surgimento do cidadão comum, o homem livre com direitos básicos nas cidades, nos vilarejos e nos Estados, que constituiu a espinha dorsal da sociedade.
- A evolução dos reinos bárbaros para monarquias dinásticas e uma ampla variedade de outros tipos de Estados pré-modernos.
- A racionalização e a secularização parcial da visão do mundo e da humanidade.
- O desenvolvimento de uma nova espiritualidade entre as grandes massas de fiéis.
- As mudanças revolucionárias sucessivas na comunicação escrita nos séculos XII e XV.

Depois do século XVI houve mudanças quantitativas, mas não qualitativas nessas transformações. A distinção entre a alta Idade Média e a nova história (ou seus primórdios) não se baseia nas diferenças fundamentais do tipo de sociedade, ou em rupturas radicais nos progressos sociais. Fatores mais relevantes como urbanização e secularização da visão do mundo tiveram um fluxo contínuo do século XI ao final do *ancien régime*, ou até mesmo nos dias de hoje. Grande parte do que é novo, “moderno”, no período moderno inicial remete-se à alta Idade Média.

Em resumo, neste livro usamos a terminologia consensual “Idade Média” por razões pragmáticas, e não por princípio. Examinaremos o período do século IV ao século XVI, com atenção especial para as mudanças estruturais que ocorreram nesse período. Consideramos as mudanças que aconteceram entre os séculos IV e os séculos X ou XII mais fundamentais do que as transformações ocorridas no século XVI.

DIVERSIDADE REGIONAL

Ao contrário da América do Norte ou da Ásia central, só na parte oriental da Europa havia regiões extensas, de fácil acesso e homogêneas que se estendiam por milhares de quilômetros. A variedade geográfica é um fenômeno natural que contribuiu para a longa sobrevivência de diversos nichos culturais. Mesmo no século X, apesar dos fortes efeitos homogeneizantes da Igreja e das instituições do Estado, da revolução no transporte e nos meios de comunicação, podemos identificar diversas culturas regionais

com sua organização da vida material, seus hábitos e pontos de vista, suas línguas ou dialetos. Com a tendência atual de globalização é difícil compreender que até o século XVIII o horizonte da maioria dos europeus limitava-se ao lugar onde vivia ou à região onde havia nascido. Isso não significa que não viajassem ou que não houvesse mobilidade, ou grandes migrações; apenas que isso era um fato incomum. Em geral, as pessoas permaneciam em uma área específica; naturalmente isso resultava em grandes diferenças culturais e de desenvolvimento econômico.

As grandes instituições intelectuais, constitucionais ou religiosas como a Igreja, a monarquia e o Estado, que hoje nos são familiares, ou as concebidas por uma elite altamente desenvolvida, não se integravam à experiência cotidiana nos níveis local e regional. Sem dúvida, essa característica foi um obstáculo para os esforços de unificação das autoridades políticas. Para nós, historiadores, a diversidade local e a instabilidade social e política dificultam escrever uma história cultural abrangente da Idade Média que apreenda a Europa inteira por mais de mil anos. Porém, isso não impediu que elucidássemos aspectos culturais importantes nos capítulos sobre política, fatores sociais e econômicos e religião que constituem a linha mestra deste livro. A este respeito, a cultura, em seu sentido mais amplo dos vários canais pelos quais as pessoas dão sentido simbólico à existência, foi atendida.

A QUE EUROPA NOS REFERIMOS?

O termo “Idade Média” só tem significado no contexto europeu. No entanto, a definição geográfica da Europa não proporciona uma estrutura espacial adequada para as nossas considerações. Para a elite culta do clero a demarcação, é claro, situa-se nas fronteiras do Cristianismo. Como resultado do trabalho missionário, a Islândia fazia parte da cultura europeia cristã desde o século X, e os contatos com os principados da Eslavônia oriental aumentaram, porém, os Urais e o círculo ártico ainda estavam muito distantes. Temos que, então, presumir áreas extensas importantes que de alguma forma reafirmaram sua superioridade, com frequência pelas conquistas, mas também por uma transferência cultural pacífica. Isso significa que enfatizaremos os desenvolvimentos que tiveram efeitos mais duradouros em um amplo contexto.

Visto sob essa ótica, não há dúvida sobre a vantagem desfrutada pelo mundo mediterrâneo. Mesmo após o declínio do Império Romano, as perdas causadas pelas invasões bárbaras e a ruptura criada pelas conquistas árabes, havia muito mais riqueza e potencial de desenvolvimento no

sul da Europa do que no norte. Essa riqueza e potencial de desenvolvimento eram estimulados por uma economia estável e trocas culturais entre cristãos e muçumanos na Península Ibérica, na Sicília e no sul da Itália. Ao apresentar a região do Mediterrâneo como uma área econômica e cultural de contato e trânsito, evitamos que a Europa medieval se encerrasse em si mesma.

A partir do século XIII mais e mais europeus cruzaram as fronteiras do continente europeu. As viagens à Ásia tinham como objetivo examinar as possibilidades de vínculos comerciais diretos com a China e a Índia e, é claro, de difundir a fé católica. Em 1291, dois irmãos genoveses chamados Vivaldi cruzaram o Estreito de Gibraltar em direção ao "oeste da Índia". Não se sabe se encontraram a América ou qualquer outra parte do mundo, porque nunca mais se ouviu falar deles. Mas sua corajosa iniciativa estimulou o impulso expansionista, que seu conterrâneo, Cristóvão Colombo, imitaria com imenso sucesso 201 anos depois, apesar de os recursos não terem tecnicamente melhorado.

Uma expansão comparável ocorreu em outro extremo do continente com os vikings. A posição de liderança que a Escandinávia no início da Idade Média adquirira em muitos aspectos, comparados com o leste e o noroeste da Europa, resultou em viagens notáveis de descobertas pelo mundo inteiro, com vínculos comerciais com Bizâncio e a Ásia central e o assentamento de seus povos na Islândia, na Groelândia, na América do Norte, na Rússia, na Inglaterra, na Irlanda e na Normandia. Mas, a partir do século XI, a expansão estagnou-se. Seu potencial demográfico aparentemente se esgotou e sua vantagem técnica foi equiparada. Os povos do norte (e mais tarde os normandos) foram assimilados por diversas culturas sem deixar traços predominantes. Por sua vez, a expansão mediterrânea que, do ponto de vista econômico, continuou até o século XVI, e no campo das artes ainda mais tempo, demonstrou que tinha fundações sólidas. A sociedade dos vikings consistia em camponeses e chefes de tribos que partiam para o estrangeiro em pequenos grupos, e a diferença deles para os cidadãos livres das grandes cidades era muito marcante.

A Europa neste estudo corresponde só parcialmente ao conceito geográfico de continente. Por um lado, vemos grandes áreas nas regiões oeste, norte e, em especial, nas periferias a leste que foram integradas tardiamente e de maneira superficial aos progressos no sul e no oeste (cristianização, crescimento urbano, comercialização, consolidação dos Estados). Por outro, só podemos entender o dinamismo do sul da Europa ao relacioná-lo com realizações de destaque de regiões fora da Europa, dos mundos bizantinos e árabes, que, por sua vez, tinham vínculos com o Extremo Oriente.

DA ESCASSEZ À HEGEMONIA

Nenhum vidente poderia prever em 1400 que a Europa seria o continente hegemônico do mundo. O continente perdera um terço de sua população em razão de uma sucessão de epidemias; seus líderes religiosos estavam envolvidos em um doloroso cisma; os turcos otomanos esmagavam os remanescentes do Império Bizantino nos Bálcãs; os reis no Ocidente guerreavam entre si exaurindo seus recursos; camponeses e populações das cidades insurgiam-se em grande número contra seus senhores que os oprimiam.

O vidente provavelmente diria que o conquistador mongol Timur Lang (Tamerlão) seria o futuro líder do mundo. Nos anos precedentes, Timur estabelecera sua autoridade férrea em uma imensa região que se estendia do Cáucaso à Índia. Ele conquistara grandes cidades como Bagdá, Edessa, Isphahan, Ancara, Damasco e Nova Délhi. Talvez nosso vidente tivesse previsto a morte súbita do déspota em 1405, que terminou com a era de terror mongol. O vidente poderia também ter pensado nas dinastias prósperas dos sultanatos mulçumanos de Granada, Egito e Túnis, mas teria hesitado porque estavam em conflito entre si e, portanto, não eram dinastias estáveis, apesar das cortes e mesquitas suntuosas.

Teria sido impossível para ele ignorar o império chinês de mil anos. Ele não abrangia uma área tão grande como a Europa inteira, tinha cidades com um milhão de habitantes, uma agricultura muito produtiva e um sistema administrativo altamente desenvolvido? Os chineses há séculos haviam superado os europeus com suas técnicas e capacidade de organização; bem antes de 1300 eles já tinham inventado o ferro temperado com coque para transformá-lo em ferro metálico, a pólvora, a bússola e o papel moeda emitido em nome do imperador. Eles haviam realizado expedições de descobertas e comerciais ao longo da costa da Índia até o leste da África. Tinham uma marinha mercante ativa no mar da China e na Baía de Bengala; muitos comerciantes chineses que negociavam mercadorias de alta qualidade haviam se estabelecido em portos estrangeiros. Se algum dia houvesse um poder mundial predominante seria a China, como qualquer pessoa sensata pensaria em 1400. Mas a conjuntura mundial assumiu outra configuração entre os anos de 1000 a 1800, e a Europa saiu de sua posição retrógrada para tornar-se uma potência hegemônica.

Em que a Europa era diferente desses notáveis precursores? A distinção está no grande impulso expansionista para outras partes do mundo. Em primeiro lugar, a Europa obteve uma vantagem técnica vital em relação a outras regiões no mundo no século XIV com o desenvolvimento de armas de fogo. Os progressos na construção de navios e técnicas de navega-

ção possibilitaram navegar em alto-mar em uma escala sem precedentes. A questão crucial é como essa liderança foi administrada ao ser alcançada.

A diferença mais importante entre a Europa, a China e outras regiões altamente desenvolvidas do mundo é o fato de não haver uma estrutura autoritária única na Europa. No início do século XV, as viagens chinesas de descobertas ao longo da costa do leste da África poderiam facilmente indicar que não seria Vasco da Gama e, sim, um almirante chinês que dobraria o Cabo da Boa Esperança e descobriria novos oceanos. Porém, em 1434, a corte imperial decretou que não haveria mais expedições exploratórias. A capital acabara de se mudar para Beijing, a fim de opor uma resistência mais eficaz à ameaça dos mongóis ao norte. O suprimento de alimentos para a capital foi assegurado com a conclusão do Grande Canal com cerca de 1.500 quilômetros de comprimento, aberto em 1411, e que conectava a antiga capital Hang Chow com Tientsin, perto de Beijing. A construção do Grande Canal foi um trabalho gigantesco realizado por um Estado que podia estabelecer prioridades em seu território e por uma população que era tão numerosa quanto à da Europa.

Nenhum Estado europeu teria capacidade de concentrar recursos dessa dimensão para pôr em prática decisões do Estado ou de reprimir iniciativas comerciais. Havia sempre um líder disposto a fazer uma experiência. As centenas de principados autônomos, bispados, cidades-estado, repúblicas e cantões de camponeses, que governavam pequenas regiões da Europa, estavam continuamente em conflito e, com frequência, em guerra. Além disso, nenhuma unidade política foi capaz de estabelecer sua autoridade em caráter permanente. Apesar dos resultados devastadores desses conflitos, as tentativas de expandir os meios de exercitar o poder foram um estímulo à inovação. O império chinês, por sua vez, ocupava-se em preservar sua estabilidade interna e evitar inovações. O governo imperial não se restringia à esfera política. Ele também controlava a religião e a economia e, nesse aspecto, assemelhava-se ao sistema totalitário.

Na Europa, em contraste, as esferas religiosas e políticas separaram-se com mais nitidez na alta Idade Média. Antes desse período papas e imperadores lutaram em vão para alcançar a supremacia, mas isso comprovou que um verdadeiro poder europeu universal não existia. Um terceiro poder relativamente autônomo surgiu nas cidades em algumas regiões durante a Idade Média. As cidades da Europa, diferentes de cidades em outras partes do mundo, usufruíam de uma autonomia administrativa e legal que se expandia à medida que a cidade crescia e o governante local enfraquecia-se. Isso permitiu que os empreendimentos comerciais e industriais se expandissem sem as restrições intransponíveis impostas pela Igreja ou pelos governos políticos. Eles com frequência impunham obstáculos aos negócios

e tentavam beneficiar-se o máximo possível dos lucros do comércio. No entanto, se excedessem sua cobiça, o capital se desviaria para um lugar mais seguro, onde poderia se expandir.

Assim, a segmentação de poder entre diversas unidades políticas e uma Igreja independente gerou uma situação singular que originou o capitalismo. Esse sistema bastante autônomo de organização da produção e do comércio tinha como objetivo básico obter o maior lucro possível, por meio da subordinação de outras questões, como a política, a ética e a religião. Tornou-se um sistema de mercado dinâmico que não se limitou a uma área específica de autoridade e que atuava em qualquer lugar onde houvesse oportunidade de lucrar. Esse exercício de poder nos campos político, jurídico, religioso e econômico deu aos empreendedores na Europa chances que em outros lugares eram quase sempre frustradas por religiões autoritárias e governantes seculares. E por esses mesmos motivos a Europa estava mais aberta às inovações de fora, do que qualquer outra cultura.

LEITURA SUGERIDA

• ENCICLOPÉDIAS, PESQUISAS TEMÁTICAS, DISCUSSÕES

LINEHAN, Peter; NELSON, Janet (Orgs.). *The Medieval World*. Londres: Routledge, 2001.

LITTLE, Lester K.; ROSENWEIN, Barbara H. (Orgs.). *Debating the Middle Ages*. Issues and Readings. Oxford: Blackwell, 1998.

ROUTLEDGE ENCYCLOPEDIAS OF THE MIDDLE AGES, 13 v. Londres e Nova York: Routledge, 2006.

STRAYER, Joseph (Org.). *Dictionary of the Middle Ages*. 13 v. (com Suplemento). Nova York: Charles Scribner's Sons, 1982-2004.

VAUCHEZ, André; DOBSON, Barrie; LAPIDGE, Michael (Orgs.). *Encyclopedia of the Middle Ages*. 2 v. Cambridge: James Clarke & Co., 2000-2001.

• LIVRO DIDÁTICO

ABULAFIA, David et al. (Orgs.). *The New Cambridge Medieval History*. 7 v. Cambridge: Cambridge University Press, 1995-2005.

• HISTORIOGRAFIA MODERNA

PARTNER, Nancy (Org.). *Writing Medieval History*, Londres: Hodder Arnold, 2005.

• GUIAS, ATLAS

JOTISCHKY, Andrew et al. *The Penguin Historical Atlas of the Medieval World*. Londres: Penguin, 2005.

MACKAY, Angus; DITCHBURN, David. *Atlas of Medieval Europe*. Londres e Nova York: Routledge, 1997.

MCKITTERICK, Rosamond. *Atlas of the Medieval World*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

• FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

ANDERSON, Roberta Dominic Bellenger. *Medieval Worlds: A Sourcebook*. Londres e Nova York: Routledge, 2003.

GEARY, Patrick (Org.). *Readings in Medieval History*. 2. ed. Peterborough, Ontario: Broadview Press, 1991.

_____. *Readings in Medieval Civilizations and Cultures*. 11 v. Peterborough, Ontario: Broadview, 2006.

SPEED, Peter (Org.). *Those Who Fought, Those Who Worked, Those Who Prayed. Three Anthologies of Medieval Sources*. 3 v. Nova York: Italica Press, 1996-1997.

• SUBPERÍODOS

Baixa Idade Média

COLLINS, Roger. *Early Medieval Europe, 300-1000*. Basingstoke e Londres: Macmillan Press, 1991.

MCKITTERICK, Rosamond (Org.). *The Early Middle Ages: Europe 400-1000*. Oxford: Oxford University Press (Short Oxford History of Europe), 2001.

SMITH, Julia M. H. *Europe after Rome. A New Cultural History 500-1000*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2005.

Idade Média Clássica

BARBER, Malcolm. *The Two Cities. Medieval Europe 1050-1320*. 2. ed. Londres e Nova York: Routledge, 2004.

JORDAN, William Chester. *Europe in the High Middle Ages*. Londres e Nova York: Allen Lane/Penguin Group, 2001.

MUNDY, John H. *Europe in the High Middle Ages 1150-1309*. 2. ed. Londres e Nova York: Longman, 1991.

POWER, Daniel (Org.). *The Central Middle Ages*. Oxford e Nova York: Oxford University Press (Short Oxford History of Europe), 2006.

Alta Idade Média

BRADY JR., Thomas A. ; OBERMAN, Heiko A.; TRACY, James D. (Orgs.). *Handbook of European History, 1400-1600. Late Middle Ages, Renaissance and Reformation*. Leiden: E. J. Brill, 1994.

WALEY, Daniel; DENLEY, Peter. *Later Medieval Europe 1250-1520*. 3. ed. Harlow: Longman, 2001.

CAPÍTULO 2

O LEGADO ROMANO

Depois de sua coroação como imperador em Bolonha em 1530 e, sobretudo, quando se apoderou das cidades da Itália, inclusive Roma, em 1536, Carlos V demonstrou ser a perfeita reencarnação de um antigo imperador. Marco Aurélio, com sua ética e aparência, lhe servia de modelo. Cópias de sua estátua equestre foram colocadas em diversos lugares, e até mesmo o cabelo de Carlos e suas roupas nas moedas, medalhões e estátuas eram cópias exatas do modelo clássico. Os artistas adotaram o estilo renascentista em voga na época e, nesse aspecto, Carlos revelava seu fascínio tipicamente medieval pela cultura clássica. A civilização romana, muito mais que a grega, continuou a ser o ideal dos governantes durante a Idade Média, e ainda por um longo tempo. Todos os governantes que se sentiam de alguma forma superiores aos seus rivais, desde os reis bárbaros a Carlos Magno, Frederico II, Carlos V, Napoleão, Mussolini e Bokassa, que se coroou imperador da República Centro Africana em 1977, usaram símbolos dos imperadores romanos. Grande parte da herança cultural de Roma continuou a ser relevante para os que atingiam determinado nível de desenvolvimento. Durante os 11 séculos, após a simbólica destituição do último imperador do Império Romano do Ocidente, em 476, a história romana, sua forma de governo, legislação, arquitetura, língua, ciência e literatura continuaram a exercer uma força instigante na imaginação e nas atividades da alta sociedade no Ocidente.

DESINTEGRAÇÃO DO IMPÉRIO

A Estrutura de Governo

É claro, o que mais instigava a imaginação era a própria autoridade imperial: o poder soberano sobre uma área imensurável que englobava inúmeros grupos étnicos. Nunca a Europa tivera uma estrutura estatal na escala do Estado romano, apesar de algumas tentativas regulares nesse sentido por períodos curtos em que ocorreram grandes conquistas. Mas o essencial era que o Império Romano constituía uma unidade que funcionou por centenas de anos baseada em uma organização econômica sólida, uma

infraestrutura impressionante e sistemas jurídicos e governamentais extremamente desenvolvidos. A escala ambiciosa da organização era visível na imensa estrutura de defesa construída pelo império para repelir ataques dos bárbaros. Uma fileira de torres defensivas e cidades ocupadas por guarnições formavam as *limes*, a fronteira ao longo do Reno, do Danúbio e do Mar do Norte. Em 122 o Imperador Adriano construiu sua famosa muralha que se estendia por 117 quilômetros, e Newcastle-upon-Tyne até Carlisle. No século IV um exército de 300 mil a 400 mil homens foi mobilizado para proteger as fronteiras. Os reinos europeus só conseguiram reunir um exército desse porte no século XVII. Na estrutura militar criada na época de Diocleciano, os *duces* eram os comandantes das tropas das fronteiras. A palavra *comitatus* originalmente significou "escolta do imperador", mas, no decorrer do tempo, passou a referir-se a um exército móvel com uma cavalaria fortemente armada. As duas palavras foram usadas em séculos posteriores: *dux*, ou duque, era uma pessoa com autoridade sobre uma região importante, com frequência nas fronteiras de um reino; e de *comitatus* originou-se a função de *comes*, ou conde, o representante do rei em um distrito administrativo.

A organização militar, que era a base das conquistas que deram ao Império Romano um território tão extenso, continuou a ser a essência de sua unidade, porque a pressão dos povos vizinhos era grande. Uma extensa rede de estradas pavimentadas e bem construídas constituía a espinha dorsal do império. Seu objetivo era fundamentalmente administrativo e militar, o de garantir a comunicação entre as principais cidades e as fronteiras. A extensão total do sistema de estradas romano é calculada entre 80 mil e 100 mil quilômetros. Havia marcos miliários, locais de descanso e albergues em intervalos regulares. Até o século XVIII essas estradas foram as mais extensas e as que ofereciam os melhores meios de comunicação terrestre na Europa. Muitos trechos continuaram a ser usados durante séculos porque nenhuma autoridade do governo foi capaz de construir nada que equivalesse ao sistema romano e, com certeza, nenhum sistema de estradas que cobrisse distâncias tão grandes.

Esse sistema de estradas propicia uma visão coerente da estrutura administrativa do império. Um mapa-múndi do século IV mostra o mundo da Grã-Bretanha à Índia (ver Ilustração 2.1). Ele indica exatamente o percurso das estradas e as distâncias entre as cidades. Esse mapa reflete a coesão e a hierarquia interna do império. Só foi possível governar esse império porque os conceitos abstratos referentes à administração e à legislação eram amplamente aceitos. Em 292 o Imperador Diocleciano reorganizou o império dividindo-o em prefeituras, dioceses e em cerca de 100 províncias. Cada província subdividia-se em *civitates*, uma palavra usada para as principais

idades e que mais tarde deu origem em algumas línguas a palavras que designam uma cidade: *città*, *cit *, *ciudad*, *city*. O mapa de uma rua de uma cidade típica nas províncias revelava a natureza sistemática e metódica do projeto: um desenho quadrado com ruas construídas como um tabuleiro de xadrez, eixos partindo dos portões em direção   praça central, o fórum, onde uma basílica, um edifício público com tribunais e templos demonstravam os valores duradouros do império.



Ilustração 2.1 “Todas as estradas levam a Roma”. Detalhe do Peutinger Table, cópia de um mapa romano do século III que mostra estradas e r os. O mapa recebeu esse nome em homenagem ao humanista Conrad Peutinger. Diversos pontos reconhecíveis são visíveis no mapa, em especial cidades e r os.

Mais tarde, na Europa, esses princípios organizacionais desapareceram quase por completo, e agora só as ruínas e a arquitetura dos centros das cidades ainda lembram as glórias passadas. O contraste   tão grande que   impossível não pensar por que as realizações do século I a.C. ao século V d.C. não se repetiram mais tarde na mesma escala: uma grande e duradoura

hierarquia administrativa com sua expressão material em padrões urbanos, formas arquitetônicas, ordem econômica, uma religião oficial e um sistema de comunicação. Todas as cidades e nações que foram criadas desde então não tiveram essa visão de unidade, dessa escala, dessa ordem, dessa abstração e racionalidade. As cidades que surgiram mais tarde tinham formas irregulares, diferentes e concêntricas, parecidas com configurações da natureza (cristais, folhas). Os Estados surgiam e desapareciam de todas as formas e tamanhos sem nenhuma relação mútua hierárquica.

As estradas foram abandonadas, e a partir do século XIII retomou-se a construção intensiva de estradas, porém, em uma escala extremamente modesta. A rede atual de estradas de rodagem na Europa ainda revela as descontinuidades dos Estados individuais que originalmente as planejaram e construíram.

Em contraste com o Império Romano a Europa moderna cresceu sem grandiosidade, com muitas unidades regionais pequenas e individuais. Ela não foi concebida por um poder superior. A diferença fundamental é o fato de que a supremacia romana surgiu de uma única região central, com Roma como sua capital. À medida que seu território expandiu-se métodos administrativos e preceitos jurídicos desenvolveram-se e refinaram-se. Roma era uma república quando fez suas maiores conquistas. Isso significa que os ganhos territoriais pertenciam à República, e não ao general conquistador e à sua família. Sem dúvida, os generais ganhavam muita notoriedade com suas conquistas: eles podiam fazer uma procissão triunfal, construir um arco comemorativo ou uma coluna, mas o novo território não lhes pertencia, e, sim, era propriedade do Estado. Na época medieval e no início da Europa moderna as grandes unidades políticas eram criadas pelas dinastias nobres, porém, no século XIX, elas ainda pensavam basicamente em termos de seus patrimônios privados. Para esses nobres, as terras eram propriedades para serem usadas como segurança ou herança, divididas e consolidadas dentro da família.

A lembrança da glória passada do Império Romano e a atração que exerce ainda são sentimentos profundos. É muito mais do que uma imagem idealizada: apesar de todas as rupturas e diferenças sociais um sentimento de continuidade emanava de suas estruturas. Além disso, os modelos romanos foram usados com frequência em questões administrativas e jurídicas.

A Igreja Católica foi, com certeza, a herdeira mais importante do Império Romano. Ela cresceu dentro do império, no início em conflito com quem estava no poder. Quando o Cristianismo foi reconhecido em 311, a perseguição aos cristãos terminou, e as mais altas autoridades aproximaram-se muito da nova religião. A estrutura da Igreja expandiu-se nos centros administrativos romanos, e, durante o Concílio de Niceia, em 325,

a Igreja adotou a divisão do império em quatro níveis administrativos. Os patriarcas com assento em Antioquia, Alexandria, Roma e Constantinopla, junto com o patriarca de Jerusalém, exerciam um grande poder nessa área extensa; os metropolitanos supervisionavam alguns bispados, e os bispos eram responsáveis pelos padres das paróquias. As palavras “diocese” e *civitas*, que designam a autoridade do bispo, sua cidadania romana e sua região administrativa eclesiástica evocam sua origem romana; a palavra grega *epi-scopus* (chefe eclesiástico, bispo) explica sua função. Durante a baixa Idade Média sua função era a mais importante na hierarquia da Igreja.

Os primeiros bispos, os padres da Igreja e os santos pertenciam à classe de senadores de Roma: eles possuíam riqueza material e a formação intelectual necessárias para construir a nova estrutura. Ambrósio, bispo de Milão; Zeno, bispo de Verona; Símaco, bispo de Turim; Martinho, bispo de Tours; e Santa Melânia (cuja propriedade de 60 *villae* – propriedades rurais – lhe permitiu comprar a liberdade de oito mil escravos, assim conta a história), estão entre os fundadores da Igreja que pertenciam à aristocracia romana. Nos primórdios da Igreja, como no império, havia uma hierarquia estabelecida nas cidades, e seus líderes pertenciam às antigas elites, cuja cultura eles estimularam em muitos aspectos, como língua, conhecimento científico, noções de administração e ideal universalista. Este último significava que a autoridade estendia-se além dos limites geográficos, étnicos e culturais. Era também um sistema centralizado, e cada autoridade local ou regional dependia da base do poder central, o governo imperial.

Quando o Cristianismo tornou-se a religião oficial do Estado, entre 381 e 391-392, e outras religiões foram proibidas, o Imperador Teodósio escolheu alguns funcionários importantes que, com suas famílias, tinham permanecido leais ao antigo culto. Assim, ele demonstrou sua independência em relação à Igreja Católica. A Igreja poderia desenvolver-se no âmbito das estruturas já existentes do império e tinha de aceitá-las como uma realidade independente. De suas origens de uma dissidência do judaísmo, reconhecido pelos romanos como uma religião, a Igreja cristã evoluiu como uma ordem estabelecida, nos últimos elementos que uniam o final do império. Os imperadores cristãos, seguindo a antiga tradição, continuaram a agir como chefes da Igreja e do Estado. Em Bizâncio essa situação nunca mudou, mas, quando os imperadores do Ocidente desapareceram, os papas preencheram o vácuo.

Apesar de sua independência formal do poder secular mais elevado, a Igreja no Ocidente incorporou diversos conceitos do Império Romano. Conceitos como hierarquia nos níveis administrativos, autoridade territorial e o conceito da função pública ligavam-se à estrutura administrativa. Os povos bárbaros dos séculos IV e V estavam despreparados para lidar

com essas ideias abstratas, mas elas aos poucos foram adquirindo conteúdo e uma base teórica durante a república romana.

Em um dos textos mais estudados da Idade Média, *De Officiis*, de Cícero (106-43 a.C.), o advogado, orador e filósofo político, o serviço público e o dever são seus temas principais. Segundo Cícero, uma função pública tem obrigações referentes à sua própria função, que são definidas independentemente de quem as detém, e o funcionário deve satisfazer os critérios pré-estabelecidos. A escolha de um funcionário público deveria seguir um procedimento rigoroso, e uma pessoa que não atendesse às expectativas seria excluída do serviço público de acordo com os procedimentos existentes. O objetivo da função pública permanecia, independente de como era desempenhada. Em recompensa por seus serviços um funcionário recebia um salário fixo. A Igreja assimilou importantes elementos do conceito de Cícero de função pública para seus padres e dignitários. É verdade que não havia mais limites para o período de tempo da função, e a possibilidade de pagamento em dinheiro desapareceu em grande parte. Quando, a partir do século IV, o aparato do Estado ficou cada vez mais suscetível de corrupção e de poder pessoal, a Igreja ainda manteve até certo ponto a tradição romana.

O funcionalismo implicava ser alfabetizado, uma arte da qual só a Igreja deteve o conhecimento durante séculos em um mundo baseado na tradição oral. A Igreja também continuou a usar o latim, tanto na liturgia como nos assuntos administrativos. Isso permitiu que funcionasse com eficiência como uma organização universal que recrutava seus membros na África, na Ásia e da Irlanda à Estônia. Seus padres podiam exercer seu ofício em qualquer lugar, independente de seu lugar de origem, e podiam prestar serviços a senhores seculares no mundo inteiro. Até o século XII o latim foi a única língua usada em textos administrativos em toda a Europa cristã, e só os clérigos dominavam sua escrita. Sem dúvida, esse monopólio administrativo universal contribuiu de maneira significativa para que os governantes europeus incorporassem aos poucos determinados valores inspirados no Cristianismo.

O mesmo aconteceu com a legislação escrita. A complexidade da sociedade romana resultou em um sistema jurídico altamente desenvolvido que sobreviveu graças à compilação de leis realizada sob o Imperador Teodósio II (c. 440) e, pelo código mais famoso, o *Corpus Iuris Civilis* sob Justiniano (c. 530).¹ Esses códigos de leis reunidos e sistematizados, e de legislação processual e jurisprudência consolidaram-se e adquiriram validade ao longo de muitos séculos.

1 N.T.: O *Codex Theodosianus*, publicado em 438, reuniu as leis romanas desde Constantino I e formou a base para o código de leis do Imperador Justiniano I no século seguinte.

O sistema jurídico romano oferece um exemplo de refinamento intelectual que, a partir do século XII, se tornou um dos fundamentos do ensino de juristas nas universidades na Europa ocidental. Assim, mais uma vez, e com mais força, definiu o pensamento de administradores e advogados. Além disso, a Igreja também promoveu desenvolvimentos na lei canônica. A doutrina legal da Igreja deve muito ao sistema jurídico romano.

Assim, a Igreja assumiu a responsabilidade de preservar a cultura clássica, em grande parte porque a Igreja era uma relíquia importante dessa cultura. Os clérigos copiavam e estudavam os trabalhos de escritores cristãos e de não cristãos. Uma cultura culta latina continuou a existir no microcosmo da Igreja, enquanto desaparecia no mundo externo. Os bárbaros no Norte pertenciam a uma cultura radicalmente diferente, na qual prevaleciam a visão mágica do mundo, a personalidade do poder, as palavras faladas e a ritualização do governo e da justiça. À medida que eles assumiam uma posição predominante, a Igreja continuou a defender a superioridade de sua autoridade. Ela o fez, como era natural, baseada em seu papel de representante da vontade divina. Além disso, a Igreja usou todos os recursos de uma cultura refinada, indispensáveis à preservação da autoridade pública: a arte de escrever, uma língua universal, profissionalismo administrativo e em legislação escrita, e uma organização estável com divisões territoriais fixas. Muito antes que qualquer rei houvesse pensado, papas como Gelásio I (492-496) promulgaram decretos que comprovam a visão coerente de unidade. Em meio a um mundo incerto a Igreja representava valores permanentes, quase sempre vistos como valores elevados.

A Economia do Estado

No final do império o Estado tinha uma grande participação na economia. Ele intervinha na produção para assegurar rendimentos de impostos suficientes para realizar seus objetivos. Isso significava manter um exército imenso nas fronteiras, pagar um enorme serviço civil e abastecer as cidades com víveres a preços que até mesmo as pessoas mais pobres podiam pagar. A produção dos domínios estatais destinava-se a essa finalidade. Estradas, portos, estabelecimentos comerciais e canais foram construídos com intuítos militares e administrativos. Durante muito tempo o Estado recompensou seus militares veteranos com uma propriedade rural nas províncias da periferia do império.

O entusiasmo dos comandantes de navios e de mercadores em trabalhar para o governo diminuiu nos séculos IV e V, quando o contingente do exército aumentou e os rendimentos do Estado reduziram-se. Por um lado, devido à pressão crescente nas fronteiras foi necessário gastar mais dinheiro para defendê-las do ataque de alguns bárbaros e para subornar outros; por outro, a falta de segurança nas áreas rurais causou a queda da

produção agrícola, e o fluxo da renda de impostos dessas regiões abandonadas nos cofres estatais extinguiu-se. O pagamento do exército exigia o dispêndio de grandes somas, mas o ressentimento em relação ao crescente ônus dos impostos aumentou. Uma solução temporária foi desvalorizar a moeda, porém, isso acarretou mais e mais transações na mesma moeda, e o dinheiro ficou escasso. O fornecimento de víveres às cidades ficou mais difícil quando o sistema de distribuição do Estado ruíu.

O império tardio adotou medidas severas para enfrentar seus enormes problemas econômicos. Depois de 332 os *coloni* (fazendeiros que eram proprietários de suas terras, ou arrendatários) e os *mancipia* (escravos) vincularam-se hereditariamente à terra onde trabalhavam. Sem dúvida, isso tinha o objetivo de enfrentar a escassez de mão de obra, mas ao mesmo tempo limitava a liberdade pessoal dos fazendeiros. Medidas compulsórias também foram aplicadas aos mercadores. O Estado obrigou os filhos a seguirem a profissão dos pais, aparentemente porque esse trabalho tornara-se desestimulante do ponto de vista financeiro. Nas cidades o poder de compra desapareceu quando os membros da aristocracia preferiram retirar-se para suas propriedades rurais, onde podiam supervisionar diretamente a produção e estavam seguros de ter meios de subsistência.

Em torno do ano 400 o Estado estabeleceu seu sistema de produção e distribuição de bens essenciais. As fábricas têxteis do império obrigaram artesãos livres a trabalharem em regime de trabalho forçado. O Imperador Majoriano (457-461) tentou proibir que meninas com menos de 14 anos entrassem em um convento e forçar viúvas a se casarem de novo em um prazo de cinco anos, sob pena de confisco de metade de suas posses. Com isso ele esperava combater a queda alarmante da população. Todas essas medidas compulsórias mostraram que o sistema econômico e fiscal no qual o império apoiava-se estava desmoronando.

A “expansão imperial” era uma expressão usada para ilustrar a tendência dos grandes impérios de expandirem seus territórios além do limite de seu controle. Com certeza, isso aconteceu com o Império Romano; a proteção às suas fronteiras acarretou uma imensa carga fiscal e uma enorme intervenção do governo na economia. A criação de seu sistema de produção e distribuição abalou o mercado e exigiu um número crescente de funcionários e medidas compulsórias. O Estado reprimiu a iniciativa econômica, e a base do império ruíu.

Ruralismo

O império foi alicerçado em uma sociedade urbana e em meios eficientes de comunicação, mas durante os séculos IV e V essas características desapareceram. O fluxo de dinheiro reduziu-se até só restarem moedas de

bronze, que não circulavam além do lugar ou da região onde eram cunhadas. As moedas de ouro e prata circulavam menos como dinheiro, e cada vez mais eram usadas como presentes entre as elites. As unidades do exército foram forçadas a utilizar os impostos em forma de produtos dos locais vizinhos para se abastecerem. A máquina do Estado que controlara uma parte considerável do fluxo de bens e serviços desmoronou. O comércio que o Estado organizara em áreas distantes paralisou-se; as cidades perderam a atração como centros de consumo.

A população reduziu-se de maneira significativa nos séculos IV a VI. As cifras da época são apenas indicadores estimativos, porque não havia fontes estatísticas representativas. Mas, dos 40 a 50 milhões de habitantes da Europa ocidental durante o século II, só restaram não mais que 30 milhões no final do século V. A redução populacional foi mais expressiva nas cidades e nas guarnições. Esse fato foi suficiente para reduzir a demanda do comércio: quando os serviços públicos entraram em colapso, assim como a segurança (garantida pelo império) e a riqueza das elites que viviam do salário do Estado, o mercado urbano desapareceu. A população urbana durante o império representava de 10% a 20% da população total. Nessa época a maioria das cidades romanas tinha entre três mil a 10 mil habitantes, e só algumas cidades grandes, como Lyons e Trier, tinham até 50 mil habitantes. Roma, é claro, era uma exceção. Depois do século V pouquíssimas cidades permaneceram no Ocidente. Os lugares onde os bispos moravam sobreviveram graças às funções religiosas e administrativas.

Em consequência, a produção agrícola e o cultivo das terras diminuíram. Inúmeros registros de campos abandonados comprovam esse fato. Até o século V grandes propriedades agrícolas, os *latifúndia*, com centenas de hectares, formavam o cerne da sociedade no (antigo) Império Romano do Ocidente. A antiga classe senatorial usara seu poder político para obter privilégios fiscais. As propriedades rurais dos senadores tinham uma posição de imunidade inatingível ao poder do Estado. Os grandes proprietários de terras, com seus inúmeros camponeses, podiam se defender melhor em épocas de incerteza do que as pessoas comuns dependentes de seu trabalho individual. Eles adotaram estilos militares, seus prédios principais transformaram-se em fortalezas e, assim, foram capazes de organizar uma defesa armada contra gangues que perambulavam pelas terras. A falta de segurança e o crescente aumento de impostos levaram muitos pequenos proprietários de terras livres a pedirem proteção aos proprietários de extensos domínios rurais vizinhos. Às vezes, isso ocorria como uma transação formal conhecida como *precária* (em um sentido literal, “pedido”), na qual o camponês renunciava à sua terra e remunerava o senhorio em reconhecimento por sua proteção. Em retorno, o camponês mantinha o di-

reito de usar a terra. Outros adquiriam o *status* de *colonus*, o que os forçava a trabalhar na terra cedida pelo grande proprietário em troca de parte da produção e serviços específicos.

Desse modo os grandes proprietários de terras usurpavam os poderes reduzidos do Estado de exercer a lei e fortaleciam sua posição de poder por meio do apoio a pessoas mais fracas. Nessa relação um homem poderoso oferecia sua proteção a um indivíduo vulnerável. Essas pessoas nada mais podiam fazer além de renunciar à sua propriedade e, por fim, à sua liberdade. Na falta da autoridade do Estado um homem com poder tinha a capacidade de decidir quanta pressão exerceria em seus dependentes potenciais. Essas relações econômicas e sociais criadas nas ruínas do final do Império Romano caracterizaram o início da Idade Média.

O IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE

Bizâncio era o nome grego da cidade despretensiosa no Bósforo, que o Imperador Constantino o Grande (306-337) expandira para ser sua capital. Diversos fatores influenciaram sua escolha: primeiro, é claro, sua localização estratégica na fronteira entre dois continentes; segundo, o crescimento demográfico e, provavelmente econômico, da região oriental do Império Romano; e, por fim, o desejo do imperador de distanciar-se de uma classe senatorial italiana rebelde, que se apegava, por exemplo, teimosamente aos antigos deuses romanos, ao passo que Constantino queria igualar o Cristianismo a esses deuses no império.

BOXE 2.1 A LEGISLAÇÃO ROMANA

O trabalho de compilação dos códigos de leis sob Justiniano foi realizado por uma comissão especial, que consistia em juristas da corte real ou de uma das duas mais renomadas escolas de direito do império, em Beirute e Constantinopla. O trabalho foi concluído em um prazo surpreendentemente pequeno, e em seu conjunto ficou conhecido como o *Corpus Iuris Civilis* (Corpo da Lei Civil), mas na verdade os códigos compunham-se de três partes bem diferentes. O Códice Justiniano contém todos os éditos imperiais de Adriano (117-134) até o ano 533. Essa parte tinha a finalidade de substituir compilações mais antigas e menos completas, como o Códice de Teodósio, datado de cerca do ano 440. Uma parte separada, o *Novellae Constitutiones*, conhecido como “*Novellae*”, com acréscimos a partir de 533, surgiu mais tarde. A parte maior do *Corpus* compõe-se da *Digesta*

(*Pandecten*, em grego), uma extensa seleção de observações jurídicas de 39 advogados romanos famosos da era romana imperial. A última parte, apesar do tamanho mais modesto, foi a mais influente. Chamou-se de “Institutiones” e tinha como objetivo ser um manual para alunos de Direito ou um livro de referência para a prática de advogados. *Institutiones* parece mais um estatuto, uma pesquisa sistemática de regras de leis, referentes apenas ao direito privado. A rapidez e a qualidade com que os códices de leis foram compilados comprovam que o aparato do governo do Império Romano do Oriente dava muito valor ao treinamento jurídico. A partir da alta Idade Média o *Corpus Iuris Civilis* exerceu uma grande influência nos conceitos legais e na administração da justiça no Ocidente.

No que concerne ao direito privado a legislação romana propiciou muitas maneiras para que as pessoas garantissem seus direitos de propriedade, dispusessem de suas posses por testamento, firmassem contratos com liberdade e protegessem os direitos das mulheres e de menores de idade. O Códice Justiniano reconheceu o estatuto da pessoa jurídica com o qual as coletividades (*universitates*, em latim), como as guildas e comunidades locais, conseguiram assegurar seus direitos. Os processos civis e criminais foram elaborados com muita precisão, a fim de que os litigantes individuais pudessem recorrer da sentença por apelação, mesmo contra o poder do Estado. Além disso, durante a compilação muitas cláusulas de centenas de anos foram revistas sob a ótica das novas relações no Império Romano do Oriente, onde o imperador e seus funcionários exerciam poderes soberanos na legislação, na administração da justiça, no governo, na legislação de impostos e na condução da guerra. No *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano encontramos os princípios de que “o governante não está preso à lei” e que “o que agrada ao governante tem a força da lei”, princípios aos quais monarcas posteriores com tendências absolutistas gostaram de se referir.

Os imperadores do século IV fizeram tudo o que foi possível para dar a Bizâncio – ou Constantinopla (“cidade de Constantino”) como logo passou a ser chamada – alguma aura de Roma. Constantino e seu filho Constâncio II (337-361) iniciaram um ambicioso programa de construção em que as igrejas cristãs monumentais ocuparam uma posição central desde o início, ao mesmo tempo em que as amenidades públicas tão características da cultura urbana romana como foros, termas, teatros, pistas de corridas foram aumentadas e reformadas.

O centro cerimonial da cidade ficava diretamente no Bósforo: compunha-se do grande palácio imperial, da pista de corridas (hipódromo), da primeira Santa Sofia, a igreja dedicada à “sabedoria sagrada” ou o Espírito Santo, do prédio mais importante do governo (o Silention, a basílica do

silêncio) e do foro de Constantino. Havia também um senado bizantino à parte. O crescimento da população foi extraordinário entre os séculos IV e V, em nítido contraste com o declínio simultâneo da cidade de Roma. Enquanto Roma tinha uns 800 mil habitantes em torno do ano 400, em meados do século VI não havia mais de 30 mil. Constantinopla tornara-se uma metrópole com cerca de meio milhão de pessoas. Esse número reduziu-se mais tarde e Constantinopla nunca chegou a ser tão grande como Roma fora durante o império, porém, ao longo da Idade Média, continuou a ser a maior cidade da Europa.

Justiniano

Após 476 os imperadores do Império Romano do Oriente reivindicaram a recuperação e restauração do império, *renovatio imperii*, a partir de Bizâncio e com autoridade sobre Roma. O homem que de fato deu forma a esse projeto foi Justiniano (527-565). Sua política de renovação tinha quatro alicerces: a recuperação das regiões que haviam sido perdidas; a elucidação e codificação da legislação romana; uma política econômica baseada no apoio do aparato militar; e o estabelecimento da unidade religiosa. No início essa política foi muito bem-sucedida, mas, em torno de 550, ela começou a fracassar e o abismo entre o ideal e a realidade aumentou.

Justiniano realizou as guerras de reconquista com sagacidade. A fim de evitar a guerra em duas frentes, ele antes de tudo negociou uma trégua de longo prazo com os persas, os maiores inimigos do Império Romano do Oriente. Depois, uma força expedicionária atacou com sucesso as terras dos vândalos no Norte da África, porém, a presença bizantina nessas regiões foi tão efêmera como a dos vândalos. Em 647 o avanço mulçumano colocou a região ao redor de Trípoli sob o domínio árabe. Em 670 o Norte da África inteiro era dominado pelos árabes.

Mais tarde os bizantinos conseguiram obter uma posição segura na costa leste da Espanha, mas Justiniano subestimou a força do reino dos ostrogodos na Itália. O ataque começou em 535. Terminou com duas guerras exaustivas que duraram quase 20 anos e mergulharam a Itália em uma miséria terrível. Os ostrogodos usaram não só a força, como também a diplomacia internacional. O melhor exemplo foi quando o xá da Pérsia convenceu o rei dos ostrogodos, Vitigis, a declarar guerra aos bizantinos para que a segunda frente tão temida por Justiniano se tornasse realidade. Para agravar ainda mais a situação, a maior parte das conquistas territoriais desapareceu quando a nova confederação bárbara, a dos lombardos, invadiu a península logo após a morte de Justiniano.

Ao longo do tempo os bizantinos mantiveram algumas terras na Itália, porém, não muitas, entre as quais duas antigas moradias imperiais: Roma

e Ravena. A primeira cidade jamais cairia nas mãos dos bárbaros; a segunda só por pouco tempo. Ravena foi governada por um representante dos imperadores bizantinos, o exarco, que só foi expulso pelos lombardos em meados do século VIII. Retrospectivamente, vemos que as tentativas de Justiniano para restaurar o domínio romano no Ocidente por meios militares foi um fracasso.

O segundo alicerce da restauração, a elucidação e a codificação da legislação romana empreendida por Justiniano logo após iniciar seu longo reinado, foi muito mais bem-sucedida e duradoura. Segundo os conceitos do final da Antiguidade não mais existia o “povo de Roma”, representado pelo Senado, e o imperador que era considerado a única fonte de justiça e lei aos poucos assumiu a qualidade de um mandato divino. Para os imperadores romanos também a justiça deveria seguir o que Justiniano chamava de “honrada autoridade da tradição”, e a compilação dos códigos de leis que deu origem ao *Corpus Iuris Civilis* converteu-o em mais do que apenas um imperador honrado que exercia com seriedade sua responsabilidade real de administrar a justiça. Esse mesmo ato administrativo o ligava aos fundamentos profundamente enraizados da autoridade romana. O *Corpus Iuris Civilis* foi menos útil na administração da justiça no Império Romano do Oriente, porque só pouquíssimas pessoas, inclusive os intelectuais, falavam ou escreviam em latim. Por muito tempo os advogados e juristas recorreram aos extratos gregos do *Corpus*. Só no final do século IX surgiu uma tradução quase completa em grego, em nome do Estado, na qual muitos textos jurídicos de séculos anteriores foram anexados.

O terceiro aspecto do *renovatio imperii* de Justiniano, ou seja, as guerras de conquista, os projetos de construção imensos e o suprimento de grãos para a metrópole de Constantinopla, foram extremamente caros, acarretando uma pesada carga de impostos sob seu governo. Em 541 a região do Mediterrâneo sofreu uma epidemia de peste bubônica, a primeira da Europa. No leste os persas, os arqui-inimigos, avançaram. O norte enfrentou outras invasões bárbaras quando duas novas confederações nômades das estepes entraram no vale do Danúbio vindos da Ucrânia: primeiro os abares e depois os búlgaros. Eles obrigaram vários povos eslavos a pagarem um tributo. Em seus esforços para fugir desse férreo domínio esses grupos de eslavos foram para os Bálcãs e a Grécia, onde se instalaram permanentemente. No Ocidente as conquistas feitas na Itália e na Espanha frustraram-se em grande parte devido aos lombardos e aos visigodos.

As ambições de Justiniano também recorreram a uma longa tradição romana, o entrelaçamento dos assuntos do Estado e da religião, e a visão de que o imperador era também o líder religioso. Desde Constantino, isso significou que era dever do imperador conduzir a Igreja cristã e defendê-la

de inimigos internos e externos. Nesse sentido, a expedição contra os vândalos foi deliberadamente realizada como uma guerra santa contra hereges, porque, embora os vândalos tivessem se convertido ao Cristianismo, eles eram seguidores do arianismo, que fora decretado uma heresia.

Dentro do império, Justiniano combateu ainda com mais violência do que seus predecessores, mas, com pouco sucesso, o monofisismo, outra corrente herética com um crescente número de seguidores na Síria e no Egito. Para demonstrar solidariedade à religião cristã e à Igreja bizantina, e como expressão de sua primazia, Justiniano mandou transformar a Igreja de Santa Sofia, ao lado do palácio imperial, na maior e mais majestosa igreja do mundo cristão.



Ilustração 2.2 Vista da galeria imperial da Igreja de Santa Sofia em Constantinopla, construída no século VI por ordem do Imperador Justiniano.

No final do reinado de Justiniano houve mudanças visíveis no culto ao imperador. No Império Romano tardio os imperadores tinham um *status* semidivino, e a pessoa do imperador era objeto de veneração. Na segunda metade do século VI a adoração ao imperador diminuiu, ao passo que aumentaram a fé e a veneração a Deus. Os ícones (imagens pintadas de

santos) e as relíquias (o que resta do corpo dos santos) eram usados para que as pessoas se aproximassem mais de Deus. Então, os imperadores adotaram essa nova tendência e mandaram pintar seus retratos e os enviavam ao alto escalão de administradores, pedindo-o que os colocasse em lugares de destaque de locais de cerimônias públicas.

Implosão e Consolidação

As tentativas bizantinas de repelir as ameaças externas oscilaram entre diversos graus de sucesso. O governo do Imperador Heráclio I (610-641) pode ser chamado de trágico nesse aspecto. Menos de 10 anos depois da vitória espetacular contra os persas, em 627, os bizantinos sofreram uma derrota humilhante nas mãos dos árabes (636). A Síria e a Palestina foram perdidas para sempre, e o Egito foi conquistado logo após a morte de Heráclio.

A crise demográfica e a perda de territórios tiveram sérias consequências na economia e na sociedade bizantinas, assim como na organização administrativa e militar do império. Durante o século VII a economia bizantina mostrou sinais visíveis de retração. No Ocidente a estrutura mais vital da economia e da sociedade da Antiguidade, as pequenas cidades (*civitas*), desapareceram na baixa Idade Média, e o mesmo aconteceu no Oriente. Outra consequência, não menos relevante, da redução territorial recaiu nas esferas social e cultural. Embora os governantes e povos do Império Bizantino tivessem insistido em referirem-se a si mesmos como “*romaioi*” (romanos), e os árabes e os turcos do mesmo modo ainda falassem “*rum*”, referindo-se ao Sultanato seljúcida de Rum, o império helenizava-se com rapidez. E, do ponto de vista religioso, cada vez mais se afastava do Cristianismo ocidental.

Sob Heráclio e Constâncio II (641-668), seu neto e sucessor, diversas reformas importantes nos impostos, na organização militar e na burocracia imperial foram realizadas. Nas áreas rurais a responsabilidade pelo pagamento de impostos incidia nas comunidades agrícolas e em seus líderes. Os novos impostos eram, em geral, pagos com moedas de ouro. Dessa forma o vínculo vital monetário entre os súditos e os coletores de impostos por um lado, e os soldados (profissionais) e os funcionários públicos por outro, ficaria intacto. O exército e a burocracia foram drasticamente reduzidos nos séculos depois de Justiniano. Em seu reinado o número total de soldados disponíveis para recrutamento era de cerca de 150 mil homens, e esse número reduziu-se a uns 80 mil em torno de 740, quando o império tinha uma população de cerca de 7 milhões de pessoas; em Constantinopla o núcleo do serviço civil passou de 2.500 pessoas no início do século VI para apenas 600 no século VIII.

Nessa situação de declínio e diante da ameaça constante dos árabes, eslavos e búlgaros, ou Heráclio ou Constâncio II remodelou o exército. O

exército bizantino ainda era um exército popular de semiprofissionais recrutados voluntariamente. Agora, as unidades militares dividiram-se em quatro forças ou *themes*, que se instalaram na Ásia Menor, a maior e mais rica região que o Império Bizantino ainda possuía. Uma quinta *theme* semelhante ao corpo de fuzileiros navais ficou baseada em unidades navais no Mar Egeu.

Novas *themes* foram criadas para proteger as regiões remanescentes do Império Bizantino na parte ocidental do Mar Mediterrâneo (áreas da Itália, da Sicília, da Sardenha e das Ilhas Baleares). A ameaça contínua dos árabes, que entre 717 e 718 sitiaram Constantinopla, bem como as conspirações internas contra o imperador, convenceram Constantino V (741-775) a criar seis novas forças de elite com soldados profissionais conhecidos como *tagmata*, que recebiam um soldo melhor e estavam mais próximos do imperador. Eles consistiam em 18 mil homens – no papel pelo menos – muitos deles servindo na cavalaria. Isso significava que em tempo de crise o imperador tinha melhores condições para enfrentar as ameaças. No entanto, logo após, um novo perigo surgiu no horizonte: os comandantes *tagmata* começaram a decidir quem se tornaria imperador. A solução para esse problema foi a criação durante o século IX de uma escolta imperial com homens cuidadosamente escolhidos, entre os quais alguns bárbaros. Antes do ano 1000 os exércitos *theme*, em sua antiga formação, ficaram obsoletos. Depois disso, nas novas regiões conquistadas os distritos militares foram criados por tropas diligentes, cujos *strategoi* (comandantes) eram diretamente responsáveis pela segurança do imperador. Mas as tropas que compunham esse novo estilo de *themes* eram bem menores que a antiga formação.

Também em torno de meados do século VII a burocracia imperial sofreu uma reestruturação drástica. Um número limitado de departamentos especializados ou *sekreta* foi criado. Os dois departamentos mais importantes foram, sem dúvida, o *strategikon* (assuntos militares) e o *genikon* (departamento fiscal), o que não surpreende, visto que cerca de 60% do orçamento estimado do Estado eram gastos com o exército. O *sakellarios* (chanceler) chefiava toda a burocracia civil e tornou-se uma figura poderosa na política bizantina.

A Recuperação da Expansão Territorial

A recuperação territorial em ampla escala só ocorreria no século X, apesar de pequenos sucessos anteriores, como a reconquista logo após o ano 800 da região ocidental do Peloponeso habitada, em grande parte, por eslavos há mais de dois séculos. Alguns deles foram deportados e substituídos por gregos. A guerra civil e os inimigos estrangeiros impediram a expansão na área.

No século IX os cãs búlgaros causaram problemas para os bizantinos. Depois da derrocada dos abares, em torno do ano 800 (ver Capítulo 6), o reino búlgaro continuou a expandir-se regularmente em direção ao oeste, até ocupar uma área que englobava não só a atual Bulgária, como também a Macedônia inteira e grandes regiões da atual Sérvia e da Albânia. Os imperadores em Constantinopla não tiveram forças para conter essa expansão.

Só no final do século IX essa tendência começou a reverter-se; embora a maior parte da Sicília estivesse dominada pelos mulçumanos, a posição bizantina estava fortalecida na Itália e na Anatólia. As maiores conquistas do século X em parte só se realizaram devido ao enfraquecimento dos inimigos tradicionais de Bizâncio (em especial os governantes mulçumanos do Oriente Médio), e em parte, como resultado de uma razoável estabilização política do Império Bizantino.

O império encontrou um equilíbrio efetivo entre a monarquia hereditária e a interferência do exército nos assuntos do Estado, uma quase inevitável característica de um Estado relativamente centralizado que exigia muito do exército. Esse equilíbrio significou que os comandantes com postos mais elevados demonstraram moderação ao “corrigir” imperadores fracos ou preencher vácuos de poder, sobretudo, os criados, quando um imperador morria antes que o filho tivesse atingido a maioridade; mas, mesmo assim, eles acompanhavam tudo de perto. Isso transformou a corte em um mundo sombrio, onde atrás do cenário de contos de fadas o ar estava carregado de conspirações, e os protagonistas desapareciam com regularidade nos bastidores.

Ao longo do século X houve apenas dois imperadores: Constantino VII (913-959) e seu neto Basílio II (963-1025). Constantino VII reinou primeiro sob a regência do patriarca de Constantinopla e, em seguida, sob o de sua mãe, a cortesã Zoe “de olhos negros como carvão” (*Karbonopsina*), e, por fim, durante quase 25 anos teve que tolerar o general de carreira romano Lecapeno como coimperador. Para distingui-lo de Lecapeno, Constantino recebeu o sobrenome de Porfirogénita (“nascido na púrpura” – a púrpura do parto imperial), o que significava que legalmente ele era o monarca hereditário. Sob Basílio II os generais Focas e Tzimisces impuseram sua presença, um após o outro – depois que o último eliminou o primeiro –, no papel de coimperadores.

Esses acordos tinham ao mesmo tempo um aspecto positivo e negativo. Lecapeno, Focas e Tzimisces eram soldados muito capazes que, graças à sua posição, perseguiram suas ambições militares. Lecapeno pressionava o Império Búlgaro, que prosperara notavelmente sob o poderoso cã Simião (893-927) e seus sucessores. Focas anexou ao império a Cilícia (no sudoeste da Ásia Menor), a Armênia e as ilhas de Creta e Chipre, e com

sua conquista da Antioquia obteve uma cabeça de ponte no norte da Síria. Tzimisces expulsou os russos da Bulgária, começou a ocupar a Trácia e converteu os emirados árabes de Alepo e Mosul no norte da Mesopotâmia em estados vassallos bizantinos. O lado negativo das ações arrogantes dos generais é o fato de que a rivalidade e o autointeresse resultavam com muita facilidade em disputas internas, como aconteceu após a morte de Tzimisces, em 976. Após sua morte, seguiram-se 13 anos de guerra civil, que só terminou quando o jovem Basílio II assumiu o controle. A aliança que Basílio fez com Vladimir, o governante russo de Kiev, foi vital nessa luta pelo poder.

Basílio foi muito bem-sucedido na frente militar. Ele concluiu a conquista da Bulgária, com uma crueldade que excedeu até mesmo as normas da época, o que lhe angariou o apelido de “assassino de búlgaros”. Os pequenos reinos cristãos ao sul do Cáucaso, como a Geórgia, foram subjugados pelo império mais ou menos à força. E, por fim, Basílio fortaleceu a presença bizantina no sul da Itália. Apenas seus esforços para recuperar a Sicília do poder dos muçulmanos não tiveram êxito. A recuperação da expansão bizantina foi acompanhada pelo fortalecimento do exército. A importância tática da cavalaria foi inegável tanto no mundo islâmico como no Ocidente. As unidades da cavalaria possuíam mais armas e tinham obrigações ofensivas mais importantes, ao passo que a infantaria fora treinada para proteger a cavalaria de um contra-ataque com uma configuração em forma de um quadrado no campo de batalha. Essas reformulações no exército seguiram a legislação sobre recrutamento e custos. Basílio criou o princípio de solidariedade fiscal subsidiária. Com isso, grandes proprietários de terras foram obrigados a assumir as responsabilidades fiscais (não a terra) de pequenos fazendeiros do mesmo vilarejo em dificuldades financeiras. Se apesar dessa ajuda a terra fosse alienada ao Tesouro, ela seria arrendada, em vez de vendida. O custo de manutenção dessas unidades de cavalaria fortemente armadas, nas quais os cavaleiros tinham mais do que um cavalo à disposição de cada um deles e que precisavam de armas e equipamentos caros, dividia-se em partes proporcionais com determinadas áreas de terras. Os proprietários dessas terras tinham uma responsabilidade conjunta pela manutenção de um cavaleiro. Assim, o exército continuou a ser uma organização pública, e temporariamente, evitou uma situação na qual, os governantes locais e regionais tornaram-se líderes militares autônomos, como aconteceu em muitos lugares no Ocidente durante os séculos X e XI.

Quando Basílio II morreu, em 1025, o Império Bizantino mais uma vez era uma grande potência. O império era duas vezes maior do que no século VIII. Basílio reinou supremo do Estreito de Messina até a costa leste do Mar Negro. Porém essa rápida expansão teve desvantagens óbvias. O imenso território tinha muitas diferenças geofísicas e étnicas e, portanto,

era difícil de controlar. Nas extensas periferias as sementes do separatismo étnico e religioso sempre estiveram presentes. Mas acima de tudo, cada vez foi mais problemático garantir que o poder fosse compartilhado, principalmente através da corte em Constantinopla. Um crescente número de assuntos do Estado começou a ser articulado pelas famílias poderosas e ricas da Ásia Menor com seus dependentes.



Mapa 2.1 O Império Bizantino em torno do ano 700 e logo após o ano 1000



LEITURA SUGERIDA

- BOWERSOCK, G. W.; BROWN, Peter; GRABAR, Oleg (Orgs.). *Late Antiquity. A Guide to the Postclassical World*. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 1999.
- BROWN, Peter. *The World of Late Antiquity. From Marcus Aurelius to Muhammad*. Londres: Thames & Hudson, 1971.
- CAMERON, Averil. *The Mediterranean World in Late Antiquity, A.D. 395-600*. Londres e Nova York: Routledge, 1993.
- _____. *The Later Roman Empire*. Cambridge, Mass. e Londres: Harvard University Press, 2005.
- HALDON, John F. *Byzantium in the Seventh Century. The Transformation of a Culture*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. *Warfare, State and Society in the Byzantine World, 565-1204*. Londres: UCL Press, 1999.

- JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire, 284-602. A Social, Economic and Administrative Survey*. 4 v. Oxford: Blackwell Publishers, 1964.
- KAEGI JR., Walter E. *Byzantium and the Early Islamic Conquests*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- _____. *Heraclius, Emperor of Byzantium*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- KELLY, Christopher. *Ruling the Later Roman Empire*. Boston, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 2004.
- MOORHEAD, John. *Justinian*. Londres: Longman, 1994.
- POTTER, David S. *The Roman Empire at Bay, A.D. 180-395*. Londres e Nova York: Routledge, 2004.
- SALZMAN, Michelle Renee. *The Making of a Christian Aristocracy: Social and Religious Change in the Western Roman Empire*. Cambridge, Mass. e Londres: Harvard University Press, 2002.
- STEIN, Peter. *Roman Law in European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- STEPHENSON, Paul. *The Legend of Basil the Bulgar-Slayer*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- TREADGOLD, Warren T. *Byzantium and Its Army, 284-1081*. Stanford, California: Stanford University Press, 1995.
- _____. *A History of the Byzantine State and Society*. Stanford, California: Stanford University Press, 1997.
- WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of the Roman Empire and the End of Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WHITTOW, Mark. *The Making of Orthodox Byzantium, 600-1025*. Houndmills e Londres: Macmillan Press Ltda., 1996.
- WILLIAMS, Stephen; FRIELL Gerard. *The Rome that did not Fall. The Survival of the East in the Fifth Century*. Londres: Routledge, 1999.

CAPÍTULO 3

O PERÍODO DE MIGRAÇÕES

A expressão sugestiva, “os povos errantes” – uma tradução literal da palavra alemã *Völkerwanderung* – sempre traz à mente a imagem de invasões maciças de tribos selvagens e bárbaras que, em pouquíssimo tempo, devastaram o extremamente culto e poderoso Império Romano. Na verdade, essa designação para descrever o período entre c. 400 e c. 600 é um legado infeliz dos historiadores românticos dos séculos XVIII e XIX, que adotaram sem questionar a visão estereotipada dos bárbaros que existiram no final da Antiguidade. Isso torna as palavras da expressão “povos errantes” bem problemáticas. O que significaria “povos” nessa conexão? E quem seriam os “errantes”?

À ESPERA DOS BÁRBAROS

Os romanos chamavam os povos que viviam fora das fronteiras do império de “bárbaros”, uma palavra de origem grega inicialmente usada para todos os povos que não falavam grego. Esses bárbaros eram encarados com uma mistura de medo, admiração e desprezo. Prudêncio, o poeta cristão espanhol do início do século IV, pensava que a diferença entre os romanos e os bárbaros era tão grande como a dos seres humanos e a dos “animais de quatro patas”.

Outras descrições dos bárbaros foram elaboradas a partir de estereótipos negativos. Os alemães, por exemplo, um nome vago para designar os bárbaros do outro lado do Reno, tinham cabelos compridos louros avermelhados, cheiravam mal e bebiam, estavam sempre à procura de uma briga e não eram confiáveis. E o mais assustador é que havia hordas deles. Os romanos, porém, tinham grande admiração pelos alemães e por seu espírito guerreiro. Eles gostavam de recrutar alemães para seu exército, e muitos generais romanos tinham uma escolta de bárbaros do norte vestidos com roupas estranhas.

A criação de uma linha divisória entre os romanos civilizados e os bárbaros incivilizados tinha acima de tudo um propósito ideológico. Esse objetivo pouco refletia a realidade. O Império Romano nunca fora um mundo

hermeticamente fechado, mesmo em seu apogeu. As barreiras impressionantes de suas fortalezas nas fronteiras, as muralhas e as rotas de caravanas bem protegidas não tinham a intenção de manter os bárbaros a distância a qualquer custo, e, sim, de controlar o tráfico muito intenso nas fronteiras. Além disso, a expansão contínua do império resultara no ingresso e incorporação de enormes populações estrangeiras. Elas aos poucos se romanizaram, mas nunca perderam sua diversidade étnica. O Império Romano tinha uma mistura efervescente de culturas, com um grande componente bárbaro. Os romanos também não tinham uma vantagem tecnológica imensurável sobre a sociedade bárbara vizinha, nem na produção agrícola ou na tecnologia de fabricação de armas que era tão importante para o equilíbrio de poder. Acima de tudo, os romanos deviam sua posição hegemônica à capacidade superior de organização.

Os escritores romanos esforçaram-se para introduzir certa ordem nas massas de bárbaros que os rodeavam por todos os lados. Eles as agruparam em *nationes* (singular *natio*) e *gentes* (singular *gens*). Essas duas palavras latinas sugerem que os grupos de bárbaros eram sociedades com uma determinada origem, porque *natio*, como Isidoro de Sevilha explicou no século VI, origina-se do verbo *nasci*, nascer, e *gens* de *gignere*, gerar. Esses escritores raramente fizeram uma pesquisa etnográfica na qual pudessem basear esse tipo de premissa. A maioria deles jamais viajara para as regiões que descreviam. Eles confiavam em boatos ou em que alguns “geógrafos” haviam relatado.

Para os historiadores modernos que estudam o período de migrações a divisão básica entre povos bárbaros sedentários e nômades é evidente. Nas densas florestas das planícies e cadeias de montanhas ao norte e ao nordeste do Império Romano havia bárbaros em comunidades agrícolas, camponeses que moravam em pequenos vilarejos controlados por aristocracias guerreiras nativas. A divisão rudimentar desses bárbaros do norte e do nordeste em celtas, alemães e eslavos, citada com frequência na literatura moderna, não se fundamenta em antigos etnógrafos. Ela baseia-se na pesquisa filológica dos remanescentes linguísticos “bárbaros” da pré-história europeia. No século VIII definiu-se que as línguas faladas no mundo dos bárbaros ao norte originavam-se de três grupos principais ou grandes famílias linguísticas. Então, os arqueólogos precipitadamente transformaram essas famílias linguísticas em “culturas”, o que não faz muito sentido do ponto de vista científico. O reconhecimento cultural dos celtas, alemães e eslavos causou menos problemas. A equiparação da Alemanha com a Germânia, a extensa região onde as línguas germânicas eram faladas, proporcionou ao nacionalismo alemão reivindicações “históricas” perigosas do conceito do *Lebensraum*, a expansão territorial além das fronteiras alemãs. As culturas pancélticas e pan-eslavas foram exploradas do mesmo modo com objetivos nacionalistas.

Até hoje se discute a localização das principais regiões onde as línguas celtas, alemãs e eslavas eram faladas, assim como a natureza e a velocidade de sua expansão geográfica e a base lógica dessa expansão. Alguns desses povos bárbaros no norte e no nordeste podem ter se deslocado para grandes distâncias, como histórias posteriores sobre eles sugerem. Por exemplo, os godos tiveram um contato próximo, ou migraram do sul da Escandinávia em várias etapas para a área do Baixo Danúbio e nas regiões adjacentes da Ucrânia, onde viveram na Antiguidade tardia. Muitos historiadores modernos e arqueólogos admitem que esses relatos sobre migrações refletem uma realidade histórica básica, mas afirmam que o período de tempo das migrações pode ter se estendido por muitos séculos e que teria mudado constantemente a composição étnica e a identidade cultural dos godos.

Os bárbaros não sedentários, que influenciaram a história no final da Antiguidade e no início da Idade Média na Europa, em uma escala que não deve ser subestimada, dividiam-se em duas categorias principais: nômades das estepes e nômades do deserto. Eles andavam com suas grandes manadas de cavalos, carneiros e camelos pelas estepes intermináveis da Eurásia e nos desertos do Norte da África, da Arábia e da Síria. Essas economias pastoris só poderiam existir por meio do contato regular com comunidades agrícolas para trocar animais e peles por grãos ou outro produto da terra.

Esses contatos entre nômades e comunidades agrícolas sempre constituíram uma ameaça potencial para essas comunidades, em razão de duas características estruturais dos grupos nômades. Primeiro, a economia pastoril relativamente especializada causou uma dependência maior dos nômades em relação aos fazendeiros. Devido ao contato limitado com o mundo sedentário e a extrema oscilação de seus ganhos com o gado, os nômades tinham rendimentos irregulares e com frequência tinham problemas de escassez de víveres, de suprimento de armas e outras necessidades básicas. Isso os obrigava a explorar à força os grupos sedentários, por meio de ataques predatórios ou pedidos de pagamento de tributos semelhantes a uma extorsão. O acúmulo de riqueza e a integração com outros grupos criaram uma forma de centralização política que levou os nômades a se tornarem um pouco mais sedentários, e o componente pastoril de suas economias vinculou-se mais à agricultura praticada pelos povos a quem dominavam.

Os nômades com frequência eram bem-sucedidos na extensa exploração de grupos sedentários graças à sua segunda característica – a grande mobilidade e competência nas artes marciais. Os nômades das estepes eram cavaleiros extraordinários e não havia arqueiros iguais aos seus. Seus percursos por lugares inóspitos tornaram-nos fortes e resistentes.

tes. A vida em pequenos grupos criou um sentimento de solidariedade entre eles, mas ao mesmo tempo as constantes ameaças externas geraram a cultura da violência. Quando punham de lado suas animosidades mútuas os grupos de nômades logo se reuniam em grandes confederações multiétnicas que se transformavam em terríveis máquinas de lutas em tempos de guerra.

A ameaça deles à Europa Ocidental sempre foi limitada. A oeste dos Cárpatos não havia espaços abertos para uma existência nômade tranquila e uma verdadeira “tempestade mongol”. A única região que de certa forma atendia aos requisitos geográficos era a Bacia do Cárpatos, situada aproximadamente na Hungria atual. Desde a Antiguidade clássica essa situação permitiu que novos grupos de nômades das estepes originários da Ásia Central mantivessem nas fronteiras do Império Romano uma economia de pilhagens por períodos mais curtos ou mais longos. Na época das grandes migrações os hunos e os alamanos (c. 400), mais tarde os abares (c. 550) e os búlgaros (c. 680) e, por fim, os húngaros, os cumeus e os kiptchaks turcos (a partir de c. 890) dirigiram-se para a Bacia do Cárpatos. Com exceção dos alamanos, que vieram dos planaltos iranianos, nenhum desses povos era de origem indo-europeia, ou uralo-altaica.

Dos nômades do deserto, os beduínos foram os árabes que exerceram a maior influência na história medieval. Na Antiguidade tardia eles percorriam com seus rebanhos de camelos e carneiros uma área que se estendia até o norte da península árabe. A área incluía a região do “crescente fértil”, o que aproximou os árabes da esfera de influência dos romanos e dos persas, onde entraram em contato com comunidades agrícolas altamente desenvolvidas. Existia, é claro, formas de agricultura sedentária na península árabe, em especial nos oásis.

Esses oásis, sobretudo os situados nas rotas de caravanas importantes, às vezes transformavam-se em mercados semelhantes aos das cidades. Esses mercados atraíam artesãos especializados e mercadores. Nesse sentido, nos primórdios do mundo árabe, a palavra “nômade” englobava uma sociedade bastante complexa.

Tribos, Povos e Etnogenia

Os grupos bárbaros no período dessas migrações são mencionados em geral na literatura como tribos ou povos. Essa é uma tradução incorreta de palavras antigas do latim, como *nationes*, *gentes* e *populi*, ou do grego *ethnoi*. O que para os autores clássicos significa *nationes* ou *gentes* não corresponde plenamente ao significado classificatório estrito que as ciências sociais modernas dão a “tribo” ou a “povo”. No entanto, é preciso fazer uma escolha entre essas palavras, e optamos pela terminologia moderna. Hoje

em dia, na antropologia a palavra “tribo” refere-se a determinado estágio de organização política. As tribos são pequenas comunidades de não mais de mil pessoas que podem estar segmentadas (por exemplo, vivendo em assentamentos diferentes), mas ainda sem uma base econômica para a dominação de uma elite.

As tribos, portanto, são sociedades predominantemente igualitárias. Tanto quanto sabemos, a maioria dos grupos bárbaros da época das migrações não corresponde a essa definição, e por essa razão rejeitamos a designação de “tribo”.

Com relação à palavra “povo”, a situação é ainda mais complexa. Na linguagem comum “povo” tem dois significados: grupo étnico e nação. Um grupo étnico é uma comunidade permanente claramente definida por sua cultura. Uma característica essencial desse grupo é que seus membros têm consciência de sua identidade étnica. Essa percepção exprime-se em seu próprio nome ou etnonímia, na consciência de um passado compartilhado (real ou não) e em um destino comum. Uma nação é um grupo étnico que deu significado político e conteúdo à sua identidade, ou uma comunidade multiétnica que deliberadamente se apresenta como um povo.

Existem muitas ciladas na pesquisa de grupos étnicos no passado (distante), o que torna extremamente difícil considerar os grupos bárbaros da época das migrações como tal. Primeiro, os povos no passado só são compreensíveis para os arqueólogos, historiadores e linguistas, visto que seus feitos materializaram-se em objetos, textos e remanescentes linguísticos. Além disso, como a história do “nó suevo” mostra (ver Boxe 3.1), nem sempre é simples definir em qual extensão e sob que circunstâncias esses vestígios “produziram” um significado étnico.

É evidente que esse estilo de penteado incomum pode ser uma afirmação social, política ou étnica. Além disso, a maioria das informações escritas sobre os bárbaros origina-se de escritores romanos ou gregos. As supostas características étnicas dos grupos bárbaros são, portanto, em grande parte, atribuídas a uma visão externa. Por isso, é preciso examinar suas características internas. E terceiro, circunstâncias excepcionais podem intensificar a dinâmica de grupos étnicos e, acima de tudo, dar um caráter político aos sentimentos étnicos. Isso foi exatamente o que aconteceu durante o período das migrações: grupos étnicos (ou partes deles) formaram grandes alianças multiétnicas por motivos específicos. Quando essas confederações multiétnicas duravam um tempo determinado, criavam novos grupos, cada um deles com sua nova identidade inserida de certo modo na cultura dos grupos dominantes dentro da confederação. Esse fato pressupõe que os elementos dessa cultura eram perpetuados conscientemente por uma “tradição (aristocrática) essen-

cial” por um longo período de tempo. Talvez isso tenha acontecido no decorrer dos lentos movimentos migratórios que diversos povos bárbaros, como vimos, fizeram na pré-história. Agora, processos similares de etnogenia realizam-se de forma muito mais acelerada, embora ainda levem décadas em vez de anos para terminarem. O exemplo clássico é o dos godos tervingos: em torno do ano 375 eles partiram de sua terra natal, na Crimeia e no Baixo Danúbio, e integraram-se ao Império Romano, onde depois de repetidos deslocamentos estabeleceram seu reino semiautônomo na região ao redor de Toulouse. Durante os cerca de 50 anos em que ocorreram esses deslocamentos e assentamentos, a composição étnica do grupo mudou sem cessar, porém, ela continuou a ser chamada de “gótica”. O novo “povo” que se formou como um “autêntico” núcleo gótico por fim adotou um novo nome em confirmação de sua identidade: os visigodos (no sentido literal, “bravos godos”). No entanto, alguns historiadores acham que essa interpretação é fantasiosa e recusam-se a ver os tervingos que cruzaram o Danúbio em 375 como o mesmo grupo dos visigodos que se estabeleceram na Aquitânia em 416. Para eles a preservação do nome “gótico” não é suficiente para pressupor uma continuidade cultural.

BOXE 3.1 ESTILO DE PENTEADO OU MARCA ÉTNICA? O NÓ SUEVO

Escritores clássicos com frequência são categóricos ao atribuir características externas típicas de certos “povos” bárbaros, como o trecho do capítulo 38 de *Germânia* de Tácito mostra:

“Agora, falarei do povo suevo. Ele não forma um povo como os chatti ou tencteri. Suevo é o nome geral dos habitantes de mais da metade da Germânia que se dividem em uma série de tribos independentes, cada uma com um nome. No entanto, esses povos são todos classificados como ‘suevos’.

Uma peculiaridade dos suevos é o fato de pentear os cabelos para o lado e amarrá-los em um nó. Desse modo, os suevos diferenciam-se de outros povos germânicos e os homens livres dos escravos. Outros povos também usam o mesmo penteado, talvez porque acham que têm uma relação com os suevos ou porque, como quase sempre acontece, apenas gostam dessa moda. Mas esse estilo de penteado é raro, exceto entre os suevos e, em geral, é um penteado usado só entre os jovens. Os suevos rebeldes, por sua vez, mesmo com idade avançada, penteiam os cabelos para trás e fazem o nó no alto da cabeça. Os nobres têm estilos de penteado ainda mais rebuscados.”

Imagens de colunas de guerreiros bárbaros triunfantes e a descoberta de um crânio com o cabelo intacto em uma turfeira em Schleswig-Holstein confirmam a precisão da descrição de Tácito. Entretanto, os especialistas hesitam em ver os suevos em todas as descrições, imagens ou descobertas de uma cabeça com os cabelos presos em um nó.



O texto de Tácito provoca essa precaução, e a pesquisa histórica e etnográfica reforça essa atitude. A pesquisa revela que roupas, tatuagens e estilos de penteado eram às vezes uma indicação de diferenças étnicas, mas também poderiam indicar a idade, a posição social, as convicções políticas ou, trivialmente, poderiam ser apenas a moda da época. Todas essas características estão sujeitas também a mudanças ao longo do tempo e do espaço geográfico. Então, é possível que esse estilo de penteado fosse típico dos suevos no século I e mais tarde difundiu-se para outros grupos bárbaros fora do Império Romano ou talvez – por que não? – também para os romanos. Existem exemplos expressivos do “estilo bárbaro” adotado no Império Romano.

Nos séculos V e VI os jovens elegantes em Constantinopla usavam os cabelos no estilo dos persas e dos hunos: os cabelos eram raspados bem alto na frente da cabeça e penduravam-se em fios finos até abaixo dos ombros nas costas. Porém, há dúvidas se todos os persas e hunos penteavam os cabelos dessa forma. O historiador grego Prisco, que por alguns anos conviveu com Átila, fez uma descrição confiável do terrível rei dos hunos. Segundo Prisco, Átila usava o cabelo curto, mais no estilo dos romanos.

Este trecho do livro *Germânia* foi extraído da tradução alemã de Wilhelm Harendza (Munique, 1964). Para uma discussão sobre estilo de penteado como marca étnica na época das migrações, consultar Walter Pohl, “Telling the difference: signs of ethnic identity”. In: *Strategies of Distinction. The Construction of Ethnic Communities, 300-800* Walter Pohl e Helmut Reimitz (Orgs.) Leiden, 1998. p. 17-69.

MIGRAÇÕES

Antecedentes: Fatores de Estímulo e Atração

A visão histórica tradicional das “invasões germânicas” data dos escritores do final da Antiguidade que sistematicamente descreviam o fluxo de bárbaros no império em tons severos e sombrios. Eles gostavam de metáforas referentes ao mar: “ondas zangadas” de impiedosos godos, vânda-

los e hunos que atacavam as fronteiras do outrora tão poderoso império e que, por fim, foram submergidos pelas hordas dos bárbaros. Essa conotação negativa sobreviveu notavelmente intacta na historiografia moderna. O efeito dramático é acentuado em razão de esse período de migrações ter se comprimido em um único mapa geográfico, em meio a uma desordem selvagem de setas, deslocamentos que se prolongavam com frequência por décadas e, às vezes, ainda por mais tempo, e que juntos perduraram por mais de dois séculos. O resultado final assemelha-se a divisões de tanques avançando em um campo de batalha moderno.

Na verdade, três diferentes tipos de fatores influenciaram as migrações dos povos, e os grandes ataques ao Império Romano pelas confederações dos bárbaros eram apenas um deles. No outro extremo havia a infiltração gradual, sancionada ou não pelas autoridades romanas, nas áreas de fronteiras dentro do império de colonos camponeses bárbaros. Diversas formas híbridas e transicionais são encontradas entre esses dois extremos. Um denominador comum foi a formação de exércitos mercenários de bárbaros, dentro ou fora das fronteiras do império, que defendiam a fronteira ou combatiam inimigos internos.

Os antecedentes de todos esses movimentos podem ser observados com facilidade nos primórdios da história do Império Romano, em especial no turbulento século III, quando em diversas ocasiões os exércitos dos godos, alamanos e francos penetraram no sul. Essas migrações não começaram nessa época devido à falta de interesse político por parte do governo em aceitar a presença de grandes grupos de bárbaros dentro do império e lhes dar uma autonomia política de longo alcance. A autoridade imperial recuperou-se com vigor e transformou a falta de interesse em uma política ativa de repelir os invasores.

Isso não altera o fato de que o envolvimento dos bárbaros no mundo romano na Antiguidade tardia aumentasse. Esse fato pode ser atribuído a diversas causas, que esquematicamente se reduzem a fatores de estímulo e atração. Este último fator associou-se em especial aos desenvolvimentos internos na organização militar romana, e o primeiro fator às antigas circunstâncias socioeconômicas e políticas dos bárbaros na fronteira ao norte do império conhecidas como *limes*.

Na época de Julio César já se fazia um uso considerável de tropas auxiliares de bárbaros em operações militares. O aumento da presença dos bárbaros nos exércitos romanos acentuou-se durante o final do império por dois motivos. Primeiro, quase no final do século III, os romanos adotaram uma nova "Grande Estratégia". Eles decidiram não mais defender as fronteiras do império com legiões que se estendiam por todo o comprimento da fronteira. O novo plano tinha como objetivo diferenciar as tropas de

fronteira com armamentos leves (*limitanei*, *ripenses*) e as intervenções dos exércitos em mobilidade (*comitatenses*), aquartelados em cidades ocupadas por guarnições a uma boa distância das *limes*. A maior vantagem dessa estratégia era ampliar o raio de ação dos principais exércitos. A desvantagem era a facilidade com que se podia entrar na fronteira, com pequenos ataques rápidos. Os romanos tentaram superar o problema permitindo que os grupos de bárbaros estendessem seus assentamentos situados fora das fronteiras à zona civil e pouco povoada dentro das *limes*. Em troca, os bárbaros tinham de defender essas áreas como aliados dos romanos.

Isso aconteceu em uma escala pequena até metade do século IV. Depois, firmaram-se com regularidade acordos com grandes grupos que formalmente se sujeitavam, mas que podiam continuar juntos e que mais tarde adquiriam um grande grau de autonomia. Os primeiros *foedera* (no sentido literal “tratados”, no singular *foedus*) foram firmados com os sálios, uma das duas confederações de povos em que se dividiram os antigos francos logo após 340. Os sálios tiveram permissão de instalarem-se em Betuwe, na região do Baixo Reno, mas nos séculos seguintes eles colonizaram as atuais regiões de Brabante e Flandres. Acordos semelhantes foram feitos com muitos outros grupos de bárbaros. Em um estágio posterior o *foedus* significou apenas um contrato com mercenários. Não havia uma submissão formal nem uma conexão com a defesa das fronteiras. Além disso, os *foedera* deram direito que os bárbaros recebessem pagamento. A fim de assegurar esse pagamento, mesmo em períodos em que não havia trabalho para seus guerreiros, os líderes dos grupos mercenários bárbaros tentavam obter uma alta patente militar no exército romano. Childerico, pai do rei franco Clóvis, foi um desses guerreiros que alcançou esse poder nos últimos anos no Império Romano do Ocidente. Childerico intitulava-se *rex* (rei), mas, além disso, tinha o título romano de *magister* (general).

A crescente importância dos *foedera* para manter a ordem no Império Romano não era um fenômeno isolado, o que nos leva a discutir nosso segundo tópico. A expansão do exército sob Diocleciano (284-305) e seus sucessores em um período de estagnação demográfica causou um crescimento rápido de soldados estrangeiros nas legiões regulares. Como consequência lógica os líderes bárbaros passaram a ocupar postos elevados no comando da estrutura militar romana. Após a morte de Teodósio (378-395) na parte ocidental do Império Romano, o verdadeiro poder estava frequentemente nas mãos dos comandantes vândalos como Stilicho (ver Boxe 3.2) e o scirii, Odoacer. Em 476, Flavius Odoacer, depôs o último imperador do oeste, em uma revolução palaciana e se autoproclamou “rei dos povos bárbaros” (*rex gentium*) da Itália. No Oriente, o alamanos Aspar foi comandante em chefe entre 431 e 471, e um dos homens mais poderosos de Constantinopla.

A antipatia em relação aos bárbaros era mais acentuada no Oriente do que no Ocidente. O crescente barbarismo das legiões e a política *foederati* enfrentaram uma oposição feroz, sobretudo dos altos escalões da administração civil na qual poucos bárbaros haviam penetrado. O senador Sinésio de Cirene dizia que era uma “insensatez usar lobos como cães de guarda”. Ele chamou o imperador Arcádio, que contratara os lobos de “um fraco”, uma criatura desprezível e sem força moral.

BOXE 3.2 UM VÂNDALO SALVA ROMA: FLAVIUS STILICHO (C. 365-408)

O díptico de marfim na bela catedral de Monza mostra Flavius Stilicho (c. 365-408), com trajes militares, junto com a mulher Serena e o filho Eucherius à esquerda. O painel foi feito em 396, ou logo após, por ocasião da nomeação do menor Eucherius para um alto cargo público.



Stilicho era filho de um rei vândalo e, por isso, sempre o chamavam de *semibarbarus* (semibárbaro). Sob o Imperador Teodósio ele fez uma brilhante carreira militar, que o levou a ser comandante em chefe (*magister utriusque militiae*) das legiões romanas no Ocidente. Stilicho era um grande apoio de Teodósio. Sua mulher Serena era sobrinha de Teodósio, que a adotou como filha e confiou aos seus cuidados seu filho mais novo, Honório. Antes disso Teodósio “entregara” (*commendati*) a Stilicho em confiança a guarda dos filhos, Honório e seu irmão mais velho, Arcádio, que o sucederiam, respectivamente, como imperadores de regiões a oeste e a leste do império. Por esse motivo Arcádio e Honório estão retratados no escudo de Stilicho. Stilicho aproximou-se ainda mais da família imperial ao casar sua filha Maria com Honório, e também tinha a intenção de casar seu filho Eucherius com a irmã de Honório, Galla Placidia; mas esse casamento nunca se realizou. Por meio dessas alianças Stilicho sentiu-se não só ligado à família imperial por direito e razão, como nutria ambições dinásticas: seu filho, Eucherius, seria imperador, de preferência, de um Império Romano unido. Além disso, Stilicho sempre insistiu para que os bárbaros se integrassem ao exército e à vida romana.

Do palácio imperial em Ravena Stilicho exerceu um papel-chave trágico em um episódio crucial na história romana: a divisão (em retrospecto)

definitiva do Império Romano do Oriente e do Império Romano do Ocidente, exatamente o que tentara evitar a qualquer custo, embora o assunto estivesse em suas mãos. Originalmente, Stilicho recusara transferir as províncias de Ilíria e África do Império do Ocidente para o do Oriente. Arcádio então enviou Alarico e seu exército de godos para a Itália. Stilicho derrotou Alarico diversas vezes, e permanece um mistério: a razão pela qual ele permitiu que o exército godo continuasse intacto. Segundo, a grande invasão da Itália por um grupo de godos sob o comando de Radagais obrigou Stilicho a retirar suas tropas da Gália em 406. Apesar de o exército de Radagais ter sido esmagado em Fiesole, a Gália ficou enfraquecida militarmente, e a grande coalizão de vândalos, suevos e alamanos, que cruzara o Reno congelado perto de Mogúncia, em torno do final de 406, entrou na Gália sem enfrentar grande oposição. Os dois acontecimentos debilitaram seriamente a força do Império Romano no Ocidente.

Planos vagos de reunir as duas partes do império depois da morte de Arcádio em 408 provocaram a desgraça de Stilicho, porque Honório suspeitou que Stilicho queria colocar seu filho, Eucherius, no trono em Constantinopla. A rebelião do exército romano em Pavia no verão de 408 por ocasião da preparação de uma expedição à Gália desacreditou Stilicho. Ele procurou refúgio em Ravena onde ele e seus seguidores foram brutalmente assassinados por ordem de Honório.

Claudiano, um poeta egípcio e protegido de sua mulher Serena, louvou os feitos de Stilicho em inúmeros panegíricos. Ele atribuiu a Stilicho a imagem de Salvador de Roma: "*restituit Stilico cunctos tibi, Roma, triumphos*" (Stilicho foi responsável por todos os seus triunfos, Roma), em um de seus poemas.

Depois da morte de Claudiano, em 404, Stilicho reuniu todos os seus poemas que o elogiavam em uma coleção; eles eram uma fonte importante de propaganda para o general.

Bibliografia: SANTO MAZZARINO. *Stilicone*. La crisi imperiale dopo Teodosio. Roma, 1942; CAMERON, Alan. *Claudian*. Poetry and Propaganda at the Court of Honorius. Oxford, 1970. *Ilustração:* Cameron, ver legenda.

A crítica não era totalmente infundada porque a política *foederati* atraiu novos grupos de bárbaros para fazer incursões, e seus líderes se assemelhavam ao gênio dentro da garrafa: assim que eram recrutados ficavam difíceis de controlar. Quase sempre pouco mais se podia fazer além de usar um grupo de bárbaros mercenários para atacar outro grupo. Por esse motivo, os historiadores divergem em suas avaliações dos governantes em Roma, Ravena e Constantinopla e em sua política em relação aos invasores bárbaros. Alguns admiram a sagacidade e a habilidade de imperadores

como Honório e Zenão I e de generais como Stilicho e Aetius em atrair grupos de bárbaros, a fim de fazerem um trabalho sórdido para eles e evitar confrontos militares perigosos. Outros afirmam que essa política, pelo menos na região ocidental do império, prejudicou os interesses de Roma, provocando com muita frequência uma situação de total anarquia.

O fator principal do fluxo crescente de bárbaros no império remonta à imensa diferença de poder econômico e, em consequência, de riqueza e prosperidade, entre o Império Romano e o mundo bárbaro, em especial do norte e do centro da Europa. As pessoas do outro lado das *limes* beneficiaram-se da riqueza de Roma em vários graus. Essa situação acentuou as diferenças sociais e causou a formação de uma aristocracia militar com exércitos privados e uma competição, em geral, violenta entre povos bárbaros e confederações. Então, os romanos inteligentes usaram uma tática diplomática de dividir para dominar e rapidamente mudaram suas alianças. Conflitos políticos nas áreas com uma população mais densa das *limes*, nas regiões do alto e da metade do Reno e do Danúbio prolongaram-se durante séculos. Isso resultou na reorganização constante de confederações de povos bárbaros fora das fronteiras do império, em uma pressão migratória crescente e também em ataques violentos. Os “restos do ritual” dos anglos perto de Thorsbjerg no sul da atual Dinamarca revelou a terrível evidência dos ataques endêmicos e das hostilidades nas regiões das fronteiras ao norte do Império Romano.

Arqueólogos só encontraram os restos de animais sacrificados e cerâmicas nas camadas mais profundas da terra, ao passo que, nas camadas superiores, além de moedas havia armas e pedaços de equipamentos, alguns romanos. Os pântanos de turfa da Jutlândia e Schleswig-Holstein revelaram descobertas semelhantes, inclusive centenas de lanças e espadas. Essas descobertas arqueológicas mostraram melhor do que qualquer outro achado como uma sociedade de camponeses pacíficos no século I d.C. tornou-se cada vez mais uma sociedade voltada para a guerra.

Essa tendência foi mais estimulada pelas características da organização política da sociedade dos bárbaros. Já mencionamos que os grupos de bárbaros do norte, que exerceram um papel importante no período das migrações, não eram tribos no sentido antropológico da palavra. Mas, então, o que eram? Eles estavam pelo menos um nível acima na escala de formas de organização política. Usamos a palavra *domínios de um chefe*. Os domínios de um chefe caracterizavam-se pela formação de elites locais, nesse caso, de aristocracias guerreiras, que usavam a força para defender sua posição de poder. Para conseguirem se defender era preciso ter à sua disposição partidários armados e aliados cuja lealdade era garantida por favores materiais. Esse fato mais uma vez pressupõe um suprimento regular de saques

de guerra ou de excedentes de produção agrícola que chegavam às mãos dos líderes e eram transformados em bens de prestígio (armas, joias, cavalos) valorizados por seus guerreiros ou aliados. A produção regular de bens de prestígio requer certa quantidade de especialização econômica (artesanato, comércio). Por fim, a desigualdade social nas sociedades lideradas por chefes era com frequência sancionada pela religião.

As fontes romanas usam a palavra *comitatus* para se referir à escolta armada dos guerreiros bárbaros, mas a tradução moderna alemã *Gefolgschaft* é mais difundida. No *Gefolgschaft* o *status* dos aliados era uma posição rara e desejável. Os chefes bárbaros recrutavam seus seguidores pela força física e habilidades no manejo de armas. O surgimento do *Gefolgschaften* insere-se perfeitamente no processo de militarização do mundo dos bárbaros do norte, como descrito anteriormente. No entanto, tudo isso não transformou o *Gefolgschaften* em wagnerianas máquinas de guerra. Na verdade, era o oposto, como revelado no relato de uma batalha entre uma grande confederação bárbara e as legiões do Imperador Juliano perto do atual Estrasburgo, em 357. O alamano Chnodomarius era o “rei” (*rex*) bárbaro mais importante. Acompanhado por seu *comitatus* de 200 guerreiros, que haviam jurado permanecer com ele até a morte, ele começou a batalha. Mas quando o obeso Chnodomarius caiu do cavalo e não conseguiu se levantar, seus seguidores imediatamente viram nisso um mau presságio e renderam-se. Seu líder passou os últimos dias da vida em um luxuoso exílio em Roma; seus guerreiros provavelmente foram incorporados às legiões romanas, como acontecia com frequência.

Cronologia

O acontecimento que anunciou o início simbólico das grandes migrações, no entanto, não teve relação com os desenvolvimentos na região de contato entre os romanos e os bárbaros; esse acontecimento foi o surgimento dos hunos nas estepes ocidentais da Ásia Central. O terror causado por esses nômades altaicos nas terras ao redor do Mar Negro provocou a fuga de um grande grupo de godos. Em 376 esse grupo recebeu permissão de cruzar o Danúbio, porém, as autoridades romanas não receberam essa enorme massa de refugiados de uma maneira humanitária. Os godos revoltaram-se e um exército do Império Romano do Oriente, sob o comando do Imperador Valente, foi dizimado perto de Adrianópolis, em 378. Os godos receberam o *status* de *foederati* e um território na atual Sérvia, mas ainda não ficaram satisfeitos. Sob o comando de um novo líder poderoso, Alarico, eles revoltaram-se de novo e atacaram a Trácia logo após o ano 390. Durante a primeira década do século V Alarico foi à Itália duas vezes como um *foederatus* do imperador do Império Romano do Oriente, que queria extinguir o poder de Stilicho no Ocidente. Alarico nunca chegou a

ameaçar Ravena, a capital do Império Romano do Ocidente, mas em 410 dominou e saqueou Roma, a cidade eterna, um fato chocante na época. Ele morreu logo depois no sul da Itália. Seu sucessor partiu imediatamente da Itália e levou os godos para a Gália.

Na ocasião o caos reinava na Gália. Talvez como consequência da mudança na região a oeste do território com a invasão dos hunos na planície da Hungria, que rompeu o equilíbrio de poder entre os povos germânicos que viviam no local. Além disso, uma imensa confederação de vândalos, suevos e alamanos cruzou o Reno congelado no último dia do ano 406, e ao longo dos próximos três anos seguiram devagar em direção ao sul. Uma grande quantidade de pessoas cruzou os Pireneus no final de 409. O comandante das tropas romanas na Inglaterra tentou aproveitar a situação caótica e tomar o poder na Gália. É provável que diante dessa situação, o Imperador Honório enviou os godos para o sul da Gália, a fim de ajudar a restaurar a ordem. De qualquer modo, um novo pacto *foederati* foi firmado em 418, no qual os godos receberam parte da província de Aquitânia. Formou-se um reino, com Toulouse como capital. O império dos godos, ou visigodos como passaram a ser chamados depois disso, estendeu-se durante o século V na maior parte da Gália até o sul do Loire e em toda a Península Ibérica.

Ao mesmo tempo em que os (visi)godos chegaram à Aquitânia as legiões romanas saíram da Espanha. O vácuo de poder deu aos invasores a oportunidade de estabelecerem-se como os novos governantes. Isso causou conflitos contínuos entre vândalos, suevos e visigodos. Em 429, segundo suas estimativas, 80 mil vândalos – homens, mulheres e crianças – cruzaram o estreito entre a Espanha e o Marrocos. Por serem *foederati* de um general rebelde, em 10 anos dominaram o Norte da África. O poder desse império dos vândalos, que durou 100 anos concentrou-se na antiga capital cartaginesa, Cartago, perto da atual Túnis.

De todas as migrações, essas “viagens épicas” dos godos e dos vândalos ainda são episódios que estimulam a imaginação. Conhecemos muito menos detalhes de migrações similares como as dos burgúndios, por exemplo. Na primeira quarta parte do século V eles criaram, possivelmente como *foederati*, um reino lendário ao longo do Reno, perto das cidades modernas de Mogúncia e Worms. Logo esse reino foi considerado uma ameaça à autoridade romana, e outros *foederati* foram enviados para conversar com eles, primeiro os visigodos em seguida os hunos. O confronto entre os hunos e os burgúndios deve ter deixado uma profunda impressão em seus contemporâneos porque foi a fonte de um dos grandes textos épicos medievais, o *Nibelungenlied*, escrito na baixa Áustria, em torno de 1200.

Com seu poder no Reno destruído, os burgúndios começaram a deslocar-se mais uma vez. No contexto dos novos acordos *foederati* Flavius

Aetius, o comandante das legiões romanas no Ocidente, permitiu em 440 que eles se instalassem na região central do Ródano e ao redor do Lago de Genebra. A partir desses locais eles assumiram o controle da região noroeste da atual Suíça e dominaram uma área que se estendia da Basileia, ao norte, até Avignon, no sul. Em 534 a “Burgúndia” foi conquistada pelos francos e incorporada aos reinos merovíngios.

Durante todo esse tempo a Burgúndia fez fronteira com os alamanos ao norte. Os alamanos e os francos são um bom exemplo de bárbaros do norte que, mais uma vez, dentro do contexto dos acordos *foederati*, expandiram seus territórios originais dentro das fronteiras do império sem nunca ter feito uma “viagem” ou percorrido as regiões vizinhas, pelo menos, não em grandes grupos. No que se refere aos francos e alamanos esse aspecto peculiar expansionista deveu-se mais a um deslocamento gradual, impossível de ser seguido com precisão, e que coincidiu com o assentamento rural. No final do período de migrações os alamanos viviam no alto Reno e na região sul da atual Alemanha. Os francos sálios nessa época haviam expandido seu território até a região norte da atual França.

As migrações dos alemães do norte e dos bárbaros escandinavos do sul para a Inglaterra constituem um movimento intermediário entre a invasão total e a colonização de uma região vizinha. O verdadeiro assentamento desses grupos data do início do século V, quando os romanos retiraram suas tropas regulares da Inglaterra e deixaram a defesa da Irlanda e da Escócia, inclusive os pictos, antigos habitantes da Escócia, nas mãos dos anglos, saxões, jutos e frísios das áreas costeiras continentais do Mar do Norte, que, pelo mesmo motivo, receberam formalmente o *status* de *foederati*.

Uma nova fase na história das migrações começou quando, em 476, não houve designação de um imperador para o Império Romano do Ocidente. Por um momento, isso confirmou a ficção de um Império Romano mais uma vez unido. Os imperadores em Constantinopla usaram os bárbaros a fim de transformar essa ficção em realidade e para restaurar a efetiva autoridade romana no Ocidente, começando pela Itália e por Roma. Depois que a nova Roma – Constantinopla – foi ameaçada sem cessar na oitava década do século V por tropas rebeldes sob o comando dos ostrogodos, o Imperador Zenão sabiamente convenceu o chefe ostrogodo, Teodorico, a realizar a campanha de conquista na Itália que Odoacer ainda dominava. A missão de Teodorico foi bem-sucedida e ele criou um governo que durou de 493 a 526, não só na Itália, como também mais tarde na Eslovênia, em Provença e por algum tempo na Espanha.

Apesar do esforço de Teodorico de demonstrar que o imperador em Constantinopla lhe delegara uma autoridade real, sua independência *de facto* e o crescente poder dos ostrogodos tornaram a intervenção bizantina na

Itália inevitável. Isso resultou, após 535, nas guerras góticas. Como usual, os bárbaros *foederati* foram recrutados, entre eles os longobardos ou lombardos. No entanto, a principal invasão da Itália pelos lombardos em 568 não foi resultado de uma ordem direta ou um pedido do imperador em Constantinopla. Os antecedentes dessa incursão continuam sendo um mistério, mas estão ligados ao surgimento dos abares na Bacia de Cárpatos. Os lombardos, cuja terra natal localizava-se nessa área, haviam aparentemente concluído um tratado de não agressão com os abares, e começaram uma guerra contra os gépidas, na ocasião, o povo mais poderoso nessa área. É possível que, como consequência desse tratado, os lombardos tenham partido em massa para a Itália, logo após sua vitória total sobre os gépidas.

Em poucos anos os lombardos dominaram grandes regiões da Itália, embora nem todos os territórios fossem fronteiriços. Na verdade, três centros de poder foram criados: no norte Friuli e o vale do Po (que viria a se chamar Lombardia por causa dos lombardos), com Pavia como centro do poder real; nos Apeninos, os “ducados” ou vice-gerências de Spoleto, e Benevento. Apesar de esses dois ducados serem independentes dos reis de Pavia, nunca foram reconhecidos como reinos. Os bizantinos perderam muitos territórios, porém, conseguiram manter bases importantes ao longo da costa (Veneza, Ravena, Nápoles e Roma) e no interior (Sicília, Apúlia e Calábria).

A fase final do período de migrações começou logo depois da invasão dos lombardos à Itália e, da mesma forma, vinculou-se à expansão do poder dos abares e à defesa fraca da região europeia do Império Bizantino. Em torno de 570 grupos de língua eslava sob o domínio dos abares da região do baixo Danúbio atacaram a Grécia e os Bálcãs. Originalmente ataques para saquear, essas incursões continuaram em intervalos frequentes por cerca de 50 anos e, aos poucos, passaram a ser migrações agressivas, com o objetivo de criar assentamentos permanentes. Os eslavos tiveram todas as oportunidades de agir desse modo, porque há muito tempo os bizantinos haviam negligenciado a defesa da margem do Danúbio, enquanto guerreavam exaustivamente contra os persas no Oriente. Nessas circunstâncias os imperadores não tinham outra opção, a não ser aceitar a situação e pôr em prática uma política de acomodação. Essa política incluía enviar missionários para as comunidades eslavas no território bizantino. Mais tarde, as políticas bizantinas ficaram muito mais agressivas, e provocaram uma série de guerras de conquistas e a deportação de grandes grupos de eslavos para o interior da Ásia Menor.

Devido às diferentes formas de migrações discutidas neste capítulo, os assentamentos dos grupos bárbaros foram muito mais diversificados. O único fator comum foi que em todos os lugares os recém-chegados eram minorias pequenas, mesmo na região da atual Inglaterra, onde por muito tempo os estudiosos tiveram uma visão diferente. Às vezes os bárbaros in-

vasores formavam um grupo tão pequeno que não conseguiam controlar imediatamente o território que alegavam ter dominado. Eles se entrenchavam em lugares seguros centrais, de onde nos primeiros anos tentavam aterrorizar os proprietários de terras nativos. Estamos mais acostumados a esse padrão de assentamento no império dos vândalos no Norte da África. Uma variante desse padrão só poderia ocorrer em áreas onde o sistema de impostos romano ainda estivesse intacto, como na Itália ocupada pelos ostrogodos no início do século VI. Lá, por algum tempo, os bárbaros receberam pagamento de impostos em forma de produtos, em geral grãos, assim como os soldados regulares das legiões romanas haviam recebido no passado. No entanto, esse sistema sempre foi um acordo temporário que, mais cedo ou mais tarde, se convertia em ocupação da terra.

Em outros casos a colonização desde o início fora o principal motivo por trás das “invasões” dos bárbaros. Por isso, não podemos arriscar fazer uma estimativa muito alta, referente aos números. Na primeira metade do século VI cerca de 10% dos habitantes do norte da Gália eram francos; na região sul, que só seria dominada pelos francos mais tarde, e onde havia muito mais cidades, o percentual era no máximo de 2%.

OS REINOS BÁRBAROS

A Monarquia dos Bárbaros

Na região ocidental do Império Romano os novos governantes bárbaros criaram reinos por toda parte, e a monarquia passou a ser a forma predominante de governo na Europa medieval. A questão é se os bárbaros apenas estabeleceram essa forma de governo que sempre haviam conhecido, ou se era uma nova construção que, em parte por influência de ideias romanas, aos poucos adquiriu sua forma definitiva. A última hipótese é mais plausível. Só os godos na região do Mar Negro tinham reinos extensos e estáveis antes de sua chegada ao Império Romano.

A contribuição romana para a “produção” de reinos bárbaros no período de migrações não pode ser subestimada. Os chefes bárbaros admiravam os romanos e viam o reconhecimento deles como uma legitimação de poder dos grupos bárbaros. Alguns até tentaram se unir à família imperial pelo casamento. Os reis bárbaros, como Teodorico, Sigismundo da Burgúndia e Clóvis, sempre demonstraram que em sua percepção faziam parte da organização romana. Embora alguns se vangloriassem de descender de antigas famílias reais de godos, os amal, Teodorico intitulava seu reino italiano de *res publica romana* (um Estado romano) e chamava com ar de superioridade seus príncipes de bárbaros. Sigismundo dizia ser um “soldado do imperador”. Depois

de derrotar os visigodos em 507 e em 508, Clóvis realizou banquetes triunfais nos quais, seguindo o antigo costume romano, se vestia com trajes púrpuras. Um século e meio mais tarde o rei visigodo da Espanha, Recceswinth (653-672), imitou o exemplo de seu grande ídolo, o Imperador Justiniano.

Os romanos, por sua vez, esforçavam-se para manter os líderes bárbaros como amigos, concedendo-lhes títulos de nobreza (*patricios*) ou altos postos militares (*magister equitum*) e faziam alusões à sua descendência ilustre. Os francos, como os romanos, eram troianos de origem; depois da conquista de Troia e de anos percorrendo o mundo eles chegaram à região do Reno. É claro, tudo isso era um absurdo, e hoje em dia considera-se que embelezar os bárbaros com esse tipo de mito sobre suas origens fazia parte da diplomacia romana.

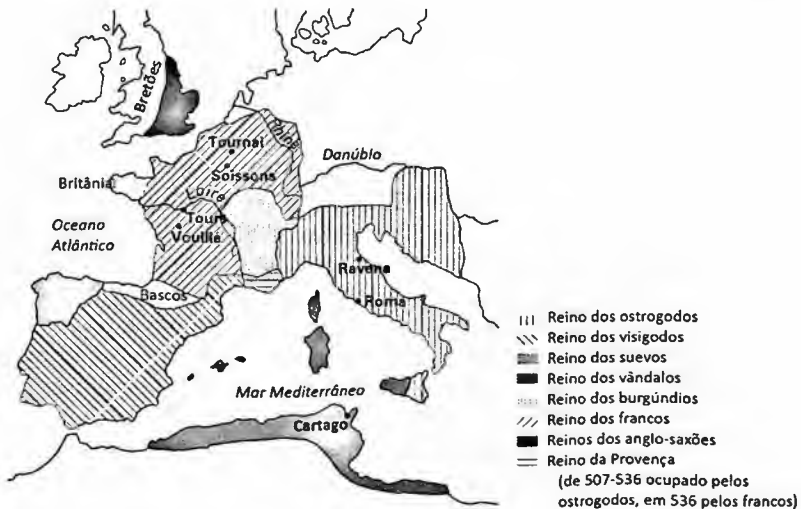
Muitos reinos bárbaros no Ocidente adquiriram imediatamente uma pátina cristã, além da de Roma. Os reis sentiam-se felizes por serem pastores de pessoas que confiavam neles como um rebanho de carneiros. O dever mais importante de um rei era proteger seus súditos dos pecados que ameaçavam a salvação eterna de suas almas. Ao contrário do clero, que compartilhava essa tarefa básica, o rei podia e, até mesmo precisava, agir com firmeza, se necessário. O rei tinha de ser o modelo perfeito da virtude cristã, um verdadeiro *princeps religiosus* (príncipe religioso).

Duas tendências dos reinos bárbaros evidenciaram-se desde o início nos costumes referentes à sucessão: uma é a tendência à sucessão hereditária e a formação de uma dinastia, e a outra a eleição dessa dinastia pelos nobres mais importantes. Nenhum desses princípios foi aplicado em sua forma mais pura; sempre havia uma mistura. Sem dúvida, um reino preferia a primeira opção, e o outro, a segunda, mas essa preferência não era constante. A maioria dos visigodos adotou uma base sucessória eleitoral, ao passo que os anglos e os saxões na Inglaterra e os francos e os lombardos optaram pelo regime de sucessão hereditária de uma família. No caso de sucessão hereditária o consenso entre as pessoas mais importantes envolvidas (o pai, a rainha-mãe, se o pai já tivesse morrido, os tios e os nobres mais proeminentes) era essencial para alguém ascender ao trono e, com certeza, para manter-se no poder.

A perspectiva de dividir os reinos nunca era cogitada. Um reino podia ser dividido em circunstâncias especiais como, por exemplo, entre pai e filho, ou entre dois irmãos, mas em geral não se dividia os territórios. Os francos merovíngios constituíram uma exceção nesse aspecto. Dos séculos VI e VIII havia, em geral, dois ou três reinos lado a lado, que eram vistos por seus reis, quase sempre irmãos, como possessões pessoais. Outros reis bárbaros como os visigodos na Espanha, por exemplo, não tinham esse costume; eles faziam uma distinção, influenciada pela lei romana, entre a fortuna pessoal do rei e a riqueza pública do reino.

Os Reinos Bárbaros no Ocidente

Sempre que comparamos o mapa da Europa em torno do ano 200 com o mapa por volta do ano 500 ficamos impressionados com o sucesso alcançado pelos bárbaros. Nas regiões antes dominadas pelos romanos, que se estendiam do Mar da Irlanda, no noroeste, até a foz do Danúbio, no sudeste, agora os reinos bárbaros expandiram-se para as áreas a oeste e ao sul da Europa. O reino mais extenso foi, sem dúvida, o dos visigodos. No final do século V seu poder estendia-se do Vale do Loire, ao norte, e do Ródano, a leste, até a parte mais ao sul da Península Ibérica. Só depois que os visigodos foram obrigados a ceder grande parte do sul da Gália, após sua esmagadora derrota infligida por Clóvis, perto de Vouillé, em 507, eles conseguiram consolidar seu controle em toda a Península Ibérica. Além dos sucessos militares do Rei Leovigildo (569-586) esse fato deveu-se, sobretudo, à conversão de Reccared (586-601), filho de Leovigildo, adepto do Arianismo (uma doutrina herética do início do Cristianismo) ao Catolicismo. Esses dois fatores provocaram o processo da integração política, social e cultural entre os descendentes dos invasores bárbaros e a população ibero-romana nativa. Em 711 o reino dos godos na Espanha terminou de uma maneira abrupta e radical. Um grande exército mulçumano sob o comando de Tariq ibn Zeyad (“Gibraltar” origina-se do *djebel al-Tariq*, montanha de “Tariq”) cruzou o Marrocos e destruiu os espanhóis perto de Jerez de la Frontera. Em poucos anos grande parte da Península Ibérica estava nas mãos dos árabes.



Mapa 3.1 Reinos bárbaros no Ocidente, c. 525

Os reinos dos burgúndios no Vale do Ródano e na Savoia, dos vândalos no norte da África e dos ostrogodos na Itália ainda foram mais efêmeros. Os primeiros foram conquistados pelos francos em 534, como já vimos. O segundo foi recuperado pelo imperador em Constantinopla após uma breve campanha em 533, mais de 100 anos depois de a confederação dos vândalos ter invadido o norte da África. Essa região tinha uma imensa importância na Antiguidade, devido à produção de grãos. Além das ricas terras agrícolas da atual Tunísia, uma grande frota de navios de carga também caíra nas mãos dos vândalos e eles a usaram para expandir sua hegemonia em todas as maiores ilhas do oeste do Mar Mediterrâneo. Diversos imperadores do Império Romano do Oriente tentaram expulsar os vândalos do Norte da África na segunda metade do século V, mas suas tentativas foram sempre frustradas. No entanto, o reino dos vândalos era muito fraco internamente. Na época da conquista muitos proprietários de terras romanos foram mortos ou expulsos de suas propriedades, e os vândalos nunca conseguiram restaurar esse vínculo vital entre a economia primária e a elite da sociedade governante (da qual, eles passaram a fazer parte). Nas principais cidades costeiras eles formavam uma pequena elite, que não se misturava com a população rural e que tinha um envolvimento direto muito limitado com a vida econômica e social.

Temos muitas informações sobre o governo dos ostrogodos na Itália graças à *Variae*, uma coletânea de papéis do Estado editada por Cassiodorus, filho do governador romano da Sicília e da Calábria nos últimos anos do domínio de Odoacer. Cassiodorus ocupou diversas vezes o importante posto de chanceler sob Teodorico o Grande (493-526) e seus sucessores imediatos. Segundo a *Variae*, Teodorico não poupou esforços para exercer um governo ditatorial na Itália, nos moldes do padrão romano. O apoio da aristocracia romana, experiente e testado no funcionalismo público clássico, era essencial nesse ponto. Em retorno, Teodorico protegia a Itália com dois flancos na península – Panônia ocidental (atual Eslovênia), a leste, e Provença, a oeste. O reino de Teodorico terminou logo após sua morte, em razão das aspirações de Justiniano, imperador do Império Romano do Oriente, de recuperar a Itália. As guerras góticas mais devastadoras (535-552), que ele empreendeu com esse objetivo, foram um desastre para a Itália.

Há pouco tempo os historiadores começaram a ter uma visão mais positiva do reino, ou reinos, dos lombardos na Itália, que continuaram a existir até o final da conquista dos francos em 774. Os lombardos eram considerados uns bárbaros selvagens que tinham pouquíssimo contato com a civilização romana. A conquista da Itália fora extremamente violenta e nunca houve uma integração real com a população nativa, em parte porque os lombardos teimosamente continuaram a seguir a doutrina do Aria-

nismo. Porém, agora ficou claro que essa descrição tendenciosa baseia-se em fontes contemporâneas que eram muito hostis com os lombardos. Os papas, por exemplo, sentiam-se ameaçados por eles e os documentos diplomáticos referiam-se constantemente aos lombardos em termos pejorativos como “os maiores criminosos” ou “os lombardos fedorentos”. Mas, na verdade, os lombardos misturaram-se com a população italiana. O Arianismo jamais foi um obstáculo intransponível, e nem todos os lombardos eram arianistas. A prova visível dessa integração bem-sucedida é a disseminação de nomes lombardos, ao passo que a língua falada lombarda logo foi substituída pelo italiano. Havia uma admiração pelas atividades legislativas dos reis lombardos: elas refletiam o desejo dos novos governantes de aumentar a segurança jurídica de seus súditos, bem similar ao exemplo dos antigos romanos. A legislação lombarda, que quase não sofreu influência da legislação romana, no entanto, tinha um amplo alcance.

Por fim, os lombardos mantiveram uma sociedade urbana no norte da Itália, embora não tivessem uma tradição urbana. O norte da Itália era governado pelos centros urbanos das antigas *civitates*, onde a elite lombarda também se instalou. Os funcionários do governo com título de “duque” eram nomeados para as grandes cidades. Em Friuli e na Lombardia eles eram apoiados pelos “*gastalds*”, cuja tarefa era supervisionar os domínios reais e a receita pública. Esse trabalho tornou-se necessário quando, logo após as invasões, se decidiu que os duques teriam direito a receber metade das receitas públicas (a maioria proveniente dos impostos) destinadas ao rei. Com essa decisão a posição dos duques passou a ser muito lucrativa e, portanto, não surpreende que logo tenha se tornado hereditária. Outra consequência foi o grande grau de independência que as *civitates* com seu próprio duque usufruíam.

O observador do ano 500 teria ficado tão atônito com a rápida queda do reino dos ostrogodos como com a rápida ascensão do *regnum Francorum*, o reino dos francos. Mas nenhum desses dois acontecimentos era perceptível na ocasião. Havia diversos líderes militares francos instalados entre Colônia e Paris que se intitulavam “reis”, porém, seu poder era reduzido. Entre eles Clóvis, filho de Childerico, cuja base de poder localizava-se em Tournai, mas que agia com frequência em lugares bem distantes e a serviço dos romanos. Depois da morte de Childerico, em 481, Clóvis expandiu seu poder para o norte da Gália, porém, seus principais sucessos ocorreram mais tarde. Em 507 ele derrotou os visigodos, como vimos, e de um só golpe conquistou a Aquitânia, quase toda a região sudoeste da Gália. A seguir, realizou campanhas impiedosas nas quais eliminou vários reinos francos rivais na Renânia, inclusive o dos ripuários, ao redor de Colônia. O reino dos burgúndios foi anexado pelos sucessores de Clóvis. Outros reinos

vizinhos foram obrigados a aceitar alguma forma de dependência. Às vezes isso causou a formação de reinos satélites francos, como o dos alamanos (na margem do alto Reno), o dos bávaros (cf. Baviera) e o dos turingios (cf. Turingia) e a subsequente nomeação de um franco, de um duque nativo ou de um governador. Algumas vezes a dependência limitava-se ao pagamento de um tributo anual, como uma espécie de reconhecimento do domínio dos francos. Os saxões (continentais) e os lombardos aparentemente foram obrigados a pagar esse tributo por certo tempo. Em outras regiões, como a Britânia, a Gasconha (o país basco francês) e a Frísia (na fronteira costeira do Mar do Norte, na atual Holanda e na Alemanha) alguns períodos pequenos de grande influência franca alternavam-se com períodos mais longos de autonomia. Nestes últimos períodos a linhagem de duques francos original cada vez mais passou a se identificar com o “povo”, a quem tinham governado. O exemplo mais surpreendente era o dos angilofingos, nobres talvez de origem franca, que tinham o título hereditário de duques (governadores) dos bávaros e que eram vistos como bastiões da luta da Baviera pela independência. Na baixa Idade Média os angilofingos ocupavam uma posição quase de realeza e eram parentes próximos das mais importantes dinastias dos reis lombardos.

A atitude dos francos era ambivalente, em especial, em relação aos povos cujas terras situavam-se no norte e no nordeste da França (país dos reinos francos), os vestfalianos e os saxões. Essa atitude era compreensível porque por um lado esses grupos constituíam uma ameaça ao poder dos francos e, por outro, eles tinham a função de diminuir o impacto dos conflitos entre a França e os vênedos eslavos, e de servir como um reservatório humano para a formação dos exércitos francos orientais.

A ideia que temos da Grã-Bretanha em torno do ano 500 é muito difusa. Os grupos de anglos e saxões que foram para a Inglaterra como *foederati*, no início do século V, haviam se estabelecido na região e criaram laços familiares com a população de origem romana e inglesa. Os invasores eram tão hegemônicos que impuseram sua língua à população. Mesmo assim, grandes áreas da Grã-Bretanha permaneceram fora do alcance dos assentamentos anglo-saxões: Cornualha (até o século IX), País de Gales e Escócia mantiveram sua língua celta e suas características. Na região da Inglaterra, sob controle dos bárbaros do continente, muitos “reinos” pequenos (ou comunidades com chefes locais) foram criados e constantemente guerreavam entre si. Por fim, foram criadas sete unidades maiores: Essex, Sussex e Wessex, os reinos saxões do leste e do sul, e os reinos saxões ocidentais de Kent, East Anglia, Mercia e Northumbria. Dos sete, Mercia, situado em Midlands, era o maior e mais importante reino durante a baixa Idade Média. Isso significou que por períodos longos alguns ou todos os outros seis reinos reconheceram

a supremacia de Mercia, pelo menos em tese. Northumbria e Wessex também tiveram uma posição semelhante, embora por um período mais curto.

Offa (757-796), o rei mais conhecido de Mercia, cujo nome ficou registrado nas novas moedas que mandara cunhar, nas leis consuetudinárias (*dooms*) que colecionara e registrara e no impressionante trabalho de terraplenagem (a Represa de Offa), que ele aparentemente construíra como um sistema de defesa ou apenas como um marco na fronteira entre Mercia e o País de Gales, com uma distância de mais de 110 quilômetros. Offa mantinha contatos diplomáticos regulares com a corte de Carlos Magno, o que indica que a Inglaterra anglo-saxã não estava isolada do continente. Existem mais provas disso. Uma delas é o poema épico *Beowulf*, que provavelmente adquiriu sua forma definitiva na época do reinado de Offa, mas que relata a história de acontecimentos ocorridos no sul da Escandinávia no século VI, relatos que fascinavam os anglo-saxões séculos depois que haviam chegado dessa mesma região. Não muito antes, no início do século VIII, eles já tinham “redescoberto” o suposto parentesco com os saxões do continente.

Segregação ou Integração?

Por muitos anos pensou-se que os novos reinos dos invasores bárbaros, que em todos os lugares constituíam pequenas minorias, exerceram seu poder para manterem-se separados da população nativa e a fim de limitar o número de pessoas que compartilhasse as vantagens da nova posição conquistada. A segregação teria sido imposta de três maneiras: pela proibição de casamentos inter-raciais, pela introdução do princípio de personalidade jurídica e pela adesão consciente ao Arianismo, um movimento herético do Cristianismo. Entretanto, há pouco tempo surgiram sérias dúvidas não só sobre a viabilidade de pôr em prática a segregação com um fundamento étnico e religioso, como também o desejo dos reis bárbaros de continuarem divididos. Teodorico, rei dos godos, mais uma vez pode ser um exemplo dessa atitude. Seus súditos dividiam-se em dois grupos, os *romani* e os *goti*. Essa distinção originalmente étnica logo adquiriu uma característica funcional: *romani* passou a significar “civis” e *goti* “militar”. O antecedente étnico não mais importou, nem a preferência religiosa. Líderes e conselheiros seculares e religiosos foram recrutados de ambos os grupos.

Dos métodos de segregação mencionados, a personalidade jurídica – o princípio de tratar cada grupo étnico ou categoria social dentro de uma unidade política segundo sua lei – é a mais problemática. Os governantes bárbaros em princípio não eram a favor da segregação jurídica, mas no início a aceitaram em prática, porque as pessoas que procuravam a justiça apelavam para suas normas jurídicas tradicionais, os bárbaros para seu direito costumeiro e os romanos para a legislação escrita romana. Assim, se solicitado,

o rei tinha de proporcionar as duas. O problema aos poucos desapareceu, quando a miscigenação de grupos populacionais acentuou-se. Essa miscigenação só poderia ser evitada com uma proibição rígida de casamentos inter-raciais. Essa proibição existia na Espanha, ocupada pelos visigodos na primeira metade do século VI, mas só nesse lugar e nesse período, e seus antecedentes são obscuros. Na Espanha a hostilidade intensa entre arianistas e católicos continuou até 589. Em outros reinos bárbaros essa hostilidade não existia (na Gália franca desde Clóvis) ou não havia na linha divisória entre bárbaros recém-chegados e as populações nativas (na Itália dominada pelos ostrogodos), ou era insignificante. Os governantes lombardos na Itália, por exemplo, nunca polemizaram a questão das convicções religiosas.

Em resumo, a evidência de uma tendência consciente de segregação é escassa. Só por pouco tempo, após conquistar o poder em uma região específica, às vezes a segregação era uma opção, porém, isso era motivado pelo desejo dos chefes bárbaros de garantir recompensas para seus guerreiros e de manter a ordem, e não por uma política deliberada de *apartheid*. Sentimentos étnicos só afloravam em circunstâncias específicas. As guerras de reconquista de Justiniano, em especial, fizeram com que os reis bárbaros se afastassem dos “romanos” e dos “católicos” e comesçassem a se considerar bárbaros arianistas (os godos e os vândalos). As guerras góticas na Itália demonstraram que essa politização étnica não tinha raízes profundas. Para a maioria dos italianos a lealdade ao lugar onde vivia ou à sua posição social tinha muito mais importância que o sentimento de ser “romano” ou “godo”: eles mudavam de lado de acordo com seus interesses.

Por sua vez, a evidência de uma integração é mais forte e mais abundante. Do ponto de vista arqueológico, é difícil distinguir os invasores bárbaros e as populações nativas logo depois da chegada deles, o que indica uma rápida aculturação. Além disso, os bárbaros rapidamente, e com facilidade, abandonaram suas línguas originais: os abares e os búlgaros trocaram suas línguas altaicas e mongólicas por línguas eslavas; os visigodos e os suevos na Espanha, os burgúndios na Savoia e na Provença, os francos na Gália e os lombardos na Itália abandonaram suas línguas germânicas e adotaram línguas românicas regionais. Só os invasores na Inglaterra, os francos na região do Reno na atual Holanda, Flandres e a parte norte da França, os alamanos na região do alto Reno e Suíça, os britânicos na Britânia e os magiares na Hungria, todos imigrantes, conseguiram que suas línguas predominassem nas regiões que por algum tempo pertenceram ao Império Romano. Nos Alpes surgiram áreas miscigenadas interessantes, onde duas línguas continuaram a coexistir. A duração dessa forma de integração é demonstrada pelo fato de que os limites linguísticos da Europa atual em sua essência remontam aos limites mencionados anteriormente.

Formação da Protonação

Fora da Itália a integração entre as minorias de grupos bárbaros e as maiorias nativas contribuiu para a criação de uma nova consciência de solidariedade supralocal, a ideia que os nativos e os recém-chegados formassem um povo. Nos lugares onde essa consciência era extremamente politizada, o que nesse contexto significa um vínculo próximo com a monarquia, poderíamos dizer que houve a formação da protonação. A Espanha dominada pelos visigodos é um exemplo inicial desse fato: na literatura do século VII e em fontes jurídicas, *rex, gens et patria Gothorum* era a forma padrão para referir-se ao “rei, povo e terra natal dos espanhóis”, independente de suas origens étnicas. Algumas décadas depois “hispani” substituiu a palavra “gothi”, para se referir aos espanhóis. “Gothi” foi então mais uma vez usada para designar os bárbaros que conquistaram a Espanha em um passado quase mítico mesmo na época. A profundidade dessa consciência de solidariedade entre os espanhóis revela-se em um pequeno trabalho histórico curioso sobre o rei visigodo Wamba escrito por Juliano, bispo de Toledo. Em 673, Wamba reprimiu com rigor uma revolta na “Gália”, a área ao redor de Narbonne ao norte dos Pireneus, que nessa época ainda pertencia ao império visigodo. Em seu relato Juliano exagera a inimizade dos espanhóis em relação aos cidadãos gauleses, que evidentemente não pertenciam à Espanha.

Em outros reinos bárbaros o nome dos invasores persistia como um ponto de referência da protonação, como a Burgúndia e a França, os reinos dos burgúndios e dos francos, e eventualmente também em Ânglia, o nome coletivo dos reinos dos anglo-saxões na Inglaterra. Ao mesmo tempo, os burgúndios, os francos e os anglos tornaram-se nomes usuais para todos os habitantes, independente que sua origem fosse de bárbaros alóctones ou autóctones. A formação dos novos nomes, “francos” e “anglos”, vinculou-se à ideia que os francos e os anglos eram um “povo” escolhido ou até mesmo uma raça, o que indica uma grande pseudofamília com um passado comum, com sua identidade e um destino comum dentro da estrutura da história da salvação cristã.

Ao refletir sobre a formação de uma protonação na baixa Idade Média devemos, é claro, eliminar qualquer noção moderna de consciência nacional e, por isso, usamos o antepositivo “proto”. Não sabemos quão profundos eram os sentimentos das pessoas nessas sociedades. Nem os reis bárbaros possuíam facilidades militares ou de comunicação para controlar plenamente e sem interrupção as imensas regiões que dominavam; por esse motivo, gostando ou não, tinham de aceitar um grande grau de autonomia local e regional. A formação dos reinos bárbaros na baixa Idade Média, portanto, revela diversos tipos de forças centrífugas em ação, assim como

forças centrípetas. Qual das duas predominaria, dependia da extensão, do âmbito geográfico e da amplitude da repressão e do rigor da dominação. Se estas últimas características se enfraquecessem surgia a oportunidade de romper a tendência de aculturação e de fortalecer as antigas tradições. Na Gália franca, ao sul do Loire, ocorreu esse fato. Mas a atual Romênia é o exemplo mais expressivo dessa peculiaridade: a língua latina continuou a ser falada em vilarejos nas montanhas isoladas nos Cárpatos, que passaram incólumes pelas mudanças rápidas de governantes na região (bizantinos, abares, búlgaros e grupos eslavos).

CONQUISTAS ÁRABES

Quase ao mesmo tempo em que os lombardos entraram na Itália e grupos de eslavos espalharam-se pelos Bálcãs, Maomé (c. 570-632) nasceu em Meca, a oeste da península árabe. Tudo o que sabemos a seu respeito origina-se da tradição árabe, que foi escrita um século depois, e está longe de ser imparcial, além da impossibilidade de ser comprovada em fontes. Segundo a tradição, Maomé teve visões em que Deus (Alá) lhe revelou seu desejo. Sob as ordens de Alá, Maomé difundiu a revelação e tornou-se o profeta de Alá. Isso causou tensão em Meca e Maomé, e seus seguidores fugiram em direção ao norte, para Medina, um acontecimento que marca o início da era islâmica (622). Sete anos depois ele voltou a Meca e assumiu o poder. O apoio a Maomé cresceu rapidamente nas regiões sul e oeste da Arábia. Sob seus primeiros sucessores (califas) a autoridade de Meca expandiu-se com extrema rapidez. Primeiro, os califas foram para o norte e o leste da península árabe e para as regiões desérticas vizinhas do “crescente fértil”, onde havia muitos árabes beduínos. Em 637 os bizantinos e os persas sofreram respectivamente derrotas humilhantes no Rio Yarmuk (ao sul de Damasco) e em al-Qaddisyá (perto de Kufa, no Eufrates).

Isso abriu caminho para a conquista árabe dos atuais países da Síria e Iraque. Alguns anos depois os bizantinos foram expulsos com facilidade do Egito. Ataques e expedições à Pérsia e ao norte da África foram realizados a partir dessas novas bases. Cem anos após a morte de Maomé, o poder dos árabes estendeu-se da Espanha no Ocidente a Samarkand e ao delta do Rio Indo, no Oriente. Logo depois de 660 seu centro deslocou-se de Meca para Damasco, sede do governo dos califas da dinastia omíada. Essa mudança teve uma enorme importância para a cultura árabe, revelada agora na influência síria e iraniana.

No entanto, essa rápida expansão árabe não foi tranquila. Alguns problemas foram causados por questões de sucessão, mas a maioria originou-se

do controle dessa área imensa que os exércitos árabes haviam conquistado. Como a população árabe era pequena foi impossível ocupar todo o território conquistado, e os guerreiros árabes que não voltavam para casa instalavam-se nas cidades e nos vilarejos como a classe dominante. Nesse aspecto, as conquistas árabes assemelham-se às dos bárbaros do norte em algumas partes da Europa. Porém, também havia diferenças significativas. Os árabes expunham-se muito mais devagar à integração social e cultural do que os bárbaros no Ocidente. No início, os árabes não impuseram sua religião, o Islamismo, às populações conquistadas. Eles lutaram para preservar sua pureza étnica, e tudo indica que se mantiveram por muito tempo com essa postura. Por outro lado, os árabes aprenderam bastante sobre administração com os bizantinos e os persas. Nenhum reino bárbaro no Ocidente comparou-se ao sistema administrativo extremamente desenvolvido dos árabes.

A fim de se sustentarem os soldados árabes que imigraram para as regiões conquistadas no Oriente Médio recebiam um subsídio dos impostos que as pessoas dominadas tinham de pagar. O montante do subsídio dependia do *status* de quem o recebia, que em parte era determinado pela proximidade genealógica com o profeta e pela contribuição dada nas campanhas militares. No longo prazo, a manutenção desse sistema, que pressupõe uma burocracia gigantesca, causou um atrito sério entre os árabes que recebiam subsídios, a elite social e a população nativa. A desigualdade do tratamento fiscal de árabes e de pessoas não árabes convertidas ao Islamismo foi um motivo especial de tensão. Os árabes não pagavam impostos, embora fossem obrigados a dar esmola (em árabe *sadaqa*) aos pobres. As pessoas convertidas ao Islamismo pagavam um pesado imposto de captação sobre a terra e não recebiam um tratamento diferenciado das pessoas que não haviam se convertido. Essa situação terminou no início do século VIII, quando os árabes e os não árabes mulçumanos passaram a ter o mesmo tratamento em relação aos impostos, o que incentivou muito a conversão ao Islamismo. Mas a elite árabe continuou a monopolizar o poder militar e administrativo e, por fim, esse monopólio tornou-se inaceitável para as elites nativas. Abu-Abbas al-Saffah, descendente de outra linhagem de Meca relacionada ao profeta, aproveitou-se desse conflito para incitar uma rebelião contra os omíadas no nordeste da Pérsia. A revolta foi bem-sucedida e provocou a formação da dinastia dos abássidas, que construiu uma nova capital no Tigre – Bagdá – que se transformaria em uma das maiores cidades do mundo.

Os abássidas seguiam uma política rigorosa de centralização, o que resultou em mais burocracia. Essa política apoiava-se na eficácia do poder de que os califas dispunham, em especial, do apoio militar dos persas que

havia ajudado os abássidas a conquistar o poder. O separatismo regional estava latente em toda parte. No início do século IX surgiram problemas, e começou um longo período de guerra civil e rebeliões. Como resultado o Sawad, a região fértil no sul da Mesopotâmia, onde Bagdá localizava-se, sofreu um grave declínio econômico, ameaçando a fonte mais importante de receita dos califas. Alguns califas tentaram reverter a situação com medidas reformadoras. Al-Mutasim (833-842) foi o primeiro califa a organizar exércitos compostos de soldados não árabes de territórios fronteiriços distantes (turcos, armênios, curdos e berberes). Isso foi o início de uma longa tradição no mundo islâmico, onde o núcleo do exército consistia em soldados principalmente de uma elite não árabe; e não demoraria muito para que os comandantes desses soldados fizessem parte da elite governante e, assim, como na Europa medieval essa tendência relacionou-se à profissionalização da condução da guerra e da importância crescente da cavalaria. Os nômades turcos e os beduínos berberes eram os mais requisitados, porque, além de excelentes cavaleiros, eram muito corajosos.

Durante o século X surgiu o costume árabe de recrutar os “mamelucos” (escravos) como soldados de cavalaria em exércitos de tamanho médio com seu próprio comandante, que os pagava e a quem tinham de obedecer. Esse costume criou um *esprit-de-corps* forte, no qual as relações homossexuais eram com frequência uma prática comum.

Uma segunda medida com o intuito de lidar com a crise foi a criação dos *iqta*, contratos em que as receitas do Estado (impostos, produção de propriedades rurais etc.) em determinada área eram arrendadas por um curto período a uma pessoa de alta posição social, e que durante esse período exercia uma autoridade civil e militar na área. Em troca, o arrendatário do *iqta* tinha de pagar as tropas, se tivesse um posto de militar. Esse sistema de *iqta* às vezes tem sido comparado às relações dos feudos e vassalos que se desenvolveram na Europa ocidental em torno da mesma época, mas as diferenças superaram as semelhanças. Em especial, a subordinação e o respeito do vassalo ao senhor feudal não existiam nos *iqta*.

Depois do primeiro quartel do século X o califa de Bagdá não mais possuía muita autoridade. Seu comandante em chefe agora estava encarregado do comando militar e adotara o título de *amir al-umara* (no sentido literal “líder dos líderes”). A partir da segunda metade do século X essa posição foi praticamente monopolizada pelos buídas, uma dinastia originária do sul do Mar Cáspio, mas que criara seu reino no Ocidente e na região central da Pérsia. É provável que os buídas tenham incentivado a tradição islâmica xiita (ver Capítulo 4) e, assim, foram um apoio valioso ao desenvolvimento do xiismo como uma força real na fé islâmica. Isso provocou diferenças religiosas acentuadas no Iraque, porque os califas tomavam o partido dos sunitas.

O fato de os buídas terem sido capazes de criar seu reino revelou o colapso do império árabe unido, que, na verdade, já tivera um precedente em 750, quando os últimos membros dos omííadas fugiram de Damasco para a Espanha, onde a dinastia permaneceu no poder por muitos séculos indiferente a Bagdá. No século X inúmeros pequenos reinos no Oriente Médio, que ainda eram mais ou menos leais ao califa, procuraram se libertar do domínio de Bagdá. Portanto, é melhor não usar as expressões “império árabe” ou “mundo árabe” para descrever a situação nessa época: é preferível mencionar o “mundo islâmico”, porque os árabes não precisavam mais se impor na imensa área que haviam conquistado. Eles tinham criado um sentimento de unidade e solidariedade, no qual o Islamismo era a força unificadora.



Mapa 3.2 O mundo islâmico no Oriente Médio

Na região da fronteira ao norte, em especial, uma fragmentação política resultou em um sério enfraquecimento militar; os pequenos reinos dos governantes armênios e curdos sofreram respectivamente o novo ataque dos bizantinos e dos nômades turcos, que no início do século XI partiram das estepes do Cáucaso e entraram no leste da Pérsia pelo Azerbaijão. Por sua vez, o regionalismo trouxe oportunidades para a formação de novos núcleos fortes, como demonstra a ascensão dos fatímidas. Os

fatímidas descendiam de um líder sírio da seita xiita ismaeliana, que se intitulou imame logo após o ano 900. Em seguida, ele fugiu para Ifríqya (aproximadamente na atual Tunísia), onde o movimento ismaeliano tinha mais seguidores do que na Síria. Com o apoio dos berberes kutama, que se diferenciavam da elite árabe, os fatímidas assumiram o poder e se proclamaram califas. Como o governante omíada na Espanha reagiu da mesma forma, a partir de então houve três califas. De Ifríqya os fatímidas expandiram seu poder por meio de ataques em Magreb e no Egito. Eles conquistaram o Egito em 969, onde construíram uma nova capital, al-Qahira (Cairo, que significa "a vitoriosa").

A partir do Egito os fatímidas avançaram pela Palestina e por sua terra natal, a Síria. Nessa ocasião ficou evidente que precisavam fortalecer a base militar de seu poder, o que fizeram com o costume de recrutar mamelucos para exércitos de médio porte. Os fatímidas permaneceram no poder até meados do século XI, apesar de alguns califas excêntricos, como al-Hakim (996-1021), um psicopata perigoso cujo reino de terror durou 25 anos. Seu nome é sempre mencionado com aversão no Ocidente, porque em 1009 ele saqueou Jerusalém e destruiu o Santo Sepulcro.

A força dos fatímidas baseava-se em seu enorme prestígio e, por essa razão, a sucessão nunca foi um problema. Ao contrário dos abássidas, eles limitavam o poder dos membros da família, para que o califa nunca sentisse a competição de sua família. Eles também tinham uma atitude tolerante em relação à religião e jamais tentaram impor a seita xiita no Egito. O Egito usufruiu de uma grande prosperidade sob os fatímidas. Cairo tornou-se um importante comércio entre a Índia, a África e o mundo mediterrâneo. A mesquita de Al-azhar, o prédio que começou a ser construído logo após o ano de 969, transformou-se rapidamente em um importante centro de estudos. No século XI Bagdá deixou de ser o núcleo do mundo islâmico: Cairo assumira seu lugar.

LEITURA SUGERIDA

AMORY, Patrick. *People and Identity in Ostrogothic Italy, 489-554*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BLAIR, Peter Hunter. *An Introduction to Anglo-Saxon England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CHRISTIE, Neil. *The Lombards*. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

CRONE, Patricia. *Meccan Trade and the Rise of Islam*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1987.

_____. *God's Rule: Government and Islam. Six Hundred Years of Medieval Islamic Political Thought*. Nova York: Columbia University Press, 2004.

- CURTA, Florin (Org.). *Borders, Barriers and Ethnogenesis*. Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2005.
- FERRILL, Arther. *The Fall of the Roman Empire: The Military Explanation*. Londres: Thames & Hudson, 1986.
- GEARY, Patrick J. *The Myth of Nations*. The Medieval Origins of Europe. Princeton, N.J. and Oxford: Princeton University Press, 2002.
- GILLETT, Andrew. *Envoys and Political Communication in the Late Antique West*, 411-533. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- GILLETT, Andrew (Org.). *On Barbarian Identity*. Critical Approaches to Ethnicity in the Early Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2002.
- GOETZ, Hans-Werner; JARNUT, Jörg; POHL, Walter (Orgs.). *Regna and Gentes. The Relationship between Late Antiquity and Early Medieval Peoples and Kingdoms in the Transformation of the Roman World*. Leiden e Boston, Mass.: Brill Academic Publishers, 2003.
- GOFFART, Walter. *Barbarians and Romans, AD 418-584: The Techniques of Accommodation*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1980.
- _____. *The Narrators of Barbarian History (AD 550-800): Jordanes, Gregory of Tours, Bede and Paul the Deacon*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1988.
- HARRIES, J. *Sidonius Apollinaris and the Fall of Rome, A.D. 407-485*. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- HEATHER, Peter. *The Goths*. Cambridge, Mass. and Oxford: Blackwell, 1996.
- _____. *The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- JAMES, Edward. *Britain in the First Millennium*. Londres e Nova York: Arnold/Oxford University Press, 2001.
- KENNEDY, Hugh. *The Prophet and the Age of the Caliphates*. The Islamic Near East from the Sixth to the Eleventh Century. Londres e Nova York: Longman Group Ltd., 1986.
- _____. *The Armies of the Caliphs*. Military and Society in the Early Islamic State. Londres e Nova York: Routledge, 2001.
- MERRILLS, Andrew (Org.). *Vandals, Romans and Berbers*. New Perspectives on Late Antique North Africa. Aldershot: Ashgate, 2004.
- MOORHEAD, John. *Theoderic in Italy*. Oxford e Nova York: Clarendon Press/Oxford University Press, 1992.
- MURRAY, Alexander Callander (Org.). *After Rome's Fall: Narrators and Sources of Early Medieval History*. Essays Presented to Walter Goffart. Toronto: University of Toronto Press, 1998.
- NOBLE, Thomas F. X. (Org.). *From Roman Provinces to Medieval Kingdoms*. Londres e Nova York: Routledge, 2006.
- POHL, Walter (Org.). *Kingdoms of the Empire*. The Integration of Barbarians in Late Antiquity. Leiden: Brill Academic Publishers, 1997.
- POHL, Walter; REIMITZ, Helmut (Orgs.). *Strategies of Distinction*. The Construction of Ethnic Communities, 300-800. Leiden: Brill Academic Publishers, 1998.
- ROLLASON, David. *Northumbria, 500-1100: Creation and Destruction of a Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SAUNDERS, John. *A History of Medieval Islam*. Londres: Routledge, 1978.
- SAWYER, P.; WOOD, I. N. (Orgs.). *Early Medieval Kingship*. Leeds: School of History, University of Leeds, 1977.
- TOLAN, John V. *Saracens: Islam in the Medieval European Imagination*. Nova York: Columbia University Press, 2002.

WHITTAKER, C. R. *Frontiers of the Roman Empire*. A Social and Economic Study. Baltimore, Md. e Londres: Johns Hopkins University Press, 1994.

WOLFRAM, Herwig. *History of the Goths*. Berkeley: University of California Press, 1988 (original alemão, 1979).

_____. *The Roman Empire and Its Germanic Peoples*. Berkeley: University of California Press, 2005 (original alemão, 1990).

CAPÍTULO 4

O CRISTIANISMO E O ISLAMISMO: A CRIAÇÃO DE DUAS RELIGIÕES NO MUNDO

A IGREJA CRISTÃ NA TRANSIÇÃO DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA

A Antiguidade tardia foi um período de grande efervescência religiosa. Muitas pessoas abandonaram o culto obsoleto de diversos deuses do período clássico greco-romano e dos panteões do Oriente. Elas procuraram contatar as correntes filosóficas que acreditavam em um poder divino, como o neoplatonismo, ou seitas místicas que garantiam um contato pessoal com uma divindade mítica. Essas religiões que traziam uma mensagem de salvação individual e ressurreição após a morte eram muito difundidas. Essa mensagem era – e é – essencial para a religião cristã. Para os cristãos, Jesus de Nazaré, que viveu na Palestina sob o governo dos Imperadores Augusto e Tibério, não era apenas o Messias (no sentido literal “ungido”, *christos*, em grego), o Salvador do povo de Israel prometido aos judeus, mas também o filho em carne e osso do único Deus. Sua ressurreição após a morte na cruz abriu para os fiéis o caminho de sua vitória sobre a morte e a salvação eterna. Esse tipo de convicção, no entanto, não era um fato singular à época. O Cristianismo diferenciou-se muito das demais religiões devido ao seu apelo universal e aos seus princípios éticos. A ética baseava-se no mandamento virtuoso do amor altruísta pelo seu vizinho (*caritas*), em especial pelos membros mais fracos da sociedade, dos quais nada se podia esperar em retorno.

O apelo universal dos primórdios da Igreja cristã expressava-se no adjetivo “católico”, da palavra grega “universal”. Nesse sentido, o Cristianismo estava a princípio aberto a todas as pessoas, independente do sexo, da origem e do *status*, porém, por muito tempo ele deteve um exclusivismo e uma distinção. Esse objetivo “católico” teve consequências sociais importantes, embora a longo prazo; no início, a Igreja cristã não era mais tolerante do que outros cultos em relação aos escravos e mulheres. Isso não altera o fato de que no final do império a opinião pública visse com admiração o forte sentimento de solidariedade da comunidade cristã. Isso fortalecia o sentimento de superioridade moral entre cristãos, dando-lhes força e resolução na época das perseguições.

A única outra religião antiga com pretensões universais era o Judaísmo. A luta enfrentada pelos seguidores do Cristianismo, que originalmente era uma seita judaica, obteve uma vitória importante antes do século IV com a apropriação da mais importante coletânea de textos religiosos judaicos. Esses textos, *tanach*, em hebraico, falam do relacionamento entre Jeová, o único Deus verdadeiro, e o povo de Israel. Eles foram traduzidos para o grego no século III a.C. com o nome de *Septuaginta*, mas sempre nos referimos a ele como o “Antigo Testamento”. Ao mesmo tempo uma nova tradição escrita adicional surgiu, elaborada em torno dos quatro Evangelhos, que relata a vida e os ensinamentos de Jesus de Nazaré, escrita alguns anos depois de sua morte (os estudiosos ainda discordam em relação ao número de anos). Junto com uma seleção de cartas e relatos das atividades de seus discípulos mais importantes, os apóstolos, e com uma visão enigmática do fim do mundo, o “Apocalipse” ou a “Revelação” de João de Patmos, os Evangelhos são uma coletânea de textos que constituem o “Novo Testamento” ou, em outras palavras, a Nova Aliança de Deus com o novo Israel, a Igreja cristã. A mensagem por trás desses textos era clara: o povo escolhido por Deus não era mais os judeus e sim os cristãos.

Os judeus, por sua vez, foram perseguidos pelas autoridades romanas desde o início do século III. Essa perseguição assumiu formas mais discriminatórias depois que o Cristianismo foi oficialmente permitido em 311. Os judeus não podiam casar com cristãos, por exemplo, nem podiam ter escravos cristãos. Na baixa Idade Média o antissemitismo foi refeito em razão de uma tolerância repressiva rigorosamente limitada. Essa tolerância fundamentou-se nas ideias do apóstolo São Paulo e nos principais padres da Igreja como Santo Agostinho e Papa Gregório o Grande. Eles estavam convencidos de que, por causa do tratamento que deram a Cristo, os judeus haviam seguido o caminho do mal, mas que, em algum momento, se voltariam para Deus de novo. Até chegar esse momento, os judeus que viviam entre os cristãos eram vistos com um enfoque negativo, por assim dizer (“isto é, seguiam o caminho errado”). A perseguição sistemática dos judeus foi bem esporádica na baixa Idade Média; os judeus foram perseguidos na Espanha dominada pelos visigodos na primeira metade do século VII. No império carolíngio os judeus ficaram sob a proteção direta (*tuitio*) do rei.

Jamais saberemos se os cristãos teriam conseguido ser o grupo religioso predominante dentro do Império Romano por meio apenas de seus esforços. A conversão misteriosa de Constantino às vésperas da batalha da Ponte Mílvia (312) – um ano depois do édito de Milão, pelo qual o Cristianismo passou a ser oficialmente tolerado – mudou em um instante toda a situação, mas, sob nossa perspectiva, foi uma tolerância insignificante. Do ponto de vista político, Constantino foi muito inteligente ao proceder com

essa cautela. Ele não queria ofender a poderosa elite senatorial da Itália sob nenhuma circunstância. Assim, enquanto favorecia, por um lado, a Igreja, por outro continuava ligado à antiga religião do Estado que focava a adoração do invencível deus Sol (*Sol Invictus*). A assimilação desse deus com Cristo ainda pode ser vista em nosso Natal, porque o dia 25 de dezembro é o aniversário do Sol. No ano 321 Constantino criou o “venerável dia do Sol” (domingo) como um dia semanal de repouso compulsório. Fora da Igreja o imperador nunca se mostrou como um príncipe cristão. Durante a vida inteira Constantino permaneceu um *katechumen*, um cristão em preparação. Ele só foi batizado em seu leito de morte.

As simpatias religiosas dos sucessores de Constantino também oscilaram; o Cristianismo só se tornou a religião oficial do Estado no reino de Teodósio I (379-395). Essa oficialização teve consequências. O número de cristãos cresceu rapidamente no século IV: de 10% a 25% da população total do Império Romano em torno do ano 300 aumentou para cerca de 50% por volta do ano 400. Porém, o sucesso também tinha seu aspecto negativo.

A seita antes suspeita, fechada, regularmente perseguida surgiu no século IV como um movimento agressivo e triunfante com um lado militante e uma crescente intolerância em relação às outras crenças. A antiga noção de que a semente do Cristianismo, assim que foi semeada, caiu em uma terra fértil, e que todos os habitantes do Império Romano abriram seus corações entusiástica e alegremente para a palavra do Evangelho, há muito tempo fora superada.

Logo se pressupôs que, apesar da rica diversidade, os cultos não cristãos da Antiguidade tardia não mais ofereciam uma estrutura satisfatória para a vida. Porém, isso não era verdade. Por esse motivo houve uma oposição maciça ao Cristianismo durante o século IV. Os cristãos tentaram superar essa oposição com todos os meios de persuasão, da gentileza à força. Esta última incluía a agressão verbal, a intimidação ou a zombaria com os costumes pagãos, além da grosseira violência física dos cristãos nos santuários pagãos, como os templos famosos de Serápis, em Alexandria, e Zeus Marnas, em Gaza. Essa destruição direcionada e humilhante tinha o objetivo de convencer os não cristãos de que seus deuses não eram deuses. Caso contrário, por que eles permitiriam uma violenta profanação dos seus próprios lugares sagrados? Essa manobra bem-sucedida foi mais tarde entusiasticamente copiada por missionários que catequizavam o mundo pagão dos bárbaros do norte. Mas a intolerância foi mais além do que o prejuízo material. Logo após o ano 400 o primeiro mártir pagão caiu em desgraça: o filósofo Hypatia de Alexandria morreu apedrejado por cristãos em razão de suas ideias neoplatônicas, embora a religião cristã fosse permeada por essas mesmas ideias.

A fúria agressiva dos cristãos aumentou sob Teodósio. As agressões contra os pagãos eram apoiadas pelo evidente favoritismo demonstrado em relação aos cristãos, a exclusão de não cristãos de postos do governo e a ameaça de punição severa de não conformistas. Essa atitude inevitavelmente terminou em uma intensa perseguição pelas autoridades do Estado, que chegou a seu ponto mais baixo no Oriente na segunda metade do século VI sob o Imperador Justiniano e seus sucessores.

O sucesso do Cristianismo fortaleceu-se mais devido a três fatores institucionais que determinaram a direção que a Igreja cristã seguiria nos séculos seguintes. Primeiro, o papel de liderança que o imperador e o bispo de Roma (o papa) disputavam; segundo, o rápido enriquecimento da Igreja; e, por fim, sua rigorosa organização em bispados integradas nas unidades básicas do governo civil da Antiguidade tardia, as *civitates*.

A Relação entre o Imperador e o Papa

Segundo a tradição judaico-cristã e islâmica qualquer autoridade legítima origina-se diretamente de Deus e, portanto, a mais alta autoridade na igreja deverá responder somente a Deus. Essa crença é conhecida como teocrática. No mundo cristão latino na Idade Média a ideia teocrática de autoridade era subjacente a três percepções diferentes sobre a relação do poder terreno e da autoridade espiritual. Na percepção “cesaripapista”, que se adequava perfeitamente à antiga visão romana do imperador, o mais alto governante secular era *ex officio* o chefe da Igreja. Por outro lado, a visão hierocrática atribuía a primazia universal da autoridade à suprema autoridade espiritual na Terra, nesse caso, o papa. Uma solução conciliatória surgiu em razão do dualismo que considerava que o poder secular e a autoridade espiritual eram duas esferas separadas, autônomas.

Constantino, Teodósio e seus sucessores como imperadores do Império Romano ou do Império Bizantino sempre se consideraram líderes inquestionáveis da Igreja cristã. Eles não pensavam que eram pessoas comuns, mundanas, e sim seres sagrados, extensões terrenas do rei divino no céu. A tarefa deles não era só chefiar a Igreja e defendê-la de inimigos externos, mas também preservar o conteúdo da doutrina religiosa. Em 314 – dois anos depois de sua “conversão” – Constantino convocou um concílio em Arles para julgar os donatistas do Norte da África. As crenças dos reis bárbaros no Ocidente não divergiam fundamentalmente das do imperador de Constantinopla. Eles consideravam-se *rex et sacerdos* (rei e padre), líderes cristãos da comunidade cristã e intermediários entre o clero e as pessoas (*mediator cleri et plebes*), e cuja autoridade originava-se diretamente de Deus.

Embora a posição cesaripapista fosse discutida abertamente por outros bispos, como Ambrósio de Milão (374-397), os papas como bispos de

Roma logo assumiram a liderança dessa posição. No final do século V Gelásio I (492-496) elaborou um aparente acordo, conhecido como a “doutrina das duas espadas”, que conecta a ideia subjacente de uma clara divisão de poderes, cada qual com autonomia em sua esfera de ação, o dualismo, com a convicção de que, em uma análise final, a autoridade espiritual era superior ao poder porque “no Juízo Final [seria] tarefa dos padres prestarem conta do comportamento dos reis”. Essa convicção daria aos papas radicais nos séculos XI e XII uma base para a reinterpretação hierocrática da doutrina das duas espadas.

No Ocidente a luta pelo poder supremo no mundo tinha um caráter completamente diferente, “mais real” do que no Oriente. Lá, o conflito chegou ao auge com uma luta desigual entre o imperador e o patriarca de Constantinopla; no Ocidente, em uma batalha titânica entre o imperador alemão e o papa. Quando o imperador de Constantinopla perdeu o controle efetivo sobre Roma e o território vizinho no início do século VIII, esse fato também significou o término de sua autoridade sobre o papa. Três questões aprofundaram ainda mais a cisão entre o imperador e o papa nessa ocasião. Primeiro, a usurpação bizantina de um grande território da Igreja romana no sul da Itália e na Sicília; segundo, a preferência de alguns imperadores teimosos pelo iconoclasmo, uma heresia ultrajante (ver p. 83-85) aos olhos dos papas; e terceiro, a ameaça aos interesses da Igreja de Roma na região central da Itália pelos lombardos, contra os quais o imperador não podia oferecer uma proteção suficiente. Por todos esses motivos os papas foram procurar um novo aliado e protetor, e o encontraram em torno do ano 750 nos francos. Primeiro, o Papa Zacharias (741-752) reconheceu o prefeito carolíngio do palácio, Pepino o Breve, como o sucessor legítimo dos reinos merovíngios. Alguns anos depois Pepino interveio na Itália a favor do papa. O resultado direto mais significativo dessa intervenção foi o reconhecimento formal pelos francos do que os papas durante algumas décadas haviam chamado de *res publica Sancti Petri* (no sentido literal, “a república de São Pedro”) e que, por uma questão de conveniência, chamaremos de “estado papal”. Por muito tempo esse estado papal teve contornos indefinidos e foi, na verdade, um aglomerado de domínios senhoriais ao redor de dois territórios onde o exarco bizantino de Ravena havia se instalado originalmente – as regiões em torno de Roma (Lácio) e Ravena (Romagna e Anconan Marches), ligadas por um corredor estreito através dos Apeninos.

A aliança entre o papa e os carolíngios contribuiu muito para a crescente alienação entre a Igreja do Oriente e a do Ocidente, embora as questões do dogma fossem sempre a causa principal desse cisma. Os cismas mais conhecidos foram os de Fócio (866-867) e os de Miguel Cerulário (1054), e receberam erroneamente o nome do patriarca de Constantinopla, como

se ele fosse o único culpado. Depois de cada cisma o diálogo era retomado. As tentativas de reunir as igrejas do Oriente e do Ocidente quase tiveram êxito em 1450, mas a queda de Constantinopla três anos depois foi o ponto final de todas as ilusões.

Riqueza Material, Acumulação e Distribuição

O segundo fator do sucesso da Igreja cristã foi sem dúvida sua imensa riqueza, acumulada com rapidez nos séculos posteriores à conversão de Constantino. No Império Bizantino a Igreja era talvez mais rica que o Estado no início do século VI. O enriquecimento rápido nessa época resultou em parte da apropriação das riquezas dos santuários pagãos e, por outro lado, dos valiosos presentes dos imperadores e de pessoas prósperas, que acreditavam que o destino incerto de suas almas após a morte seria melhor se praticassem boas ações ao longo da vida.

Em razão de sua riqueza a Igreja cristã tinha uma posição-chave na redistribuição social de renda por meio de diferentes formas de caridade (cuidados com os pobres, os doentes, as viúvas e os órfãos). Sua riqueza não só deu poder político à Igreja como também, em especial, autoridade moral em camadas mais amplas das populações das grandes cidades da Antiguidade tardia. Os *diaconiae* ("diaconatos") são um bom exemplo; os diaconatos foram criados pelos papas em Roma e em outras grandes cidades, como Ravena e Nápoles, quando a autoridade de Bizâncio estava enfraquecendo. Esses locais servidos por monges faziam obras sociais, e os necessitados eram atendidos com pão e um banho.

Ao mencionar a riqueza da Igreja é preciso lembrar que a Igreja católica era uma espécie de associação de fiéis que não tinha um depositário central. Sua riqueza estava nas mãos de instituições divididas que constituíam a Igreja, como bispados, paróquias, mosteiros e assim por diante. O crescimento desse capital institucional originou-se de duas fontes. A fonte mais importante foi o incessante fluxo de presentes de membros da aristocracia.

Logo, eles começaram a construir uma igreja ou um mosteiro em suas propriedades com seus próprios recursos financeiros, de preferência com altares suntuosos e relíquias valiosas. Eles conseguiam a nomeação de um padre, um abade ou uma abadessa para trabalharem em suas igrejas e mosteiros. E, é claro, queriam ser enterrados na igreja, para que ficassem após a morte próximos do santo a quem a igreja era dedicada.

Esse costume muito difundido na baixa Idade Média é conhecido como "sistema de propriedade da Igreja". Como as pessoas de origem aristocrática ocupavam todos os postos importantes na Igreja, os historiadores alemães referem-se às igrejas do início da Idade Média como *Adelskirche*, que significa "uma Igreja de e para a aristocracia" (Fletcher).



Mapa 4.1 O início do Estado papal (700-800)

Os motivos subjacentes à construção de igrejas ou mosteiros de propriedade privada são muitos e diversificados. Primeiro e mais importante, essa ação generosa assegurava aos proprietários a salvação de suas almas. A posse de uma igreja ou de um mosteiro também lhes dava prestígio e, com frequência, gerava renda. Além disso, o sistema de propriedade da Igreja permitia que as famílias aristocráticas mantivessem a propriedade da família unida e excluída das mãos ansiosas e ávidas dos reis.

A riqueza da Igreja também foi gerada pelas classes mais baixas, como os camponeses livres, por meio da cobrança de dízimos, um tipo de imposto que incidia sobre a produção agrícola, baseado no mandamento do Antigo Testamento de fazer uma doação anual de um décimo da produção da terra a Deus. Os incentivos para pagar o dízimo surgiram nas resoluções dos concílios no século VI, mas o pagamento compulsório só foi institucionalizado na Europa (cristã) nos séculos IX e X.

Ao mesmo tempo o dízimo passou a ter uma distribuição mais específica. Em geral um quarto era destinado ao bispo, e o restante era pago para sustentar o pároco, os pobres locais e a paróquia. Às vezes essa distribuição enfrentava uma feroz oposição, não só dos camponeses como também dos clérigos influentes como Alcuin de York, conselheiro de Carlos Magno, que em torno do ano 800 disse publicamente que “era melhor preterir o dízimo do que perder a fé”. Os receios de Alcuin não eram infundados. A introdução do dízimo debilitou insidiosamente a já precária vida rural da baixa Idade Média, sobretudo, porque a maioria dos pagamentos dos dízimos não ia para as mãos dos grupos aos quais era destinado. Em geral, os proprietários aristocratas das igrejas ou dos mosteiros se apropriavam da maior parte da cota dos dízimos à qual tinham direito.

A ORGANIZAÇÃO DA IGREJA

O Clero e suas Tarefas

Já na Antiguidade tardia a Igreja cristã tinha uma organização excelente, e assim continuaria durante a baixa Idade Média, quando a administração pública reduziu-se de tal modo que praticamente não fornecia pontos de referência além das referências locais. Isso proporcionou à Igreja uma vantagem comparativa que não deve ser subestimada.

Essa ótima organização originava-se do fato de que a Igreja cristã teve desde o início um *clerus* (no sentido literal, “os eleitos”) profissional e hierarquicamente estruturado. Sua tarefa básica era guiar o “rebanho” de fiéis ao longo do caminho estreito e perigoso da salvação. Na baixa Idade Média o clero tinha oito níveis de ordens sagradas: quatro ordens inferiores, nas quais o exorcista (aquele que expulsa os espíritos do mal) sem dúvida exercia o papel mais estranho, e quatro ordens superiores: subdiácono, diácono, padre e bispo. Nas ordens superiores originalmente só os bispos tinham autoridade doutrinal, o que significa a competência para explicar os ensinamentos da Igreja. No início só os bispos e os padres podiam administrar os sacramentos; os diáconos e subdiáconos apenas os ajudavam.

Uma pessoa que quisesse ingressar na vida eclesiástica primeiro tinha de raspar o topo da cabeça (tonsura). Em seguida, passava um período com um *status* de candidato, durante o qual ficava sob a autoridade direta do bispo. Assim como os clérigos ordenados, o candidato usufruía de todos os privilégios de pertencer ao clero. Os privilégios mais importantes eram os *privilegium fori* e os *privilegium immunitatis*. Os primeiros significavam que os clérigos não tinham de obedecer a intimações de tribunais seculares e só precisavam responder por seus atos (criminais) perante um tribunal da

Igreja. O segundo eximia o clero de qualquer obrigação fiscal ou militar no domínio público. Embora os dois privilégios datassem do século IV, eles só foram descritos com precisão jurídica no século XII, quando a legislação da Igreja por fim foi sistematizada.

A tarefa fundamental do alto clero era, como já mencionamos, a administração dos sacramentos, os sinais visíveis (*signa*) estabelecidos por Cristo referentes ao vínculo pessoal entre Deus e os fiéis. A partir do século XII esse vínculo sagrado representou o favor da graça divina, e o número de sacramentos foi fixado em sete. Os mais importantes são a Eucaristia, o batismo e a confissão. O sagrado matrimônio era, e ainda é, o único sacramento em que a intervenção do padre não era, como não é, necessária.

A Eucaristia, a “ação de graças”, com frequência chamada de a “missa sagrada”, é a comemoração da comunidade da Igreja da última ceia de Jesus com seus apóstolos pouco antes de sua crucificação. Ao longo do tempo, a missa às vezes adquiria um caráter mais prático quando alguém pedia um favor especial, como, por exemplo, uma boa colheita ou um casamento fecundo. O batismo era o “sacramento de iniciação” que convertia o potencial candidato em um membro da comunidade cristã e, ao mesmo tempo, abria caminho para a salvação de sua alma. O batismo era apresentado pela Igreja como um renascimento, em que a água batismal eliminava o pecado original do Cristianismo que a humanidade carregava desde Adão, o primeiro homem a pecar.

Como todos os pecados cometidos depois do batismo só podiam ser redimidos por penitências severas, muitas pessoas que queriam se converter ao Catolicismo só se batizavam no leito de morte. Porém, na baixa Idade Média essa maneira de pensar mudou e passou a ser um hábito batizar os bebês logo após o nascimento, para que os poderes do mal não se apoderassem deles. No começo a confissão de fé era feita pelos pais, mas por razões práticas logo se estendeu aos protetores, padrinhos e parentes próximos dos pais. A primeira menção aos protetores foi nos sermões de Cesário de Arles, na primeira metade do século VI.

Essas mudanças no sacramento do batismo provocaram alterações no sacramento da penitência, mais conhecido como sacramento da confissão. Todos os pecados graves cometidos após o batismo precisavam ser expiados perante Deus. Esse era o propósito da confissão. Ela começava com a confissão de culpa pelo pecador seguida de perdão (absolvição) e a imposição de um castigo (penitência) pelo confessor. No início a confissão e a penitência realizavam-se em público, e as penitências impostas eram extremamente severas. Sob a influência da prática monástica a confissão pública foi aos poucos sendo substituída pela confissão privada oral e tornou-se um ato pessoal entre o padre e o pecador. O penitente, “filho” obediente, sus-

surrava seu pecado no ouvido do “pai” confessor, e a penitência imposta era um segredo entre os dois. Depois do século XI o padre confessor assumiu também a tarefa de ajudar o pecador a revelar seus pecados fazendo perguntas diretas. Isso deu à confissão o caráter de uma busca sistemática da alma, em que o pecador não só tinha de admitir seus pecados, mas, ainda mais importante, entendê-los e, assim, se arrepender.

O alto clero precisava estar bem informado sobre os rituais e as práticas complicadas dos sacramentos, bem como em relação às cerimônias da Igreja nas quais participavam. Esses ritos podem ser resumidos na palavra “liturgia”, do grego *leitourgía*, “serviço”. Padres e bispos também tinham de ser capazes de explicar os textos bíblicos em um discurso ou sermão durante o culto religioso, o que exigia que o alto clero fosse mais culto que os outros clérigos, apesar de que nossas expectativas de uma educação esmerada não devem ser superestimadas. Esse fato revela-se nas queixas a respeito do nível do clero nos concílios eclesiásticos e nos programas da reforma. Santo Bonifácio, o famoso missionário e arcebispo da Mogúncia (674-754), certa vez admoestou os padres na Baviera, que diziam as seguintes palavras no sacramento do batismo: *baptizo te in nomine patria et filia* (“eu te batizo em nome da pátria e da filha”) em vez das palavras corretas *in nomine patris et filii [et spiritus sancti]* (“em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”).

No entanto, as informações que temos sobre o clero no início da Idade Média são bastante ambíguas. Por um lado, demorou muito tempo para que as exigências de uma moral elevada para o clero fossem levadas a sério. A discussão na Antiguidade tardia referente a padrões morais do celibato no alto clero que, afinal de contas, realizava rituais católicos, preconizavam padrões puros, incorruptíveis no tocante à sexualidade. Alguns, como Santo Agostinho, eram ainda mais radicais e defendiam o celibato em geral para o clero, mas na prática essa ideia não demonstrou ser factível. Mesmo no Império Romano do Oriente, profundamente católico sob o reinado de Justiniano, só os bispos tinham de viver no celibato; homens casados podiam ser ordenados padres, porém, padres solteiros, depois de receberem as ordens, não podiam mais casar. No Ocidente as regras eram bem menos rígidas. Só no grande movimento da Reforma no século XI essas normas ficaram mais inflexíveis, e o celibato do clero tornou-se obrigatório no Ocidente para membros do alto clero, mas não no Oriente. Membros de ordens inferiores do clero no Ocidente ainda podiam casar, porém, só uma vez. Por outro lado, o exemplo virtuoso de Santo Agostinho, que vivia com padres e diáconos em sua igreja em Hipona, exerceu uma grande influência na tendência ao celibato do clero. A ampliação das práticas litúrgicas, em especial as missas corais, e a cristianização gradual da região exigiu um maior número de clérigos de ordens superiores.

Muitos deles viviam juntos em comunidades ou em *monasteria* localizados ao redor de catedrais e de outros lugares importantes de culto, como igrejas com batistérios, igrejas que guardavam relíquias valiosas e igrejas com *hospitia*, abrigos para viajantes, peregrinos, inválidos e outras pessoas necessitadas. Eles eram conhecidos como “clérigos canônicos” ou apenas cânones, porque tinham de seguir estritamente as regras de conduta da Igreja (*canones*). Porém, sua maneira de viver diferenciava-se da dos monges em muitos aspectos essenciais; os cânones não faziam votos monásticos e tinham o direito de ter bens pessoais. Evidentemente, esse privilégio criava dificuldades em diferenciar os cânones e monges e distinguir os mosteiros canônicos dos mosteiros de monges. Além disso, o preconceito de que, os cânones viviam de uma maneira desregrada provocou um movimento de reforma no período carolíngio, que atendeu ambas as reclamações (ver p. 90-91).

Hierarquia da Igreja: Episcopado e Diocese

Os bispos foram sem dúvida o pivô da evolução da organização da Igreja. Sua jurisdição chamava-se “diocese” ou “paróquia”. Na Antiguidade tardia os limites de uma diocese coincidiam com os limites dos *civitas*, a unidade básica da administração civil romana, que eram um centro urbano com um distrito (rural) ao redor. A quantidade de bispados na região mediterrânea era muito maior do que na Europa ocidental, onde as *civitates* datadas da época romana eram maiores e com frequência já haviam desaparecido.

Os papas demonstravam relutância em aumentar o número de bispados, porque o concílio de Sardica decidira em 343 que só cidades de alguma importância poderiam ser sedes episcopais, “a fim de que o nome de um bispo e sua autoridade não perdessem a relevância” (*ne vilescat nomenepiscopi et auctoritas*).

Com sua grande autoridade os bispos exerceram um papel-chave na transição da Antiguidade para a Idade Média em dois aspectos. Eles representavam a Igreja cristã e seus valores em um nível local e regional, assim como prestavam uma importante contribuição para a administração pública secular (ver Capítulo 6). Os bispos quase sempre eram oriundos de famílias aristocráticas. Como dignitários da Igreja eles tinham cinco funções importantes:

1. Preservavam a ortodoxia e a prática religiosa correta. Com esse objetivo, os bispos exerciam a autoridade doutrinal com sermões, participação em sínodos e às vezes escrevendo interpretações eruditas da Bíblia ou estudos sobre a doutrina cristã ou moralidade.
2. Garantiam que as regras e ordens da Igreja fossem aplicadas corretamente e, quando necessário, promulgavam novos regulamentos.

3. Ordenavam clérigos e exerciam uma supervisão imediata no clero e nos mosteiros em suas dioceses.
4. Exerciam a justiça: *ratione personae* (segundo o [status da] pessoa) sobre membros do clero e *ratione materiae* (de acordo com a [natureza do] material) em relação a assuntos da Igreja, crenças e moralidade cristã (inclusive qualquer assunto relacionado ao casamento e à sexualidade). A partir da Antiguidade tardia diáconos com o título de “arquidiáconos” (“*arqui*”, do prefixo grego *arkhe/es*, que significa “primeiro” ou “mais importante”) assumiram o lugar dos bispos em sua função judicial.
5. Administravam a propriedade do bispado, mas tinham de ser generosos na distribuição de caridade.

Metropolitanos e Arcebispos, Patriarcas e o Papa

A noção de que os bispos das grandes cidades tinham um *status* superior ao dos outros bispos já predominava no século IV. Eles eram chamados de “metropolitanos”. Durante os séculos VII e VIII os metropolitanos aos poucos perderam sua posição para o arcebispo. Originalmente isso era um título honorário concedido pelos papas aos bispos com uma missão especial, importante e arriscada – difundir a fé cristã entre os pagãos. O primeiro a receber esse título foi Agostinho, não o padre da Igreja e bispo de Hipona, e, sim, um monge enviado de Roma para a Inglaterra em 597 para converter os anglo-saxões. Ele tornou-se o arcebispo de Canterbury. Mais de um século depois os primeiros missionários anglo-saxões no continente também receberam o título de arcebispos. Sob Carlos Magno os arcebispados começaram a se assemelhar cada vez mais a províncias da Igreja com diversas dioceses.

Outro nível hierárquico constituiu-se acima dos metropolitanos, o dos patriarcas ou “prelados superiores”, o título honorário usado durante o concílio de Niceia (325) pelos bispos das quatro cidades mais importantes do Império Romano cristão: Roma, Constantinopla, Antioquia e Alexandria e, em 451, Jerusalém. Ao longo do tempo, a luta inevitável por cargos mais elevados surgiu entre os patriarcas de Roma e de Constantinopla. O patriarca de Roma, o papa, venceu a disputa com facilidade. Além do imenso prestígio de Roma a vitória deveu-se principalmente ao lugar especial que a Cidade Eterna ocupava na história sagrada do Cristianismo. Pois Pedro, o principal apóstolo, a quem Jesus, segundo o Evangelho de São Mateus (16,18-19), disse “Tu és Pedro e sobre esta pedra construirei minha Igreja” [*petros*, em grego significa “pedra” ou “rocha”], não morreu como mártir em Roma? E não estava escrito no mesmo texto que Jesus disse a Pedro, “Eu te darei as chaves do reino dos céus e tudo o que ligares na Terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na Terra será desligado nos céus”.

Agora revelando Pedro como o primeiro bispo de Roma, e eles como seus sucessores, papas poderosos como Damásio I (366-384) e Leão o Grande (440-461) estabeleceram a primazia de Roma na Igreja Católica. Apesar de o Imperador Justino I (518-527) ter reconhecido essa posição oficialmente, os patriarcas de Constantinopla relutaram muito tempo em aceitá-la.

Os papas desde o início deram créditos a suas reivindicações incentivando a veneração ao túmulo de Pedro em Roma. Durante muito tempo discutiu-se sua localização precisa, mas por fim o localizaram no Vaticano, em uma colina baixa à margem distante do Rio Tibre. Com o apoio financeiro do Imperador Constantino a capela modesta do túmulo transformou-se em uma grande basílica, a antecessora da Basílica de São Pedro que admiramos até hoje. Curiosamente, o Vaticano não se converteu na residência do papa. Em vez disso, Constantino já mandara construir um novo palácio e uma igreja a leste de Roma, bem distante do Vaticano: o Palácio Lateran.



Ilustração 4.1 Mater Ecclesia. Desenho colorido do “Exultet”, hino em louvor ao círio pascal benzido nos festejos da Páscoa, manuscrito litúrgico criado na abadia beneditina de Monte Cassino c. 1075-1090

Paróquias da Igreja

Na baixa Idade Média a organização da Igreja ainda não se firmou abaixo do nível dos bispados. Em algumas cidades com uma vida religiosa intensa, como Roma, as paróquias com sua igreja e seus padres surgiram bem cedo. Em geral, chamamos os elementos que compõem os bispados de “paróquias”, embora a palavra *parochia*, como já vimos, originalmente significasse “bispado”.

A formação das paróquias foi um processo muito gradual, mais ou menos simultâneo à expansão da fé cristã nas regiões rurais (a palavra *paganus*, no sentido literal, “morador do campo”, foi por muito tempo sinôni-

mo de “pagão”). Na Gália, por exemplo, as primeiras paróquias, com seus padres fixos, surgiram no século VI. Na antiga diocese de Auxerre havia 36 paróquias em torno do ano 600. Só no século IX a Gália, nessa época chamada com frequência de “Francia”, teve uma rede coesa de paróquias.

Concílios da Igreja

A Igreja Católica foi talvez a primeira organização no Ocidente a ter uma cultura de promover reuniões para discutir diversos assuntos, e essa cultura contribuiu para sua coesão interna. No início do Cristianismo os bispos reuniam-se com regularidade para debater questões de fé e de organização interna. A tradição permaneceu firmemente enraizada sob Constantino e seus sucessores.

Os próprios imperadores realizaram reuniões de bispos em diversas ocasiões, conhecidos como “sínodos” ou “concílios”. Em geral eram reuniões regionais, mas às vezes todos os bispos do império eram convidados a participar; nessas ocasiões a reunião denominava-se “concílio ecumênico”, do grego *oikoumenè*, “o mundo inteiro (civilizado)”. Esses concílios ecumênicos tomavam decisões importantes em relação à doutrina e à ética, e tiveram uma grande influência no desenvolvimento posterior da Igreja. O concílio de Niceia, realizado em 325, assistiu ao estabelecimento de uma doutrina que adquiriria quase um *status* constitucional, com a declaração muito conhecida de que a Igreja era una, santa, católica e apostólica (*una, sancta, catholica et apostolica*). Niceia era uma cidade na Ásia Menor onde no início se realizaram muitos concílios eclesiásticos.

A partir do século VI os concílios realizaram-se com mais frequência em Constantinopla, em geral no palácio imperial (*Trullanum*). Em 649, realizou-se o primeiro concílio da Igreja na residência do papa em Roma (o Palácio Lateran). Esse foi também o primeiro concílio convocado pelo papa, e não pelo imperador. O segundo concílio em Niceia, em 787, foi o último em que participaram bispos do Oriente e do Ocidente. Em 1123 a tradição de concílios ecumênicos foi restaurada no Ocidente, mas a Igreja ortodoxa grega não mais participou das reuniões.

O costume de organizar regularmente sínodos regionais continuou nos novos reinos bárbaros do Ocidente depois do período das migrações. Os sínodos eram convocados pelos reis, que se comprometiam a executar as decisões tomadas. Em geral, os assuntos práticos referentes à disciplina e à organização da Igreja eram discutidos nessas reuniões eclesiásticas regionais no Ocidente com muita mais frequência do que questões de dogma. No império carolíngio, em especial, os sínodos tinham o objetivo de impor reformas no clero e nos mosteiros. Entre o Concilium Germanicum de 742 liderado pelo “incansável” criador de polêmicas Bonifácio (Dierkens) e as

grandes reformas de 816-817, sob o reinado de Luís I o Piedoso, parecia que houve uma permanente reforma na Igreja franca. Os dois objetivos principais dessas reformas foram os mosteiros de monges, que mais uma vez foram advertidos de que deveriam adotar a regra beneditina, e o clero canônico, que também foram advertidos a seguirem regras bem definidas, de preferência no contexto de uma associação formal ou “capítulo”.

As pessoas laicas tampouco escaparam desse zelo reformador. Em diversas ocasiões novas regras relacionadas ao casamento e ao divórcio foram formuladas em torno do ano 800. Porém, o mais surpreendente em todas essas reformas foi o fato de os carolíngios também promoverem medidas para a reforma da Igreja por meio de capitulares, decretos reais promulgados pela administração secular.

DOCTRINA RELIGIOSA, ORTODOXIA E HETERODOXIA

Uma das tarefas mais importantes dos concílios era decidir o conteúdo exato da doutrina cristã. Não havia discussão sobre textos sagrados em que esse conteúdo deveria se basear. Primeiro, havia a Bíblia, mas como o que estava escrito na Bíblia deveria ser compreendido? Um contemporâneo de Jesus, o filósofo judeu Filon de Alexandria, propusera que a Bíblia deveria ser interpretada em três níveis diferentes: histórico, moral e alegórico. Essa concepção foi mais tarde aceita pelos primeiros cristãos, porém, é claro, isso não facilitou a exegese da Bíblia porque para eles havia duas coletâneas de textos, o Antigo e o Novo Testamento.

Os líderes da Igreja que tinham uma reputação excepcional de explicar a Bíblia e a vontade de Deus expressa em seus textos logo foram vistos como autoridades, uma fonte da doutrina religiosa. Desses líderes quatro são conhecidos como os padres da Igreja. Os bispos santificados de Milão e Hipona (Ambrósio e Agostinho) e Jerônimo de Strídon foram mais ou menos contemporâneos, e viveram por volta do ano 400. Dois séculos os separaram do quarto padre da Igreja, o único papa nessa ilustre companhia, Gregório o Grande (590-604). Jerônimo, natural de Strídon, foi para a Palestina, onde fez uma nova tradução para o latim do Antigo e do Novo Testamento, com a ajuda de textos gregos e hebraicos. Essa tradução é conhecida por diversas edições medievais como “Vulgata” e foi o padrão de texto bíblico até o final da Idade Média.

Além da Bíblia e dos trabalhos dos grandes padres da Igreja, os relatórios (*acta*) e as decisões (*canones*) dos concílios ecumênicos assumiram a posição de textos oficiais. Por fim, há a interessante questão sobre a extensão dos pronunciamentos do papa em Roma como autoridade doutrinal (em outras palavras, se esses pronunciamentos eram por definição

ortodoxos). Isso ainda não foi o caso na baixa Idade Média, como revela a infame condenação de Honório I no sexto concílio ecumênico realizado em Constantinopla em 680. Ao longo do tempo a competência do papa em criar regras obrigatórias foi aceita em geral, embora o papa só “promulgasse a lei” em reação a questões explícitas com que se deparava. A formulação de regras preventivas no sentido moderno da palavra permaneceu, tradicionalmente, uma prerrogativa dos concílios ecumênicos.

Dos quatro grandes padres da Igreja Aurélio Agostinho (354-430) foi sem dúvida a maior influência na cultura intelectual da Idade Média. Depois da Bíblia seus trabalhos – quase 240 tratados e inúmeras cartas e sermões – foram os mais lidos, citados e comentados na Idade Média. Suas obras mais famosas são *Confissões* e *A Cidade de Deus*. A primeira obra não é tanto uma autobiografia, mas, sim, um relato singular e sincero da longa busca de Agostinho por um verdadeiro Deus. Metade de *A Cidade de Deus* é uma extensa comprovação teológica da superioridade do Cristianismo sobre o neoplatonismo e a religião oficial romana; a outra metade relata a história da espiritualidade cristã. Como *leitmotiv* Agostinho usa a imagem de duas cidades onde a humanidade está dividida: a cidade terrena (*civitas terrena*) representa o mundo descrente, egoísta, materialista e que despreza Deus; por sua vez, a cidade de Deus (*civitas Dei*) significa a bondade, o altruísmo e a espiritualidade, em resumo, o verdadeiro amor do verdadeiro Deus. A primeira cidade não pode ser apenas identificada com o Estado secular ou com o mundo pagão, nem a segunda com o povo de Israel, e mais tarde com a Igreja Cristã. Quando a Igreja deparou-se com o grande fluxo de fiéis depois da conversão de Constantino, ela tornou-se por definição um “corpo misto” (*corpus permixtum*). Para Agostinho, a “cidade de Deus” é uma cidade em formação, cujos verdadeiros e legítimos cidadãos só surgirão triunfantes após o Juízo Final.

A relativa franqueza com que a Igreja no início da Idade Média discutia o conteúdo de sua doutrina também tinha seus perigos. Ela expunha as suas profundas divergências internas de opinião que ameaçavam a unidade da Igreja. A palavra grega para heresia, *heresia*, significa “escolha”; e, na realidade, em todas as religiões as tentativas de formular dogmas, doutrinas que, uma vez aceitas, são invioláveis, requerem que se faça escolhas e, como resultado, as opções rejeitadas são consideradas heréticas. Segundo Agostinho a denominação de *heretici* (hereges) não se aplica, portanto, aos pagãos. Os hereges são cristãos que resistem ao dogma correto, que têm a obrigação de conhecer.

A Antiguidade tardia fervilhava de hereges. No início do século V Epifânio, bispo de Chipre, fez uma lista de 80 *heresia*i a quem expressamente repudiava. Seu colega Filástrio, bispo de Brescia, relacionou quase duas vezes esse número no mesmo período! Por esse motivo, não surpreende que as discórdias fossem tão abundantes nos primórdios da Igreja Católica,

sobretudo, no Oriente. Lá, existia uma longa tradição de filosofia racional, inspirada nos gregos, que tentava definir tudo, inclusive o indefinível.

Um exemplo emblemático do indefinível, o tema da apaixonada discussão no Oriente, era a natureza de Deus. Desde o começo o Cristianismo apresentou-se como uma religião monoteísta; havia apenas um Deus, que no Novo Testamento manifestava-se pela Santíssima Trindade: Pai, Filho (Jesus Cristo) e Espírito Santo. Qual era a relação exata entre eles? Cristo era especialmente difícil de compreender, porque, segundo a Bíblia, Ele é a palavra do Pai transformada em “carne” e, por isso, é um ser humano. Algumas pessoas pensavam que Jesus Cristo só tinha uma natureza: os monofisistas (*monophysis*, “uma natureza”) acreditavam que essa natureza era divina; os nestorianos, por sua vez, acreditavam que ela era humana. Mais tarde, foram feitas concessões aos monofisistas sugerindo que Cristo tinha as duas naturezas, mas só uma vontade divina (*thelèsis*, em grego), ou seja, uma interpretação monotelista. O arianismo foi uma doutrina ainda mais complexa criada por Ário, um padre cristão que viveu em Alexandria no início do século IV. Ele reconhecia a natureza divina de Cristo, mas não o considerava igual ao Deus Pai porque o Pai criara o Filho e, portanto, tinha mais substância. No concílio de Chalcedon (451), nenhuma dessas concepções foi vista como ortodoxa; a ortodoxia era, e é, o dogma da Santíssima Trindade, de que só existe um Deus, mas Nele há três entidades divinas distintas que são essencialmente iguais, porém, só Cristo tem duas naturezas, a humana e a divina.

Hoje, achamos mais interessantes as duas heresias que conhecemos bem a partir das obras de Santo Agostinho, que as desafia com veemência: o donatismo, um movimento do Norte da África, e o pelagianismo. No donatismo, doutrina religiosa fundada por Donato, bispo de Cartago, a ideia de pureza era o tema central. Bispos e padres que haviam renunciado à sua fé durante as últimas grandes perseguições sob Diocleciano eram considerados impuros. Os sacramentos administrados por eles não tinham valor. A verdadeira Igreja era uma comunidade de pessoas imaculadas, de santos; a Igreja Católica autodesignada era na realidade a “sinagoga do Diabo”.

Pelágio, um monge inglês popular nos círculos intelectuais em Roma em torno do ano 400, acreditava que a verdadeira Igreja consistia só na elite espiritual. Na visão de Pelágio essa elite compunha-se de fiéis extremamente motivados que, de uma maneira consciente, se abstinham de todos os pecados e que obedeciam aos mandamentos de Deus, em especial o da caridade (ame seu próximo). Opondo-se aos donatistas e aos pelagianos, Agostinho defendia a concepção de que a Igreja extraía sua santidade do valor intrínseco dos sacramentos, e não das qualidades morais ou da motivação de seus membros, laicos ou clérigos. A Igreja mundana, então, devia estar aberta a todas as pessoas que queriam ter fé. A Igreja era um reflexo da sociedade

humana com todas as suas imperfeições. Para Agostinho a Igreja continha “o trigo e o joio”. Eles só iriam se separar na eira de Deus no Juízo Final.

Agostinho e Pelágio divergiam também em sua visão da vontade livre do homem e da graça divina. Pelágio argumentava que por intermédio da graça de Deus todas as pessoas eram livres para escolher entre o bem e o mal, entre “uma nova vida em Cristo” e de Seu repúdio, com todas as implicações resultantes. Na visão de Agostinho dar tanta responsabilidade ao ser humano era um exagero. Desde o pecado original a humanidade se maculara com esse pecado, e o batismo só o eliminava por determinado tempo. Quando um doente é curado por um médico, ele não pode ficar doente de novo? Na vida cotidiana a vontade de uma pessoa limitava-se devido ao egoísmo, à intemperança e ao orgulho. Para Agostinho a graça divina não era o dom da liberdade moral, mas, sim, a libertação dos grilhões da pecaminosidade.

Assim, surge uma questão importante: quando Deus concede a graça divina, Ele faz uma escolha prévia? Nesse ponto Agostinho queria acreditar em algo aparentemente impossível: que a predestinação absoluta divina e a liberdade do ser humano coexistiam. O dogma do fatalismo absoluto, que predeterminava o mal e a danação eterna, foi rejeitado no sínodo de Orange em 529 por ser uma “convicção fatalista” (*fatalis persuasio*). Depois desse sínodo, a crença sutilmente expressa por Agostinho prevaleceu: que em sua predestinação Deus levou em consideração a conduta individual do homem.

Algumas crenças heterodoxas continuaram a existir porque os governantes as apoiavam abertamente. O filho e sucessor de Constantino, Constâncio II (337-361), apoiou o arianismo, ao passo que a mulher de Justiniano, Teodora, era a favor dos monofisistas. Mas o maior apoio imperial foi dado à última crença heterodoxa importante na baixa Idade Média, o iconoclasmo (a destruição de imagens religiosas). Desde o final do século VI a crescente popularidade da devoção aos ícones e relíquias do Império Bizantino suscitou a oposição das comunidades cristãs conservadoras na Síria e na Anatólia, onde a fabricação de imagens de Deus e dos santos era vista como uma violação do segundo mandamento dos Dez Mandamentos. Essa visão fortaleceu-se com o imenso sucesso do Islã, que também proibia imagens de Deus e dos profetas.

A questão de devoção às imagens dividiu o Império Bizantino por quase um século e meio, desde o início do século VIII até meados do século IX. O iconoclasmo foi uma doutrina ortodoxa que perdurou durante dois longos períodos; o primeiro durou de 730 a 780, sob o poder do general e imperador bizantino bem-sucedido de Anatólia, Leão III o Isauriano, e de seu filho, Constantino V Coprônimo, “chamado de excremento” (*Kopronymos*), como seus opositores o denominavam; e o segundo entre 813 e 843. Depois disso os bizantinos rejeitaram definitivamente o iconoclasmo. No Ocidente da época medieval nem o iconoclasmo ou sua contrapartida, a

prática bizantina de veneração à imagem foi adotada. A opinião romana sempre defendeu a distinção entre a representação pictórica e a pessoa representada. A pessoa podia ser venerada, mas não sua imagem. A representação pictórica de santos tinha um objetivo didático em um mundo onde poucas pessoas sabiam ler e escrever: “A palavra escrita é para os letrados”, escreveu o Papa Gregório o Grande em uma carta para o bispo de Marselha, “e a imagem é para os analfabetos...”, porque na imagem mesmo as pessoas ignorantes veem o que devem imitar”.

Outras doutrinas heréticas devem sua continuidade à conexão com um separatismo regional latente, como os monofisistas na Armênia, na Síria e no Egito (onde a igreja copta foi criada), os nestorianos na Pérsia e os donatistas no norte da África.

A Hagiologia e os Santos

Os primórdios da Igreja cristã devem uma parte significativa de sua força e autoridade ao fato de ter sido regularmente perseguida e de ter havido muitos mártires, “testemunhas” determinadas a morrer por sua fé. Desde o início os mártires foram venerados como santos, e a morte deles era comemorada todos os anos em seus túmulos. Quando o Cristianismo tornou-se uma religião oficial essa veneração só aumentou. Os fiéis viam os mártires santificados como símbolos de vitórias do espírito sobre o corpo, da coragem sobre o medo, e, acima de tudo, da vida sobre a morte. Os restos mortais dos mártires eram meios de ter um contato pessoal com o divino, que poderia responder fazendo milagres por intermédio de seus santos. E apesar de ser impossível imitar a moralidade perfeita da existência mundana dos santos ela era, assim mesmo, uma diretriz ética. Quando não foi mais possível construir igrejas nos túmulos dos mártires, a solução foi venerar a imagem pintada ou esculpida dos santos, ou de distribuir o próprio santo em partes. O primeiro mártir a ser “desmembrado” dessa forma foi São Estevão, que morreu apedrejado pouco após a crucificação de Jesus Cristo em Jerusalém, e cuja sepultura foi descoberta em 415.

Logo surgiu um mercado próspero de relíquias (os restos físicos tangíveis ou bens pessoais de um santo), e sabemos que mosteiros importantes no reino franco, como os de Saint Riquier, Sens e Chelles possuíam centenas de relíquias, todas cuidadosamente documentadas, desde pedaços da veste da Virgem Maria, fragmentos do berço de Jesus, restos físicos de apóstolos e do maná, alimento que segundo a Bíblia foi fornecido miraculosamente ao povo judeu em seu êxodo fugindo do Egito.

No início do século IV, quando as perseguições terminaram, surgiu a discussão de como os membros da comunidade cristã poderiam imprimir sua marca, a fim de serem reconhecidos como “santos”. A pretensão nesse

sentido de um grupo específico, os monges, que se consideravam modelos do testemunho da fé cristã – “mártir”, do grego *mártus*, -uros, “testemunha” – nunca foi aceita em geral. A prática desenvolvida no Oriente foi muito diferente da do Ocidente. No Oriente a reputação de virtude excepcional era suficiente para que uma pessoa fosse reconhecida como um santo, e os antecedentes sociais não tinham influência. No Ocidente, por sua vez, essa honra era concedida em especial aos abades, aos bispos e às senhoras devotas de origem aristocrática. Essa honra era concedida generosamente pelas comunidades locais da Igreja e pelos bispos, sem autorização de um concílio ou do papa. O procedimento solene da canonização, como ainda é praticado, só foi desenvolvido no pontificado de Gregório IX (1227-1241).

Durante a Idade Média a veneração aos santos teve um grande significado, porque Cristo cada vez menos era visto como um homem, e o associavam enfaticamente ao dogma católico que proclama a união de três seres distintos: Pai, Filho e Espírito Santo, formando um só Deus glorificado e reverenciado. Nesse sentido, o papel dos santos como mediadores entre Deus e os fiéis comuns cresceu. Essa mediação não acontecia apenas na área de apoio espiritual, como também na ajuda material. Havia rituais cômicos nos quais as imagens dos santos eram castigadas como bonecos desobedientes se houvessem falhado em sua missão. Às vezes, os devotos raivosos não hesitavam em recuperar suas oferendas quando a expectativa da intervenção divina frustrava-se. Sob esse prisma, a hagiolatria tinha um vínculo perfeito com o tipo de relacionamento de troca de favores que caracterizou o funcionamento da rede de contatos dos aristocratas no início da Idade Média (ver Capítulo 5).

Os santos verdadeiros tinham contato com Deus através de visões e revelavam o relacionamento especial com Ele fazendo milagres, que eram ainda mais convincentes quando superavam as leis da natureza.

Milagres ou, mais provável, relatos de milagres que provavam a onipotência do Deus cristão, eram usados como propaganda para difundir a fé, embora os missionários soubessem que era melhor não exagerar.

Adam de Bremen, que escreveu a história do arcebispado de Bremen-Hamburgo no século XI, ao rever o processo de cristianização da região, observou com sarcasmo que os pagãos também podiam criar a ilusão do milagre. Mas a conversão de uma alma à fé cristã não era o único milagre que de fato importava?

No entanto, os milagres e visões alimentaram as biografias populares ou *vitae* dos santos, escritas basicamente para clérigos e monges. Elas eram sempre escritas em latim, uma língua que cada vez menos pessoas falavam e compreendiam, à medida que a comunidade cristã expandia-se. Essas *vitae* eram um importante gênero literário com um padrão fixo usado em algumas biografias da Antiguidade tardia, um estilo muito apreciado, como

a vida de São Martinho de Tours contada por Sulpício Severo. Elas serviram de modelo para a apresentação literária de santos inspirados e carismáticos, mulheres e homens de Deus, que levavam uma vida exemplar e, se necessário, poderiam realizar intervenções miraculosas de Deus. O tema central de muitas *vitae* era a conversão (*conversio*, no sentido literal, “movimento circular”) do protagonista que, depois de uma vida pecaminosa, recebia um sinal de Deus, arrependia-se e oferecia sua vida a serviço de Deus.

As compilações das vidas dos santos eram produzidas rapidamente, e os bispos e os padres podiam se inspirar nelas quando preparavam sermões edificantes. O *Liber Vitae Partum* (*Livro das Vidas dos Santos*), uma coletânea elaborada por Gregório, bispo de Tours (539-594), obteve uma grande popularidade na baixa Idade Média.

MONASTICISMO E A VIDA MONÁSTICA

Como sugerido, e com razão, os monges e não os papas e os bispos exerceram o mais importante papel de exemplo no Cristianismo na baixa Idade Média. As raízes do monasticismo cristão remontam há pelo menos o século III. Nessa época havia fiéis no Egito e na Síria que haviam se retirado completamente do mundo para se concentrarem no mundo espiritual e divino, com a expectativa de obterem a salvação pessoal e de seus companheiros cristãos. Alguns desses “monges” fizeram esse retiro espiritual sozinhos (a palavra grega *monachos* significa “viver sozinho”); outros viveram em pequenas comunidades com ideais comuns; outros preferiram uma opção intermediária. O segundo modelo, que por conveniência chamaremos de “vida monástica”, predominou no Ocidente, embora a opção da solidão nunca tenha desaparecido.

Em parte a vida monástica assemelhava-se ao antigo ideal (estoico) de alcançar a sabedoria e a liberdade espiritual por meio do desapego material e das necessidades físicas, mantendo suas características próprias ligadas aos valores cristãos. Vimos anteriormente a nova interpretação que os monges tentaram dar ao antigo ideal cristão de martírio. Ambas implicavam uma forma de sacrifício. Ao abandonar o mundo e as coisas terrenas os monges consideravam-se os únicos cristãos capazes de preservar os ritos sagrados dos sacramentos da Igreja – o batismo, em especial – durante a vida. Fiéis comuns cometiam quase imediatamente novos pecados. Nesse sentido, o monasticismo medieval em seus primórdios tinha por definição uma visão similar ao pelagianismo.

A crescente importância dos mosteiros e da vida monástica do início da cultura e da vida intelectual no período medieval também tornaram os ideais e regras monásticos o padrão de avaliação da sociedade. Nesse contexto, o historiador religioso, R. A. Markus, mencionou uma “de-secularização” da

cultura ocidental como resultado da influência sufocante dos ideais monásticos de renúncia ao mundo, contemplação espiritual e abstinência sexual.

No início as autoridades^o eclesiásticas consideravam que os monges não eram nem clérigos nem pessoas laicas comuns. Para Santo Agostinho, os clérigos e os monges eram servos de Deus (*servientes Deo*) e, portanto, mereciam o mesmo *status* legal e o mesmo tratamento. Essa concepção levou à convergência dos clérigos e dos monges em uma “posição clerical”, tendência que se acentuou quando muitos monges foram ordenados clérigos e os mosteiros começaram a ter funções no campo do atendimento espiritual. A posição das mulheres continuou complicada; elas não podiam ingressar no sacerdócio, mas lhes era permitido serem freiras ou canonisas, primeiro só em idade avançada e, mais tarde, só em idade em que poderiam casar. As freiras eram ordenadas de uma maneira especial e usufruíam dos mesmos privilégios legais dos clérigos e dos monges.

Nos primeiros séculos da Idade Média o monasticismo não era organizado nem bem estruturado. Ele reunia uma mistura heterogênea de estilistas, vegetarianos, seitas obscuras com nomes estranhos como “Aqueles que nunca dormem”, assim como comunidades de mais de mil membros, todos difíceis de controlar. Para as pessoas das regiões rurais, em especial, os monges constituíam uma fonte alternativa de autoridade espiritual sobre a qual a Igreja tinha pouco controle. À medida que a forma comunal aos poucos começou a predominar, o monasticismo adquiriu certa organização. A Igreja tentou estabelecer regras para as comunidades monásticas ou para conceder uma autoridade oficial às regras já existentes. A criação de novas comunidades e a designação de abades também ficaram sujeitas à aprovação dos bispos.

Um grande número de regras monásticas sobreviveu ao longo dos séculos, sobretudo, no Ocidente, onde se assemelhavam a preceitos ou conjuntos de instruções. Assuntos como obediência ao abade, atividades comunsais como preces, alimentação e jejum e condutas admissíveis foram descritas com clareza e precisão. Mas eram regras muito diversificadas porque receberam influências de muitas direções. Na Gália, França, onde mais de 200 mosteiros foram fundados no século VII, distinguimos quatro grandes tradições monásticas. As duas mais antigas datam da época das migrações: a de Martinho, um excêntrico que primeiro foi soldado profissional, depois monge, e por fim bispo de Tours, onde morreu logo após o ano 400; e a de Honoratus e Cassianus, fundadores dos mosteiros localizados respectivamente na Ilha de Lérins (perto de Cannes) e próximo a Marselha. Dizem que Honoratus e Cassianus “levaram o deserto para a cidade”, o que significa que eles introduziram ideias inspiradas no Oriente, uma tradição monástica ascética para a cultura urbana (do sul) da Gália. A influência deles foi ainda maior porque ambos defendiam a ideia de ocupar alternadamente os cargos de abade e de bispo.

A terceira tradição monástica da Gália surgiu bem depois e estava ligada a um fenômeno típico do monasticismo irlandês: a *peregrinatio*, que significa “viagem ao estrangeiro” ou “exílio”. Em vez de permanecerem na comunidade monástica os monges irlandeses viajavam pelo mundo para pregar o Cristianismo e fundar novos mosteiros. Assim, deram uma forma tangível à metáfora de que, para um verdadeiro cristão, a vida na Terra nada mais era que uma permanência curta ou passageira entre estranhos, um exílio que só terminaria com o início da vida eterna. Além disso, o fato de partir de sua comunidade voluntariamente podia ser interpretado como uma escolha de morte social em benefício da fé, isto é, uma forma de martírio. Em suas viagens pelo mundo os monges irlandeses fundaram comunidades monásticas em lugares remotos difíceis de alcançar, como Iona e Lindisfarne, situados respectivamente nas ilhas da costa ocidental da Escócia e na costa oriental da Inglaterra.

Os monges irlandeses também percorreram o continente. Por volta do ano 590 Columbanus, um monge do mosteiro de Bangor (perto da atual Belfast), chegou à Gália. Nos anos seguintes ele viajou pelo Vosges e o norte da Itália, fundando abadias no caminho, como as famosas Abadias de Luxueil e Bobbio. Seu envolvimento imediato na criação de outros mosteiros não foi comprovado, porém, sem dúvida o monasticismo franco sofreu a influência irlandesa, a exemplo da criação de comunidades fechadas não mais situadas ou próximas de assentamentos urbanos, mas sim em áreas longínquas e desoladas.



Mapa 4.2 Abadias carolíngias importantes

A quarta tradição monástica foi a dos beneditinos na Gália. O nome dessa ordem origina-se de São Bento de Núrcia (c. 485-c. 560), fundador de três mosteiros na Itália, inclusive o de Monte Cassino, situado em uma colina rochosa entre Roma e Nápoles. A ordem dos beneditinos é, na verdade, uma adaptação de uma grande ordem monástica adepta do militarismo criada no início do século VI por um homem a quem só chamavam de “Magister”, o mestre. São Bento a amenizou um pouco. Seus monges não podem ter pertences pessoais, e não lhes é permitido sair do mosteiro (a regra de *stabilitas loci*, permanência no local [de moradia]). Eles têm vidas castas e devem obedecer incondicionalmente ao abade, prior do mosteiro. A obediência era considerada um exercício religioso, um exercício em total submissão à vontade de Deus, como Cristo ordenou. Essas regras foram ainda mais difíceis de seguir para os monges e freiras da baixa Idade Média, porque a maioria originava-se de famílias aristocráticas e, portanto, estava mais acostumada a mandar do que obedecer. O abade devia moderar o exercício de sua autoridade e ouvir o que seus “irmãos” tinham a dizer.

Os preceitos da ordem dos beneditinos resumiam-se à norma de “trabalhar e rezar”, embora a prece fosse também um trabalho, a obra de Deus (*opus Dei*). O mestre estabeleceu uma rotina diária rígida que São Bento adaptou em um programa de cânticos e leitura em horários fixos (as horas canônicas). Havia também o trabalho intelectual de estudar, escrever ou ensinar.

A ordem dos beneditinos deve sua enorme popularidade no monasticismo medieval da Europa ocidental a dois apoios fundamentais. Primeiro, em torno do ano 600 o Papa Gregório o Grande tornou-se um divulgador incansável da vida e do trabalho de São Bento. Em seguida, os reformadores da Igreja como Bonifácio e Chrodegang de Metz, que trabalharam no império franco no século VIII, pressionaram as comunidades monásticas a seguirem a *regula Benedicti*. A ordem difundiu-se fora do império franco, porém isso não significou que os mosteiros que aderiram à ordem dos beneditinos na baixa Idade Média formavam uma “ordem” no sentido de uma congregação com uma organização coordenada. As ordens monásticas nesse contexto só foram criadas no século XI.

A prática das regras monásticas era um assunto informal, porque os mosteiros faziam parte do mundo aristocrático. Isso significava, por exemplo, que os visitantes tinham liberdade de entrar e sair, os mosteiros hospedavam com frequência convidados importantes e suas comitivas, e os monges e abades às vezes entregavam-se alegremente aos prazeres mundanos, como a caça. Na baixa Idade Média os mosteiros também eram usados como prisões para encarcerar, por determinado tempo ou permanentemente, funcionários importantes que haviam caído em desgraça, pretendentes a tronos indesejáveis, reis depostos ou outras pessoas consideradas perigosas para o Estado.

A DISSEMINAÇÃO DA FÉ

Missões e Conversão

O Cristianismo é uma religião que sempre visou à expansão e à conversão de pessoas que ainda não compartilhavam a verdadeira fé. Esse impulso missionário origina-se dos Evangelhos. Segundo São Mateus, Jesus de Nazaré enviou seus 12 discípulos a diversos lugares como mensageiros ou apóstolos com essas recomendações, “Pelo caminho, proclamai que está próximo o reino dos céus” (Mateus, 10,7). A tarefa de conversão vinculava-se à expectativa de que o fim do mundo estava próximo. E Cristo acrescentou as seguintes palavras ameaçadoras que lançaram uma sombra agourenta sobre a maneira de converter as pessoas ao Cristianismo, “Mas todo aquele que me negar diante dos outros, também eu o negarei diante de meu Pai que está nos céus”. E, “Não penseis que vim trazer paz à Terra. Não vim trazer a paz e sim a espada” (Mateus, 10, 33, 34).

Até o ano 311 esse zelo missionário não foi tão premente. Só mais tarde, quando os cristãos puderam expressar sua fé abertamente, a missão assumiu o rigor que caracterizou o trabalho dos missionários. Na concepção de Agostinho a conversão dos infiéis não devia limitar-se ao mundo civilizado do Império Romano. Os bárbaros pagãos além de suas fronteiras também deveriam conhecer a Verdade. Ao mesmo tempo Agostinho opunha-se a uma conversão forçada. Uma mão firme só seria usada para trazer os hereges e cismáticos para os seios da Igreja Mãe: os infiéis tinham de ser persuadidos. Já outra corrente de pensamento à época de Agostinho afirmava que o Cristianismo e o mundo dos bárbaros eram irreconciliáveis. Os bispos eram designados para comunidades cristãs fora das *limes* só a pedido deles, como ocorreu na região dos godos ao norte do Mar Negro e na atual Geórgia e, também, em regiões muito distantes como Iêmen e Etiópia.

O exemplo mais conhecido é a Irlanda, cuja conversão ao Cristianismo começou em torno do ano 450 com o semilendário São Patrício, que nasceu no norte da Britânia e foi raptado e vendido como escravo por saqueadores irlandeses quando menino. Seis anos depois ele fugiu e fez contato com o Cristianismo na Gália e, por fim, voltou à “ilha no final do mundo” para transmitir a nova fé aos seus antigos captores. Se essa história é verdadeira ou não, na Irlanda, durante a baixa Idade Média, a fé cristã e a organização da Igreja tinham formas próprias e fascinantes, muito vinculadas aos numerosos reinos dos clãs e às características da estrutura social e política.

O monasticismo ascético e austero atraiu os fiéis, e em vez dos bispos os mosteiros tornaram-se os centros da vida da Igreja. Por conseguinte, os abades e não os bispos converteram-se em líderes da Igreja irlandesa.

Os bispos irlandeses permaneciam como monges nos conventos, onde se submetiam à autoridade dos abades.

Em outros lugares as invasões dos bárbaros causaram um recuo temporário do Cristianismo, como em grandes cidades ou próximo às *limes*, em fortificações de fronteiras como Colônia, Mogúncia, Trier e Tongeren/Maastricht. No século IV esses locais tinham uma comunidade cristã e um bispo, mas as nomeações de bispos para trabalhar nessas comunidades foram interrompidas por um longo período a partir do início do século V. Não obstante, a maioria dos invasores bárbaros converteu-se rapidamente ao Cristianismo (os godos antes do ano 400), embora com frequência aderissem à doutrina heterodoxa do arianismo. A conversão ao Catolicismo de Clóvis, rei dos francos, em torno do ano 500, foi considerada, mesmo nos dias atuais, um exemplo de uma percepção política surpreendente, apesar de seus motivos serem desconhecidos. Clóvis deve ter percebido que seria impossível governar a Gália sem o apoio da elite senatorial romana. Essa elite era católica, opunha-se ao arianismo e controlava a designação dos bispados que eram vitais para a administração. Por sua vez, os arqui-inimigos de Clóvis, os visigodos da Aquitânia, eram arianistas. Outros motivos foram mencionados: por meio do batismo de Clóvis, seu *Heil*, a sorte quase mágica atribuída a um *Heerkönig* bem-sucedido, passou a ter uma dimensão nova, divina, fortalecida através da associação com um deus vitorioso.

Pelo menos em um aspecto a conversão católica de Clóvis ao Cristianismo associou-se muito ao pensamento *Gefolgschafts*: todos os guerreiros deveriam seguir o exemplo do senhor e líder. A conversão não era apenas um ato individual de fé, e sim uma ação coletiva no âmbito de um sistema de clientela. Uma variação disso, era que as pessoas convertidas consideravam que sua família (*familia*) inteira havia sido convertida. Assim, milhares de escravos e servos foram automaticamente contados como cristãos, depois da conversão de seus senhores aristocratas ou após terem sido entregues a uma instituição da Igreja. A opinião dessas pessoas ou dos “francos livres comuns” a respeito do Cristianismo não era levada em consideração. Com o batismo de Clóvis os francos tornaram-se católicos, até mesmo segundo a opinião de muitos historiadores modernos! As escavações de cemitérios medievais e as narrativas dos santos mostram o processo gradual da cristianização da sociedade romana na Gália. Em meados do século VII, uns 150 anos depois da morte de Clóvis, São Amandus trabalhou como missionário na atual fronteira entre a França e a Bélgica, bem no cerne do império merovíngio.

Esse padrão de conversão de uma elite seguido por um processo mais gradual de uma conversão geral ao Cristianismo repetiu-se com frequência nos reinos bárbaros na baixa Idade Média e prolongou-se por muitos séculos. Os reis e as elites aristocráticas optaram pelo Cristianismo por um oportunis-

mo político, quando estavam ameaçados de sucumbir às pressões externas hostis ou quando queriam fazer alianças vantajosas. A conversão começava quase sempre tanto com negociações diplomáticas, em geral depois de uma derrota no campo de batalha, quanto com a catequese dos missionários. A Inglaterra anglo-saxã apresenta diversos exemplos desse costume. Nem sempre essa conversão produzia cristãos sinceros, a exemplo de Raedwald, rei da Ânglia Oriental. Segundo o historiador e monge anglo-saxão, o venerável Bede (c. 672-725), depois de sua conversão Raedwald continuou a adorar os antigos deuses, assim como o Deus cristão, uma prática comum na época. Podia-se adiar a escolha definitiva até os últimos momentos da vida, e às vezes aos antigos deuses fora concedido o benefício da dúvida. A descoberta do suposto túmulo de Raedwald em Sutton Hoo é uma prova fascinante desse hábito. Como era costume entre os bárbaros pagãos no norte, Raedwald foi enterrado com todos os seus pertences, um tesouro de uma riqueza inconcebível empilhado em um navio de madeira. Nenhum cristão teria feito isso porque os cristãos viviam com a certeza de que seu corpo não tinha valor após a morte e, portanto, não precisava de sustento. Um verdadeiro cristão teria achado mais prudente ajudar a salvar sua alma deixando dinheiro ou bens para uma igreja, um mosteiro ou para os pobres. No entanto, precisamos ser cautelosos ao fazer interpretações generalizadas; enterrar os mortos com seus pertences era uma prática comum nos círculos aristocráticos até o século VIII, e a Igreja não se opunha a ela em princípio. Essa prática refletia mais o prestígio social do que concepções de vida após a morte.

A cristianização da Inglaterra anglo-saxã não foi sistematicamente violenta, embora o Papa Gregório o Grande, que iniciou o trabalho missionário na Inglaterra a partir de Roma, tenha sido o primeiro a chamar os infieis de “inimigos de Deus”. Por outro lado, as missões de conversão do império franco no continente foram agressivas. Nesse caso a cristianização foi realizada com o intuito deliberado de expandir a autoridade dos francos. Um presságio alarmante pode ser visto na *vita* de São Amandus, que seguiu os exércitos francos de Dagoberto I (623-639) no país basco e através do Danúbio até as terras eslavas como missionário. Um século depois o impulso renovado de expansão sob Pepino o Breve ou pelos prefeitos carolíngios do palácio provocou uma política severa de sujeição militar sistemática e conversões forçadas. As primeiras vítimas foram os frísios e os saxões, que viviam ao norte e a leste do Reno.

Nesse caso o trabalho de conversão foi realizado por monges anglo-saxões. Como os irlandeses eles possuíam um grande zelo missionário e tinham consciência de sua proximidade étnica com os habitantes das terras do Mar do Norte. Willibrord, o “apóstolo dos frísios” (658-739), concentrou-se na região costeira do norte da Holanda, onde logo depois do ano

700 o poder dos frísios estendeu-se até a antiga cidade fortificada romana de Utrecht. Ele imediatamente uniu seu destino ao dos carolíngios que queriam dominar os frísios com a força das armas. Willibrord pediu autorização ao papa e foi designado arcebispo em Utrecht. Acima de tudo, foi a coalizão com os governantes frísios, simbolicamente expressa pela consagração da igreja em Utrecht a São Martinho de Tours, o santo patrono do império franco, que os frísios não perdoaram Willibrord e seus seguidores. Eles incendiavam as igrejas recém-fundadas sempre que tinham oportunidade, até serem vencidos por Carlos Martel.

A conversão dos saxões seguiu um padrão similar. As missões começaram com Winfrid, um monge de uma região próxima a Southampton, que ficou mais conhecido como São Bonifácio. Ele também realizou seu trabalho missionário com um mandato papal, assim como sob proteção especial dos francos. Em 745 o papa designou-o arcebispo de Mogúncia, a leste da metade do Reno, onde trabalhou durante anos e onde fundou em 744 o mosteiro de Fulda, na terra que recebeu de presente de Carlomano, filho de Carlos Martel. No entanto, os carolíngios às vezes impediam o trabalho missionário, e como Bonifácio não podia fazer nada sem o apoio militar dos francos, a missão na Saxônia não evoluiu. A superficialidade da penetração da nova fé evidenciou-se com uma longa lista deprimente de 30 superstições e práticas pagãs (*superstitiones et paganiae*) listadas por uma pessoa íntima do arcebispo. Ele foi mais bem-sucedido na Baviera. Por fim, o incansável Bonifácio foi assassinado por ladrões em 754, aos 80 anos, quando viajava em missão oficial à Frísia, que ainda era semipagã e perigosa.

Os saxões recalcitrantes só se “converteram” de fato quando Carlos Magno decidiu dominá-los com o uso da força militar, logo após ter sido designado rei. A princípio, a conquista dos territórios saxões foi uma tarefa aparentemente fácil, porque depois de duas campanhas ele avançou até a região saxônica importante na foz do Rio Lippe, onde estabeleceu sua residência real (*palts*) de Paderborn. Depois de terem sido subjugados, os saxões prometeram converter-se ao Cristianismo. Mas logo começaram a se rebelar estimulados por um novo líder, Widukind. Quando Widukind foi derrotado, Carlos Magno poupou sua vida com a condição de que ele consentisse em se batizar. Carlos Magno foi seu padrinho de batismo; isso não foi uma gentileza e sim um gesto público para mostrar que a partir de então Widukind poderia contar com sua proteção especial e estaria, ao mesmo tempo, inteiramente à mercê de um “amor paternal”. Houve muitos exemplos similares, em especial na Inglaterra anglo-saxã, onde padrinhos reais eram muito comuns. Luís o Piedoso, filho de Carlos Magno, foi padrinho de batismo do pretendente ao trono da Dinamarca, Harald Klak, em 826, e o Imperador bizantino Miguel III foi padrinho de Boris, cã dos búlgaros em 865.

Rebeliões posteriores na Saxônia dificultaram o trabalho missionário. Pela primeira vez percebeu-se que a adesão da aristocracia ao Cristianismo não causara automaticamente a disseminação do batismo das pessoas comuns livres, ao contrário. A conversão da elite era aparentemente vista como uma expressão de uma política pró-franca e, por isso, uma traição à causa da Saxônia. Passaram-se diversas décadas até que o Cristianismo progredisse na Saxônia. Esse fato provocou o questionamento nos círculos da Igreja se o uso da força era um meio apropriado para difundir a verdadeira fé. Conselheiros importantes de Carlos Magno, como Alcuin de York, opunham-se com veemência ao uso da força. Segundo ele a aceitação do Cristianismo deveria partir de uma convicção interna; o uso da força e a violência eram métodos totalmente errados. Esse ponto de vista tornou-se uma política carolíngia oficial depois da conquista dos abares após o ano 796, porém, os abares resistiram a se converter ao Cristianismo.

Outra estratégia usada com frequência e que foi aplicada na Saxônia, na Baviera e na Caríntia, regiões onde o Cristianismo fora introduzido no século VIII, foi a de utilizar missionários nativos, quase sempre filhos de nobres que haviam sido enviados para a França como reféns. O importante mosteiro de Corvey, às margens do Rio Weser, por exemplo, foi fundado por missionários saxões educados na Abadia de Corbie em Nêustria (Corvey significa “nova Corbie”). Liudger, um missionário frísio educado em Utrecht e York, também realizou missões com os saxões. Em 805 ele tornou-se o primeiro bispo de Münster e antepassado da notável “dinastia sacerdotal”. Por muitas gerações seus descendentes ocuparam cargos de abade de Werden e bispo de Münster e Halberstadt.



Ilustração 4.2 O Santuário de São Patrício. O sino de ferro de São Patrício, datado de aproximadamente 1100, é considerado um dos exemplos mais requintados de trabalhos de ourivesaria irlandesa em estilo escandinavo.

As primeiras tentativas de converter a Escandinávia ao Cristianismo datam do reinado de Luís o Piedoso, que enviou missionários para a Dinamarca e a Suécia. O novo arcebispado de Hamburgo e Bremen foi a base de operações, mas logo a campanha fracassou. Isto não foi surpreendente, pois precisamente nessa mesma época os vikings começaram suas expedições de pilhagem na Europa ocidental, e as missões enviadas para converter os dinamarqueses devem ser vistas em parte nesse contexto. Os carolíngios provavelmente tiveram a esperança de evitar os ataques dos vikings intervindo nos assuntos internos da política dos reis vikings, porém, essa estratégia não foi bem-sucedida. Só no século X foram feitas novas tentativas de converter a Escandinávia e os grupos de vikings que haviam se radicado na França, na Inglaterra e na Irlanda ao Cristianismo.

A conversão definitiva da Escandinávia foi impulsionada pelo novo fervor do império alemão dos otônianos. O rei da Dinamarca converteu-se em torno do ano 960. No século XI seu neto, Knud o Grande, tinha a reputação de ser o monarca cristão ideal. Na Dinamarca, o reino mais poderoso da Escandinávia, o Cristianismo sobreviveu acima de tudo porque os reis perceberam que sua conversão lhes proporcionara um enorme sucesso militar e político, como a conquista da Inglaterra. Naturalmente, eles atribuíram esse sucesso à sorte que Cristo lhes trouxera, a *gipta Hvítakrists* ("sorte do Cristo branco") da antiga língua dinamarquesa. Na Dinamarca logo se desenvolveu o *Adelskirche* dinamarquês com um "sistema de propriedade da Igreja", baseado inteiramente no modelo alemão.

É claro, a disseminação do Cristianismo na Escandinávia, assim como em todos os lugares da Europa, foi um processo bem demorado entre a conversão dos reis e das elites aristocráticas, como dos noruegueses e dos suecos por volta do ano 1000, e a conversão do povo. Rituais pagãos foram realizados no grande santuário pré-cristão de Uppsala até o século XII. Eles só terminaram em 1164, quando o bispo de Sigtuna mudou-se para Uppsala e foi designado arcebispo. Nessa época o Cristianismo já havia penetrado nos lugares mais distantes da Europa medieval. O primeiro bispado da Islândia, Skálholt, foi criado no início do século XI, e na Groenlândia logo após 1125.

O mesmo fervor alemão que iniciara o processo permanente da conversão da Dinamarca foi demonstrado na cristianização dos *wends*, o nome coletivo das tribos de língua eslava a leste do Elba. Essa conversão não foi realizada sob orientação dos reis nativos e, sim, seguiu o padrão da conversão dos francos e dos saxões: uma ofensiva missionária com tentativas de domínio militar. Ironicamente os saxões – a sede dos governantes da dinastia otôniana era na Saxônia – exerceram um papel importante nessa ofensiva. Os governantes saxões sofreram um grande revés quan-

do os *wends* rebelaram-se em 983, e Hamburgo foi reduzida a cinzas. Só quase dois séculos depois os *wends*, por fim, aceitaram o Cristianismo. Uma combinação de três fatores foi decisiva para o sucesso: as cruzadas, a colonização e a fundação dos mosteiros. Quando, em 1147, os aristocratas da Saxônia e da Dinamarca relutaram em participar da segunda cruzada à Terra Santa enquanto os pagãos continuavam perto de seu próprio território, o Papa Eugênio III chamou de “cruzadas” o que na verdade nada mais foi que ataques de pilhagem ao território da Eslavônia. Ao mesmo tempo os alemães colonizaram áreas pouco povoadas ao leste dos Rios Weser, Elba e Oder, e diversos mosteiros, que pertenciam às novas ordens extremamente zelosas dos cistercienses e dos premonstratenses, foram criados na fronteira dos *wends*.

Desde o início a situação na região central da Eslavônia foi bem diferente. Ao contrário da região norte politicamente dividida, dois grandes principados, a Boêmia e a Polônia, foram criados logo no início. A influência alemã foi forte, mas não houve uma tentativa de domínio político e militar. A conversão dos primeiros príncipes da Boêmia está envolta em lenda, porém, podemos datá-la do início do século X, e o bispado de Praga foi fundado depois de 967. A conversão da Polônia foi realizada a partir da Boêmia, onde o primeiro bispo não alemão de Praga, Wojtech-Adalbert, exerceu um papel decisivo. Essa personalidade excêntrica passava mais tempo na Itália do que na Boêmia, para o desagrado de seu superior eclesiástico, e morreu enquanto fazia sermões aos prussianos, um povo do Báltico. Poucos anos depois ele foi reverenciado como um mártir santo em Gniezno, o centro do primeiro arcebispado polonês.

No trabalho missionário com os povos do sul da Eslavônia, realizado na segunda metade do século IX a partir de dois lugares, Salzburg e Aquileia, surgiu outro problema: a competição do Império Bizantino. Na luta pelo poder resultante da destruição de Carlos Magno do reino dos abares, duas pessoas vitais, o príncipe da Moravia e o cã da Bulgária, tentaram obter apoio dos francos orientais e de Constantinopla. A conversão religiosa era sempre uma exigência para a obtenção de apoio. Dois missionários bizantinos, os irmãos Cyril e Methodius de Tessalônica, lideraram o trabalho com os francos orientais nas décadas depois de 860, não só porque falavam a língua eslava (os missionários francos orientais que trabalhavam na região em geral também falavam), como também foram os primeiros a escrever a língua eslava falada.

Assim, a Bíblia e outros textos litúrgicos importantes puderam ser escritos na língua eslava. Esse fato melhorou consideravelmente os meios de comunicação dos missionários e contribuiu para diminuir as tensões entre a Bulgária e Bizâncio. Os rivais missionários francos orientais acha-

ram que a Bíblia nesse vernáculo beirava à heresia. A discussão terminou em um acordo, em que o papa aprovou o uso da língua eslava como um idioma da Igreja, a Igreja da Bulgária ficou sob a autoridade do patriarca de Constantinopla, e as Igrejas de Morávia e Panônia (respectivamente as regiões ao norte de Viena e da parte ocidental da atual Hungria) sob a autoridade de Roma.

Os missionários do Ocidente não obtiveram vantagens imediatas com esse acordo, porque logo depois do ano 900 a Morávia e a Panônia foram invadidas pelos pagãos magiares. Quando os magiares se converteram ao Cristianismo a história repetiu-se. Os primeiros governantes magiares a se converterem foram batizados em Constantinopla, uma consequência lógica da aliança contra a Bulgária que os bizantinos fizeram em torno de 950. Por razões similares os príncipes do império russo de Kiev seguiram a Igreja ortodoxa grega. No entanto, foram os reis alemães que conquistaram os magiares em uma batalha, depois da qual a Hungria por fim ingressou na Igreja Católica Apostólica Romana. Assim como aconteceu na Noruega e na Dinamarca, o atrativo do Cristianismo na Hungria aumentou com a canonização de um de seus reis. Pouco depois o primeiro príncipe católico magiar, Waik, recebeu o nome de Stefan na pia batismal e exalou santidade durante sua vida. Ele foi venerado em todos os lugares depois de sua morte, em 1038.

Em meados do século XI, mais de 800 anos depois da conversão de Constantino, quase toda a Europa, ou pelo menos as elites governantes, havia se convertido ao Cristianismo. Só dois grupos ainda não tinham se convertido: os povos da região do Báltico (um grupo de pessoas de língua não eslava que compreendia os prussianos, os letões e os lituanos) e os estonianos e finlandeses (da família linguística uraliana). Outros missionários seguiram Adalberto de Praga, mas tiveram pouco sucesso na região inacessível das florestas impenetráveis da costa sudeste do Mar Báltico.

Só no século XIV o Cristianismo se enraizaria nas regiões do Báltico, porém, as circunstâncias difíceis das tentativas de conversão alteraram-se em 1171 com a promulgação da bula pontifícia, *Non parum animus nos-ter*. Nessa bula o papa determinou que a luta contra os pagãos no norte seria igual à luta contra os mulçumanos. Na prática isso significou que a nobreza da Europa ocidental podia perseguir os povos da região báltica sempre que quisessem. Entretanto, apesar do sucesso da ordem teutônica, que expandiu suas violentas atividades na região do Báltico depois de 1230, os governantes nativos resistiram a serem totalmente subjugados. Assim como em outros lugares na Europa medieval antes, o Cristianismo só triunfou quando a aristocracia nativa mostrou-se receptiva, por quaisquer razões, à nova fé.

Cristianização e Sincretização

O longo monopólio de séculos de historiadores cristãos na historiografia da Idade Média criou uma imagem errônea da cristianização na Europa, que precisa ser ratificada. Não só o processo de cristianização foi mais lento do que se pensou, como também nossas fontes, como a lista de superstições pagãs mencionadas na p. 93-94, revelam as imperfeições da difusão da nova fé. Nesse ponto é útil fazer uma distinção entre o atraso social e o atraso mental dessa propagação. Pelo primeiro aspecto, queremos dizer que o Cristianismo atingiu as massas mais tarde que as elites; no segundo contexto, a fé dos fiéis foi por muito tempo superficial e direcionada a exterioridades. A interiorização requereu um esforço intenso dos padres, que por muito tempo foi de qualidade duvidosa. As primeiras tentativas hesitantes para conscientizar os fiéis comuns datam do período carolíngio e visavam em especial o aperfeiçoamento dos princípios morais, e não uma instrução religiosa.

Iniciativas similares também aconteceram fora do império carolíngio, como na Inglaterra de Alfredo o Grande (871-899) e nas Astúrias de Afonso III (866-910). Um dos primeiros obstáculos foi que quase todos os textos essenciais para o conhecimento da fé, em particular a Bíblia, eram escritos apenas em latim. Na Inglaterra anglo-saxã esse material só recebeu uma versão em inglês na segunda metade do século VII; no império carolíngio as novas versões só surgiram depois do ano 800. Um famoso exemplo de um texto edificante no idioma vernáculo é o *Heliand*, uma história épica da vida de Cristo escrita em alto alemão antigo e datada entre 825 e 850. No entanto, a Igreja continuou a usar predominantemente o latim até o século XIII.

Por isso, não causa surpresa o fracasso de gerações de missionários, padres de vilarejos e bispos em desenraizar práticas pré-cristãs. Com certeza eles esforçaram-se. Um método favorito foi a destruição implacável de locais de cultos, como o *Irmensul* (no sentido literal, “Pilar do firmamento”), a grande árvore sagrada dos saxões, supostamente localizada em uma floresta perto de Ober-Marsberg, na Vestfália, antes que Carlos Magno a destruísse em 772. A Igreja sempre teve uma atitude ambivalente em usar a força para difundir o Cristianismo. O conselho que Gregório o Grande deu aos missionários na Inglaterra em 601 é um exemplo típico dessa ambivalência: destruir as imagens dos santuários pagãos, mas transformar os santuários em igrejas. O Papa Bonifácio IV (608-615), um dos sucessores de Gregório, deu um bom exemplo ao transformar o famoso Panteão em Roma em uma igreja que ainda existe: Santa Maria Rotonda. Inúmeros missionários e governantes temporais copiaram o exemplo do papa, no período inicial do Império Romano, quando a penetração da Igreja era menor

em outros lugares além do Império. A Catedral de Uppsala na Suécia foi construída no local de um importante santuário pré-cristão, e a de Vilnius na Lituânia teve um predecessor pagão provavelmente construído na primeira metade do século XIV.

A reutilização desses lugares sagrados demonstrou a superioridade do Deus cristão e, ao mesmo tempo, significou um símbolo de respeito aos perdedores. Esse respeito foi muito importante porque os santuários pré-cristãos tinham uma função vital na veneração aos ancestrais e, assim, eram um elemento essencial na definição de identidade das comunidades locais ou regionais. O *vé* em Jelling, na Dinamarca (ver Boxe 4.1), mostra a complexidade de interpretar essa reutilização do espaço. Por esse motivo, nos anos recentes, sobretudo sob a influência da antropologia cultural e dos estudos comparados religiosos, uma abordagem da história do Cristianismo apenas de uma perspectiva cristã é considerada um exercício inútil. Atualmente, a preferência recai no sincretismo, a fusão funcional de representações religiosas antigas e novas. A designação do tempo, um tema religioso capcioso, proporciona um bom exemplo. Na Europa inteira a designação dos dias e dos meses tem uma origem pré-cristã. Só nosso calendário de anos e feriados é totalmente cristianizado, com notáveis exceções, como as comemorações do solstício de inverno e o solstício de verão. A festa do solstício de inverno é uma adaptação bárbara das saturnais, festa romana em homenagem a Saturno, o deus do cultivo, que por sua vez é de origem etrusca.

As festas do solstício de verão são uma adaptação cristã da celebração do dia de São João Batista (24 de junho), mas ainda são bastante comemoradas em sua forma pagã em países cristãos inquestionáveis, como a Noruega e a Suécia.

Um segundo aspecto do sincretismo refere-se à identificação tolerante dos deuses e das práticas pagãs com os santos e ritos cristãos. Na Britânia a devoção excepcional a Santa Ana data do culto celta ou pré-celta da “deusa mãe da Terra” chamada Ana. Na mesma região até o século XIX mães de gêmeos faziam suas preces para Santa Gwen Teirbron, uma deusa celta da fertilidade cuja aparência, para o desconforto de muitos padres das aldeias, atraía a atenção por seus três seios à mostra. Por fim, certo grau de ambiguidade religiosa foi aceito durante muito tempo.

Os reis cristãos anglo-saxões continuaram a buscar a origem de seus ancestrais em Woden até o século VIII, quando alguém teve a brilhante ideia de esquecer a posição divina de Woden e considerar Adão, o primeiro homem, como seu antepassado. Em lugares diferentes na Escandinávia foram encontradas esculturas de pedra-sabão carregando um crucifixo e o martelo de Thor.

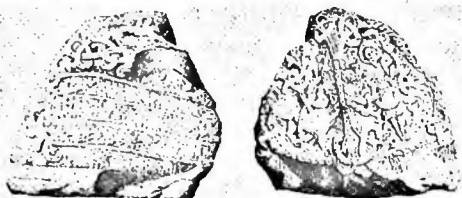
Processos semelhantes de sincretismo viabilizaram-se porque muitas das primeiras práticas medievais eram envoltas em magia. Quem se impor-

tava com a diferença entre os efeitos de cura das relíquias sagradas ou dos talismãs e amuletos? Caixões valiosos foram encontrados nas escavações contendo relíquias, talismãs e amuletos, lado a lado. Com certeza o pároco, com quem a maioria dos fiéis mantinha contato, trabalhava nesse mundo semimágico. Só com a busca dos ideais do movimento da Reforma no século XI os padres foram obrigados a seguir as normas morais da Igreja; suas obrigações limitavam-se a ministrar os sacramentos e a ensinar catecismos simples. Apenas no movimento da Reforma os padres católicos tornaram-se “padres sacramentais”, mais do que “padres mágicos”, como Alexander Callander Murray os chama. Mesmo depois desse período, a Igreja foi só em parte bem-sucedida em atingir as massas e a incutir nelas seus dogmas, preceitos morais e rituais. Muito tempo depois da Idade Média padres perspicazes observaram atônitos o culto a um galgo sagrado perto de Lyons, a uma deusa da caça com garras em vez de mãos nas Dolomitas, touros oferecidos em sacrifícios na Escócia e inúmeras peregrinações a poços, riachos, lagos, árvores e florestas no País de Gales e na Cornuália, costumes que testemunhavam um mundo que já não mais existia, protestos silenciosos contra um invasor, contra uma religião estranha que fora imposta.

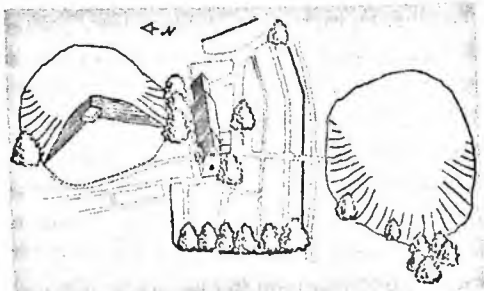
BOXE 4.1 A TRANSIÇÃO DE UM SANTUÁRIO PAGÃO: DE VÉ À IGREJA EM JELLING

Um dos sítios arqueológicos mais interessantes da Dinamarca situa-se na pequena cidade de Jelling, na Jutlândia. No meio de um grande espaço aberto estão duas colinas com uma pequena igreja caiada de branco entre elas. No século X Jelling foi a residência de pelo menos dois reis da Dinamarca: Gorme o Velho (c. 940) e seu filho, Haroldo Dente Azul (c. 935-985). As inscrições rúnicas em duas pedras de granito ricamente decoradas (e antes coloridas) próximas à igreja comprovam esse fato. Na pedra menor está escrito: O REI GORME COLOCOU ESSA PEDRA COMEMORATIVA AQUI EM MEMÓRIA DE SUA MULHER THYRA, A BELEZA DA DINAMARCA (“Danabod”, a referência mais antiga à Dinamarca na Dinamarca). A inscrição da pedra maior diz: O REI HAROLDO COLOCOU ESSE MONUMENTO AQUI EM MEMÓRIA DE SEU PAI GORME E DE SUA MÃE THYRA, O HAROLDO QUE UNIU A DINAMARCA E A NORUEGA E QUE CRISTIANIZOU OS DINAMARQUESES. Não há razão para duvidar da veracidade dessas declarações sucintas. Sabemos por outra fonte que Haroldo Dente Azul estendeu seu domínio a uma grande parte da atual Dinamarca e que transferiu sua residência permanente de Jelling para Roskilde. Sabe-se também que Haroldo foi batizado por um missionário alemão chamado Popo.

As figuras decoradas na pedra maior em Jelling retratam um Cristo triunfante que derrotou a Maldade (pagã), simbolizada por dois monstros entrelaçados.



A primeira história "nacional" da Dinamarca, a crônica de *Saxo Grammaticus*, concluída em torno de 1200, mencionou que as duas colinas em Jelling abrigavam os túmulos de Gorm e de Thyra. As escavações arqueológicas para verificar essa suposição só



foram realizadas no século XIX. Descobriu-se que uma colina continha os restos de um túmulo duplo de madeira vazio e que a outra colina... nada. Pelo menos, foi o que se acreditou por quase um século. Mas, em 1941, novas escavações descobriram os restos de uma plataforma construída por estacas de madeira que talvez tenha servido como base para uma torre de observação. Ainda mais sensacionais foram as descobertas das escavações sob a pequena igreja românica em Jelling, que deve ter sido construída por volta de 1100. Sob a igreja surgiram as ruínas de três igrejas de madeira, sendo que a mais antiga data da época de Haroldo Dente Azul. Encontrou-se também uma câmara mortuária embaixo do coro contendo o esqueleto de um homem de cerca de 50 anos. Os arqueólogos concluíram que, devido à posição irregular do esqueleto, ele teria sido enterrado de novo. Presume-se que o corpo de Gorm tenha sido retirado do túmulo pagão na colina e levado para a igreja cristã após a conversão do filho Haroldo. Mas onde está Thyra? Esse é um dos mistérios de Jelling. O outro se refere à descoberta de um grande espaço triangular delimitado por grandes pedras com uma parte sob a igreja e a outra parte sob a colina sem túmulo. Sem dúvida, são as ruínas de um recinto sagrado de culto pré-cristão, ou vé. Sua função exata e sua relação com os locais dos túmulos, que também são pré-cristãos, ainda permanecem um mistério.

Bibliografia: BRØNDSTED, Johannes. *The Vikings*. Harmondsworth, 1965. p. 293-297. INGVORSEN, Leif. *Jelling in the Viking Age*. Jelling, n.d.; as ilustrações pertencem a essa publicação, e foram usadas sob permissão do Jelling Bogtrykkeris Forlag, em Jelling.

O ISLAMISMO

Em contraste com a lenta disseminação do Cristianismo na Europa medieval, a expansão do Islã, que no sentido literal significa “submissão” (à vontade de Deus), aconteceu com a rapidez de um raio, em razão em parte aos princípios da fé, porque o Cristianismo e o Islamismo compartilham diversas semelhanças fundamentais. Ambos têm as mesmas raízes judaicas. Eles também compartilham três dogmas importantes da religião judaica: a crença em um Deus masculino, o conhecimento do que só pode ser obtido através da revelação; a crença na vida após a morte depois de um julgamento final, no qual Deus separa os bons dos maus; e a convicção de que a profissão da verdadeira fé contribui para a salvação pessoal na vida futura. E nas três religiões a fé não contém apenas ideias metafísicas, mas também uma visão clara da vida e do mundo. Os judeus ortodoxos e os muçulmanos se aprofundam mais nessa premissa: para eles, tudo na vida, no contexto interno e externo, privado e público, os preceitos éticos e as ações individuais nos campos políticos, econômicos e sociais, inspira-se na religião. Estritamente falando, o Islã não faz distinção entre a lei secular e espiritual: o Islã só tem a *sharia*, o conjunto de leis islâmicas que regulamenta assuntos de ordem política, jurídica e alimentar. A *sharia* nunca foi sistematicamente codificada e mantém-se em harmonia com a vontade de Deus. O Islã também não faz distinção, pelo menos em teoria, entre a autoidade secular e a espiritual. Na baixa Idade Média o califa, como o sucessor direto do profeta, era o chefe do Estado e líder da comunidade religiosa islâmica (*umma*, em árabe; compare com “*ecclesia*”, a comunidade cristã). A *umma* mora na “Casa do Islã” (*Dar al-Islam*, em árabe), rigidamente separada do mundo externo hostil, a “Casa da Guerra” (*Dar al-Harb*). O Islã criou pela primeira vez na sociedade árabe um foco de forte lealdade entre os clãs ou os grupos de parentes. Sem esse novo vínculo as conquistas espetaculares teriam sido inconcebíveis.

Devido às semelhanças entre o Islã, o Judaísmo e o Cristianismo, os judeus e cristãos – os “povos do Livro”, como são chamados com frequência – eram tolerados no mundo islâmico. A pressão para a conversão imediata era pequena e, a partir dessa perspectiva, a rápida disseminação do Islamismo em seguida às conquistas árabes é tão ilusória como a cristianização dos bárbaros na Europa. Por sua vez, os cristãos na Idade Média não consideravam o Islamismo como uma nova religião e, sim, como uma aberração censurável de sua fé. Essa visão negativa expandiu-se mais tarde; o Islamismo não era apenas uma heresia, “a seita de Maomé”, como também era um castigo de Deus, uma terrível desgraça que por culpa deles próprios os cristãos tinham de suportar no longo processo, culminado no Juízo Final.

Desde o início o Islamismo tinha seu livro sagrado, o Alcorão (*Qur'an*, que significa "o que foi recitado"), o registro da revelação de Alá ao profeta Maomé. Segundo a tradição árabe, o texto do Alcorão foi compilado em sua forma atual e definitiva em torno do ano 650. Muitos dos seus 114 capítulos ou *suras* enfatizam que Alá revelou-se a Maomé em árabe. Para os mulçumanos ortodoxos isso significou até há pouco tempo que o Alcorão só podia ser lido, ouvido, recitado e reproduzido em árabe. Por conseguinte, houve uma ampla difusão do árabe como uma língua "superior" em lugares onde não era falado. O Alcorão foi traduzido para o latim pouco antes do ano 1150. Pouco depois, Pedro o Venerável, abade da famosa abadia beneditina de Cluny, vangloriou-se de ter lido o Alcorão, e durante a alta Idade Média por algum tempo houve um centro de estudos do Alcorão em Barcelona. É claro, não se tratava apenas de um puro interesse acadêmico, mas foi também motivado pelo ditado "para vencer um inimigo é preciso conhecê-lo".

Além do Alcorão o Islamismo reconhece diversas outras fontes de autoridade religiosa. A mais importante são os textos *hadith* (*hadith*, significa "tradição"), um conjunto de palavras e atos atribuídos ao profeta. Esses textos foram reunidos e memorizados durante sua vida pelas "pessoas cultas" que o acompanhavam. Ao longo dos séculos eles foram transmitidos oralmente em cadeias ininterruptas (*isnads*) de geração a geração e, assim, existem dezenas de milhares de *hadiths* em circulação. Em cerca de 850 duas compilações revistas foram escritas separadas umas das outras, e desde então se tornaram um *corpus* padrão.

O conjunto de *hadiths* compreende o *sunnat al-Nabi* ("hábitos do profeta"), e o *soenna* do qual se origina o "*sunni*", que contém o *soenna*.

Ao contrário do Catolicismo o Islamismo não tem um clero hierarquizado. Em princípio, a definição do que era verdadeiro dependeu da exegese individual, e até hoje professores competentes no ensino do Alcorão têm uma grande influência social e política. Mas o perigo de equívocos e de heterodoxia é inerente ao mesmo princípio. O Islamismo enfrentou esse perigo com a criação de um número limitado de escolas de exegese reconhecidas, as *madhhab*. Outro aspecto importante dos estudos religiosos islâmicos é o *fiqh* (meditação), que lida com o estudo da lei islâmica.

Os aspectos éticos do Islamismo, como já vimos, são elaborados com mais rigor e vinculam-se de forma mais explícita à noção de Deus do que o Cristianismo. Alguns orientalistas, portanto, referem-se ao Islamismo como uma "ortopráxis", e não como uma "ortodoxia" (Schimmel). As obrigações religiosas éticas são descritas de maneira simples e precisa. Os cinco "pilares da fé" são: (1) confissão pública da crença em Alá e no profeta; (2) preces regulares; (3) dar esmolas aos pobres; (4) jejuar no mês do Ramadã; e (5) fazer uma peregrinação a Meca pelo menos uma vez na vida.



Ilustração 4.3 A Cúpula da Rocha no Monte do Templo em Jerusalém, construída sob o califa Abd al-Malik e concluída em 691-692, contém muitos elementos judaico-cristãos. O interior, com mosaicos inspirados em Bizâncio, pouco mudou desde o século VII. Por outro lado, o exterior foi embelezado com cerâmicas maiólicas pelo sultão Suleyman II (1520-1566)

Entre as obrigações descritas com menos precisão está o *Jihad* , que não é mencionado no Alcorão, mas é descrito no *hadith* . Com frequência é traduzido como uma “Guerra santa”, porém, no sentido literal, significa “esforço”, o “esforço de difundir as leis de Alá e do Islamismo na Terra”.

A força das armas é somente um dos meios de realizar esse esforço. Existem também inumeráveis instruções relacionadas à vida cotidiana. Como a vida muda ao longo do tempo e diferencia-se em cada cultura, estudiosos do Islamismo mais esclarecidos defendem que se deva fazer uma distinção, por um lado, entre os dogmas sacrossantos e preceitos religiosos, e, por outro, entre regras adaptáveis para a vida moral e as relações sociais.

Apesar da ênfase na tradição, na universalidade, na abrangência e no pragmatismo ético, o Islamismo não conseguiu manter o *Dar al-Islam* unido. Nos anos problemáticos, após a morte do profeta, uma minoria significativa defendeu a sucessão de Ali, um primo de Maomé que se casara com sua filha, Fátima. Por fim, Ali foi designado califa, mas as sementes da discórdia haviam sido plantadas, e um núcleo de descontentes achava que só Ali e seus

descendentes poderiam ser os verdadeiros herdeiros do profeta. Isso resultou na formação de um amplo movimento separatista, o “partido de Ali” (*shī‘at Ali*, em árabe), cujos adeptos eram chamados de xiitas e tinham, e ainda têm, um grande número de seguidores no Iraque e no Irã. Os xiitas não rejeitam o *soenna*, mas têm sua tradição e seu líder espiritual designado por Alá, o imame, que precisa ser um descendente direto de um dos dois filhos de Ali. Houve muitas cisões dentro do movimento xiita antes de 1500. O grupo xiita denominado “Doze” só reconhecia a autoridade dos 12 imames, cujos túmulos (por exemplo, em Nadjaf e Kerbela no Iraque) são locais sagrados de peregrinação e preces. Para os Doze o décimo segundo imame, ou Mahdi, é imortal. Esse imame, Mohammed al-Muntazar, desapareceu em torno do ano 875, e desde então vive escondido. Um dia ele se revelará e reivindicará sua autoridade sobre o verdadeiro Islamismo, não aviltado pelas máculas dos sunitas. Um segundo movimento de cisão, o ismaelismo, cujo nome origina-se do filho do sexto imame, Jafar al-Sadiq (c. 760), surgiu no deserto dos beduínos na Síria e no norte da Arábia descontentes com o domínio dos abássidas. Mais dissidentes emergiram do xiismo, como os fatímidas e os drusos, uma seita fundada em torno do ano 1000 no Egito sob o governo do califa al-Hakim; logo depois o califa expulsou seus líderes da Síria.

LEITURA SUGERIDA

- BACHRACH, David S. *Religion and the Conduct of War*, c. 300-1215. Woodbridge and Rochester, N.Y.: Boydell & Brewer, 2003.
- BLAIR, J.; SHARPE, R. (Orgs.). *Pastoral Care before the Parish*. Leicester: Leicester University Press, 1992.
- BROWN, Michelle P. *The Lindisfarne Gospels: Society, Spirituality and the Scribe*. Toronto and Buffalo, N.Y.: University of Toronto Press, 2003.
- BROWN, Peter. *The Cult of the Saints. Its Rise and Function in Latin Christianity*. Chicago, Ill. e Londres: University of Chicago Press/SCM Press, 1981.
- _____. *Authority and the Sacred. Aspects of the Christianisation of the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- _____. *The Rise of Western Christendom. Triumph and Diversity A.D. 200-1000*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- _____. *Augustine of Hippo. A Biography*. Edição revisada com um novo epílogo. Berkeley: University of California Press, 2000 (original de 1967).
- CHADWICK, Henry. *Augustine*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1986.
- _____. *The Church in Ancient Society: From Galilee to Gregory the Great*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- CONSTABLE, Giles. *Monastic Tithes from their Origins to the Twelfth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1964.
- DIETZ, Maribel. *Wandering Monks, Virgins and Pilgrims: Ascetic Travel in the Mediterranean World, AD 300-800*. University Park, Pa.: Penn State Press, 2005.

- DUNN, Marilyn. *The Emergence of Monasticism: From the Desert Fathers to the Early Middle Ages*. Oxford and Malden, Mass.: Blackwell, 2000.
- ESLER, Philip F. (Org.). *The Early Christian World*. Londres e Nova York: Routledge, 2004.
- FLETCHER, Richard. *The Conversion of Europe. From Paganism to Christianity, 371-1386 A.D.* Londres: Harper Collins Publishers, 1997.
- _____. *The Cross and the Crescent. Christianity and Islam for Muhammad to the Reformation*. Nova York: Penguin, 2003.
- FLINT, Valerie I. J. *The Rise of Magic in Early Medieval Europe*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1991.
- GEARY, Patrick J. *Living with the Dead in the Middle Ages*. Ithaca, N.Y. e Londres: Cornell University Press, 1994.
- GREGG, Robert C.; GROH, Dennis E. *Early Arianism – A View of Salvation*. Londres e Filadélfia, Pa.: SCM Press/Fortress Press, 1981.
- GUREVITCH, Aron. *Medieval Popular Culture. Problems of Belief and Perception*. Cambridge/Paris: Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1988.
- HAMILTON, Bernard. *Religion in the Medieval West*. Londres: Arnold, 1986.
- HARRISON, Carol. *Augustine: Christian Truth and Fractured Humanity*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HOPKINS, Keith. *A World Full of Gods: Pagans, Jews and Christians in the Roman Empire*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1999.
- HOWARD-JOHNSTON, J.; HAYWARD, P. A.; MARKUS, R. A. (Orgs.). *The Cult of Saints in Late Antiquity and the Middle Ages: Essays on the Contribution of Peter Brown*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- HUMPHREYS, R. Stephen. *Islamic History. A Framework for Inquiry*. 2. ed. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1991.
- JONG, Mayke de. *In Samuel's Image. Child Oblation in the Early Medieval West*. Leiden e Nova York: Brill, 1996 (original holandês de 1986).
- LAWRENCE, C. H. *Medieval Monasticism. Forms of Religious Life in Western Europe in the Middle Ages*. 3. ed. Harlow: Pearson Education Limited, 2001.
- MACMULLEN, Ramsay. *Christianizing the Roman Empire (A.D. 100-400)*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1984.
- _____. *Christianity and Paganism in the Fourth to Eighth Centuries*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1997.
- MARKUS, R. A. *The End of Ancient Christianity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. *Gregory the Great and his World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MILIS, Ludo J. R. *Angelic Monks and Earthly Men: Monasticism and its Meaning to Medieval Society*. Woodbridge: Boydell Press, 1992.
- MONTGOMERY WATT, W. *Islamic Philosophy and Theology*. 2. ed. Edimburgo: University Press of Edimburgo, 1985.
- MOORHEAD, John. *Ambrose: Church and Society in the Late Roman World*. Londres: Longman, 1999.
- _____. *Gregory the Great*. Londres e Nova York: Routledge, 2005.
- NOBLE, Thomas F. X. *The Republic of St. Peter. The Birth of the Papal State, 680-825*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1984.
- PAXTON, Frederick S. *Christianizing Death: The Creation of a Ritual Process in Early Medieval Europe*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1990.

- PELIKAN, Jaroslav. *The Christian Tradition: A History of the Development of Doctrine*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1985. v. I – The Emergence of the Catholic Tradition (100-600).
- _____. *Credo: Historical and Theological Guide to Creeds and Confessions of Faith in the Christian Tradition*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 2003.
- _____. *Whose Bible Is It? A History of Scriptures through the Ages*. Londres: Penguin Group, 2005.
- REES, B. R. *Pelagius, A Reluctant Heretic*. Woodbridge: Boydell Press, 1988.
- ROSENWEIN, Barbara H. *Negotiating Space: Power, Restraint and Privileges of Immunity in Early Medieval Europe*. Manchester: Manchester University Press, 1999.
- RYDSTRØM-POULSEN, Aage. *The Gracious God: Gratia in Augustine and the Twelfth Century*. Copenhagen: Akademisk, 2002.
- SCHIMMEL, Annemarie. *Islam: An Introduction*. Nova York: State University of New York Press, 1992 (original alemão de 1990).
- SCHULENBERG, Jane Tibbetts. *Forgetful of their Sex: Female Sanctity and Society, c. 500-1000*. Chicago, Ill.: Chicago University Press, 1998.
- SMALLEY, Beryl. *The Study of the Bible in the Middle Ages*. 3. ed. Oxford: Blackwell, 1983.
- THACKER, Alan; SHARPE, Richard (Orgs.). *Local Saints and Local Churches in the Early Medieval West*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2002.
- TILLEY, Maureen A. *The Bible in Christian North Africa: The Donatist World*. Minneapolis, Minn.: Fortress Press, 1997.
- WARD, Benedicta. *Harlots of the Desert: A Study of Repentance in Early Monastic Sources*. Londres: Mowbray, 1987.
- WEAVER, Rebecca Harden. *Divine Grace and Human Agency: A Study of the Semi-Pelagian Controversy*. Macon, Ga.: Mercer University Press, 1996.
- WHITE, S. D. *Custom, Kinship and Gifts to Saints: The *laudatio parentum* in Western France, 1050-1150*. Chapel Hill e Londres: University of North Carolina Press, 1988.

SOCIEDADE E ECONOMIA NA BAIXA IDADE MÉDIA

A turbulência do período de migrações e as grandes epidemias de peste no século VI deixaram para trás um mundo mais vazio e desolador do que nos últimos anos do Império Romano. É claro, pouco se conhece sobre essa época. A pesquisa pedológica (ciência do solo que estuda especialmente a morfologia, a gênese e a classificação do solo) revela que em muitas partes da Europa as florestas aumentaram nos séculos V e VII. Além disso, um grande número de descobertas arqueológicas indica uma queda acentuada da densidade populacional. Por muitos anos o período do ano 500 a 1000 foi descrito como uma época de estagnação demográfica, mas essa visão foi revista. Atualmente, tendemos a pensar em termos de uma lenta, mas estável, recuperação que começou no Ocidente no início do século VII, ou talvez no século VI, no novo território dos francos entre o Reno e o Loire. Uma estimativa cautelosa sugere que a população da Europa ocidental duplicou entre o ano 600 a 1000 de cerca de 12 milhões a 24 milhões.

AS PRIMEIRAS SOCIEDADES MEDIEVAIS

Transformação: A Aristocracia

Essa modesta recuperação demográfica e econômica com certeza não fez da baixa Idade Média um lugar agradável para viver. A grande maioria da população vivia, sob nossa perspectiva, em condições chocantes e sob constante ameaça da fome e da brutalidade de uma pequena, porém, violenta elite. No entanto, essa elite mudou radicalmente durante a baixa Idade Média. O sistema bárbaro de *Gefolgschaft* ("seguidores") com seus vínculos pessoais fortes e diretos entre os chefes e seus guerreiros ainda era bem visível. Essa estrutura só poderia permanecer intacta em sua forma mais pura em um estado de guerra quase permanente, porque apenas a guerra daria aos guerreiros uma *raison d'être*. E só a guerra poderia manter o sistema de troca de presentes (ver p. 122-126), que ocupava um lugar central no padrão das relações sociais, econômicas e políticas das elites. Portanto, a guerra era uma característica essencial da cultura e do *ethos* dos primórdios da aristocracia medieval. Mesmo nas unidades políticas mais avançadas da baixa

Idade Média como no império de Carlos Magno, o rei fazia campanhas militares quase todos os anos. Aparentemente, o núcleo de seu exército compunha-se de um conjunto de *Gefolgschaften*, cujos líderes, os *magnati* ou grandes homens do império eram, por sua vez, *Gefolgschaften* do rei.

Entretanto, usando o mesmo exemplo, pode-se argumentar que os tempos haviam mudado, pelo menos no império franco, e que Carlos Magno era mais do que somente um guerreiro do período das migrações. Duas coisas sugerem isso. Primeiro, nas campanhas de Carlos Magno os interesses do Estado estavam acima dos interesses pessoais ou dinásticos. Esse aspecto evidenciou-se depois da conquista dos francos do "anel" (a capital) dos abares em 795, quando carretas carregadas de tesouros inestimáveis foram capturadas. Carlos Magno os distribuiu não só entre seus guerreiros e aliados estrangeiros envolvidos diretamente na campanha, como era costume nas normas da "economia na base de troca de presentes", mas também entre seus pilares ideológicos: as maiores instituições da Igreja (os bispados e as abadias) e as principais pessoas seculares com funções públicas (condes) em seu império.

Segundo, era impossível que Carlos Magno mantivesse todas as pessoas que tinham uma relação de lealdade pessoal com ele, ou de levá-las em uma mesma campanha. Em outras palavras, o sistema do *Gefolgschaft* em sua forma autêntica, com relações íntimas entre os senhores e os guerreiros, que viviam com seu senhor parte de suas vidas, recebiam suas armas dele e eram recompensados por seus feitos heroicos, originou no império carolíngio um novo tipo de relacionamento que chamamos de "vassalagem" incentivado por uma escala política e geopolítica maior (ver Capítulo 6).

Na formação desse relacionamento os carolíngios, estimulados pela rápida integração da nobreza galo-romana e da elite guerreira dos francos, conseguiram elaborar uma estrutura com base em duas tradições romanas que se transformariam no alicerce material de um novo sistema de patronagem aristocrático: a concessão de terras e a ascensão a posições mais elevadas de pessoas seculares e eclesiásticas. Os primeiros registros de guerreiros recompensados regularmente com antigas propriedades imperiais, reais ou da Igreja datam de meados do século V ao início do século VIII. Esses relatos originavam-se não da Gália e, sim, da África dominada pelos vândalos, da Itália dos ostrogodos, da Espanha ocupada pelos visigodos e da Inglaterra anglo-saxã.

Em todos os lugares onde os reinos bárbaros foram fundados em solo romano, a riqueza e o poder cada vez mais resultavam da posse e da exploração da terra; por toda parte os aristocratas guerreiros, como os reis, tornaram-se grandes proprietários de terras. Só na Espanha dominada pelos visigodos outra fonte tradicional de receita pública, o imposto

sobre a terra, acumulada pelo governante e, se necessário, que poderia ser redistribuída, manteve-se intacta até o final dos reinos. Não podemos esquecer que o mundo dos bárbaros, além das fronteiras do antigo Império Romano, governado por senhores guerreiros menos poderosos e por seus seguidores, era muito mais extenso. Nesses reinos as redes de contatos transregionais dos aristocratas seguiram o caminho tradicional por muito tempo. Essa aristocracia medieval, guerreira e, em certo sentido, grande proprietária de terras, talvez agora possa ser chamada de “nobreza”, uma descrição que depende basicamente de uma definição. A palavra *nobiles* (nobreza) aparece raramente nas fontes dos textos antes do século XII e, quando mencionada, indica sobretudo uma qualidade moral. As referências à elite social mencionam a proeminência (*procures*, os príncipes), a riqueza (*divites*, os ricos), o poder político e militar (*potentes*, os poderosos) e a independência e liberdade (*liberi*). Todos esses atributos eram considerados transferíveis. Assim, eles eram vistos como atributos de famílias, e não de pessoas; a predominância individual era determinada pela posse de um domínio, seja como uma “pessoa hierarquicamente superior” a (outros) homens livres ou como senhor de todos os tipos de dependentes e escravos. A “nobreza” nesse período não era uma classe hermeticamente fechada e exclusivamente hereditária. As qualidades aristocráticas tinham de ser provadas. Nesse sentido, durante toda a Idade Média a nobreza sempre foi uma questão de nascimento, realizações e estilo de vida e, portanto, não houve diferença entre a baixa e a alta Idade Média.

Declínio Social: Os Soldados Livres

Entre os grupos de bárbaros que haviam dominado a maior parte do império, os homens não aristocratas e livres tinham duas tarefas públicas importantes que no Império Romano eram realizadas por profissionais: o serviço militar e a administração da justiça. A primeira é compreensível devido aos antecedentes do estabelecimento dos reinos bárbaros no Ocidente, como descrito no Capítulo 3. Mas, por muito tempo depois do período de migrações, o serviço militar obrigatório com uma base étnica continuou a existir nos impérios dos visigodos, lombardos, francos e anglo-saxões. Na Itália lombarda até o século VIII não se recrutava os homens livres que não eram lombardos. Os exércitos dos francos e dos visigodos em torno do ano 600 constituíam-se de proprietários de terras considerados “francos” e “godos” respectivamente, ao redor de um núcleo de membros da família real de aristocratas. Durante o século VII esse costume começou a mudar e os ricos proprietários livres de terras foram substituídos por simples proprietários de terras livres. É difícil imaginar

que o recrutamento de soldados entre os membros da família real poderia ainda funcionar sob os carolíngios. Como vimos, Carlos Magno e seus predecessores realizavam campanhas militares quase todos os anos contra inimigos distantes. As campanhas duravam meses e, em geral, eram feitas na primavera ou no verão, justamente a época em que os camponeses tinham ocupações mais importantes do que atacar outros camponeses. Além disso, os soldados tinham de prover seus suprimentos durante as campanhas. No início do século IX Carlos Magno limitou o serviço militar dos homens livres comuns. Depois disso, só os proprietários de certa quantidade de terras precisavam servir o exército; os camponeses livres com menos terras ou se revezavam no serviço militar ou ficavam responsáveis em fornecer material ou apetrechos necessários para um soldado. Podia-se evitar o serviço militar mediante o pagamento de determinada quantia chamada *haribannus*, que originalmente fora uma multa pelo descumprimento do serviço militar. Só quando o império foi invadido a população inteira masculina em boas condições físicas ingressou no exército para defendê-lo. Um sistema similar foi introduzido na Inglaterra anglo-saxã mais ou menos na mesma época.

Ao longo do tempo outro acontecimento exerceu um papel significativo: a crescente importância dos cavalos nos campos de batalha. Os soldados aristocratas sempre viajavam a cavalo, mas nos campos de batalha o animal tinha um valor limitado e os soldados lutavam montados a cavalo ou a pé, dependendo das circunstâncias. A importância tática da cavalaria cresceu com a difusão do estribo introduzido na Europa ocidental pelos abares depois de 550 e, ainda mais importante, com a sela com assento acolchoado. Essas inovações propiciaram mobilidade e força aos cavaleiros. Embora o uso da cavalaria na guerra não fosse incomum durante a baixa Idade Média, os ataques frontais da cavalaria pesada eram desconhecidos antes de c. 1000, e eles deram início a terríveis combates de soldados a cavalo armados com lanças baixadas e espadas de lâminas largas, que caracterizaram as batalhas nos séculos seguintes. Aos poucos a guerra tornou-se uma especialidade de soldados bem treinados, que tinham recursos para se dedicarem em tempo integral à prática do uso de armas e para comprar cavalos, armas caras e armaduras. Com poucas exceções a função militar dos camponeses livres terminou. Essa evolução que demorou séculos contribuiu para o declínio social dos homens livres não aristocratas.

Descrições da sociedade contemporânea mostram que a especialização militar constituiu a principal cisão entre a aristocracia e os homens livres comuns nos reinos bárbaros na baixa Idade Média. Além da divisão dicotômica em *liberi* ("homens livres", aristocratas) e *pauperi* ("homens pobres", pessoas sem poder), uma tripartição fixa em "estados" (*ordines*

em latim) era cada vez mais evidente: havia pessoas que rezavam (clérigos), pessoas que lutavam e pessoas que faziam trabalhos manuais. Não havia dúvida de que os camponeses, livres ou não, pertenciam à terceira categoria, e não mais à segunda. O primeiro texto que mencionou esse fato foi a tradução anglo-saxã do livro de Boethius, *De Consolatione Philosophiae* (*The Consolation of Philosophy*; 524), feita para o rei Alfredo o Grande de Wessex (871-899).

Vemos uma evolução similar na administração da justiça no império carolíngio. Os francos originalmente requisitavam todos os homens livres para assistirem os processos jurídicos públicos e, caso fossem solicitados, de proferirem uma sentença, ou darem um veredicto de acordo com a lei usual predominante. À medida que o conjunto de leis que regulava a administração da justiça aumentou e tornou-se mais complexo, isso passou a ser uma tarefa muito árdua, e Carlos Magno liberou os homens livres comuns dessa obrigação referente à posição social deles. A incumbência de administrar a justiça passou a ser realizada por juizes permanentes conhecidos como *scabini* (conselheiros municipais) que, cabe lembrar, não devem ser confundidos com os “conselheiros municipais” da alta Idade Média ou do início do período moderno. Tanto quanto sabemos os *scabini* carolíngios eram sempre aristocratas e lidavam com casos de ampla jurisdição, em geral de um *pagus* inteiro (condado).

Desenvolvimentos desse tipo eram sintomáticos do incessante enfraquecimento das funções sociais públicas dos homens livres comuns, em contraste com a crescente concentração de propriedade de terras e poder político e militar nas mãos da aristocracia. O processo foi fortalecido por outro acontecimento ainda mais abrangente: a formação de uma grande classe de pessoas que não eram livres, os servos, ligados à gleba e dependentes de um senhor. No final do império o número de servos cresceu enormemente por dois motivos. Por um lado, os camponeses livres procuravam a proteção de proprietários de terras aristocráticos, voluntária ou involuntariamente e, por outro, a posição dos escravos melhorou por razões que iremos discutir.

Uma tendência semelhante surgiu em outros lugares além das fronteiras do antigo Império Romano. Na Islândia, por exemplo, que fora colonizada pela Noruega na segunda metade do século IX, estimava-se que logo após esse período só 3% ou 4% da população era constituída por camponeses livres. A sociedade era dominada pelos senhores (*gothar*) e seus guerreiros. Quase todas as pessoas abaixo da posição social deles eram escravos. Só na França, ao sul do Loire, e na Catalunha a escravidão e a posse da terra por pessoas livres e não aristocráticas continuaram a coexistir mais ou menos na forma clássica até o final do primeiro milênio.

Ascensão Social: Os Escravos

A ideia de que a escravidão não existia no mundo “livre” dos bárbaros baseia-se em uma concepção errônea. Ao contrário, a escravidão foi uma instituição presente em todos os lugares; ela igualava-se às contradições romanas em sua crueldade e continuou a existir depois do colapso do Império Romano. Só a forma mais conhecida de escravidão romana – a exploração de grandes propriedades rurais com uma mão de obra escrava maciça – havia desaparecido na Antiguidade tardia. Mas, as guerras insignificantes e intermináveis entre os senhores guerreiros e as primeiras campanhas realizadas pelos reis contra inimigos estrangeiros asseguraram um suprimento constante de homens nos mercados de escravos da Europa ocidental.

Os escravos eram o único artigo de exportação valioso no próspero comércio dos cristãos com o mundo islâmico. Ao longo do tempo a região habitada pelos eslavos pagãos foi a maior fonte de suprimento de homens, o que deu origem à palavra “escravo”,¹ uma denominação de uma dignidade ambígua. A palavra escravo já existia entre os celtas bretões, porque no início do período medieval “bretão” também significava “escravo”. Os grandes mercados de escravos deslocaram-se em direção ao leste, para cidades como Mogúncia e Praga, com Veneza como o principal porto de exportação no Mediterrâneo. Além desses escravos a população cativa era reabastecida pelos infelizes que, devido à pobreza e às dívidas, eram forçados a venderem-se ou a seus filhos, ou os que eram escravizados como castigo.

Outra concepção errônea refere-se à ideia de que no início a Igreja cristã se opôs explicitamente à instituição da escravidão. Para os padres da Igreja a escravidão era uma prova da grande perversidade dos que se encontravam nessa situação deplorável. Dignitários e instituições importantes da Igreja possuíam muitos escravos. A Igreja, é claro, tinha uma postura moral ambígua em relação a esse assunto e, por fim, o Cristianismo contribuiu para o desaparecimento radical da escravidão na Europa cristã. Desde o início o Cristianismo acolheu bem os escravos. Embora os escravos fossem vistos como uma segunda classe de cristãos que não podiam exercer funções eclesiásticas, por exemplo, não obstante eram membros da comunidade cristã e, portanto, pessoas iguais aos demais cristãos. Essa concepção constituiu um imenso progresso na antiga visão dos escravos como animais ou máquinas. *Instrumentum vocale*, um “instrumento com voz”, era a designação comum e clássica para um escravo. Os líderes

1 N.T.: Etimologia do latim medieval *slavus*, *sclavus*, mais tarde “eslavo, escravo, cativo”, de *slovèninu*, nome que se dava aos povos eslavos.

da Igreja adotaram algumas ideias do estoicismo referentes à escravidão. Uma dessas ideias afirmava que, apesar de a instituição da escravidão ser inevitável, não havia razão para tratar os escravos com desumanidade; dizia-se também que dar alforria regularmente aos escravos contribuía para a edificação moral do indivíduo. Muitos abades e mulheres nobres devotas enfatizavam sua santidade com esforços para conseguir a libertação formal dos escravos. Por fim, a partir do século VIII, os líderes da Igreja começaram a proibir a venda de escravos cristãos para pagãos, porém, todas as medidas para controlar o comércio de escravos ou eliminar a escravidão repetiram-se nos séculos VIII e IX, o que causou a impressão de que não foram muito eficazes.

A situação era diferente nos reinos do Ocidente cristão. Além das proibições do clero, determinados fatores socioculturais e econômicos contribuíram para a melhoria relativa do tratamento dos escravos. Na baixa Idade Média, ao contrário do auge do Império Romano, muitos escravos que viviam na Europa latina cristã eram nativos ou provenientes de culturas semelhantes. Isso diminuiu a distância entre o senhor e o escravo. Finalmente, a escassez de mão de obra estrutural diante da baixa densidade populacional ajudou a abrir caminho para o desaparecimento de antigas formas de escravidão. Por um lado, a escassez de recursos causou uma disseminação acelerada de tecnologias de substituição do trabalho manual como as azenhas (uma invenção do século I d.C.), que diminuiu o trabalho escravo e, de certa forma, tornou-o desnecessário. Por outro, a elite proprietária de terras julgou conveniente cultivar continuamente o máximo possível de terras em suas propriedades. Então, um dos métodos usados para intensificar o cultivo foi o de dar ao escravo um pequeno terreno com uma casinha e, assim, a diferença entre escravos e os outros camponeses da propriedade tendeu a desaparecer. Uma nova classe de servos surgiu desse processo de convergência social.

Servidão, Domínio da Terra e Sistema Senhorial

A instituição da servidão sempre se vinculou a dois aspectos típicos do início da sociedade medieval ocidental: domínio de um senhor, associado à posse de uma grande propriedade rural e ao sistema senhorial. Ao longo do tempo, os grandes proprietários de terras passaram a ter um imenso controle sobre os camponeses que viviam em suas propriedades. Entre outros aspectos, esse controle podia ser exercido em relação à liberdade de movimento dos servos. Os servos não podiam sair da propriedade e se instalar em outro lugar sem a permissão do proprietário da terra. Quando um servo morria seu senhor ficava com a maior parte de seus bens. Eles também tinham o poder de administrar a justiça em seus servos, exceto em

casos de crime grave quando eles eram responsáveis por entregar o acusado aos tribunais régios, pelo menos onde funcionavam. É difícil julgar os fundamentos desses direitos, é possível que fossem considerados uma autenticidade natural pelos que a exerciam em sua condição social de aristocratas, proprietários de terras e de pessoas. Nesse contexto, os historiadores alemães usam os termos “proprietários” e “domínios” para defini-los (*Grundherrschaft*). Pelos padrões modernos os interesses privados e os elementos do exercício da autoridade pública eram inextricavelmente ligados nesses direitos senhoriais.

O crescimento desse tipo de autoridade senhorial em grandes regiões no início do período medieval na Europa foi acompanhado por uma mudança fundamental na forma de transferência dos excedentes da produção agrícola para a aristocracia. Os historiadores marxistas usam o termo “extração do excedente” para demonstrar que a transferência não obedecia às forças operacionais livres do mercado e, sim, era afetada por pressões não econômicas relacionadas ao poder senhorial. Como e quando essa extração do excedente ocorria é explicado por um diagrama simples (Figura 5.1) de um ciclo econômico rural, que nada mais era do que uma economia agrária de pequena escala pouco especializada e com excedentes escassos. O diagrama mostra os caminhos que os camponeses tinham de seguir para assegurar a manutenção do rendimento dos três fatores clássicos de produção (terra, mão de obra e bens de capital), que lhes permitiam sobreviver. Eles conseguiam manter o rendimento utilizando a maior parte dos produtos agrícolas e de atividades não agrárias em sua subsistência e na criação de animais, no cultivo de sementes, ou na produção de roupas, sapatos, moradias, ferramentas, artigos domésticos, combustível etc.

A parte direita do ciclo produtivo no diagrama mostra um comércio incipiente, porque os esforços dos camponeses direcionavam-se ao seu sustento. Nesse sentido, as expressões “economia de subsistência” ou “economia de sobrevivência” eram usadas com frequência.

O diagrama mostra os quatro pontos nos quais os proprietários de terras na baixa Idade Média poderiam extrair o “excedente”: por meio do trabalho (1) e do suprimento de parte da produção física agrária e não agrária (2 e 3). O excedente era menos expressivo devido aos pagamentos em espécie efetuados depois da venda dos produtos no mercado (4). É preciso enfatizar mais uma vez que o nível de obrigações não era determinado pela escassez de fatores expressos nos preços de mercado, mas apenas por questões arbitrárias e pelas tradições habituais. Assim, o peso dos encargos regulares dos camponeses variava muito de propriedade para propriedade ou, até mesmo, dentro da mesma propriedade.

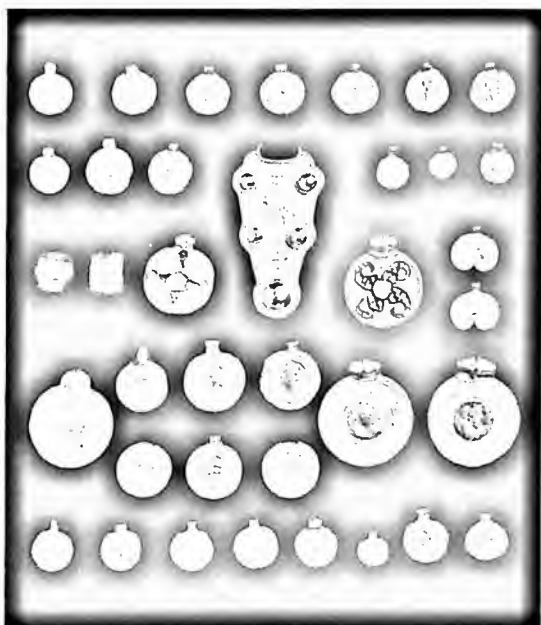


Ilustração 5.1 O tesouro de ouro encontrado no túmulo de um nobre frisio (c. 630) consiste em pedras preciosas e joias feitas de moedas



Figura 5.1 Reprodução simples do ciclo de produção de camponeses
(1, 2, 3 e 4 = pontos em que o excedente podia ser “extraído”)

A fim de que a extração do excedente ocorresse sem dificuldades, no período carolíngio as grandes propriedades rurais organizavam-se de uma

maneira específica, ou seja, em propriedades chamadas mansões senhoriais² (*villae*, *curtes* ou *villicationes*, em latim). Elas eram propriedades com um centro administrativo conhecido como *sala* (recinto amplo público) e *curia* (pátio) ou *casa indomincata* (solar do senhor), que podiam ser exploradas de diferentes maneiras. No sistema senhorial clássico ou na forma “dual” essa exploração era feita de uma forma semidireta. As terras cultiváveis e os campos dividiam-se em duas partes, que em geral não tinham o mesmo tamanho e nem eram necessariamente adjacentes. A parte reservada para uso do proprietário chamava-se terra senhorial (*terra indomincata*), e a área cedida aos camponeses como posse hereditária denominava-se propriedade rural (*terra mansionaria*).

O retorno pela posse dessas propriedades era feito pelo trabalho que os servos proprietários das fazendas (*servi casati*) realizavam para cultivar a terra senhorial, com frequência junto com servos que não tinham uma fazenda (*servi non casati*) e escravos (*mancipia*) do senhor da terra.

Os lotes de terra que pertenciam aos servos variavam de tamanho, entre cerca de 15 a 30 hectares. Porém, na verdade, a área produtiva era menor porque a maior parte do terreno ficava sem cultivo todos os anos e as colheitas eram insignificantes. No entanto, nem todas as fazendas tinham os mesmos encargos e obrigações. Havia uma distinção entre “propriedades livres” (*mansi ingenuiles*) e “propriedades cativas” (*mansi serviles*), talvez em razão das diferenças do *status* legal original do camponês que as possuía. As propriedades livres em geral tinham menos encargos e obrigações que as propriedades cativas, mas havia muitas outras questões imprecisas. Por exemplo, as propriedades livres ou cativas tornavam seus sucessivos proprietários respectivamente livres ou cativos, ou a posição legal dos sucessivos proprietários mudava o *status* da propriedade? Essas questões básicas são muito ambíguas, o que dificulta o estabelecimento de um padrão geral para o desenvolvimento da servidão na baixa Idade Média.

Além disso, a forma clássica do sistema senhorial, como descrita anteriormente, não era com certeza a única. Essa diversidade evidenciou-se em especial na região entre o Reno e o Loire, onde havia uma concentração de grandes proprietários de terras, o que propiciou a formação de extensas propriedades rurais. Do outro lado do Reno e na Itália ocupada pelos francos existiam pequenas propriedades rurais com domínios senhoriais de dimensões modestas e propriedades divididas, onde o solar senhorial servia de local de reunião para a troca de mercadorias e serviços dos servos

2 N.T.: Unidade de posse da terra e organização rural e da sociedade em partes da Europa medieval.

proprietários de terras espalhados em uma área extensa. O sistema senhorial não foi adotado em toda a região do Mediterrâneo: com certeza existiu na Lombardia, mais tarde dominada pelos francos, e na Itália, mas era mais raro na região do Loire no sul da França e na Catalunha. Lá, como vimos, havia uma maioria de pequenas propriedades de camponeses livres, que coexistiam com grandes propriedades ainda exploradas na maneira clássica, isto é, exclusivamente por meio do trabalho escravo.

Nos Estados papais e nas áreas bizantinas no sul da Itália, inclusive na Sicília, grandes proprietários de terras desde o início preferiram a exploração indireta. Nesse caso a terra era arrendada com direito de posse hereditário a camponeses que ficavam com frequência presos à terra e que, portanto, podiam ser considerados servos, apesar de não precisarem prover um trabalho regular.

É mais fácil compreender o funcionamento do sistema senhorial por meio dos polípticos, registros de bens de raiz de grandes mosteiros do período carolíngio, como o famoso políptico feito por Irmino, o abade da igreja Saint-Germain-des-Prés, perto de Paris (829). Esses polípticos podem distorcer nossa visão em alguns aspectos como os geográficos e sociais, mas não se preservaram fontes melhores. Sem dúvida, instituições similares da Igreja possuíam mais, até mesmo, dezenas de mansões senhoriais, possivelmente espalhadas em diferentes regiões agroecológicas autossustentáveis com a produção de vinho, lã e grãos. Entre a aristocracia laica havia muitos pequenos proprietários de terras que tinham só uma mansão senhorial.

Os polípticos e alguns capitulários (instruções régias) sugerem que o sistema senhorial com propriedades bipartidas foi uma instituição típica do período carolíngio, talvez deliberadamente criado pelos reis, mesmo se houvesse sistemas semelhantes em outros lugares, como na Inglaterra anglo-saxã.

Mas independente de quem o tenha criado e em que lugar, o sistema senhorial clássico sem dúvida continha um elemento novo quando comparado às formas existentes de extração de excedente. Esse novo elemento estabeleceu um vínculo entre os camponeses que tinham seus meios de produção e os proprietários de terras, com a imposição da realização de atividades não comerciais. Três fatores gerais explicam a necessidade subjacente a essa forma de trabalho forçado. Primeiro, a pequena densidade populacional na baixa Idade Média converteu a mão de obra em um bem escasso. Segundo, o funcionamento precário dos mercados, inclusive do mercado de trabalho. Por fim, a perda das arrecadações de impostos na Europa ocidental, com a exceção da Espanha dominada pelos visigodos, que se viu privada da aristocracia como uma fonte alternativa de renda. Por isso, a extração do excedente tinha de incidir na questão agrária.

As avaliações do sistema senhorial como um todo divergiram consideravelmente até hoje em dia. Os pessimistas mencionam, em especial, a produção reduzida comparada aos altos custos do transporte e da supervisão; os otimistas referem-se à interação entre a difusão do sistema senhorial e a lenta expansão demográfica e econômica. De fato, as informações relativas ao tamanho das famílias dos camponeses indicam uma pressão populacional no início do século IX. As 1.450 famílias de camponeses que viviam em Saint-Germain-des-Prés no início do século IX compunham-se de cinco a nove membros, dependendo do tamanho de suas fazendas. E os camponeses que viviam nas propriedades de Saint-Victor em Marselha tinham em média cinco ou seis filhos que sobreviviam aos primeiros anos vulneráveis da vida. Por esse motivo, a reivindicação e o cultivo da terra em geral originavam-se de domínios senhoriais superpopulosos. A posse de grandes propriedades com uma estrutura complexa limitava o risco e requeria uma divisão de trabalho e especialização como a produção vinícola, o que contribuiu para a produtividade e comercialização de produtos. Algumas propriedades rurais transformaram-se em cidades: Liège é um ótimo exemplo.

BOXE 5.1 SENHOR E ESCRAVA ATÉ A MORTE

Na segunda década do século X Ibn Fadhlán, um emissário do califa de Bagdá, fez uma viagem pela região do Volga, onde encontrou um grupo de vikings (*rus*). Ele nunca vira pessoas mais sujas entre todas as criaturas de Alá: “Eles não se lavam depois que fazem suas necessidades ou quando têm relações sexuais, nem se limpam após as refeições.” Os homens com cabelos louros eram tatuados dos pés à cabeça, estavam sempre armados e vergonhosamente copulavam em público com jovens escravas. Ibn Fadhlán também testemunhou os preparativos do funeral de um chefe: quando um chefe morre pergunta-se aos seus escravos e servos quem está preparado para segui-lo na morte.

Os voluntários não podem voltar atrás em sua decisão. Nesse caso uma mulher apresentou-se como voluntária. Ela foi tratada com muito respeito enquanto os preparativos da cremação prosseguiram. No dia da cremação o barco do chefe foi puxado para a terra e as pessoas andaram ao seu redor murmurando todos os tipos de palavras. Uma mulher idosa chamada “Anjo da Morte” colocou um ataúde coberto com tapetes e almofadas no barco. Ela era responsável por todos os preparativos.

O corpo do morto que ficara em uma sepultura por 10 dias foi trazido para perto do barco, e o vestiram com trajes esplêndidos feitos especialmente para a ocasião. Em seguida, o corpo foi colocado em pé entre as

almofadas na tenda erguida no barco sobre o ataúde. O chefe morto foi cercado por bebidas alcoólicas, comida, ervas aromáticas e todas as suas armas. Depois mataram um cachorro, dois cavalos, duas vacas, um galo e uma galinha e colocaram os animais no barco.

A mulher que ia morrer foi a todas as tendas do acampamento e teve relações sexuais com os donos delas, que disseram: "Diga ao seu senhor e amo que fiz isso por afeição a ele." Depois ela fez diversos rituais. Um círculo de guerreiros levantou-a três vezes acima de algo semelhante a um batente de uma porta. Na primeira vez ela disse, "Estou vendo meu pai e minha mãe"; na segunda vez falou, "Eu vejo todos os meus parentes mortos reunidos"; e na terceira vez, "Eu vejo meu amo e senhor sentado no paraíso; ele é verde e belo, e meu amo está rodeado por homens e escravos e está me chamando. Levem-me até ele". Em seguida, ela matou uma galinha e a carregaram para o barco onde tirou todas as suas joias, bebeu duas taças de álcool e cantou uma música. Por fim, levaram-na à tenda de seu amo morto, e quando ela hesitou o Anjo da Morte a empurrou com aspereza para dentro da tenda. Seis guerreiros a seguiram e tiveram relações sexuais com ela. Depois a puseram ao lado do seu senhor e a mataram. Dois guerreiros seguraram seus pés, outros dois as mãos e os dois guerreiros restantes a estrangularam com uma corda, enquanto o Anjo da Morte a apunhalava sem cessar no peito até morrer. Os parentes mais próximos do chefe morto atearam fogo na lenha embaixo do barco. Outros jogaram galhos em chamas no fogo e em uma hora tudo se queimou. Depois eles cobriram os restos com terra e na colina colocaram um mastro com o nome do chefe e de seu rei que vivia em um lugar fortificado chamado Kyawh (Kiev).



A descrição de Ibn Fadhlân da aparência selvagem dos vikings e de seus costumes contém, sem dúvida, uma série de estereótipos vistos sob a luz de um enfoque particular. Mas descobertas arqueológicas na Escandinávia confirmaram diversos detalhes aparentemente inverossímeis da cremação. Os túmulos de homens de alta posição social com frequência continham os corpos do senhor e do escravo, como em um túmulo duplo encontrado perto de Stengade na ilha dinamarquesa de Langeland. O esqueleto do lado esquerdo devia ser o do senhor e o da direita o do escravo que, voluntariamente ou não, o seguiu na morte, porque a cabeça do esqueleto do lado direito tinha sido decapitada e os pés provavelmente haviam sido amarrados. Uma longa lança fora colocada em diagonal sobre os dois corpos.

Fragmentos do texto de Ibn Fadhlān e a ilustração do túmulo no livro de Else Roesdahl, *The Vikings* (Londres: Penguin Books, 1998. p. 34, 54, 55 e 157); ilustração publicada sob permissão da Penguin Books, Londres. Para um relato mais extenso do fragmento do texto de Ibn Fadhlān ver F. Donald Logan, *The Vikings in History* (Londres, 1983. p. 197-200).

COMÉRCIO E TROCA DE PRESENTES

A vida econômica na baixa Idade Média tem sido descrita em termos de declínio e decadência, ou na melhor das hipóteses como estagnação e inércia. De fato, só uma parte pequena do total da produção chegava aos mercados em comparação com a Antiguidade tardia. Além disso, em razão da ausência de pressão populacional e dos impostos elevados não havia nenhum incentivo para o uso intensivo da terra e, assim, a produtividade agrícola era reduzida.

Por sua vez, na agricultura, que representava o maior setor econômico, o nível tecnológico em um sentido mais amplo do termo aumentou, e isso criou as condições para o crescimento da produtividade. Devemos também evitar a fixação quase obcecada na economia de mercado atual. A vida econômica é possível fora do mercado econômico. Os primórdios da agricultura medieval tinham muitas características de uma “economia moral”, uma economia em que uma relação mútua e reciprocidade (“uma mão lava a outra”) exerceram um papel importante. Os assentamentos agrícolas na baixa Idade Média eram tão pequenos (entre cinco a 10 fazendas) e tão isolados, que a cooperação mútua e o apoio eram condições essenciais de sobrevivência. As relações comerciais e as transações em uma economia moral são menos caóticas e primitivas do que nos inclinamos a pensar. A reciprocidade só é possível quando existem normas claras, social e culturalmente enraizadas de divisão e redistribuição.

Outro padrão de transação não comercial envolvendo reciprocidade e redistribuição surgiu no estudo do comércio de longa distância na baixa Idade Média, um tema de debate apaixonado por muitas décadas. Isso está estreitamente associado à teoria desafiadora do historiador belga, Henri Pirenne (1862-1935), elaborada nas décadas de 1920 e 1930, e que é sempre “um ponto chave de referência” (Wickham). O cerne da teoria de Pirenne é que o período das migrações pouco afetou o sistema econômico da Antiguidade tardia, centrado na região do Mediterrâneo e que ligava o sul da Europa ao Oriente Médio. Sem dúvida, a criação dos reinos bárbaros re-

sultou em certa “degeneração”; mas a unidade do mundo mediterrâneo só seria rompida com as conquistas árabes em meados do século VII. A partir de então o Oriente e o Ocidente dividiram-se. Essa divisão forçou os governantes carolíngios no Ocidente a criar suas próprias instituições, como o feudalismo. A importância do comércio de longa distância diminuiu; o centro do comércio concentrou-se na bacia do Mar do Norte, em especial na região entre o Sena e o Reno, onde foi plantada a semente, segundo a “antiga metanarrativa da história econômica medieval” (Wickham), para o florescimento do capitalismo mercantil.

Ao longo dos anos surgiram diversas objeções à teoria de Pirenne, e a mais pertinente refere-se ao fato de que a região do Mediterrâneo continuou a ser uma zona de trânsito importante depois das conquistas árabes, e que o mundo islâmico exerceu um papel significativo na recuperação do comércio internacional no século VIII.

Gostaríamos de abordar a teoria de Pirenne por outro ângulo. Indicadores da circulação de mercadorias, bens e moedas não necessariamente significam comércio ou transações de natureza comercial. O mesmo raciocínio aplica-se ao transporte de mercadorias volumosas, em especial grãos, para fornecimento a grandes cidades. No período das migrações o suprimento de grãos a Roma vinha da Sicília e do Norte da África, onde o papa tinha vastos domínios. O papa dava a maioria desse suprimento às pessoas do povo em Roma. Portanto, não se pode dizer que era um comércio ou troca de mercadorias e, sim, a continuação do sistema de patronagem. Grande parte do que conhecemos como “comércio” na baixa Idade Média, ao examinarmos com mais detalhes, foi essa função de apoio, e não uma atividade mercantil. Em geral, só envolvia as relações entre a aristocracia. Isso também explica por que o “comércio” não necessariamente realizava-se nas cidades e nos mercados urbanos.

Uma interpretação similar das transações de mercadorias no início da Idade Média tem um enfoque muito mais antropológico do que de história econômica. Philip Grierson, o numismata inglês, em uma crítica à tese de Pirenne, já tinha proposto essa abordagem no final da década de 1950. O próprio Grierson inspirou-se em dois estudos antropológicos muito conhecidos sobre o significado da troca de presentes nas sociedades “primitivas”, não ocidentais, realizados por Marcel Mauss e Bronislaw Malinowski. Essa visão antropológica assinala que o comércio deve ser visto primeiro e, acima de tudo, como meio de suprir a elite com bens de prestígio extremamente valiosos que serviam de presentes, como armas, cavalos, ouro e escravos. Ao contrário das mercadorias comuns, os presentes não podiam simplesmente, ser alienados por quem os recebia, porque a relação entre o doador e a pessoa que recebia o presente é oposta ao do comprador e a do vendedor.

Não é uma relação neutra e caracteriza-se por uma forma de reciprocidade mútua: o doador tem a expectativa de receber um presente em troca.

A mutualidade tem duas características distintas, de igualdade e de desigualdade. Nas trocas mútuas (entre aliados do mesmo *status*, por exemplo) pode-se falar de reciprocidade. Na baixa Idade Média as trocas não se restringiam aos bens de prestígio, mas também havia o envolvimento de mulheres – mulheres aristocráticas, é claro. “Jovens solteiras da paz” (*freo-thuwebbe*) é uma das expressões de respeito usada pelo poeta de *Beowulf*; ela indica a importância do casamento a fim de manter contatos e, em especial, para preservar as relações pacíficas entre os governantes regionais. No caso de relações de reciprocidade desigual (entre chefe e guerreiro, por exemplo) dizemos que é uma redistribuição; nesse contexto significa o compartilhamento da riqueza do senhor entre os membros de sua comitiva. Nessa circunstância não havia só o envolvimento de bens de prestígio, como também de bens de consumo básicos; mais tarde as trocas incluíram terras. Em princípio o governante relacionava-se com os membros de sua *Gefolgschaft*. Eles tinham o direito de comer à sua mesa e viver em sua casa. Em troca, eles ofereciam apoio militar e lealdade. Os dois tipos de relacionamento são ilustrados na Figura 5.2.

Podemos explorar melhor a Figura 5.2 ao examinar diferentes contextos. É preciso fazer uma distinção entre os reinos bárbaros cristãos que haviam sido influenciados pelas tradições da administração romana e as áreas periféricas da Europa que ainda não haviam se convertido ao Cristianismo, como a Escandinávia e a Saxônia. Nos reinos cristãos a Igreja fazia parte do sistema de troca de presentes, e os reis usufruíam de uma posição de poder centralizada relativamente forte. Os meios de suprimento e redistribuição da troca de presentes eram mais amplos e mais intrincados do que nas áreas periféricas. Os reis podiam usar a força para obter o apoio da aristocracia. Nesse sentido, os filhos de aristocratas poderosos com frequência eram mantidos como reféns por tempo indeterminado. A adoção de crianças era uma alternativa menos agressiva, mas o efeito era o mesmo. No início dos reinos visigodos na Espanha os reis incorporavam guerreiros cativos às suas forças, a fim de enfrentar o imenso poder desproporcional de algumas famílias aristocratas; essa estratégia foi usada bem mais tarde, a partir do século XII, pelos reis alemães. A rede de contatos dos aristocratas era talvez menor e menos intimidante que a dos reis, mas eram diferenças de grau, e não de estrutura.

O esquema do relacionamento entre senhores e camponeses descrito na Figura 5.2 mostra mais uma vez que o suprimento de meios de subsistência e a distribuição dos dois fatores mais importantes de produção – terra e a mão-de-obra – ou seja, o setor primário da economia, raramente se sujeitava às forças do mercado.



Figura 5.2 Circulação de bens de prestígio no início do período medieval por meio da reciprocidade (1) e da redistribuição (2)

Por sua vez, a aristocracia precisou recorrer ao comércio especializado de intermediários (comerciantes, mercadores) para seu suprimento de bens de prestígio e artigos de luxo, porque as pilhagens da guerra não eram suficientes. Isso de imediato resultou em um comércio de longa distância, porque os reis e guerreiros bárbaros valorizavam os produtos exóticos do Oriente comercializados nos poucos mercados remanescentes, como os de Mogúncia e Verdun: escravos homens e mulheres, perfumes caros e enfeites, pimenta e cravo-da-índia. Além disso, havia um comércio limitado de matéria-prima e bens de consumo para um público maior, como lã, tecido, couro, peles de animais, produtos de cerâmica, sal, mel e utensílios de metal originários de áreas de produção mais ou menos especializadas.

O comércio regional em pequenos mercados só começou no século VII. Diversos reis carolíngios, como Carlos o Calvo, concederam direitos de funcionamento aos mercados (a maioria mercados semanais). Eles tinham uma função na troca de mercadorias utilitárias a granel, mas, apesar de esse tipo de comércio estar quase ausente em nossas fontes de pesquisa, presume-se que abastecia anualmente com grandes quantidades de grãos e outros produtos o exército e as cidades. A troca regional conectava-se a um comércio maior através das primeiras feiras anuais que conhecemos. Elas realizavam-se perto de importantes centros de consumo da elite, como a abadia de Saint-Denis, próxima a Paris. As cortes dos reis, embora sempre em movimento, eram polos de atração onde milhares de pessoas (de alta posição social e suas comitivas) reuniam-se por períodos de tempo consideráveis a fim de promoverem os “torneios de valor”, além de todos os tipos de atos simbólicos de acordos entre o rei e seus magnatas, e entre o mundo mundano dos homens e o mundo espiritual de Deus e seus santos.

O comércio não se limitava ao escambo e usava-se uma nova forma de pagamento, uma moeda de prata cunhada pelo império merovíngio no final do século VII. Esse *denarius*, ou pêni, valia um doze avos de um *solidus*, a moeda padrão de ouro romana. Sua introdução foi um grande sucesso. Em pouco tempo essas moedas foram imitadas na Inglaterra e na Frísia, onde eram conhecidas como *sceattas*, e milhões de pênis foram cunhados no século VIII.

Não havia falta de matéria-prima porque os francos possuíam uma rica mina de prata em Melle, perto de Poitiers. A introdução da moeda de prata deve ser vista em parte como uma reação ao fluxo contínuo de ouro para o Oriente, resultante de uma balança de pagamentos estruturalmente negativa, situação que só se alterou no início do reinado de Carlos Magno, quando grandes quantidades de moedas de prata árabes começaram a circular no Ocidente.

A nova cunhagem de moedas de prata também atendeu à necessidade de um modo de pagamento para pequenas transações. O *denarius* estimulou certa monetização nas relações entre senhores e camponeses como revelam alguns polípticos. No século IX a abadia de Saint-Bertin, perto de Calais, por exemplo, deu 47 fazendas de uma de suas propriedades em Poperinge, em Flandres, em troca de um pagamento em dinheiro. Mas isso foi uma atitude excepcional. Segundo o políptico de Irmino o papel do dinheiro nas propriedades de Saint-Germain-des-Prés era muito limitado nesse período. Só um quarto das obrigações das fazendas “livres” (*mansi ingenuiles*) consistia em pagamentos em dinheiro, embora do ponto de vista econômico essa região fosse a mais avançada da Europa na baixa Idade Média.

Frísios e Vikings

No início da Idade Média, ou até antes, como sugerem alguns estudiosos, as costas do Mar do Norte e do Mar Báltico (que abrange a região ao sul da atual Escandinávia, o norte da Alemanha, os Países Baixos e a Inglaterra) eram regiões extremamente dinâmicas para as migrações e o comércio que prosperou durante a baixa Idade Média. Esse fato deve-se em parte à posição estável do império franco, que se concentrava na área entre a bacia do Sena e no Reno. Uma crescente parte do comércio de longa distância de artigos de luxo direcionou-se para essa área. Descobertas arqueológicas no sul da Escandinávia revelaram isso claramente. Os contatos comerciais importantes com a região do Mar Negro eram feitos pela estrada dos Rios Vístula e Dniester até o início do século VI. Quando os abares e vários grupos eslavos invadiram a Europa central essa estrada estava fechada, e o comércio escandinavo deslocou-se com uma relativa paz e grande influência para o norte da Gália.

BOXE 5.2 SENHORES DOS ANÉIS

Os anéis eram um presente importante com os quais os senhores recompensavam seus guerreiros no norte do mundo bárbaro. “Doador de anéis” (*beag-gyfa* ou *beagbrytta*) era um dos epítetos dos reis no poema épico anglo-saxão *Beowulf*. Diversas descobertas arqueológicas mostraram que esses anéis tinham vários formatos, desde anéis grossos para os dedos a anéis mais finos para os ombros e pescoços de ouro ou prata. Grandes quantidades desses anéis foram muitas vezes descobertas juntas. Às vezes eram usados com outras joias de metais preciosos. Os bracteatos, típicos dos séculos VII e VIII, consistiam em folhas finas de ouro, prata ou bronze com a imagem cunhada de um único lado. Com frequência eram fabricados junto com os anéis para formar uma só peça, como vemos na ilustração de um colar do século VI encontrado em Hjørning, no norte da Jutlândia. A efígie desses bracteatos em geral representava o deus pagão Woden, cuja cabeça às vezes imitava as dos imperadores nas moedas bizantinas.

Oposto à cabeça da imagem de Woden vê-se um homem brandindo um bastão. O texto dos caracteres rúnicos nesses bracteatos encontrados em Hjørning refere-se ao respeito que o portador desse ornamento está ansioso para demonstrar ao seu protetor (divino) ali retratado. Eles eram provavelmente um amuleto.



Mapa 5.1 O mundo dos vikings

Os frísios exerceram um papel importante como intermediários nos contatos comerciais entre a Escandinávia e o império franco. Nessa época seu território estendia-se de Weser à costa flamenga e, por isso, eles controlavam um tráfego vital em determinadas rotas. Com sua especialização de séculos na criação de gado e carneiros devido às condições de seu meio ambiente, os frísios tinham uma longa tradição de comércio marítimo e fluvial. A partir de meados do século VII esse comércio recebeu um novo impulso. Os comerciantes frísios eram os intermediários e mensageiros mais importantes entre a Renânia, a região norte sob controle dos francos, o norte e o oeste da Inglaterra e o sul da Escandinávia. Os maiores entrepostos comerciais nessa área, como York e Birka (perto da atual Estocolmo), tinham estabelecimentos frísios. É também provável que os frísios sejam responsáveis pelo desenvolvimento de dois tipos importantes de navios em um período posterior: um navio pesado, cuja quilha arredondada tornava-o apropriado para o comércio do Mar do Norte, e o navio com um casco plano adequado para navegar nas águas calmas do Báltico.

Dorestat foi o centro comercial mais importante dos frísios: ele era um assentamento comercial criado no século VII em uma curva do Reno ao sul da antiga guarnição romana na cidade de Traiectum (Utrecht). Dorestat situava-se na região da tribo germânica dos francos chamavi, mas os frísios, logo que atingiram um determinado grau de unidade política, atraíram esse centro comercial para sua esfera de influência. No entanto, Dorestat foi um entreposto comercial maior e mais próspero quando sob o domínio dos francos. Durante o longo reinado de Carlos Magno o número de seus habitantes era de no máximo 2.500 pessoas. Para construir seu embarcadouro milhões de árvores foram cortadas nas florestas vizinhas.

As atividades dos vikings escandinavos provocam ainda mais nossa imaginação. No sentido literal, os "vikings" significam "homens dos *víks*" (baías, fiordes) que têm "atividades próprias". Essas "atividades" quase sempre têm a conotação sucinta de "comércio", mas a descrição de "fazer ataques rápidos em territórios estrangeiros" é também uma conotação precisa. Na versão em prosa de *Edda*, a antiga coletânea de mitos nórdicos, escrita na Islândia por Snorri Sturluson, no início do século XIII, os vikings são homens que têm "atividades próprias" como *í vikingu* ou *í kaupferdum*. A última palavra significa (partir) "para uma viagem mercantil" e, então, a primeira é claramente "em um ataque rápido de pilhagem". Para os vikings o comércio e os ataques de pilhagem eram atividades conectadas. Esse conceito deve ter se originado das ideias sem princípios morais sobre a aquisição de riqueza que prevaleciam na aristocracia escandinava. A acumulação de riqueza era, como vimos, indispensável no mundo dos bárbaros, a fim de obter o prestígio essencial para que os líderes mantivessem suas comitivas

de guerreiros e, dessa forma, sua posição de poder. Como eles adquiriam sua riqueza não tinha importância.

O comércio constituía uma parte crucial da proto-história econômica do sul da Escandinávia como revela o grande número de nomes de lugares com a terminação *kaupang/-koebing/-køping* (entrepósito comercial) datados desse período lendário. A maioria das regiões costeiras era inadequada para o cultivo, porém, tinha água em abundância, e as grandes florestas no interior forneciam diversos produtos ambicionados no Oriente e no Ocidente, entre os quais peles de animais, cera, mel e resina de pinheiro. Os centros comerciais mais importantes dos vikings eram Haithabu (Hedeby), estrategicamente localizados no atalho do istmo de Schleswig (onde os mercadores podiam evitar a passagem mais longa e mais perigosa ao redor da Jutlândia), Kaupang (no fiorde de Oslo), Birka (mencionado nas p. 127-128) e a ilha de Gotland. A partir desses centros, grupos de vikings aventuraram-se como mercadores, saqueadores e, por fim, como colonos agrícolas no mundo inteiro então conhecido.

Nesse contexto é interessante observar que os vikings dinamarqueses e suecos entraram na bacia do Rio Volga e, mais tarde, partiram em direção ao oeste pelos Rios Dnieper e Don. É provável que tenham ido primeiro para essa região ao norte logo após 850 como mercenários a serviço de grupos eslavos rivais e nômades das estepes, mas imediatamente perceberam o potencial do comércio com os mundos bizantino e muçumano. Eles dominaram a área que desde então se chama Rússia. Embora alguns historiadores russos modernos não gostem, a palavra “russo” origina-se do finlandês derivado do antigo alemão do norte *rossmenn* ou *rosskarlar*, que significa “remadores” ou “navegadores”. Os príncipes mais antigos de Novgorod e Kiev têm nomes escandinavos como Igor (de Ingvar) e Oleg (de Helgi). O sucesso comercial, ou o que parecia um comércio, com o sul evidencia-se pela descoberta de centenas de milhares de *dirhams*, moedas de prata árabes encontradas no noroeste da Rússia. Muitas delas devem ter circulado nos grandes mercados da Bulgária (perto da confluência dos Rios Volga e Kama) e Itil (no delta do Rio Volga, no Mar Cáspio), e no império dos khazares nas estepes. Esse comércio oriental dos vikings russos esgotou-se subitamente logo após meados do século X por um motivo obscuro.

O cenário do comércio que emerge na baixa Idade Média é de um surpreendente dinamismo em uma economia agrária esmagadora, com um modesto grau de comercialização. Nesse sentido, Peter Spufford, o historiador monetarista, certa vez chamou a enorme expansão da cunhagem de moedas de prata, *denarii*, *sceattas* e *dirhams*, nas décadas em torno do ano 800, de “o falso alvorecer da economia monetária”. A natureza ambivalente da circulação de bens (troca de presentes ou transações comerciais?), o

uso de moedas (objetos de prestígio ou modo de pagamento?) e o objetivo impreciso das “viagens” (comércio ou pilhagem?) dificultam a formação de uma imagem clara do período anterior ao século VII. O mesmo aplica-se ao desenvolvimento dos mercados e das cidades na baixa Idade Média. Em razão do interesse direto e (quase) exclusivo da aristocracia no comércio de longa distância, esse comércio direcionava-se mais para “pessoas fundamentais” do que para “lugares fundamentais”, como sublinhou o arqueólogo inglês Richard Hodges.

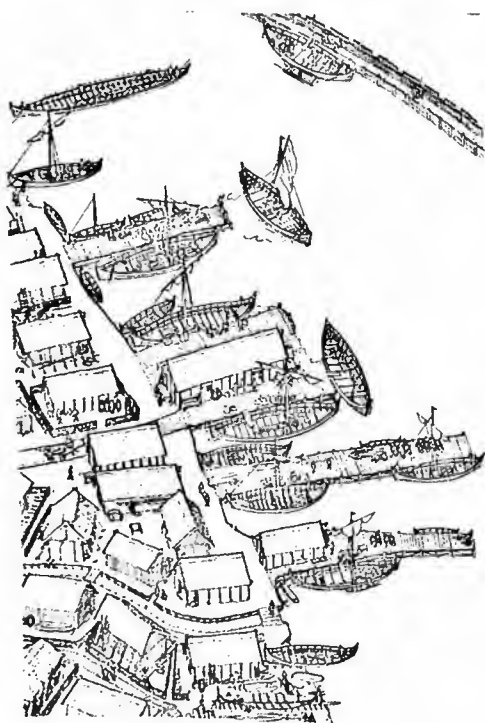


Ilustração 5.2 Reconstrução da Baía de Haithabu

Essa peculiaridade também significa que poucas cidades que sobreviveram eram de fato centros de poder, lugares “públicos” vinculados à presença, permanente ou frequente, de pessoas importantes como reis, duques, condes ou bispos. Por sua vez, as funções das cidades medievais posteriores concentradas na produção artesanal e no suprimento regional ainda eram incipientes, assim como os grandes entrepostos comerciais do

período (*emporía* ou *wiks/wihs* nas fontes contemporâneas), como Dorestat e Quentovic (perto de Montreuil), ou Hamwic (próximo a Southampton), que não eram cidades nesse sentido, ou apenas em uma dimensão muito limitada. A principal função deles foi de garantir o controle dos reis sobre o fluxo internacional de bens valiosos para uso militar (armas) ou para o consumo conspícuo da aristocracia. O *status* urbano e o estilo dos centros regionais de comércio que mencionamos são ainda mais imprecisos; no final, trata-se de uma questão de definição.

LEITURA SUGERIDA

- ALTHOFF, Gerd. *Family, Friends, and Followers: Political and Social Bonds in Early Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004 (original alemão de 1990).
- BARFORD, P. M. *The Early Slavs. Culture and Society in Early Medieval Eastern Europe*. Londres: British Museum Press, 2001.
- BAZELMANS, Jos. *By Weapons Made Worthy: Lords, Retainers and Their Relationship in Beowulf*. Amsterdã: Amsterdam University Press, 1999.
- BITEL, Lisa M. *Women in Early Medieval Europe, 400-1100*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BONNASSIE, Pierre. *From Slavery to Feudalism in South-Western Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- CHRISTIANSEN, Eric. *The Norsemen in the Viking Age*. Oxford and Malden, Mass.: Blackwell, 2002.
- DAVIES, Wendy; FOURACRE, Paul (Orgs.). *The Settlement of Disputes in Early Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- _____. (Orgs.). *Property and Powers in the Early Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- DUGGAN, Anne J. (Org.). *Nobles and Nobility in Medieval Europe*. Rochester, N.Y. e Woodbridge: Boydell & Brewer, 2003.
- EPSTEIN, Steven A. *Speaking of Slavery: Color, Ethnicity and Human Bondage in Italy*. Ithaca, N.Y. e Londres: Cornell University Press, 2001.
- EVANS, Stephen S. *The Lords of Battle: Image and Reality of the 'Comitatus' in Dark-Age Britain*. Woodbridge: Boydell Press, 1997.
- HALSALL, Guy. *Warfare and Society in the Barbarian West, 450-900*. Londres e Nova York: Routledge, 2003.
- HAMMER, Carl I. *A Large-Scale Slave Society of the Early Middle Ages: Slaves and their Families in Early Medieval Bavaria*. Aldershot e Burlington, Vt.: Ashgate, 2002.
- HAVIGHURST, Alfred F. (Org.). *The Pirenne Thesis. Analysis, Criticism and Revision*. 3. ed. Lexington, Mass.: D.C. Heath & Co., 1976.
- HEDEAGER, Lotte. *Iron-Age Societies: From Tribe to State in Northern Europe, 500 B.C. to A.D. 700*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992 (original Dinamarquês de 1990).
- HODGES, Richard. *Dark Age Economics. The Origins of Towns and Trade A.D. 600-1000*. Londres e Nova York: Duckworth/St Martin's Press, 1982.
- _____. *Towns and Trade in the Age of Charlemagne*. Londres: Duckworth, 2000.

- HODGES, Richard; WHITEHOUSE, David B. *Mohammed, Charlemagne and the Origins of Europe*. Archaeology and the Pirenne Thesis. Londres: Duckworth, 1983.
- HODGES, Richard; BOWDEN, William (Orgs.). *The Sixth Century*. Production, Distribution and Demand. Leiden: Brill Academic Publishers, 1998.
- JONG, M. de; THEUWS, F.; Van RHIJN, C. (Orgs.). *Topographies of Power in the Early Middle Ages*. Leiden: Brill Academic Publishers, 2001.
- LOGAN, F. Donald. *The Vikings in History*. 3. ed. Londres e Nova York: Routledge, 1983, 2005.
- MARCUS, G. J. *The Conquest of the North Atlantic*. Woodbridge: Boydell Press, 1980.
- MCCORMICK, Michael. *Origins of the European Economy: Communications and Commerce, AD 300-900*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- PELTERET, David A. E. *Slavery in Early Medieval England: From the Reign of King Alfred until the Twelfth Century*. Woodbridge: Boydell, 1995.
- PESTELL, Tim; ULMSCHNEIDER, Katharina (Orgs.). *Markets in Early Medieval Europe: Trading and 'Productive' Sites, 650-850*. Macclesfield: Windgather Press, 2003.
- RANDBORG, Klavs. *The First Millennium AD in Europe and the Mediterranean: An Archaeological Essay*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- ROESDAHL, Else. *The Vikings*. 2. ed. Londres: Penguin Books, 1998.
- VERHULST, Adriaan. *The Carolingian Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean, 400-800*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CAPÍTULO 6

O MUNDO DOS FRANCOS

OS MEROVÍNGIOS

A dinastia merovíngia, à qual Clóvis pertencia, monopolizou o reino dos francos no final do século V, e por considerá-lo uma propriedade pessoal todos os herdeiros masculinos tinham o direito de reivindicá-lo. Embora isso não tenha causado uma profunda fragmentação territorial, depois da morte de Clóvis, em 511, poucas vezes houve apenas um rei. Durante o século VI o reino dos francos dividiu-se em dois, três ou quatro reinos merovíngios.

Uma mudança ocorreu quando Clotário II, um dos raros reis que governaram sozinhos, em 632, proclamou seu filho, Dagoberto, vice-rei. Assim, mais uma vez existiram dois reinos; o reino de Nêustria e Borgonha na região norte do Loire, na França, e Austrásia ou “reino oriental” entre o Meuse e o Reno. Outros territórios ou *civitates* (distritos locais), como a Aquitânia, dividiram-se entre os dois reis.

A aristocracia sempre exerceu um papel importante na França, como em outros reinos bárbaros. Sua influência fortaleceu-se durante a segunda metade do século VII, e os funcionários de posição mais elevada da corte merovíngia, os *maiores domus* (“prefeitos do palácio”), tinham uma grande ascendência na corte. Na Austrásia, a partir do início do século VII essa função foi dominada pelos membros da dinastia dos arnulfinhos e dos carolíngios. A base de seu poder apoiava-se nos extensos territórios nas Ardenas, uma área com uma floresta densa onde mais tarde foram fundadas as grandes abadias de Nivelles, Stavelot-Malmédy e Echternach. Pouco antes do ano 700 os carolíngios também ocuparam o cargo de prefeito do palácio em Nêustria.

No entanto, a posição deles nos reinos merovíngios era bastante vulnerável, e em 714, depois da morte de Pepino II, o poder da dinastia dos carolíngios ficou seriamente enfraquecido devido à ofensiva do “rei” frisio Radbod. Mas os carolíngios, liderados por Carlos Martel (“o martelo”), saíram triunfantes desse período obscuro. Prefeito do palácio da Austrásia e da Nêustria, sob seu domínio os reis merovíngios eram meros fantoches; porém, foi seu filho e sucessor, Pepino o Breve, que se aproveitou da situ-

ação e proclamou-se rei. Carlos Martel já demonstrara claramente quais eram as ambições dos carolíngios. Ele governou sem o poder de um rei durante os últimos anos em que foi prefeito do palácio e esforçou-se para expandir o domínio dos francos sobre seus vizinhos ao norte, sul e leste.

Como Carlos Martel, filho de uma concubina de Pepino II, conseguiu eliminar o jovem neto de Pepino II só pode ser explicado por meio de coalizões de famílias de nobres que resultaram em frequentes batalhas entre os senhores guerreiros regionais.



Ilustração 6.1 Coroa de ferro com pedras semipreciosas dos séculos V e VI que era usada pelos reis lombardos. Carlos V e Napoleão foram coroados com ela.

BOXE 6.1 BRUNILDA

A lei sálica limitava a herança de propriedade da terra a descendentes masculinos. Por consequência, as mulheres só a herdavam se não houvesse herdeiros masculinos, e a mesma regra aplicava-se à sucessão dos reis. Um grande número de mulheres da dinastia merovíngia terminou seus dias em um convento, embora às vezes fossem por livre e espontânea vontade como, por exemplo, após a morte dos maridos. Algumas dessas freiras eram profundamente infelizes e rebelavam-se; outras rezavam com uma devoção fervorosa para as almas dos seres amados e eram generosas em suas doações de esmolas. A rainha Radegunda da Turíngia, que fora raptada por Clotário I como pilhagem de guerra em 531 e obrigada a se casar com ele, decidiu trocar o leito nupcial por uma cela de convento. Ela usou seus contatos com o mundo externo, a fim de obter um fragmento da Verdadeira Cruz do imperador bizantino Justiniano para sua comunidade, em Poitiers.

Brunilda, filha de um rei visigodo e casada com o Rei Sigeberto I, da Austrásia (561-575), seguiu um caminho muito diferente. A morte do marido foi um fato crucial em sua carreira. Ela casou-se de novo com o filho

do Rei Chilperico I da Nêustria, que provocou a separação do casal. A aristocracia do reino da Austrásia também se opôs à intrusa. Brunilda teve um filho, o provável herdeiro do trono, que foi afastado da influência da mãe. Como rainha-mãe em meio a uma nobreza parcialmente hostil, ela dedicou-se a criar sua própria esfera de influência. Em 584 seu filho Childeberto, com 15 anos, foi declarado maior de idade; chegara o momento de Brunilda se vingar de todos aqueles que se tinham oposto a ela. Sua posição era tão forte na corte que conseguiu que um abade fosse acusado de traição. Ele foi absolvido, mas foi assassinado em seu retorno à sua casa. O Bispo Egídio de Reims, que conspirara contra ela e seu filho, foi expulso do reino, e os conspiradores laicos foram mortos.

Quando Childeberto morreu, em 596, Brunilda mais uma vez assumiu a posição poderosa de regente, agora durante a menoridade dos netos, Teodeberto II na Austrásia, e Teodorico II no reino da Borgonha, conquistado pelo pai deles em 592. Como regente, ela correspondeu-se com o Papa Gregório o Grande (590-604) até 602; ele lhe pediu para apoiar a missão de Agostinho a Kent e, sobretudo, de proibir a simonia na Igreja franca. Por sua vez, Brunilda persuadiu o papa a nomear seu candidato, Siágrio, bispo de Autun. Quando Teodeberto fez 15 anos, a oposição da aristocracia levou-a a sair da corte do reino da Austrásia. Brunilda encontrou apoio com seu segundo neto na Borgonha, onde expulsou alguns opositores e fez com que Teodorico se insurgisse contra o irmão mais velho, a quem disse que fora gerado por um jardineiro. Além disso, impediu o casamento de Teodorico com a filha de um rei visigodo, como Brunilda também era. Ela quis que os filhos ilegítimos do neto fossem abençoados por Columbano, o futuro santo, mas quando ele se recusou ela o expulsou do reino. Brunilda estava ansiosa por se livrar de outra mulher que ameaçava sua posição na corte. Com a ajuda de facções locais Brunilda conseguiu retirar o Bispo Desidério de Viena, que a enforcara com sua crítica à vida pessoal do rei, e mandou assassiná-lo. Talvez não tenha percebido que com essa conduta ela criara um mártir cuja memória seria mantida viva por seus inimigos.

Com sua influência no reino de Teodorico, Brunilda obteve o cargo de bispo para pelo menos quatro homens que a apoiavam, entre eles Gregório de Tours, o famoso cronista que jamais escreveu nada contra ela. Por fim, em 612 ela convenceu Teodorico a atacar o irmão. Ele conquistou a Nêustria e matou Teodeberto e seu filho, Meroveu. Então, como se tivesse sido punido por Deus, Teodorico morreu de disenteria. Mais uma vez Brunilda influenciou a sucessão ao ajudar o filho mais velho de Teodorico, Sigeberto II, a assumir o trono como o único sucessor de um reino unido. Ao ignorar o segundo filho de Teodeberto, Clotário, Brunilda rompeu a tradição merovingia de dividir a herança. Clotário persuadiu a aristocracia a aliar-se a ele e Brunilda, Sigeberto e seus irmãos foram executados. Clotário acusou

a bisavó de ter assassinado 10 reis. Talvez tenha exagerado a posição social das vítimas, mas com certeza subestimou o número de mortos. Por mais de meio século Brunilda exerceu o poder (não oficial), tanto secular como na Igreja, de autopreservação e defesa de seus descendentes. Seus métodos diferenciavam-se apenas em grau dos métodos dos reis e rainhas de sua época, porém, ela sobreviveu mais tempo.

A mulher leal de Pepino, Plectrude, tentou em vão eliminar o bastardo Martel aprisionando-o. Depois que seus dois filhos morreram, Plectrude apoiou os netos, ainda menores de idade, e conseguiu que um deles sucedesse o pai como prefeito do palácio em Nêustria e o outro a ter a mesma posição na Austrásia. Porém, Carlos forçou-a a entregar o baú que continha as riquezas de seu pai. Em seguida, impôs um rei rival, demonstrando ser o mais forte. Em 719 forçou a retirada de seu rival mais importante, o duque Odo da Aquitânia, para a região além do Loire e obrigou-o a entregar o Rei Chilperico. Um cronista mais tarde disse que Carlos então “gentilmente permitiu que ele ascendesse ao trono real”, desde que sob seu controle. Depois da morte de Chilperico, em 721, os últimos reis da dinastia merovíngia foram meros fantoches nas mãos do prefeito do palácio e ocuparam-se com a administração da justiça e de funções mais cerimoniais do poder, como a recepção de embaixadores estrangeiros.

No entanto, apesar de sua força militar, o fato de Carlos não ter afastado totalmente os reis merovíngios revelou que um reinado significava muito mais que apenas a supremacia da força física. Embora os reis fossem designados e manipulados pelo prefeito do palácio, eles detinham uma legitimidade sagrada transmitida por sua linhagem. Mas quando o Rei Teodorico IV morreu, em 737, ele não o substituiu e usurpou sua posição durante um interregno que durou até 743. Os territórios governados pelos reis não tinham uma delimitação precisa e mudavam sem cessar devido à hereditariedade, às guerras e às lealdades inconstantes dos governantes regionais. Um poder real fraco e disputado deu aos governantes de uma posição social inferior, os duques, condes e funcionários graduados, a oportunidade de se aliarem ao lado mais vantajoso para eles. Todos, cada um em seu nível, usaram o poder como se fosse uma propriedade privada que constituía a base de suas atividades. Por sua vez, os prefeitos do palácio também formaram sua dinastia; originalmente chamou-se dinastia pepínida, por ter sido criada por Pepino I (de Landen), e mais tarde passou a ser chamada de dinastia carolíngia, com a ascensão de Carlos Martel.

AS ORIGENS DA DINASTIA CAROLÍNGIA

Apesar da derrota dos exércitos rivais, após 721, Carlos Martel não pôde exercer o poder livremente na região do reino franco. Não só havia as intrigas habituais da alta nobreza e dos governantes vizinhos, como também na Aquitânia havia ameaças de invasões dos mulçumanos vindos da Espanha. Os mulçumanos avançaram em direção ao norte e saquearam Bordeaux e Poitiers.

Eles foram detidos perto de Tours pelo exército franco de Carlos Martel, em uma batalha conhecida na literatura como “Poitiers 732”, mas estudos acadêmicos recentes a situam um pouco mais ao norte de Tours, em 733 ou em 734. Ian Wood, o acadêmico que estabeleceu essa nova referência, também sugere que deram uma importância exagerada a essa batalha. A cristandade não foi poupada da extinção em “Poitiers”.

Os ataques dos mulçumanos deram a Carlos Martel uma chance de tornar-se o governante incontestável da Aquitânia; ele também fortaleceu seu poder na Provença e na Borgonha. Seus sucessos militares, é claro, causaram uma profunda impressão, e ele conquistou muitos seguidores leais e o apoio de pessoas, que ofereceram seus serviços sem dúvida com uma expectativa de aventura, recompensa e pilhagem das guerras. Além disso, como vitorioso ele podia exigir tributo das regiões conquistadas e de confiscar as terras para recompensar seus seguidores mais corajosos. Nem as propriedades da Igreja foram poupadas, o que o difamou entre a comunidade eclesiástica por ter roubado os rendimentos da Igreja.

De acordo com o estilo de um governante franco, embora apenas com o título de prefeito do palácio, Carlos Martel dividiu as regiões conquistadas entre seus dois filhos antes de morrer em 741. Carlomano herdou a região oriental, e Pepino III a região a oeste. Não há razão para supor que os irmãos não tivessem um convívio harmonioso na época, mas Grifo, filho de uma segunda mulher de Carlos Martel, reivindicou em vão uma parte significativa da herança. Segundo o costume franco, ele não podia ter sido privado da herança paterna, e os conflitos familiares somaram-se às frustrações reprimidas da nobreza em relação às regiões periféricas da Aquitânia e da Alemanha que Carlos Martel conquistara. Depois de anos de conflitos violentos, Carlomano ouviu um apelo divino e recolheu-se ao mosteiro de Monte Cassino, em 747, cedendo seu poder como prefeito do palácio ao seu irmão Pepino e ao seu filho.

É possível que a combinação de sucesso militar e de um governo poderoso tenha influenciado Pepino III a fazer a famosa pergunta ao Papa Zacarias, em 749: “se o fato de os reis dos francos exercerem ou não o poder, como acontecia à época, era uma circunstância favorável

ou negativa". O papa, segundo a versão dos francos, concordou que os francos deveriam depor Childerico III e proclamar Pepino rei. Em 754 o sucessor do Papa Zacarias, Estêvão II, cruzou os Alpes e consagrou Pepino, sua mulher Bertrada e seus filhos Carlos Magno e Carlomano como a nova dinastia governante dos francos. Em troca, o papa recebeu proteção para os territórios papais que formalmente ainda pertenciam ao Império Bizantino, mas que sofriam ameaças sistemáticas dos reis lombardos no norte da Itália. As desavenças teológicas entre Roma e Bizâncio, e as dificuldades que o Império do Oriente enfrentava para defender suas fronteiras contra ataques dos mulçumanos e dos abares, converteram a proteção dada aos estados papais pelo *basileus*, o imperador bizantino, em pura teoria.

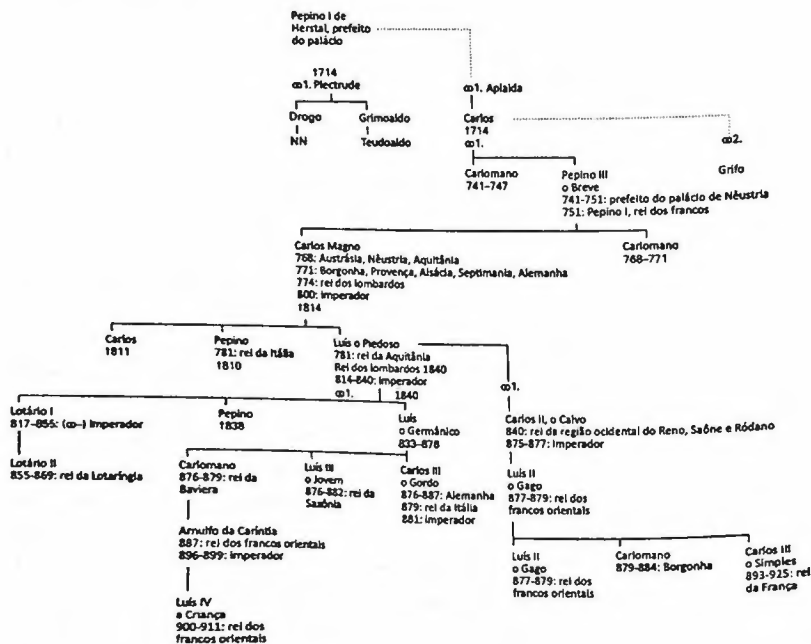


Figura 6.1 Árvore genealógica da dinastia carolíngia

A consagração do prefeito do palácio, Pepino III, como o Rei Pepino I, além de terminar com a ficção de um domínio merovíngio depois de 719, reconheceu a autoridade dos carolíngios. A partir de então eles poderiam se apresentar como protetores da Igreja de Roma, e o poder deles fora santificado e legitimado pelo ritual de consagração com óleos sagrados. Com

a ajuda da estrutura da Igreja, os reis carolíngios adquiriram uma posição superior à dos inúmeros duques e condes que, por ciúme, se aproveitaram das fraquezas dos reis para fortalecer suas posições. Em retrospecto, isso justificou a conquista dos bens eclesiásticos pelos prefeitos do palácio. Embora tenham precisado desses bens para recompensar seus guerreiros, por sua vez, eles fizeram diversas conquistas importantes para a Igreja. Os carolíngios tentaram encobrir a desonra da origem bastarda de seus descendentes e a morte violenta de vários herdeiros, assim como de seus *coups d'état*, com relatos de cronistas que descreviam um retrato mais negativo possível de seus predecessores merovíngios e, ao mesmo tempo, criavam uma imagem muito positiva de sua família. Essa abordagem ainda predomina na historiografia moderna.

A Igreja Apostólica Romana e os reis francos passaram a ter uma dependência mútua nessa relação especial de proteção em troca de legitimidade. Em uma cooperação próxima com os reis, Bonifácio convocou concílios eclesiásticos que proporcionaram uma estrutura sólida para a Igreja franca. Diante do papel exercido pelo clero como guardiães da cultura escrita latina, esse vínculo deu um reconhecimento adicional à herança clássica e um apoio importante para a expansão de mais formas institucionalizadas de governo.

O SÉCULO DOS CAROLÍNGIOS

Carlos Martel fundou uma nova dinastia de governantes poderosos que dominou regiões imensas da Europa ocidental, e cujo nome originou-se do dele: carolíngios. No império franco do Ocidente eles governaram como reis de 751 a 987, um período de quase 250 anos.

No Oriente, a dinastia carolíngia governou até o ano 911. O século entre o surgimento de Carlos Martel como prefeito do palácio em 714 e a morte de seu neto, o Imperador Carlos Magno, em 814, foi o período de maior expansão da dinastia. Assim como Carlos Martel, o reino de Pepino o Breve dividiu-se entre seus dois filhos, Carlomano e Carlos, após sua morte, em 768. Carlomano morreu três anos depois e, quando sua família fugiu para a Itália, Carlos tornou-se o único e incontestável rei dos francos.

O reino de Carlos o Grande, Carlos Magno (768-814), impressionou profundamente seus contemporâneos e gerações posteriores. Os historiadores da corte idealizaram a vida e os feitos de seu rei e imperador, e essa representação idealizada de Carlos Magno repercutiu nos séculos seguintes.

Um grande número dos governantes europeus tinha genealogias complicadas e elaboradas para “justificar” suas reivindicações de descendência.

É inegável que o reino de 46 anos de Carlos Magno causou um profundo impacto na história da Europa. A característica principal de seu governo foram as guerras e as conquistas agressivas e quase contínuas. Ele herdou muitos desafios de seus predecessores, os quais enfrentou com uma intensa determinação. Para começar, os papas fizeram reiterados pedidos de proteção. Em 774 Carlos Magno atacou o rei dos lombardos a pedido do Papa Adriano I, que temia as ameaças do governante lombardo e a usurpação dos territórios papais. Carlos Magno conquistou o reino dos lombardos e instalou nele os francos e alamanos como colonos e administradores. Mas as características peculiares da região, com sua cultura rica e antiga, mereciam uma consideração especial e, em 781, Carlos Magno transformou-o em um reino semiautônomo sob o domínio de seu filho ainda criança, Pepino o Corcunda. Mais tarde Pepino da Itália conquistou os territórios bizantinos ao redor de Veneza e de Istria, provocando um conflito com o imperador em Constantinopla.

Em razão de problemas internos o imperador não conseguiu manter suas antigas reivindicações. Em 787 o ducado lombardo de Benevento, localizado na região central e sul da Itália, foi obrigado a pagar um tributo anual aos francos que, apesar de nunca o terem conquistado, conseguiram estender sua esfera de influência para essa região, o que enfraqueceu ainda mais a posição bizantina.



Mapa 6.1 O império de Carlos Magno

O ano de 772 marcou o início de uma série de guerras violentas de cunho religioso contra os saxônios, que se prolongou até 804. As vitórias dos francos foram seguidas por rebeliões dos saxônios, causando represálias sangrentas como o massacre de 4.500 prisioneiros em Verden (perto de Bremen), em 782. Dez anos depois uma nova revolta resultou na maciça deportação de saxônios para outras regiões do reino franco, sobretudo para a Baviera, onde depois colonos francos e eslavos instalaram-se. No sul da Alemanha os francos atacaram os ba[iu]varii (bávaros), cujo duque, Tassilo, tentara expandir seu domínio para o sul e o leste. Depois de uma rebelião em 757 o Rei Pepino obrigou-o a fazer um juramento solene de fidelidade como um vassalo, jurado sobre muitas relíquias sagradas. Em 788, Carlos Magno puniu a violação desse juramento com a deposição do duque, que foi obrigado a retirar-se para um mosteiro, e com a incorporação da região ao reino franco. Da Baviera, os francos entraram na Panônia, na atual região oriental da Áustria, onde os abares haviam se estabelecido. Durante sucessivas campanhas em 791, 795 e 796 os abares sofreram vários ataques dos francos, e suas riquezas fabulosas no “anel”, a residência circular do câ, foram capturadas. Nesse local os francos criaram uma região fronteiriça, Ostmark, que deu origem mais tarde ao ducado da Áustria.

As expedições à Gália realizaram-se em regiões periféricas que nunca haviam sido completamente subjugadas pelos francos: Britânia, Septimania (a área entre Narbonne e os Pireneus) e Aquitânia. Em 781 Carlos Magno concedeu à Aquitânia e à Lombardia o *status* de reinos independentes, e proclamou seu filho Luís rei da Aquitânia, assim como fizera com o filho Pepino na Itália. Diversas alianças entre governantes locais e rivais mulçumanos realizadas na década de 720 provocaram o massacre da retaguarda do exército de Carlos Magno no desfiladeiro de Roncevalles em 778, mencionada ligeiramente em anais do século IX, como em *Vita Karoli Magni*, biografia de Carlos Magno escrita por Einhard, e que deu origem no século XI ao poema épico *Canção de Rolando*. Ataques realizados em 801 e em anos posteriores terminaram com a conquista da região ao redor de Barcelona, Tarragona e Ebro, onde foi estabelecida a Zona Fronteiriça espanhola.

Carlos Magno foi sem dúvida um líder poderoso que, como seus antepassados Carlos Martel e Pepino o Breve, usou suas qualidades pessoais para expandir o poder da dinastia carolíngia de uma forma extraordinária. Não havia grandes progressos tecnológicos por trás de seus sucessos. Alguns escritores alegam que a superioridade militar dos francos pode ser atribuída às suas armaduras pesadas e ao início do uso do estribo. Outros mencionam os confiscos maciços de terras e sua redistribuição para recompensar os guerreiros por seus feitos corajosos e que resultaram na expansão do exército. Além disso, a concessão de terras e a criação de vínculos

de dependência pessoal interligaram-se no que alguns historiadores chamaram de contrato “feudo-vassálico”. Todos esses fatores exerceram sem dúvida um papel, mas durante o século VIII eles não causaram mudanças expressivas que poderiam ter sido responsáveis pelos sucessos dos três governantes carolíngios. Da mesma forma, a desintegração do imenso império de Carlos Magno nos séculos IX e X não pode ser explicada pelas mesmas razões técnicas e militares ou circunstâncias organizacionais. O fator pessoal, portanto, deve ter exercido um papel decisivo. De 714 a 814 três líderes excepcionalmente fortes e carismáticos que se sucederam um após outro, conseguiram obter um grande apoio e seus sucessos foram um enorme estímulo para guerreiros ambiciosos. Quando as pilhagens das guerras eram divididas entre os governantes francos, seus seguidores esperavam ser recompensados generosamente, porém, essa recompensa dependia de uma campanha bem-sucedida a regiões conquistadas que pudessem ser uma fonte de renda para os guerreiros e os oficiais.

Parte das terras que os governantes carolíngios davam a seus guerreiros originava-se, um pouco sob pressão, de propriedades do clero. As recomendações do concílio Germânico, o concílio eclesiástico convocado por Carlos Martel em 742 ou 743, constituíram o primeiro texto que revelou o *modus vivendi* dos carolíngios e da Igreja franca. A posição dos governantes carolíngios lhes permitia pedir à Igreja que colocasse terras à disposição dos guerreiros, desde que os direitos da Igreja fossem reconhecidos com compensações monetárias.

Muitas instituições eclesiásticas recebiam dízimos de propriedades que pertenciam ao reino ou de outras fontes de receitas. Esse *decima regalis* (dízimo real) não deve ser confundido com o dízimo comum da Igreja (ver Capítulo 4). As concessões de terras chamavam-se *precaria* *verbo regis* (“pedidos [de terras] pela palavra do rei”). As terras eram concedidas como um benefício a pessoas escolhidas pelo rei em razão dos serviços prestados.

Com as constantes guerras e sucessos de Carlos Martel, Pepino III e Carlos Magno o império carolíngio conseguiu conquistar uma grande extensão territorial e mobilizar exércitos imensos. A partilha das novas terras atraía mais guerreiros e, assim, o império reunia exércitos de milhares de homens. Esses exércitos compunham-se basicamente de cavaleiros fortemente armados e cujo equipamento foi aperfeiçoado ao longo dos séculos VIII e IX com a introdução da espada, do estribo, da sela com assento acolchoado e armaduras metálicas. A existência de vários filões de minério de ferro explorados por uma tradição sofisticada de artesãos desde o período celta na região entre o Reno e o Meuse, o núcleo dos extensos domínios carolíngios, foi importante para a fabricação de peças

metálicas. A armadura maleável confeccionada com pequenos anéis de ferro foi uma invenção dos francos, e Carlos Magno promulgou diversos regulamentos a fim de proibir sua exportação. Mas, é claro, essa vantagem técnica e o uso exclusivo de armaduras metálicas não podiam ser mantidos em segredo por muito tempo nos campos de batalha, e um só fator não explica a superioridade dos francos.

A cavalaria fortemente armada formou o núcleo de todos os exércitos da Europa ocidental até o século XIV, em contraste com a superioridade da infantaria na Antiguidade e sua renovada importância depois de 1300. A importância militar dos cavaleiros não se limitava aos exércitos, porque em pequenas formações eles podiam mostrar sua superioridade na rapidez, nas armas e na força contra camponeses ou tropas irregulares. Na economia agrícola com uma produtividade muito reduzida, característica da baixa Idade Média, equipar esses guerreiros e fornecer seus cavalos representava uma carga pesada para os poucos meios disponíveis. Nas áreas onde era impossível produzir ferro, ele tinha de ser comprado com o reduzido suprimento de dinheiro ou com algum excedente de produção. Além disso, esse custo exigia o aporte de grandes propriedades rurais para equipar e manter guerreiros a cavalo.



Ilustração 6.2 Estatueta equestre de bronze de Carlos Magno, com a coroa e o orbe imperiais

Os reis podiam usar sua autoridade para convocar súditos livres para a guerra e, portanto, em teoria, no final do século VIII o número de súditos livres que podia ser convocado era de uns 100 mil homens. Originalmente, todos os homens livres comuns eram sujeitos ao serviço militar. Na prática isso significava que, devido à vasta extensão do império e à lentidão das comunicações, o recrutamento só podia ser realizado em âmbito regional. Como vimos no Capítulo 5, no início do século IX Carlos Magno limitou o serviço militar aos vassallos reais, assim como aos homens livres que possuíam mais de quatro hectares (*mansi*) de terras. Todos os outros homens livres comuns tinham de dar *adiutorium* ("ajuda"), ou seja, contribuir para o equipamento do guerreiro. Ao mesmo tempo foram definidas normas referentes à qualidade do equipamento e ao abastecimento de exércitos em marcha.

PATRIMÔNIO E ESTADO

Honra e Sangue

É um lugar-comum dizer que nas sociedades tradicionais as relações de consanguinidade são os meios mais universais e óbvios de unir as pessoas e organizá-las em uma hierarquia, assim como em uma rede potencial de apoio. O grau biológico de parentesco, idade e sexo é culturalmente avaliado para determinar a importância da posição das pessoas. Além da consanguinidade, o parentesco em um sentido mais amplo de inter-relação entre parentes por afinidade ou casamento também é importante. No início da sociedade medieval o nome de um antepassado ilustre era mantido por seus descendentes e louvado em sua honra.

A honra era o reconhecimento dos membros de uma comunidade do valor atribuído à posição de uma pessoa. A alta posição social podia basear-se na descendência, riqueza ou realizações. Na melhor das hipóteses havia três componentes que coincidiam. Cada vez mais, a propriedade de terras era uma condição necessária para um guerreiro adquirir material ou equipamento. Nas sociedades marciais as características necessárias eram coragem, força e sucessos militares. Isso causou o enriquecimento e o aumento das tropas do exército atraídas pela fama e pela partilha das pilhagens. De modo similar, o direito de sucessão determinava a herança da terra, mas, ao mesmo tempo, essa divisão sucessória era uma fonte essencial do sentimento de solidariedade entre os guerreiros. A posse de bens e a fama também eram transmitidas por relações de parentesco.

É compreensível, portanto, que a competição pela honra, riqueza, terras e poder fosse incorporada aos laços familiares. Em razão de as famílias dos governantes terem uma tendência acentuada de perpetuar uma posição he-

gemônica por meio da herança, o parentesco entre membros da realeza co-determinava o destino dos súditos de um rei. Segundo Gregório de Tours, autor de obras da segunda metade do século VI, as tragédias históricas se passam em torno do leito de morte do monarca. Não só os filhos, mas também suas mães com seus aliados e parentes disputam uma parte da herança e, por conseguinte, do reino. No entanto, sob os merovíngios e os carolíngios os territórios tornaram-se bem definidos e eram designados por seus nomes (a exemplo da Austrásia, da Nêustria, da Borgonha). Essa foi a base de divisões territoriais subsequentes e heranças. De acordo com uma regra dos francos, como o patrimônio era dividido entre os filhos, isso teria consequências na sucessão dos reis. É óbvio que essa regra com frequência resultou em redistribuições de regiões de controle e em lutas violentas entre irmãos.

Em muitas sociedades bárbaras, tanto sedentárias quanto nômades, as famílias e não as pessoas é que se confrontavam em conflitos nos quais a honra e a integridade física eram defendidas com uma oposição ferrenha. Um insulto ou uma injustiça infligido a uma pessoa era um sentimento profundo também infligido à sua família inteira. Diante da honra ofendida, a família inteira sentia-se justificada a compensar o dano impondo um prejuízo proporcional ao culpado da ofensa ou da injustiça, ou a um membro de sua família. Nos casos mais amenos essa compensação era feita com um pagamento em dinheiro chamado *wergeld* (no sentido literal, “dinheiro do homem”). Dependendo do *status* da vítima e da natureza da ofensa cometida, a lei e o costume vigentes fixavam o preço que as famílias prejudicadas julgariam correto receber como compensação. As leis consuetudinárias de diversos reinos bárbaros, compiladas na legislação romana em latim, contêm resumos detalhados das recompensas para cada nível admissível de agressão física. No início, os reinos francos tinham preços diferentes para os “romanos” (isto é, nativos da Gália) e para os francos; para os anglo-saxões o valor da compensação da vida de um nobre era de 1.200 *solidi* (xelins; nome do antigo padrão de moedas de ouro romanas) e de um homem livre comum em 200 *solidi*. O proprietário era compensado pela vida de um escravo.

Quando as famílias não chegavam a um acordo a respeito da compensação e, em represália, havia atos de vingança, a situação evoluía para um conflito. A fim de preservar sua honra, as famílias brigavam até o limite da resistência. Só, então, definiam o prejuízo de ambas as partes. Assim que se reconciliavam, as duas famílias passavam a viver em um clima de amizade, porque não havia mais motivo de se recriminarem. A paz então reinava entre elas, mas se a paz fosse rompida o rei impunha castigos severos. O governante não intervinha na briga; atos de vingança eram um direito dos homens livres, suas famílias eram mutuamente responsáveis, e a injustiça e a recompensa eram assuntos privados. Até a Igreja aceitava circunstâncias

atenuantes no caso de homicídio culposo por vingança. Por questões de ordem pública, os reis carolíngios e anglo-saxões estabeleciam limites no envolvimento de parentes em uma briga familiar. No entanto, demoraria séculos para que a ordem fosse imposta nesses casos.

Vassalos e Benefícios

Em seu relacionamento com a aristocracia franca os reis carolíngios deliberadamente intensificaram os laços não familiares de lealdade e dependência pessoal. Um desses vínculos mais importantes foi a relação de vassalagem. Fontes do período merovíngio mencionam a palavra *vassus* (no plural, *vassi*) referindo-se aos membros dependentes de posição social mais inferior da corte. A palavra foi usada com frequência no final do século VIII até o século XI. Apesar do significado ambíguo, ela referia-se sempre aos homens livres submissos a um senhor ou *senior* (*seigneur*). A relação de vassalagem implicava uma dependência mútua: o vassalo prestava serviços e apoiava seu senhor, ao mesmo tempo em que o senhor o protegia e apoiava. Como recompensa, os vassalos recebiam uma armadura e uma parte das pilhagens das guerras. Mais uma vez, dois tipos de autoridade suprema foram mencionados – as instituições eclesásticas e os reis. Entre 801 e 813 Carlos Magno promulgou um decreto (capitular) referente a cinco casos em que um vassalo poderia extinguir seu juramento de fidelidade ao seu senhor, o que revela uma relação que estabelecia condições para ambas as partes e que poderia ser rompida. Nessa época o termo *vassi dominici*, que significava os vassalos do rei, referia-se a uma categoria especial de *fideles*, isto é, homens ligados ao rei por um juramento especial.

Existem poucos relatos datados dos séculos VIII e IX que descrevem em detalhes a submissão de um vassalo do rei ao seu senhor. Todos os relatos mencionam situações políticas complicadas, em que depois de uma rebelião, em meio a uma grande cerimônia e diante de muitas testemunhas, o vassalo era humilhado e tinha de prestar novo juramento de fidelidade ao vitorioso. A fim de garantir que todos os detalhes se fixassem na memória das pessoas presentes, realizavam-se diversos rituais, entre os quais um em que a pessoa subjugada ajoelhava-se e colocava as mãos nas mãos do senhor. O juramento acrescentava um elemento adicional de ratificação porque, segundo o costume dos francos, ele concluía uma reconciliação formal. Foi dessa forma, por exemplo, que Pepino o Breve tratou o rebelde Duque Tassilo da Baviera em 757, que na ocasião se ofereceu ao rei na condição de *vassaticum*. Porém, esse é um caso atípico, e na prática esse costume assumiu diversas formas, assim como houve situações diferentes nas quais se prestavam juramentos de fidelidade ou se solucionavam conflitos.

Além das relações de vassalagem, os carolíngios basearam seu poder na redistribuição de direitos de propriedade, em que o apoio eclesiástico foi

indispensável, porque a Igreja forneceu uma reserva quase inesgotável de terras. No entanto, embora a Igreja na baixa Idade Média fosse uma grande proprietária de terras, essa propriedade não deve ser vista em termos do direito de propriedade não segmentado e exclusivo moderno por três razões. Primeiro, a maioria das terras da Igreja era cedida por períodos indeterminados e em diversas condições para todos os tipos de pessoas, desde os senhores poderosos a pequenos camponeses. Quanto mais tempo durasse a posse da propriedade, mais forte se tornava o domínio sobre a terra. Leis comuns verbais determinavam que uma pessoa que trabalhasse em um lote de terra por um tempo considerável só poderia ser expulsa por um bom motivo. Assim, por exemplo, se uma pessoa recebesse uma propriedade em caráter vitalício, havia uma tendência natural de transmitir a propriedade a um herdeiro, a menos que houvesse razões especiais para não agir desse modo. Se a terra estivesse nas mesmas mãos a vida inteira e se o arrendatário fosse um homem livre, então com o consentimento da comunidade local a propriedade seria transmitida aos seus filhos. Segundo, muitas, ou a maioria, das pessoas piedosas que doavam terras para a Igreja faziam a doação com a cláusula de usufruto, ou seja, não apenas para si mesmas, mas também para gerações subsequentes. Terceiro, os camponeses livres comuns também às vezes doavam pequenas áreas de terras que possuíam para a Igreja, com a esperança de que ela os protegesse dos aristocratas gananciosos. Em seguida, pediam o retorno da posse, para que pudessem viver e trabalhar em suas terras o resto da vida. A Igreja consentia em devolver a posse, talvez mais por motivos de caridade do que ganância. A forma com a qual a Igreja concedia terras chamava-se *precária* ou *beneficium* (benefício); a primeira palavra significava “[humilde] pedido”, e a última referia-se ao resultado: um benefício ou um favor concedido. Assim, as terras que formalmente pertenciam à Igreja aos poucos se transferiram para pessoas laicas por um longo período de tempo. Tentativas de reverter essa situação foram uma questão vital no movimento de reforma gregoriano no século XI e na sua luta pela “Liberdade da Igreja” (Capítulo 8).

Quase tudo o que sabemos a respeito dessas transferências de terras pela Igreja ou pelos reis provém de fontes preservadas escritas, uma arte pouco praticada na época.

Os reis francos da dinastia merovíngia tinham o hábito de reservar algumas áreas das propriedades do reino para funcionários da corte e condes, que exerciam sua autoridade sobre essa parte específica da propriedade. Nesse sentido, as concessões de terras tornaram-se uma compensação pelo exercício da função, uma vez que na economia da baixa Idade Média esse era o método de recompensa mais eficiente. Sob os carolíngios, algumas propriedades do reino associaram-se a funções específicas, em especial a

dos condes, e em teoria eram colocadas à disposição de quem detinha a função só por um período limitado. Entretanto, quando o reino enfraqueceu-se, como aconteceu no final do século IX e no século X, as propriedades periféricas em especial tornaram-se propriedades hereditárias das famílias dos condes, e uma circunstância temporária evoluiu para um costume fixo e depois para reivindicações legais de amplas consequências.

Essa evolução, é claro, enfraqueceu a posição do rei em relação à aristocracia, cujas propriedades tinham uma concentração regional. As terras poderiam ter se transformado em meios universais de troca, mas por sua natureza intrínseca elas são um bem fixo. Em uma sociedade com um nível baixo de comercialização, as terras em geral pertenciam ao governante local ou à Igreja, embora, em especial ao sul do Rio Loire, pequenos proprietários livres mantiveram suas terras. Devido à produção agrícola extremamente reduzida na maioria das regiões na baixa Idade Média na Europa ocidental, a propriedade de terras não constituía uma base adequada para a centralização do poder, ao contrário das áreas de clima mais quente no Mar Mediterrâneo, no sul da China e na América Central, onde a centralização de poder foi resultado da produção agrícola maior.

Porém, a concessão sistemática de terras no período carolíngio, seja de propriedade da Igreja, seja de domínios dos reis ou de territórios conquistados, explica por que no final do século VIII as referências a *vassi dominici* aumentaram. Isso significa que duas instituições discutidas neste capítulo, a vassalagem e o benefício, vinculavam-se não ainda estruturalmente ou de uma maneira sistemática, e, sim, quando as circunstâncias de que nem sempre temos conhecimento eram favoráveis ou impositivas. Essa nova relação feudo-vassálica foi usada em todos os níveis da aristocracia, começando com o rei, mas sua essência foi sempre a mesma: unir dois homens livres de posição social desigual em uma relação de dependência mútua, em que um beneficiava o outro ou prometia fazê-lo.

Essa relação envolvia fidelidade mútua, proteção, consenso sobre uma fonte de renda concedida por uma pessoa de posição social mais elevada ou "sênior" em troca de serviços prestados por pessoas de nível social inferior (em geral militares), conselho e ajuda. Os serviços em troca de proteção tinham de envolver a confiança de ambos os lados, o que significava que tanto o senhor quanto o vassalo poderiam contar um com o outro em uma emergência.

No período carolíngio era comum conceder benefícios aos vassalos em termos de terras, e só muito mais tarde as relações entre vassalos e senhores evoluíram para concessões de *feodum* ou "feudo" e de outros bens: cargos, domínios, fontes de receitas monetárias como tributos, ou grandes somas de dinheiro pagas por um bem valioso. No entanto, essas relações feudo-vassálicas alternativas difundiram-se apenas no século XI. Só então elas

evoluíram para o “sistema feudal”, no qual se baseava o exercício do poder do “Estado”. Esse sistema feudal caracterizou-se pela concessão de funções públicas administrativas (em especial as de conde, duque e margrave) ou propriedades para vassalos do rei, que as administravam não de uma maneira burocrática, mas, sim, como feudos hereditários do rei. Nesse sentido, o feudalismo é uma forma de “mediação” do poder do Estado.

UM ESTADO INCIPIENTE

Porém, o império carolíngio foi um Estado? O medievalista francês Georges Duby disse em tom espirituoso que o império de Carlos Magno era “um vilarejo que se estendia para o universo”. Nossa visão do que aconteceu com esse império depende muito da avaliação da eficiência da administração do reino e, em particular, da capacidade dos condes e dos duques indicados para representar a autoridade do rei no vasto território do império, de agirem como funcionários públicos e de distinguirem entre o exercício do poder “público” e “privado”. Ironicamente, uma das maiores contribuições de Duby para a história medieval, a teoria da “revolução banal”, difere de uma descrição favorável da máquina administrativa do período carolíngio. Retornaremos a esse tema no Capítulo 7.

No entanto, ninguém pode negar que era preciso uma determinada institucionalização para consolidar os sucessos militares. Carlos Magno cercou-se de clérigos que, apesar da natureza rude dele, lhe mostraram alguns aspectos refinados da vida. O clérigo mais proeminente foi o erudito anglo-saxão Alcuíno, que fora chamado à corte de Carlos Magno para ensinar o rei. Alcuíno também foi um dos conselheiros que elaboraram teorias sobre a monarquia cristã e o governo imperial. Essas teorias baseavam-se em parte nos modelos clássicos romanos e no Antigo Testamento. Um rei cristão era o protetor da fé escolhido por Deus, o que pressupunha sua intervenção nos assuntos da Igreja e a realização de atividades políticas seculares sob a égide de Cristo. A ideia de um novo império romano cristão ficou clara a todos os súditos com as novas *denarii* de prata que Carlos Magno mandara cunhar após sua coroação imperial. No verso dessas moedas havia uma cruz dentro ou no alto de um templo clássico, com a legenda *CHRISTIANA RELIGIO*, e no anverso a efígie do imperador vestido, como seus ilustres predecessores da Antiguidade tardia, com uma toga e ostentando uma coroa de louros; na inscrição ao redor da moeda liam-se as palavras *KAROLUS IMPERATOR AUGUSTUS* (“Carlos, o augusto imperador”).

A coroação imperial de Carlos Magno foi uma repetição, em um nível mais elevado, dos acontecimentos de 750-751, quando Pepino foi consagrado

rei. Em 799 o Papa Leão III foi a Paderborn pedir ajuda a Carlos Magno para enfrentar uma facção da aristocracia romana, de cujas intrigas ele escapara por pouco. Essa foi a oportunidade para Carlos Magno evocar o princípio formulado em 749: “aquele que exerce a autoridade de um *rex* merece o título de *rex*”. Como um verdadeiro imperador romano, ele não impusera sua autoridade sobre todos os territórios cristãos, ou pelo menos nos territórios do Ocidente? Com seu poder ele não era um protetor indispensável da Igreja? Quando Carlos Magno partiu para Roma no outono do ano 800 para restaurar a autoridade do papa, ele demonstrou sua eficiência como protetor da Igreja e, assim, igualou-se ao imperador bizantino. Na cerimônia de sua coroação na Igreja de São Pedro no dia de Natal, o papa “coroou-o” imperador diante da aclamação do povo romano, que confirmou sua designação. A partir de então, essa cerimônia seria mantida até o final da Idade Média.



Ilustração 6.3 O trono imperial na capela do palácio de Carlos Magno em Aachen construída nos anos 798-815. A abóbada octogonal, apoiada por colunas trazidas da Itália, representava a *translatio imperii* dos romanos para os francos.

Sem dúvida os carolíngios preocupavam-se muito com a propaganda de seus feitos e atividades, o que resultou em mais trabalhos literários e ar-

tísticos no período do império do que nos séculos anteriores e posteriores. Esses trabalhos ainda orientam os historiadores em suas interpretações. Entre eles estão os anais reais nos quais os acontecimentos mais importantes do ano eram registrados e a biografia de Carlos Magno, escrita pelo nobre erudito Einhard, conselheiro de seu filho e sucessor Luís o Piedoso. Seguindo o modelo de Suetônio em *Vida dos Doze Césares* (c. 125), Einhard afirmou que “durante todo o seu reino Carlos julgou que não havia nada mais importante que restaurar... a antiga glória da cidade de Roma”. A capela do palácio em Aachen, com sua abóbada construída sobre uma base octogonal, inspirou-se em diversos modelos arquitetônicos, como a Basílica de San Vitale, na antiga cidade imperial de Ravena e no Palácio Lateran, em Roma. Colunas de mármore, capitéis e mosaicos foram levados da Itália para Aachen, a fim de dar um antigo esplendor à nova igreja. A partir do ano 800, Aachen tornou-se a residência real mais importante e a capital simbólica do império revivido, uma rival – na realidade, rival muito pequena para Roma. Manuscritos ricamente ilustrados foram produzidos na corte de Carlos Magno e de Luís o Piedoso. Um novo estilo de escrita claro e simples com o surgimento da minúscula carolíngia foi uma evolução do sistema de escrita romano. Com o incentivo de Alcuíno e de outros eruditos que ele trouxe da Itália, da Irlanda, da França, da Saxônia e da Espanha, Carlos Magno estimulou o estudo do latim. Antigos textos foram copiados e estudados com o objetivo de ter uma compreensão mais correta da religião cristã.

O palácio do rei abrigava sua família, serviçais, acompanhantes e alguns funcionários que estavam sempre se deslocando para as várias regiões do império. Aachen nunca se tornou uma capital fixa do império carolíngio, assim como nenhuma das residências imperiais posteriores, uma mobilidade que deixou traços na atual Alemanha. Como o rei estava sempre fazendo expedições militares nos meses adequados para empreender guerras, não havia motivo de ter uma residência fixa. Além disso, a presença do rei era essencial em diversos lugares do império, para que sua autoridade fosse respeitada. A terceira razão era meramente prática: sempre que possível, o rei e sua comitiva hospedavam-se nos mais de 200 palácios, a fim de explorar seus rendimentos no local. Em uma economia baseada no sistema senhorial com um comércio reduzido, era mais simples incentivar o deslocamento dos consumidores do que centralizar a produção agrícola. A palavra latina *palatium* deu origem à palavra “palácio”, e a alemã *Pfalz*, ao prédio central de um domínio real que era o local de parada preferido de um rei itinerante e sua corte.

Um dos meios tradicionais de exercer o poder era o juramento de fidelidade, que a partir de 789 (e de novo depois de uma rebelião em 792) foi exigido pelo rei a todos os súditos masculinos livres acima de 12 anos de idade. Em 802 o imperador determinou que nesse juramento de fidelidade a

ele, “um homem deveria jurar fidelidade ao seu senhor”. Em 805 surgiu uma exigência mais exclusiva na relação de fidelidade; além de jurar fidelidade ao imperador, um homem livre só poderia jurar fidelidade ao seu senhor. Os juramentos de fidelidade eram meios típicos de exercer o poder em uma sociedade com uma cultura de escrita limitada. Os vínculos de fidelidade eram diretos, pessoais e em grande parte verbais. Um juramento era feito com a mão sobre um objeto sagrado, como uma relíquia ou as Escrituras. Romper um juramento provocava sanções divinas, além de uma punição judicial severa por perjúrio. Nesse império tão extenso, o rei, é óbvio, não podia mais administrar todos esses juramentos pessoalmente e era representado por seus funcionários nos vários territórios. Isso marca o início da tradição do juramento que uma pessoa presta antes de assumir uma nova função onde, em muitos lugares, a fórmula “fidelidade ao rei” ainda aparece.

Paralelas a esse exercício de poder, a chancelaria, as medidas administrativas e a legislação, a assembleia geral e a escola do palácio configuraram formas iniciais de instituições do Estado independentes da pessoa do rei. Os reis merovíngios encarregavam uma instituição eclesiástica de executar a maior parte de seus trabalhos escritos, ou incumbiam uma pessoa a quem se destinava o documento de prepará-lo. Uma chancelaria permitia que o rei concluísse mais trabalhos escritos sem ajuda externa, e de criar um arquivo que lhe proporcionava um controle mais próximo de suas atividades. Os reis merovíngios tinham uma chancelaria com notários laicos, porém, mais tarde os escribas foram predominantemente clérigos que trabalhavam direto com o rei ou com o imperador. Uma atividade muito importante da chancelaria era promulgar diversos capitulares, decretos reais ou imperiais, divididos em capítulos separados ou seções, nos quais os regulamentos administrativos e legislativos eram registrados. Com frequência, esses documentos formavam um relatório escrito de cláusulas aprovadas verbalmente e decretadas pelos homens mais poderosos de um território em sua assembleia geral anual (chamada de Campo de Março ou Campo de Maio; depois de 755, a reunião passou a ser realizada em maio). Nesse contexto a palavra falada tinha o poder de lei. A declaração pública exprimia consenso e, ao mesmo tempo, impunha a todos os presentes o dever de cumprir o que fora deliberado. Os capitulares serviam em primeiro lugar como uma espécie de *aide-mémoire* para a chancelaria e para os *missi dominici*, os emissários que eram enviados a todas as regiões do império do rei, a fim de se certificarem de que as regras estavam sendo obedecidas. Esforços exaustivos a fim de criar uma sólida instituição do Estado de acordo com o modelo romano foram empreendidos em relação à divisão territorial e às funções que pertenciam a esses territórios. Carlos o Calvo usou o Codex Teodosiano, assim como muitos outros usuários, inclusive a Igreja, durante o século IX. Em

razão de o império ser tão extenso os reis e imperadores precisavam delegar sua autoridade. Já mencionamos a criação em 781 dos reinos da Lombardia e da Aquitânia, governados respectivamente por Pepino e Luís, os filhos mais jovens de Carlos Magno. Já falamos também da região de Marche, as áreas de fronteira com uma administração militar forte, como a Zona Fronteiriça espanhola e a Zona Fronteiriça oriental, assim como os bretões, os dinamarqueses e os friulanos. Os 400 condados (*comites*) tinham uma importância vital. O título de conde (*comes*) data do império tardio, bem como o título de *dux* (duque) atribuído aos proprietários de grandes territórios estrategicamente localizados, como a Baviera.

Os condes tinham a função básica de representar a autoridade do rei em sua região, de administrar justiça em seu nome, de presidir a assembleia geral, convocar guerras e garantir que os capitulares fossem cumpridos. Em troca, uma parte dos domínios do rei em sua região ficava à sua disposição. A maioria dos condes era de nacionalidade franca, mesmo em regiões de composição étnica diferente, aparentemente devido aos antecedentes comuns de lealdade. Os emissários e bispos enviados juntos como inspetores, *missi dominici*, eram responsáveis por verificar as atividades e tarefas dos condes.

A objetivação evidente dessa organização era sem dúvida resultado dos esforços empreendidos sob o mote reiterado de *renovatio*, o de restaurar o Império Romano sob uma forma cristã, baseado em um novo estudo da história, da legislação e da literatura romanas por clérigos cultos da corte. Em prática esse projeto ambicioso era inviável, porque as circunstâncias materiais dos séculos VIII e IX impossibilitavam alcançar os resultados obtidos no século IV. Nesse sentido, devemos interpretar os capitulares como decretos com os quais os reis e imperadores tinham a expectativa de mudar uma realidade inexequível. Mas, na verdade, os capitulares refletiam essa realidade. Os capitulares decretavam que os condes não podiam caçar se precisassem presidir uma sessão do tribunal; não podiam ficar bêbados no exercício de sua função; não podiam aceitar presentes de partes litigantes envolvidas em julgamentos; não lhes era permitido chantagear proprietários de terras com a ameaça de impostos ou serviço militar, e assim por diante. Em 810 Carlos Magno usou um capitular para denunciar o alcoolismo, falta de piedade, deserção resultante da formação de gangues e de bandidos; e, por fim, o imperador de 62 anos promulgou um decreto que dizia que, “as pessoas têm de obedecer imediatamente as ordens do imperador”. Em resumo, uma ótima lista de práticas cotidianas.

Na análise dos fatores que uniram o império carolíngio é preciso ter mais uma vez em mente a extraordinária importância da interdependência com a Igreja. Durante a baixa Idade Média a Igreja era a organização mais desenvolvida na Europa ocidental e a única a ter membros letrados. O apoio do clero

era essencial para os governantes na época por razões técnicas e ideológicas, visto que foi o clero quem deu aos carolíngios os meios perfeitos para criar um novo império sob o modelo romano. Na Gália merovíngia havia domínios episcopais nas *civitates* onde os bispos tinham o direito de nomear condes, ou de exercer a função deles. Porém, essa situação era perigosa porque os bispos com facilidade viam-se envolvidos em lutas cruéis por poder. No império franco a posição autônoma dos bispos converteu-se em um grande problema e sob os carolíngios a maior parte dos domínios episcopais perdeu sua imunidade. Mas eles não tiveram dificuldade em indicar bispos como “condes emissários”. Em suma, uma prática que nascera de uma necessidade nunca desapareceu na Idade Média. A existência de detentores de uma função espiritual elevada com autoridade temporal foi uma característica estrutural da Igreja medieval. Nos séculos X e XI os reis alemães fariam do envolvimento dos bispos no governo do país o alicerce de sua política. Os principados episcopais continuaram a existir no Sacro Império Germânico até 1806.

Sempre que nos referimos ao Estado, ao reino e ao império carolíngio esses termos não devem ser vistos sob uma perspectiva anacrônica. Nas línguas alemãs e romanas do dia a dia não havia uma palavra para definir um conceito abstrato como Estado. As relações de poder ligavam-se a uma pessoa de maneira concreta e direta. Só no reinado de Luís o Piedoso os eruditos da corte descobriram a expressão de origem latina *res publica* (no sentido literal, assunto público). Mas o conceito não exprimia a realidade das estruturas do governo carolíngio. Existe um número expressivo de decapitações de condes acusados de alta traição, uma concepção típica da legislação romana introduzida pelos eruditos da corte. As tentativas de criar instituições públicas foram abandonadas após poucas gerações. Em muitos aspectos, a estrutura do Estado limitava-se à corte e a uns 100 funcionários que lutavam para impor leis na extensa área que se estendia do Ebro ao Oder, e a grandes regiões da Itália. Em uma economia baseada na produção das propriedades rurais e com uma circulação monetária muito reduzida, a tarefa de impor uma unidade administrativa na diversidade confusa de pessoas que pertenciam a culturas e níveis de desenvolvimento diferentes era inexequível.

A Ficção de um Império Unificado

Em 806 Carlos Magno preparou sua sucessão. Segundo o costume franco ele dividiu o reino entre seus três filhos. Dois deles, no entanto, morreram antes do pai e o império continuou monocrático. Ainda em vida Carlos Magno tornou Luís, seu único filho sobrevivente, um “parceiro no nome imperial”, como os Anais do Reino Franco especificam. Ele foi coroado pelo pai em Aachen em 813, um acontecimento que pode ser interpretado como um insulto ao papa. Mesmo assim o Papa Estêvão foi à França em 816 para

consagrar Luís em Reims. Durante os anos iniciais de seu reinado, Luís o Piedoso dedicou-se a proteger as instituições da Igreja, do papado ao clero local, perante os senhores seculares superpoderosos. Em 817 ele também fez preparativos para sua sucessão, e mais uma vez o império dividiu-se entre seus três filhos. O imperador era considerado uma unidade indivisível. Seu filho mais velho, Lotário, foi proclamado coimperador e único herdeiro da dignidade vinculada à autoridade do pai, e em 823 ele foi consagrado e coroado pelo papa. Os outros irmãos receberam o título de rei sob a suserania do imperador: Pepino foi proclamado rei da Aquitânia, e Luís, da Baviera, áreas com forte identidade regional. Esse acordo teve o intuito de ser uma solução conciliatória entre a lei franca que prescrevia a partilha sucessória e os esforços para garantir a unidade do império. O imperador tinha pouco poder sobre seus sub-reinos, e eles usufruíam de uma grande autonomia.

Mas o desenrolar dos acontecimentos não seguiu o planejado. Nos quatro anos fatídicos, entre 829 quando Luís cedeu parte da herança ao filho de seis anos, Carlos (o Calvo), filho da segunda mulher, Judith, e 833, quando o imperador foi humilhado e levado prisioneiro por seus filhos mais velhos ao Campo da Mentira, perto de Colmar, o sonho de um império unificado que abraçaria e protegeria a cristandade (romana) unificada ruiu. Os conflitos não terminaram com a morte de Luís o Piedoso em 840. As exigências de Lotário de juramentos de fidelidade de seus vassalos em todo o império, seguindo o exemplo do avô, instigaram uma oposição implacável dos irmãos sobreviventes, Carlos e Luís o Germânico. Eles derrotaram o novo imperador depois de uma luta violenta, e, em 842, em Estrasburgo, na presença de seus guerreiros, eles fizeram juramentos solenes de ajuda mútua e prometeram que sempre estariam unidos contra Lotário. Esses juramentos ficaram famosos porque os reis usaram o idioma vernáculo, que poderia ser entendido por seus seguidores. Luís prestou juramento na língua romana (*Romana lingua*), e Carlos em alemão (*Theudisca lingua*). Depois os dois grupos de guerreiros declararam, cada um em sua língua, que não seguiriam o rei em guerras injustificadas contra um dos irmãos. A cerimônia revelou um aspecto interessante do exercício da autoridade em meados do século IX: as relações pessoais de dependência e fidelidade formavam a base da estrutura do poder entre iguais, assim como entre um rei e seus seguidores. Um juramento em público selava o vínculo. Se o juramento fosse violado a memória coletiva das pessoas presentes seria o critério de avaliação que permitiria à parte prejudicada o direito de romper a relação de fidelidade. Os vassalos também não eram ligados ao rei incondicionalmente, e o rei tinha de seguir as regras que decidiriam se a guerra era justificada ou não. Caso não fosse, os vassalos se recusariam a servir o rei e, portanto, não haveria exército. Essa era uma maneira eficaz de prolongar a paz.

Sob a ameaça de ser deposto por um conselho de bispos e diante da pressão da coalizão dos irmãos, Lotário concordou em negociar e o Tratado de Verdun firmado em 843 dividiu o império em três reinos. Os irmãos partilharam igualmente o poder da melhor maneira possível e decidiram que um vassalo só teria benefícios em um dos reinos, para que não houvesse um conflito de lealdade se os reis se envolvessem em uma disputa. Ao definir as fronteiras eles levaram em consideração as relações de fidelidade existentes dos vassalos e os benefícios que seriam mantidos em cada reino. Porém, nesse tratado os vínculos de fidelidade não coincidiram com as fronteiras, o que demonstrou como a visão pessoal de poder prevalecia sobre o território. Luís o Germânico foi o grande vencedor porque recebeu todas as regiões a leste do Reno. Carlos o Calvo herdou os territórios a oeste de Scheldt, Marne, Saône e Ródano. Lotário, o imperador, manteve a Itália e os territórios centrais, inclusive Aachen e Roma. As regiões ao norte mais tarde se chamariam Lotaringia (*Lotharii regnum*, ou Lorraine) por causa de seu filho, Lotário, que a herdou após a morte de Lotário I, em 855. Nessa mesma divisão seu irmão mais velho herdou a Itália, ao passo que o mais novo recebeu a Provença.

As décadas seguintes caracterizaram-se por pequenos reinos e uma rápida mudança na configuração dos territórios como resultado de partilhas sucessórias reiteradas. Em 875 o título imperial, que já perdera a importância sob Lotário I, coube por apenas dois anos ao Rei Carlos o Calvo do reino franco ocidental. Em 881 as negociações com o papa resultaram no reconhecimento do rei da França oriental, Carlos o Gordo, como imperador. O título continuaria a existir nessa parte do império mais tarde chamada de Germânia ou Alemanha, com uma interrupção no século X, até 1806. Então, a ficção do legado de Roma recaiu nos governantes de um território que só a parte mais ao sul e a oeste pertencera ao Império Romano e que em muitos aspectos era menos desenvolvido que a França ocidental, sobretudo o sul. As fronteiras extensas, em especial em direção ao leste, possibilitaram a continuação das conquistas e de arrecadar impostos. No entanto, as longas distâncias da França oriental dificultaram sua administração interna. Nessas circunstâncias, a essência do título imperial mudaria rapidamente.

Condes e Hereditariedade

Embora nesse ponto as funções do margrave, do duque e do conde fossem exercidas com bastante autonomia e revelassem uma tendência a tornarem-se hereditárias, ainda eram consideradas como funções do rei. Mas quando as conquistas carolíngias chegaram a um impasse e com o enfraquecimento da autoridade do rei, em parte em consequência de problemas sucessórios, um poder centrífugo vigoroso começou a agir. Duques, margraves e condes julgaram que tinham a delegação e a autoridade para

exercer o *bannus* (a prerrogativa real de comandar e governar sob pena de morte e perda da propriedade), assim como de transformar as terras e *regalia* (monopólios reais) concedidos a eles como um benefício vinculado às suas funções, em propriedades hereditárias. Apesar de reconhecerem a relação formal deles com o rei, cada vez mais governaram com autonomia as regiões que lhes foram confiadas e, por sua vez, usaram a concessão de terras como benefício para encarregar homens, primeiro seus agentes locais ou viscondes (*vice-comites*), de realizarem determinadas tarefas. Como agora não havia uma relação clara e exclusiva de lealdade e dependência, logo surgiram conflitos e uma diminuição de poder. No longo prazo, o único poder territorial do rei em muitos lugares passou a ser as propriedades locais, chamadas de “banais” (ver mais detalhes no Capítulo 7).

Havia muitas maneiras de manter com segurança as posições dos condes, duques e margraves. Eles poderiam fortalecer suas conexões com os grandes proprietários de terras na região, talvez por meio de um casamento com uma moça rica local, se possível, bonita, ou casar os filhos com famílias poderosas da região. Esses laços íntimos com a aristocracia regional eram essenciais para o exercício eficiente e de longo prazo dos poderes dos condes e dos duques.

Essas conexões levaram os funcionários de origem franca a se enraizarem mais na região onde exerciam suas funções e, por sua vez, a lealdade deles em relação ao rei distante diminuiu. Revoltas em diversas partes do império (Baviera, Saxônia, Aquitânia) indicaram uma resistência ao controle dos francos pelas sociedades bastante conscientes de sua identidade. O problema da aculturação era, portanto, muito real para os condes francos.

Quando Carlos o Calvo viajou para a Itália em 877, a fim de ser coroado imperador, ele promulgou um capitular em que formalmente prometia aos condes que o acompanhavam que seus filhos, desde que fossem fiéis e íntegros, poderiam sucedê-los em suas funções se morressem durante a viagem. Esse decreto, que só se aplicava à França ocidental, foi uma medida temporária para incentivá-los a acompanhar o rei à Itália. Além disso, como Carlos estava envolvido em uma briga com o filho, Luís o Gago, ele queria acima de tudo evitar que o filho nomeasse seus amigos para postos elevados durante sua ausência. A ideia de que a posição de um conde se tornasse hereditária não era um plano fortuito, e a partir de então ela seria oficialmente discutida. Mas a prática inevitável de cargos hereditários e dos benefícios por eles acarretados só começou durante o século IX. Diante dessa tendência geral era impossível para o rei lutar contra cada usurpador. Por ser um fato tão comum, e em razão do lucro insignificante que se poderia esperar desse tipo de conflito, poucos guerreiros dispunham-se a participar. O rei tinha de aceitar a realidade imposta pelas circunstâncias

materiais e pelos mecanismos dos seres humanos de adaptação. Em 1037 o Imperador Conrado II reconheceu formalmente a posse dos feudos e o direito dos vassalos de transmitir seu feudo a um filho ou a outro herdeiro masculino na Itália. Porém, a prática rotineira da hereditariedade antecipara-se a essa legislação.

PERIFERIAS DINÂMICAS

Inglaterra

A evolução dos sete reinos dos anglos e dos saxões foi, ao mesmo tempo, extremamente parecida e diferente do império franco. Os séquitos de guerreiros, os feudos, uma espécie de economia senhorial e uma grande desigualdade social existiam em ambos os lados do Canal da Mancha. Às vezes os reis anglo-saxões, assim como os reis carolíngios, pediam à Igreja que cedesse uma área de terra para um guerreiro especial. Uma diferença marcante revelava-se nas *dooms*, as leis anglo-saxãs escritas no idioma vernáculo, ao passo que os capitulares francos eram escritos apenas em latim. Será que as diferenças linguísticas eram tão maiores no império franco que os carolíngios tentaram superá-las com o uso do latim? É também surpreendente a iniciativa do rei de Wessex, Alfredo o Grande (848/9-899), que seguiu o exemplo de Carlos Magno e criou uma escola da corte. No entanto, nessa escola as traduções eram feitas do latim para o vernáculo. No longo prazo isso fomentou uma tradição de documentos legais escritos no idioma vernáculo, que resistiu à introdução da legislação romana, realizada no continente a partir do século XII.

Depois de 787 a natureza sagrada da realeza, talvez seguindo o modelo carolíngio, foi confirmada com a consagração do rei de Mércia por um padre. O rei tinha o direito de convocar homens livres para a guerra, mas, diante da terrível emergência de um conflito com os dinamarqueses em 878, Alfredo o Grande só conseguiu mobilizar metade dos homens alternadamente. Por outro lado, a categoria mais profissional dos guerreiros das comitivas de homens poderosos era mais eficiente. Eles dividiam os saques, às vezes recebiam um presente ou uma área de terra em troca de seus serviços, e seus feitos eram celebrados em rodadas de bebidas na corte. O contraste mais marcante entre a Inglaterra e o continente foi o fato de, em 878, o reino de Wessex ter conseguido deter as invasões dos dinamarqueses, e durante a primeira metade do século X obteve a integração política dos sete reinos anglo-saxões. Os escandinavos que haviam ocupado o nordeste da Inglaterra usufruíam de tanta liberdade que nunca causaram problemas. Enquanto as conquistas dos carolíngios provocaram uma expansão impe-

rial excessiva, que se reduziu assim que os líderes fortes foram sucedidos por pessoas mais fracas, a fusão gradual dos pequenos reinos na Inglaterra foi permanente. As fronteiras dos antigos reinos permaneceram como fronteiras dos condados ou distritos, a maioria criada no século X. No nível dos distritos e nos *hundreds* abaixo deles, foram criados tribunais que, sob orientação de juizes indicados pelo rei, pessoas locais eminentes julgavam as sentenças. Sob Alfredo o Grande, Wessex foi o primeiro reino a ter esses tribunais, e durante o século seguinte o sistema estendeu-se pelo país inteiro. A Inglaterra anglo-saxã era muito mais avançada que o continente em termos administrativos e na organização jurídica. Graças à força da monarquia, não houve usurpações de prerrogativas reais, e a distribuição de terras como benefícios foi uma prática muito limitada.



Ilustração 6.4 Mapa da Inglaterra e da Escócia na *Historia Major* de Matthew, Paris, c. 1240. A muralha de Adriano que se estendia de Newcastle a Carlisle é claramente reconhecível.

Península Ibérica Moura

Logo depois da conquista do Egito, em 642-643, a atenção dos guerreiros árabes voltou-se em direção ao Ocidente. Em 50 anos todo o Norte da África estava sob seu controle. Eles enfrentaram uma grande oposição porque Bizâncio mais uma vez governava a região da atual Tunísia, com a antiga Cartago como seu centro. A região fora intensamente colonizada pelos romanos e convertida ao Cristianismo bem antes de ter sido conquistada pelos vândalos no século V. Em 670 os árabes fundaram a cidade de Kairouan, na conexão estratégica das rotas das caravanas, no interior da região e, por isso, estava protegida do ataque das frotas bizantinas. Kairouan foi o centro administrativo mais importante no Maghreb, que, no sentido literal, significa “o Ocidente”. A grande mesquita de Kairouan é um dos quatro lugares sagrados de peregrinação do Islã, junto com Meca, Medina e Jerusalém.



Ilustração 6.5 Fortaleza moura e muralhas da cidade de Óbidos, Portugal

Quando os bizantinos por fim foram expulsos em 680, as tribos nativas berberes uniram-se em uma confederação que ofereceu uma resistência feroz aos conquistadores árabes. Alguns dos berberes haviam sido romanizados e viviam em cidades ao longo da costa, ao passo que outras tribos berberes ainda eram nômades. Em 705 Maghreb inteiro transformou-se na província de Ifriqiya, independente do Egito. É possível que os relatos dos distúrbios na Espanha ocupada pelos visigodos tenha levado um exército

de 7 mil berberes mulçumanos a cruzar o estreito de Gibraltar em 711; os invasores obtiveram uma rápida vitória perto de Jerez de la Frontera e, em seguida, avançaram para a capital real de Toledo sem enfrentar oposição. Com o reforço de 18 mil homens do Oriente, eles chegaram a Zaragoza em apenas dois anos. As áreas ao redor de Barcelona e Narbonne foram conquistadas em 720. Ao contrário dos árabes no Norte da África os mulçumanos exerceram sua autoridade na Península Ibérica por meio de tratados em vez da força. Eles fizeram ataques rápidos nos Pireneus até o vale do Ródano, mas o fervor islâmico ficou abalado ao sofrerem uma derrota do líder franco Carlos Martel. Em 751 abandonaram Narbonne. Na região nordeste, onde Carlos Magno estabelecera a “Fronteira Espanhola”, surgiram vários distritos francos, como os margraviatos de Barcelona em 801 e de Pamplona em 806. Os reis cristãos de Navarra e Aragão sugeriram de uma resistência local aos francos e mulçumanos.

Os mulçumanos nunca estabeleceram um Estado centralizado na Península Ibérica, que chamavam de *al-Andalus* (Andaluzia). Eles usaram formas indiretas de governo nas áreas extensas e remotas que controlaram em parte ou por um período curto. Na “Zona Fronteiriça distante”, cuja capital era Zaragoza, eles protegeram um governante visigodo. A “fronteira central”, com Toledo, e depois de 946 Medinaceli, como capital, foi cena da luta mais violenta contra os cristãos do norte. A região entre o Douro e o Ebro por muito foi uma área de fronteira disputada. Estremadura e o centro de Portugal formaram a “fronteira próxima”, com Mérida como capital. Governadores militares mantiveram sua autoridade nessa região. Ao longo dos séculos os povos da Península Ibérica aos poucos se converteram ao Islamismo. Um oitavo da população compunha-se de mulçumanos no século VIII, um quarto no século IX e um terço no século X. Portanto, em nenhum momento os mulçumanos constituíram a maioria da população, mas tinham um predomínio cultural. O controle islâmico só foi estabelecido após muitos conflitos, como seria de se esperar porque os imigrantes mulçumanos vinham de várias partes do mundo islâmico, com antecedentes geográficos e culturais diferentes.

Os primeiros conquistadores da Península Ibérica vieram do norte da Arábia no século VIII. Eles instalaram-se, sobretudo, nas cidades e usufruíram de diversos privilégios que com frequência causaram revoltas nos mulçumanos que chegaram depois, às vezes chamados de “novos mulçumanos”. Essas pessoas eram provenientes do sul da Arábia, e por serem camponeses instalaram-se na região rural. Entre esses “árabes” havia, sem dúvida, muitas pessoas do Oriente que se juntaram ao exército e logo adotaram características da civilização árabe. Os berberes das montanhas e desertos do norte da África foram para a região central da Espanha, onde continuaram

a viver da forma tradicional como pastores de gado. Seus laços tribais não mudaram durante pelo menos três séculos. A região ao redor de Valência e Múrcia foi cultivada por berberes da costa, usando métodos de irrigação romanos e canais. Depois do período de conquistas, grandes grupos de berberes começaram de novo a imigrar no final do século X. As comunidades judaicas, especialmente importantes nas cidades, receberam as novas autoridades islâmicas como libertadores em reação à repressão sofrida sob os cristãos visigodos. E, é claro, havia uma expressiva maioria de cristãos que, assim como os judeus, foi também tratada com uma tolerância razoável pelos novos governantes. Eles podiam fazer serviços religiosos, seus bispos eram respeitados, usufruíam de uma grande autonomia, e a justiça era administrada seguindo sua lei habitual. Eles pagavam impostos como *dhimmi* (não mulçumanos), de acordo com a lei islâmica. Ao longo do tempo muitos cristãos adaptaram sua maneira de viver, sua língua e estilo de roupa, mas não sua religião, à cultura árabe predominante e eram chamados de *musta'rib* em árabe, que significa "moçárabe". Os cristãos convertidos ao Islamismo, os *conversos*, não recebiam o mesmo tratamento dos mulçumanos originais, porém, podiam alcançar uma posição social melhor como protegidos dos mulçumanos.

BOXE 6.2 SANTIAGO DE COMPOSTELA

A resistência cristã aos mulçumanos concentrou-se nas montanhas ao noroeste da Península Ibérica, na Galícia e nas Astúrias, que nunca foram dominadas pelos árabes mulçumanos. O culto ao apóstolo Tiago tornou-se o foco da reconquista da Península Ibérica cristã. Embora os Atos dos Apóstolos 12,2 mencionem que Tiago foi enterrado fora das muralhas de Jerusalém na época do Rei Herodes, um breviário latino dos apóstolos datado do final do século VI dizia que Tiago pregara na Espanha. Apesar de o Cristianismo ocidental não ter remontado suas origens apostólicas a São Pedro (e, portanto, a Roma), existe um vínculo autêntico com a Península Ibérica através de São Tiago.

Essa visão adaptava-se perfeitamente aos esforços dos cristãos visigodos de introduzir sua liturgia. Durante o século VII diversos altares e igrejas foram dedicados a São Tiago. No final do século VIII o clero gaulês usou seu culto para dar aos cristãos dispersos na Espanha algo em que se apegassem. Em um hino litúrgico de 785 São Tiago foi apresentado como "a cabeça dourada e brilhante da Espanha, nosso líder e santo patrono". Embora nunca tenha havido uma explicação racional das supostas viagens de Tiago ao noroeste da Hispânia, uma vez para pregar e a outra para ser enterrado

de novo entre 818 e 834, um túmulo indicava o lugar do sepultamento do apóstolo. A lenda diz que uma estrela (*stella*) pairou sobre o túmulo em um campo (*campus*). Desde então Santiago de Compostela (*Santiago* é a forma espanhola de “São Tiago”) tem sido o santo patrono dos cristãos espanhóis e os ajudou nos séculos da reconquista cristã contra os mulçumanos.

Santiago de Compostela logo se tornou o segundo lugar mais importante de peregrinação na Europa, depois da Igreja de São Pedro, em Roma.

O centro da região de al-Andalus dividia-se em províncias originárias das dioceses do final do Império Romano e do período visigodo. A partir de 716 Córdoba foi a sede do governo central. Originalmente, a administração era realizada pelos governadores que obedeciam à autoridade do governador em Kairouan e, por fim, ao califa de Bagdá. Em 750 a queda da dinastia omíada em Bagdá provocou a independência *de facto* de pequenos reinos no Maghreb e na Península Ibérica. Em 756 Abd ar-Rahman, um descendente dos omíadas, foi designado governante de Córdoba com o título de emir. Depois de ter reprimido as revoltas dos novos mulçumanos nas províncias montanhosas do sul, que haviam durado anos, Abd ar-Rahman III anunciou a criação do califado ortodoxo de Córdoba em 929. Com isso ele demonstrou sua legitimidade como descendente dos omíadas, diferenciando o califado do califado dos abássidas em Bagdá e da heterodoxia dos fatímidas, que criaram seu califado em Ifríqya e mais tarde no Egito.

Os Vikings

Mais do que qualquer outro povo na Idade Média os vikings estimulam a imaginação moderna: eles têm sido retratados de uma forma estereotipada como homens rudes e louros com dois chifres nos elmos, que perambulavam pelo mundo em navios esguios com uma cabeça de dragão. Esse mito não pode ser provado, visto que nunca se encontrou um elmo viking com chifres. Muitos monges piedosos que escreviam crônicas na época dos vikings tinham uma visão ainda mais negativa: para eles esses pagãos louros matavam, saqueavam e cometiam sacrilégios. O *Anglo-Saxon Chronicle* relata que em 786 três navios ancoraram na costa de Dorset e sua tripulação matou a principal autoridade do rei em uma luta. Houve diversos ataques todos os anos, visando em especial as abadias, cujas peças valiosas foram roubadas e os altares profanados.

No século IX a história repetiu-se em inúmeros lugares ao longo das costas e dos rios da Europa ocidental. Muitas cidades e abadias foram saqueadas, e os habitantes foram capturados como escravos. Através do co-

mércio viking esses infelizes poderiam ir para a Rússia e entre os varangianos eles eram trocados por prata e produtos do Oriente. De uma maneira geral, podem-se distinguir três tipos de vikings. Os suecos de Estocolmo e da Ilha de Gotland queriam expandir-se principalmente na costa do Mar Báltico e na Rússia. Os nórdicos surgiram na foz do Loire em 799; entre 836 e 841 dirigiram suas frotas para as ilhas da Escócia e, em 841, noruegueses e dinamarqueses desembarcaram na Normandia. Em 844 no caminho para Lisboa, desistiram de chegar à cidade e ocuparam Cadiz, navegaram pelo Rio Guadalquivir e saquearam Sevilha. Eles foram destruídos pelas forças do emir, mas fizeram novas invasões em 859, 966 e 971. Entre 870 e 930 os nórdicos foram para a Islândia, em 984 para a Groelândia e em torno do ano 1000 para Newfoundland. Em 834 os dinamarqueses visitaram o leste da Inglaterra e os rios dos Países Baixos, onde saquearam Dorestad. De 855 a 862 a região do Sena foi o objetivo mais importante, de 879 a 892 a área entre o Loire e o Reno, e de 870 a 878 o leste da Inglaterra e Mércia. Einhard, biógrafo de Carlos Magno, escreveu em 826 que o rei dinamarquês, Godofredo, pretendia conquistar a Germânia inteira, porque as ações dos francos contra os frísios e os saxões prejudicaram sua esfera de influência. As investidas dos vikings foram sem dúvida a mais longa série de ataques e invasões no Ocidente entre os séculos VI e XIV.

As fontes arqueológicas são o material mais importante para se ter uma percepção melhor da sociedade viking. Os vikings eram navegadores, assim como camponeses que viviam em regiões relativamente férteis com grande quantidade de minério de ferro. Eles eram muito hábeis na construção de navios e na fabricação de utensílios agrícolas, armas e outros artefatos. Eles também eram muito eficientes como comerciantes, como indicam suas atividades em portos comerciais como York, Dublin, Birka, Kaupang, entre outros. A excepcional tendência de expansão dos vikings é vista atualmente como uma rivalidade entre os líderes dos clãs, porque para estabelecer ou manter sua autoridade eles tinham de realizar feitos gloriosos e levar para suas regiões de origem uma enorme quantidade de pilhagens de terras invadidas. Em alguns casos os clãs também tentavam encontrar novos lugares para viver devido à superpopulação relativa de seu território de origem. Os recursos escassos impediam uma produção agrícola intensiva como em regiões mais ao sul.

Apesar do que foi sugerido em algumas crônicas ocidentais, em especial nos Anais da Abadia de São Vaast, em Arras, e no *Anglo-Saxon Chronicle*, os vikings não se interessavam apenas em matar, roubar e saquear, mas, também, em desenvolver vínculos comerciais (ver Capítulo 5). Depois de 840 procuraram sistematicamente novos lugares para viver, entre eles Frísia, Northumbria, East Anglia, Irlanda e Islândia. Os francos cederam áreas

da Frísia para os dinamarqueses. O Rei Alfredo de Wessex e seus navios de guerras opuseram alguma resistência de 870 a 878, mas no final os dinamarqueses apropriaram-se de dois terços de seu território. Na região mais tarde conhecida como Normandia, o assentamento de Rollo foi reconhecido pelo rei dos francos em 911, e Rollo recebeu o título de conde.

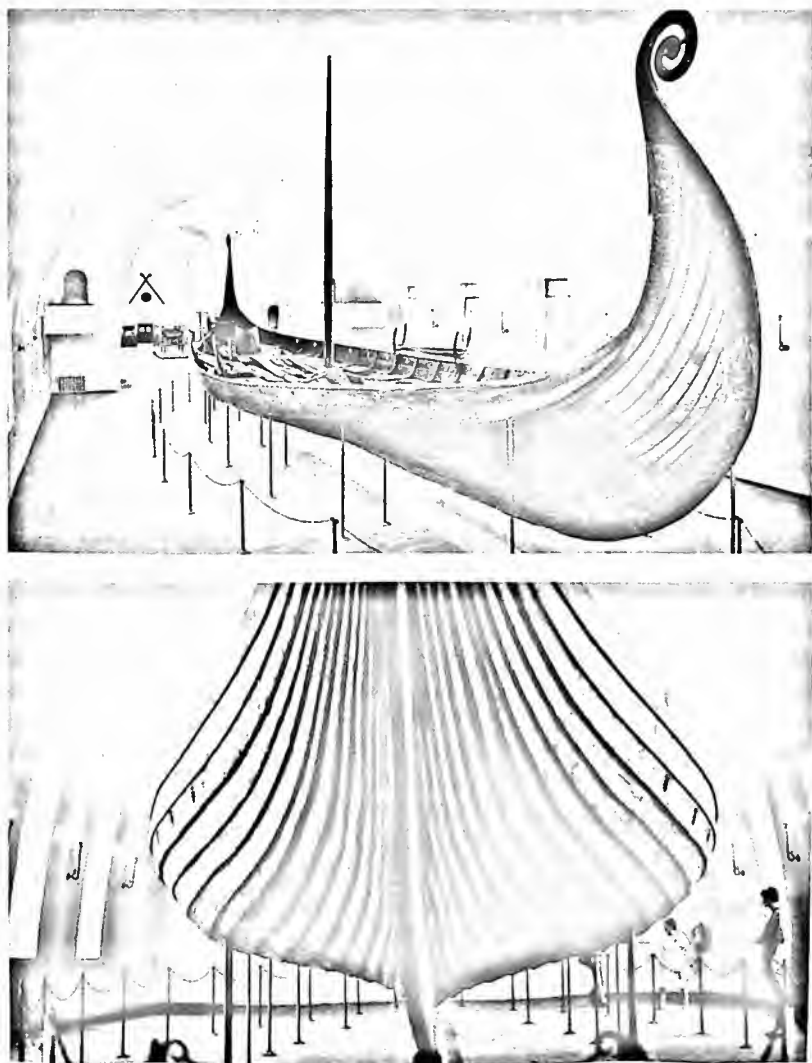


Ilustração 6.6 Casco do grande navio de funerais Öseberg, Oslo, Noruega

O sucesso notável das invasões dos vikings pode ser atribuído à rapidez com que faziam os ataques e depois desapareciam nos barcos ligeiros. A pesada cavalaria dos guerreiros francos não fora planejada para enfrentar ataques de surpresa desse tipo. Eles demoravam muito para organizar as tropas e, mesmo assim, quase sempre nada mais podiam fazer, a não ser observar da margem do rio ou da costa os navios dos vikings fora do alcance deles. Os vikings só se tornaram vulneráveis quando começaram a passar o inverno em lugares abrigados, sobretudo porque suas forças eram pequenas. Por fim, ficou claro que os reis francos eram incapazes de proteger seu povo, e foram os senhores locais que resistiram às invasões dos vikings construindo fortes ao longo dos rios ou pontes fortificadas. A ponte sobre o Sena em Pîtres, construída em 864, foi a última iniciativa de Carlos o Calvo em uma de suas propriedades reais. Nesse sentido, as invasões ajudaram a acelerar o processo incipiente de descentralização do poder.

Por outro lado, os contatos prolongados dos vikings com a Europa ocidental, embora tenham destruído a ordem existente, também propiciaram a expansão das atividades comerciais na região. Apesar do horror dos padres e dos monges perante o roubo de seus objetos valiosos, do ponto de vista econômico os metais preciosos que por muito tempo haviam sido guardados como reserva começaram a circular de novo para pagar o comércio de longa distância. A fim de financiar a defesa contra os invasores, ganhar tempo e evitar a despesa e o risco de um engajamento total, os reis anglo-saxões introduziram um imposto fixo pago em moedas de prata, o "Danegeld", um imposto sobre a terra que foi arrecadado até 1162, muito tempo depois que os reis dinamarqueses governaram a Inglaterra na primeira metade do século XI. Em 1018 foram arrecadadas 22 toneladas de moedas de prata, o que representou cerca de 42% do suprimento total de moedas. Uma grande parte desse suprimento originava-se de fontes comerciais dos francos. Essa riqueza em prata entrou em circulação e apoiou o comércio ativo dos vikings com o Oriente. Dessa forma, as atividades dos vikings na Europa ocidental estimularam a circulação de bens e de capital na região, e sua inserção em um sistema comercial intercontinental.

LEITURA SUGERIDA

- ABELS, Richard. *Alfred the Great: War, Kingship and Culture in Anglo-Saxon England*. Londres: Longman, 1998.
- BARBERO, Alessandro. *Charlemagne: Father of a Continent*. Berkeley: University of California Press, 2004, (original italiano de 2000).
- BECHER, Matthias. *Charlemagne*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 2003 (original alemão de 1999).

- COLLINS, Roger. *Early Medieval Spain: Unity in Diversity, 400-1000*. Londres: Macmillan, 1983.
- _____. *Charlemagne*. Basingstoke: Macmillan, 1998.
- EVERETT, Nicholas. *Literacy in Lombard Italy, c. 568-774*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- FOURACRE, Paul. *The Age of Charles Martel*. Londres: Longman, 2000.
- FOURACRE, Paul; GERBERDING, Richard. *Late Merovingian France: History and Historiography, 640-720*. Manchester: Manchester University Press, 1996.
- GEARY, Patrick J. *Before France and Germany. The Creation and Transformation of the Merovingian World*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1988.
- GLICK, Thomas F. *Islamic and Christian Spain in the Early Middle Ages*. 2. ed. Leiden: Brill, 2005.
- GOLDBERG, Eric J. *Struggle for Empire: Kingship and Conflict under Louis the German, 817-876*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2005.
- INNES, Matthew. *State and Society in the Early Middle Ages: The Middle Rhine Valley 400-1000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- JAMES, Edward. *The Origins of France. From Clovis to the Capetians, 500-1000*. Londres e Basingstoke: Macmillan, 1982.
- KING, P. D. *Charlemagne*. Londres: Methuen, 1986.
- LOYN, H. R. *The Governance of Anglo-Saxon England, 500-1087*. Londres e Stanford, Califórnia: Edward Arnold/Stanford University Press, 1984.
- MACLEAN, Simon. *Kingship and Politics in the Late Ninth Century: Charles the Fat and the End of the Carolingian Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- MCKITTERICK, Rosamond. *Kingdoms under the Carolingians, 751- The Frankish 987*. Londres e Nova York: Longman, 1983.
- _____. *The Carolingians and the Written Word*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- _____. *Carolingian Culture: Emulation and Innovation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- _____. *History and Meaning in the Carolingian World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- NELSON, Janet L. *Charles the Bald*. Londres: Longman, 1992.
- RICHE, Pierre. *The Carolingians. A Family Who Forged Europe*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1993 (original francês de 1983).
- REUTER, Timothy. *Germany in the Early Middle Ages, 800-1056*. Londres e Nova York: Longman, 1991.
- REYNOLDS, Susan. *Fiefs and Vassals. The Medieval Evidence Reinterpreted*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- SMYTH, Alfred P. *King Alfred the Great*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- STANTON, Robert. *The Culture of Translation in Anglo-Saxon England*. Woodbridge and Rochester, Nova York: Boydell & Brewer, 2002.
- STORY, Joanna. *Carolingian Connections: Anglo-Saxon England and Carolingian Francia, c. 750-870*. Aldershot and Burlington, Vt.: Ashgate, 2003.
- STORY, Joanna (Org.). *Charlemagne: Empire and Society*. Manchester e Nova York: Manchester University Press, 2005.
- WILLIAMS, Ann. *Kingship and Government in Pre-Conquest England, c. 500-1066*. Basingstoke e Nova York: Macmillan/St Martin's Press, 1999.
- WOOD, Ian. *The Merovingian Kingdoms, 450-751*. Londres e Nova York: Longman, 1994.



CAPÍTULO 7

CRESCIMENTO ACELERADO

Os três séculos entre 950 e 1250 foram um período de grande mudança em muitas áreas: econômica, social, política, religiosa e cultural. Este capítulo se concentrará primeiro em três aspectos muito ligados e, portanto, que se relacionam entre si – crescimento populacional, aumento da produção de alimentos e mudanças no sistema do excedente da produção. Iremos examinar o segmento rural da economia e da sociedade medievais; o segmento urbano será discutido no Capítulo 11. Veremos as mudanças radicais na relação entre senhores e camponeses nesse período e suas repercussões na ideologia cultural e social.

CRESCIMENTO POPULACIONAL

O período entre 950 e 1250 é, em geral, descrito como o de um crescimento expressivo e sustentado da população. Mas isso seria de fato verdade? Bold avalia que a Europa continental (inclusive a Rússia e os Bálcãs) tinha no ano 1000 entre 30 a 40 milhões de habitantes, e no início do século XIV de 70 a 80 milhões. Isso significa que a população da Europa mais que duplicou no espaço de três séculos, um aumento de 0,25% por ano. Esse número foi confirmado em estimativas recentes relativamente bem documentadas do crescimento populacional na Inglaterra entre 1086 a 1300. Em 1086, o ano em que Guilherme o Conquistador compilou o *Domesday Book*, a fonte europeia mais antiga de uma estatística populacional do país, a Inglaterra tinha entre 2,5 e 2,75 milhões de habitantes. Esse número cresceu para 4 a 4,5 milhões em 1300, o que indica uma taxa de crescimento de 0,18% a 0,28% por ano.

É claro, pelos padrões atuais um crescimento populacional dessa dimensão não pode ser chamado de espetacular e, além disso, provavelmente não foi muito mais expressivo do que nos três séculos precedentes. Em oposição ao modelo de um crescimento explosivo entre 1000 e 1300, pode-se propor um modelo alternativo no qual a população aumentou aos poucos a partir do século VII, embora com frequentes interrupções, até que o crescimento populacional depois de c. 1000 atingiu um número

crítico necessário para acelerar o processo de comercialização, urbanização e formação do Estado, essencial para o desenvolvimento socioeconômico e político.

Ainda assim devemos considerar o fato de que havia grandes diferenças regionais. Ao olharmos para a Europa como um todo, podemos traçar uma linha divisória entre o sul e o oeste, onde a população cresceu de forma considerável e que em torno de 1300 tinha uma densidade demográfica expressiva, e o norte e o leste (a Escandinávia, a Polônia, a região do Báltico e a Rússia), onde o crescimento foi pequeno até o final da Idade Média. Do ponto de vista demográfico, no ano 1200 a densidade populacional da Europa ocidental era muito maior que a da Europa oriental.

VOLUME E NATUREZA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

No entanto, mesmo que essa duplicação do crescimento populacional no espaço de três séculos possa parecer reduzida de acordo com padrões atuais, ela só teria sido possível se a produção de alimentos também tivesse duplicado. Mas só podemos fazer uma estimativa, porque não sabemos se a ingestão de calorias permaneceu a mesma e nem da influência do crescimento da urbanização. Um aumento na produção de alimentos pode ser alcançado de duas maneiras: com o uso mais intensivo das terras agrícolas existentes e pela expansão das áreas medidas em acres. A primeira opção foi factível até um ponto limitado. Em outras palavras, não teria sido possível duplicar a produção da terra (a produção física por unidade da superfície de uma área) em três séculos, mesmo com o custo de uma queda na produtividade da mão-de-obra (a produção por trabalhador). Bem depois da Idade Média um aumento da produção agrícola significou a ampliação das medidas em acre de uma terra cultivável, por meio dos assentamentos próximos existentes ou pela colonização de áreas distantes, como as fronteiras da Europa cristã.

O nível inferior da qualidade do adubo causado, em especial, pela falta de integração entre a exploração agrícola e a pastoril foi um imenso obstáculo à melhoria da produção do solo. Relatos de propriedades rurais inglesas desse período mostram que não havia relação entre a produção agrícola e a criação de animais. Medidas para manter os níveis de adubo com o uso de fertilizantes de origem não animal raramente eram tomadas, e uma das exceções foi uma grande faixa de terra no norte da França enriquecida com regularidade com calcário argiloso. Por um acidente fortuito uma forma de adubo vegetal foi utilizada com o cultivo regular, porém, marginal de legumes (feijões, ervilhas); uma característica dos

legumes é a fixação do nitrogênio (o fertilizante mais importante inorgânico) no solo.

Nesse período de expansão foram utilizados três métodos para melhorar o uso intensivo do solo. O primeiro e mais óbvio foi de transformar os pastos em terras cultiváveis. O cultivo de grãos para fazer pão forneceu entre seis a 17 vezes mais calorias por unidade da superfície da área do que a criação de gado. Na verdade, alguns historiadores acreditam que a expansão agrícola na alta Idade Média realizou-se, primeiro, com a ampliação do cultivo de grãos em assentamentos existentes, um processo conhecido em alemão como *Vergetreidung*.

O segundo método foi o cultivo de terras improdutivas. Na agricultura tradicional, os fazendeiros nunca usam todas as terras ao mesmo tempo. A experiência ensinou que após alguns anos as colheitas diminuem, sobretudo pelo fato de as terras estarem cobertas de ervas daninhas. Então, grande parte da fazenda não é cultivada e o gado é colocado nessa terra improdutiva, a fim de comer as ervas daninhas e produzir adubo. As terras eram aradas antes de serem cultivadas de novo. Durante o período de expansão agrícola camponeses em diferentes regiões do noroeste da Europa e nas grandes propriedades em Flandres, no norte da França e na Inglaterra, adotaram um sistema agrícola de uso intensivo da terra, conhecido como sistema de três campos. Nesse sistema só um terço da fazenda não era cultivado; um cereal que produz no inverno (centeio ou trigo) crescia em outro terço e um cereal de verão (cevada ou aveia) ou legumes na parte restante. Com um sistema de rotatividade anual uma terceira área diferente da terra não era cultivada todos os anos. Depois da colheita o restolho transformava-se em pasto.

Um sistema fixo de rotatividade como esse de três campos tinha desvantagens, em especial em regiões onde havia “campos abertos”, terras cultivadas onde os terrenos dos camponeses individuais não tinham cercas individuais, e faziam parte do campo inteiro que era cercado. Os campos abertos estimulavam um sistema comunal de uso que privava os camponeses da oportunidade de, em vez de seguir a sequência fixa da colheita, cultivar uma planta mais comercial como o linho, por exemplo. Em razão da importância crescente dessas colheitas nas regiões urbanizadas, ao longo do século XIII o sistema de três campos começou a desaparecer nos campos abertos, como em Flandres, por exemplo, durante o período de expansão, privilegiando o uso mais flexível da terra, em particular fora das grandes propriedades.

Por fim, o arado de aiveca e a tração do cavalo associaram duas invenções técnicas que ajudaram a intensificar a produção, assim como a aumentar a extensão das terras cultivadas. Nos solos mais pesados do leste e do

noroeste da Europa o arado de aiveca, desenvolvido no primeiro milênio, substituiu aos poucos o arado pré-histórico, um arado leve feito de madeira (ver Ilustração 7.1). Comparado a esse arado primitivo, o arado de aiveca tinha três grandes inovações. Primeiro, compunha-se de três peças em vez de apenas uma: a sega, uma lâmina que se projetava verticalmente para baixo a partir do timão do arado e cuja altura era ajustável; a relha presa assimetricamente no final do arado, peça transversal onde o arado se apoiava; e de uma peça de madeira colocada em diagonal no fundo do arado. Segundo, duas dessas peças – a sega e a relha – eram feitas de ferro. Terceiro, o timão do arado não se atrelava mais diretamente à canga dos animais de tração, pelo menos nos tipos um pouco mais aperfeiçoados, e, sim, se apoiava em um “pé”, uma espécie de peça plana que deslizava ou em uma pequena carreta de duas rodas.

Essa evolução do arado significou que a tração animal não era tão necessária e que a profundidade dos sulcos poderia variar com alguns pequenos ajustes. O arado de aiveca com uma pequena carreta em frente chamava-se de arado com rodas (latim: *carruca*). Um desenho antigo de um desses arados pode ser visto na tapeçaria de Bayeux, uma obra bordada em linho sob a encomenda de Odo, bispo de Bayeux e meio-irmão de Guilherme o Conquistador, para comemorar a vitória da batalha de Hastings. Esse arado não tem uma peça em diagonal: talvez seja um erro de quem o bordou, porque o camponês que caminha ao lado do arado não tem pernas, mas a sega, a relha e a carreta são claramente reconhecíveis.

O arado de aiveca era mais sofisticado que o arado de madeira, e com a combinação de uma sega vertical e de uma relha horizontal, a terra era levantada e, em seguida, a aiveca revirava a terra. Esse cultivo da terra arrancava as ervas daninhas, trazia os nutrientes minerais do subsolo para a superfície e ajudava a misturar e acrescentar adubo à terra. As peças de ferro mais pesadas e ajustáveis permitiam lavrar solos pesados e instáveis em diferentes profundidades. Quando o arado seguia uma determinada direção ele criava um padrão de sulcos e regos para escoar bem a água, o que facilitava o cultivo de plantações no inverno, em especial centeio. Finalmente, o fato de levantar e revolver a terra tornava o trabalho de arar a terra em sentido transversal desnecessário, ao contrário do uso do arado primitivo de madeira. Assim, poupava-se trabalho que era ainda mais compensado pelo fato de os arados de aiveca precisarem de mais de uma pessoa para manejá-los, sobretudo, quando eram puxados por diversos animais de tração. Além disso, os agricultores eram seguidos por um grupo carregando ancinhos para preparar a terra antes do plantio.

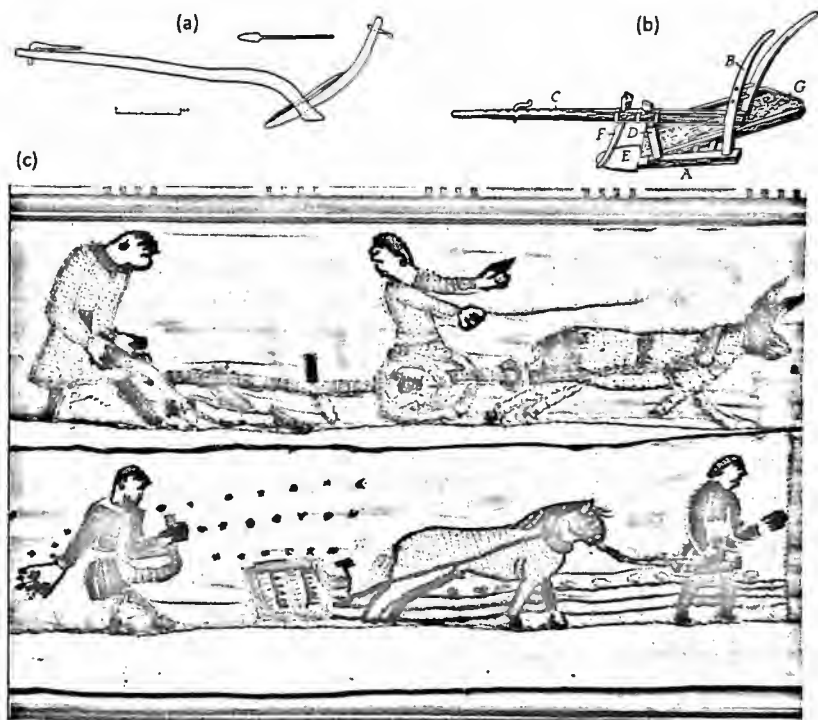


Ilustração 7.1 Um arado primitivo de madeira (a) (b) Arado de aiveca. O trabalho de cultivo e plantio ilustrado na tapeçaria de Bayeux (c)

Todos esses detalhes podem ser vistos na tapeçaria de Bayeux, inclusive um arado puxado por uma mula ou um jumento, ou um ancinho por um cavalo. Isso nos leva a mencionar uma segunda inovação agrícola da Idade Média, o uso de cavalos em vez de bois como animais de tração. As vantagens dos cavalos eram evidentes; eles eram mais fáceis de controlar, mais rápidos que os bois e tinham uma força de tração maior. Há também desvantagens: os bois têm menos restrições alimentares, são menos suscetíveis a adoecerem, têm mais resistência, são mais fáceis de atrelar a um instrumento agrícola e a carne é mais saborosa. As duas maiores desvantagens seriam superadas durante o período medieval de expansão. O problema da forragem com o aumento do cultivo de aveia (que além de ser usada para alimentar cavalos era também um ingrediente para fazer cerveja); e o problema de arreios com o desenvolvimento do cabresto (uma peça de couro acolchoada), da cilha (cinta larga de couro que cinge

a barriga das cavalgaduras), do balancim (peça de madeira onde se fixam os tirantes para a atrelagem dos animais) e do varal (cada uma das duas varas grossas entre as quais o animal é atrelado). Com o aperfeiçoamento dos arreios o ponto de pressão diminuiu e o cabresto impede que o animal sufoque. Assim, o uso do cavalo como animal de tração melhorou consideravelmente o que, por sua vez, levou ao uso de cavalos mais robustos, de "sangue frio", e arados mais pesados, além de outras inovações, como carroças equipadas com um varal.

Inovações como as descritas acima eram com frequência resultado de um longo e intermitente desenvolvimento e adaptação. Os vestígios arqueológicos mais antigos de arados de aiveca e ancinhos na Europa central ocidental datam do período das migrações, ou talvez de épocas anteriores. Mas os tipos que nos são familiares da alta Idade Média assemelham-se só um pouco aos protótipos romanos e bárbaros. Na inovação técnica no período pré-industrial havia, por duas razões, um grande espaço de tempo entre o primeiro desenvolvimento e o uso difundido de novos utensílios e equipamentos ou métodos de trabalho. Primeiro, as invenções técnicas têm um objetivo determinado. Elas devem ser utilizadas em um ambiente tecnológico específico ou em um "complexo tecnológico", como assinala Janken Myrdal. O sucesso do arado e do ancinho dependia da disponibilidade de produtos escassos e caros: cavalos e ferro. No período carolíngio apenas grandes propriedades rurais possuíam alguns utensílios de ferro. A situação era ainda pior em outros lugares, e, provavelmente, a grande maioria dos camponeses só tinha uma pá ou uma enxada para cultivar a terra. Havia também os fatores psicológicos e sociais. Os camponeses da era pré-industrial eram conservadores e sua principal estratégia de sobrevivência era a de evitar o risco. Além disso, nem sempre podiam opinar sobre o uso de utensílios caros. Sabemos pelos polípticos e pelo *Domesday Book* que no período carolíngio os arados pertenciam aos donos das propriedades no sistema senhorial.

Mesmo quando uma inovação tecnológica era introduzida e aceita, seu uso poderia restringir-se à proporção do custo/benefício entre a mão de obra e os equipamentos, se beneficiasse o primeiro. Em Flandres, na época uma região desenvolvida sob todos os aspectos, no século XIII a pá substituiu o arado de aiveca; um número crescente de camponeses tinha tão pouca terra que o uso do arado não era tão eficiente em termos de custos. Em regiões pouco urbanizadas, como a Dinamarca e a Escócia, a pá e o arado continuaram a ser usados. Por razões similares, o arado de madeira era um instrumento popular para o uso em solos mais leves junto com o arado de aiveca na Prússia, na Suécia e na Inglaterra.

Não temos muitas informações sobre os efeitos dos progressos técnicos na produção média das colheitas, por exemplo, mas sem dúvida não

houve uma revolução agrícola neste aspecto. Nos dados sobre a Inglaterra, Flandres e Artois constata-se com uma precisão razoável que o tamanho médio da colheita de trigo e centeio em torno de 1300 foi de 900 a 1.200 litros brutos por hectare; ou seja, a quantidade plantada para a colheita do ano seguinte foi descontada. Essa produção não é expressiva, só um pouco acima de metade da produção da Holanda e da Inglaterra em meados do século XIX, e não houve muitas mudanças antes do século XVII.

Os números brutos das colheitas não esclarecem muito o retorno total do trabalho de uma família de camponeses, a menos que associem dados sobre as quantidades da mão-de-obra, utensílios e equipamentos e a semente plantada, assim como a criação de animais e a realização de atividades não agrárias. A disponibilidade da terra, que parecia abundante pelos padrões atuais, permitia que os camponeses intensificassem ou ampliassem sua produção dependendo de suas necessidades ou de pressões externas; isso acontecia com frequência ao deixarem uma parte da terra sem cultivo e de semeá-la e cultivá-la por alguns anos só quando era necessário. No outro extremo, o uso intensivo da terra em regiões densamente povoadas, como no vale flamengo de Scheldt e em Artois, antes de 1300, provocou o cultivo de forragem para o gado que era guardado no estábulo de vacas quase o ano inteiro. Na mesma região pela primeira vez houve um aumento rápido de cultivo de colheitas comerciais intensivas em mão-de-obra, que eram usadas como matéria-prima nas indústrias das cidades.

No noroeste da Europa a necessidade do uso de arados de aiveca e da tração dos cavalos aumentou rapidamente no século X quando os solos improdutivos, pesados e instáveis de argila e turfa, precisaram ser transformados em terras de produção de safras agrícolas; antes essas terras só eram utilizadas marginalmente como campos de feno ou pasto no verão. Essa recuperação de terras improdutivas exigia um sistema de drenagem associado à construção de uma represa. A princípio a exploração agrícola só foi possível em regiões pantanosas drenadas de turfa se a terra tivesse uma altura suficiente. Depois da drenagem o nível da terra diminuía rapidamente em consequência do volume e da oxidação menores do pântano de turfa. Por isso, os agricultores que cultivavam turfa em áreas um pouco acima do mar, como as regiões costeiras da atual Holanda, tiveram de ser mais criativos ao administrarem seus recursos hídricos em benefício da agricultura, começando com a escavação de canais e a construção de diques, eclusas e moinhos de vento, a fim de escoar a água dos terrenos de turfa para os canais mais altos. Esse trabalho começou no Condado da Holanda depois do ano 1400, mas a batalha contra a água não foi vencida. O nível da terra diminuía tanto que nas plantações de turfa os agricultores desistiram de cultivar a terra e especializaram-se na criação de animais, ou de tentar ganhar seu sustento em outro lugar

Com seu conhecimento de drenagem e construção de diques os camponeses da Frísia, da Holanda e de Flandres foram recebidos como lavradores convidados (do latim "*hospites*") quando os campos de turfa e os terrenos argilosos transformaram-se em terras de produção agrícola em outras partes da Europa. No início do século XII eles foram chamados para ajudar nas primeiras fases da *Ostkolonisation*, a colonização alemã das terras a leste dos Rios Weser, Elba e Oder-Neisse, e mais tarde na Prússia, a leste do Rio Vístula.

O aproveitamento dos terrenos de turfa e argila foi insignificante na escala europeia quando comparado à expansão do cultivo de terras cultiváveis a partir do desmatamento de florestas – o desmatamento atual das florestas tropicais não é uma comparação exagerada. Entre um quarto e um terço de todas as terras aproveitadas para o cultivo de 950 a 1250 eram bosques e florestas. No noroeste da Europa inúmeros lugares cujos nomes terminam em *-rodel-roth*, *-radel-rath* (ver o verbo alemão *roden*, que significa "limpar") ou *-sart* lembram-nos esses bosques e florestas. Tudo parece indicar também que em torno do ano 1000 não havia mais traços de florestas virgens no oeste ou no sul da Europa. Ainda havia muitas florestas, mas com suas numerosas clareiras de tamanhos variados elas pareciam um queijo com buracos. Carvoeiros e lenhadores, mineiros e fabricantes de ferro, guardadores de porcos, fabricantes de piche e cera, caçadores que usavam armadilhas, eremitas e pessoas que, por qualquer razão, viviam isolados do mundo civilizado compartilhavam uma vida marginal e perigosa nas florestas junto com ursos, veados e lobos, animais que cada vez mais eram forçados a procurar refúgio. O processo de desflorestamento acelerou-se com os colonos camponeses.

Não há indício de preocupações ecológicas. Ao contrário, na literatura e em outros textos a descrição da floresta como um lugar sinistro e perigoso que devia ser erradicado, continuou a competir com a visão oposta (pelo menos tão antiga) da floresta como uma Arcádia incólume ou um lugar de contemplação espiritual. As florestas mais bem conservadas eram aquelas onde os reis e os príncipes insistiam com veemência em exercer seu direito real de preservação de uma natureza selvagem, uma terra sem cultivo, em especial para caçarem, o passatempo favorito. Por esse motivo, na Inglaterra grandes florestas sobreviveram à fase de expansão, mas ao longo do tempo foi preciso protegê-las tanto quanto possível para que os nobres lá pudessem caçar e afugentar os caçadores que as invadiam. Nem era sempre uma tarefa fácil, como sabemos pelas histórias populares do século XIII sobre o lendário fora da lei, Robin Hood, e seus alegres amigos que se escondiam na floresta de Sherwood, uma das maiores florestas reais. Robin Hood é provavelmente produto da imaginação, mas esse tipo de pessoa sem dúvida existiu. Em cerca de 1280, por exemplo, procuraram um certo Geoffrey du

Parc, que rondava a floresta de Feckenham, em Worcestershire, com um grupo de uns 100 amigos, inclusive, como seria de esperar, seu padre.

NOVAS FORMAS DE AUTORIDADE

Uma das consequências lógicas do crescimento demográfico durante o período de expansão foi o que os historiadores franceses chamaram de *encellulement*. Com esse termo eles queriam dizer que nesse período as pessoas se reuniam em todos os tipos de organizações locais. Isso acontecia “de baixo para cima”, por exemplo, com a formação de comunidades locais (mais detalhes nas p. 199-201), e “de cima para baixo” sob a autoridade dos proprietários de terras locais. Este último aspecto é que iremos discutir em primeiro lugar e de forma mais completa.

A “Revolução Banal”

O colapso do império de Carlos Magno e o sério enfraquecimento do poder real nos reinos individuais marcaram o início de uma série de acontecimentos radicais na história da Europa ocidental. Como vimos no Capítulo 6, essas evoluções começaram quando no período carolíngio funções administrativas importantes foram consideradas, como seria natural, pelos detentores dos cargos (condes, duques, margraves) como posições hereditárias. Essa visão de hereditariedade surgiu de uma forma mais definida no reino franco-ocidental do que no reino franco-oriental. Os reis da dinastia dos Capetos (996-1328) tiveram pouco influência sobre assuntos fora de seus domínios na Île de France até o final do século XII. Alguns condados (Flandres, Anjou, Champagne) e ducados (Normandia, Borgonha, Aquitânia) assumiram uma postura de reino. Na Alemanha, onde o poder real foi restaurado com toda sua glória sob a dinastia otôniana (919-1024), a hereditariedade dos altos cargos do governo não era ainda uma regra geral, mas a tendência ao direito de herança paterna era evidente.

Em resumo, em ambas as partes do antigo império carolíngio, em torno do ano 1000, deram-se os primeiros passos para a formação de principados dentro dos reinos. Ironicamente, a tendência revelou-se irreversível na Alemanha, mas não na França. Um resultado quase automático desse direito hereditário do alto escalão do governo foi que o *bannus*, a prerrogativa de comandar e governar inerente aos reis, passou a ser vista pelos funcionários como uma permissão de controle sem a necessidade de justificar suas ações.

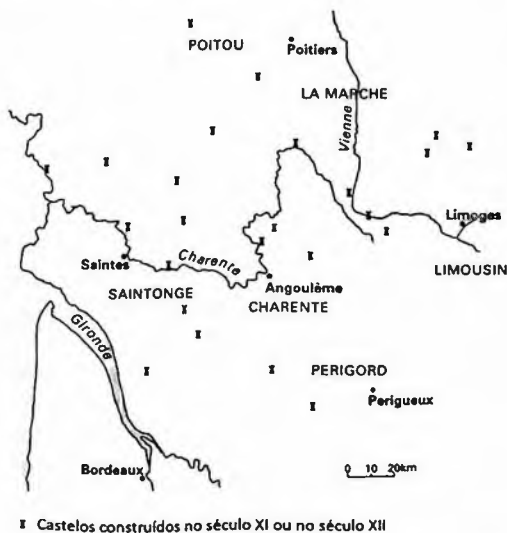
O segundo passo foi uma repetição do primeiro, mas em um nível inferior da administração pública, o dos viscondes (*vicarii*, *capitanei*) que representavam a autoridade dos condes, duques ou margraves no nível local.

A partir do final do século X esses funcionários, além de pessoas importantes locais que não exerciam funções administrativas, começaram a assumir a prerrogativa real do *bannus* e de explorá-lo de uma maneira arrogante com o uso da força e total desconsideração por outras pessoas em áreas com um tamanho suficiente que pudessem controlá-las.

Essa proliferação explosiva de *banal lordships* ou senhores locais, foi chamada de “revolução banal” devido às suas consequências de longo alcance. Essa revolução provocou uma enorme exploração eficiente muito maior de pessoas do que na baixa Idade Média. Ainda naquela época *dominium*, a propriedade senhorial e o controle de pessoas eram um atributo dos aristocratas. No entanto, a aristocracia era pequena e o *dominium* dos aristocratas era mais limitado que o *bannus* dos reis. Ele só se estendia às pessoas com quem os aristocratas tinham uma relação pessoal (em outras palavras, com sua *familia*), que incluíam, além de todos os membros de sua família e outras pessoas que viviam sob o mesmo teto, os escravos e todos os camponeses dependentes de suas propriedades. Nesse sentido, grupos grandes de “pessoas livres comuns” ficavam além do alcance direto do controle da aristocracia. Por sua vez, na baixa Idade Média a autoridade pública oriunda do *bannus* real, em geral, não recaía nos homens livres comuns, porque além de o poder do rei ser difuso ele só era exercido sob circunstâncias especiais em um território vagamente definido (ver Capítulo 5). Porém, essa situação mudaria no final do século X. O número de senhores locais aumentou rapidamente, enquanto ao mesmo tempo eles eram colocados em diferentes condições. Líderes locais passaram a exercer o *bannus* e, assim, o poder ficou acessível a todas as pessoas que não pertenciam à aristocracia ou ao clero. A partir de então surgiu o conceito de *nulle terre sans seigneur* (“nenhuma terra sem um senhor”), como uma jurisprudência francesa definiu de forma tão sucinta. O poder local não mais foi exercido basicamente pelos proprietários das grandes propriedades e nos camponeses que lá viviam e, sim, na supremacia territorial adicionada ao *bannus*.

Em que consistia esse novo tipo de autoridade local? Em sua essência ele constituía-se do exercício da justiça em casos de crimes graves que incluía a condenação à pena de morte e castigo corporal. Essa legislação deu aos senhores locais um pretexto para confiscar bens e prender pessoas arbitrariamente como um meio de expulsar os pequenos camponeses livres de suas propriedades (das quais tinham plena posse, livres de vínculos). Além disso, era possível organizar em uma escala local o que teria sido impossível realizar no nível do Estado: a arrecadação da talha (com frequência referida como *tallia* [*taille*, em francês] ou *exactiones* nas fontes), ou a exação de outros direitos senhoriais dos servos. Por fim, esses senhores feudais impuseram todos os tipos de tarefas e serviços a seus vassalos como o trabalho obrigatório

em seus castelos e a exploração de bens de capital caros, como moinhos e fornos, como um monopólio, uma prática antes restrita às grandes propriedades. Em seu conjunto esses direitos originários dessa nova autoridade eram chamados de *consuetudines* (“direito consuetudinário”), um eufemismo que logo foi qualificado pelo adjetivo *malae* (“mau”). Essa autoridade era quase sempre exercida pelo uso da força, de um modo descontrolado e irracional mesmo pelos padrões contemporâneos, contra os camponeses locais. Afinal, esses senhores feudais não estavam em guerra contra eles, nem haviam se envolvido em um conflito com eles, nem eles eram seus escravos, razões que na baixa Idade Média justificavam o uso da força bruta. Por esse motivo esses senhores feudais foram severamente criticados pelo clero, não obstante a disfarçada hipocrisia. Apesar das reclamações dos clérigos e das instituições da Igreja, sobretudo quando o poder dos senhores locais dirigia-se contra as propriedades da Igreja, com frequência esta agia com a mesma severidade e violência contra as pessoas que estavam sob sua autoridade. O clero jamais havia protestado contra esse tipo de autoridade local em si. Mas os senhores não tinham escrúpulos morais. Logo após o ano 1200 os nobres da Catalunha pediram ao rei de Aragão o direito de “maltratar” (*male tractare*) seus súditos camponeses, o que legalizou o *malae consuetudines*.



Mapa 7.1 Castelos da região ocidental da Aquitânia

Fonte: DEBORD, A. The Castellan Revolution and the Peace of God in Aquitaine. In: HEAD, Thomas; LANDES, Richard (Orgs.). *The Peace of God: Social Violence and Religious Response in France c.1000*. Ithaca, Nova York e Londres, 1992. p. 137.

Teria sido mais difícil impor esse poder de uma natureza tão violenta se os senhores não tivessem dois meios poderosos de exercer sua autoridade: um castelo e guerreiros bem armados. Esses castelos não se assemelhavam às grandes fortalezas construídas no noroeste da Europa durante os séculos IX e X sob as ordens dos reis e condes, perto de centros comerciais, como Dorestat e Middelburg, para oferecerem alguma proteção às pessoas e suas propriedades contra os vikings. No contexto da autoridade comum local tratavam-se de fortificações bem mais modestas. Elas não eram totalmente desconhecidas no período carolíngio, mas houve uma enorme expansão de castelos fortificados, talvez milhares deles, depois de meados do século X, após as grandes invasões na Europa pelos grupos “bárbaros” (vikings, mulçumanos e magiares). O objetivo principal de construir esses castelos, portanto, não era o de proteger a população local.

A Espanha, na época da Reconquista, envolvida em uma luta mortal com os mouros, foi de certa forma uma exceção porque Castela e Catalunha significam “terra de castelos”. Em outros lugares a principal finalidade de controlar a área ao redor dos domínios locais foi menos escrupulosa e heroica. Os castelos eram construídos para manter os senhores rivais fora da região e os ambiciosos príncipes ávidos por terra a distância e, acima de tudo, para exercer o *bannus* com a maior eficiência possível e sob a ameaça do terror. Ainda mais importante, não havia diferença se o castelo pertencia ao senhor feudal ou se ele o mantinha formalmente em nome do rei, do conde ou do duque.

Esse novo tipo de castelo consistia em uma pequena mota, uma colina natural ou feita pelo homem, onde era construída uma torre de madeira ou de pedra, um torreão (*donjon*) com diversos andares e que só podia ser acessado por uma escada até o primeiro piso. Alguns castelos tinham um espaço murado ao lado da mota, onde havia prédios externos, estábulos etc. Na França existia uma diferença nítida entre uma cidade e a região rural. Nos poucos centros urbanos grandes os castelos eram construídos dentro ou próximo da cidade. Se o senhor feudal da cidade não morasse no castelo, ele seria habitado por um funcionário local chamado castelão. No campo, entretanto, a maioria dos castelos eram construídos em áreas relativamente isoladas, distantes das moradias. Só na Itália e no sul da França esse costume não era tão frequente, e nesse período novos assentamentos totalmente fortificados foram construídos em muitos lugares, com um castelo em seu interior. A arquitetura desses *castra* ou *castelli* incluía diversas moradias, e com frequência uma reorganização da paisagem rural adaptada ao projeto arquitetônico. Esse processo de construção de castelos é conhecido na literatura como *incastellamento*.

Esses novos tipos de castelos tinham uma guarnição permanente de pequenos contingentes de soldados profissionais a serviço do senhor do

castelo. As fontes referem-se a eles como *milites castri* (“soldados do castelo”), *gregarii equites* (“cavaleiros comuns”) ou *cavalcata* (“cavalaria”). Eles eram recrutados entre as famílias aristocráticas locais de uma posição social inferior, mas às vezes também entre camponeses livres e cativos. Eles recebiam um bom treinamento em luta a cavalo, defendiam o castelo e faziam manobras militares em pequena escala, porém, extremamente violentas nas áreas vizinhas.

Diferenças Regionais e o “Sistema” Feudal de Vassalagem

A concepção da “revolução banal” tem sido muito discutida nas últimas duas décadas. Seus opositores enfatizam a continuidade em vez de mudança, e destacam a necessidade de descobrir como instituições vitais sociopolíticas, a exemplo da jurisdição, atuavam sem se preocuparem com as regras vigentes. Estamos convencidos, assim como Chris Wickham, entre outros, de que a Europa ocidental em torno de 1100 era “estruturalmente diferente” do mundo de Carlos Magno, e que uma diferença crucial consistia na natureza do domínio local. Sem dúvida havia continuidade na natureza quintessencialmente aristocrática do domínio do senhor e o exercício do poder em todos os níveis da sociedade. Mas o caráter da ascendência aristocrática sobre as pessoas e a terra mudou drasticamente quando a ordem “pública” que os carolíngios haviam conseguido instaurar e manter, embora de uma maneira imperfeita, começou a desmoronar, e não só os reis perderam o controle dos condes, como também os condes perderam o controle sobre os senhores locais. Ao se apropriarem da prerrogativa do rei de comandar e proibir, qualquer pessoa com recursos suficientes, força ou ousadia poderia dominar em um nível local sem correr o risco de ser considerado responsável pelo rei ou por seus funcionários. A fim de examinar essa questão devemos observar a multiplicidade dos indicadores em vez de insistir em apenas uma questão. É preciso também ampliar nosso escopo além da região da França, o único lugar onde a discussão sobre a revolução banal prolongou-se; devem-se levar em consideração fenômenos similares aos que aconteceram na França em outras partes do antigo império carolíngio, ou ainda mais além.

Para começar, o contraste entre a França e a Alemanha não deve ser enfatizado em demasia. No máximo, as comportas explodiram mais tarde no império alemão do que na França – a grande revolta contra o governo de Henrique IV em 1073 é com frequência visto como o ponto de partida. Porém, mais ou menos nessa época todos os sintomas da formação de governos autônomos exercidos por senhores locais eram visíveis também no império alemão, em especial onde, por uma razão qualquer, a evolução em direção ao estabelecimento de principados com grandes territórios foi obstruída.

No entanto, as diferenças globais podem ser vistas entre o desenvolvimento de domínios senhoriais na França e no Sacro Império Germânico. Mais do que na França, os senhores feudais comuns no império alemão e no reino (alemão) na Itália surgiram nas grandes propriedades de terras da aristocracia e nos direitos inerentes a ela que, em seguida, evoluíram para um domínio territorial.

Além disso, muitos princípios dessa nova autoridade enraizavam-se na defesa laica das imunidades eclesiásticas. Essas imunidades sempre tinham um defensor secular para tratar de assuntos referentes a armas ou o uso de violência física (como o castigo corporal e a aplicação da pena de morte), assuntos considerados impróprios para o clero. Como esses defensores laicos eram, sem exceção, poderosos aristocratas da região, a defesa poderia com facilidade ser a alavanca para o estabelecimento de um domínio territorial.

O estabelecimento de poderes senhoriais foi evitado com mais frequência no império alemão do que na França, devido ao envolvimento ativo dos príncipes alemães na recuperação e colonização de terras improdutivas e na organização de novos assentamentos criados por esses desenvolvimentos. Os príncipes organizaram imediatamente a "ordem pública" por meio de um decreto escrito. O decreto, além de regulamentar que o tamanho das fazendas só seria definido depois de limpar a terra, determinava o valor anual a ser pago ao senhor feudal pelo arrendamento das terras e como o governo local e a justiça seriam administrados nesses novos assentamentos. Esse tipo de decreto implica uma relação de cooperação e consulta entre o senhor feudal e seus vassallos do que um regulamento de repressão e violência.

Segundo Thomas Bisson, um medievalista norte-americano, a tendência de formação de poderes dos senhores feudais comuns não se limitou às regiões dentro do império carolíngio. Em suas periferias, essa propensão surgiu em torno da mesma época nos reinos cristãos do norte da Espanha e na Inglaterra, onde havia uma longa tradição de autoridade do rei, e as concessões para os arrendatários de terras dos reis (vassallos reais) depois de 1066 nunca incluíam funções "públicas". Em todos os lugares havia uma enorme quantidade de poderes locais baseados na força, sobre os quais nem os reis nem os funcionários encarregados de funções territoriais tinham qualquer controle. Às vezes esses poderes locais desenvolviam-se por coincidência, estimulados por circunstâncias políticas como, por exemplo, a mobilização em Castela e Leão de defesa contra mais uma agressão do califa de Córdoba nas últimas décadas do século X, e na Inglaterra no período da "Anarquia" (1135-1154) entre a morte de Henrique I e a coroação de Henrique II.

Em toda essa discussão é essencial ter em mente que o enfraquecimento da autoridade real em consequência da formação simultânea de principados (condados, ducados, margraviatos) próximos à autoridade dos se-

nhores feudais não pode ser rotulado apenas de “anarquia feudal”, como antigamente. O uso contínuo e crescente do sistema de vassalagem ajudou a evitar um período prolongado de anarquia. As relações de vassalagem existiam em todos os níveis: ao longo do tempo, condes, duques e margraves, tanto na França como na Alemanha, apesar de sua autonomia, tornaram-se vassalos do rei e, por fim, tiveram o direito de manter seus condados, ducados e margraviatos como feudos em nome do rei. Por sua vez, esses condes, duques e margraves estabeleceram um vínculo de vassalagem com muitos senhores feudais, ao passo que esses mesmos senhores criaram uma relação também de vassalagem com suas *milites*. As ramificações dessa rede de contatos multifacetada em meados do século XII foram reveladas em um levantamento realizado pelo conde de Champagne em 1172 de todos os vassalos e seus feudos em seu condado, possivelmente com a intenção de pedir *ligesse* (fidelidade preferencial) a eles. Esse levantamento, conhecido como *Feoda Campanie*, contém os nomes de 1.900 “senhores” e “cavaleiros”.

Apesar de as relações de vassalagem no sistema feudal terem contribuído para o controle dos senhores feudais comuns, a autoridade deles só desapareceu quando a autoridade central, territorial e soberana foi restaurada, tanto nos reinos, como na Inglaterra em 1154, quanto nos condados, ducados e margraviatos. Isso significou que os reis e os príncipes haviam feito esforços enormes para monopolizar e centralizar as responsabilidades mais importantes – a administração da justiça, o uso da força, a administração pública e a legislação – que hoje são reconhecidas como responsabilidades “públicas”. A extinção dos domínios autônomos enquadra-se na estrutura desses esforços. Quando essas iniciativas não obtinham um sucesso imediato, os senhores feudais eram forçados a estabelecer uma relação de vassalagem. Nesse sentido, a posse de uma propriedade tinha um caráter político e tornou-se parte de um mecanismo de distribuição de poder político. Sobretudo no Sacro Império Germânico, no período medieval tardio, os príncipes distribuíram direitos senhoriais, em especial sobre os vilarejos de seus feudos. Às vezes esses direitos chamavam-se “autoridade jurisdicional (limitada)”, porque em geral abrangiam só o exercício restrito da justiça e de governo local, sem autonomia. A posição e a jurisdição desses “senhores jurisdicionais” não se comparavam às dos senhores locais em um período bem anterior.

Mudanças na Extração do Excedente de Produção Agrícola, Ajustes na Economia da Propriedade da Terra

A criação de propriedades rurais de senhores feudais locais provocou mudanças consideráveis na extração do excedente agrícola, isto é, na extensão e na maneira como a renda era transferida dos camponeses para seus senhores. Antes a transferência era feita, sobretudo, com trabalhos obri-

gatórios, e o pagamento de excedentes pelos servos camponeses dentro da estrutura do sistema senhorial e da "propriedade da terra". Mas os senhores locais exploravam as pessoas, servos ou não, em um território bem definido, com base em uma autoridade de usurpação do poder público.

Essa mudança acompanhou a evolução do sistema senhorial que, durante o período de expansão, se enfraqueceu nos lugares onde antes fora hegemônico, exceto na Inglaterra. Existem diversas razões profundas para esse declínio. É bem possível que os problemas financeiros da aristocracia tenham influenciado. Com o crescimento demográfico, a aristocracia também se expandiu, com a consequente redução gradual das heranças das gerações seguintes. Em muitas regiões o empobrecimento agravava-se com os presentes extravagantes de grandes áreas de terras e do pagamento do dízimo às instituições da Igreja. Esses presentes eram dados sob a condição de que os doadores retivessem determinados direitos, em especial os direitos de usufruto. No entanto, em suas tentativas de diminuir a influência secular na Igreja, e com o retorno da legislação canônica referente aos conceitos de propriedade inspirados no direito romano, as abadias e outras instituições eclesiásticas começaram a pensar nos presentes como transferências permanentes de propriedade. Em algumas regiões o montante dos dízimos pagos, que eram uma fonte importante de receita para a aristocracia, retornava para a Igreja. A redução da renda contrastava com os aumentos dos custos. Esse desequilíbrio financeiro era causado, em parte, pelos crescentes custos das guerras e pela reabertura do comércio com o Oriente Médio, que deu acesso a inúmeras mercadorias luxuosas, como especiarias, seda e marfim, o que levou os aristocratas a viverem de uma maneira sofisticada, mas, acima de tudo, mais dispendiosa.

Além disso, o desaparecimento do sistema senhorial clássico em muitas regiões da Europa durante o período de expansão pode ser explicado de uma maneira mais neutra por dois desenvolvimentos econômicos. Primeiro, a urbanização criou, ao mesmo tempo, uma demanda de produtos agrícolas e a oferta de emprego em outras áreas não agrárias. Esse crescimento econômico parcialmente contrabalançou os efeitos do segundo desenvolvimento, a inversão da proporção entre a terra e a mão de obra, a relação de escassez entre os fatores de produção da terra e mão de obra. Como consequência do crescimento populacional, a terra ficou mais escassa e mais cara, ao passo que a mão de obra tornou-se mais abundante e mais barata. Isso estimulou a transformação do trabalho dos servos em pagamento em dinheiro ou em mercadorias. O trabalho dos servos no sistema senhorial vinculava-se à posse de uma fazenda, e originalmente tinha a intenção de garantir que a mão de obra escasso fosse mantida nas terras arrendadas. Os grandes proprietários de terras que haviam dispensado os serviços dos servos, quando

não era mais a mão de obra, mas sim, a terra que tornou-se escassa, agora enfrentavam um dilema de uma escolha muito difícil. Eles poderiam desistir da exploração direta de suas propriedades e arrendá-las como *indominicatum* (para seu próprio uso) inteiras ou em partes em um arrendamento hereditário ou de curto prazo; ou poderiam continuar a explorar a terra diretamente, mas agora com a ajuda de trabalhadores pagos. Durante os séculos XI e XII grandes proprietários de terras na Europa inteira escolheram a segunda opção, porém, ao longo do tempo, a preferência recaiu na primeira alternativa. As novas ordens monásticas dos cistercienses e dos premonstratenses constituíam uma exceção. Eles continuaram a explorar diretamente suas terras com a ajuda dos *conversi*, irmãos laicos que trabalhavam por um custo barato. A Inglaterra mais uma vez fugiu do padrão, e a partir do final do século XII muitos arrendatários de terras (seculares e eclesiásticos) resistiram à tendência de dispensar o trabalho dos servos, a fim de lucrar o mais possível com os altos preços dos grãos. Na Inglaterra o sistema senhorial foi mantido com sua forma clássica bipartida até o século XIV.

Em outros lugares não só o trabalho dos servos ligado à exploração direta da terra desapareceu, como também outras obrigações servis foram aos poucos sendo substituídas por pagamentos fixos de dinheiro, como o direito do senhor feudal de legar os melhores bens móveis a um servo ou de receber compensação pelas filhas do servo que queriam casar com alguém de fora da propriedade. Essa nova relação entre servo e senhor feudal teve três consequências sérias. Primeiro, ao longo do tempo a servidão perdeu grande parte de sua importância; em muitas áreas essa perda traduziu-se no desaparecimento do *status* legal dos servos e da lei específica vinculada a esse *status* (o conjunto de regulamentos legais aos quais os servos submetiam-se). Isso causou uma grande diferenciação social e uma mobilidade geográfica na região rural. Segundo, o fato de ser possível substituir o trabalho do servo e de remunerar outras obrigações servis em regiões onde havia muitas propriedades significou um avanço na comercialização e na monetização da economia rural. Agora, os camponeses eram forçados a converter seus excedentes de produção ou seu trabalho em dinheiro. E terceiro, os arrendatários de terras sofreram perdas quando a prestação de serviços e outras obrigações servis foram convertidas em pagamentos em dinheiro. Os pagamentos dos arrendamentos passaram a ter um valor fixo, embora no século XIII houvesse um processo de rápida inflação. O valor real dos pagamentos periódicos logo se corroeu, o que beneficiou os locatários. Em um estágio posterior os proprietários de terras tentaram enfrentar essa situação arrendando partes da propriedade onde ainda tinham algum controle por um número limitado de anos. Uma alternativa foi a meação ou arrendamento de terras divididas (a palavra francesa *champart* origina-se

do latim *campi pars*, que significa “parte do campo”), uma prática mais comum em algumas regiões da França e da Itália. Nesse sistema o proprietário recebia uma parte fixa do rendimento da produção, em geral de um terço ou um quarto, porém, mais tarde na Itália também podia receber a metade (*mezzadria*) da produção agrícola bruta das terras arrendadas.

CAVALEIROS E CAMPONESES NA IMAGEM MEDIEVAL DA SOCIEDADE

A banalidade ou formas similares de controle pode ser vista como o final de um longo processo social e histórico já discutido: a formação gradual de um novo estilo de aristocracia guerreira. Isso se refletiu nos exemplos anteriores dos três estamentos ou categorias sociais que sobreviveram do século IX (ver Capítulo 5). O tema foi discutido de forma bem mais explícita na declaração socioflosófica, talvez a mais importante do período em torno do ano 1000, *Carmen ad Rothbertum regem* (poema Carmem para o Rei Roberto), escrito por Adalberto, bispo de Laon, em 1027, para o rei da França Roberto o Piedoso (996-1031). Nessa poesia a divisão da sociedade amplamente conhecida em três categorias (“alguns rezam, outros combatem e outros trabalham”) está contaminada pela divisão entre nobres e “homens livres” por um lado e servos por outro. Mas qualquer que fosse a divisão da sociedade havia a crença firme da elite do clero de que as categorias sociais tinham sempre de funcionar de forma orgânica, como um só corpo: todos os grupos sociais correspondiam a uma parte do corpo; o conjunto só funcionava bem se todas as partes estivessem em seu lugar, realizando suas tarefas e trabalhando juntas em harmonia quando necessário. Neste capítulo iremos enfocar os que “combatem” e os que “trabalham”, como descrito por Adalberto; os que “rezam” serão discutidos no Capítulo 8.

Cavaleiros Tornam-se Membros da Instituição Medieval da Cavalaria

Um dos acontecimentos sociais e históricos mais fascinantes de toda a história medieval foi a formação da instituição da cavalaria a partir de três elementos. Já abordamos os dois primeiros: a crescente importância tática da cavalaria fortemente armada na baixa Idade Média e, subsequentemente, a formação de milícias a cavalo dos senhores feudais locais. O terceiro elemento deve ser visto como uma reação do clero, mas ao mesmo tempo ele tem raízes históricas mais profundas: a política consciente do clero de representar a aristocracia como combatentes a serviço da Santa Igreja, com o rei à frente, pronta a se armar para defender a ordem social desejada por Deus.

O primeiro desenvolvimento provocou uma nítida profissionalização dos guerreiros equestres, que foi estimulada ainda mais por avanços tecno-

lógicos progressivos nas armas e nos equipamentos: o aperfeiçoamento da armadura de malhas de ferro e de muitos tipos de armas para golpear e apunhalar, as armaduras para cavalos, a ferradura e a sela com proteção para a guerra com a pastilha e o cepilho altos. Além da grande habilidade, resultado de um longo treinamento, os guerreiros a cavalo precisavam ser muito ricos e, por isso, esses cavaleiros armados – *milites*, em latim da época – pertenciam predominantemente à nobreza. Já na França, no período carolíngio, o reconhecimento de um jovem aristocrata como um *miles*, um verdadeiro guerreiro (equestre), em uma cerimônia na qual recebia uma espada, associava-se à ideia de que era esse ato que preparava os homens a exercer o *honor*, função pública, assim como para defender a Santa Igreja contra seus inimigos.

Mas a profissionalização também implicava um bom preparo físico, talento e lealdade, características que eram consideradas além da origem e da riqueza no recrutamento desses guerreiros, embora as circunstâncias históricas também tivessem influência. Já vimos que a autoridade local dos senhores feudais baseava-se em parte nos pequenos exércitos privados de cavaleiros equipados e mantidos à custa dos senhores proprietários dos castelos. As frequentes referências pejorativas a esses cavaleiros nos levam a presumir que nem sempre eles tinham origens nobres. No Sacro Império Germânico os reis e funcionários de alto escalão recrutavam esses cavaleiros nos domínios *ministerials*, sobretudo nas décadas em torno do ano 1100. Nas fronteiras da Reconquista em Castela e Catalunha surgiu uma classe de cavaleiros camponeses, os *caballeros villanos*. A cavalaria dos exércitos das cidades-estado livres do norte e do centro da Itália tinha desde o início uma mistura de pessoas da nobreza e da burguesia. Na Inglaterra, a conquista normanda de 1066 foi de extrema importância: os *milites* a cavalo do exército de Guilherme o Conquistador, quase sempre de origem nobre francesa, tornaram-se “arrendatários” dos nobres que arrendavam terras diretamente dos reis, os “barões” seculares e os dignitários da Igreja que tinham uma ligação direta com o rei (o equivalente anglo-normando aos vassalos do rei no continente). Nas décadas logo após 1066 a posição de vassalagem desses *milites* com uma ou mais propriedades arrendadas vinculou-se em especial aos seus serviços como guerreiros a cavalo.

O prestígio dos *milites* cresceu de forma extraordinária com o crescente desenvolvimento da competência técnica e tática desses cavaleiros, e devido ao papel vital que exerceram nas grandes operações militares no século XI, que na época fascinavam a imaginação, e às suas armas e equipamentos cada vez mais caros. E o mais surpreendente é que os *milites* da alta aristocracia deixaram-se ser identificados com cavaleiros de origem mais humilde. Mesmo os monarcas apresentavam-se como guerreiros a cavalo. Guilherme o Conquistador, por exemplo, é retratado na tapeçaria de Bayeux mais como

um cavaleiro entre seus *milites* do que como um monarca em seu trono. Depois de Oto II, da Alemanha, ele foi um dos primeiros reis a ter um selo com sua imagem como um guerreiro a cavalo, e muitos governantes seguiram seu exemplo. Essa fusão da alta aristocracia, pequena nobreza e plebeus, algumas vezes até escravos, com os membros de uma elite militar que ao longo do tempo se tornou difícil de distinguir da nobreza, foi ressaltada com o desenvolvimento de um *esprit de corps*, um novo código de honra e comportamento com uma característica própria, que hoje chamaríamos de “subcultura”. Enquanto a admissão ao grupo era formalizada em uma cerimônia solene em que rodeavam a cintura do cavaleiro com o *cingulum militiae* (“o cinto militar”), e entregavam a espada – a acolada data somente do século XIII. A partir de então os guerreiros eram chamados de cavaleiros e pertenciam à ordem da cavalaria (*ordo militaris*, em latim).

No código do comportamento tradicional dos cavaleiros medievais, os valores universais como coragem, lealdade e companheirismo sempre foram importantes. Mas, além disso, a formação do *etos* de um cavaleiro teve o apoio da Igreja desde o início. Assim, recuperou-se um antigo conceito: o de *miles Christi* ou *miles Sancti Petri* (“soldado de Cristo” ou “soldado de São Pedro”). No início do Cristianismo esse título de honra foi dado a clérigos em geral e mártires em especial. Nos séculos V e VI foi atribuído aos monges, a nova elite cristã. Em seguida, os bispos receberam esse título, como podemos ver em uma carta pastoral enviada pelo Papa Nicolau I aos bispos do Império Franco do Ocidente em 865. O papa proibiu os bispos de participarem de conflitos armados, pois eles eram os *milites Christi* e, portanto, só poderiam lutar em batalhas de natureza espiritual e exclusivamente a serviço do papa.

Por mais estranho que possa parecer, esse conceito de *miles Christi* foi restaurado nos círculos do Papa Gregório VII, logo após meados do século XI, em uma tentativa de pôr os *milites* seculares a serviço da Igreja apregoando, além da coragem e da fidelidade, as virtudes cristãs como a religiosidade, a defesa dos desamparados e a paz (dos companheiros cristãos). A luta contra os não cristãos, os inimigos infiéis da fé na Espanha e na Terra Santa, propiciou novas oportunidades para envolver os *milites* nos ideais cristãos. Por outro lado, havia esforços para tornar a moralidade do clero mais militar e heroica, como revelado no *Liber ad milites Templi de Laude Novae Militiae* (Livro dos Cavaleiros do Templo em Louvor à Nova Ordem da Cavalaria), escrito em torno de 1145 pelo pilar cisterciense da Igreja cristã, Bernard de Clairvaux. É um elogio às novas ordens religiosas da cavalaria, que surgiram na Terra Santa no final da primeira cruzada para defender os lugares santos conquistados e a fim de proteger, se necessário com o uso da força, o número crescente de peregrinos.

A ordem religiosa mais antiga foi a “Irmandade dos Pobres Cavaleiros de Cristo”, fundada pelo fidalgo francês que participou das cruzadas, Hugo de Payns, e reconhecida em 1128 como a Ordem dos Templários (os Cavaleiros do Templo). Em seguida, criaram-se a Ordem de São João de Jerusalém (os Cavaleiros Hospitalários, conhecida a partir do século XVI como a Ordem de Malta), a Ordem do Hospital de Santa Maria dos Alemães (a Ordem Teutônica), além de diversas ordens menores e menos difundidas na região do Báltico e na Espanha e em Portugal, onde tinham imensas propriedades até o início da era moderna. Os clérigos e as pessoas laicas podiam juntar-se a essas ordens, mas só os últimos faziam um juramento de luta; em compensação, algumas ordens não exigiam o celibato.

Segundo Bernard de Clairvaux, essas novas ordens espirituais de cavaleiros eram a realização máxima do novo ideal dos *militia Christi*. Cavaleiros “comuns”, os *milites saeculi*, como definido por Bernard de Clairvaux, não partilhavam dos mesmos ideais dos *militia Christi*: em sua opinião eles renunciavam aos ideais originais cavaleirescos ao darem uma atenção exagerada à sua aparência e atitudes externas. Por essas atitudes Bernard referia-se à subcultura que se desenvolvia em torno dos cavaleiros como heráldica, maneiras de vestir, estilo de penteado e treinamento. No início do século XII já havia uma crítica muito hostil aos trajes dos cavaleiros entre o clero. Eles pareciam mulheres, mesmo no campo de batalha, onde usavam joias de ouro e prata. Um pouco mais tarde houve suspeitas a respeito das justas e dos torneios, que provavelmente surgiram do treinamento dos cavaleiros em armas por volta de 1100, e logo passaram a ser espetáculos excessivamente populares. Com frequência os participantes morriam e, por esse motivo, as regras dos jogos mudaram, em parte por pressão da Igreja, que proibiu os torneios em 1130. Mas como essa medida não surtiu o efeito desejado, em 1139 a Igreja negou o enterro cristão aos cavaleiros que morressem nesses torneios; porém, essa proibição também teve pouco sucesso.

Só o ritual da sagração de um cavaleiro contava com a aprovação irrestrita da Igreja. Nessa cerimônia a Igreja tinha a oportunidade de infundir no candidato a cavaleiro, por meio dos ritos e atos simbólicos, os valores cristãos considerados base do cavaleirismo. Os que aspiravam a se consagrarem cavaleiros juravam proteger a Igreja e o clero. Além disso, a cerimônia realizava-se em geral em uma igreja ou capela, a menos que o homem fosse armado cavaleiro em um campo de batalha.

Cultura Refinada da Corte: Novas Regras para Frequentar os Altos Círculos

As novas virtudes do cavaleirismo eram transmitidas durante a cerimônia de sagração com tratados sucintos de moral e poemas didáticos des-

tinados especialmente ao estilo de vida dos cavaleiros, mas também com os novos gêneros literários que formavam uma parte da chamada cultura refinada e cortês da corte. A palavra “cortês” (*courtois*, em francês) refere-se às cortes dos monarcas e dos grandes príncipes que eram líderes naturais da nova ordem dos cavaleiros. O essencial na etiqueta do cavaleiro era a “cortesia”, um conceito vago que tem sido estudado principalmente sob a perspectiva da história da literatura. No entanto, ele indica um código específico de comportamento com o objetivo de:

- controlar as tensões e evitar atos agressivos e conflitos, sobretudo entre os jovens cuja educação concentrava-se no uso da força; e
- atingir um lugar importante na corte com a obtenção da “honra”.

No início esse código de comportamento foi elaborado como uma espécie de programa de etiqueta com maneiras educadas de nossa cultura ocidental, e que era incorporado em axiomas simples como o médio alemão “*Wirff nit nauch pürschem Sin/die Spaichel über den Tisch hin*” (“Nunca cuspir na mesa como um camponês”). De uma natureza mais elevada havia as virtudes que um cavaleiro ideal deveria possuir: lealdade, pureza (moral), moderação, sentimento de honra, generosidade e vontade de ajudar o próximo, além da força física, do autocontrole e de certo conhecimento do mundo. Nessa lista a “honra” e seu oposto “desonra” eram talvez os itens mais importantes. A honra era inerente à alta posição social, mas também poderia ser adquirida com a realização de feitos honrosos. A bravura na batalha (*prouesse*, em francês antigo) era um requisito essencial para os cavaleiros. Mas a cultura refinada e cortês requeria que um espírito belicoso se direcionasse a uma meta mais sublime. A honra só tinha valor se houvesse sido obtida por meio do serviço a outra pessoa, de preferência a uma senhora ou a um grande príncipe, ou, ainda melhor, à fé cristã. Só então a honra sedimentava o caminho para a autoestima e, especial, para o amor (cortês) e a salvação pessoal.

As duas características mais importantes do amor cortês (*amour courtois*, em francês) – uma expressão criada como um conceito total a partir de partes diferentes por historiadores literários no século XIX – representava a inversão do padrão do papel tradicional (no amor cortês um homem serve a uma mulher, e não vice-versa) e o pressuposto da elevação moral que o amor cortês pode proporcionar (o amor cortês faz com que os enamorados, em particular o homem, tornem-se pessoas moralmente melhores). Para que esse aperfeiçoamento moral acontecesse plenamente o apaixonado precisava sofrer as privações e humilhações necessárias, a fim de realizar feitos de autossacrifício e coragem para seu ser amado. Mas, como diz o

ditado, tudo bem quando termina bem, e ele então poderá saborear as alegrias verdadeiras do amor.

A prática do amor cortês era sofisticada e, às vezes, era também um jogo malicioso, com suas regras complicadas. Se os textos literários são verossímeis, os jogos do amor cortês nas cortes dos reis tinham nomes especiais, como “as cortes legais do amor” e *jeux partis* (“jogos compartilhados”), nos quais os diversos jogadores revezavam-se para defender outro ponto de vista sobre questões importantes como “se para sua dama passar uma noite de amor com você dependesse de seu marido velho e desdentado, você gostaria de tê-la primeiro ou depois dele nos braços?”

Além do fato de que esses aspectos vulgares do amor cortês fossem totalmente opostos à ética cristã em relação ao casamento e ao amor conjugal, a complexidade das ideias sobre cortesia e amor cortês constituía uma “utopia social”, nas palavras de Joachim Bumke, que pouco se assemelhava à realidade terrível da vida cotidiana em um castelo medieval. Isso pode ser bem ilustrado pela maneira como as mulheres eram tratadas. A imagem cortês idealizada da mulher baseava-se (aos nossos olhos) em clichês ridículos como a “beleza externa é o reflexo de uma alma pura”, refletindo a atitude ambivalente dos homens de classe social alta na época medieval em relação às mulheres. Elas eram por natureza inferiores, mas ao mesmo tempo podiam ser modelos de virtude. É verdade que, por acaso, algumas mulheres nobres ascenderam a um grande poder, em especial as rainhas ou rainhas regentes no período de menoridade dos príncipes, mas mesmo nesta última situação sempre havia homens exercendo influência. Quanto mais terras e riqueza uma mulher possuísse, ou que pudesse reivindicar por direito, “a probabilidade era maior de ser controlada e manipulada por parentes masculinos ou senhores” (Stafford). Mesmo que alguém discorde dessa visão cínica da sociedade medieval, é impossível negar que as mulheres aristocratas na Idade Média não usufruíam da liberdade pessoal da civilização ocidental moderna. Em sua juventude eram mantidas afastadas dos homens; muitas jovens nobres nunca se casavam e desapareciam nos conventos; e as que se casavam submetiam-se inteiramente à autoridade do marido. Em termos de autonomia legal e liberdade de ação, a melhor posição que as mulheres poderiam ter era de serem viúvas que não precisavam de um marido ou não mais tinham idade de casar de novo.

Acima dessas convicções enraizadas sobre a superioridade masculina e a autoridade natural do homem havia um padrão duplo de comportamento em casos de relações pré-maritais ou extraconjugais, e o conceito do amor cortês e do desejo obsessivo predominante por mulheres inatingíveis foi interpretado como um meio de dar vazão aos sentimentos dos filhos mais jovens de famílias nobres que se sentiam prejudicados em suas heranças

e que jamais teriam o prestígio do pai ou do irmão mais velho. Eles só poderiam ter a expectativa de fazerem um bom casamento ou terem sorte nas batalhas. Antes disso eles iam de castelo a castelo projetando seus sentimentos eróticos na mulher ou na filha, por exemplo, do senhor feudal a quem serviam como *miles*. Nesse amor idealizado dos jovens cavaleiros errantes por mulheres inatingíveis vemos uma metáfora da lealdade dos vassalos ao seu suserano. Então, subjacentes a esse conceito (literário) de amor cortês estão as ambições ocultas da pequena nobreza disposta a ser aceita por meio de sua habilidade nas armas nas cortes maiores ou menores espalhadas pela Europa feudal. Em ambos os enfoques o amor cortês ainda permanece “essencialmente um sistema que os homens criavam com os sonhos dos homens em mente” (Meg Bogin).

A cultura e o amor cortês encontraram um veículo literário em três novos gêneros que floresceram nos séculos XII e XIII: as *chansons de geste*, os poemas líricos e os romances cavaleirescos. As *chansons de geste* (no sentido literal “canções de gesta”) são textos épicos de relatos sobre os feitos memoráveis de uma pessoa, tema inspirado nos poemas épicos da época de Carlos Magno. Porém os textos anteriores a esse período são mais interessantes do ponto de vista social e histórico, como *Raoul de Cambrai* (escrito no último quartel do século XII), que descreve a nobreza feudal no norte da França como gostava de ser vista: extremamente violenta e preocupada com problemas de lealdade causados pela rápida disseminação das redes de contatos dos vassalos. Ao mesmo tempo, esses textos revelavam uma nova sensibilidade, descrita anteriormente, que à primeira vista não corresponde à mentalidade brutal dos cavaleiros.

Como essas pessoas ávidas por derramamento de sangue e violência podiam se comover até as lágrimas com histórias em que as senhoras desmaiavam ao saberem da morte de seus maridos amados? E, no entanto, é esse tipo de sentimento que a canção de gesta mais antiga que conhecemos, a *Canção de Rolando* c. 1120, expressa em sua história sobre a morte heroica de um dos líderes do exército de Carlos Magno em uma batalha contra os bascos.

O segundo gênero literário que surgiu nessa época, o poema lírico, às vezes chamado de poesia dos trovadores, enfatiza essa nova sentimentalidade. Suas origens podem ser encontradas nas culturas árabes e moçárabes da Espanha nos séculos X e XI. Não só os temas, as rimas e a música eram de origem árabe, como também a palavra “trovador”, talvez se origine da palavra árabe *tarraba*, “provocar emoções com a música”. Outras influências incluem os cânticos religiosos cristãos do gênero da Pia União das Filhas de Maria e o renovado interesse intelectual pela poesia de amor do poeta romano Ovídio.

Na Provença e no sul da França surgiu desta mistura uma poesia com uma forma precisa e uma nova concepção do mundo. Apesar do erotismo grosseiro presente no gênero, a mulher em geral é colocada em um pedestal, e o amor entre um homem e uma mulher eleva-se a um ideal de autor-realização alcançado só após um intenso conflito interno. Durante o século XIII a poesia dos trovadores composta em occitano (língua falada no sul da França na época) tornou-se um símbolo da ampla resistência aos esforços do rei da França, que queria controlar mais o sul, e do papa, que queria eliminar o albigensianismo, condenado como heresia. A poesia dos trovadores teve uma influência profunda nas poesias líricas de outras regiões, como a Sicília (e a partir da Sicília nos grandes poetas toscanos dos séculos XIII e XIV) e na Alemanha, onde no século XIII Walter von der Vogelweide e Ulrich von Lichtenstein eram considerados os melhores *Minnesänger* (“cantores de canções de amor”).



Ilustração 7.2 Um homem e uma mulher jogam xadrez em uma tenda. Lado posterior de marfim de um espelho de mão do século XIV

Por fim, os épicos mais recentes, os romances cavaleirescos, associavam elementos da *chanson de geste* e a poesia dos trovadores. As obras nesse gênero faziam uma descrição muito idealizada da realidade repleta de simbolismo erótico e místico religioso. É difícil para o leitor atual imaginar o significado mais profundo desses épicos e seus ligações com a realidade daquele período.

O pioneiro nesse gênero foi Chrétien de Troyes, chamado com frequência de pai do romance: em suas obras ele inspirou-se em um novo estilo que surgira na Inglaterra no século XII, a *matière de Bretagne* ("material da Bretanha"), histórias sobre o personagem lendário da baixa Idade Média, o Rei Artur. Nas obras de Chrétien escritas em francês entre 1150 e 1180, os sentimentos nobres e religiosos e os ideais entrelaçavam-se em uma imaginação poderosa e uma percepção do desenvolvimento do personagem. Agora, a vida aventureira de um cavaleiro era apresentada como uma busca espiritual em uma paisagem onírica que pode ser interpretada em níveis diferentes – a busca da graça divina, a procura de uma identidade ou um lugar na comunidade aristocrática etc. Para Chrétien o amor tem um poder mágico que pode romper todas as convenções sociais, mas que também as eleva a um nível transcendental de experiência. Ao mesmo tempo, sua visão do amor não era apenas romântica e mística. Em *Erec et Enide* Chrétien diz aos seus leitores aristocratas que só aqueles que tinham um real interesse pela comunidade política à qual haviam sido indicados estavam aptos a governar.

A adaptação feita por Chrétien do material da Bretanha serviu de modelo muito além das fronteiras da França e até bem após a Idade Média, tanto em poesia como em prosa, mas sempre no idioma vernáculo. Os romances alemães sobre o Rei Artur de Wolfram von Eschenbach e Hartmann von Aue são considerados as versões mais bem-sucedidas; o terceiro grande escritor alemão de romances sobre o Rei Artur na Idade Média, Gottfried von Strassburg, usou outra língua francesa em seu famoso *Tristan*. A influência da literatura cortês na literatura ocidental tem sido enorme. Ela introduziu o modelo do amor romântico na Europa inteira. O que começou com um jogo estilizado de cortesãos nos castelos difundiu-se ao longo dos séculos até se tornar hoje um romance sentimental.

Tendências em Relação à Classificação e à Segregação

A época em que Chrétien de Troyes escreveu seus grandes romances também marcou a conclusão gradual de um processo que começara há dois séculos. Em diferentes partes da Europa esse processo assumiu novas formas e velocidades diversas, mas impulsionou duas tendências:

1. *Uma tendência à classificação interna.* Como existiam cavaleiros de todos os tipos e características, foi preciso definir as diferenças em sua posição social. Primeiro, a distinção entre os cavaleiros aristocratas e cavaleiros plebeus continuou a ser feita na maneira como eram tratados e na sequência em que as testemunhas eram listadas nos documentos; segundo, na criação de categorias separadas de cavaleiros muito importantes, como os dos barões, cavaleiros que

lutavam com seus vassallos sob sua bandeira nas batalhas. Como os barões, por sua vez, eram vassallos de suseranos mais importantes (reis, príncipes), a vassalagem era um critério importante de *status* social na cavalaria, assim como era na nobreza.

2. *Tendência à segregação.* Entre cerca de 1130 e 1250 o *status* de cavaleiro tornou-se hereditário em todos os lugares. Isso significou que o critério de feitos de bravura, ou seja, um cavaleiro é um guerreiro perfeito, foi aos poucos sendo substituído pelo critério de nascimento e, assim, um cavaleiro era filho de um cavaleiro. Mas, embora todos os filhos de um cavaleiro fossem automaticamente incluídos na cavalaria, eles só entrariam de fato na *ordo militaris* após o gesto simbólico de sagração de cavaleiro, uma posição que surgiria na cavalaria, a do escudeiro que aspirava ao grau de cavalaria. Por razões financeiras, muitos filhos de cavaleiros permaneceram escudeiros até uma idade avançada, porque a cerimônia de investidura na *ordo militaris* era extremamente cara. A posição de escudeiro também exigia a manutenção de um estilo de vida de um cavaleiro que muitos jovens não mais podiam custear, porém, não obstante, continuavam a usufruir de privilégios fiscais, entre outros, ligados às suas origens de famílias de cavaleiros por muito tempo. No entanto, em nenhum lugar na alta Idade Média a cavalaria tornou-se uma categoria fechada, ditada apenas pelo direito de nascimento. As pessoas ricas das cidades e camponeses ricos sempre conseguiram, embora em um número pequeno, ser armados cavaleiros.

Os soberanos sempre detiveram o direito de promover as pessoas à nobreza ou ao posto de cavaleiros, categorias semelhantes. Entretanto, havia diferenças regionais na amplitude e rapidez com que a cavalaria e a nobreza – ou aristocracia – fundiram-se. Essa assimilação foi mais extensa em regiões da Catalunha, da França e da Alemanha, que foram muito influenciadas pela França, como Hainaut e Holanda nos Países Baixos, ou o reino de Aragão na Espanha. Nesses lugares a cavalaria e a nobreza não se diferenciavam.

Os principais territórios do Sacro Império Germânico, o norte e a região central da Itália e a Inglaterra tiveram um desenvolvimento bem diferente. A fusão da nobreza e da cavalaria começou mais tarde no Império Germânico do que na França, e nunca foi uma assimilação total, porque a cavalaria sempre esteve associada à posição cativa de *ministerial*. As obrigações da cavalaria não atraíam a alta nobreza, embora alguns cavaleiros de origem *ministerial* tenham sido reconhecidos como nobres, e reis alemães a partir de Frederico Barbarossa intitulavam-se “cavaleiros”. Na alta Idade Média uma pessoa era considerada de pequena nobreza se não ascendesse



Ilustração 7.3 Estátua equestre de um cavaleiro simbolizando o *miles* de Cristo no coro da Catedral de Bamberg

a uma posição mais elevada do que um *Ritter*. A alta ou “livre” nobreza preferia chamar-se de *nobilis*, apesar de todos os nobres pertencentes à alta nobreza serem também cavaleiros. A segregação da alta nobreza fortaleceu-se no século XII com o reconhecimento da lei feudal dos “príncipes imperiais” (*Reichsfürsten*), que beneficiou cerca de 140 clérigos e senhores seculares que tinham um vínculo feudal direto com o rei alemão. A tendência segregacionista que se iniciou no século XII foi também uma característica da cavalaria nos principais territórios alemães. Um passo importante foi dado na *Constitutio contra Incendiarios* (Lei contra os Incendiários) incluída no Tratado de Paz Territorial do império firmado em 1186. Esta lei regulamentou que a partir desta data os filhos de padres, diáconos e camponeses não podiam se tornar cavaleiros. Nas *comuni*, as cidades-estados do norte e da região central da Itália desde tempos imemoriais, a cavalaria constituía-se de um amálgama de nobres e plebeus que tinham um estilo de vida aristocrático. A cavalaria nessas cidades italianas não incluía todos os *militēs*, porque, além do novo significado de “cavaleiros”, os *militēs* ainda mantinham a conotação antiga e

mais ampla de “homens que montam cavalos”, e a cavalaria urbana não consistia apenas em nobres e cavaleiros. Os cidadãos mais ricos também eram recrutados para servir na cavalaria durante as guerras. Por exemplo, na grande batalha de Montaperti, em 1260, quando o exército comunal de Florença foi derrotado pelo seu arquirrival, a cidade de Siena, a cavalaria florentina compunha-se de 1.650 homens (inclusive 100 mercenários) e de mais de 14 mil homens na infantaria. Só alguns desses 1.650 homens eram nobres (*milites de granditia* ou *milites nobiles*), e o restante (*milites de popolo* ou *milites popolani*) era plebeu. Apenas no século XIV a convocação de homens para integrar as tropas da cavalaria nas grandes cidades como Florença foi substituída por uma compensação monetária usada para recrutar mercenários.

A mesma coisa acontecera na Inglaterra muito antes. Logo depois da conquista normanda, os *milites* ou cavaleiros formavam um grupo grande de 4 mil a 5 mil homens, número que aumentou no século XII. Sua posição ainda era basicamente definida em termos militares do feudalismo: eles eram vassalos que tinham de seguir seus senhores como cavaleiros armados por ocasião das guerras. Esse era o acordo básico de seu feudo, chamado de “remuneração do cavaleiro”.¹ Esses cavaleiros não tinham um *status* social elevado e em geral eles não eram considerados membros da nobreza. Essa situação mudou no século XIII, quando o contingente de tropas diminuiu para cerca de 3 mil homens. O recrutamento compulsório há muito tempo fora trocado por um imposto pago pelo senhor feudal em substituição ao serviço militar de seus vassalos. A partir dessa época a *classe de cavaleiros* separou-se da *cavalaria*. A primeira classificação incluía todas as famílias que tinham o título de cavaleiro; e a última só incluía as pessoas que podiam, ou queriam, ter um estilo de vida de um cavaleiro, e que tivessem sido formalmente admitidas na *ordo militaris*. Membros da classe de cavaleiros e da alta nobreza (barões e pares do reino) pertenciam a essa *ordo*. Em 1200 a cavalaria inglesa possuía cerca de 1500 membros. A partir do século XIII, a classe de cavaleiros começou a ser identificada com a pequena nobreza, e fontes posteriores referem-se a ela como “pessoas de nível social elevado”. Essas pessoas aos poucos passaram a exercer uma função permanente no governo local e representavam a comunidade local.

Camponeses

Em torno do ano 1000, os trabalhadores (*laboratores*) do esquema tripartido das propriedades rurais eram predominantemente compostos por camponeses. Os letrados, a elite do clero, tinham sentimentos ambíguos

¹ Remuneração, *fee* no original em inglês, que provém de *feodum*, feudo.

em relação a eles. Em uma passagem de *Carmen ad Rothbertum Regem*, Adalberto de Laon fala com compaixão do árduo destino dos servos; em outro trecho menciona esses “indolentes, uns seres estorvos e desprezíveis sob todos os aspectos” (*rusticus piger, deformis et undique turpis*). A visão de Adalberto não era muito original. A partir do período carolíngio muitos camponeses livres, com suas tarefas essencialmente “públicas” (serviço militar e comparecimento aos tribunais), perderam sua posição e também, como vimos, sua liberdade pessoal. O surgimento da cavalaria e a expansão das cidades causaram uma crescente visão negativa estereotipada dos camponeses, em total desacordo com a função social vital que lhes era atribuída na concepção orgânica da sociedade, com o ideal cristão de pobreza que eles representavam e com a preocupação a respeito das circunstâncias violentas em que eram obrigados a viver. As posturas em relação a grupos sociais específicos são com frequência ambivalentes. Elas exprimem uma mistura de desprezo, compaixão e medo e, talvez, também, uma necessidade inconsciente de racionalizar e justificar desigualdades sociais evidentes.

No cerne desse estereótipo negativo havia uma espécie de “embrutecimento”, a identificação dos camponeses com animais, o que em alguns aspectos pode comparar-se à visão antiga do início da Idade Média no tocante aos bárbaros, aos infiéis (mulçumanos e judeus) e aos escravos. Uma ampla gama de vícios nocivos e inócuos foi atribuída a essa imagem animalésca, desde selvageria à loucura, estupidez e “uma extraordinária propensão à flatulência” (Freedman). Eles são mencionados em uma ampla variedade de trabalhos. Tratados sucintos sobre política dos círculos clérigos difundiram a noção de que os camponeses eram “bárbaros” grosseiros, uma “raça estúpida”, “semisselvagens que não conseguem se controlar e, portanto, estão condenados à servidão”, disse Aegidius Romanus, em *De Potestate Ecclesiastica* (“Sobre o Poder da Igreja”) em 1301. Trabalhos históricos sérios, porém, depreciativos, afirmaram que os camponeses eram incapazes de fazer amor, porque não se podia chamar seu desejo animal de copular por esse nome (*L’histoire de Julius Cesar*).

Os camponeses eram o alvo de inúmeras piadas rudes (*fabliaux*, *Schwanken*) nas quais sua ignorância, sujeira e violência constituíam um objeto fácil de um ridículo impiedoso. Textos jurídicos como *Usatges de Barcelona* (“Costumes de Barcelona”) definiam os camponeses como “seres que não possuíam outro valor além de serem cristãos” e, assim mesmo, às vezes eram suspeitos de não professarem a fé cristã. E no trabalho padrão do amor cortês, *De Amore* (1185), o autor, André o capelão, asperamente diz que as galanterias cortesias dirigidas às senhoras nobres eram um desperdício para as jovens camponesas. André aconselhava seus leitores (homens e nobres) a copularem com elas sem cerimônia, um conselho que

foi repetido em inúmeras variações em um gênero literário popular e mais apropriado da alta Idade Média: a pastorela ou a “canção do pastor”. Tanto nos trabalhos literários no sentido estrito e, ainda mais nas paródias, como nos elogios poéticos de Neidhart às jovens do campo (c. 1225), a cortesia contrastava com a *rusticitas*, uma rusticidade grosseira. O comportamento dos camponeses era descortês sobre todos os aspectos e opunha-se aos valores de um cavaleiro: honra, habilidade no amor, coragem e moderação. Os camponeses, além de covardes, eram uns rústicos lascivos sem nenhum sentido de decoro.

Os camponeses deveriam ser considerados agora, vítimas da injustiça social no mundo medieval só com base no tratamento negativo recebido nos trabalhos literários e jurídicos? Existem três razões para uma visão mais equânime. Primeiro, a carga do excedente da extração (ver p. 184-185) diminuiu lentamente durante o período de expansão, uma vez que pelos padrões medievais até mesmo os camponeses tinham direitos legais. As leis consuetudinárias tinham força legal em toda a Idade Média e, no longo prazo, o poder de certos costumes favoreceu a classe dos camponeses, entre eles o direito dos servos de transmitir a posse por hereditariedade de sua fazenda e terras aos seus filhos e, assim que as obrigações fossem definidas, nada mais mudaria. Segundo, a crescente abertura da economia agrícola durante o período de expansão ofereceu aos camponeses a oportunidade de trabalhar em outros setores de produção e mercado, embora correndo os riscos inerentes a esses segmentos econômicos diferentes. Terceiro, a posição social dos camponeses que lhes permitia ter uma margem de negociação e um envolvimento político melhorou consideravelmente com o desenvolvimento de comunidades nos vilarejos.

Na baixa Idade Média os habitantes dos assentamentos rurais organizaram atividades coletivas. Essas atividades expandiram-se com o crescimento dos assentamentos e das moradias, e com a extinção do sistema senhorial. Esse processo já havia sido detectado em algumas áreas: a agricultura em campo aberto não teria sido possível sem decisões coletivas sobre a sequência da plantação das safras, o início da colheita e a limpeza e preparação do terreno. O uso extensivo das terras não cultivadas vizinhas para pasto do gado, o corte e agrupamento de madeira, o aproveitamento da argila e da turfa, entre outras tarefas, exigiam um grau de organização e acordos com as comunidades vizinhas. Nas áreas pantanosas e argilosas, os assentamentos permanentes dependiam de um bom método de drenagem e da manutenção dos diques. A expansão e concentração da rede de contatos das paróquias rurais provocaram uma preocupação coletiva com a construção e manutenção das igrejas paroquiais (um trabalho em que os paroquianos eram responsáveis), além da organização da ajuda aos pobres.

Todos esses fatores ocasionaram o estabelecimento de uma grande diversidade de instituições locais, como comunidades vizinhas, marcos (organizações locais para a administração de pastos comuns e florestas, comissões para regulamentar o uso da água e de sua qualidade e fundações para a manutenção da igreja paroquial e para ajudar os pobres; todas essas instituições formaram a comunidade do vilarejo (*communitas villae*, em latim). O termo também é encontrado em fontes mais antigas, mas ele adquiriu uma nova conotação nos séculos XII e XIII: não só as comunidades dos vilarejos tinham *de facto* personalidade legal, e além da competência de agir em benefício da comunidade local, elas também começaram a exercer poderes que considerávamos hoje de domínio público – governo local, promulgação de regulamentos locais ou regimentos internos e imposição de multas a infratores. Uma banca de *jurati* (juizes) ou *scabini* (membros do conselho municipal) era eleita para exercer esses poderes ainda unificados; essa banca, periodicamente renovada, compunha-se de camponeses que moravam no vilarejo. Às vezes não havia um banca e uma assembleia constituída por todos os moradores responsabilizava-se pelo governo local e a administração da justiça. Neste caso, oficiais locais foram nominados para cumprir as tarefas dos juizes. A competência das comunidades dos vilarejos na administração era quase sempre (mas não em princípio) limitada para julgar disputas e infrações dos regulamentos locais. Os crimes sérios punidos com castigos corporais ou a pena de morte tinham de ser julgados por um tribunal em geral constituído por nobres. Assim como nas cidades, os vilarejos também podiam adquirir privilégios concedidos por uma carta régia e, então, tornavam-se “livres”. Essas concessões existiam na região central da Itália, no norte da França e no ducado de Brabante. A propagação da “liberdade” mediante essa carta régia às vezes era acompanhada de apelos ridículos às tradições antigas romanas ou bíblicas do Cristianismo, como se os vilarejos tivessem se transformado em repúblicas livres da tirania da noite para o dia, ou como o povo judeu, que fugira da escravidão no Egito e atravessara o Mar Vermelho em busca da Terra Prometida. Na prática, a “liberdade” concedida significava apenas que todos os aldeões eram livres pessoalmente (a negação da servidão) ou que o *malae consuetudines* fosse amenizado, que a autoridade local podia aplicar sua lei e o vilarejo tinha em geral poderes um pouco mais amplos que as comunidades comuns.

Esse desenvolvimento de comunidades dos vilarejos com poderes legais não ocorreu na Escandinávia ou na Inglaterra. A Suécia era pouco povoada. Lá, o *hundare* ou *härad* continuou a ser a menor unidade do governo local, isto é, distritos com alguns vilarejos ou paróquias, e um tribunal ou *ting*. Na Inglaterra havia comunidades em vilarejos, porém, elas tinham pouca relevância devido à existência do manso senhorial, a versão

inglesa do *curtis* ou *villa* continental, que era a estrutura mais importante da organização local nas regiões rurais; o governo local e a justiça eram administrados no tribunal da jurisdição do proprietário das terras que pelos padrões atuais não tinha uma natureza pública.

Por fim, em emergências, os camponeses medievais não hesitavam em organizar uma resistência armada contra senhores feudais opressivos, demonstrando que eram bem menos fracos do que as descrições reveladas pela literatura eclesiástica e cortês. A partir do século XIII existem exemplos de exércitos armados de cavaleiros dizimados pelas milícias de camponeses: em 1227, perto da aldeia de Ane, no norte dos Países Baixos, em torno de 1230, durante a revolta de Stedinger no baixo Weser, e em 1315 no desfileiro próximo a Morgarten nos Alpes suíços. Mas, existem inúmeras processos judiciais individuais e coletivos de camponeses contra proprietários de terras da nobreza e do clero por questões cotidianas, como o uso das florestas e das áreas de turfa e, mesmo sem o envolvimento de um confronto físico, os camponeses medievais eram capazes de lutar por seus direitos.

LEITURA SUGERIDA

- ARNOLD, Benjamin. *Power and Property in Medieval Germany: Economic and Social Change, c. 900-1300*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ASTILL, Grenville; LANGDON, John (Orgs.). *Medieval Farming and Technology. The Impact of Agricultural Change in Northwest Europe*. Leiden: Brill, 1997.
- BARBER, Malcolm. *The New Knighthood. A History of the Order of the Temple*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BARTLETT, Robert. *The Making of Europe. Conquest, Colonization and Cultural Change, 950-1350*. Londres: Allen Lane, 1993.
- BARTON, Richard E. *Lordship in the County of Maine, c. 890-1160*. Woodbridge e Rochester, Nova York: Boydell & Brewer, 2004.
- BERKHOFER, Robert F.; COOPER, Alan; KOSTO, Adam J. (Orgs.). *The Experience of Power in Medieval Europe, 950-1350*. Aldershot: Ashgate, 2005.
- BISSON, Thomas N. *Tormented Voices: Power, Crisis and Humanity in Rural Catalonia, 1140-1200*. Cambridge, Mass. e Londres: Harvard University Press, 1998.
- BISSON, Thomas N. (Org.). *Cultures of Power: Lordship, Status and Process in Twelfth-Century Europe*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1995.
- BOWMAN, Jeffrey. *Shifting Landmarks: Property, Proof and Dispute in Catalonia Around the Year 1000*. Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 2004.
- BROWN, Warren C.; GÓRECKI, Piotr (Orgs.). *Conflict in Medieval Europe. Changing Perspectives on Society and Culture*. Aldershot: Ashgate, 2003.
- BUMKE, Joachim. *Courtly Culture: Literature and Society in the High Middle Ages*. Londres: Duckworth, 2004 (original em alemão de 1986).
- CHEYETTE, Fredric L. *Ermengard of Narbonne and the World of the Troubadours*. Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 2001.

- COSS, Peter. *Lordship, Knighthood and Locality: A Study in English Society, c. 1180-c. 1280*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- _____. *The Knight in Medieval England, 1000-1400*. Stroud: Alan Sutton Publishing, 1993.
- DUBY, Georges. *The Early Growth of the European Economy. Warriors and Peasants from the Seventh to the Twelfth Century*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1974 (original em francês de 1973).
- ECHARD, Siân (Org.). *Arthurian Narrative in the Latin Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- FREEDMAN, Paul. *Images of the Medieval Peasant*. Stanford, Califórnia e Cambridge: Stanford University Press, 1999.
- GENICOT, Léopold. *Rural Communities in the Medieval West*. Baltimore, Md. e Londres: Johns Hopkins University Press, 1990.
- GLICK, Thomas F. *From Muslim Fortress to Christian Castle. Social and Cultural Change in Medieval Spain*. Manchester e Nova York: Manchester University Press, 1995.
- HAHN, Thomas (Org.). *Robin Hood in Popular Culture: Violence, Transgression and Justice*. Woodbridge and Rochester, Nova York: Boydell & Brewer, 2000.
- HARVEY, Alan. *Economic Expansion in the Byzantine Empire, 900-1200*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- JAEGER, C. Stephen. *The Origins of Courtliness: Civilizing Trends and the Formation of Courtly Ideals, 923-1210*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1985.
- KAEUPER, Richard W. *Chivalry and Violence in Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- KEEN, Maurice. *Chivalry*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1984.
- KNIGHT, Stephen. *Robin Hood: A Mythic Biography*. Ithaca, Nova York e Londres: Cornell University Press, 2003.
- MOORE, Robert I. *The First European Revolution, c. 970-1215*. Oxford and Malden, Mass.: Blackwell, 2000.
- MUIR, Lynette R. *Literature and Society in Medieval France: The Mirror and the Image, 1100-1500*. Londres e Nova York: Macmillan/St. Martin's Press, 1985.
- NICHOLSON, Helen. *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights. Images of the Military Orders, 1128-1291*. Leicester: Leicester University Press, 1995.
- PHILIPS, J. R. S. *The Medieval Expansion of Europe*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- POLY, Jean-Pierre; BOURNAZEL, Eric. *The Feudal Transformation, 900-1200*. Nova York e Londres: Holmes & Meier, 1991 (original francês de 1980).
- THOMPSON, Kathleen. *Power and Border Lordship in Medieval France: The County of the Perche, 1000-1226*. Woodbridge and Rochester, Nova York: Boydell & Brewer, 2002.
- WILLIAMSON, Tom. *Shaping Medieval Landscapes: Settlement, Society, Environment*. Macclesfield: Windgather Press, 2003.

RENOVAÇÃO RELIGIOSA E REFORMA, 1000-1250

Em muitos aspectos a Igreja ocidental na baixa Idade Média assemelha-se a uma casa em construção, cujo projeto foi feito por arquitetos com ideias diferentes. Por um lado, os monges tinham uma ideologia ascética visando à renúncia ao mundo, e haviam criado um padrão de valores morais e ideais espirituais que estava além do alcance de pessoas laicas comuns. Só com a doação de presentes a esses cristãos perfeitos elas poderiam ter a esperança de salvação no mundo seguinte. Essa forma sutil de doutrinação garantiu um crescimento extraordinário da riqueza das abadias. Por outro, todos os assuntos da Igreja e do clero interligavam-se aos interesses seculares. Inúmeras igrejas e mosteiros pertenciam a homens laicos envolvidos na designação dos bispos e abades; assim que eram designados, esses bispos e abades envolviam-se diretamente nos assuntos do governo secular.

A Igreja passou por uma mudança radical durante os séculos XI e XII: a força moral dos monges dentro da Igreja e da sociedade enfraqueceu-se e seria desafiada por um ideal espiritual alternativo; o mundo dos clérigos e dos homens laicos divergiria muito mais do que na baixa Idade Média; a interferência dos poderosos aristocratas seculares nos assuntos eclesiais reduziria-se drasticamente sob o mote *libertas Ecclesiae*, “liberdade da Igreja”, ou seja, uma Igreja livre da interferência laica; o poder do papa alcançaria seu ápice; e os fiéis comuns seriam os guardiões das antigas tradições cristãs e dos novos sentimentos religiosos.

ASPIRAÇÕES À REFORMA

Durante sua longa existência a Igreja Católica sempre demonstrou uma grande capacidade de reformular sua doutrina e seus princípios. Muito antes da Reforma pedidos frequentes de mudança e renovação já haviam sido feitos. Mas não devemos confundir tentativas de reforma com o desejo de inovação. A reforma da Igreja sempre teve o objetivo de restaurar antigos valores e relações que, sob a ótica da renovação, haviam sido perdidos ou corriam o risco de se perderem. As tentativas reformistas que surgiram nos séculos X e XI divergiram em um aspecto essencial dos projetos anteriores,

- COSS, Peter. *Lordship, Knighthood and Locality: A Study in English Society, c. 1180-c. 1280*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- _____. *The Knight in Medieval England, 1000-1400*. Stroud: Alan Sutton Publishing, 1993.
- DUBY, Georges. *The Early Growth of the European Economy. Warriors and Peasants from the Seventh to the Twelfth Century*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1974 (original em francês de 1973).
- ECHARD, Siân (Org.). *Arthurian Narrative in the Latin Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- FREEDMAN, Paul. *Images of the Medieval Peasant*. Stanford, Califórnia e Cambridge: Stanford University Press, 1999.
- GENICOT, Léopold. *Rural Communities in the Medieval West*. Baltimore, Md. e Londres: Johns Hopkins University Press, 1990.
- GLICK, Thomas F. *From Muslim Fortress to Christian Castle. Social and Cultural Change in Medieval Spain*. Manchester e Nova York: Manchester University Press, 1995.
- HAHN, Thomas (Org.). *Robin Hood in Popular Culture: Violence, Transgression and Justice*. Woodbridge and Rochester, Nova York: Boydell & Brewer, 2000.
- HARVEY, Alan. *Economic Expansion in the Byzantine Empire, 900-1200*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- JAEGER, C. Stephen. *The Origins of Courtliness: Civilizing Trends and the Formation of Courtly Ideals, 923-1210*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1985.
- KAEUPER, Richard W. *Chivalry and Violence in Medieval Europe*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- KEEN, Maurice. *Chivalry*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1984.
- KNIGHT, Stephen. *Robin Hood: A Mythic Biography*. Ithaca, Nova York e Londres: Cornell University Press, 2003.
- MOORE, Robert I. *The First European Revolution, c. 970-1215*. Oxford and Malden, Mass.: Blackwell, 2000.
- MUIR, Lynette R. *Literature and Society in Medieval France: The Mirror and the Image, 1100-1500*. Londres e Nova York: Macmillan/St. Martin's Press, 1985.
- NICHOLSON, Helen. *Templars, Hospitallers and Teutonic Knights. Images of the Military Orders, 1128-1291*. Leicester: Leicester University Press, 1995.
- PHILIPS, J. R. S. *The Medieval Expansion of Europe*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- POLY, Jean-Pierre; BOURNAZEL, Eric. *The Feudal Transformation, 900-1200*. Nova York e Londres: Holmes & Meier, 1991 (original francês de 1980).
- THOMPSON, Kathleen. *Power and Border Lordship in Medieval France: The County of the Perche, 1000-1226*. Woodbridge and Rochester, Nova York: Boydell & Brewer, 2002.
- WILLIAMSON, Tom. *Shaping Medieval Landscapes: Settlement, Society, Environment*. Macclesfield: Windgather Press, 2003.

RENOVAÇÃO RELIGIOSA E REFORMA, 1000-1250

Em muitos aspectos a Igreja ocidental na baixa Idade Média assemelha-se a uma casa em construção, cujo projeto foi feito por arquitetos com ideias diferentes. Por um lado, os monges tinham uma ideologia ascética visando à renúncia ao mundo, e haviam criado um padrão de valores morais e ideais espirituais que estava além do alcance de pessoas laicas comuns. Só com a doação de presentes a esses cristãos perfeitos elas poderiam ter a esperança de salvação no mundo seguinte. Essa forma sutil de doutrinação garantiu um crescimento extraordinário da riqueza das abadias. Por outro, todos os assuntos da Igreja e do clero interligavam-se aos interesses seculares. Inúmeras igrejas e mosteiros pertenciam a homens laicos envolvidos na designação dos bispos e abades; assim que eram designados, esses bispos e abades envolviam-se diretamente nos assuntos do governo secular.

A Igreja passou por uma mudança radical durante os séculos XI e XII: a força moral dos monges dentro da Igreja e da sociedade enfraqueceu-se e seria desafiada por um ideal espiritual alternativo; o mundo dos clérigos e dos homens laicos divergiria muito mais do que na baixa Idade Média; a interferência dos poderosos aristocratas seculares nos assuntos eclesiásticos reduzir-se-ia drasticamente sob o mote *libertas Ecclesiae*, “liberdade da Igreja”, ou seja, uma Igreja livre da interferência laica; o poder do papa alcançaria seu ápice; e os fiéis comuns seriam os guardiões das antigas tradições cristãs e dos novos sentimentos religiosos.

ASPIRAÇÕES À REFORMA

Durante sua longa existência a Igreja Católica sempre demonstrou uma grande capacidade de reformular sua doutrina e seus princípios. Muito antes da Reforma pedidos frequentes de mudança e renovação já haviam sido feitos. Mas não devemos confundir tentativas de reforma com o desejo de inovação. A reforma da Igreja sempre teve o objetivo de restaurar antigos valores e relações que, sob a ótica da renovação, haviam sido perdidos ou corriam o risco de se perderem. As tentativas reformistas que surgiram nos séculos X e XI divergiram em um aspecto essencial dos projetos anteriores,

como os realizados sob Carlos Magno e Luís o Piedoso. Eles sempre visaram aperfeiçoar a moral das pessoas: primeiro dos monges e do clero laico e, em seguida, das pessoas laicas comuns. Os reformadores dos séculos X e XI ainda consideravam que esse objetivo era importante, mas queriam propor mudanças drásticas ao “corpo místico de Cristo” e da Igreja como uma instituição. O primeiro passo para realizar essas mudanças seria “limpar a Igreja de toda a poluição mundana” (Fulton) restringindo a profunda influência secular em todos os assuntos da Igreja.

Papa versus Imperador: A Controvérsia da Investidura

O primeiro alvo dos reformistas foi a investidura laica, a antiga prática medieval na qual os dignitários eclesiásticos (bispos e abades), depois de sua eleição “pelo clero e pelas pessoas” e antes de sua consagração pelo arcebispo (ou pelo papa), eram investidos pelo rei ou seu representante com os símbolos supremos da dignidade espiritual, o báculo e o anel. O rei tinha *de facto* controle da designação dos bispos e dos abades, porque eles não podiam exercer suas funções sem a investidura. Por esse motivo, era o rei que aprovava a eleição.

Para os defensores da reforma, essa prática era uma fonte de aborrecimento, visto que criava a oportunidade da compra e venda de benefícios eclesiásticos, também chamado de pecado da simonia por causa de Simão, o Mago, que, segundo os Atos dos Apóstolos 8,18, ofereceu aos apóstolos certa soma para deles obter o dom de conferir o Espírito Santo. O conflito em relação à investidura laica exacerbou-se no Sacro Império Romano Germânico devido a dois acontecimentos. Primeiro, desde o rei alemão Oto I, ou a partir da recuperação do controle do norte da Itália e das reivindicações à dignidade imperial, os reis alemães intervinham com frequência na escolha do papa. Segundo, a política dos reis alemães envolvia os bispos no governo do império. É claro que esse fato não era uma novidade. Vimos como era comum os bispos representarem a autoridade secular em suas dioceses durante a baixa Idade Média. Os carolíngios tinham o hábito de enviar bispos e abades como emissários do rei, os *missi dominici*. Após a segunda metade do século X os reis alemães deram um passo além e primeiro de forma ocasional e depois sistemática sob os príncipes da dinastia saliana (1024-1125), os bispos recebiam o título de conde ou duque. Assim, eles detinham uma autoridade secular explícita, além da autoridade espiritual. Essas duas autoridades não necessariamente abrangiam o mesmo território; é preciso fazer uma distinção entre bispado e diocese (domínio da Igreja) e bispado do príncipe, o domínio secular. Os bispos que eram investidos com uma função secular recebiam um feudo e tornavam-se vassallos do rei.

Nada semelhante a isso aconteceu na Inglaterra depois de 1066. Todos os bispos e abades dos grandes mosteiros convertiam-se em arrendatários

da coroa, mas nunca eram designados para exercer funções seculares; seus feudos compunham-se de propriedades rurais e dos direitos ligados a elas. Na França o problema da investidura não se tornou tão exacerbado por outra razão. Em algumas áreas como no Midi e na Alsácia os bispos com frequência recebiam o título de conde. E em diversas cidades importantes do norte da França, onde existiam catedrais como Reims e Laon, fundamentados em seus direitos de conde, os bispos agiam como o senhor feudal da cidade, ou chefe do governo secular da cidade e de seus arredores. No entanto, a posição extremamente fraca do rei impediu que as atividades dos bispos no governo secular se tornassem um alicerce das políticas reais; o rei também perdeu o direito de nomear arcebispos e abades em muitos arcebispados. Isso evitou que a versão francesa da “controvérsia da investidura” se transformasse em um conflito exclusivo entre o rei e o papa.

Ironicamente, o maior ataque dos papas contra a investidura secular na Alemanha foi desencadeado pelo rei. Antes de 1050, Henrique III (1039-1056) terminou com os abusos na Santa Sé em Roma e conseguiu eleger seu primo, Bruno de Egisheim, bispo de Toul, como o Papa Leão IX (1049-1054). Bruno de Egisheim foi o primeiro de uma breve série de papas alemães competentes sob os quais a autoridade papal fortaleceu-se. Ele recebeu um grande apoio dos reformadores da cúria, a corte papal. Os dois representantes mais radicais foram Humberto, um monge erudito da abadia de Cluny, na Borgonha, a quem Leão IX nomeou cardeal-bispo de Silva Candida, e Hildebrando de Soana, que também era monge, mas nascido em Roma. A partir de 1059 Hildebrando responsabilizou-se pelo controle das finanças do papado.

O primeiro sucesso dos reformadores foi a revisão do procedimento de eleição do papa realizada em 1059. Até então, os papas, assim como os bispos, eram escolhidos “pelo clero e pelas pessoas” de sua diocese. Na prática isso significava que a belicosa aristocracia romana determinava quem seria o papa. O regulamento de 1059 colocou a escolha do papa nas mãos do Sacro Colégio pontifício, o colegiado eclesiástico mais influente de Roma, constituído pelos cardeais-bispos, pelos bispos dos arredores de Roma que realizavam cerimônias litúrgicas na basílica da residência papal, o Palácio Lateran, desde o século VIII, e pelos padres e diáconos das igrejas mais importantes de Roma (cardeais-padres e cardeais-diáconos). Havia 50 cardeais em 1100; mais tarde eles foram muito mais numerosos. No entanto, isso não significava que a escolha do papa estivesse imune à interferência secular, porque muitos cardeais eram filhos de famílias nobres de Roma. Além disso, como as eleições eram feitas em público, existia também o perigo da interferência externa.

Em 1216 realizou-se o primeiro conclave, a eleição a portas cerradas, que ainda é o costume atual. Esse conclave não obteve um sucesso imediato: os cardeais ficaram fechados durante dias em uma sala muito pequena

e sem instalações sanitárias adequadas – uma situação indescritível. Em razão desse início infeliz o conclave só se tornou uma regra em 1274.

Em 1179, o Terceiro Concílio eliminara um problema criado pelo regulamento de 1059. Devido ao *status* desigual dos cardeais nem todos os votos tinham o mesmo peso, o que ocasionou repetidos desacordos quanto ao resultado. Em 1179 decidiu-se que todos os cardeais eram iguais e que para a eleição do novo papa seria necessária uma maioria de três terços dos votos.

O Cardeal Humberto da Silva Candida é considerado a eminência parda na elaboração do regulamento de 1059. Ele morreu logo depois e Hildebrando de Soana transformou a reforma no fundamento da política papal ao ser eleito papa. Assim como Gregório VII (1073-1085) ele revelou desde o início suas intenções registradas em um documento curioso, *Dictatus Papae* ("Declarações Papais"), redigido em 1075 por ele, logo após assumir suas funções como novo papa. À primeira vista o *Dictatus* parece uma lista de propostas de um megalomaniaco. Vinte e sete frases *staccato* resumem a esfera de poder do papa:

Só [o papa] controla a insígnia imperial, portanto, ele tem o poder de depor os imperadores.

Ele é a única pessoa cujos pés são beijados por todos os governantes. O papa não pode ser julgado por ninguém. O bispo de Roma, consagrado segundo a lei canônica, é sacrossanto pelos méritos de São Pedro.

Na verdade, esse documento é uma reinterpretação radical da doutrina das duas espadas, pela qual o poder mais elevado no mundo foi concedido ao papa sem objeção. Os sucessores de Gregório VII difundiram essa concepção com considerável vigor. A mudança na *formulae* da coroação imperial introduzida pelo Papa Inocêncio III (1198-1216) teve um significado especial nesse aspecto. Até então, depois que o novo imperador era cingido com a espada, dizia-se na cerimônia que o imperador recebera a espada "de Deus" para proteger a Igreja. O Papa Inocêncio mudou as palavras para "do papa"! Assim, ficou claro que o papa tinha as duas espadas à sua disposição. Essa postura não era original. A mesma ideia já fora sugerida na *Donatio Constantini* ("Doação de Constantino", ver Boxe 8.1). Mas agora o Papa Gregório explicitamente revelou as antigas reivindicações radicais que sempre haviam sido mais ou menos dissimuladas e as apresentou como o ponto de vista oficial do papado. O *Dictatus Papae* deve ser visto então como um projeto de um novo sistema teocrático do mundo que substituiria o antigo sistema imperial/papal, no qual os reis consideravam-se chefes da Igreja em seus reinos. O fato de esse sistema nunca ter se concretizado não diminui o extraordinário impacto que o papado, apoiado por essa nova ideologia, teve nos séculos XII e XIII, porém, só nesse período.

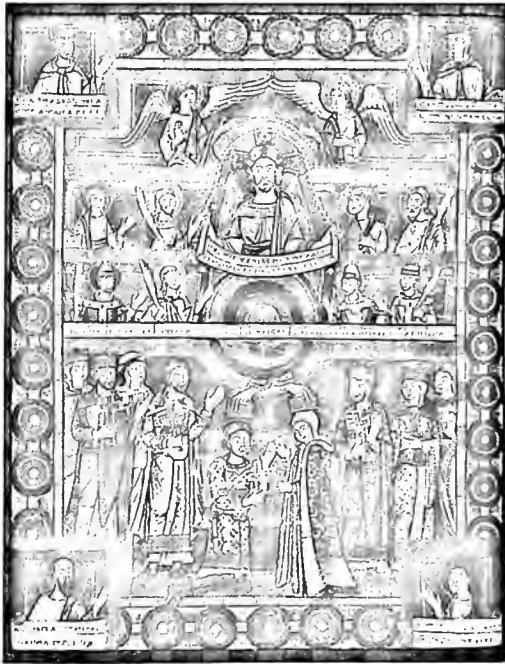


Ilustração 8.1 Miniatura da coroação simbólica do Duque Henrique o Leão e de sua mulher Matilda da Inglaterra no livro ricamente ilustrado, *Gospel Book of Henry the Lion*, feito pelo beneditino Herimann da Abadia de Helmarshansen de 1175-1178

Cada vez mais ficou evidente que um conflito entre o papa e o rei alemão não poderia ser evitado. O atrito chegou ao auge em 1075, quando Henrique IV (1056-1106) nomeou seu capelão Tedald arcebispo de Milão, embora uma eleição canônica houvesse elegido um arcebispo que recebera a aprovação papal. Esse foi o primeiro passo em direção a um dos acontecimentos mais memoráveis na história medieval.

Primeiro, não só o Papa Gregório excomungou o imperador como também o destituiu do trono. Os papas já haviam excomungado reis e imperadores, mas nunca os destituíram. Agora, ficou clara a dimensão do poder do papa, apesar de ele não ter um exército como o de um rei; houve um tumulto no Sacro Império Romano Germânico, e a posição de Henrique IV ficou seriamente ameaçada. Henrique IV tentou atenuar o erro indo a Canossa para pedir perdão ao papa, o que Gregório não pôde recusar (Capítulo 9). No entanto, Henrique IV pagou um preço alto por essa vitória tática, porque, implicitamente, o rei alemão reconheceu que o papa tinha controle sobre seu reino criando, assim, um precedente perigoso.

BOXE 8.1 O DONATIO CONSTANTINI

Um dos mais famosos documentos da história medieval é o *Donatio Constantini* (Doação de Constantino). Esse documento é a manifestação de um ato de heroísmo ou de doação, no qual pouco antes de sua partida definitiva para Bizâncio, mais tarde Constantinopla, o Imperador Constantino não só confirmou a primazia do poder do papa em Roma sobre a Igreja cristã, como também deu ao Papa Silvestre I seu palácio em Roma, todas as suas insígnias imperiais e sua autoridade sobre a região ocidental do Império Romano, inclusive



a cidade de Roma, a Itália inteira e as ilhas no Ocidente. Mais tarde Constantino declarou que colocara a coroa imperial na cabeça do Papa Silvestre e que, nessa ocasião, “como uma demonstração de respeito a São Pedro”, segurara as rédeas de seu cavalo e o ajudara a desmontar, como se fosse um escudeiro do Papa Silvestre.

É óbvio que Constantino nunca promulgou esse documento; portanto, ele é falso, mas a questão é se ele é também um *falsum*, uma falsificação proposital, porque não está claro quem (ou que grupo de pessoas) teria interesse que parecesse real, e acima de tudo por quê. Com frequência, tem sido sugerido que o documento tinha uma ligação com o famoso acontecimento de 754, quando o Papa Estevão II, sob pressão da ameaça lombarda, afastou-se do imperador de Bizâncio e encontrou um novo protetor em Pepino o Breve, governante dos francos.

Isso é plausível porque a primeira versão do *Donatio Constantini* deve datar do terceiro quartel do século VIII. Entretanto, nenhuma fonte indica que Pepino o Breve ou seus sucessores conheciam o texto do *Donatio*. Nem existe indicação de que seu conteúdo tenha exercido influência na base ideológica das políticas do papado nessa época turbulenta. Pode-se, porém, afirmar que o *Donatio* foi criado nos círculos eclesiásticos próximos ao papa. Existem três teorias sobre seu objetivo. Uma delas sugere que o texto é apenas um exercício frívolo de retórica e, nesse caso, o *Donatio* é de fato um documento espúrio, mas não falsificado. A segunda teoria propõe que a elaboração do texto tinha uma finalidade puramente local romana: seus autores queriam enfatizar a importância da grande basílica perto do Palácio Lateran, a residência do papa, em uma época em que o Vaticano e a Basílica de São Pedro ameaçavam ofuscar o Palácio Lateran. Os defensores

da terceira teoria têm uma visão mais abrangente: o *Donatio* fora usado contra os novos aliados francos para apoiar a alegação de que os papas tinham uma supremacia secular sobre extensas áreas da região central da Itália – um argumento bem-sucedido. Com esta última finalidade o texto, em uma nova transcrição esplêndida do documento original do século IV, foi usado como uma manobra diplomática para reivindicar a “restituição” das terras da Igreja pelo Papa João XII (955-964), por ocasião da chegada do rei alemão Oto I à Itália.

Com o grande movimento de reforma gregoriano de meados do século XI o *Donatio Constantini* tornou-se um pilar ideológico na defesa das reivindicações do papado a um poder superior no mundo cristão, apesar dos repetidos juramentos dos opositores do papa de que o documento era “falso”.

Mesmo depois do estudo científico dos humanistas Nicolau de Cusa e Lorenzo Valla, que entre 1430 e 1440 usaram outros argumentos para provar que o *Donatio* não poderia ser datado do início do século IV, diversos papas do Renascimento recorreram ao *Donatio Constantini* em suas reivindicações. Existe uma referência famosa no Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494, quando o Papa Alexandre VI declarou ser o senhor do hemisfério ocidental que dividiu o Novo Mundo entre a esfera de influência de Portugal e Espanha.

Bibliografia: LEUPEN, P. H. D. De Donatie van Constantijn. De Stand van Kennis met Betrekking tot een Ideologische Hoeksteen in de Verhouding Tussen Kerk en Staat in the Eerste Middeleeuwen. In: *Feestbundel Aangeboden aan Prof. Dr. D. P. Blok...* Hilversum, 1990. p. 216-224. FUHRMANN, H. lemma Konstantinische Schenkung. In: *Lexikon des Mittelalters* V. Munique e Zurique, 1991. cols. 1385-1386. HOFFMANN, Hartmut. Ottonische Fragen. *Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters* 51, p. 53-82, 1995. *Ilustração:* Busto do Imperador Constantino do século VI no coro da Igreja Sainte Chapelle, em Paris, em torno de 1368.

Quanto ao papa, Canossa lhe permitiu formular suas ideias a respeito da relação entre os reis e os papas de uma forma mais abrangente e rígida. Em resumo, essas ideias afirmavam que o rei deveria ser obediente (*obediens*), útil (*utilis*) e idôneo (*idoneus*), com o papa, para o papa e aos olhos do papa. Além disso, o rei alemão não mais teria o direito exclusivo ao poder imperial no Ocidente.

Isso foi o estopim do conflito entre o rei e imperador alemão e o papa, apoiados pelo clero alemão e italiano, respectivamente. O conflito chegou ao auge em meados do século, entre 1076 e 1122.

Dispostos a brigar, o imperador e o papa usaram todos os meios disponíveis para prejudicar e humilhar o adversário, a exemplo da designação ou

apoio a pessoas contrárias ao rei e ao papa para acusar ou apontar o oponente como um ser maligno, um demônio. Gregório VII, chamado o “demônio sagrado”, constantemente identificava Henrique com Satanás, e desenvolveu a ideia, na época bizarra, quase herética, de que todas as autoridades seculares originavam-se do demônio. O filho de Henrique e seu sucessor, Henrique V (1106-1125), não se opunha aos objetivos morais do movimento de reforma, mas ele não cederia um milímetro na questão da investidura dos bispos que, segundo ele, estava indissolivelmente ligada à sua *ius regni* (“prerrogativa real”). Assim, a batalha continuou. Por fim, chegou-se a um acordo com a Concordata de Worms, celebrada em 1122. O rei renunciou ao direito de investir bispos e abades com o anel e o báculo, símbolos do poder espiritual. Ele foi também obrigado a permitir a eleição “livre” de bispos, protegendo, assim, as eleições da interferência de pessoas laicas.

A partir dessa data, os bispos começaram a ser eleitos pelos padres mais importantes do bispado, em geral pelos cônegos de uma catedral. O rei manteve o direito de investir com os símbolos de qualquer autoridade secular que poderiam também ser concedidos aos bispos.

Na Inglaterra o rei e o papa chegaram a uma conciliação em 1107: nesse acordo, o reconhecimento pleno do *status* potencial (dual) dos bispos, foi-lhes concedido em uma investidura à parte. No entanto, eles tinham de fazer um juramento de fidelidade ao rei. Na França os reis também renunciaram à investidura de cargos religiosos elevados antes de 1122, mas as circunstâncias precisas dessa renúncia são desconhecidas. Os papas deram uma grande importância à Concordata de Worms, porque o texto completo do acordo foi afixado nas paredes do espaçoso vestíbulo do palácio, visível a todos. É claro, a Concordata de Worms e acordos similares com outros príncipes não proporcionaram uma verdadeira solução para o problema da intervenção laica nos assuntos da Igreja. Enquanto os cargos dos bispos e abades fossem lucrativos e eles tivessem autoridade ou grandes posses mundanas, os príncipes e a aristocracia continuariam a intervir nas eleições, embora não mais de uma maneira ostensiva e direta. Os regulamentos da investidura secular e os procedimentos de nomeação a cargos eclesiásticos elevados foram os aspectos mais radicais dos reformistas em seus esforços para diminuir a influência laica na Igreja. Outro caminho foi o de limitar o “sistema de propriedade da Igreja”. Essa iniciativa foi bem-sucedida, em especial quando novas igrejas (em geral igrejas paroquiais) foram fundadas e com a revisão gradual do *status* das igrejas existentes. O direito de nomear uma pessoa como padre local ainda pertencia aos nobres, mas às vezes era exercido também pelas comunidades locais, como nos vilarejos montanhosos dos Alpes e dos Pireneus e em diversos lugares da Itália. Agora, em todos os lugares os paroquianos tinham a oportunidade de opinar quanto

à manutenção do prédio da Igreja e em assuntos como as propriedades da Igreja e a ajuda aos pobres locais.

Reivindicações dos Papas à Suprema Autoridade no Mundo

Por não terem armas militares adequadas e, com frequência, também pela inexistência de recursos políticos, os papas eram obrigados a recorrer a sanções canônicas, coragem diplomática e propaganda ideológica para viabilizarem suas reivindicações teocráticas. Sem dúvida, o apelo geral de promover a “guerra santa” contra todos os inimigos da fé cristã em defesa da Igreja foi o fato mais marcante e ambicioso dessas reivindicações. O primeiro exemplo foi o famoso apelo do Papa Urbano II, feito em um concílio em Clermont, em 1095, de empreender uma cruzada para libertar o Santo Sepulcro. A reação esmagadora de apoio demonstrou que os papas tinham autoridade para organizar a nova dinâmica da aristocracia ocidental, a fim de atingir os objetivos da Igreja (ver Capítulo 10). Outros apelos para a realização de cruzadas se seguiriam, até que bem depois da Idade Média os empreendimentos direcionaram-se não só contra os muçulmanos da Palestina, mas também se juntaram aos esforços da Reconquista da Espanha islâmica, à conversão dos pagãos na região do Báltico, ao extermínio da heresia nas terras latino-cristãs e, por fim, à luta dos papas contra os inimigos políticos na Itália.

As outras duas armas mais importantes do arsenal papal foram a excomunhão e a proibição, da prática de determinados atos e atividades. Por excomunhão queremos dizer a exclusão dos fiéis desobedientes da comunidade cristã; e por proibição, a suspensão de cultos religiosos em determinada área. E um castigo ainda pior era o de acusar uma pessoa de heresia e, nesse caso, a Igreja podia pedir apoio militar aos governantes seculares. Assim, em 1074, Gregório VII pediu ao Rei Sven Estridsson da Dinamarca para expulsar os normandos “heréticos” do sul da Itália. Um pedido similar foi feito ao Conde Robert II de Flandres em 1102, dessa vez em uma ofensiva contra Henrique IV. Nesses casos a heresia não deve ser vista como uma divergência à doutrina da Igreja, e, sim, como um sério conflito contra a paz do mundo garantida pela Igreja. Nessas circunstâncias era dever sagrado dos papas agir em nome da manutenção da paz.

A coragem diplomática formava a base das reivindicações de autoridade territorial dos papas sobre grandes áreas da Europa. Fundamentando-se na doação de ilhas mencionada no *Donatio Constantini*, em 1100, Urbano II solicitou a posse da Córsega e, em 1150, Calisto III cedeu a Irlanda ao rei inglês, Henrique II. Em seguida, os papas procuraram aliados para reconhecê-los como senhores feudais. Essas tentativas nem sempre foram bem-sucedidas. O caso mais antigo e também mais conhecido foi a importante aliança de vassalagem que Gregório VII fez com os senhores feudais

normandos no sul da Itália em 1080, durante a segunda fase de sua disputa com Henrique IV.

Entre os vassallos aristocratas do papa estavam o conde de Barcelona e o duque da Dalmácia e da Croácia. Este último proclamou-se rei em 1076, com a aquiescência do Papa Gregório. Os reis de Aragão e Navarra e os duques, mais tarde reis, de Portugal mantinham uma relação peculiar com o papa, que era chamado de *patrocinium*, porém, é incorreto ver nessa relação um vínculo feudal, apesar de Gregório VII agir como se houvesse um relacionamento de vassalagem. Tampouco o Papa Gregório hesitou em pedir a Guilherme o Conquistador para se tornar seu *fidelis* (vassalo), em troca do apoio político e espiritual que recebera do papado em 1066. Atualmente, acredita-se que Guilherme o Conquistador não aceitou a proposta, assim como Frederico Barbarossa não seria enganado por uma tentativa diplomática dissimulada feita em 1157 para que ele se tornasse vassalo do papa. Mais de 50 anos depois, o Rei João I da Inglaterra não pôde evitar essa situação e converteu-se em vassalo do Papa Inocêncio III em 1213, bem como manteve a Inglaterra e a Irlanda como feudos do papa. Em troca, o papa apoiou a luta de João I contra os barões hostis e suspendeu a proibição de celebrar determinados ritos que fora imposta à Inglaterra em 1208. Nesse mesmo período o papa também estabeleceu seu domínio formal no reino da Sicília.

Além de serem senhores feudais e protetores, os papas intitulavam-se *speculator*, isto é, “observadores” dos acontecimentos no mundo. A posição lhes dava autoridade de determinar se um senhor feudal secular era idôneo (*idoneus*) para realizar sua tarefa. Com isso surgiu o costume de pedir ao papa para atuar como árbitro na solução de problemas, como, por exemplo, em casos de sucessão.

A ideologia das atividades cerimoniais que simbolicamente demonstrava a supremacia do papa sobre o imperador era mais sutil. A mais conhecida é o de *tratoris officium* (“trabalho de escudeiro”): em um encontro entre o papa e um imperador (futuro) o imperador deveria ajudar o papa a desmontar do cavalo. O Imperador Constantino ajudou o Papa Silvestre I a desmontar do cavalo, um acontecimento que os papas registraram em um afresco na Capela de São Silvestre, uma de suas igrejas construídas em Roma antes de meados do século XIII como uma advertência ao execrável Frederico II.

Os esforços dos papas para manter sua autoridade acima da dos reis e imperadores encontrou forte oposição. Frederico Barbarossa (1152-1190), o rei mais prejudicado por essa imposição de autoridade, como já vimos, mais uma vez rebelou-se contra o papa rejeitando sua autoridade, além de se opor também a outros assuntos. Ele foi o primeiro imperador a referir-se à sua autoridade e ao seu império como *Sacro Império Romano Germânico* (*sacrum imperium (Romanorum)*), algo tão sagrado e concedido por Deus

como a Santa Igreja (*sancta ecclesia*). Além disso, nem todos os clérigos compartilhavam a interpretação extremada da doutrina das duas espadas do Papa Gregório VII. A visão moderada ou dualista de que os dois poderes no mundo eram mais ou menos iguais foi formulada no *Decretum Gratiani* (c. 1140), a compilação mais séria da lei canônica na Idade Média.

OS PAPAS COMO LÍDERES DA IGREJA

Os conflitos entre os papas e os reis em relação à supremacia do poder no mundo não devem ser vistos como fatos isolados do fortalecimento gradual do domínio papal na Igreja. A hegemonia do poder do papa foi enfatizada pela expansão dos órgãos da administração central em Roma. O Sacro Colégio (*Sacrum Collegium*) pontifício, criado no século XII, reunia os conselheiros e os funcionários eclesiásticos administrativos mais importantes do papa. Ao longo do tempo a composição do Sacro Colégio mudou, e clérigos de outros lugares da Itália e de outras regiões do mundo cristão foram admitidos como membros. Mas essa expansão geográfica significou que os grandes príncipes seculares sempre tinham cardeais que os apoiavam. Os papas enviavam os cardeais como emissários pessoais e autorizados (*legati a latere*) a diversos lugares, garantindo, assim, que sua autoridade seria exercida em todos os lugares do mundo cristão. A administração verdadeira baseava-se na cúria papal. No início não havia divisão entre as tarefas administrativas – a correspondência, a liturgia nas igrejas do papado em Roma, a administração das propriedades, dos direitos senhoriais e de outras receitas de recursos. A partir da segunda metade do século XII, os departamentos administrativos começaram a se especializar e dividiram-se; os setores jurídico e financeiro foram os primeiros a se separarem.

Os papas, é claro, sempre exerceram alguma forma de autoridade judiciária suprema na Igreja latina, porém, essa autoridade só foi institucionalizada no século XII. O papa tinha o dever sagrado de defender a fé católica, segundo os defensores do movimento da reforma, e esse dever exigia uma ação mais vigorosa por parte dos papas do que era a habitual. Os papas começaram a se dedicar mais à questão da jurisdição, quando os julgamentos do papado passaram a ser mais procurados. A princípio o papa e os cardeais tratavam de todos os assuntos no consistório, as assembleias regulares de cardeais convocadas e presididas pelo papa. O chanceler (*cancellarius*) exercia um papel-chave nessas assembleias. Ele ouvia os pleitos e depois apresentava um veredicto de acordo com o julgamento formulado *in consistorio*. Esse papel causou um crescimento da expertise judiciária na cúria, embora do tipo errado, segundo o incansável e intrometido Bernard de

Clairvaux. Por esse motivo, esse principal líder da ordem cisterciense certa vez observou que era a "lei de Justiniano e não a do Senhor" que era aplicada, referindo-se aos julgamentos de seu antigo pupilo, o Papa Eugênio III (1145-1153). A cúria tentou direcionar essa enorme expansão da jurisdição papal de duas maneiras. Primeiro, com a criação de tribunais especializados: o *Poenitentiaria* para julgar litígios morais e o *Audientia* para outros assuntos. Segundo, ao julgar casos em qualquer lugar onde ocorressem. O clero nativo, especialista em lei canônica e com um mandato especial, foi designado para exercer essa função específica.

Os rendimentos da Igreja em Roma no século XII também tiveram um crescimento considerável. Havia dois fundos para a administração: a *Camera Apostolica* do papa e a *Camera Sacri Collegii* dos cardeais que, depois de 1289, se tornou tão grande quanto a do papa. A Câmara Apostólica era supervisionada pelo tesoureiro do papa (*camerarius*). Nessa época as propriedades dos papas e as quantias (irregulares) recebidas dos príncipes seculares para financiar cruzadas, entre outras coisas, ainda eram a maior fonte de receita do papado. A segunda fonte era menos estável, porque o papa tinha pouca autoridade para exigir o pagamento de príncipes reticentes a cooperar. Com o tempo, fontes mais regulares de receita tornaram-se mais importantes. Sob Inocêncio III foi feita a primeira tentativa de cobrar impostos do clero com a arrecadação trienal do imposto sob sua renda. Também foram feitas outras experiências posteriores de coleta de impostos do clero para profunda consternação de alguns governantes, que viram horrorizados o fluxo da renda do clero escoar de seus reinos.

A situação financeira tranquila e o aperfeiçoamento da gestão financeira contribuíram para o fortalecimento do controle do papa no já mencionado "estado papal" (Capítulo 4). A complexidade das propriedades e os direitos senhoriais vagamente definidos, que construíram o estado papal, expandiram-se de forma considerável em 1102, com a incorporação de um grande número de propriedades na Toscana, em Emilia e na Lombardia, que pertenciam à margravina Matilda da Toscana, uma adepta da reforma da Igreja que morrera neste ano sem deixar herdeiros, doando todos os seus bens à Igreja de Roma. Em meados do século XII realizou-se a consolidação gradual e a expansão da territorialidade do poder mundano dos papas na região central da Itália.

Os séculos XII e XIII foram também um período de uma nova série de concílios ecumênicos bem diferentes dos sínodos papais da baixa Idade Média. A ideia convencional de que assuntos da doutrina cristã só poderiam ser decididos por um concílio geral da Igreja ainda existia, mas houve poucas reuniões a partir do século VII devido, principalmente, à tradição de que concílios ecumênicos deveriam ser presididos por um imperador,

um governante há muito tempo ausente da cena política, pelo menos no Ocidente. O curto pontificado de Leão IX assistiu a reformas também nesse contexto. Ele foi o primeiro papa a convocar uma assembleia de bispos de diferentes regiões latinas cristãs e de presidi-la sem a presença do imperador. Essa assembleia foi o início de uma nova série de concílios no Ocidente realizados com regularidade a partir do início do século XII e que marcaram a transição de uma estratégia defensiva para uma estratégia ofensiva.

O objetivo principal não era mais defender a Igreja das influências seculares, e sim de eliminar os elementos do mundo secular que resistiam a adaptarem-se à Igreja, às suas instituições e princípios morais e que, portanto, constituíam uma ameaça à unidade do Cristianismo. Examinaremos mais tarde as consequências dessa política para os dissidentes. É importante enfatizar que os papas passaram a se comportar cada vez mais como reis. Eles usaram os concílios como um palco magnífico para exibir seu poder pessoal e demonstrar a unidade da Igreja. O papel legislativo dos clérigos que assistiam os concílios logo se limitou a ouvir os decretos preparados pelo papa e pelos seus especialistas em questões jurídicas antes de os aprovarem em voz alta e em uníssono: *fiat!*, *fiat!* (“Executem! Executem!”).

A partir de 1123 esses novos tipos de assembleias da Igreja realizaram-se na residência papal em Roma, o Palácio Lateran, com sua grande basílica e o palácio adjacente. O Terceiro e o Quarto Concílios Lateran, realizados em 1179 e em 1215 e convocados por Alexandre III (1159-1181) e Inocêncio III (1198-1216), respectivamente, foram o auge desses novos concílios ecumênicos. Ambos produziram regulamentos abrangentes em muitas áreas; o Terceiro em relação à eleição do papa (como vimos na p. 206), mas também no campo do casamento e parentesco. Nas três sessões plenárias, com 10 dias de interrupção entre cada uma delas, o Quarto Concílio aprovou 71 decretos concernentes a diferentes assuntos: com que frequência um bom cristão deve se confessar, a moral do clero, a proibição do clero de participar de julgamentos por ordálio, o reconhecimento de certos grupos religiosos e a condenação de outros como heréticos e a determinação de que a partir de então os judeus deveriam usar um distintivo amarelo nas roupas.

O Quarto Concílio foi uma inovação por ser o primeiro concílio no qual, além dos bispos, outros clérigos e dignitários seculares foram convidados. Esse convite extensivo às pessoas seculares revelou uma autoconfiança que beirava a arrogância e uma crença na supremacia papal construída pelos papas desde Gregório VII, porque o convite não se baseou na intenção de dar à comunidade cristã através de seus representantes “naturais” o direito de interferir nos assuntos da Igreja. Os governantes não foram convidados a participar das decisões e apenas se envolveram com as deliberações e testemunharam um acontecimento que se referia a toda

a cristandade. Porém, isso não significou que as sessões tenham decorrido sem asperezas e dificuldades. No momento em que se discutiu se Frederico II deveria ser reconhecido imperador, os defensores e opositores à ideia criaram um pandemônio, no qual, o próprio papa entrou com veemência.

O pontificado de Inocêncio III é tradicionalmente considerado o clímax do poder papal na Idade Média, mas na historiografia mais recente as razões dessa premissa mudaram. Antes, Inocêncio fora admirado como um administrador e *Realpolitiker*, por suas atividades jurídicas e gerenciais, seus esforços ardorosos para consolidar mais o estado papal, sua mobilização bem-sucedida dos exércitos das cruzadas e suas manobras habilidosas na política internacional. Depois, Inocêncio III foi visto acima de tudo como a encarnação das aspirações exaltadas e ideais de um novo papado voltado para a espiritualidade e, por fim, para a liderança política de toda a cristandade. Um meio importante para atingir esse objetivo foi o desenvolvimento do conceito de *plenitudo potestatis* ("a plenitude do poder"), que já surgira nos trabalhos do Papa Leão o Grande (440-461). O predecessor do Papa Inocêncio, Alexandre III, reintroduziu o termo para indicar o que julgava ser exclusivo do poder judiciário e administrativo do papa no âmbito da Igreja. Inocêncio III deu um passo mais além nesse conceito de plenitude do poder. Ao relacionar a *plenitudo potestatis* com a passagem muito conhecida do Evangelho de São Mateus, em que Jesus diz "eu te darei as chaves do reino dos céus" (Mateus, 16,19), ele confirmou a pretensão de que a autoridade do papa era superior a qualquer poder secular.

REFORMA E RENOÇÃO DA VIDA MONÁSTICA

Cluny e a *Ecclesia Cluniacensis*

As outras tentativas de reforma da Igreja em meados da Idade Média concentraram-se em inovações nos mosteiros. O berço dessas reformas foi Cluny, no ducado de Borgonha, a oeste do reino franco. Em 910 Guilherme o Piedoso, duque da Aquitânia, fundou uma abadia em Cluny, que em dois séculos se tornaria uma das instituições eclesiásticas mais ricas do Ocidente. Na época do segundo abade, Odo (927-942), as reformas visaram restaurar a ordem dos beneditinos. Cluny voltou-se em especial para a prática da oração (*ora*). Criou-se uma extensa liturgia e Cluny foi a primeira abadia onde a prece pela salvação dos mortos, não só dos monges mortos e de seus parentes, mas também de pessoas desconhecidas, tornou-se uma missão. Com esse objetivo Odilon (998-1049), quinto abade de Cluny, criou uma nova comemoração da Igreja, o Dia de Finados, celebrado em 2 de novembro. A ideia de que as almas das pessoas falecidas são dolorosamente

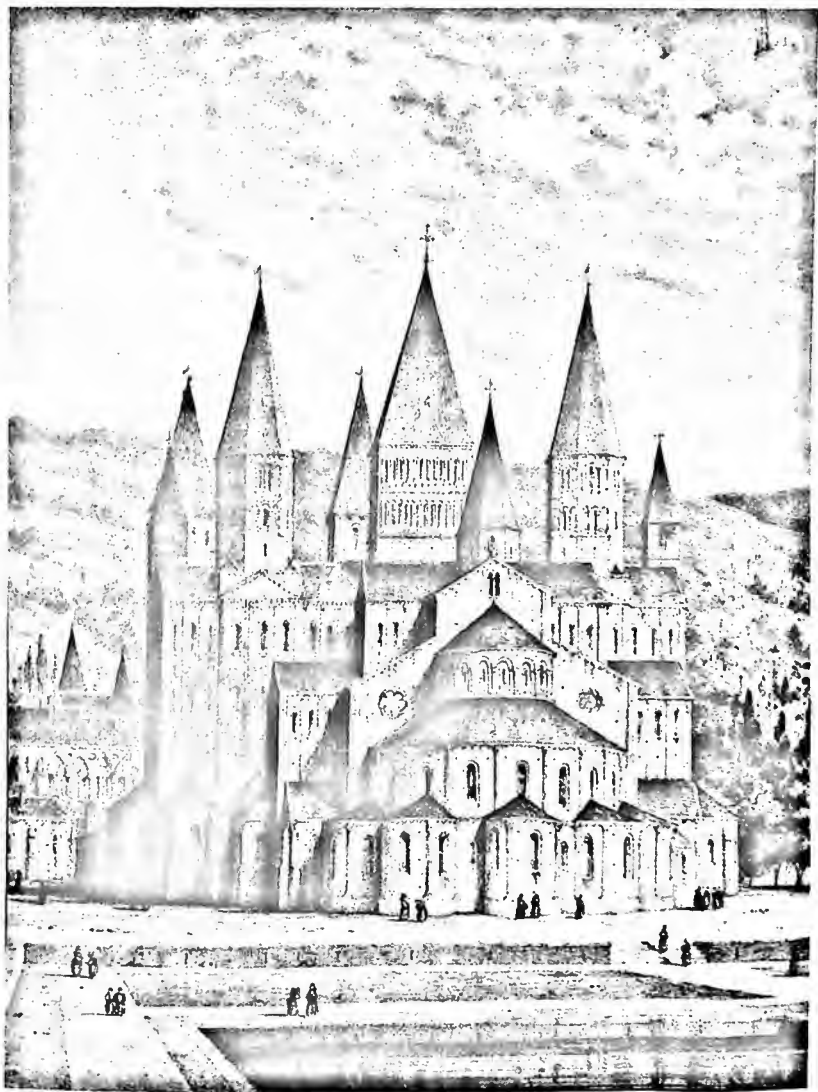


Ilustração 8.2 Litografia de Émile Sagot, c. 1798 dos imponentes prédios da Abadia de Cluny, destruída durante a Revolução Francesa

purificadas de seus pecados terrenos antes do Juízo Final, ou são punidas no inferno, fortaleceu-se em torno do ano 1000. Em sua luta cósmica com as forças do demônio, no Dia de Finados os monges da Abadia de Cluny

reuniam-se em uma cerimônia deslumbrante para cantar salmos e corais. Um grande cemitério foi construído ao lado do mosteiro para os fiéis que desejavam ser enterrados perto da Sagrada Abadia de Cluny. A abadia enriqueceu-se com os presentes recebidos. Por volta de 1150 Cluny, com 300 monges residentes, era o maior mosteiro da cristandade latina. Todos os dias centenas – alguns dizem milhares – de pessoas pobres formavam uma aglomeração comparável à de uma grande cidade nos portões da abadia com a esperança de receberem comida.

Cluny tem um lugar especial no cenário religioso no século X por quatro outros fatores. Primeiro, pelo sucesso dos esforços de renovação de inúmeras comunidades monásticas, algumas novas e outras já existentes. No início do século XII a Abadia de Cluny (*Ecclesia cluniacensis*) tinha mais de mil instituições eclesiásticas vinculadas a ela de diversas formas. As abadias (possivelmente com suas filiais) mantinham seus abades, enquanto os novos fundamentos eram guiados por um prior indicado pelo abade de Cluny. Com tanta diversificação, mal pode ser considerada uma verdadeira ordem religiosa. No entanto, com o sistema de visitas ou inspeções da Abadia de Cluny, o controle da abadia principal sobre os mosteiros ligados a ela, era muito forte. Segundo, a partir do século X Cluny usufruiu de uma dispensa incomum da Igreja. O abade foi dispensado da supervisão episcopal local e de todas as formas de autoridade secular. Outros grandes mosteiros medievais, como Bobbio, Saint-Denis e Fulda, tinham usufruído dessa dispensa antes de Cluny, mas essa dispensa, no caso da Abadia de Cluny, teve consequências maiores a ser estendida a todos os mosteiros da *Ecclesia cluniacensis* em 1024, transformando Cluny em quase um reino dentro de um reino e em um poderoso bastião na luta de emancipação das instituições eclesiásticas do controle secular.

O terceiro fator foi a relação especial que Cluny tinha não só com o papa, mas também com os principais apóstolos, Pedro e Paulo, criada em 981 na cerimônia de transferência das relíquias de Pedro e Paulo de Roma para a Borgonha. Para os peregrinos do norte da Borgonha a Abadia de Cluny passou a ser o segundo melhor lugar de peregrinação depois de Roma. Doações de terras a Cluny significavam presentes a São Pedro, porque os proprietários aristocráticos de terras gostavam de pensar que eram “vizinhos de São Pedro” (Rosenwein). Poderia haver um protetor mais poderoso? E quarto, Cluny logo se transformou em um centro de aprendizado e treinamento intelectual. Os abades tinham uma reputação excepcional em toda a cristandade. O conselho deles era extremamente valorizado pelos reis e papas, e eles tinham muita evidência em todas as grandes festividades como nas reuniões da Paz de Deus, onde senhores feudais laicos e eclesiásticos prometiam colaborar na manutenção da paz e na prevenção da violência.



Ilustração 8.3 Portal da nave da Igreja de Santa Maria Madalena em Vézelay, Borgonha, c. 1120-1150, ponto de partida da primeira cruzada e um importante local de reunião de peregrinos

Apesar de sua posição excepcional, Cluny não foi um fenômeno isolado. Os reinos da Borgonha e da Alemanha tinham seus centros de reforma monástica desvinculados de Cluny, como a Abadia de São Victor, em Marselha, e a Abadia de Gorze, na Lotaringia. Nas regiões principais do Sacro Império Romano Germânico os esforços do movimento de reforma concentraram-se nas abadias carolíngias mais ricas e mais conhecidas: Corvey, Lorsch, Fulda, Prüm, Echternach, Reichenau e Sanct Gallen, entre outras. Outras grandes abadias beneditinas, sobretudo Montecassino, a matriarca de todas as abadias, que haviam tido um período de expansão no século XI, rejeitaram todas as tentativas de reforma.

As Novas Ordens

Entretanto, Cluny era logo, objeto de uma séria crítica por parte dos círculos monásticos. A crítica direcionava-se ao esplendor de suas festividades, ao luxo em que os monges viviam e ao envolvimento ativo de muitos abades de Cluny com a política secular, condutas que não eram compatíveis

com os ideais monásticos originais de renúncia ao mundo, contemplação e austeridade. O protesto “brando” estimulou a criação de duas novas comunidades monásticas, ambas representando a rigorosa observação da ordem dos beneditinos: La Grande Chartreuse, nas montanhas acima de Grenoble (1084), e Cîteaux, ao norte de Cluny (1098). Elas deram origem às duas primeiras ordens monásticas verdadeiras, a dos cartuxos e a dos cistercienses. Os cistercienses foram especialmente bem-sucedidos. A ordem de Cister chegou a ter mais de 300 mosteiros na primeira metade do século XII, e nos 50 anos seguintes mais de 500 em lugares longínquos da Europa latina. Todos os mosteiros integravam uma organização central. Eles tinham uma estrutura hierárquica de mosteiros-matrizes e suas filiais. A organização administrativa mais importante era o capítulo geral, que consistia em uma reunião a cada três anos de abades de todos os mosteiros. Os abades eram escolhidos pelos monges, a quem justificavam suas ações.

Em razão dos locais isolados dos primeiros mosteiros (resultado de suas tentativas de viver em isolamento rigoroso do mundo), a rejeição à posse de terras e recebimento de dízimos, e da restauração da prática do trabalho (*labora*) da ordem beneditina, os cistercienses, assim como os premonstratenses, que discutiremos mais tarde, adquiriram uma reputação não inteiramente correta de serem pioneiros na cultura agrícola com ideias avançadas de agricultura. Os cistercienses e os premonstratenses organizaram suas propriedades rurais em fazendas compactas de exploração da terra chamadas *grangie*, supervisionadas por um monge que vivia na fazenda. O trabalho agrícola era realizado em grande parte pelos *conversi*, monges de origem humilde que haviam feito votos monásticos, mas que tinham poucas obrigações litúrgicas por serem analfabetos e terem um tratamento mais de criados. Eles eram também chamados de irmãos leigos porque não haviam sido ordenados nem se tonsurado.

O aumento explosivo dos mosteiros cistercienses nos estágios iniciais deveu-se basicamente às atividades incentivadoras de Bernard de Clairvaux (1090-1153), que batizou o terceiro monastério da ordem de Cister fundado por ele a leste de Troyes, de Clairvaux ou Clara Vallis, que significava “Vale Claro”. Embora fosse o líder de uma ordem monástica em crescente expansão que tinha como princípios a reclusão e o asceticismo estrito, Bernard de Clairvaux comportava-se mais como um abade clunicense, procurando um envolvimento constante com o mundo externo. Com sua determinação e engajamento, ele deu a sínodos, concílios, papas, reis, abades e intelectuais o benefício de seu conselho e recriminações, independente se lhe pediam ou não. Um ardoroso defensor da luta ferrenha, se necessário, armada, contra os infiéis, hereges e outros dissidentes, nos quais incluía todos os que apoiavam a nova abordagem racionalista das

questões teológicas, Bernard foi uma das forças que impulsionaram a militância crescente da Igreja.

As ações de Bernard de Clairvaux foram em muitos aspectos típicas da natureza militante da ordem de Cister, pelo menos no século XII. O papa organizou os cistercienses como “tropas de choque missionárias” (Sayers). Eles participaram das cruzadas e instalaram-se nas fronteiras do mundo não cristão, como nas regiões eslavas a leste do Rio Elba. O exemplo deles inspirou a fundação na Espanha das ordens religiosas dos Cavaleiros Calatrava e Alcântara, que seguiam as normas cistercienses e mantinham vínculos com a ordem de Cister. E foram os cistercienses que o papa encarregou de reprimir (não militarmente) os hereges albigenses no Languedoc pouco depois de 1200.

A ordem dos cartuxos originou-se da tradição eremita do monasticismo cristão, que ressurgiu espetacularmente nos séculos XI e XII. Os cartuxos tinham uma vida comunitária, mas os monges passavam a maior parte do tempo reclusos, cada um em sua cela nos recintos fechados do mosteiro. As iniciativas de criação de novas ordens de Robert de Arbrissel e Norbert de Gennepe foram bem-sucedidas. Arbrissel era filho de um padre aldeão da Britânia. Em torno do ano 1100 ele perambulou pelos bosques e florestas do Vale do Loire e reuniu um grupo de adeptos. Como não quis negar ajuda a ninguém, criou um mosteiro perto de Fontevrault, com prédios separados para homens e mulheres, doentes e prostitutas, mulheres que mais tarde iriam atrair favores especiais dos reis angevinos da Inglaterra. Norbert de Gennepe (1092-1134) foi o fundador da ordem dos premonstratenses. Insatisfeito com sua vida confortável como cônego no colégio de Xanten no ducado de Clèves, Norbert retirou-se para a floresta. Sua reputação como pregador do arrependimento atraiu muitos seguidores e resultou na formação de uma comunidade religiosa nas florestas de Coucy, perto de Prémontré. Norbert terminou sua vida como arcebispo de Magdeburg, na fronteira eslava da Alemanha, vários anos depois que o papa reconheceu os premonstratenses como uma nova ordem monástica. Estritamente falando, os premonstratenses não eram monges e sim cônegos, clérigos ordenados de um nível mais elevado que viviam de acordo com a regra monástica, nesse caso uma regra atribuída a Santo Agostinho, como acontecia com frequência na época. Em todos os lugares da Europa as comunidades de cônegos agostinianos espalharam-se como cogumelos, o que criou uma diferença entre os cônegos regulares e os seculares. Os cônegos regulares eram clérigos que viviam juntos em um mosteiro, e por seguirem a regra monástica não podiam ter bens pessoais; os cônegos seculares não viviam juntos e podiam ter bens. Em oposição às intenções originais de seu fundador, que imaginara uma vida de pregadores diligentes para eles, os premonstratenses tinham uma vida contemplativa e reclusa.

Vita Apostólica e a Nova Espiritualidade

Além das diversas tentativas de reforma no século XI surgiu um novo sentimento religioso com duas características principais. Uma delas era a ideia de que os bons cristãos deviam viver segundo o exemplo de Cristo e de seus apóstolos no Novo Testamento. Essa tendência em seguir o *nudus nudum Christum sequi* (no sentido literal “seguir nu a nudez de Cristo”), a fim de levar uma vida de uma moral pura e evangélica ou “apostólica” (*vita apostolica*) sem excessos materiais, ligava-se, é natural, à segunda característica, a espiritualidade, a busca de um relacionamento pessoal, íntimo da mente com Deus, alimentado pela prece e meditação. A manifestação do divino com o qual agora o clero, monges e pessoas laicas comuns identificavam-se era o Filho de Deus, Jesus Cristo, e sua mãe, a Virgem Maria. A importância vital dessa identificação foi a imagem diferente e humana que eles assumiram. Em vez de um conquistador distante e soberano da morte, Cristo passou a ser um “Salvador indefeso”, em meio a um sofrimento inimaginável perante a morte, mas não além da empatia dos seres humanos; a Virgem Maria, a majestosa rainha do céu, tornou-se uma mãe dedicada e sofredora, cuja tristeza era ainda mais intensa por saber o destino de seu filho. Ambos se converteram em objetos de respeito e devoção, compaixão e amor apaixonado, e o caminho para a verdadeira conversão interna.

O novo fervor religioso encontrou sua forma de expressão mais radical nos grupos que queriam dar um significado espiritual e moral internos mais profundos ao ideal da vida apostólica. Eles também queriam viver como Cristo e seus apóstolos viveram – segundo os Evangelhos, na pobreza – e apregoar com paixão a palavra de Deus. O primeiro movimento radical apostólico originou-se de iniciativas nas cidades em rápido crescimento da Lombardia, do Vale do Reno e do sul dos Países Baixos, onde a concentração de riqueza paradoxalmente inspirou um fascínio pela pobreza absoluta.

Em Lyons havia um comerciante de tecidos, Pierre Valdo, que renunciou a suas posses para pregar. Ele investiu todo seu dinheiro na tradução da Bíblia para o provençal, com o intuito de atingir melhor sua audiência, mas a Bíblia no idioma vernáculo também tinha o objetivo de ser uma arma na luta contra os hereges albigenses. Ironicamente, os valdenses (os adeptos de Valdo) foram declarados hereges em 1184, devido à sua interpretação peculiar da Bíblia. Eles tiveram o mesmo destino dos humiliati (mais tarde reabilitados), o conjunto de pequenas comunidades de pessoas laicas devotas que surgiu em diversas cidades no norte da Itália. Os humiliati levavam uma vida celibatária e sóbria, com seu trabalho normal e pregações nos tempos livres. O movimento das béguines, que começou no bispado de Liège na mesma época, era bem diferente. As béguines eram mulheres devotas que viviam em comunidades e que se sustentavam com trabalhos manuais.

Graças à intervenção de admiradores de alta posição social do movimento, elas foram absolvidas de qualquer suspeita de heresia e receberam o reconhecimento do papa, com a condição de que seguissem uma regra monástica. A grande disseminação das comunidades béguines aparentemente foi uma resposta às necessidades das mulheres de terem uma vida espiritual. As novas ordens monásticas fracassaram porque em sua maioria se localizavam longe das cidades e relutaram em fundar mosteiros femininos.

A Ordem dos Franciscanos

Com sua atitude crítica em relação à complacência e “depravação” na Igreja, esses novos movimentos seculares sempre estiveram sob ameaça de serem condenados por heresia pela Igreja. Nesse contexto, o imenso sucesso do movimento de São Francisco de Assis (1181-1226) foi especialmente notável. Nada em sua origem e formação (ele era filho de um comerciante de tecidos da cidade de Assis, em Umbria) nem em suas atividades diferenciava muito São Francisco de uma pessoa como Valdo. Francisco de Assis era uma pessoa laica, que desconhecia a nova tradição escolástica, com pouco conhecimento de latim, e sem muito interesse em interpretações alegóricas da Bíblia: ele queria interpretar o texto da Bíblia em seu sentido literal, sobretudo, o texto do Novo Testamento. Para ele, o ideal da vida apostólica significava acima de tudo a *imitatio Christi*, o dom de compreender e se identificar com a vida de Cristo. O processo de identificação e assimilação da vida de Cristo por São Francisco foi tão profundo, que pouco antes de sua morte surgiram estigmas em suas mãos e seus pés, como as chagas do Cristo crucificado. Além disso, Francisco de Assis queria levar uma vida como Deus havia criado com Sua bondade infinita, tanto na beleza esplendorosa da natureza (São Francisco e seus seguidores foram os primeiros a observarem a beleza natural e a demonstrarem respeito pela flora e pela fauna) como nos horrores da doença e da morte. São Francisco também tinha um desapego total por bens materiais, e até mesmo recriminava as pessoas que possuíam um livro. Quem quisesse segui-lo tinha de pedir comida e abrigo. São Francisco de Assis lutou entre o conflito do dever sagrado de pregar o Evangelho para o mundo e sua inclinação pela contemplação e isolamento ascético.

Francisco de Assis tinha boas relações com Ugolino, o cardeal-bispo de Ostia e mais tarde Papa Gregório IX (1227-1241), e esse relacionamento foi importante para o reconhecimento de seu movimento como uma ordem religiosa sempre apoiado pela cúria. Essa boa relação com o papa levou, entre outras coisas, ao reconhecimento da ordem dos Irmãos Menores, como os franciscanos passaram a ser chamados; em seguida, a Segunda Ordem, a ordem feminina dos franciscanos, criada sob a liderança determinada da

amiga e de seu *alter ego* feminino Clara de Assis (a ordem chamou-se Damas Pobres ou Clarissas), também foi reconhecida.

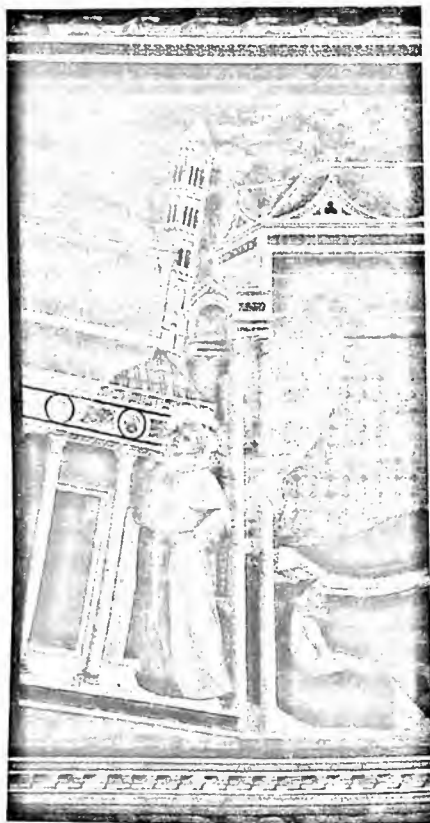
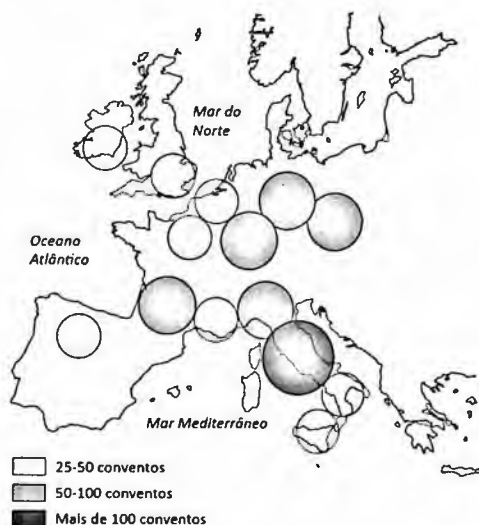


Ilustração 8.4 São Francisco sustenta a Igreja que desmoronara. Afresco alegórico de Giotto (c. 1267-1337) na capela superior da Basílica de São Francisco de Assis

A participação de pessoas laicas foi definida em estatutos especiais da Terceira Ordem (terciários), destinada a simpatizantes que queriam viver de acordo com o espírito do Evangelho, mas que levavam uma vida normal de pessoas casadas e continuavam a trabalhar como de hábito. Durante o século XIV os terciários com uma frequência crescente fizeram votos monásticos e viveram em uma comunidade fechada. Antes da morte de São Francisco, a Ordem dos Irmãos Menores expandira-se para lugares bem distantes da Itália, e seu sucesso extraordinário continuou após sua morte. Em meados do século XIV a Ordem tinha cerca de 1.400 conventos.



Mapa 8.1 Quantidade de conventos das ordens dos mendicantes (franciscanos e dominicanos) c. 1300

Esses conventos, é claro, representavam uma contradição ao desapego e rejeição à posse de bens materiais de seu fundador. Essa incoerência dividiu as opiniões por muito tempo e foi quase fatal para a sobrevivência da ordem. Ela exigiu o que C. H. Lawrence chamou de “ginástica heroica da consciência”, a fim de reconciliar o ideal de pobreza absoluta com as necessidades de um movimento bem-sucedido ansioso para difundir sua mensagem no mundo. Logo surgiram duas escolas de pensamento. Os realistas, ou conventuais, perceberam que a ordem precisava ter propriedades e rendimentos, a fim de realizar suas tarefas de maneira adequada. A outra escola, baseada em princípios espirituais, queria manter os ideais de São Francisco de Assis. Além disso, ela era adepta da filosofia peculiar do abade cisterciense, Joachim de Fiore, que morreu no sul da Itália em 1202, autor de uma nova visão da história do mundo inspirada na Bíblia. Joachim de Fiore profetizara que uma nova era de pureza espiritual sob a égide do Espírito Santo surgiria antes da segunda vinda de Cristo, na qual os franciscanos espirituais teriam um papel importante. As divergências entre as duas escolas continuaram até que, em 1318, o ministro geral da ordem, Miguel de Cesena, levou o assunto ao Papa João XXII, a fim de estabelecer uma decisão definitiva para as duas ordens.

Para consternação dos espirituais o papa promulgou a bula *Cum inter nonnullos* em 1323, segundo a qual a concepção de que Cristo e seus após-

tolos não possuíam bens era uma heresia. Embora essa premissa fosse uma afronta aos postulados cristãos, o papa sem dúvida percebera que a aceitação do dogma de pobreza apostólica poria uma bomba sob a estrutura da evolução histórica da Igreja de Roma.

Assim como os valdenses, a segunda ordem dos mendicantes, a ordem dos pregadores ou dominicanos, queria desafiar os albigenses no sul da França com seu ideal de pobreza evangélica. Depois que a ordem recebeu a sanção papal em 1216 seu fundador, o cônego espanhol São Domingos de Gusmão preferiu outra opção: não mais lutar contra hereges, mas, sim, pregar a fé comum no idioma vernáculo. Isso significou que os dominicanos precisavam conhecer teologia e, portanto, ser letrados. Os dominicanos fundaram seu sistema educacional que oferecia aos melhores alunos um treinamento preliminar, seguido de estudos acadêmicos de teologia de excelente qualidade. Nas grandes cidades a ordem criou escolas avançadas para o estudo de artes e teologia, uma iniciativa que foi rapidamente copiada por outras ordens, inclusive pelos franciscanos.

Em outros aspectos a ordem dominicana também teve uma organização muito eficiente. O principal convento localizava-se em Bolonha, onde se realizava com frequência o capítulo geral ou assembleia. A base da ordem era formada pelos conventos ou priorados, que chegaram a ser quase 650 em torno de 1350 e, em geral, situavam-se nas áreas mais pobres das cidades. Os conventos ou priorados eram dirigidos por um prior e seu *socius* (assessor) – as ordens mendicantes rejeitavam a posição superior de abade da antiga tradição beneditina. As províncias ficavam a um nível acima das fundações locais administradas por capítulos provinciais que, por sua vez, enviavam representantes ao capítulo geral. O conjunto da estrutura aos nossos olhos parece bem democrático.

Além das duas grandes ordens dos Irmãos Menores (franciscanos) e dos pregadores (dominicanos), as outras duas ordens mendicantes importantes foram as Ordens das Carmelitas Descalças e dos Ermitões Agostinianos. O sucesso espetacular dessas ordens fomentou um enorme aumento da doutrinação religiosa e moral das pessoas laicas, acima de tudo com a pregação no idioma vernáculo.

Esse movimento de doutrinação permitiu que a Igreja correspondesse ao novo sentimento espiritual dos fiéis mais fervorosos. Porém, isso estimulou a intolerância contra as pessoas que não acreditavam em Cristo segundo a visão ortodoxa da Igreja Católica. Os membros dessas ordens decididos a difundir a palavra de Deus viajaram para lugares distantes das fronteiras da cristandade latina. Os viajantes franciscanos mais famosos que partiram para a Ásia foram João de Piano Carpi, William de Rubroek e João de Monte Corvino, que visitaram a Mongólia e a China no século XIII.

BOXE 8.2 A CONSTRUÇÃO NO ESTILO ROMÂNICO

A era das grandes reformas religiosas nos séculos XI e XII foi também o período da arte românica, um termo proposto pela arte moderna e historiadores especializados em arquitetura, sem referência ao termo contemporâneo. O estilo românico característico da arquitetura das igrejas e das esculturas religiosas mais tarde influenciou o estilo da construção de mosteiros, castelos e pontes de pedra, além de pinturas em paredes ou muros e ilustrações de livros. Por esse motivo, não é fácil resumir exatamente o que o estilo “românico” significa. Essa dificuldade acentua-se com a diversidade regional tão característica da vida política e socioeconômica da alta Idade Média.

Um importante ponto de partida é a premissa de Nikolaus Pevsner, o famoso historiador especialista em arquitetura, de que “as inovações técnicas nunca criam um novo estilo”. Com essa premissa ele quis dizer que é possível identificar um novo “estilo” se nele pudermos discernir um conceito específico diferente do estilo predominante. No que concerne à arquitetura das igrejas nos séculos XI e XII, podemos nos referir então à ênfase da integração do interior das construções com o embelezamento do exterior: antes, só o interior era importante, mas agora a parte externa adquiriu um caráter religioso majestoso.

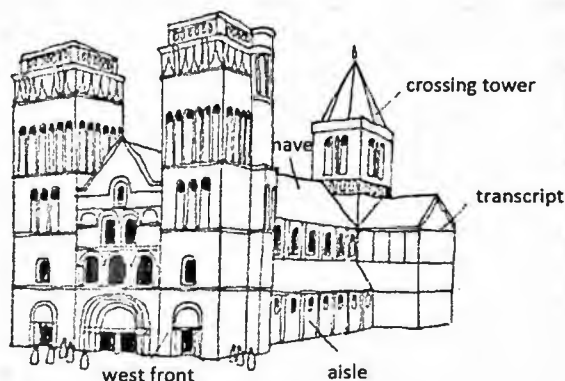
O desenvolvimento do conceito do estilo românico vincula-se estreitamente às novas e diversificadas funções que as igrejas assumiram no final do século X. Nos grandes mosteiros beneditinos, como na abadia de Cluny, a rica liturgia e os cantos passaram a ter um papel mais relevante para o público leigo nos dias de festa. Houve um crescimento rápido da adoração de relíquias e os relicários luxuosos eram colocados em lugares centrais e de fácil acesso nas igrejas que abrigavam um número imenso de peregrinos. Ao mesmo tempo as preces para as almas cada vez mais numerosas exigiram mais altares e, assim, as missas eram celebradas simultaneamente por diversos padres na mesma igreja. Nas igrejas dos mosteiros vários monges foram ordenados padres a fim de celebrarem missas com frequência. Nas catedrais e em igrejas paroquiais de cidades prósperas, o crescente número de padres ligados a uma igreja seguiu o mesmo ritmo do crescimento das paróquias e do atendimento espiritual, mas também se vinculou a atividades religiosas de grupos específicos de pessoas leigas com seus santos patronos, como as fraternidades. Houve necessidade de ampliar os espaços internos das igrejas para acomodar as diferentes capelas com seus altares. A fachada proporcionava um apoio visual para os sermões, com frequência pronunciados ao ar livre em frente à entrada principal da igreja.

O conceito do estilo românico não foi concebido em um único lugar e nem ao mesmo tempo; na verdade ele foi uma reconstrução em retrospecto da pesquisa artística e histórica a partir de uma observação meticulosa de

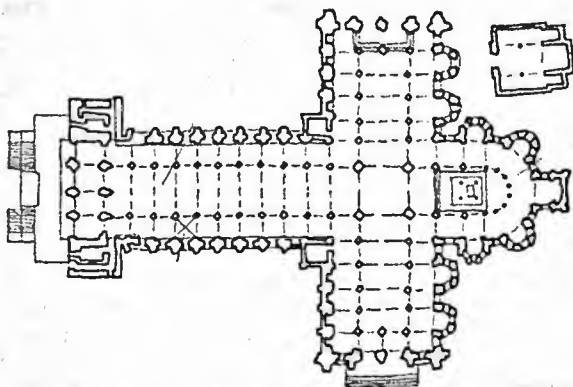
centenas de igrejas de estilo românico que ainda estão preservadas ou que conhecemos em ilustrações. É evidente que o estilo românico, pelo menos na arquitetura eclesiástica, enraíza-se no passado (em especial, nas igrejas dos mosteiros carolíngios), assim como antecipa o estilo gótico posterior (por exemplo, com o uso inovador dos arcos ogivais nas asnas das abóbadas e as pilastras ou os arcobotantes para apoio das abóbadas que ainda estavam ocultas). O estilo românico das igrejas medievais distingue-se por um grande denominador comum, que inclui as seguintes características:

- A espessura e o tamanho das paredes, fundamentais para apoiar as grandes construções altas de pedra. A luz penetra através de janelas pequenas do clerestório no andar superior das paredes da nave.
- As capelas separadas no coro ou no presbitério ou ao redor dele (o espaço atrás da nave reservado ao clero) ou na abside (o recinto semicircular atrás do altar-mor). A construção de um coro na nave lateral permitia um acesso livre para as capelas na abside.
- A torre quadrada e pesada acima do ponto de interseção da nave e do transepto formando uma cruz.
- A divisão entre a nave e as alas laterais com pilastras quadradas e colunas redondas na arcada divisória, ou a substituição da parede plana entre a arcada divisória e o clerestório por uma segunda ou terceira fileira de arcos.
- A acentuação da altura das naves com a substituição dos tetos planos ou a construção de suportes de vigas com abóbadas semicirculares de madeira ou pedra. Outro recurso foi a divisão do teto em reentrâncias ou segmentos arqueados, e cada reentrância era coberta por abóbadas ogivais apoiadas nos dois lados em dois pilares ou colunas. No início essas abóbadas maciças eram construídas em forma de ziguezague; depois do início do século XII surgiram as abóbadas mais leves e mais elegantes.
- O aumento da funcionalidade das naves laterais com a construção de amplas galerias ou um trifório estreito no nível da segunda arcada.
- A fachada principal a oeste com um portal decorado e ladeado por duas torres.
- A rica ornamentação, por exemplo, dos tetos pintados, dos capitéis decorados e entalhes nos portais, sobretudo na fachada principal. Nesse local retratavam-se histórias bíblicas em esculturas, e as esculturas de personagens bíblicos alternavam-se com estátuas de santos venerados localmente, e às vezes havia referências a acontecimentos importantes do passado "nacional", como na fachada principal da

Catedral de Angoulême, datada do início do século XII, onde um trecho da *Canção de Rolando* está entalhado em pedra. O motivo central dos entalhes na fachada principal, para os quais os olhos dos espectadores são imediatamente atraídos, é invariavelmente o Juízo Final (e o que aconteceria depois).

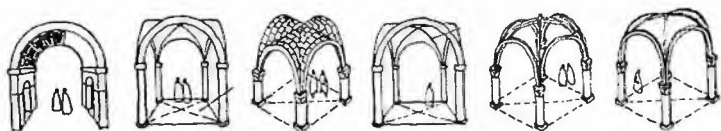


(a) A Abbaye-aux-Dames, em Caen, fundada em 1062, é uma construção de estilo românico de uma grande igreja medieval



(b) A igreja de peregrinação de Santiago de Compostela construída dos séculos XI a XIII

(c) A abóbada cilíndrica de nervuras



Os romanos construíam abóbadas semicirculares simples com tetos abobadados para diminuir o peso. A partir de então eles desenvolveram a abóbada arqueada em cruz com a introdução da divisão das abóbadas em reentrâncias. Os normandos construíam abóbadas pesadas de pedra, a maioria na construção de criptas. As partes mais frágeis eram as asnas do teto abobadado; outro problema era o apoio à abóbada durante a construção. No século XII surgiu a abóbada ogival de nervuras; enquanto uma abóbada estava sendo construída, só as asnas precisavam de apoio. Os espaços entre as asnas eram preenchidos com uma alvenaria leve; em consequência, os pilares de apoio podiam ser mais finos.

Como já mencionamos, a diversidade regional da arquitetura românica das igrejas medievais é muito grande, e só podemos destacar algumas variações mais marcantes. Na construção das igrejas no Ocidente havia uma nítida preferência por “prédios longos” de um só piso, que remontam aos grandes vestibulos ou às basílicas da Roma imperial. No mundo bizantino, por sua vez, dava-se preferência ao “prédio central” com abóbadas, a exemplo dos antigos mausoléus romanos. Mas existem diversas igrejas de estilo românico no Ocidente, sobretudo em Périgord, construídas com um plano central e com abóbadas. A Saint-Front em Périgueux é um ótimo exemplo. Existem também diferenças marcantes entre as igrejas italianas e as do norte da Europa. As fachadas principais de muitas igrejas italianas mantiveram a forma pura da basílica da Antiguidade tardia, com a nave alta e as naves laterais baixas. A fachada não é ladeada por torres, mas em geral elas têm uma torre alta para o sino (*campanile*), que dá a impressão de erguer-se sozinha. As igrejas românicas mais antigas do Sacro Império Romano Germânico impressionam com suas fachadas maciças e fechadas, às vezes construídas com um segundo transepto com sua própria abside. As fachadas são ladeadas por torres finas com frequência redondas. Em geral, elas têm quatro ou cinco torres, duas na fachada principal, duas no final ou acima do transepto e uma torre pesada no ponto de interseção. Muitas igrejas francesas e normandas ocidentais têm uma fachada principal mais “aberta”, e as torres que a ladeiam são mais altas.

A FÉ TORNA-SE VISÍVEL

A Paz de Deus e a Trégua de Deus

O ano de 1033 marcou o milésimo ano desde a morte de Cristo na cruz. Para comemorar a data, assim escreveu o monge borgonhês Rodulfus Glaber (Rodulfus o Calvo) em sua crônica, grandes reuniões foram organizadas em diversos lugares na Aquitânia onde, para o grande entusiasmo das multidões, se mostraram relíquias, pregaram sermões e as comemorações foram encerradas pelos senhores feudais locais. Esses eventos ficaram tão populares que logo foram copiados em lugares distantes da França e da Borgonha. Em todos os lugares a população inteira (*tota multitudo universae plebis*) escutou seus pastores, aconteceram curas milagrosas e invariavelmente ouviram-se gritos de “paz, paz”, uma referência ao movimento de “a paz de Deus” (*Pax Dei*). Esse movimento surgira devido à violência desenfreada que acompanhou o estabelecimento dos senhores feudais locais durante a revolução banal na França. Alguns bispos e abades, às vezes em colaboração com os condes e duques, convocaram sínodos a fim de criar regras para reprimir a violência. Senhores locais e seus cavaleiros (*milites*) de diversos lugares fizeram um juramento solene de obedecerem a essas regras. Originalmente, as regras visavam proteger grupos de pessoas indefesas diante da violência, começando com o clero e estendendo-se mais tarde às mulheres (solteiras) e às crianças, aos peregrinos, aos mercadores e outros viajantes e, por fim, aos “camponeses”, que foram chamados só uma vez, a terminar com sua própria violência. Conhecemos uns 25 períodos de paz na primeira metade do século XI. Uma segunda fase mais radical proibiu atos de violência em dias específicos e, depois, durante períodos mais longos do ano indicados pelo calendário da Igreja. Essa foi a *Treuga Dei* (“a trégua de Deus”), sendo que a mais antiga data de logo depois de 1020.

Com esse movimento os líderes da Igreja tentaram substituir os governantes seculares. Adalberto de Laon, um bispo fervorosamente adepto da realeza, percebeu essa intenção e repudiou com veemência as pretensões dos abades de Cluny, em especial, por terem assumido a tarefa mais essencial do rei, a de manter a paz no reino. Segundo Adalberto os monges deveriam ficar dentro das paredes de seus claustros com uma vida contemplativa. Por sua vez, os reis e outros príncipes seculares reagiram impondo suas tréguas de “paz”, que no império assumiu um caráter territorial (chamado *Landfrieden*). O conceito de *pax* eclesiástico influenciou a ideia da paz com normas e padrões de comportamento nas cidades ou em relação a obras vitais de interesse público como os diques.

Entre os Fiéis

A crônica de Glaber e outros textos sobre os movimentos da paz de Deus são os primeiros documentos históricos direcionados à fé de pessoas comuns. Essas pessoas são mencionadas também nos textos carolíngios, mas só em papéis não específicos, de segundo plano. No século XI elas começaram a ter um papel ativo. Esse fato demonstrou o grande progresso alcançado com a interiorização da fé cristã, apoiada pela expansão constante do atendimento espiritual no grande número de paróquias rurais. O número de paróquias na Inglaterra, por exemplo, avaliado em cerca de 2 mil no final do século XI, quadruplicaria nos dois séculos seguintes.

Não só textos escritos como também outros materiais e fontes, como os prédios, testemunham o envolvimento ativo do número crescente de fiéis. As monumentais igrejas de pedra, que recebiam centenas, se não milhares, de fiéis, datam do século XI. Não é por coincidência que as maiores igrejas localizavam-se nas estradas movimentadas dos peregrinos: Saint-Sernin em Toulouse e o exemplo admirável de Sainte-Madeleine em Vézelay, na Borgonha, as principais estradas para Santiago de Compostela (que tem uma igreja imponente); e em outros lugares movimentados de peregrinação como Sainte-Foy, em Conques, ou a Catedral de Durham, construída sobre o túmulo de São Cuthbert, ou em cidades populosas e economicamente prósperas como Pisa.

Os textos do século XI revelam aspectos muito divergentes do compromisso das pessoas leigas. Por um lado, eles dão a impressão de que o entusiasmo religioso das massas era manipulado em alto grau e possivelmente também com uma intenção prejudicial pelas autoridades da Igreja. Isso aconteceu, por exemplo, nas adaptações da liturgia relacionada às atividades sacramentais mais importantes na Igreja: a consagração do pão e do vinho durante a missa. A elevação da hóstia e do cálice no ar depois da consagração, para que a congregação pudesse vê-los, respondia aos desejos das pessoas leigas de se envolverem diretamente com um dos grandes mistérios da fé. Algumas vezes ocupantes de cargos elevados na Igreja e que também tinham poderes seculares exploravam o potencial militar de seus fiéis. Depois de proclamar a “paz de Deus” eles mobilizaram as milícias populares com uma inspiração religiosa e as usavam para eliminar o poder dos senhores feudais banais em seus territórios independentes, sem piedade e, se necessário, com o uso da força bruta. Há diversos relatos de linchamentos de judeus e hereges nessa época.

Por outro lado, fontes sobre os elementos tradicionais da percepção da fé cristã, como a veneração de relíquias, revelam as manifestações da fé popular genuína. A veneração de relíquias tem um antecedente mágico: nas relíquias o crente sente a presença física do santo (*praesentia*) e de seu

milagroso poder (*potentia*). A sensação dessa dupla experiência é mais intensa quando o fiel se aproxima mais da relíquia e, é claro, seu efeito é maior quando a relíquia ficava junto ao corpo, uma prática que já existia no século XI. Nem todas as pessoas podiam ter relíquias pessoais, sobretudo, os restos físicos de santos importantes. A maioria dos fiéis tinha de visitar os lugares onde os santos estavam enterrados ou onde suas relíquias eram preservadas. A fim de proporcionar o contato físico entre os peregrinos e os santos, nas igrejas de peregrinação os túmulos e os relicários eram colocados atrás do altar-mor, para que os peregrinos tivessem um acesso fácil a eles e, até mesmo, pudessem tocá-los. Alguns desses fiéis passavam a noite perto dos relicários na esperança de terem um sonho no qual o santo apareceria e faria um milagre, uma superstição que remonta à Grécia antiga. O contato físico com relíquias ou relicários não era uma condição essencial para se beneficiar com o poder milagroso dos santos. As pessoas em dificuldade, em qualquer lugar onde estivessem, podiam evocar seus santos preferidos com uma prece curta e, com frequência, isso produzia o efeito desejado, caso acreditemos nas inúmeras histórias de milagres que circulavam.

O conhecimento médico precário levava os fiéis a recorrerem aos santos para curarem suas doenças físicas ou mentais. Logo isso gerou relatos de curas específicas cujos vestígios ainda são visíveis hoje, como a história da Santa Dymna de Geel, em Brabant, uma princesa de origem irlandesa que, pouco depois que seu túmulo foi encontrado durante um trabalho de recuperação de terras, passou a ter a reputação de curar diversos tipos de doenças mentais. Mais tarde fundaram-se hospícios em Geel, os precursores do famoso instituto de psiquiatria que ainda existe na cidade.

Mas, mesmo assim, as curas milagrosas eram cuidadosamente examinadas. O reconhecimento oficial só era dado depois de um extenso interrogatório tanto do paciente (que poderia ser submetido a um teste) quanto de testemunhas. Quando o fiel tinha certeza de que sua prece fora ouvida e atendida algo deveria ser feito para agradecer ao santo e para convencer o fiel dos poderes milagrosos do santo. Essa retribuição era feita de diversas formas. Poderia ser uma réplica da parte do corpo curada, do tamanho original ou menor, feita de cera, prata ou ouro; ou o objeto que causara a doença (o forçado onde alguém caíra, o pino engolido e assim por diante); as ajudas de que a pessoa curada não mais precisava (muletas, bandagens); ou presentes de agradecimento em dinheiro ou em produtos (em geral uma quantidade de cera ou velas), sem conexão com o milagre. O melhor presente era a *deditio*, a dedicação total da pessoa, que se tornava o servo (*servus*) ou a criada (*ancilla*) do santo. Essas pessoas podiam sempre ser chamadas, em nome do santo, pela sua igreja.

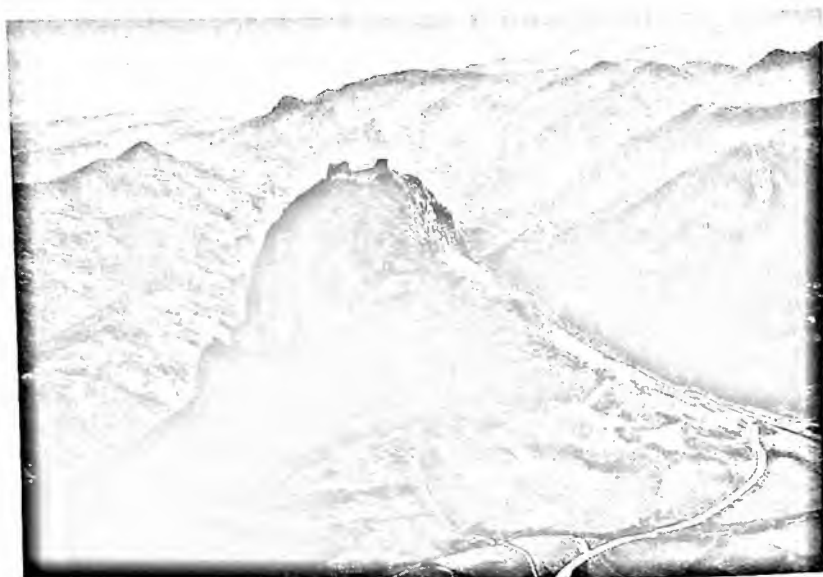


Ilustração 8.5 Exterior da fortaleza de Montségur, localizada a uma altitude de 1.204 metros ao sul de Carcassonne, onde mais de 200 albigenses foram queimados vivos em 1244

BOXE 8.3 DUAS VEZES COPIADA E AINDA ASSIM GENUÍNA: A CHAVE DE SÃO HUBERTO

A chave de bronze de quase 40 centímetros de comprimento, e fabricada com esmero, ainda é guardada na Igreja Sainte- Croix, em Liège. Na alta Idade Média acreditava-se erroneamente que o primeiro bispo de Liège, São Huberto (708-727), recebera o objeto valioso das mãos do papa em Roma. Porém, a chave de São Huberto de Liège só foi fabricada em torno de 1200. No entanto, não se pode discutir a procedência porque na época de São Huberto os papas em Roma davam chaves para bispos importantes. Elas eram cópias da chave da grade na entrada do túmulo de São Pedro (*confessio sancti Petri*) na cripta da basílica dedicada a ele em Roma. A parte superior da chave em geral continha uma relíquia, um fragmento das correntes que prendiam São Pedro na prisão e que foram milagrosamente quebradas. O significado simbólico mais profundo é óbvio: essa “chave de confissão” representava as chaves do céu do apóstolo Pedro, em razão de seu poder de fechar e abrir para toda a eternidade.

Tanto quanto sabemos, a última vez que um papa deu uma “chave de confissão” foi em 1079. Nenhuma delas foi preservada. Existem algumas imitações posteriores, como a de Maastricht, a chave de São Servatius, o

primeiro bispo de Maastricht. A rica congregação de São Servatius mandou fazer essa chave no século XII para comemorar o vínculo direto entre o primeiro bispo de Maastricht e o papa em Roma. É compreensível que o bispo de Liège também tenha querido ter uma chave, pois São Huberto era sucessor legítimo do bispo de Maastricht, e fora designado bispo pelo papa por ordem de um anjo, durante uma visita a Roma. É improvável que essa imitação tenha sido usada nas curas milagrosas de casos de raiva, como diz a lenda. O mosteiro em Ardennes, construído no local onde ele se arrependeu quando caçava, e onde Cristo falara com ele dizendo: "Você não deve caçar veados e sim almas", foi o lugar mais importante de peregrinação e veneração de São Huberto. Nesse mosteiro os peregrinos podiam comprar pequenos chifres de caça e chaves produzidos em série. Essas relíquias eram presas em uma corda ao redor do pescoço e protegiam as pessoas que as usavam de casos de raiva.



Bibliografia: KOLDEWEIJ, A. M. *Der Gude Sente Servaes*. De Servatiuslegende en de Servatiana: een onderzoek naar de beeldvorming rond een heilige in de middeleeuwen. De geschiedenis van de kerkschat van het Sint-Servaaskapitel te Maastricht, deel I. Assen-Maastricht, 1985, em especial p. 100-107. JONGEN, Ludo. *Heiligenlevens in Nederland en Vlaanderen*. Amsterdã, 1988, p. 148-151.

A Criação de uma Sociedade Persecutória

Em outro movimento reemergente nos séculos XI e XII – a heresia – os fiéis tinham um duplo papel, o de perseguidos e perseguidores, de seguidores obedientes e agressores. Por heresia não queremos dizer a luta contra pontos de vista escolásticos do dogma da Igreja consideradas incorretas. A palavra “heresia” foi demasiadamente aplicada a tais casos, e as consequências para todos os envolvidos eram terríveis: proibição do ensino, queima pública de livros, às vezes confinamento em uma prisão ou em um mosteiro. A heresia, no sentido de uma comunidade religiosa independente da Igreja, tinha uma característica totalmente diferente. No século XI os grupos heréticos deste tipo, espalharam-se por diversos lugares, primeiro na Champagne e logo depois na região do Reno, França, e na Inglaterra. Aparentemente, não havia uma conexão entre os vários grupos dissidentes nesse período. O ponto comum de consenso era a crítica à corrupção e à secularização dentro da Igreja, enfocando o clero secular e sua maneira nada apostólica de viver. Nesse aspecto a criação de seitas heréticas e de novas ordens monásticas pode ser vista como dois lados da mesma moeda. Havia

um limite tênue entre a canonização e em ser queimado na fogueira, e para um observador moderno ainda não está claro por que alguns grupos (os franciscanos, por exemplo, e mais tarde os humiliati) foram reconhecidos e aceitos pela Igreja, ao passo que outros, sobretudo os valdenses, foram denunciados como heréticos.

Não devemos supor que todas as heresias do Ocidente originaram-se do Oriente. Essa suposição surgiu no século XI porque os defensores dos grupos heréticos na Europa ocidental chamavam-se *bulgarelli* ("pequenos búlgaros", cf. bugres)¹ ou *kathari* (do grego, "o puro"). Ambos os termos referem-se a seitas dualísticas do Império Bizantino e dos Bálcãs, cujas ideias remontam ao maniqueísmo da Antiguidade tardia. É bastante duvidoso supor que essas seitas tivessem uma conexão direta com seitas semelhantes no Ocidente antes de meados do século XII, embora essa conexão tenha existido após esse período. É mais provável que o Oriente e o Ocidente tivessem a mesma tradição latente gnóstica.

Os albigenses acreditavam que o mundo material não fora criado por Deus, e sim por Satanás. Satanás era o senhor do Gênesis; o bom Deus só se revelou no Novo Testamento, e a existência física de Cristo era apenas uma aparência para enganar Satanás. A fim de se aproximar do bom Deus, todas as coisas materiais têm de ser renegadas radicalmente; é preciso eliminar a matéria com um jejum regular, não comer carne e manter a abstinência sexual. Diante da dificuldade de atingir esse estado de pureza, os albigenses, assim como os maniqueístas da época de Santo Agostinho, tinham dois níveis de fiéis: os *credentes* comuns (fiéis), que não seguiam à risca os mandamentos de moral rígidos, e uma elite de *perfecti* (perfeitos), que seguiam os mandamentos e adquiriam um *status* quase santificado. A maioria dos *credentes* só se tornava *perfecti* no leito de morte com a administração do "sacramento de consolação" (*consolamentum*).

Heresia ou não, durante o século XII o albigensianismo difundiu-se no Languedoc, na Provença, na Lombardia e na Toscana, regiões onde todos os assentamentos de qualquer tamanho tinham uma comunidade de albigenses. Na época não havia ainda uma perseguição sistemática pela Igreja ou pelas autoridades civis. Essa situação mudou drasticamente no final do século XII, com o surgimento do que o historiador inglês R. I. Moore chamou de "sociedade persecutória". Com essa expressão ele referia-se à Igreja e aos Estados dos grandes reinos europeus que começavam a definir seus objetivos e ideologias com tanta precisão que podiam identificar qualquer grupo conflitante ou interesses divergentes. O conteúdo da religião cató-

1 N.T.: Bugre, etimologia do latim medieval, "búlgaro, herético, sodomita".

lica estabeleceu-se com o desenvolvimento da teologia dogmática, com a sistematização da lei canônica e com o crescente número de regras promulgadas. Assim que se definiu o que era ortodoxo ou não, a dissidência não pôde mais ser tolerada; quem antes era considerado um “desregrado” agora era visto como um “traidor” ou um “inimigo da fé”. O ponto crucial surgiu em torno de meados do século XII.

A Igreja iniciou uma busca intensa da verdade com o desenvolvimento de procedimentos inquisitoriais. O papa continuou a exercer o papel de direção e controle em todo o processo, com o envio de emissários, mobilização das novas ordens religiosas (primeiro os cistercienses, depois os dominicanos), com o envolvimento do poder militar secular, a promulgação de decretos contrários à heresia e decisões dos concílios e, por fim, com a criação sob o Papa Gregório IX de um tribunal especial do papado, a Inquisição, com o intuito de contrabalançar a negligência de muitos bispos em perseguirem os hereges.

Os albigenses do sul da França foram os primeiros a sentirem o peso total da máquina repressora, seguidos logo depois pelos judeus e os grupos marginais como os leprosos e os homossexuais. Para os albigenses essa perseguição terminou em 1208 com a chegada de um exército das cruzadas vindo do norte para erradicar os hereges sob pretexto de recuperar terras ocupadas ilegalmente, uma iniciativa na qual o rei francês foi o grande vencedor.

Não menos terrível foi o espetáculo da perseguição aos judeus durante a primeira cruzada. Essa conexão era óbvia: quem mais era responsável pela crucificação de Cristo nos lugares mais sagrados, que agora teriam que ser libertados dos infieis? Em um nível mental mais profundo essa convicção misturava-se à ideia de que a comunidade cristã, a herdeira imaculada do legado de Cristo, tinha de proteger sua pureza e destruir todas as impurezas com o fogo e a espada. Com cada nova cruzada à Terra Santa e com os feitos heroicos da Reconquista na Espanha, as perseguições recrudesceram. Outros fatores as exacerbaram, como o crescente ressentimento da posição hegemônica dos judeus nos negócios de câmbio e crédito, além da coleta de impostos pelos reis perdulários. Os judeus poderiam preencher esse nicho econômico, porque em seus negócios com os cristãos eles não foram impedidos pela proibição da Igreja de cobrar juros dos empréstimos.

Existem muitos outros indícios de que o antissemitismo latente durante séculos tornou-se violento nos séculos XI e XII. Os judeus foram expulsos de suas terras ou foram obrigados a viver juntos segregados em determinadas áreas das cidades. As primeiras acusações de infanticídio e canibalismo surgiram mais ou menos na mesma época da teoria de uma conspiração internacional judaica. Pela primeira vez ouviu-se falar de rituais de purificação contra judeus, como apedrejar suas casas ou bater neles

durante a páscoa judaica. Os judeus foram obrigados a usar roupas diferentes. Sob um estatuto jurídico especial, os judeus sujeitaram-se diretamente à autoridade do rei, o que os tornou uma vítima fácil de exploração.

Todos esses fatos evidenciam que a atitude de tolerância negativa da época de Santo Agostinho estava se convertendo em uma discriminação aberta, estigmatização e uma perseguição crônica. Essa mudança no tratamento dos judeus revela mais dolorosamente do que qualquer outra coisa como a expansão econômica, a consolidação da fé, o ideal de servir e lutar em nome de Deus, em resumo, tudo o que caracterizou o grande período de expansão na história medieval tinha um lado sombrio e obscuro.

LEITURA SUGERIDA

- ANDREWS, Frances. *The Early Humiliati*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- AUDRISIO, Gabriel. *The Waldensian Dissent: Persecution and Survival, c. 1170-c. 1570*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999 (original em francês de 1989).
- BARBER, Malcolm. *The Two Cities: Medieval Europe, 1050-1320*. Londres: Routledge, 1992.
- _____. *The Cathars: Dualist Heretics in Languedoc in the High Middle Ages*. Londres: Longman, 2000.
- BARBER, Richard. *Pilgrimages*. Woodbridge: Boydell Press, 1991.
- BELL, Rudolph M. *Holy Anorexia*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1985.
- BERMAN, Constance Hoffman. *The Cistercian Evolution: The Invention of a Religious Order in Twelfth-Century Europe*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 2000.
- _____. (Org.). *Medieval Religion: New Approaches*. Londres e Nova York: Routledge, 2005.
- BLUMENTHAL, Uta-Renate. *The Investiture Controversy. Church and Monarchy from the Ninth to the Twelfth Century*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1998 (original em alemão de 1982).
- BRASHER, Sally Mayall. *Women of the Humiliati: A Lay Religious Order in Medieval Civic Life*. Londres e Nova York: Routledge, 2003.
- BREDERO, Adriaan H. *Bernard of Clairvaux: Between Cult and History*. Grand Rapids, Mich.: Eerdmans Publishing Cie., 1971.
- BROOKE, Rosalind Beckford; BROOKE, Christopher. *Popular Religion in the Middle Ages. Western Europe 1000-1300*. Londres: Thames & Hudson, 1984.
- BURR, David. *Olivi and Franciscan Poverty: The Origins of the Usus Pauper Controversy*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1993.
- _____. *The Spiritual Franciscans: From Protest to Persecution in the Century after Saint Francis*. Filadélfia, Pa.: Pennsylvania State University Press, 2001.
- BYNUM, Caroline Walker. *Jesus as Mother: Studies in the Spirituality of the High Middle Ages*. Berkeley: University of California Press, 1982.
- _____. *Holy Feast and Holy Fast: The Religious Significance of Food to Medieval Women*. Berkeley: University of California Press, 1987.
- CAMERON, Euan. *Waldenses: Rejections of Holy Church in Medieval Europe*. Oxford: Blackwell, 2000.
- CARVILLE, Geraldine. *The Impact of the Cistercians on the Landscape of Ireland 1142-1541*. Ashford: KB Publications, 2003.

- CHENU, M.-D. *Nature, Man and Society in the Twelfth Century*. Toronto: University of Toronto Press, reprodução de 1988 (original da ed. em inglês de 1968).
- COHEN, Mark R. *Under Crescent and Cross. The Jews in the Middle Ages*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994.
- CONSTABLE, Giles. *Three Studies in Medieval Religious and Social Thought: The Interpretation of Mary and Martha, the Ideal of the Imitation of Christ, the Orders of Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- _____. *The Reformation of the Twelfth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- COWDREY, H. E. J. *The Cluniacs and the Gregorian Reform*. Oxford: Clarendon Press, 1970.
- _____. *Pope Gregory VII, 1073-1085*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- FINUCANE, R. C. *Miracles and Pilgrims. Popular Beliefs in Medieval England*. Londres: Dent, 1977.
- FRUGONI, Chiara. *Francis of Assisi: A Life*. Londres: Continuum International Publishers Group, 1998 (original em italiano de 1995).
- FULTON, Rachel. *From Judgment to Passion: Devotion to Christ and the Virgin Mary, 800-1200*. Nova York e Chichester: Columbia University Press, 2002.
- GEARY, Patrick J. *Furta Sacra: Thefts of Relics in the Central Middle Ages*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1978.
- HEAD, Thomas; LANDES, Richard (Orgs.). *The Peace of God: Social Violence and Religious Response in France around the Year 1000*. Ithaca, Nova York. e Londres: Cornell University Press, 1992.
- HISCOCK, Nigel (Org.). *The White Mantle of Churches: Architecture, Liturgy and Art Around the Millennium*. Turnhout: Brepols, 2003.
- HUGO, William R. *Studying the Life of St. Francis of Assisi: A Beginner's Workbook*. Quincy: Franciscan Press, 1996.
- HUNTER, Ian; LAURSEN, John Christian; NEDERMAN, Cary J. (Orgs.). *Heresy in Transition: Transforming Ideas of Heresy in Medieval and Early Modern Europe*. Aldershot: Ashgate, 2005.
- IOGNA-PRAT, Dominique. *Order and Exclusion: Cluny and Christendom Face Heresy, Judaism and Islam (1000-1150)*. Ithaca, N.Y. e Londres: Cornell University Press, 2002 (original em francês de 1998).
- KIECKHEFER, Richard. *Magic in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- KIENZLE, Beverly Mayne. *Cistercians, Heresy and Crusade in Occitania, 1145-1229: Preaching in the Lord's Vineyard*. York: York Medieval Press, 2001.
- LAMBERT, Malcolm. *Medieval Heresy. Popular Movements from the Gregorian Reform to the Reformation*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1992.
- LANDES, Richard; GOW, Andrew; VAN METER, David C. (Orgs.). *The Apocalyptic Year 1000: Religious Expectation and Social Change, 950-1050*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2003.
- LAWRENCE, C. H. *The Friars: The Impact of the Early Mendicant Movement on Western Society*. Londres e Nova York: Longman, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *The Birth of Purgatory*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1986 (original em francês de 1981).
- _____. *Saint Francis of Assisi*. Londres e Nova York: Routledge, 2003 (original em francês de 1999).
- LEKAI, Louis J. *The Cistercians: Ideals and Reality*. Kent, O.: Kent State University Press, 1977.

- LERNER, Robert E. *The Feast of Saint Abraham: Medieval Millenarians and the Jews*. Filadélfia, Pa.: Pennsylvania State University Press, 2001.
- LITTLE, Lester K. *Religious Poverty and the Profit Economy in Medieval Europe*. Ithaca, N.Y. e Londres: Cornell University Press/P. Elek, 1978.
- MOORE, R. I. *The Formation of a Persecuting Society: Power and Deviance in Western Europe, 950-1250*. Oxford: Blackwell, 1987.
- MORRIS, Colin. *The Discovery of the Individual, 1050-1200*. Londres: SPCK para a Church Historical Society, 1972.
- _____. *The Papal Monarchy. The Western Church from 1050-1250*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- NYBERG, Tore. *Monasticism in North-Western Europe, 800-1200*. Aldershot and Burlington, Vt.: Ashgate, 2000.
- PEGG, Mark Gregory. *The Corruption of Angels: The Great Inquisition of 1245-1246*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2005.
- PELIKAN, Jaroslav. *The Christian Tradition: A History of the Development of Doctrine*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1980. v. III – The Growth of Medieval Theology (600-1300).
- ROBINSON, I. S. *The Papacy, 1073-1198: Continuity and Innovation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ROSENWEIN, Barbara H. *Rhinoceros Bound: Cluny in the Tenth Century*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1982.
- _____. *To be the Neighbor of Saint Peter. The Social Meaning of Cluny's Property, 909-1049*. Ithaca, N.Y. e Londres: Cornell University Press, 1989.
- RUDOLPH, Conrad. *Pilgrimage to the End of the World: The Road to Santiago de Compostela*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 2004.
- SAYERS, Jane. *Innocent III: Leader of Europe 1198-1216*. Londres: Longman, 1994.
- SPOTO, Donald. *Reluctant Saint: The Life of Francis of Assisi*. Nova York: Penguin, 2003.
- STOW, Kenneth R. *Alienated Minority. The Jews of Medieval Latin Europe*. Cambridge, Mass. e Londres: Harvard University Press, 1992.
- SUMPTION, Jonathan. *The Age of Pilgrimage: The Medieval Journey to God*. Mahwah, N.J.: Hidden Spring, 2003.
- TAYLOR, Claire. *Heresy in Medieval France: Dualism in Aquitaine and the Agenais, 1000-1249*. Woodbridge e Rochester, NY: Boydell & Brewer, 2005.
- TELLENBACH, Gert. *The Church in Western Europe from the Tenth to the Early Twelfth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993 (original em alemão de 1988).
- VAUCHEZ, André. *Spirituality in the Medieval West*. Kalamazoo, Mich.: Cistercian Publications, 1993 (original em francês de 1975).
- VAUCHEZ, André; BORNSTEIN, Daniel Ethan (Orgs.). *The Laity in the Middle Ages: Religious Beliefs and Devotional Practices*. Chicago, Ill.: University of Notre Dame Press, 1996.
- WARD, B. *Miracles and the Medieval Mind: Theory, Record and Event, 1000-1215*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1982.
- WAUGH, Scott L.; DIEHL, Pieter (Orgs.). *Christendom and Its Discontents: Exclusion, Persecution and Rebellion, 1000-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- WEBB, Diana. *Pilgrims and Pilgrimage in the Medieval West*. Londres e Nova York: I. B. Tauris, 1999.
- _____. *Medieval European Pilgrimage, c. 700-c. 1500*. Basingstoke: Palgrave, 2002.
- WEINSTEIN, Donald; BELL, Rudolph M. *Saints and Society: The Two Worlds of Western Christendom, 1000-1700*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1982.
- WOLF, Kenneth Baxter. *The Poverty of Riches: St. Francis of Assisi Reconsidered*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2003.

CAPÍTULO 9

OS PRIMEIROS REINOS E OS PRINCIPADOS TERRITORIAIS, 900-1200

A estrutura unificada das rápidas conquistas de Carlos Magno imposta nas vastas extensões territoriais de seu império expandiu-se com menos profundidade na sociedade do que ele esperava. A partir do século X novas unidades políticas, que podem ser descritas como estados dinásticos, surgiram em toda a Europa, tanto no antigo império de Carlos Magno como em lugares mais distantes. A monarquia continuava a ser a unidade política principal, embora, como veremos, nem todos esses estados tenham se transformado em reinos. Em seu núcleo estava a dinastia dos príncipes, que “formou” os territórios, unificou-os e os dividiu com conquistas, casamentos, heranças e negociações. Em torno da dinastia gravitava uma corte sempre em movimento de vassalos e clérigos importantes com os quais o príncipe tinha de lidar com cuidado, porque todos detinham um considerável poder. Os príncipes deslocavam-se constantemente, visto que seu poder só era respeitado quando estavam presentes, visíveis e tangíveis. As instituições do estado dinástico ainda eram modestas, com oscilações de tempo e local no nível central. Isto significava que durante séculos as instituições sólidas da Igreja mantiveram também, um interesse significativo nos assuntos seculares. A consolidação dos poderes territoriais resultou das relações mais estáveis em nível local com as propriedades feudais e o crescimento econômico devido à interrupção das invasões e migrações.

O SONHO IMPERIAL

Os Reinos dos Francos Orientais e Ocidentais

Atualmente, a Europa caracteriza-se por uma multiplicidade de Estados, muito diferentes em tamanho e estrutura interna, mas todos eles com raízes firmes no passado medieval. Além dos principais Estados-Nações, principados independentes como Liechtenstein, Andorra, San Marino e Mônaco ainda existem, ao passo que os autodenominados herdeiros do Império Romano do Ocidente e do Oriente, os Habsburgos e os czares russos, respectivamente, só sobreviveram até 1917/1918. O mesmo aconteceu com

um terceiro Estado supranacional que se estendeu por quase toda a antiga Ásia e as províncias africanas do Império Romano: o sultanato otomano. A partir do início do século XIV aos poucos ele conquistou a região de Bizâncio, e no século XVI avançou em direção à Hungria (batalha de Mohács, 1526), onde lutou durante séculos contra a dinastia dos Habsburgos.

Examinaremos primeiro e em mais detalhes o Sacro Império Romano Germânico. Existem razões específicas para isso: o poder do Estado desenvolveu-se relativamente cedo; o império estendia-se por uma área imensa e exercia uma profunda influência nas regiões vizinhas e, através de sua posição central, ele “tocava” na maior parte da Europa. Além disso, o império tinha uma estrutura peculiar e extremamente complexa, na qual o poder do Estado desenvolveu-se no nível do império, assim como no dos principados territoriais. Nesse sentido, a situação alemã ilustra diversos problemas que também surgiram em outros lugares. Além do mais, durante a alta Idade Média, muitas cidades independentes transformaram-se, às vezes por meio de alianças, em unidades constitucionais dentro do império. Alguns resultados dessa forma singular de institucionalização ainda são claramente visíveis.

É preciso lembrar que no século X as regiões a leste do Reno e ao norte do Danúbio eram bem menos desenvolvidas que as regiões sul e oeste da Europa. Essas regiões beneficiaram-se pouco com os efeitos da colonização romana, como revelam a baixa densidade populacional, as cidades, as dioceses e as estradas pavimentadas, entre outras coisas. Em parte como resultado dessa situação, o cerne do império carolíngio expandira-se mais para o oeste, entre o Loire e o Reno. Ironicamente, portanto, o enorme império de Carlos Magno estendeu-se nas áreas menos desenvolvidas e menos cristãs a leste.

A contínua disponibilidade de líderes poderosos exerceu um papel crítico na expansão dos primeiros estados dinásticos. O Rei Henrique I (919-936) foi o primeiro a romper a tradição dos francos de dividir o patrimônio territorial entre todos os filhos capazes do governante. Apesar de não haver mais divisões nos reinos francos ocidentais e orientais desde o tratado de Verdun, firmado em 843, isso foi uma coincidência; além disso, a divisão sempre fora problemática para o reino central. Mas agora houve uma ruptura, e a partir de então no reino oriental dos francos os filhos mais jovens ainda partilhavam a herança, porém, o reino não se dividia. O *regnum Teutonicorum*, o “reino dos teutônicos/alemães” (a expressão foi usada pela primeira vez em uma crônica de Salzburg referindo-se à eleição do rei em 919), diferenciava-se das posses patrimoniais da dinastia governante.

Henrique I estabeleceu uma dinastia real forte, a dinastia dos saxões ou otoniana (919-1024). Ela foi sucedida por duas linhagens reais que asseguraram uma poderosa continuidade: as dinastias estreitamente relacionadas dos salianos (1024-1125) e a Hohenstaufen (1132-1254).

Por fim, os reis alemães conseguiram antes que os reinos francos ocidentais eliminar as forças centrífugas da expansão carolíngia. Porém, sua proposta de restaurar um poder centralizado sofreu um revés em um momento crítico, quando a sorte dos reis franceses melhorou. Nesse sentido, o desenvolvimento histórico da França e da Alemanha no final do século X interligou-se por séculos em uma sucessão de dois movimentos opostos complexos. Esse desenvolvimento foi um dos mais desastrosos da história política europeia.

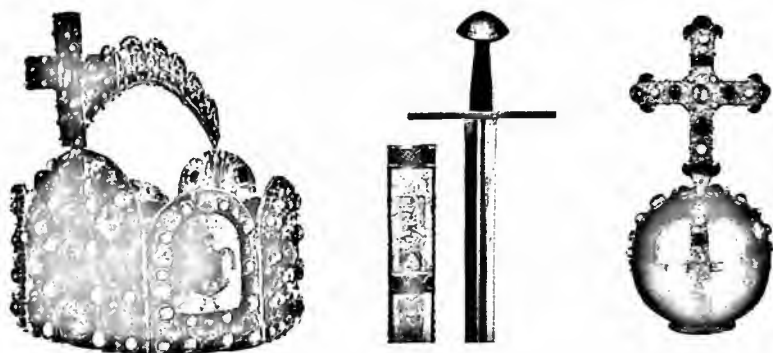


Ilustração 9.1 Símbolos do poder do Império Romano

O Estabelecimento do Reino Germânico

Após o desaparecimento da dinastia carolíngia em 911, Henrique, o duque dos saxões, apelidado de “Caçador de Aves”, foi eleito rei em 919 por causa de suas atividades nas lutas contra os nórdicos, eslavos e magiares. O duque da Baviera também fora eleito em 919, dois anos antes de renunciar às reivindicações, em troca de uma maior autonomia de seu ducado. Embora a unidade do reino alemão tenha sido assegurada, ao mesmo tempo suas limitações revelaram-se com o equilíbrio do exercício de poder dos ducados.

No início do século X o reino franco oriental compunha-se de quatro ducados com uma base parcial étnica: do norte até o sul localizavam-se a Saxônia, a Francônia (Frankenland), a Suévia e a Baviera. Em 925, Henrique I aproveitou a fraqueza do reino ocidental para incorporar definitivamente o antigo reino de Lotaríngia/Lorraine como o quinto ducado do seu reino oriental. O Sacro Império Romano Germânico adquiriu, assim, um território considerável no Ocidente. Algumas vezes supôs-se que a necessidade de defender os territórios contra as invasões dos magiares e eslavos tenha causado a formação desses “ducados tribais”. Caso isso seja verdade, os ducados não se estendiam por todo o território do reino oriental, porque

os frísios e os alamanos não constituíam ducados separados, nem as populações do baixo e médio Reno. Os turingios tiveram um “ducado tribal” até 908, quando os saxões começaram a se expandir em direção ao leste. Por sua vez, o ducado de Lorraine não tinha um caráter “tribal”.

Em duas ocasiões durante o reinado do poderoso Oto I (936-973), alguns duques, em colaboração com o arcebispo de Mogúncia, formaram coalizões com o intuito de oporem-se ao poder do rei. Graças à superioridade militar, Oto enfrentou com sucesso essas situações perigosas e obrigou os rebeldes que sobreviveram às batalhas a demonstrar uma submissão humilhante, e depois os expulsou do reino ou os nomeou para postos em outros lugares. Diante dessas forças de oposição, o rei tentou garantir a continuidade de sua dinastia indicando um filho como sucessor e o coroou ainda em vida. Henrique já fizera o mesmo em 929. Oto I elegeu o filho Oto II (973-983) em 961 e o coroou rei da Alemanha (na ocasião Oto I era imperador) em Aachen, e o coroou coimperador em 967. Durante a menoridade de Oto III, que tinha 11 anos (983/994-1002), pois Oto tivera uma morte prematura, as viúvas dos dois imperadores anteriores, Adelheid e Theophanu, e o arcebispo Willigis da Mogúncia exerceram a regência durante a menoridade do jovem rei. Essa ação foi sábia porque o duque da Baviera, mais uma vez, elegeu-se rei. A indicação e a eleição de reis ainda em vida do predecessor eram essenciais para garantir a continuidade da dinastia perante os duques rivais e seus parentes frustrados. Isso desgastou a tradição da eleição dos reis que se tornou quase tão trivial como um ritual de negociações astuciosas de trocas de favores e/ou privilégios políticos. No entanto, os príncipes mais importantes do império – os arcebispos das cidades da região do Reno e os duques – mantiveram a tradição de eleger o rei.

Só quando não havia filhos ou herdeiros os outros pretendentes tinham uma chance de se elegerem reis, como aconteceu com a morte de Oto III, aos 22 anos. Três candidatos apresentaram-se apoiados por seus seguidores. Um deles foi assassinado, e o vencedor, Henrique II da Baviera (1002-1024), nunca conquistou autoridade na Saxônia, embora fosse um saxão da mesma linhagem de seus quatro predecessores. Quando Henrique também morreu sem deixar herdeiros, a linhagem extinguiu-se e houve uma eleição aberta para escolher o novo rei. Sob a decisiva influência do arcebispo da Mogúncia, a transferência tranquila de poder para a dinastia saliana demonstrou, com a eleição do duque da Suécia como Conrado II (1024-1039), que nessa época o reino alemão tinha raízes firmes. Depois que o reino da Borgonha foi anexado em 1034, a fronteira ocidental do império estendeu-se ao longo do Ródano, Saône, Meuse e Scheldt.

Os laços familiares eram um instrumento essencial para consolidar o poder dos reis, embora fossem fontes de ciúme primeiro entre irmãos e meio-

-irmãos, e depois entre as mulheres. Oto I nomeou seu irmão Henrique, duque da Baviera, o filho mais velho, Liudolf, duque da Suévia, e dois irmãos, além do genro, duques de Lorraine; ele casou as filhas com Luís IV rei da França ocidental e com seu rival e sucessor Hugo Capeto; nomeou ao mesmo tempo seu irmão mais novo arcebispo de Colônia e do ducado de Lorraine; e conseguiu o arcebispado da Mogúncia para o filho Willigis. Os dois arcebispos exerceram um papel-chave na construção política do império. Essa construção política, é claro, mostrou aos beneficiados que seus interesses concerniam à extensão de seu poder pessoal, em vez da lealdade ao rei benfeitor.

O Sacro Império Romano Germânico, depois da expansão do *regnum Teutonicorum* com a incorporação dos reinos da Itália (ver p. 253) e da Borgonha, passou a ter uma população muito diversificada composta por pessoas de língua alemã, provençal e eslava. As regiões do norte da Itália mantiveram sua identidade cultural durante o domínio alemão. Os vínculos com outras regiões de língua provençal eram muito precários, como no caso dos territórios ao noroeste da periferia do império que mais tarde seriam chamados de Países Baixos. Nas regiões de língua alemã a diferença entre o norte e o sul gerou tantos problemas de comunicação quanto com as outras línguas ocidentais. Não obstante, depois do início do século X o confronto dos povos alemães com os magiares e eslavos acentuou-se mais do que com os escandinavos que falavam línguas alemãs. O império construiu uma fronteira que se estendia do Báltico ao Mediterrâneo e ao longo do Danúbio. Reforçou “Marches” (as regiões de fronteira colonizadas) – Elba Marches, March oriental, Estíria, Caríntia, Krajina e as Marches de Verona e Friuli – para reprimir os ataques dos magiares, eslavos e dos postos fronteiriços de Bizâncio. Mas isso não impediu a integração cultural entre as regiões eslavas ocidentais e as populações alemãs.

A monarquia alemã manteve seu poder durante o século X com uma luta constante com povos rivais dentro do império e com povos intrusos ou recalcitrantes e governantes de outras regiões. Sua cavalaria fortemente armada era muito mais desenvolvida do que a cavalaria dos povos vizinhos (eslavos, magiares, dinamarqueses). A região entre os Rios Elba e Oder estava sempre em conflito com resultados diversos.

A Igreja Imperial

Um fator essencial que explica a ascendência do Sacro Império Romano Germânico na Europa foi o fato de os reis basearem sua autoridade na Igreja, com a qual o império tinha uma ligação muito próxima. Por esse motivo, podemos chamá-la de “Igreja imperial” (*Reichskirche*, em alemão). Os bispos e abades tinham obrigação de apoiar o rei nas guerras equipando os cavaleiros fortemente armados (*loricati*), com o dinheiro dos rendimentos de suas

extensas propriedades. Uma lista de recrutamento do ano 982 mostra que os prelados eram responsáveis pelos custos de dois terços a três quartos do *loricati* no exército imperial. Segundo, como vimos no Capítulo 8, em torno da mesma época os reis começaram a investir arcebispos e bispos com poder secular, concedendo-lhes títulos de conde e duque para contrapor a intransigência dos duques ou outros funcionários seculares. Em razão do celibato, os bispos não podiam transmitir os cargos seculares aos seus herdeiros. Por esse motivo, muitos arcebispos e bispos alemães exerciam ao mesmo tempo o poder secular e espiritual, que nem sempre se sobrepunham nos distritos.

Por fim, os reis se cercavam de clérigos eruditos, a quem confiavam o cargo importante de chanceler e outras posições vitais. Depois, por iniciativa do rei eles eram designados arcebispos, bispos ou abades para que pudessem cumprir suas obrigações em relação ao império à custa do patrimônio da Igreja e contribuir para sua integração regional. No governo de Henrique III (1039-1056) mais da metade dos bispos alemães pertencia à capela da corte do rei. Os capítulos ligados às igrejas episcopais também começaram a funcionar como locais de uma extensa rede de contatos de amigos íntimos e parentes letrados do rei, que também era um dignitário da Igreja com o cargo de cônego.

Nessa época a Igreja imperial era muito útil para os reis alemães e de 962 também para os imperadores, que eram os maiores protetores do Cristianismo e apoiavam ativamente a disseminação da fé cristã. O arcebispo de Magdeburg, fundado em 967 por iniciativa de Oto I, serviu de posto avançado alemão contra os pagãos eslavos. A abordagem sistemática do trabalho missionário entre os eslavos e magiares resultou em conflitos militares, que fortaleceram a cooperação entre a Igreja e o império na luta contra os não cristãos e a solidariedade entre os povos do império. A vitória decisiva de Oto sobre os magiares em Lechfeld, perto de Augsburg, em 955, foi resultado dos esforços conjuntos dos saxões, francos, alamanos, suevos, bávaros, lotaríngios e boêmios, que pouco antes dessa batalha lutavam entre si.

A construção de catedrais monumentais floresceu por iniciativa direta do rei. Oto I demonstrava sua predileção pela igreja que fundara em Magdeburg. Henrique II construiu a catedral em Bamberg, onde uma escola eclesiástica converteu-se em um centro intelectual importante com uma valiosa biblioteca. Conrado II construiu uma catedral em cuja cripta muitos membros da dinastia real foram enterrados. No conceito característico arquitetônico otôniano a fachada principal a oeste foi tão bem destacada, quanto o coro voltado para leste. A simetria do poder espiritual e secular expressou-se por duas torres do mesmo tamanho de cada lado da fachada. Uma sala do trono para o rei foi construída no portal oeste, para que nessa posição elevada ele pudesse ouvir as massas.

Restauração da Dignidade Imperial

A intervenção de Oto I nos conflitos na Itália provocou uma mudança crucial na relação entre o império e a Igreja. Oto era casado com Adelheid, a viúva de um pretendente à coroa italiana, mas ele também seguiu a tradição carolíngia. Incentivado por rivalidades locais, assim como pelas ambições de seu filho Liudolf e de Berengar II da Ivrea, margrave de Friuli (c. 900-966), Oto conduziu um grande exército através dos Alpes em 951. Depois de um cerco bem-sucedido à antiga capital de Pavia ele elegeu-se “rei dos francos e dos lombardos”, o título que Carlos Magno assumira havia quase dois séculos. A longa luta entre as antigas famílias nobres de Crescentii e Tuscilani levou o papa, João XII, que fora “convocado” para o mais alto cargo eclesiástico aos 17 anos, ao se sentir ameaçado, a pedir a proteção de Oto, e em troca lhe ofereceu a coroa imperial, exatamente como acontecera no ano 800. Em Candlemas, no dia 02 de fevereiro de 962, o vitorioso Oto, cuja aparência com seus exércitos era suficiente para afugentar os inimigos, junto com o papa, fez uma entrada triunfal na cidade sagrada. O papa consagrou o rei e sua mulher e o coroou imperador “em meio aos aplausos do povo de Roma”. Em seguida, segundo a tradição carolíngia, os romanos lhe juraram fidelidade.

Imediatamente depois da partida de Oto o papa, a quem ele recuperara o cargo, fez um pacto com seus inimigos. Oto enfureceu-se e expulsou o papa de Roma. Ele convocou um sínodo para destituir João XII e eleger seu candidato, um homem laico, como Papa Leão VIII. O imperador não deixou dúvidas de que de agora em diante nenhum papa poderia ser eleito ou designado sem sua aprovação prévia. O papado estava em declínio: sob o aspecto teológico ele não tinha grande importância, e do ponto de vista político tornara-se totalmente dependente do imperador, que acalentava ambições cristãs universais. Essas ambições revelaram-se nas atividades de Oto no sul da Itália, onde foi homenageado em Capua, Beneventum e Salerno, e nas campanhas empreendidas em Apulia e Calabria, que lhe deram acesso à antiga esfera de influência bizantina. Isso resultou no casamento em 972 de Oto II, seu herdeiro e sucessor, com a princesa bizantina Theophanu.

Para o império alemão, essa renovação do vínculo com a tradição imperial carolíngia demonstrou que a posição hegemônica que conquistara na Europa apoiava-se em uma prestigiosa ideologia de supremacia. Simultaneamente, o papado ficou, por pouco tempo, acima das rivalidades locais. Agora, sob Oto III, com a eleição de seu antigo tutor, o culto Gerbert de Aurillac (999-1003), a *cathedra Petri* recebeu um impulso intelectual. Gerbert escolheu o nome significativo de Silvestre II, como um símbolo de sua afinidade com Silvestre I (314-335), o bispo de Roma na época do Imperador Constantino. Em curto prazo, as relações próximas entre os papas e os imperadores confirmaram o controle dos imperadores na Igreja imperial.

Mas, em longo prazo, a reavaliação do papado plantou as sementes do conflito inevitável quanto às áreas de competência. Além disso, a orientação dos imperadores alemães com respeito à Itália e a expansão territorial do império em direção ao leste, exigiram esforços militares consideráveis que ao longo do tempo causaram um enorme ônus aos recursos do império, sem resultados duradouros. Oto I permaneceu na Itália de 966 a 972. No norte sua posição nunca foi ameaçada, graças a representantes do império competentes e confiáveis. Porém, seus sucessores enfrentaram muitas dificuldades; depois de sofrer uma derrota humilhante dos sarracenos no sul da Itália em 982, Oto II deparou-se imediatamente com graves problemas na Alemanha. Não é exagero dizer que de Oto I (936-973) a Frederico II (1212-1250) o fascínio dos reis alemães pela coroa imperial enfraqueceu sua posição de poder tanto na Alemanha como na Itália, porque no final eles não tinham meios para dar solidez e significado à função do imperador e nem conseguiram eliminar as forças centrífugas que o império provocava em todos os lugares.

Imperium et Sacerdotium

Todos os reis alemães, de Oto I a Frederico II, atravessaram os Alpes em algum momento de seu reinado, para serem consagrados e coroados imperadores pelo papa na Basílica de São Pedro, em Roma. Com a consagração, a mais alta autoridade religiosa no Ocidente conferia uma legitimidade sagrada ao poder do imperador. O *imperium*, o poder imperial, consistia nas coroas da Alemanha, da Itália e da Borgonha. Além disso, os imperadores consideravam-se os suseranos dos reinos da Hungria e da Polônia, e dos antigos principados lombardos de Capua, Salerno e Benevento, no sul da Itália. Para os reis alemães o vínculo com a tradição imperial carolíngia e, portanto romana, representava uma extraordinária confirmação de sua legitimidade. Desde 751, os papas haviam concedido aos reis carolíngios o antigo título de "*patricius Romanorum*", protetor dos romanos, o que lhes dava direito de intervir em tumultos de facções locais em Roma. O jovem imperador, Oto III, construíra sua residência no Palatino, a colina em Roma com as ruínas de antigos palácios imperiais, onde criou um estilo de vida para sua família, os serviços e a corte, baseado no modelo bizantino.

No entanto, a hegemonia alemã na Itália nunca foi muito significativa na prática. Sempre que o rei alemão percorria o território italiano com seu exército ele obtinha algum reconhecimento formal em alguns lugares e promulgava decretos. Mas, assim que ele partia para o norte os poderes locais e regionais reagiam e recuperavam o domínio da situação. Havia uma grande resistência na Itália ao domínio alemão. Em 1037 Conrado II parou

impotente diante dos portões fechados de Milão; em 1047, Henrique III fez um cerco em vão a Beneventum.

Em Roma os imperadores nunca fizeram grandes progressos em suas investidas. As famílias rivais patrícias pediam ajuda aos alemães se lhes conviesse, mas eles não eram populares entre os romanos. O primeiro papa alemão, cuja eleição Oto III influenciara em 996, Gregório V (1096-1099), e que o coroara imperador no domingo de Pentecostes, foi destituído por um antipapa assim que Oto partiu. Quando o imperador voltou a Roma no inverno de 997 ele foi obrigado a usar a força para retomar a cidade. Oto III humilhou o antipapa obrigando-o a percorrer a cidade olhando para trás montado em um jumento e pendurou o patricio Crescentius de cabeça para baixo. Não surpreende, então, que Oto e Silvestre II (1099-1003), "seu" (segundo) papa, tenham sido expulsos da cidade eterna em 1002. Ambos morreram logo depois em circunstâncias trágicas. Agora, mais uma vez os condes de Tusculum detiveram o domínio dos territórios da Igreja na região central da Itália, e por 50 anos elegeram membros de suas famílias para o cargo de papa.

Só sob o Bispo Bruno de Toul, Papa Leão IX (1048-1054), a dignidade papal iniciou uma nova fase. Ele também fora nomeado pelo imperador, mas pertencia ao movimento da Borgonha e da Lotaríngia, que defendia a reforma da Igreja e que opunha uma resistência ferrenha às influências seculares na Igreja (ver Capítulo 8). O relacionamento entre o papa e o imperador sempre seria muito suscetível a desgastes. O problema mais sério era, é claro, a linha divisória entre a Igreja e o mundo laico, uma questão delicada que persistiu no século XII. Para Henrique III, profundamente religioso, não havia divergência entre a nomeação de seu chanceler como papa em 1055 e as ideias de reforma. Ele também achava que sua posição era sagrada. Henrique III foi o último imperador a nomear seus amigos próximos papas, que foram aceitos em toda a comunidade cristã, e com isso escolheu dois defensores da reforma da Igreja. No entanto, para a legitimação religiosa da função do imperador e do sistema da Igreja imperial, esse movimento de purificação interna da Igreja tinha contradições irreconciliáveis. A Igreja imperial representava o grande envolvimento da Igreja na máquina do Estado, uma ligação tão pessoal e material, que não poderia ser desfeita sem prejudicar as fundações de todo o império.

A Batalha nas Duas Frentes da Dinastia Saliana

Durante um século, de 1024 a 1125, quatro reis alemães sucessivos pertenceram à dinastia saliana, que, como duques da Suévia, tinham sua base no sudoeste da Alemanha. O três primeiros, Conrado II (1024-1039), Henrique III (1039-1056) e Henrique IV (1056-1106), asseguraram a sucessão de seus filhos mais velhos ao elegê-los e coroa-los em Aachen ainda

em vida. Henrique V (1106-1125), no entanto, morreu sem herdeiros, o que deixou o caminho aberto para que os príncipes eclesiásticos e seculares mais importantes fortalecessem seu papel de eleitores por pelo menos dois reinos. A eleição de Conrado III de Hohenstaufen, duque da Francônia, iniciou em 1138 outra dinastia de duques do sudoeste da Alemanha como os principais contestadores de um reinado quase hereditário que durou até 1254. Os Hohenstaufen sofreram uma grande oposição dos guelfos, que dominaram os ducados da Saxônia e da Baviera, e cujo parente, Oto IV, foi alvo de uma grande disputa pelo trono de 1198 a 1218.

Os reis salianos tinham de defender sua posição em relação à aristocracia regional, que reagia a qualquer sinal de fraqueza real com uma oposição feroz ou até mesmo rebelião. Conrado II e Henrique III esforçaram-se para fortalecer a posição deles *vis-à-vis* à Igreja e aos magnatas. Conrado fortaleceu essa posição com a concentração e expansão dos domínios imperiais e incumbindo uma classe de nobres de origem não livre, os ministeriais, de administrá-los. Henrique conquistou a Boêmia em 1040 e fortaleceu o controle na fronteira sudeste com a criação do burgo imperial de Nuremberg como o centro principal de um conjunto de margraviatos fortificados. Ele morreu aos 39 anos, deixando seu filho de 6 anos, já coroado, sob a proteção do papa.

Henrique III dedicou-se com perseverança à reforma da Igreja. Em Roma, ele usou sua autoridade de "patrício" para defender a "liberdade da Igreja" contra as manipulações das famílias aristocráticas locais. Os motivos dessa busca por "liberdade" eram óbvios, se considerarmos que entre 1045 e a eleição do Papa Gregório VII (1073-1085), em 1073, dos 12 papas eleitos para o trono de São Pedro, seis foram depostos por um concílio. Na Alemanha, no entanto, os poderes eclesiásticos e seculares eram tão interligados que qualquer aplicação dos mesmos princípios resultaria em uma ruptura fatal do sistema político. Exatamente por esse motivo os reis alemães depois de Henrique III enfreteram muito mais resistência do que outros reis da cristandade latina, que também costumavam nomear preladados. Além disso, em nenhum outro país os direitos seculares eram tão dominados pelos bispos e abades como na Alemanha.

O reino de Henrique IV foi um dos mais turbulentos da Idade Média. Durante os nove anos de sua menoridade, os príncipes seculares e eclesiásticos dedicaram-se principalmente aos seus interesses territoriais. A Saxônia tornou-se um foco permanente de oposição ao reinado de Henrique, sobretudo durante a grande revolta de 1073-1075. Os magnatas saxões reagiram contra a construção de fortalezas nas regiões a leste do ducado, onde os ministeriais, em vez de seus parentes, haviam sido nomeados como supervisores. Eles continuaram a ser o núcleo da resistência aristocrática contra o rei quando uma proibição do papa o colocou em

uma posição delicada. As nomeações de Henrique, em 1075, do arcebispo de Milão, a cidade imperial mais importante da Itália, e dos bispos de duas cidades dentro da esfera de influência do papa, Spoleto e Fermo, provocaram uma reação feroz do dogmático Papa Gregório VII, que ameaçou o rei de excomunhão. No ano seguinte, os sínodos dos bispos alemães e lombardos repudiaram a obediência ao papado, causando a excomunhão e deposição de Henrique IV pelo papa.

Em outubro de 1076 uma assembleia de príncipes alemães liberados pelo papa do juramento de fidelidade ao rei forçou Henrique a uma total submissão, pois a fidelidade deles ao rei dependia de sua sujeição, o que levou à suspensão da proibição antes do mês de fevereiro seguinte. Depois decidiram submeter todas as disputas entre o rei e os príncipes a uma corte de arbitragem presidida pelo papa. Alguns príncipes já cogitavam eleger outro rei. Dois fatores contribuíram para essa posição drástica e inovadora: primeiro, em um mundo cristão era impensável que os magnatas eclesiásticos e laicos obedecessem a um rei banido pela Igreja; segundo, muitos príncipes tinham outras razões políticas para aproveitar qualquer oportunidade para enfraquecer o poder do rei. A reação de Henrique foi tão rápida quanto audaciosa. No início de 1077, em um inverno rigoroso, ele atravessou o desfiladeiro de Mont Cenis com 2 mil metros de altura nos Alpes para pedir publicamente perdão ao papa, com o objetivo de impedir as ações de seus adversários que ameaçavam sua legitimidade. Para obter esse perdão Henrique vestiu o hábito da penitência e ficou parado na neve em frente às muralhas de Canossa, uma fortaleza na Toscana, onde o Papa Gregório estava hospedado com sua fiel aliada Matilda, margravina da Toscana. Se esse gesto era sincero ou não, Gregório VII não podia recusar o perdão e, assim, não houve guerra contra Henrique, e seus opositores reduziram-se a uma pequena minoria de bispos e príncipes. Eles elegeram três reis sucessivos em oposição a Henrique, mas a influência deles foi secundária, não obstante o apoio do papa.

Os conflitos posteriores entre Henrique e os papas caracterizaram-se por episódios heroicos devido às personalidades obstinadas dos protagonistas. Em 1080, o Papa Gregório excomungou e depôs de novo Henrique e profetizou sua morte iminente ou a decadência. No entanto, quem morreu neste ano foi seu opositor, o Rei Rodolfo da Suécia. Em represália, Henrique convocou um sínodo que depôs o Papa Gregório VII segundo as regras da lei canônica e elegeu um antipapa. De 1081 a 1084, Henrique sentiu que seu poder era forte o suficiente para empreender uma viagem pela Itália, onde conquistou Roma, exilou o Papa Gregório e se coroou imperador na Basílica de São Pedro pelo antipapa. A disputa evidentemente enfraqueceu a posição dos dois protagonistas que exacerbaram o uso do poder e, desse modo, perderam a legitimidade. Os reis alemães perderam o

controle direto das eleições dos papas, e o conflito entre o papa e o rei/imperador provocou cismas em diversos bispados. Em consequência, a Igreja imperial privou-se de grande parte de sua eficácia como um pilar do poder do Estado. Os príncipes alemães adquiriram autonomia durante a disputa, assim como as comunas nas cidades dos bispados também fortaleceram sua influência. Entretanto, Henrique conseguiu eleger e coroar seu filho mais velho, Conrado, em 1087. Em seguida, presidiu um sínodo de bispos e aristocratas que declararam a paz de Deus em todo o império. Com essa iniciativa ele adotou um instrumento para consolidar seu poder secular. Supreendentemente, Henrique também repetiu a instituição de uma paz territorial no império (*Reichslandfriede*) em 1103, com a inclusão explícita dos judeus. Eles haviam sido vítimas de *pogroms* violentos em diversas cidades imperiais que sofriam com anos de escassez de alimentos e com o início caótico da primeira cruzada.

O longo reinado de Henrique foi marcado por ainda mais turbulência. O conflito com o papado não se restringiu à disputa de investidura (Capítulo 8) e agravou-se com a luta por poder na região central da Itália, onde os papas tinham interesses territoriais. O Papa Urbano II (1088-1099) tentou limitar as ambições imperiais apoiando um partido anti-imperialista. Em 1089 ele promoveu o casamento de sua aliada fiel, Matilda, a viúva herdeira do margraviato da Toscana, com o herdeiro bem mais jovem da família dos guelfos, uma família influente de oposição. Eles atraíram o filho mais velho do Rei Henrique, o Rei Conrado, para sua causa e o coroaram rei da Itália em Milão, em 1093. Nesse contexto, criou-se a primeira aliança urbana contra o imperador, com a adesão das cidades lombardas de Milão, Cremona, Piacenza e Lodi. Como resultado, Henrique depôs Conrado e seu filho mais novo, Henrique, eleito e coroado em 1099. Apesar da paz territorial, o jovem Henrique revoltou-se contra o pai com o apoio do papa e de muitos bispos e príncipes; 52 bispos e príncipes o elegeram rei, e seu pai morreu no cativeiro. Durante seu reinado, Henrique V (1106-1125) ainda enfrentou os mesmos problemas do pai: a oposição da aristocracia saxônica, a rivalidade com o papa na Toscana, a disputa da investidura, a excomunhão e deposição. No entanto, as sanções eclesiásticas haviam perdido grande parte de seu impacto. Em 1121, depois de anos de luta, um comitê em prol da paz, composto por 24 príncipes, 12 de cada lado, forçou o imperador e o papa a chegarem a um acordo em relação à investidura secular, que resultou na Concordata de Worms, celebrada em 1122 (Capítulo 8).

As Ambições Mediterrâneas dos Hohenstaufen

A eleição de Frederico Barbarossa como rei alemão em 1152 marcou o início de um século de dois extraordinários imperadores da dinastia dos

Hohenstaufen, Frederico I (1152-1190) e seu neto, Frederico II (1212-1250), que fascinaram a Europa. Suas aspirações os levaram a cruzadas à Terra Santa. Além disso, eles queriam dominar não só a Lombardia, mas também a Toscana e todo o sul da Itália, inclusive a Sicília e a Sardenha, o que causou diversos conflitos com o papado. Eles mantiveram relações próximas, com frequência tensas, com os imperadores bizantinos e com os reis de Castela, França e Inglaterra. A escala universal de suas ambições e a consolidação dos reinos ocidentais resultou em um período de diplomacia europeia genuína. Além de intitular-se “rei dos romanos” (*rex Romanorum*), um título usado com frequência, mas sem consistência, por todos os reis alemães, a partir do final do século X, para expressar suas reivindicações exclusivas de autoridade imperial, Frederico, após sua coroação como imperador, foi o primeiro a elevar-se à condição de “sagrado” (*sacrum imperium*).

Para garantir sua eleição e, em seguida, estabilizar sua posição, Frederico Barbarossa precisou fazer muitas concessões assim que assumiu o poder. Sua manobra política mais importante foi a estratégia usada em relação à herança de Henrique o Orgulhoso da dinastia rival e extremamente poderosa dos guelfos, que se apossaram dos ducados da Baviera e da Saxônia. Nessa ocasião Frederico Barbarossa optou pela conciliação em vez de confronto. Ele confirmou o direito de posse do filho de Henrique o Orgulhoso, Henrique o Leão, e, então, todo o norte e o leste do império permaneceram nas mãos dos guelfos. Embora em 1180, depois de um grave conflito, Barbarossa tenha destituído Henrique o Leão de suas prerrogativas de duque, isso não eliminou o poder dos guelfos, porque Henrique manteve a posse das ricas propriedades da família e os direitos senhoriais nas montanhas de Harz e ao redor de Brunswick. Agora, a Saxônia e a Baviera passaram mais uma vez a ser controladas por diferentes duques. Além disso, o território da Baviera reduziu-se com a separação do margraviato da Áustria, que foi elevado ao *status* de ducado em favor da dinastia dos Babenberg. Ao mesmo tempo, Barbarossa fez todo o possível para fortalecer a *Hausmacht* dos Hohenstaufen, concentrada antigamente no ducado da Suévia.

Com o intuito de expandir seu poder no condado livre alemão da Borgonha, o Franche-Comté, em francês, para que a influência dos Hohenstaufen se estendesse à região do sudoeste do império, Barbarossa procurou fazer uma aliança por intermédio de um casamento. Um novo caminho para a expansão do poder dos Hohenstaufen abriu-se quando o filho mais velho de Barbarossa, Henrique, casou-se com a herdeira do reino da Sicília, que abrangia todo o sul da Itália (ver p. 256-259). Quando Henrique ascendeu ao trono como Henrique VI (1190-1197) seu reino estendia-se das fronteiras de Holstein, ao norte, até as praias da Sicília, ao sul.



Ilustração 9.2 Cenas da coroação do Imperador Henrique VI pelo Papa Celestino III, em 1191, em Roma. Desenhos a cores do manuscrito *De Rebus Siculis Carmen*, de Pedro de Eboli, c. 1200

De 1197 a 1212, depois da morte prematura de Henrique, mais uma vez os Hohenstaufen e os guelfos lutaram pelo poder durante a menoridade de Frederico II. Ambos os lados tinham seus candidatos coroados reis dos romanos: os Hohenstaufen, apoiados pelo rei da França, escolheram o jovem tio de Frederico, o Duque Philip da Suécia; os guelfos, com o apoio de Ricardo Coração de Leão, da Inglaterra, escolheram o filho de Henrique o Leão, Otto de Brunswick, que, como Conde de Poitou, era vassalo de Ricardo Coração de Leão. Otto sucedeu Philip após sua morte, em 1208, como Oto IV, e quando ele começou a reforçar sua autoridade na Itália, o Papa Inocêncio III o excomungou. Isso foi o início de uma guerra internacional complexa considerada uma extensão do conflito cruel entre os ingleses e franceses, que só terminou em 1214 com a batalha de Bou-

vines (ver p. 264-265). Mais uma vez, o poder dos Hohenstaufen prevaleceu, e o filho de Henrique VI, Frederico, foi proclamado rei da Alemanha, da Itália e da Sicília.

Em razão de suas estadias na Itália, Frederico II deixou o governo da Alemanha nas mãos de regentes, em geral, arcebispos. Como bispos-príncipes eles eram investidos com poderes seculares nos bispados e queriam, assim como qualquer príncipe secular, expandir seu território. A regência de Henrique VII, filho mais velho de Frederico e rei dos romanos, foi um fracasso. Em 1235 Frederico o condenou à prisão perpétua por traição e ele suicidou-se na prisão. O imperador comportava-se como um estrangeiro na Alemanha e, é claro, seus contemporâneos percebiam esse comportamento. “Muitos camelos e dromedários, sarracenos e etíopes, que fazem vários truques com macacos e leopardos”, faziam parte de sua comitiva. Seus esforços para modernizar a justiça e a administração segundo o modelo profissional e centralizado da Sicília que lhe era muito familiar fracassaram na Alemanha, porque os recursos necessários não estavam disponíveis e a legislação consuetudinária local não os permitia.

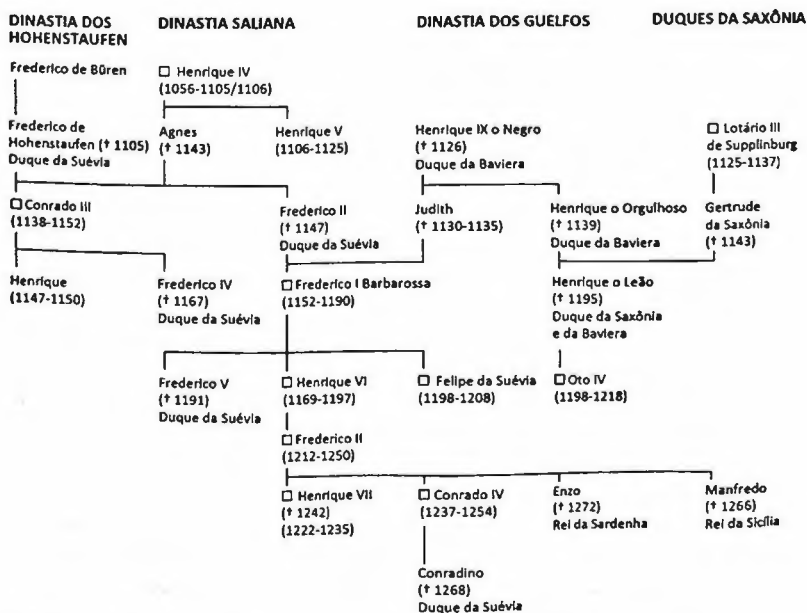


Figura 9.1 Árvore genealógica dos imperadores e reis alemães, mostrando as mudanças das dinastias durante os séculos XII e XIII

Por fim, em 1220 Frederico II cedeu aos pedidos dos bispos, arcebispos e abades, investidos com poderes seculares, com relação às suas políticas territoriais, concedendo, por exemplo, o direito imperial de cunhar moedas e de cobrar pedágio nas áreas sob a autoridade deles. Os príncipes espirituais agiram como um grupo muito unido e coeso, bem diferente da Igreja imperial subserviente dos séculos anteriores. Onze anos depois, em 1231, no *Statutum in favorem principum* ("Estatuto em favor dos príncipes"), ele concedeu a mesma liberdade sem a interferência real a todos os detentores de funções públicas, entre outros, em suas tentativas de reprimir a autonomia das novas cidades. A partir desse momento podemos chamar os duques, margraves, condes e príncipes-bispos da Alemanha de "príncipes territoriais". Isso foi consequência de uma dramática luta pelo poder, na qual os reis alemães fizeram esforços contínuos para estabilizar e apaziguar os poderes conflitantes do norte dos Alpes resultantes da atenção mais concentrada na Itália. Frederico I passou 10 dos primeiros 25 anos de seu reinado na Itália. Frederico II foi à Alemanha pela primeira vez ao ser eleito rei dos romanos aos 18 anos e precisou aprender alemão. Depois passou a maior parte de sua vida no sul.

Itália

Na Lombardia os imperadores depararam-se com o crescimento rápido de cidades autônomas. Milão, a maior dessas cidades, assumiu a liderança de uma aliança de cidades lombardas. Frederico I dominou o movimento em 1158 e, em uma assembleia realizada em Roncaglia logo depois, lançou um manifesto em prol de um governo centralizado. Ele tentou estabelecer os direitos da coroa, *regalia*, tanto em questões de jurisdição quanto para receber rendimentos. Com essa legislação coerente e racional, Frederico I, pela primeira vez na Idade Média, adotou a tradição dos imperadores romanos. Ele recebeu ajuda de advogados das cidades italianas, em especial da Bolonha, onde viviam há muitas décadas especialistas no estudo da legislação romana e canônica. Eles formaram a base da universidade mais antiga da Europa.

Milão, Brescia e Piacenza resistiram à proposta, com o apoio do papa, que também era incomodado por esse imperador determinado em seus territórios. Formaram-se dois partidos, um apoiando o imperador, ao qual se juntaram as cidades de Cremona e Pavia, rivais de Milão, e outro, apoiando o papa. Em 1162 o exército de Barbarossa destruiu Milão, mas o Imperador Manuel I de Bizâncio ofereceu uma ampla ajuda financeira para reconstruí-la. Ele também temia a expansão da autoridade do poder no Ocidente na Itália e formou uma nova aliança com Veneza, uma antiga aliada de Bizâncio, contra Frederico; Verona, Padua e Vicenza também aderiram a essa

aliança. Em 1183, apesar de todos os seus esforços, Frederico foi obrigado a conceder a Milão e a outros membros da Liga Lombarda uma ampla autonomia jurisdicional e competências nas regiões vizinhas.

O impasse forçado entre Frederico I e a Liga Lombarda foi o precursor de movimentos notáveis de independência das cidades das regiões norte e centro da Itália. Depois da morte de Frederico, o poder imperial enfrentou períodos de fraqueza e sofreu uma constante rivalidade de outros monarcas e a oposição férrea das cidades, das comunas e dos nobres na Itália e no império. A combinação da coroa da Sicília com a ambição de controlar as regiões norte e centro da Itália e a Alemanha demonstrou ser um projeto fantasioso. Por sua vez, em nenhum lugar o crescimento urbano do norte e do centro da Itália foi tão acentuado. No final do século XIII Milão, Veneza e Florença tinham pelo menos 100 mil habitantes, e outras 20 cidades tinham mais de 20 mil. A maior concentração demográfica era nos dois eixos do Vale do Po, de Milão a Veneza e de Milão a Bolonha, e na Toscana no Vale do Arno. As maiores cidades da Lombardia, Toscana e Romagna, dominavam suas regiões (*contado*, em italiano) e criaram as cidades-Estado com uma área de 2 mil a 3 mil km²; Milão e Bolonha controlavam *contados* de mais de 4 mil km². No século XII a maioria dessas cidades-estados era governada por pequenos conselhos constituídos pelos antigos aristocratas proprietários de terras e as ricas famílias de comerciantes. Cada vez mais, eles dividiam-se por disputas entre os partidários e adversários do imperador ou do papa. O partido imperial chamava-se gibelinos, uma derivação de Waiblingen, uma fortaleza importante dos Hohenstaufen, na Suécia. Seus opositores intitulavam-se guelfos, do alemão Welfen, a dinastia dos inimigos mais obstinados dos Hohenstaufen na Itália, a partir do governo de Frederico II, as disputas acirraram-se com sentimentos anti-imperialistas, usualmente, a favor do papa.

Frederico I fez uma manobra política brilhante em 1184, quando contratou o casamento de seu filho mais velho, Henrique VI, rei dos romanos, com Constanza, de 11 anos, filha do Rei Rogério II da Sicília. Na época Guilherme II, seu primo, era rei da Sicília, mas o fato de não ter filhos após cinco anos não escapou a Frederico. Guilherme morreu em 1189, e Henrique teve o direito de se chamar rei da Sicília em nome da mulher. Ele foi coroado imperador em 1191, porém, só conseguiu assumir o trono da Sicília em 1194, ajudado por um curioso golpe da sorte. O Rei Ricardo Coração de Leão da Inglaterra fora preso na Áustria no final de 1192. Ele sofrera um naufrágio no caminho de volta para a Inglaterra, depois da terceira cruzada, e continuou a viagem por terra disfarçado. Como Ricardo Coração de Leão era aliado dos guelfos, Henrique VI só libertou o prisioneiro depois de dois anos de cativeiro e com o pagamento de um resgate extraordinário.

riamente alto. Além disso, o Rei Ricardo foi obrigado a pedir o retorno de seu reino como um feudo do imperador em troca de uma renda anual. O papa prometera aos cruzados indulgência por seus pecados, mas às vezes os acontecimentos podem ser desastrosos no mundo.

O Imperador Henrique VI morreu em 1197, deixando seu filho de três anos, Frederico, como rei da Sicília. O Papa Inocêncio III, um teólogo muito culto e versado em direito canônico, agiu como suserano do reino da Sicília. O jovem Frederico teve uma educação abrangente, aprendeu italiano, árabe, grego e latim e demonstrou um interesse especial pelas ciências naturais. A presença árabe na Sicília lhe deu acesso ao conhecimento científico mais moderno. Em 1211 o jovem Frederico, já herdeiro da coroa da Sicília após a morte do pai, foi eleito rei dos romanos; em 1220 foi coroado imperador.

O Imperador e o Papa

O conflito entre o imperador e as cidades da Lombardia intensificou-se de novo quando Frederico II acusou os milaneses de heresia. O ataque sistemático contra a heresia era uma prioridade da Igreja desde o Quarto Concílio Lateran de 1215, e os governantes seculares tinham também o compromisso de combater a heresia. Em 1238 Frederico iniciou uma guerra com Milão, que mais uma vez contou com o apoio do papa, enquanto o imperador recebeu ajuda de algumas cidades no Vale do Po. Seu exército tinha milhares de sarracenos recrutados em Lucera, na Apulia. Mais uma vez o imperador foi vitorioso, mas sem um resultado definitivo. Em meio à guerra, o papa excomungou Frederico em duas ocasiões, e os dois protagonistas organizaram campanhas de propaganda vigorosas entre outros príncipes. Uma das 16 reclamações contra o imperador dizia o seguinte:

O imperador chamou de idiotas todas as pessoas que acreditam que Deus nasceu de uma virgem, porque ninguém pode ver a luz do dia sem conceber a união de um homem e de uma mulher. Segundo ele, um homem não deve acreditar em nada que não possa provar por meio do poder de seu intelecto e natureza.

A princípio, a excomunhão do imperador teve poucas consequências. Em 1245, quando Inocêncio IV fugira para Lyons e convocara um concílio para depor Frederico II, os reis da Inglaterra e da França assumiram uma posição neutra. Poucos bispos alemães foram a Lyons, mas os três arcebispos da região do Reno (Colônia, Trier e Mogúncia) aliaram-se para nomear reis rivais, entre eles o Conde Guilherme II da Holanda (1247-1256), porém, sua autoridade limitou-se à região do baixo Reno.

Inocêncio IV instruiu o clero, em especial os frades mendicantes, a pedirem uma cruzada contra o imperador em vez da Palestina. Em resposta,

as críticas de Frederico em relação ao clero refletiram as diversas discussões heterodoxas da época:

Na verdade, a riqueza imensa acumulada pelo clero, através da exploração de muitos reinos, o enlouqueceu... Portanto, é necessário que o clero de todas as posições, sobretudo os clérigos que ocupam cargos altos, retorne à condição da Igreja original, imitando a humildade da conduta apostólica do Senhor... Assim, todos os príncipes devem direcionar seus esforços, junto conosco, a fim de assegurar que desistam de todos os excessos e contentem-se com posses moderadas e que sirvam a Deus.

A morte repentina do imperador em 1250 e a vida breve de seus sucessores rapidamente encerraram uma controvérsia inútil. Os dois partidos perderam a disputa: os papas tiveram de admitir que suas armas espirituais tradicionais (anátema, excomunhão, dissolução dos votos de casamento) e as armas seculares (a investidura e a destituição) não mais tinham consequências importantes, diferentemente do século XI. Agora, os Estados baseavam-se em uma organização mais rigorosa. Além disso, era evidente que os papas e outros príncipes da Igreja ocupavam-se com a política do mundo laico. As ambições da reforma gregoriana de colocar o clero acima do mundo laico fracassaram devido à renovação da secularização.

Depois de 1190 os reis alemães perderam seu ponto de referência germânico. A crescente fixação dos Hohenstaufen na Itália, onde a Sicília já tinha absorvido outras culturas, os alienou da realidade alemã. Depois da morte de Guilherme II da Holanda em 1256 o governo do reinado foi exercido em teoria por Ricardo de Cornwall, irmão de Henrique III da Inglaterra, ao passo que outro grupo de príncipes elegeu o Rei Afonso de Castela, que nunca fora à Alemanha. Esse período ficou conhecido como Interregno; ele só terminou em 1273 quando Rodolfo de Habsburgo foi eleito rei dos romanos. Ele não conseguiu reprimir a liberdade das cidades imperiais, dos principados territoriais e das comunidades de camponeses dos vales suíços sob controle direto dos Habsburgos, que reivindicaram sua autonomia logo após a morte de Rodolfo em 1291. Todos os novos tipos de principados territoriais continuariam hegemônicos até 1872, embora os imperadores de 1438 a 1918 tivessem pertencido à dinastia dos Habsburgos.

Estados Vassalos na Europa Central?

Visto sob a dupla perspectiva de cristianização e pacificação, é compreensível que o império e o papado tenham se empenhado em criar reinos cristãos na área oriental da cristandade. Já na época de Carlos Magno a fronteira oriental do reino dos francos exerceu o mesmo papel da fronteira do antigo Império Romano: ela estimulou a concentração e a consolida-

ção do poder *além da fronteira* dos líderes eslavos locais e regionais mais fortes e astuciosos. No século IX o primeiro Estado poderoso eslavo, o principado da Grande Morávia, foi fundado na região da atual Eslováquia. Ele atingiu o auge do poder e de extensão na década de 870, mas foi destruído pelos magiares em 906. Logo o mundo eslavo percebeu que os francos orientais ou os alemães, e não os magiares, seriam os adversários a enfrentar. A partir de 960, sob a liderança do príncipe Mieszko, formou-se uma forte aliança a leste do Rio Oder em reação à crescente pressão dos margraves alemães. Mieszko foi obrigado a reconhecer a hegemonia do Sacro Império Romano Germânico e lhe pagar tributo. Porém, quando ele foi batizado, em 966, os opressores alemães não mais podiam alegar a conversão ao Cristianismo como forma de pressão e tiveram de aceitar o desenvolvimento de uma monarquia polonesa e fazer uma aliança com Mieszko. Em 992 ele procurou a proteção mais neutra de Roma "oferecendo a Polônia a São Pedro". A fundação do arcebispado de Gnzieno no ano 1000 foi uma iniciativa conjunta do imperador Oto III e do Papa Silvestre II. O sucessor de Mieszko, Boleslaw, manteve com tanto sucesso sua posição que foi coroado rei em 1025, sem o envolvimento do novo rei alemão eleito, Conrado II (1024-1039). Por sua vez, Mieszko II pagou tributo a Conrado em 1030, mas o poder do reino polonês ruiu logo depois. No século XII os imperadores obrigaram os duques dos territórios poloneses a jurarem fidelidade como vassalos.

Na Boemia, os alemães encontraram uma coesão interna maior. No início do século X, a dinastia dos Przemyslid conquistou o poder. Enquanto as tensões entre o imperador e o papa acentuavam-se, em 1085 Henrique IV concedeu a dignidade de reino à Boemia, com o *status* de vassalo imperial da dinastia dos Przemyslid. As implicações desastrosas dessas manobras políticas resultaram na anexação dos territórios eslavos e de grande parte das populações de língua eslava, que incluíam o reino da Boemia governado pela dinastia dos Przemyslid, a Morávia na época incorporada ao reino da Boemia, os ducados poloneses da Pomerânia (*Pommern*, em alemão) e a Silésia, ao Sacro Império Romano Germânico como principados feudais.

Na Hungria, Oto III e o Papa Silvestre II coroaram o Rei Estêvão (997-1038), o último santo em 1001 e fundaram o bispado central em Esztergom. A dinastia Arpad, que conquistou o poder em 1046, libertou-se de sua dependência com o império, enfrentou a oposição pagã e manteve os magiares sob controle nas extensas planícies protegidas ao norte e a leste pelos Cárpatos. A Croácia foi anexada em torno de 1100 e, entre 1120 e 1150, a Bósnia ficou também sob a proteção da Hungria. O acesso ao Mar Adriático conquistado pelo novo reino durou séculos. Mais ao sul, a Sérvia

libertou-se do domínio bizantino na segunda metade do século XII e foi reconhecida como um reino independente em 1217; ao longo do século XIII a Sérvia expandiu-se em direção à Macedônia e à Bósnia.

A criação, com o apoio alemão, de três reinos cristãos na fronteira entre os mundos de língua eslava e alemã – Polônia, Boêmia e Hungria – teve uma enorme importância para o futuro. Os nomes e *status* desses reinos permaneceram um ponto de referência para as atividades políticas dos Estados durante todas as incertezas da história até os dias atuais.

FRANÇA: O MODELO CONCÊNTRICO

O reino carolíngio ocidental dos francos não teve uma base de poder forte no século X. Eles enfrentaram a oposição dos príncipes territoriais e dos senhores feudais que, protegidos por suas fortalezas e terras vizinhas, fizeram alianças com quem quer que oferecesse uma expectativa de expandir o poder deles. Em nenhum lugar o poder dos reinos francos ficou tão enfraquecido. Mesmo depois que Adalberto, arcebispo de Reims, convenceu os vassalos mais importantes a depor o último rei carolíngio e articulou em 987 a eleição do conde de Paris, Hugo Capeto, neto do rei carolíngio Roberto I e que pertencia a uma família poderosa europeia, houve pouca mudança, exceto que o título de rei foi mantido. A influência da dinastia capetiana limitou-se à Île-de-France, onde, com a aprovação dos potentados locais, ela exerceu sua autoridade. Só bem mais tarde, a partir do século XII, a dinastia capetiana lentamente recuperou algum poder central. O controle direto da coroa francesa expandiu-se aos poucos em um movimento concêntrico em todas as direções. Em longo prazo, a expansão gradual de um centro poderoso na França proporcionou um governo eficaz em um imenso território.

Em comparação com a Alemanha e, também, como veremos, com os reinos ingleses e espanhóis, a monarquia desenvolveu-se muito tarde na França, só no final do século XII. Sob Luís VI (1108-1137) e Luís VII (1137-1180) o poder dos reis limitava-se a Paris e mais ao sul a Sens, Orleans e Bourges. Eles podiam mobilizar um exército de 300 a 400 cavaleiros, que seria acrescido pelos soldados da infantaria recrutados nas propriedades independentes dos senhores feudais e dos abades. A região central era rodeada por principados territoriais que, em teoria, eram feudos da coroa, mas nos séculos precedentes as poderosas dinastias dos príncipes haviam criado pequenos estados monárquicos autônomos. O ducado da Normandia tinha mais de um quarto de seus recursos do reino inteiro à sua disposição, e após 1066 ainda dispôs de mais recursos quando os duques tornaram-se

reis da Inglaterra. O condado de Champagne beneficiou-se com suas feiras anuais. As cidades flamengas tiveram um crescimento extraordinário: em 1128 Luís VI foi obrigado a aceitar a escolha do candidato delas como conde. O falecido conde de Flandres, Felipe da Alsácia (1157- 1191), era um importante príncipe europeu que participou da segunda e da terceira cruzadas, na última com o mesmo *status* do Imperador Frederico I Barbarossa e dos reis Ricardo Coração de Leão da Inglaterra e Felipe Augusto II da França. Além da disputa com os príncipes territoriais, os reis franceses tiveram conflitos com os senhores feudais que usaram todos os meios possíveis para defender seus *châtellenies* (no sentido literal, “áreas do castelo”). Depois de uma luta feroz essa aristocracia foi aos poucos sendo dominada, e seus membros tornaram-se vassalos leais em uma série de relações de vassalagem, que se transformaram no fundamento da política do Estado.

Às vezes pequenos acontecimentos, inclusive os de aspecto emocional, têm grandes consequências. Depois de 15 anos de casamento e duas filhas, Luís VII chegou à conclusão de que sua mulher, Eleanor da Aquitânia (1122-1204), tinha relações muito próximas com ele para continuarem a viver juntos, de acordo com as regras da Igreja. A razão verdadeira, é claro, era a falta de um filho. A lei sálica determinava que a coroa da França só podia ser herdada pela linhagem masculina e, então, o casamento foi anulado. O rei casou com uma filha do governante do condado de Champagne, que, após 10 anos de sofrimento, conseguiu ter um filho, Felipe II. Por meio desse vínculo dinástico o condado de Champagne perdeu para a coroa da França em 1285. Por outro lado, a união do norte e do sul da França, que parecera iminente com o casamento de Luís e Eleanor em 1137, foi adiado por muitas décadas. Com isso houve uma ruptura entre o leste e o oeste.

Eleanor reagiu imediatamente, e depois de um mês de seu divórcio casou com o arqui-inimigo do rei, Henrique Plantageneta, Conde de Anjou (1151-1189), no momento mais importante da disputa pela coroa da Inglaterra. Henrique Plantageneta foi coroado rei da Inglaterra em 1154, com o nome de Henrique II. Com os títulos de Henrique, que, além de rei da Inglaterra, incluíam o de Duque da Normandia, Conde de Anjou, Maine e Poitou, e a posição de Eleanor na Aquitânia (que na época incluía a Auvergne), o novo casal governou um terço do território da França. Esse poder complexo, chamado de império angevino (“império de Anjou”), controlou uma área muito maior na França do que a área dominada pelo rei francês. Henrique e Eleanor tinham personalidades fortes e gostavam de artes. Eleanor teve oito filhos com o segundo marido, sendo que quatro homens.

BOXE 9.1 SOBERANIA POPULAR EM FLANDRES, 1128

Na Europa medieval era necessário que um monarca ou um príncipe de posição similar fosse reconhecido por seus súditos mais proeminentes, porém, não era uma condição definitiva: os súditos faziam um juramento de lealdade como vassalos ou pseudovassalos (por exemplo, as cidades). Isso significava que o reconhecimento poderia ser mantido ou cancelado, como em um contrato feudal. Um exemplo dessa prática é descrita em uma crônica flamenga notável escrita em torno de 1128. Depois do assassinato do Conde Carlos o Bom, Guilherme Clito da Normandia, neto de Guilherme o Conquistador, foi designado conde de Flandres em 1127, sob a condição de demonstrar respeito em relação aos privilégios da terra e, em especial, aos das cidades em rápido crescimento. Em um ano ele violara tantos acordos que os cidadãos rebelaram-se em Saint Omer e Lille, e surgiu um amplo movimento de oposição. Em Ghent, um nobre solidário com a situação dirigiu o seguinte pedido em nome dos cidadãos ao conde, nas palavras do oficial de justiça do condado, Galbert de Bruges (*De Multro*, 95):

Senhor conde, se quiser tratar com justiça seus cidadãos e nós, seus amigos, o senhor não pode nos impor impostos abusivos nem agir com hostilidade e, sim, o contrário, o senhor tem de nos defender contra nossos inimigos e nos tratar honradamente. Mas suas ações foram opostas à lei e rompeu seus juramentos referentes à extinção do pedágio, à manutenção da paz e outros direitos que os homens de Flandres adquiriram dos condes dessa terra, seus bons predecessores... e do senhor; o senhor violou sua fé e nos prejudicou com a quebra de seus juramentos... Permita que o tribunal seja convocado em Ypres, localizado no meio de sua propriedade, e que os barões de ambos os lados, seus pares e todos os homens responsáveis [*sapientiores*] do clero e do povo se reúnam em paz e desarmados, e deixe-os julgar suas ações, calmamente e com a devida consideração, sem malícia ou más intenções. Se na opinião deles o senhor pode manter seu título de conde no futuro sem violar a honra da terra, eu concordo que o mantenha. Porém, caso julguem que não merece mantê-lo por desrespeito à lei e à fé, por ser um impostor e perjuro, renuncie ao título, para que possamos confiá-lo a alguém apropriado e com direitos a exercer sua função. Somos os mediadores entre o rei da França e o senhor, a fim de garantir que não faça nada importante no condado sem o respeito à terra e ao nosso parecer.¹

Esse extraordinário pronunciamento claro e objetivo dos princípios de governo constitucional, sob o controle de representantes de três classes

¹ Trecho do pronunciamento extraído de BRUGES, Galbert de. *The Murder of Charles the Good*, Count of Flanders (Org.). Nova Iorque e Londres: J. B. Ross, 1967, p. 95.

sociais, origina-se da noção feudal de contrato: um vassalo tem o direito de protestar se for tratado injustamente. A argumentação mostra a amplitude desse conceito para todos os cidadãos; ele fundamenta-se no juramento mútuo de fidelidade baseado na lei. No entanto, o conde recusou a proposta, rejeitou a homenagem prévia do porta-voz e o desafiou para um combate. Sua reação opôs-se à função pública de um conde sujeita ao julgamento de representantes “mais sábios” das três classes sociais unidos em um consenso. A proposta de convocação de uma reunião da *curia*, o tribunal do conde, foi rejeitada, e as armas por fim decidiram a favor dos cidadãos. Durante o século XII, diversos condes não repetiram esse erro e concederam novos privilégios às cidades; nenhuma menção foi encontrada sobre a realização de uma assembleia desse tipo em 1128.

A monarquia dos capetos só se tornou hegemônica na geração seguinte. As qualidades pessoais de Felipe II Augusto (1180-1223) – ele ganhou esse apelido imperial depois de anexar a Normandia – contribuíram decisivamente para aumentar seu poder. Não havia ninguém mais hábil para aproveitar as oportunidades oferecidas pelas fraquezas de seus rivais. Em 1180 ele adquiriu as cidades de Arras e St. Omer com um dote. Nessa época essas grandes cidades industriais prósperas pertenciam a Flandres, que expandira seu território mais ao sul. Em 1185, depois de um confronto militar com Felipe da Alsácia, o conde de Flandres, o rei conquistou a região ao sul de suas terras, onde se situava o condado de Artois. Além disso, ele conquistou a Picardia (a área ao redor de Amiens) e o condado de Vermandois (a região em torno de Péronne). Consequentemente, os rendimentos da coroa da França aumentaram 46% nos primeiros 20 anos do reinado do Rei Felipe. Mas isso era apenas o início. O confronto seguinte teve como objetivo um acesso de Paris ao Mar do Norte, o que significaria controlar a Normandia, que pertencia aos reis plantagenetas da Inglaterra. Depois de intrigas incessantes para fomentar o descontentamento dentro da família plantageneta, Felipe Augusto usou as violações da lei cometidas pelo filho mais jovem de Henrique II e novo rei da Inglaterra, João Lackland (1199-1216), como uma desculpa para censurá-lo como seu vassalo (na Aquitânia). Após um cerco de um mês à fortaleza de Château-Gaillard, estrategicamente situada em um rochedo às margens do Sena, as tropas francesas conquistaram a Normandia e as terras ao longo do Loire em 1204. Depois da Normandia outros territórios dos plantagenetas ao norte do Rio Viena foram conquistados um após outro: Anjou, Touraine, Maine e parte de Poitou. Os esforços de João para eliminar o poder dos franceses com a formação de uma coalizão com Flandres e com

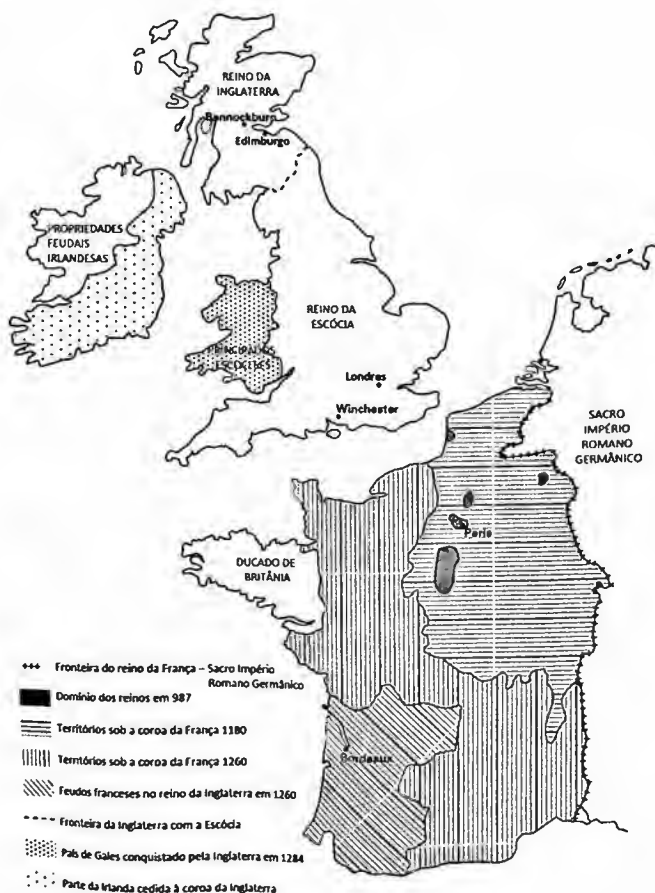
Oto IV, o imperador da dinastia dos guelfos, sofreu uma grande derrota na batalha de Bouvines (1214). No final, só a Aquitânia permaneceu sob o poder dos ingleses, embora, como antes, como feudo do rei da França. Esses são os elementos básicos da união pessoal duradoura da Inglaterra e da Aquitânia, apesar de ser um objeto de disputa que, inevitavelmente, resultava em uma nova guerra.

A sorte estava a favor de Felipe Augusto. Pela primeira vez um rei francês tinha uma preponderância tão marcante sobre todos os vassalos da coroa, tanto em termos militares quanto financeiros. Os rendimentos da coroa duplicaram com facilidade entre 1180 e 1220, e o Rei Felipe vangloriava-se de receber mais de 130 mil libras por ano no final de seu reinado, ao passo que seus vassalos mais ricos, o conde de Flandres e o duque da Borgonha, tinham de se contentar com cerca de 30 mil libras.

E isso não era tudo. Nos anos precedentes o Rei Felipe beneficiara-se com a caça às bruxas do Papa Inocêncio III contra os albigenses no sul da França e em Aragão, acusados de heresia. Simon de Montfort comandou um grande número de barões do norte da França na cruzada albigense (assim chamada em razão da cidade de Albi) em 1208. O Conde Raymond de Toulouse, que era abertamente simpático à causa dos albigenses e que, por isso, fora excomungado, defendeu-se com a ajuda do rei de Aragão, Pedro II. Suas tropas foram derrotadas em 1213 na batalha de Muret, onde Pedro II, que menos de um ano antes fora um dos grandes heróis da cristandade no campo de batalha de Las Navas de Tolosa, morreu como um herege. Por certo tempo, o condado de Toulouse foi controlado por Simon de Montfort. Em 1229, o filho de Raymond, também chamado Raymond, foi obrigado a renunciar à parte oriental dessa região, onde se localizavam as cidades de Beaucaire e Carcassone, para a coroa da França. Além disso, sua filha e herdeira casou-se com o filho mais novo do Rei Luís VIII (1223-1226), e o condado de Toulouse por fim foi dominado pelos capetos. O reino de Aragão perdera a importância no norte dos Pireneus e a França começou a anexar o Languedoc. Cinquenta anos depois de 1180 a área sob controle direto da coroa da França quadruplicara no norte, no oeste e no sul. Depois da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e, especialmente, no período de 1463-1532, a monarquia francesa continuou a expandir seu território em todas as direções com a anexação sistemática de antigos principados autônomos, como a Britânia no oeste e o Dauphiné, Provença e Franche-Comté a leste de Saône-Rhône, que durante séculos fora a fronteira entre a França e o Sacro Império Romano Germânico.

Um movimento paralelo à expansão territorial do poder da coroa da França, que só se interromperia no século XVIII, foi a centralização do

governo. Nesse aspecto o reinado de Felipe II foi decisivo para a história da França. Em questões internas, ele substituiu regularmente os grandes vassallos de seu conselho por membros de origem mais modesta, mas com uma expertise técnica maior. Ele encarregou a Ordem dos Templários de cuidar das finanças do reino e também de financiar a anexação da Normandia. No entanto, sua inovação mais radical foi a introdução, depois de 1190, de funcionários regionais, chamados *baillis* no norte e *sénéchaux* no sul, uma inovação que discutiremos posteriormente (ver p. 285-286).



Mapa 9.1 A formação da Inglaterra e da França nos séculos XII e XIII

A FORMAÇÃO DA INGLATERRA

Logo depois do ano 1000 os reis de Wessex, entre eles Alfredo o Grande, que governaram a Inglaterra por mais de um século, foram destituídos pelo rei dinamarquês Sven Forkbeard, que em 1013 invadiu e conquistou o país com uma grande força expedicionária. Seu filho, o Rei Knud o Grande (1014-1035), governou a Dinamarca, a Noruega e a Inglaterra. Ele baseou sua forte posição de autoridade no reconhecimento dos aristocratas anglosaxões locais. Knud foi sucedido por dois de seus filhos, mas, após alguns anos, com a ascensão de Eduardo III o Confessor (1042-1066), a dinastia de Alfredo o Grande assumiu mais uma vez o trono. Por intermédio de Emma, uma princesa normanda e mãe de Eduardo, muitos nobres da Normandia conquistaram influência na Inglaterra, porém, sofreram oposição de alguns condes liderados por Haroldo, conde de Wessex, que foi proclamado rei com o nome de Haroldo II após a morte de Eduardo. Ao ter sua posição ameaçada pelo irmão, ele procurou o apoio de parentes de Knud o Grande. Harald Hardrada, rei da Noruega, atacou Haroldo II com um grande exército, mas foi derrotado perto de York. Nesse ínterim, Guilherme, duque da Normandia, atravessou o Canal da Mancha com um grande número de guerreiros ansiosos para saquear o país, a fim de lutar pelas reivindicações da família. Na famosa batalha de Hastings, em setembro de 1066, os cavaleiros de Guilherme derrotaram as tropas de aristocratas e senhores feudais que haviam escolhido lutar a pé, e Haroldo morreu. Isso foi um marco decisivo na história da Inglaterra. Guilherme o Conquistador (1066-1087), como é conhecido na historiografia inglesa, consolidou sua vitória no campo de batalha com uma mudança revolucionária na propriedade da terra, sem precedentes na história medieval. Cinco anos depois da batalha de Hastings a aristocracia anglo-escandinava proprietária de terras foi praticamente eliminada e foi substituída por uma nova elite normanda. A descrição dessas novas relações de propriedade de terras como vassalagem seria tema de um longo debate. Os proprietários de terras normandos, assim como os abades e bispos, eram chamados de “arrendatários”. Exceto o rei, todos esses “arrendatários” obtinham a posse provisória da terra “de” alguém; ou seja, do rei ou de um arrendatário do rei. Por ser uma cessão de terras circunstancial, logo depois da conquista normanda a condição mais importante para obtê-la era evidentemente o serviço militar. Em um estágio posterior do serviço militar, a terra era arrendada do rei mediante pagamento de impostos semelhantes às obrigações feudais, como “subsídio” e “compensação”. Outras características da vassalagem eram a obrigação dos herdeiros do arrendatário de demonstrar respeito e fazer um juramento solene de fidelidade ao rei. Se isso convertia os arrendatários de terras do

rei (também chamados de “inquilinos-em-chefes”) e seus subinquilinos (a maioria cavaleiros) em “vassalos” e suas terras em “feudos” (uma palavra muito comum nas fontes inglesas depois de 1066), é uma questão de definição e conveniência. Alguns autores modernos referem-se a uma “hierarquia feudal”, ao passo que outros são mais cautelosos quanto à definição.

Sob outro prisma, a propriedade da terra relacionava-se aos direitos senhoriais. A maioria das terras ocupadas pelos normandos era organizada em propriedades bipartidas chamadas solares (*manoir*, em normando), e os arrendatários tinham direitos senhoriais limitados sobre as famílias de servos livres e cativos que viviam em suas propriedades. Senhores feudais laicos importantes eram chamados de “barões”. A soma total de propriedades arrendadas de um barão chamava-se de sua “honra”. A honra de um barão podia chegar a centenas de solares e incluía raramente burgos. Ao longo do primeiro século depois da conquista normanda os barões mais importantes receberam o título de *earl*, que equivalia ao título de “conde” do continente, porém, pelo menos depois de 1066, sem a conotação de função pública.

Outra maneira de consolidar a conquista foi a construção de fortalezas, de acordo com o modelo normando, dentro dos grandes burgos ingleses (cidades). Os primeiros exemplos são a Torre de Londres e os castelos normandos de York, Rochester e Durham.

Por fim, os reis normandos fortaleceram sua posição vulnerável como conquistadores estrangeiros criando um sistema de governo forte e centralizado, fundamentado na tradição anglo-saxã. Os condados, ou distritos, que ainda existem com praticamente as mesmas fronteiras, datados dessa época, dividiam-se em centenas de condados, e o rei nomeava xerifes encarregados de atividades administrativas, fiscais, militares e judiciais para cada condado.

Ao contrário dos condes do império carolíngio do continente, os xerifes não eram recompensados por seus serviços com terras feudais, nem suas funções os transformavam em senhores feudais. Por meio de um sistema hierárquico de conselhos que se reuniam para discutir determinados assuntos, com o *gemot* do condado e os tribunais, a coroa inglesa criou uma administração central do reino. Após 1066 os reis normandos mantiveram e fortaleceram essa estrutura. No início, essa administração centralizada era realizada em paralelo a instituições similares da organização “feudal” da terra, como os solares e os tribunais de honra, mas logo ela começou também a ser exercida nessas instituições. Por esses motivos e pelo fato de que, após 1066, todos os arrendatários e pessoas que exerciam funções públicas tiveram de fazer um juramento de fidelidade ao rei, o movimento continental de independência dos principados não se realizou na Inglaterra. Comparada à situação na Alemanha, na Itália e na França, os senhores feudais ingleses eram mantidos sob um controle rígido da coroa. Por razões

estratégicas, só os barões tinham alguma autonomia nas regiões de fronteira com a Escócia e o País de Gales.

Quando Guilherme o Conquistador morreu, em 1087, o “novo estilo” de governo da Inglaterra ainda estava em formação. Seus delineamentos são mencionados no *Domesday Book*, a famosa “descrição da Inglaterra inteira”, um levantamento encomendado em 1086 por Guilherme o Conquistador para ter uma visão mais precisa dos bens de seu reino e sua distribuição entre a aristocracia e a Igreja.

Depois da morte de Guilherme o Conquistador, seu trabalho prosseguiu com seus filhos Guilherme II o Ruivo (1087-1100) e Henrique I (1100-1135), sobretudo com o último. Henrique I, cujo apelido “Beauclerc” referia-se à ideia de que ele era “bem servido por seu clero”, foi um estadista astucioso, inflexível e cruel, que definiu o caminho que as instituições administrativas essenciais seguiriam; essa orientação política é discutida em mais detalhes nas páginas 285–286. No entanto, grande parte do trabalho de Henrique não foi concluída ou não continuou após sua morte em 1135 com apenas uma filha viva, a imperatriz viúva Matilda (“Maud”), que reivindicou o trono que seu pai lhe prometera, em oposição a um partido normando liderado por um neto de Guilherme o Conquistador da linhagem feminina, Estêvão, conde de Blois. A Inglaterra mergulhou em uma guerra civil, a Anarquia, que durou 14 anos (1139-1153) e terminou com o reconhecimento de Estêvão, filho do segundo casamento de Matilda com Henrique Plantageneta, conde de Anjou, como o único herdeiro do trono da Inglaterra.

Como rei, Henrique II (1154-1189), cujo casamento com Eleanor da Aquitânia e a formação subsequente do império angevino já foi discutido neste capítulo (p. 264), causou uma profunda impressão. Henrique tinha uma personalidade forte, foi um viajante infatigável por todo seu reino, e reverteu algumas tendências condenáveis que surgiram durante a Anarquia, em especial o desenvolvimento de cargos hereditários e de senhores feudais locais autônomos. Até Henrique II não conseguiu impedir que as funções dos barões, condes e cavaleiros se tornassem hereditárias, mas foi bem-sucedido em relação aos xerifes e aos altos magistrados. Nessa perspectiva, o governo da Inglaterra sempre manteve-se semifeudal. Entretanto, o longo reinado de Henrique foi marcado por duas questões que se prolongaram por muito tempo: as repetidas rebeliões de seus filhos e o conflito com o arcebispo de Canterbury, Thomas Becket. As razões das rebeliões dos filhos devem-se ao fato de Henrique ter muitos filhos competentes, que em idade adulta quiseram participar do poder do pai. Henrique solucionou esses desejos coroando seu filho mais velho rei, o segundo recebeu o título de duque de Aquitânia e o terceiro casou com a herdeira da Britânia. Para seu filho mais jovem, João “sem terra”, ele prometeu o reino da Irlanda, a

ser conquistado – as primeiras tentativas realizadas em 1171/1172 foram frustrantes. Mas Henrique não estava disposto a dar aos seus filhos ascendência em nenhum assunto que diminuísse sua autoridade. Sentimentos de descontentamento, até mesmo de ódio, foram estimulados por outras pessoas, como a mãe deles, a Rainha Eleanor, ou o arguto Rei Felipe da França. O conflito com Thomas Becket agravou os problemas.

No século XII era comum que um bispo ocupasse o cargo de chanceler, o mais alto posto administrativo em um reino ou em um principado. O chanceler do Imperador Frederico Barbarossa foi nomeado arcebispo de Colônia em 1159; o chanceler do Rei Luís VII da França exerceu, ao mesmo tempo, a chancelaria e foi bispo de Soissons (de 1159 a 1172). Assim, a nomeação de Henrique II de seu chanceler, Thomas Becket, como arcebispo de Canterbury, em 1162, não foi um fato incomum. Sem dúvida, ele queria acumular as duas funções em uma só pessoa para controlar a mais alta autoridade da Igreja na Inglaterra por intermédio de seu leal chanceler.

Becket era de origem modesta, embora não fosse pobre, porque seu pai era um comerciante em Londres de ascendência normanda, e ele estudou por breves períodos em Paris, Bolonha e Auxerre. Foi sacristão do arcebispado de Canterbury e arquiidiácono da Catedral de Canterbury. Em dezembro de 1154, o arcebispo, impressionado com as qualidades pessoais de Becket, recomendou-o ao novo rei para o posto de chanceler. Becket deveria ter na ocasião uns 35 anos, e Henrique só 21 anos.

O rei e seu chanceler tornaram-se grandes amigos. Thomas era um funcionário metódico e leal ao rei, mesmo quando suas ações conflitavam com os esforços dos bispos ingleses de eliminar a influência secular nos mosteiros. O chanceler tornou-se particularmente impopular com os bispos e abades pelos incessantes pedidos de pagamentos de impostos, em substituição ao serviço militar dos cavaleiros dos domínios da Igreja nas campanhas do rei. Ao mesmo tempo, ele aceitava as remunerações da *custodia*, a supervisão interina de bispados sem bispos no comando e de seus rendimentos. Essa riqueza recente proporcionou ao chanceler um estilo de vida exuberante que atraía a atenção de seus contemporâneos. Além disso, o entusiasmo com que comandou as operações militares do rei na França surpreendeu muitas pessoas.

Com Thomas Becket como arcebispo de Canterbury, Henrique pensou que a energia e determinação do fiel funcionário o ajudariam a solucionar alguns problemas complicados de seu relacionamento com a Igreja, em especial, as reivindicações dos tribunais eclesiásticos de terem uma jurisdição exclusiva sobre o clero e todas as terras da Igreja, mesmo em casos de crimes. Porém, assim como Thomas servira ao rei com uma dedicação determinada ao ser nomeado chanceler, em sua posição de arcebispo ele devotou-se de todo o coração à defesa da liberdade da Igreja. No contexto

da reforma da Igreja, ele tentou resistir às influências seculares, apesar de ser impedido pelo seu *status* de arrendatário das terras de Canterbury.

Segundo um de seus biógrafos modernos, Frank Barlow (1986), Thomas comportou-se como um “típico *parvenu*” nesse assunto, tentando beneficiar-se com a posição independente e poderosa que adquirira. Ele instaurou processo penal contra nobres importantes a serviço do rei por suas fraquezas morais. Opôs-se aos julgamentos seculares do clero. Como arcebispo discordou da arrecadação do imposto do reino sobre a terra que defendera como chanceler. Exigiu uma obediência total dos outros bispos e, em razão de muitos serem melhores teólogos do que ele, e pelo fato de sua ambição tê-lo tornado impopular, em poucos meses Thomas entrou em conflito com a Igreja da Inglaterra e com o rei.

O rei deixou Thomas em situação difícil durante uma reunião das pessoas mais proeminentes do reino – o alto clero, barões e funcionários do rei – em Clarendon em janeiro de 1164. Ele obrigou Thomas e, depois dele outros bispos, a jurarem de boa fé que seguiriam as leis e costumes do reino. Assim que esses princípios de obediência ao rei foram formulados nas *Constitutions of Clarendon*, Thomas imediatamente os anulou. Ele apelou ao papa, mas, é claro, isso foi um processo demorado. Em novembro desse ano, ao sentir que tinha muito pouco apoio dos bispos, e diante das ameaças do rei e de sua *entourage*, ele não teve outra opção, a não ser fugir para o continente.

Thomas Becket passou seis anos exilado em mosteiros franceses. Na igreja da abadia de Vézelay, onde São Bernardo fora convocado para a segunda cruzada, Thomas proibiu as *Constitutions of Clarendon*, sobretudo, as cláusulas contra os direitos da Igreja. Ele excomungou oito pessoas por “tirania real” e apropriação de propriedade que pertencia à igreja de Canterbury. O Papa Alexandre III aos poucos pressionou Henrique e os prelados ingleses que o apoiavam a se reconciliarem com Becket, que voltou à Inglaterra em dezembro de 1170, mas suas atitudes inábeis e sua intransigência provocaram uma forte oposição por toda a parte, e mais uma vez Henrique enfureceu-se.

Quatro cavaleiros de Henrique decidiram agir por conta própria e foram para Canterbury no dia 29 de dezembro, onde assassinaram Becket, depois de uma discussão na catedral. Logo em seguida o arcebispo assassinado foi reverenciado como um mártir. Milagres foram atribuídos a ele, e os peregrinos afluíam ao seu túmulo. Em 1172 ele foi canonizado. Sob a ameaça de interdição do papa, Henrique foi obrigado a admitir que fora a causa da morte cruel de Thomas e de anular as leis tão desvantajosas para a Igreja. Ele também prometeu fazer cruzadas durante três anos, promessa, é evidente, que não realizou, mas 1174 cumpriu uma penitência para demonstrar seu arrependimento diante do túmulo de Thomas Becket em Canterbury, onde prelados e monges lhe deram 100 chicotadas.



Ilustração 9.3 Assassinato de Thomas Becket

O conflito entre Henrique e Thomas revelou as tensões da Igreja em um processo de reforma e o crescente poder do Estado. A personalidade dos protagonistas também influenciou os acontecimentos. Com um pouco mais de flexibilidade e tato, o papa e o rei chegaram a um acordo em 1176 sobre as mesmas questões em que Thomas Becket fora tão intransigente.

Como Guilherme o Conquistador, Henrique II foi sucedido por dois filhos: primeiro Ricardo I (1189-1199) e, depois, por João sem Terra (1199-1216). À primeira vista havia semelhanças. Por exemplo, é tentador comparar Ricardo com Guilherme o Ruivo e João com Henrique I: os dois primeiros foram cavaleiros arrojados e os outros dois estrategistas frios e calculistas. Mas, em uma observação mais minuciosa, todos os quatro, não só Beauclerc, eram “bem assessorados” por conselheiros burocráticos, aptos a cuidar de todos os tipos de problemas administrativos e financeiros criados por cavaleiros ousados e complôs. Esses novos burocratas quase sempre eram homens de origem obscura, de condição social modesta, que atingiam o auge do poder, sobretudo, em cargos de altos magistrados, que a partir do reinado de Henrique I passou a ser a posição mais importante da burocracia do reino.

Graças também a eles a monarquia sobreviveu a crises políticas e financeiras profundas, como a prisão e o resgate de Ricardo Coração de Leão no período de 1192 a 1194, a perda da Normandia em 1204, e a sentença de interdição do papa na Inglaterra em 1208. No final, os barões limitaram os poderes somente do Rei João sem Terra. Os anos de guerra com a França por suas possessões ultramarinas exigiram que ele aumentasse as obrigações feudais dos arrendatários de propriedades do reino e de outros súditos. Além de suas demandas excederem o que era considerado justo de acordo com a lei e os costumes, o Rei João perdeu as batalhas empreendidas e renunciou ao território de seus antepassados, a Normandia, onde os barões ingleses possuíam grandes propriedades rurais. O fracasso total do Rei João no conflito com o Rei Felipe da França, enquanto pressionava os barões com as obrigações feudais, resultou em uma rebelião na primavera de 1215. Para salvar seu reino, o rei promulgou um documento notável, a Magna Carta, no qual renunciou a certos direitos limitando, assim, o exercício do poder absoluto dos reis ingleses.

BOXE 9.2 “NENHUM IMPOSTO SEM CONSENTIMENTO” NA MAGNA CARTA, 1215

A extensão do limite da obrigação feudal incluía serviços mais longos longe de casa, impostos maiores nos feudos e apropriação ilegal de terras pela coroa.

Esses abusos cometidos pela coroa durante anos levaram os barões a promulgar por intermédio da chancelaria real um decreto contendo 63 cláusulas conhecido como a Magna Carta de 1215. Embora esse documento não se originasse de uma assembleia representativa, porque os barões só podiam falar em nome deles como arrendatários do rei, muitas de suas cláusulas referiam-se a um ato constitucional publicando princípios fundamentais, que seriam respeitados durante muitos séculos.

“[12] Nenhum imposto ou subsídio pecuniário será arrecadado em nosso reino, exceto pelo conselho dos comuns, ou se for para pagar o resgate de nossa pessoa, em uma cerimônia de armar cavaleiro nosso filho mais velho ou o primeiro casamento de nossa filha mais velha desde que seja um subsídio. Os subsídios da cidade de Londres terão o mesmo tratamento.

[14] Para obter o consentimento do conselho dos comuns sobre um subsídio pecuniário (exceto nos três casos acima mencionados) ou de um imposto, nós [Rei João] convocaremos os arcebispos, bispos, abades, condes e barões mais importantes individualmente por cartas; e também convocaremos em conjunto os xerifes e os bailios, em uma data fixada, no mínimo 40 dias depois do término da convocação em um lugar determinado; e todas as cartas dessas convocações especificarão a razão das convocações...

[15] Não concederemos no futuro direito a ninguém de arrecadar tributos de homens livres, exceto para o pagamento de resgate de sua pessoa, para armar seu filho mais velho cavaleiro e para casar uma vez sua filha mais velha.

[16] Ninguém será obrigado a prestar serviços além de seu dever na propriedade de um cavaleiro ou em qualquer propriedade livre.”²

A menção isolada da cidade de Londres na cláusula 12 deve ser vista como um *status* independente do mesmo nível de um arrendatário da coroa, e não de um representante da comuna. No entanto, o Papa Inocêncio, que era vassalo nominal do Rei João, declarou que a Magna Carta não tinha efeito nem valor. Henrique III reeditou uma versão resumida ao ascender ao trono em 1216. Alguns princípios jurídicos em determinadas cláusulas da Magna Carta, como a proibição de prender, apropriar, desapropriar, ou banir qualquer pessoa livre “defendida por um julgamento legítimo de seus pares ou pela lei da terra”, são válidos até hoje.

PENÍNSULA IBÉRICA

A Península Ibérica era um dos grandes reinos mais antigos da Europa. No século X o emirado de Córdoba, que em 929 passou a ser um califado, era a maior potência do sul da Europa. Seu desenvolvimento econômico e cultural superava o da Europa católica. Nas regiões irrigadas da Andaluzia e ao longo da costa da Espanha, havia um enorme mercado de horticultura e agrícola com uma grande variedade de produtos de exportação: cana-de-açúcar, especiarias, algodão, linho, grãos, arroz, vinho, tâmaras e frutas semitropicais. A receita do Estado aumentou de 300 mil a 500 mil dirrãs entre 750 e 930. No século X Córdoba tornou-se uma metrópole com mais de meio milhão de habitantes, três mil mesquitas e 300 casas de banhos. Só Constantinopla e Bagdá, e um século mais tarde o Cairo, tinham um tamanho similar. Em todos os lugares da Europa nessa época, só existiam cidades esparsas com umas centenas de habitantes, com certeza não mais que alguns milhares. O tamanho imenso das cidades da região do Mediterrâneo era resultado de uma agricultura intensiva e de um comércio muito ativo. As relações comerciais com o Império Bizantino eram boas e os contatos, que podiam ser de pilhagens ou comércio, também foram mantidos com

2 Texto extraído de ROTHWELL, H. (Org.). *English Historical Documents*. Londres, 1975. v. III (1189-1327), p. 316-324.

as regiões cristãs latinas ao redor do Mar Mediterrâneo. O mundo islâmico oferecia um grande mercado que se estendia da Pérsia a Portugal. O comércio trouxe seda e especiarias do Extremo Oriente para os mercados árabes. Esses produtos formaram a base de progressos na farmacologia com a qual os médicos árabes, inspirados no conhecimento de seus predecessores gregos, inventaram poções contendo látex, açúcar, almíscar, noz-moscada, cravo-da-índia, e assim por diante, usadas em xaropes e elixires (ambas as palavras são de origem árabe).

Havia um suprimento constante de ouro e escravos do interior da África para as regiões islâmicas. O comércio e as pilhagens também trouxeram escravos para a Europa. No século VIII os mercadores árabes usavam técnicas que só seriam assimiladas pelo mundo latino-cristão alguns séculos depois: a criação de sociedades comerciais, crédito, transferências de dinheiro e pagamento com cheque (da palavra persa *sakh*), e reinvestimento de capital. Nas cidades da al-Andalus – o nome árabe da Espanha – as diferentes comunidades étnicas e religiosas viviam em locais separados, mas tinham um contato bem próximo entre si. Artesãos de artigos de luxo eram especializados em trabalhos com couro, fabricação de armas, produção de vidro, papel, cerâmica, tecidos de seda e tecelagem de tapetes.

A corte (*alcázar*) em Córdoba foi um centro proeminente de cultura. O califa al-Hakam II (961–967) fundou uma biblioteca com 400 mil manuscritos. Mesmo se o número possa ser um exagero, essa biblioteca era um contraste marcante com as maiores bibliotecas da cristandade ocidental, as dos papas em Avignon e a biblioteca da Sorbonne, que não continham mais de dois mil volumes. O califa al-Hakam também aumentou a Mezquita, a grande mesquita de Córdoba, e mandou colocar os magníficos mosaicos bizantinos em sua *mihrab*, a parede de orações olhando para Meca.

A partir de meados do século X, nos ambientes multiculturais das grandes cidades da Espanha, da Sicília e do sul da Itália, havia uma grande atividade de tradução de textos de estudiosos gregos e árabes. A Zona Fronteiriça espanhola foi a líder dessa atividade. Na segunda metade do século X, os monges da abadia beneditina de Ripoll já traduziam textos de geometria, astronomia e fabricação de instrumentos. Gerbert de Aurillac, mais tarde Papa Silvestre II (999-1003), adquiriu um grande conhecimento científico durante sua visita à região e com os contatos com Ripoll de 967 a 969. O Papa Silvestre introduziu os números arábicos no Ocidente. Assim, a cristandade latina tinha um amplo acesso ao conhecimento da Antiguidade, acrescido do aprendizado do árabe.

Durante o século VIII a língua árabe e o Islã, que usava exclusivamente o árabe, dominaram as áreas conquistadas. Com isso a diversidade de pessoas e de regimes políticos assumiu uma forma definida, sem eliminar

as diferenças entre os diversos grupos populacionais. Nos séculos X e XI, a crescente homogeneização da cultura árabe na al-Andalus causou um êxodo dos moçárabes (cristãos arabizados) para os reinos cristãos ao norte, que haviam assumido uma postura mais agressiva. As expedições militares dividiram as duas culturas, ambas enfatizando sua individualidade. A homogeneização e a integração exacerbaram a polarização dos dois lados da fronteira. No entanto, durante os séculos XI e XII, a atividade cultural extremamente refinada e versátil floresceu nas cidades e nas cortes da al-Andalus. Essas atividades abrangiam uma arquitetura sofisticada, diversos campos da ciência, como astronomia, medicina, farmacologia, botânica (criaram-se os jardins botânicos em Córdoba e Toledo), jurisprudência, teologia e filosofia. As cortes dos reis competiam em assuntos culturais: surgiu a poesia dos trovadores, sentimental, profana, até mesmo libertina, que abordava a posição liberada das mulheres. Amor, batalha e nostalgia foram temas adotados mais tarde pelos poemas líricos galantes da Europa ocidental. Os regimes puritanos dos almorávidas e dos almôadas foram uma reação a essa tendência cultural.

No início do século XI, o califado de Córdoba entrou em um período de anarquia como resultado de crises de sucessão e, em 1031, alguns anos depois que um exército berbere conquistou sua capital, ele foi formalmente extinto. O antigo califado dividiu-se em pequenos reinos segundo as origens étnicas, chamados *taifas* (do árabe *muluk al-tawa'if*, que significa “partido dos reis”). Os cristãos aproveitaram a rivalidade entre os governantes mulçumanos regionais. O Rei Afonso VI de Leão e Castela avançou mais para o sul e impôs um tributo pesado aos mulçumanos. Depois da queda de Toledo, em 1085, os príncipes de Sevilha, Badajoz e Málaga pediram ajuda a Yusuf bin Tasfin, o líder das tribos berberes da Mauritânia, que se haviam unido por princípios islâmicos puritanos. Eles denominavam-se *almurabitun*, “guerreiros que viviam juntos em uma *ribat* (casa)”, origem da palavra “almorávida”. Nos anos precedentes, eles haviam unificado grandes áreas do Marrocos, fundaram Marrakesh em 1070, e, deslocando-se em direção ao leste, conquistaram Tlemcen, Oran, Argel e Ceuta. De 1086 a 1114 Yusuf e seu filho e herdeiro, Ali, eliminaram todos os governantes *taifa* e depois seguiram para o norte em direção a Zaragoza e Barcelona. Os mulçumanos da al-Andalus haviam se unido mais uma vez sob um único poder, cujo núcleo situava-se no Maghreb ocidental.

Em 1098 o califa de Bagdá concedeu o título de emir a Yusuf. Por ser um governante novo, Yusuf precisava de legitimidade religiosa, que foi obtida por ter demonstrado sua capacidade de defender o Islã. O governo almorávida originalmente baseou-se em princípios morais rígidos, o que não condizia com a tradição árabe em Espanha. Esse fato agravou o relaciona-

mento com os cristãos e, em 1125/1126, Afonso I de Aragão conduziu um exército cristão até Málaga. Apesar dos conflitos, houve uma grande troca e adaptações culturais, como revela a arquitetura do norte da África.

Quando o domínio dos almorávidas no Marrocos terminou em 1147 os príncipes regionais da al-Andalus conquistaram de novo o poder. Nesse interim, grupos rivais de tribos berberes uniram-se em um projeto religioso para realizar o *jihad*, a guerra santa contra os infiéis e os inimigos do Islã, primeiro contra os almorávidas. Eles chamavam-se *al-muwahhidun* [cf. "*mujahedin*"], almôadas que professavam a unidade de Deus. Isso não os impediu de assassinar milhares de pessoas que não compartilhavam suas crenças. Seu líder, Abd al-Mu'min, intitulava-se califa. Seu primeiro ataque à Andaluzia, em 1147, foi extremamente brutal, no entanto, parte da população reconheceu sua liderança. Em 1172 Abu Ya'qub Yusuf incorporou a al-Andalus ao reino almôada. Uma ampla coalizão cristã que o Papa Inocêncio III declarou ser uma cruzada eliminou o reino almôada em uma batalha perto de Las Navas de Tolosa, nas colinas ao sul de Sierra Morena, em 1212. Essa derrota dos almôadas foi decisiva para a sobrevivência do Islã na Península Ibérica, e os mulçumanos restringiram seus domínios à região sul. Protegido por suas montanhas o reino de Granada atraiu uma grande população mulçumana e transformou-se em uma área densamente povoada. Granada resistiu aos cristãos que, por sua vez, se dividiram, mas foi obrigada a pagar tributo ao reino de Castela. O clima ameno e uma região agradável tornaram a Andaluzia muito próspera, com um comércio ativo com o norte da África e a Itália.

Apesar das perdas territoriais sofridas pelos mulçumanos durante o século XII, nos séculos seguintes a região islâmica continuou a ser o berço da difusão cultural tão importante para a Europa cristã. Infelizmente, os europeus tinham outra visão da ocupação mulçumana e viam cada pequena área reconquistada do Islã como um progresso. Nessa perspectiva, a expansão em direção ao sul dos reinos cristãos, sob pretexto das cruzadas convocadas pelos papas a partir de 1063, realizou-se em três eixos paralelos do norte para o sul. Depois das vitórias militares, o conde de Portugal proclamou-se rei em 1137, um título confirmado mais tarde pelos papas em reconhecimento ao seu papel na Reconquista. Em 1147 Lisboa foi conquistada pelos cristãos. O restante da Reconquista realizou-se com dificuldade e de forma irregular; os cruzados do noroeste da Europa e da Provença às vezes mandavam tropas de reforço. A maioria das terras do Alentejo e do Algarve foi ocupada por ordens religiosas de cavaleiros, responsáveis pela conquista e a exploração posterior da região. Faro foi conquistado em 1249.

Nos reinos centrais de Leão e Castela, que haviam se unido em 1230, o avanço cristão também se realizou em etapas. Toledo foi conquistado em

1085, Córdoba em 1236 e Sevilha em 1247; em seguida, houve uma estagnação durante dois séculos. Na costa leste a luta de muitos séculos contra os mulçumanos resultou na união de regiões independentes: o March ou condado de Barcelona, os reinos de Aragão, Maiorca, Valência, Múrcia e diversos povoados ultramarinos de comerciantes de Barcelona. A integração da Península Ibérica cristã realizou-se do norte para o sul, resultando em conflitos frequentes entre os reinos de Portugal, Leão e Castela e Aragão. Isso pode ser constatado pelos limites linguísticos que surgiram paralelos aos três eixos de expansão na área da Reconquista: o português, o castelhano e o catalão.

A expansão em direção ao sul causou uma escassez de camponeses para trabalhar nas terras conquistadas. O território retomado pelos cristãos era tão pouco povoado que a presença dos mulçumanos foi tolerada para manter a agricultura. Eles conservaram suas propriedades, tinham um governo próprio e realizavam práticas religiosas. O provérbio *quien tiene moro tiene oro* ("quem tem um mouro tem ouro") data dessa época. No vale do Rio Ebro e no reino de Valência, esses *mudéjares* constituíam a maioria da população. Isso tornou necessário o oferecimento de atrativos às comunidades cristãs, cidades e vilarejos, mas em longo prazo limitou seriamente a autoridade dos reis nas regiões rurais.



Mapa 9.2 A Reconquista no século XIII

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESTADO

A Dinâmica da Monarquia

Os parágrafos precedentes mostraram as circunstâncias nas quais as monarquias europeias surgiram. Do século X ao século XIII as monarquias que ainda existem atualmente com os mesmos territórios e quase com os mesmos nomes dominavam o cenário político. Os primeiros reinos extensos determinaram em grande parte o destino futuro da Europa, porque eram unidades políticas importantes que associavam forças no combate a conflitos. Alguns reinos já mencionados neste capítulo foram absorvidos por unidades políticas maiores, como, por exemplo, o casamento real que uniu os reinos de Leão e Castela e Aragão e, na Inglaterra, a união do País de Gales, da Escócia e do norte da Irlanda, ou a fusão dos reinos dos Bálcãs. Por outro lado, algumas unidades maiores dividiram-se em uma miríade de pequenos estados, como aconteceu com o Sacro Império Romano Germânico medieval. De qualquer modo, em épocas mais recentes as unidades originais converteram-se em estruturas nas quais seus povos buscavam uma identidade cultural. A maioria dos principados territoriais medievais ressurgiu no século XX como “novos” ou regiões que reivindicaram algum grau de autonomia política, ou total soberania.

Podemos distinguir determinadas características comuns nas circunstâncias em que as monarquias mais antigas foram criadas. A primeira é a contribuição relevante da Igreja e do Cristianismo para o crescimento das monarquias mais antigas, sobretudo, da Igreja Católica Apostólica Romana e da Igreja Ortodoxa Grega. Só as expansões escandinavas e normandas não se vincularam ao movimento de conversão ao Cristianismo. Todos os outros reinos tinham um compromisso missionário explícito quando eram reconhecidos pela Igreja. Três fatos explicam essa conexão. Primeiro fato, o processo de cristianização na Europa em torno do ano 1000 ainda era incipiente, e grandes regiões habitadas por pagãos ou adeptos de outras religiões estavam expostas ao caráter universal e exclusivista da Igreja cristã. Em questões de fé, ainda havia muito a fazer na Europa ocidental, mas a Igreja convocava ativamente guerreiros decididos a fazerem qualquer esforço para difundir a verdadeira fé, diante da presença considerável das nações de mulçumanos, eslavos, bálticos e dos pagãos escandinavos. Segundo fato, cabe lembrar que durante a baixa e a alta Idade Média a Igreja foi a única instituição capaz de manter os padrões culturais do Império Romano no continente inteiro. Em meio às rivalidades feudais e movimentos migratórios, só a Igreja era uma instituição universal com uma longa tradição e, por esse motivo, estava acima dos partidos e dos diversos sistemas jurídicos e linguísticos, e cujos clérigos tinham uma formação intelectual superior.

Terceiro fato, os guerreiros ambiciosos gostavam da dignidade sacramental que a Igreja lhes proporcionava em troca de serviços prestados. Isso lhes permitia ascender a um *status* mais elevado do que seus rivais, e tornava sua posição de poder invulnerável aos seus vizinhos, exceto ao clero. Assim, os reis e a aristocracia fortaleciam sua posição por meio da cooperação com o clero. Do mesmo modo, as ofensivas dos almorávidas e dos almôadas na Espanha foram estimuladas por um puritanismo religioso originário do Marrocos.

Como segunda característica, podemos distinguir a criação “primária” dos reinos, como resultado do desenvolvimento autônomo da sociedade envolvida na realização de um desenvolvimento “secundário”, que impôs ou incentivou a criação dos reinos por forças externas. Por sua vez, a expansão dos francos e, associada a ela, a formação dos impérios francos do Oriente e do Ocidente (os reinos da Alemanha e da França), originou-se de forças internas. Por outro lado, o reino inglês-normando desenvolveu-se como uma consequência da invasão e conquista. Esse reinado também teve movimentos expansionistas e tentou impor seu domínio durante séculos na França ocidental, no País de Gales, na Escócia e na Irlanda. Os regimes islâmicos na Península Ibérica, é óbvio, foram impostos por forças externas. Apesar de a Reconquista espanhola ter sido estimulada pelos papas e de as cruzadas terem atraído guerreiros de terras mais ao norte, o núcleo do movimento expansionista ao sul originou-se na sociedade cristã no norte da Península Ibérica e no sul da França. Por fim, a expansão dos sérvios no século XIII também pode ser chamada de autônoma.

Como uma forma originária do segundo tipo de desenvolvimento poderíamos indicar a criação, transformação ou desaparecimento de um reino ou de um principado sob pressão de uma ou mais unidades políticas. Os principados da Polônia e da Boemia foram criados assim pelo Sacro Império Romano Germânico e pelo papado. Os reinos cristãos constituíram-se com os canatos magiares e búlgaros. Desenvolvimentos análogos podem ser vistos na Noruega e na Suécia sob pressão dos dinamarqueses, em Zonas Fronteiriças no sudeste do Sacro Império Romano Germânico e na Sicília. Desde o início essa distinção indicou a diferença nas dinâmicas: é evidente que as monarquias autônomas tinham mais recursos humanos e materiais à sua disposição, capacitando-as a iniciar desenvolvimentos em outros lugares. Essa distinção é ainda mais nítida nas monarquias mais antigas que se desenvolviam devido à rivalidade entre elites de uma sociedade, ou pela imposição externa. Ambas as formas têm implicações diferentes para a estabilidade de um reino.

A terceira característica é encontrada somente, nos processos autônomos de formação. Principalmente no desenvolvimento do Sacro Império Romano Germânico, dos reinos da França e da Inglaterra, o tamanho, a con-

centração das propriedades rurais e a capacidade de produção de propriedades ligadas diretamente à dinastia foram essenciais para o crescimento do poder da monarquia. Os carolíngios tinham propriedades extensas e produtivas que formaram a base de suas atividades. Os otonianos tinham sua *Hausmacht* na Saxônia, que incluía amplos direitos públicos; isso foi ampliado, com a herança carolíngia e pela conquista e confisco de grandes propriedades, que então, integraram um reino poderoso espalhado pelos territórios imperiais. A ascensão dos capetos associa-se estreitamente à concentração de suas propriedades em locais mais férteis e acessíveis de uma região. Nessa região, os reis tinham o controle direto no exercício de diversas formas de autoridade pública, o que lhes proporcionou poder e rendimentos. Por outro lado, Guilherme o Conquistador espalhou as propriedades dos arrendatários do reino nos lugares mais distantes dos novos territórios conquistados, permitindo, assim, que ele controlasse o território e seus súditos.

A quarta característica das monarquias mais antigas é a preocupação crucial com os desenvolvimentos territoriais. Os reis tinham muitas terras férteis à sua disposição, que lhes forneciam a riqueza indispensável para conquistar mais terras. As conexões ultramarinas surgiram, seguindo uma lógica diferente da lógica adotada em relação aos principados. No período em discussão, os séculos X e XI, a expansão marítima dinamarquesa e normanda segundo a tradição viking também se concentrou na ocupação da terra para uma exploração sedentária, depois de uma fase de pilhagens que foi sua principal forma de enriquecimento.

Quando as demarcações das fronteiras entre os reinos foram definidas em torno de 1200, algumas áreas periféricas que consistiam em pequenas áreas bem estruturadas situadas na costa ou na periferia das maiores esferas de influências não foram incorporadas. A Itália atendia aos dois critérios: o papa e o imperador, Bizâncio, os mulçumanos e os normandos contribuíram para manter essa região altamente desenvolvida com conexões marítimas divididas. Em uma extensão menor pode-se dizer o mesmo das regiões costeiras da Catalunha com sua área de expansão marítima, os Países Baixos, as regiões ao longo da costa ao sul do Báltico e os Balcãs. A lógica do desenvolvimento dessas regiões deve ser vista sob dois aspectos: por um lado, a ameaça e, ao mesmo tempo, a relativa autonomia proporcionada por suas fronteiras com os grandes impérios e, por outro, suas diferentes estruturas. A influência dos governantes era limitada. Eles tinham menos controle das áreas costeiras fortalecidas por suas conexões marítimas do que nos territórios mais homogêneos.

Quanto mais extenso fosse seu território, mais os governantes tinham de assegurar seu controle e os rendimentos proporcionados por suas propriedades. A escala e a diversidade dessa organização exigiam um crescen-

te serviço civil. Os proprietários de terra feudais direcionavam toda a sua atenção e atividades para manter e expandir o mais possível seu patrimônio. As famílias usavam estratégias de casamento e herança para atingir esse objetivo. Essas estratégias eram métodos pacíficos de adquirir mais propriedades e, assim, mais poder que seria garantido sem hesitação pelo uso da força se surgisse alguma disputa. Os novos governantes, os reis e os imperadores do século X ao século XIII de fato, foram nada mais do que os vitoriosos de uma batalha de todos contra todos, para o controle dos excedentes de produção escassos de uma economia agrícola pouco produtiva. Mesmo quando atingiam uma posição de supremacia, eles ainda eram muito dependentes da administração eficiente de seus domínios distantes.

A Monarquia Sacraliza-se

Os reis e imperadores medievais tinham razão de se apoiarem no clero para acrescentar brilho e habilidade de persuasão à sua posição. A sacralização de sua função ajudava a fortalecer suas posições com frequência instáveis. O clero não só proporcionava uma justificativa ideológica à monarquia, como também enfatizava a propagação da fé cristã no governo secular. Diligentemente e aos poucos, a partir do final do século X, o clero impôs com mais sucesso do que antes os valores cristãos na conduta dos príncipes e dos senhores feudais, como revela a prece da cerimônia de coroação de Oto I em 962 na Mogúncia:

Senhor... enriqueceis o rei que está aqui com seu exército com suas bênçãos abundantes, torne-o forte e estável em seu trono real. Surjais para ele como fez a Moisés na forma de uma sarça ardente, a Josué na batalha, a Gideão em seu campo e a Samuel no templo: irradieis sua constelação de bênçãos, ofereçais o orvalho de sua sabedoria como ofereceu ao abençoado Davi em seus salmos, e que seu filho Salomão recebeu do céu por meio de Sua bondade. Seja Sua armadura contra os inimigos, Seu elmo contra o desastre, Seu comedimento em épocas de prosperidade, Seu escudo eterno de proteção; fazei com que seus povos lhe sejam fiéis e que os poderosos mantenham a paz; que eles repudiem a ganância e transmitam amor aos seus próximos, proclamem justiça e defendam a verdade. Que todo seu povo seja abençoado com Sua bênção eterna, para que sejam alegres na vitória e na paz.

Deus estava diretamente envolvido em manter a supremacia de Oto, o que lhe deu uma posição grandiosa e poderosa perante seus contemporâneos. Depois da eleição como rei, a aprovação do papa da ascensão como imperador e a consagração segundo os ritos das duas coroações (respectivamente, pelo arcebispo da Mogúncia na Igreja de Carlos Magno, em Aachen, e pelo papa na Basílica de São Pedro, em Roma), a função imperial adquiria um caráter sagrado. Suas divisas, a insígnia real e imperial, a lança sagrada, eram

veneradas como relíquias. A partir da segunda metade do século XI, quando os papas enérgicos e eruditos lideraram a Igreja, eles tentaram restringir o poder da monarquia, sobretudo, quando ela interferia nos assuntos da Igreja.

Durante o século XI reis poderosos de nações recentemente cristianizadas, como Olaf da Noruega (– 1030), Estêvão da Hungria (– 1038) e Knud IV da Dinamarca (– 1086), eram vistos como santos devido aos milagres que faziam. Eles afirmavam que haviam recebido sua autoridade pela graça de Deus e, portanto, ninguém podia desafiá-la sem incorrer na ira divina. A Igreja apoiava a sacralização dos príncipes com a expectativa de receber ajuda e proteção. Mas a Igreja também podia desacreditar um governante negando-lhe ou privando-o de sua bênção. O movimento para a paz da Igreja foi imitado pelos governantes, que viram nessa iniciativa um meio de controlar os senhores feudais turbulentos que ameaçavam sua autoridade. A paz de Deus converteu-se na paz dos reis e dos condes. Em várias ocasiões, em 1043, o rei alemão, Henrique III (1039-1056), dirigindo-se a seus súditos de seu púlpito pediu que eles encerrassem as brigas entre a nobreza, que perdoassem uns aos outros e mantivessem a paz. Seus sucessores promulgaram diversas vezes tratados de paz territoriais e imperiais. No Sacro Império Romano Germânico, os tratados de paz impostos e garantidos pelos príncipes territoriais em sua jurisdição aos poucos ficaram mais eficazes do que os decretos do rei e, assim, podiam controlar os senhores feudais de *status* inferior. Mais uma vez o exemplo da Igreja influenciara as estruturas seculares.

A monarquia como uma missão sagrada em vez de uma dignidade carismática, não foi uma influência apenas das visões expressas pelo clero. Suas ideias concretizaram uma evolução que, de um ponto de vista organizacional, seria inevitável. Com a expansão de suas terras, os mais bem-sucedidos na luta pelo poder para estabilizar os ganhos territoriais foram forçados a criar uma estrutura de governo. A primeira preocupação foi a manutenção da paz, acima de tudo a eliminação da resistência potencial interna dos rivais ou de outros súditos. Dessa forma, eles assumiram uma aura de alguém que servia não só ao interesse privado, como também ao interesse público, porque sabiam que tinham o apoio da Igreja. Os conselheiros espirituais e os juizes dos tribunais os incentivaram a seguir essa missão, assim como os que compartilhavam o interesse renovado pela legislação romana haviam feito desde o século XII.

Funcionários do Estado

Até a alta Idade Média o governo do Sacro Império Romano Germânico baseara-se acima de tudo nas relações pessoais, que a partir do século XII foram cada vez mais formalizadas por vínculos feudais. A Alemanha foi descrita como uma “aristocracia com um monarca superior”. Em contraste,

os territórios italianos constituíam uma “monarquia baseada em comunidades independentes, nobres e igrejas, que exerciam formalmente a lei à sua disposição em seus domínios” (*Haverkamp*). Como já vimos, o poder monárquico tornou-se mais teórico no norte e na região central da Itália a partir do final do século XII. A nobreza proprietária de terras foi a classe dominante na Alemanha até o século XIX, e os reis tinham tão poucas oportunidades de se desenvolverem, quanto os burgueses ou camponeses. O movimento expansionista no leste, ao longo da costa do Mar Báltico e na Itália, absorveu a capacidade de crescimento que em outros lugares resultou em uma nova relação social e política.

Os *ministeriais* (no sentido literal “homens com um mister”) formavam uma classe de homens cativos que podiam ter seus feudos, porém, não o direito de transmiti-los a seus herdeiros. A partir de meados do século XII, os reis alemães lhes deram funções específicas e cargos pelos quais recebiam uma remuneração na forma de um feudo das “propriedades do rei”. Suas tarefas incluíam a guarda de um castelo, além de crescentes funções a serviço do rei na corte, no exército imperial e como funcionários judiciários nas cidades imperiais. As igrejas e os principados começaram também a nomear *ministeriais*. No debate intenso sobre a questão da investidura, quando seus vassallos o abandonaram, Henrique IV obteve um grande apoio para o exército entre os *ministeriais* do império. Eles poderiam ter evoluído para a categoria de funcionários civis, o que teria fortalecido a administração central do império, como aconteceu na França, mas a descontinuidade e o enfraquecimento dos reinos interromperam essa evolução. Os *ministeriais*, é claro, tinham o objetivo de ascender na sociedade; no contexto alemão era mais fácil ascender à posição da pequena nobreza na estrutura feudal do que a uma posição burocrata no governo. Quando Frederico II criou a classe de funcionários civis em seu moderno Estado no sul da Itália e na Sicília ele não escolheu alemães para ocupar os cargos, como tantos papas e bispos que haviam sido nomeados por antigos imperadores na Itália, e, sim, sicilianos letrados.

Houve um contraste marcante entre os desenvolvimentos no Sacro Império Romano Germânico e na Inglaterra. A Inglaterra tinha uma organização sólida antes da conquista normanda, mas os novos governantes fortaleceram ainda mais o sistema de governo, com a finalidade de permitir que a minoria estrangeira mantivesse o controle, com a introdução de um sistema quase feudal de propriedade de terra vinculada ao serviço militar, como já foi discutido. Assim como aconteceu em outros lugares, as instituições centrais na Inglaterra normanda foram criadas pelos conselhos do tribunal real (*curia regis*) através do crescente alcance de suas competências, especialização e divisão em órgãos independentes. Em todos os lugares, esse tipo de diferenciação funcional realizou-se primeiro no campo técnico.

co, em questões de jurisprudência e finanças. No final da época anglo-saxã, é possível que já existisse um órgão central de contabilidade responsável pela fiscalização dos tesoureiros reais. No século XII ele evoluiu para um departamento financeiro chamado “erário público”.

O cargo de xerife (“bailio”) era de origem anglo-saxã, e ele representava o rei nos distritos, a divisão territorial da Inglaterra equivalente aos condados continentais. Os normandos fortaleceram esse cargo e converteram os xerifes em praticamente funcionários civis modernos, no sentido de que tinham um mandato revogável, sem ser hereditário, e pelo qual se responsabilizavam. O único elemento “moderno” inexistente era o salário.

Mas o maior controle exercido pelo rei era no campo da lei e da justiça. Ao longo do século XII surgiu com interrupções uma “Lei Comum”, que pode comparar-se à “lei do rei”. Ela era administrada por oficiais de justiça itinerantes que ouviam todos os tipos de contestações, tanto criminais quanto civis, mas que também se ocupavam de todos os outros assuntos do reino em sua jurisdição ou em seu percurso da viagem. As interferências do rei foram maiores na lei penal, porque, desde o início, os reis normandos dedicaram-se à manutenção da “paz do rei” e perseguiram com veemência todas as violações cometidas contra ela. No julgamento de processos criminais os tribunais do reino eram no início acusações privadas ou contestações *ex officio* de promotores públicos. A partir do reinado de Henrique I os processos criminais tornaram-se cada vez mais dependentes das declarações ajuramentadas de “denúncias feitas perante o grande júri”, jurados locais que testemunhavam contra delitos graves ou faziam declarações sobre a reputação de suspeitos notórios. Assim, os reis ingleses conseguiram em um período relativamente cedo monopolizar em grande parte o julgamento dos crimes, pelo menos dos crimes graves. Na área da legislação civil, devido à natureza dos casos, que na maioria eram questões de direito e posse, a justiça “comum” só estava disponível para homens livres, que deviam constituir não mais do que um terço da população da época. Nos processos legais civis, em geral, chamados de “contestações comuns”, o acesso aos tribunais do reino era obtido por intimações do rei ou atos judiciais por escrito ordenando que as contestações fossem ouvidas perante um juiz do reino; o uso de pessoas locais ajuramentadas como “júris” foi também introduzido no âmbito de atuação dos tribunais do reino. No final do século XII instituiu-se um tribunal central para julgar processos civis: a corte real de justiça ou o tribunal de causas comuns em Westminster.

Ao incentivar uma “ideologia da justiça dominada pelo poder do rei” (Hudson) a lei do direito comum britânica aos poucos tornou-se de fato “comum”; ou seja, aplicava-se a todos os súditos do rei. A jurisprudência comum chegou à custa de uma enorme diversidade das leis locais, que con-

tinuariam a ser uma característica de outros lugares da Europa medieval e do início do período moderno.

A modernização do funcionalismo só foi possível nas áreas onde a economia era suficientemente monetizada. Os primeiros funcionários com um perfil moderno foram provavelmente nomeados em Flandres pelo Conde Felipe da Alsácia, que, em 1170, começou a designar *baljuws* (*baillis*, em francês), pessoas assalariadas e que poderiam ser despedidas. Suas tarefas principais eram manter as prerrogativas do conde, organizar a administração da justiça de acordo com os princípios de um exame objetivo dos fatos e arrecadar impostos. Ao mesmo tempo, o conde decidiu implantar um sistema de racionalização da legislação criminal em todas as grandes cidades. O soberano do Conde Felipe da Alsácia, o Rei Felipe Augusto da França, seguiu seu exemplo e os primeiros *baillis* foram nomeados em torno de 1190. A posição desses bailios situava-se entre a função dos arrecadadores de impostos das propriedades dos senhores feudais (*prévôts*, *prebostes*, em português) e de magistrados do conselho do rei (*curia*) e, assim, estabeleceu-se uma nítida hierarquia.

Ao contrário dos *prévôts*, eles não mais arrendavam seu cargo nem o mantinham como uma dignidade feudal, recebiam um salário dos rendimentos arrecadados e vinculavam-se ao rei por um juramento dos deveres do cargo (uma reminiscência da tradição feudal). Suas tarefas incluíam aceitar a homenagem dos vassalos do reino em nome do rei, fiscalizar a administração da justiça e a coleta de impostos, bem como convocar por ordem do rei os vassalos da coroa para o serviço militar.

O neto de Felipe Augusto, Luís IX (1226-1270), encerrou a característica itinerante da função dos bailios. Em 1254 ele criou oficialmente distritos com limites definidos chamados *baillages*. Desde então, grandes somas eram gastas na construção de castelos fortificados onde os bailios viviam, e na criação de cidades localizadas estrategicamente dentro de sua jurisdição. O Rei Luís também nomeou os primeiros bailios no sul do reino, onde eram chamados de *sénéchaux*; e seus distritos de *sénéchaussées*.

Havia um contraste marcante entre a França e a Alemanha. O império que exercera a liderança nos séculos X e XI agora se estagnara em suas estruturas tradicionais, situação que se manteria até 1806. Por outro lado, na Inglaterra e na França foram dados os primeiros passos para substituir o antigo sistema feudal por um sistema burocrático moderno de governo.

Uma Demonstração de Força no Estilo Gótico

Uma inovação que introduziria uma nova forma artística em toda a Europa surgiu no norte, na bacia de Paris. Catedrais com um conceito arquitetônico totalmente novo foram construídas em diversas cidades nos

domínios da coroa da França durante os séculos XII e XIII. Mais tarde esse conceito também foi adotado na construção civil. Em uma amplitude menor, esse novo conceito arquitetônico foi incorporado nas regiões do Mediterrâneo com o nome de estilo gótico, o estilo dos godos, os “bárbaros” do norte dos Alpes e dos Pireneus.

Na Igreja da Abadia de Saint-Denis, ao norte de Paris, onde os reis franceses eram enterrados eram guardadas relíquias valiosas, o abade Suger irritou-se na década de 1120 com o tumulto provocado pelo movimento contínuo de fiéis. Ele pensou que era necessário iluminar mais a igreja para honrar a Deus. A fim de dar aos fiéis a chance de se aproximarem das relíquias, ele mandou construir uma passagem atrás do altar principal, ao redor de uma série de capelas em um círculo onde muitos padres podiam celebrar a missa ao mesmo tempo. A construção dessas galerias foi definitivamente adotada em 1144. Isso deu uma extraordinária projeção à monarquia francesa, que expandia seu poder sobre os príncipes territoriais.

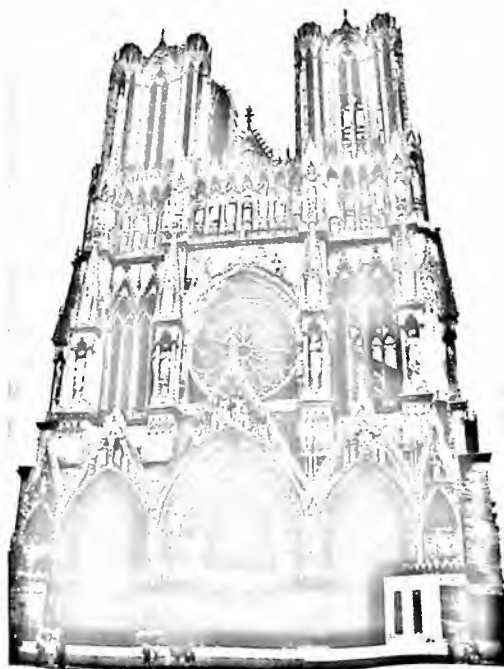


Ilustração 9.4 A Catedral de Reims

Esse novo conceito foi utilizado nas construções de catedrais próximas a Paris. Esse estilo incluía janelas amplas nas paredes maciças. Os arcobotantes apoiavam as abóbadas e as paredes externas para proporcionar estabilidade a prédios cada vez mais altos. O peso dos telhados distribuiu-se geometricamente sobre um grande número de pilares com a construção de arcos ogivais. Esse estilo de construção iniciou-se na Catedral de Sens, em 1133, em seguida em Noyon, em 1151, Laon, em 1160, e Catedral de Notre-Dame em Paris, em 1163. Nessa época de grandes construções havia uma competição intensa para criar um projeto mais espetacular que o outro. As paredes ficaram menos espessas, com grandes vitrais e nichos. O estilo gótico caracterizou-se por um impulso ascendente, a elevação em direção a Deus. As paredes eram construídas ainda mais altas: a nave central da Catedral de Notre-Dame em Paris tinha 32,8 metros de altura; 30 anos depois, em 1194, a da Catedral Chartres tinha 36,55 metros; em 1212 a nave central da Catedral de Reims media 37,95 metros de altura e a de Amiens 42,3 metros em 1221. O recorde foi atingido em Beauvais, onde a construção da catedral começou em 1247, e sua nave central tinha 48 metros de altura. Mas isso excedeu o limite técnico e o telhado e o teto desabaram em 1284.

Nesse ínterim, o esplendor do estilo gótico difundiu-se nos países vizinhos que adaptaram o conceito básico. No estilo gótico inglês as abóbadas eram mais planas e mais baixas, porém, com mais reentrâncias; no litoral dos Países Baixos e, mais tarde, nas regiões do Mar Báltico, o estilo foi adaptado com o uso de tijolos. Ao longo do tempo houve uma profusão de elementos decorativos e a expressão “gótico exuberante” passou a ser usada. A Catedral de Milão, com uma decoração extravagante, bem maior e proporcionalmente mais baixa que as construções francesas, é um dos raros exemplos de uma catedral de estilo puramente gótico na Itália. No entanto, inúmeros elementos do estilo gótico foram muito populares na época. De Trondheim na Noruega à Sicília ao sul, o gótico foi o estilo arquitetônico predominante até o século XVI; ele também determinou o *design* de móveis e objetos de decoração.

Como esse novo conceito surgiu na bacia de Paris e difundiu-se com tanta amplitude e rapidez? Na perspectiva dos arquitetos, é preciso lembrar que a partir do século XI o ensino nas escolas das catedrais, como as de Chartres, Paris e Reims, por exemplo, cada vez mais se voltava para o conhecimento de matemática e geometria adquirido com os árabes. E foi esse conhecimento que permitiu aos arquitetos fazerem estudos precisos de distribuição de peso em seus projetos. Projetos muito detalhados da fachada ocidental da Catedral de Estrasburgo, desenhados em um pergaminho em 1275, foram preservados; ainda temos alguns projetos da Catedral de Reims datados de 1250. Em um piso da Catedral de York Minster existem desenhos de um vitral feitos por volta de 1395.

O fato de o estilo gótico ter se difundido com tanto sucesso deve-se ao prestígio dos reis franceses que, em seu movimento de expansão, se dedicaram à construção de catedrais nos séculos XII e XIII. E não só os reis: sem o forte apoio financeiro dos habitantes das cidades em rápido crescimento, os projetos ambiciosos de construção jamais teriam sido realizados. Havia uma competição entre as cidades para elaborarem projetos melhores e mais ousados. De um ponto de vista técnico, o estilo gótico disseminou-se com a mobilidade dos construtores que se organizavam em corporações ou guildas e deslocavam-se de uma construção para outra. Eles também competiam entre si e os alunos às vezes reproduziam os projetos dos mestres em outros lugares. O exemplo do rei era imitado e para os habitantes dos burgos essas construções eram um meio de demonstrar a importância de suas cidades e outros líderes pensavam o mesmo. A rivalidade agora se concentrava na altura das torres: Estrasburgo quebrou o recorde da época medieval em 1420 com sua torre de 142 metros. O projeto da segunda torre, no entanto, nunca se concluiu nem muitos outros projetos ambiciosos em outros lugares. Alguns deles, como as catedrais de Colônia e de Ulm só terminaram no século XIX.

Tanto em forma como conteúdo, o estilo gótico foi um produto da Idade Média. Sua função principal era tornar a adoração divina tão gloriosa quanto possível. Outras funções surgiram mais tarde: o prestígio dos reis e dos burgueses. Com essa mesma perspectiva o estilo adaptou-se aos palácios e aos prédios nas cidades, como a câmara municipal, os mercados e as residências particulares. Mais tarde, o estilo gótico identificou-se tanto com a Idade Média que no século XIX, no período Romântico, as pessoas que sonhavam com um lugar predominante para a Igreja e a sociedade corporativa identificaram-se com esse estilo. O estilo neogótico significou uma escolha ideológica consciente de recriar uma das mais autênticas criações da Idade Média.

LEITURA SUGERIDA

- ABULAFIA, David. *Frederick II. Medieval Emperor*. (Londres: Allen Lane/Penguin Press, 1988.
- ADAMS, Jonathan; HOLMAN, Katherine (Orgs.). *Scandinavia and Europe, 800-1350: Contact, Conflict and Coexistence*. Turnhout: Brepols, 2004.
- ALTHOFF, Gerd. *Otto III*. University Park, Pa.: Penn State Press, 2003 (original em alemão de 1996).
- ARNOLD, Benjamin. *Medieval Germany, 500-1300. A Political Interpretation*. Basingstoke e Londres: Macmillan, 1997.
- BAGGE, Sverre. *Kings, Politics and the Right Order of the World in German Historiography, c. 950-1150*. Leiden: Brill, 2002.

- BALDWIN, John W. *The Government of Philip Augustus*. Foundations of French Royal Power in the Middle Ages. Berkeley e Londres: University of California Press, 2002.
- BARBER, Richard. *Henry Plantagenet: A Biography of Henry II of England*. 2. ed. Rochester, NY: Boydell & Brewer, 2001.
- BARLOW, Frank. *Thomas Becket*. Londres, 1986.
- . *William Rufus*. 2. ed. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 2000.
- . *The Godwins: Rise and Fall of a Noble Dynasty*. Londres: Longman, 2003.
- BARTLETT, Robert. *England under the Norman and Angevin Kings, 1075-1225*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BEREND, Nora. *At the Gate of Christendom: Jews, Muslims and "Pagans" in Medieval Hungary, c. 1000-c. 1300*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BERKHOFER, Robert F. III. *Day of Reckoning: Power and Accountability in Medieval France*. Filadélfia, Pa.: Pennsylvania State University Press, 2004.
- BERNARDT, John W. *Itinerant Kingship and Royal Monasteries in Early Medieval Germany, c. 936-1075*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BERTELLI, Sergio. *The King's Body: Sacred Rituals of Power in Medieval and Early Modern Europe*. University Park, Pa.: Penn State Press, 2001 (original em italiano de 1990).
- BISSON, Thomas N. *The Medieval Crown of Aragon: A Short History*. Oxford: Clarendon, 1991.
- BRADBURY, Jim. *Philip Augustus, King of France, 1180-1223*. Londres: Longman, 1998.
- BREAY, Claire. *Magna Carta: Manuscripts and Myths*. Londres: British Library, 2002.
- BRIDGEFORD, Andrew. *1066: The Hidden History in the Bayeux Tapestry*. Londres: Fourth Estate, 2004.
- BROWN, Reginald Allen. *The Normans and the Norman Conquest*. Woodbridge: Boydell, 2000.
- BULL, Marcus (Org.). *France in the Central Middle Ages, 900-1200*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- CATLOS, Brian A. *The Victors and the Vanquished: Christians and Muslims of Catalonia and Aragon, 1050-1300*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- CHIBNALL, Marjorie. *The World of Orderic Vitalis: Norman Monks and Norman Knights*. Oxford: Clarendon, 1984.
- . *Anglo-Norman England, 1066-1166*. Oxford: Blackwell, 1986.
- . *The Debate on the Norman Conquest*. Manchester and New York: Manchester University Press, 1999.
- CLANCHY, M. T. *England and Its Rulers, 1066-1272*. Oxford: Blackwell, 1983.
- . *From Memory to Written Record: England, 1066-1307*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1993.
- CROUCH, David. *The Beaumont Twins. The Roots and Branches of Power in the Twelfth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- . *William Marshal: Court, Career and Chivalry in the Angevin Empire, 1147-1219*. Londres e Nova York: Longman, 1990.
- . *The Reign of King Stephen, 1135-1154*. Harlow: Longman, 2000.
- DANZIGER, Danny; GILLINGHAM, John. *1215: The Year of Magna Carta*. Nova York: Touchstone, 2004.
- DAVIES, R. R. *Domination and Conquest: The Experience of Ireland, Scotland and Wales, 1100-1300*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- . *The First English Empire: Power and Identities in the British Isles, 1093-1343*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- DOUGLAS, David C. *William the Conqueror: The Norman Impact upon England*. London: Eyre & Spottiswoode, 1964.

- DUBY, Georges. *The Legend of Bouvines: War, Religion and Culture in the Middle Ages*. Berkeley: University of California Press, 1990 (original em francês de 1973).
- DUGGAN, Anne. *Thomas Becket*. Londres: Arnold, 2004.
- DUNBABIN, Jean. *Charles of Anjou: Power, Kingship and State-making in Thirteenth-Century Europe*. Londres: Longman, 1998.
- _____. *France in the Making, 843-1180*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FOOTE, David. *Lordship, Reform and the Development of Civil Society in Medieval Italy: The Bishopric of Orvieto, 1100-1250*. Chicago, Ill.: University of Notre Dame Press, 2004.
- FRAME, Robin. *The Political Development of the British Isles, 1100-1400*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- FUHRMANN, Horst. *Germany in the High Middle Ages, c. 1050-1200*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- GILLINGHAM, John. *Richard I*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1999.
- GORECKI, Piotr. *Economy, Society and Lordship in Medieval Poland, 1100-1250*. Nova York: Holmes & Meier, 1993.
- GRAHAM-LEIGH, Elaine. *The Southern French Nobility and the Albigensian Crusade*. Woodbridge e Rochester, NY: Boydell & Brewer, 2005.
- GREEN, Judith. *The Government of England under Henry I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- _____. *The Aristocracy of Norman England*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- HAGGER, Mark S. *The Fortunes of a Norman Family: The De Verduns in England, Ireland and Wales, 1066-1316*. Dublin e Portland, Oreg.: Four Courts Press, 2001.
- HALLAM, E. M. *Capetian France, 737-1328*. Londres e Nova York: Longman, 1980.
- HIGHAM, N. J. *King Arthur: Myth-Making and History*. Londres e Nova York: Routledge, 2002.
- HOLT, J. C. *Magna Carta*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- HOWARD, Ian. *Swein Forkbeard's Invasions and the Danish Conquest of England, 991-1017*. Woodbridge e Rochester, NY: Boydell & Brewer, 2003.
- HUDSON, John. *The Formation of the English Common Law: Law and Society in England from the Norman Conquest to Magna Carta*. Londres: Longman, 1996.
- HYDE, J. K. *Society and Politics in Medieval Italy: The Evolution of Civil Life, 1000-1350*. Londres e Basingstoke: Macmillan, 1973.
- INGHAM, Patricia Clare. *Sovereign Fantasies. Arthurian Romance and the Making of Britain*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2001.
- JONES, Philip. *The Italian City-State: From Commune to Signoria*. Oxford: Clarendon, 1997.
- KLANICZAY, Gábor. *Holy Rulers and Blessed Princesses. Dynastic Cults in Medieval Central Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 (original em húngaro de 2000).
- KOSTO, Adam J. *Making Agreements in Medieval Catalonia: Power, Order and the Written Word, 1000-1200*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- LAWSON, M. K. *Cnut*. 2. ed. Londres: Longman, 2004.
- LE PATOUREL, J. *The Norman Empire*. Oxford: Clarendon, 1976.
- LEYSER, K. J. *Medieval Germany and Its Neighbours, 900-1250*. Londres: Hambledon Press, 1982.
- _____. *Communications and Power in Medieval Europe*. Londres e Rio Grande: Hambledon Press, 1994. 2 v.
- MACKAY, A. *Spain in the Middle Ages. From Frontier to Empire, 1000-1500*. Londres e Basingstoke: Macmillan, 1977.
- MUNZ, Peter. *Frederick Barbarossa: A Study in Medieval Politics*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1969.

- O'CALLAGHAN, Joseph F. *Alfonso X, the Cortes and Government in Medieval Spain*. Aldershot: Ashgate, 1998 (Variorum Collected Studies).
- _____. *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 2003.
- PRESTWICH, Michael. *Plantagenet England, 1225-1360*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2005.
- RADY, Martyn. *Nobility, Land and Service in Medieval Hungary*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001.
- REILLY, Bernard F. *The Medieval Spains*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- REYNOLDS, Susan. *Kingdoms and Communities in Western Europe, 900-1300*. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- ROBINSON, I. S. *Henry IV of Germany, 1056-1106*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- TABACCO, Giovanni. *The Struggle for Power in Medieval Italy*. Structures of Political Rule. Cambridge: Cambridge University Press, 1989 (original em italiano de 1974).
- THOMAS, Hugh M. *The English and the Normans: Ethnic Hostility, Assimilation and Identity, 1066-c. 1220*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2003.
- TURNER, Ralph V. *King John: England's Evil King?* Stroud: Tempus Publishing, 2005.
- TURNER, Ralph V.; HEISER, Richard R. *The Reign of Richard Lionheart: Ruler of the Angevin Empire, 1189-1199*. Harlow: Pearson Education, 2000.
- WALEY, Daniel. *The Italian City Republics*. 3. ed. Londres: Longman, 1989.
- WARREN, W. L. *Henry II*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- _____. *The Governance of Norman and Angevin England, 1086-1272*. Stanford, Califórnia e Londres: Stanford University Press, 1987.
- _____. *King John*. 2. ed. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1982.
- WEINFURTER, Stefan. *The Salian Century: Main Currents in an Age of Transition*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1999 (original em alemão de 1991).
- WILSON, David MacKenzie. *The Bayeux Tapestry*. 2. ed. Londres: Thames & Hudson, 2004.

ENFRAQUECIMENTO DOS CENTROS DE PODER NO ORIENTE E O INÍCIO DA EXPANSÃO EUROPEIA

O OCIDENTE TORNA-SE MAIS AGRESSIVO

Durante o século XI iniciou-se um movimento de expansão no Ocidente em diversas regiões e de diferentes formas. A base desse movimento resultou da estabilidade alcançada pelo Ocidente a partir de meados do século X, quando as invasões da Ásia central e da Escandinávia terminaram. A produção agrícola e a população cresceram, e após algumas gerações as tensões sociais acentuaram-se. Na Europa ocidental, a partir do século XI, os camponeses começaram a drenar os terrenos de turfas e pântanos, a limpar as florestas e a cultivar a terra. A demonstração mais visível dessas iniciativas foi a procura por novas áreas de povoamento, tanto nas periferias das antigas cidades da Europa ocidental quanto em regiões mais distantes.

As conquistas que mais estimulam nossa imaginação são as dos normandos descendentes de colonos vikings. Algumas décadas antes da conquista da Inglaterra, cavaleiros que não haviam alcançado o sucesso sonhado na Normandia partiram para o sul da Itália, onde fixaram as primeiras bases de domínio normando em torno de 1029. Os filhos de Tancred de Hauteville eram os cavaleiros mais resolutos. Um deles, Roberto Guiscardo, derrotou as forças do Papa Leão IX em 1053 e o prendeu. Seis anos depois o mesmo papa, que precisava do apoio de Roberto em seu confronto com o Imperador Henrique IV, reconheceu seu título de duque de Apulia e Calábria. Em 1084 ele resgatou o Papa Gregório VII no Castelo de Sant'Angelo, em Roma, onde o papa ficara sitiado pelas forças do imperador. Suas expedições o levaram até a Sérvia, onde interferiu em 1081 na disputa pela coroa imperial de Bizâncio. Seu irmão mais novo, Rogério, conquistou a Sicília dos mouros entre 1061 e 1091. O papa deu sua bênção ao ataque contra o Islã e o indicou como seu núncio apostólico, uma posição em geral ocupada por um prelado. Esse fato foi um precedente importante das cruzadas à Palestina. Os reis normandos construíram um reino sólido baseado em instituições fundadas pelos bizantinos e governantes árabes. Em 1130 o novo reino da Sicília abrangia todo o sul da Itália, a Sicília e mais tarde as

regiões costeiras da Tunísia. O reino normando prolongou-se por vários séculos. Rogério II (1130-1154) reconheceu o papa como seu chefe supremo e lhe pagava um tributo anual e, em troca, tinha a liberdade de agir como quisesse. Sua posição era de grande importância estratégica para Roma em seus conflitos com os mulçumanos e bizantinos, além do apoio contra os imperadores alemães.

Uma parte da população em crescimento da Europa ocidental foi para o leste à procura de novos lugares para viver nas regiões pouco populosas do Império Sacro Romano Germânico e nas regiões eslavas. Surpreendentemente, a partir de meados do século XIII esse *Drang nach Osten*, que na verdade nada mais era que a ocupação da terra, foi apresentada como sendo uma cruzada contra os pagãos eslavos e bálticos. As iniciativas cristãs na Palestina cessaram, e parte do movimento de expansão do Ocidente dirigiu-se para as fronteiras europeias do Cristianismo na Península Ibérica, na Europa central e na periferia celta das ilhas britânicas.

A retomada ativa das relações comerciais no Ocidente foi outra forma do movimento expansionista. Nos séculos IX e X, quando ainda havia ataques frequentes dos árabes ao longo da costa ocidental do Mar Mediterrâneo, os contatos de comerciantes de Amalfi com as regiões mulçumanas vizinhas tiveram um resultado positivo. Eles afastaram-se do poder puramente nominal do Império Bizantino e desenvolveram vínculos estreitos com o império dos fatímidas no Egito. Um documento raro de 996 mostra que nessa época havia cerca de 200 comerciantes de Amalfi no Cairo. Eles forneciam madeira e ferro para a construção de navios e compravam a maior quantidade possível de mercadorias de luxo que o mercado árabe altamente desenvolvido oferecia. Em meados do século XI, um viajante persa viu navios cristãos no porto sírio em Trípoli, de onde partiriam para outros portos islâmicos. Os mulçumanos que queriam ir para Maghreb (o território ocidental do Islã), e para o Levante (Síria e Palestina) a partir de então embarcavam em navios cristãos.

Veneza foi outro centro de expansão comercial entre a Itália e a região oriental do Mar Mediterrâneo. A cidade ainda reconhecia formalmente a supremacia de Bizâncio que, em 1082, em reação aos avanços normandos nos Bálcãs, deu a Veneza privilégios comerciais de isenção de impostos e obrigações. Até o século XI houve um comércio ativo de escravos de pessoas capturadas nos ataques às regiões eslavas da Europa central e nos Bálcãs. Esse comércio diminuiu quando essas áreas converteram-se ao Cristianismo, e foi substituído pelo comércio de outros produtos. Para Bizâncio, ameaçado por todos os lados, o apoio da frota veneziana tinha uma enorme importância estratégica. Assim, os venezianos beneficiaram-se com a grande riqueza material e cultural que Bizâncio ainda oferecia.

É muito provável que o comércio da Sicília com o Egito e a Síria tenha continuado sob o controle normando. Nas regiões ocidentais do Mar Mediterrâneo, os portos de Pisa e Gênova realizaram um ataque naval bem-sucedido em 1088, no centro dos piratas em Mahdiya, na Tunísia. O papa deu sua bênção em retrospecto a essa ofensiva motivado, em primeiro lugar, por razões econômicas, mas também devido à crescente atitude agressiva da Igreja Católica em relação aos muçumanos. Surpreendentemente, em todas essas regiões os ocidentais fizeram contatos com o Oriente muito mais desenvolvido antes das cruzadas. As diferenças religiosas não eram barreiras para os vínculos comerciais estreitos.

Tudo indica que esses contatos proporcionaram oportunidades de crescimento do Ocidente, com a absorção de diversos produtos mais sofisticados, tecnologia e outros aspectos culturais. Por intermédio dessas atividades comerciais, os italianos em especial aprenderam a lidar com outras culturas, novos produtos e métodos comerciais avançados usados em Constantinopla, Trípoli, Alexandria e Cairo. Indiretamente eles entraram em mercados maiores e distantes que, por sua vez, lhes deu uma superioridade sobre outros europeus ocidentais. Eles eram intermediários hábeis entre o Oriente e o Ocidente, uma posição que manteriam até o século XVI. Os europeus que realizaram esses movimentos de expansão demonstravam grande dinamismo e determinação, além de serem mais abertos à inovação, condições que permitiram que superassem seus rivais mais fortes em longo prazo.

A Mudança dos Centros de Gravidade

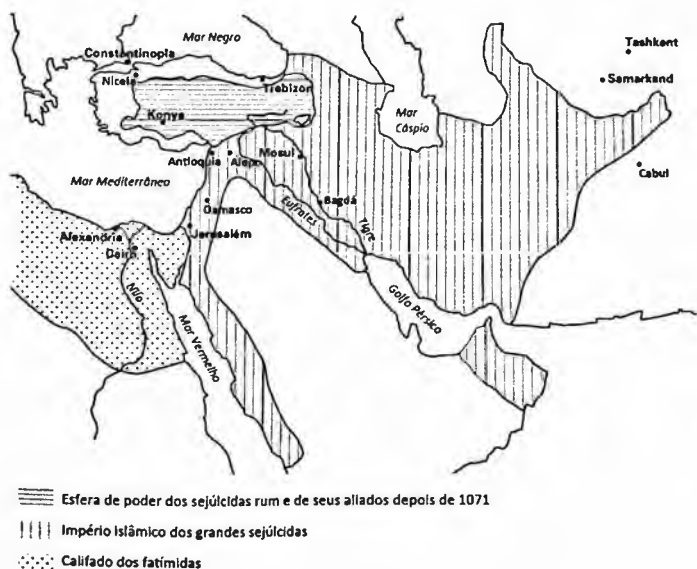
O período do século IX ao século XI foi o auge dos desenvolvimentos políticos, econômicos e culturais, tanto no Império Bizantino como em diversos reinos muçumanos. Por mais de meio século depois da morte de Basílio II, em 1025, o Império Bizantino teve uma série de governos mal administrados por imperadores fracos na época em que novos adversários poderosos surgiram em suas fronteiras. Os bizantinos conseguiram rechazar a invasão dos pechenegues, uma tribo nômade que invadiu a região do baixo Danúbio, mas não foram bem-sucedidos em repelir a ameaça dos normandos no sul da Itália e o avanço dos turcos seljúcidas na Ásia Menor. A maior parte dessas regiões que haviam conquistado com sangue, suor e lágrimas durante o século X em poucos anos foram subjugadas por outros povos. O ano desastroso de 1071 simbolizou o curso dos acontecimentos: esse foi o ano da derrota do exército imperial em Manzikert (ver p. 297-298), e a conquista de Bari pelos normandos no Ocidente. Os dois acontecimentos marcaram a perda de poder dos bizantinos no sul da Itália e de grande parte da Ásia Menor.

Os imperadores poderosos da dinastia dos comnenos, que assumiram o poder em Constantinopla em 1081, não recuperaram os territórios perdidos, mas conseguiram evitar mais perdas de domínios bizantinos na Ásia Menor. Aleixo I Comneno (1081-1118) aproveitou a presença prolongada do primeiro exército da cruzada do Ocidente na região e recuperou todas as regiões costeiras da Ásia Menor.

Como resultado dos acontecimentos descritos, o Império Bizantino passou por um processo de mudança de poder do centro para potências locais a partir do século XI. Grandes proprietários de terras controlavam as comunidades dos vilarejos e milhares de escravos. Os imperadores precisavam da colaboração deles para arrecadar impostos em seus domínios e, em troca, eles recebiam parte da arrecadação. Esses grandes proprietários de terras passaram a controlar também outras formas do poder do Estado, como a administração da justiça, a manutenção da ordem, o recrutamento e o comando das tropas. Essas pessoas transformaram-se em líderes militares e tentaram tornar sua posição hereditária. Os camponeses independentes, obrigados a pagar impostos elevados, viviam em condições extremas, e só podiam evitar essa situação procurando a proteção desses líderes de quem ficavam diretamente dependentes e a quem pagavam um tributo. O poder imperial aos poucos se desgastou. A burocracia altamente desenvolvida não se equiparou ao poder desses líderes, que eram indispensáveis para enfrentar os ataques constantes das tribos nômades. Os imperadores contratavam mercenários (em geral "francos", nome de todos os europeus ocidentais e, às vezes, também de turcos), para o exército, mas além das enormes somas de dinheiro necessárias para pagá-los, suas tropas com frequência não eram confiáveis. Assim como tantos outros impérios, o Império Bizantino enfraqueceu-se como resultado do desgaste interno e da pressão externa.

O império dos fatímidas no Egito era a outra grande potência da região oriental do Mar Mediterrâneo, e logo depois de sua ascensão ao poder em 969 tornou-se o centro dinâmico do mundo islâmico. A nova capital, Cairo, era um dos mercados mais importantes no Oriente Próximo, atraindo algodão da Núbia, escravos da África povoada por negros e madeira da Calábria, da Kabylia e das montanhas do Taurus. Caravanas de milhares de camelos traziam mercadorias da África, que após uma ação militar foi obrigada a pagar tributo por meio de escravos. Esse fluxo de pessoas para a região do Mar Mediterrâneo foi avaliado em 20 mil pessoas por ano, homens que serviam o exército ou faziam trabalhos pesados, e mulheres que se ocupavam com tarefas domésticas. O comércio de escravos continuou do século IX até o século XII e, sem dúvida, contribuiu para a estagnação demográfica e ruptura de vínculos sociais na África negra. No Oriente Próximo, a madeira, tão necessária para a construção de navios e como

combustível para fornos, tornou-se a maior matéria-prima em escassez. As grandes potências lutaram entre si para controlar as regiões de florestas. Produtos tradicionais e de excelente qualidade supriram um próspero comércio. A comunidade proeminente judaica no Cairo especializou-se na fabricação de vidro e no tingimento de tecidos requintados de linho e algodão. Os judeus formaram um elo importante nestas indústrias que, segundo as cartas e faturas a que temos acesso, deviam ter incluído 265 ofícios diferentes de artesãos no Cairo.



Mapa 10.1 Os impérios dos fatímidas e dos turcos Seljuk depois de 1071

Além do poder militar e da prosperidade econômica o império dos fatímidas era um polo irradiador de um alto grau de atividade cultural. Isso se refletia no estilo arquitetônico das mesquitas e dos palácios decorados com azulejos esmaltados coloridos. O palácio do califa tinha uma biblioteca com 18 mil volumes, inclusive 1.200 cópias da *Universal History* de al-Tabari (– 923). O califa al-Hakim (996-1021) fundou a importante escola xiita perto da mesquita al-Azhar, com o objetivo de difundir os princípios morais do Alcorão. Seu fanatismo religioso causou novas tensões e cisões, e durante seu governo o Santo Sepulcro em Jerusalém foi destruído. No final do século XI uma luta feroz pelo controle do poder eclodiu entre os turcos, berberes e grupos étnicos de negros no exército.

Os oghuz, uma tribo nômade recentemente convertida ao Islamismo foi a grande responsável pela mudança do equilíbrio de poder no Oriente Próximo no século XI. Também chamados de turcomanos essa tribo nômade expandiu-se consideravelmente nesse período. Seus líderes, os seljúcidas, fizeram um pacto com a aristocracia persa, que queria restaurar a unidade política e a ortodoxia religiosa.

Depois de 1038 eles controlaram Bagdá e, em 1055, o califa deu o título de sultão e de “rei do Oriente e do Ocidente” ao líder seljúcida. Por esse motivo, o califado de Bagdá é chamado de “império dos grandes seljúcidas”. A Síria e a Palestina também foram conquistadas por eles, e só os portos permaneceram sob domínio dos fatímidas. Em torno do mesmo período outro grupo de seljúcidas, sob pretexto de empreender uma guerra santa, começou a atacar as planícies da Anatólia prejudicando as regiões da Armênia e de Bizâncio. Em 1071 eles destruíram o exército imperial em Manzikert, e a Ásia Menor inteira foi subjugada pelos seljúcidas, com o nome de império dos seljúcidas rum (rum significa “romano”).

Os seljúcidas estimularam a ortodoxia religiosa nas regiões conquistadas. De 1071 a 1092 seu governo caracterizou-se por esforços diligentes a fim de estabelecer certo grau de autoridade na estrutura política, uma tarefa difícil para um povo nômade que não estava habituado à ideia de um poder abstrato como esse. Depois da morte de Malikshâh, que criara uma organização pacífica no grande império seljúcida, as divergências e rivalidades entre membros de sua família resultaram na ruína do império. Do lado católico, a ferocidade das conquistas dos seljúcidas foi um motivo decisivo para a realização das cruzadas. No entanto, os cristãos não eram as únicas vítimas da violência dos turcomanos. A intolerância foi maior em relação aos xiitas radicais do que contra os cristãos, e foram os representantes da Igreja Bizantina Ortodoxa e não os cristãos que não foram aceitos pelos novos governantes. Com poucas exceções, os mosteiros cristãos tiveram permissão de permanecerem nas terras conquistadas. Até mesmo o patriarca grego manteve sua posição em Jerusalém. Outras fontes mostram que os peregrinos do Ocidente também podiam visitar a Palestina sob domínio turco. O Hospital São João e dois mosteiros próximos do Santo Sepulcro, fundados por peregrinos e comerciantes de Amalfi em 1080, continuaram suas atividades habituais. As fontes não contêm relatos de perseguições de cristãos ou de profanações sistemáticas dos lugares santos cristãos pelos turcos.

Quando os cruzados invadiram a Síria em 1096 eles não encontraram opositores em condições de enfrentá-los. As duas grandes potências, o Império Bizantino e o império dos fatímidas, estavam enfraquecidas e divididas. Os turcos seljúcidas, os conquistadores das décadas precedentes, agora

havia mergulhado em uma disputa dinástica. Eles dominaram Bagdá em 1038 e, depois de 1071, o sultão seljúcida rum instalou uma residência permanente em Niceia, e mais tarde em Konya. Outros arrendavam seu poder militar por razões estratégicas. No Oriente Próximo, uma região sempre extremamente complexa e raramente estável, a intervenção do Ocidente resultou em divisões territoriais muito instáveis. Durante a primeira metade do século XII isso enfraqueceu os impérios mulçumanos, com consequências positivas para o Império Bizantino e as cruzadas latinas na Síria.

O Oriente Multicultural

É importante lembrar que em sua origem o Islã não tinha o objetivo de ser uma religião essencialmente diferente do Judaísmo ou do Cristianismo. Em teoria os mulçumanos aceitavam as crenças dos dois outros “povos do Livro”, com o entendimento de que eles não alegavam possuir a versão correta e definitiva da mensagem.

Esse pressuposto facilita nossa compreensão sobre a atitude dos mulçumanos em relação a pessoas de outra fé nas terras que dominavam. Em princípio eles permitiam que todas as pessoas escolhessem entre o Islã e sua fé: se escolhessem conservar sua fé, então deveriam reconhecer a supremacia política do Islã sem desafiá-la. No pagamento de um imposto especial, os não mulçumanos usufruíam da hospitalidade contratual tradicional dos árabes, *dhimma*, a garantia de segurança pessoal, de seus bens e da prática de cerimônias religiosas. Sem dúvida, essa atitude excepcionalmente tolerante contribuiu para que cerca de 200 mil árabes governassem mais de 10 milhões de pessoas de diferentes culturas e, ao longo do tempo, aos poucos assimilaram grande parte delas.

Nas regiões onde os cruzados realizaram suas expedições militares e religiosas, não havia uma evidência nítida da predominância religiosa dos mulçumanos e dos cristãos subjugados. As diferenças étnica, linguística e cultural eram tão importantes como as diferenças religiosas entre mulçumanos, judeus e cristãos e, no contexto do Islamismo, entre sunitas e xiitas. O cenário compunha-se de uma grande variedade de pessoas lideradas pelos clãs cuja autoridade baseava-se em parte em uma convicção religiosa específica.

Na Síria, que abrangia a Palestina na época dos mulçumanos, os cruzados encontraram mais xiitas no norte e sunitas no sul, cada grupo com seus governantes. Existiam também diversas culturas, como as dos drusos que reconheciam o califado dos fatímidas. Havia outra seita xiita, cujos adeptos chamados *hashishiyûn*, ou consumidores de haxixe, viviam no norte da Pérsia e da Síria. Em razão do assassinato metódico de sunitas turcos durante os conflitos, os *hashishiyûn* foram apelidados de “assassinos” pelos cruzados franceses.

Entre as comunidades cristãs no Oriente, além das diferenças étnicas e linguísticas, havia diversas correntes religiosas dos séculos precedentes que tinham sido consideradas heterodoxas no Ocidente, mas que haviam sobrevivido em uma forma fossilizada sob o domínio islâmico. Essas correntes incluíam os nestorianos e os maronitas originários da tradição monoteísta, e três igrejas monofisistas: a armênia, a jacobita (com uma liturgia em sírio) e a copta; existiam também ortodoxias que seguiam os patriarcas de Constantinopla, Antioquia, Jerusalém e Alexandria. É óbvio que, em uma região com tantas comunidades diferentes, a Igreja Católica Apostólica Romana não exercia nenhuma autoridade.

Os judeus viviam em pequenas comunidades dispersas, sobretudo nas cidades. Para eles os governantes mulçumanos eram seus protetores contra os governantes rigorosos bizantinos, ou na Península Ibérica, os governantes visigodos. Essa opinião era compartilhada por muitas comunidades cristãs que tinham recebido os mulçumanos como seus libertadores de um domínio severo. Não havia segregação ou guetos. Ao contrário, do século IX ao século XI os judeus prosperaram economicamente e culturalmente em todo o mundo árabe.

Portanto, devemos procurar os motivos das cruzadas não no Oriente e sim no Ocidente; mais ainda, pois tanto quanto sabemos, a partir das informações dos textos preservados, não existia no Ocidente qualquer conhecimento que temos sobre o Islã e a situação na Palestina. As cruzadas então devem ser interpretadas como uma forma de expansionismo ocidental em termos religiosos e políticos. Graças à tradição ininterrupta de peregrinos a Jerusalém e às relações econômicas entre a Itália e o Oriente Próximo, foi possível avaliar os efeitos dessa expansão.

O Estímulo às Cruzadas

Foram acima de tudo, os bispos e arcebispos da França e da Espanha que participaram do concílio realizado em Clermont em 24 de novembro 1095. Na pauta de discussão constava a excomunhão de Felipe I, rei da França, que repudiara sua rainha e recusara-se a terminar sua relação amorosa com a mulher de um de seus barões. O Papa Urbano II também censurou com severidade a investidura laica dos bispos e os atos de violência e injustiça cometidos pelos cavaleiros que se opunham às alianças da Paz de Deus apoiadas pela Igreja. É nesse contexto que seu apelo dirigido aos cavaleiros no final do concílio para a realização de uma cruzada deve ser analisado. O papa exortou-os a dedicarem suas forças à defesa de seus irmãos de fé no Oriente, que haviam se tornado vítimas da violência dos infiéis. Ele mencionou que recebera pedidos de ajuda dos cristãos no Oriente enviados por cartas do Imperador Alexis Comneno endereçadas a ele e ao conde de Flandres (em

1091), e pela irmã do imperador a diversos líderes ocidentais solicitando o envio de tropas mercenárias. O papa pediu a todos os participantes do concílio que ajudassem o Império Bizantino. Os cânones do concílio registraram que os guerreiros da fé que fossem a Jerusalém sem intenção de jactanciar-se ou de obter ganhos materiais, e, sim, com o objetivo de visitar o Santo Sepulcro, receberiam total indulgência; ou seja, a plena absolvição dos pecados cometidos durante a vida após a morte (ver Capítulo 15).

Além das motivações religiosas indiscutivelmente sinceras para difundir a fé cristã e a pureza da Igreja, o papa também tinha considerações políticas em mente. O pedido de ajuda militar para o imperador bizantino oferecia uma oportunidade à Igreja ocidental de fortalecer sua posição no império, como já acontecera na Sicília e na Península Ibérica. A finalidade da expedição não era com certeza a de defender o Império Bizantino com a presença dos cruzados, pois eles passaram direto. Os nômades seljúcidas foram rechaçados, mas não eliminados. A formação de um Estado vassalo do papado na Palestina, de acordo com o modelo siciliano, seria um excelente resultado diante das oportunidades oferecidas. Nessa perspectiva, é surpreendente que o papa tenha vinculado a hierarquia da Igreja nas novas regiões conquistadas a Roma e não ao patriarca de Constantinopla.

As invasões ocidentais ao Oriente Médio, após a designação do Papa Urbano na Idade Média, foram acompanhadas por uma campanha de propaganda intensa louvando os feitos gloriosos da Igreja Católica e dos nobres que carregaram a cruz. Quase todas as fontes preservadas no Ocidente relacionadas às cruzadas destilam uma parcialidade violenta e descrevem uma imagem estereotipada do inimigo, adequada é lógico à campanha das cruzadas promovida pela Igreja. Os versos iniciais do Salmo 79 citam palavras de vingança na guerra de libertação do Santo Sepulcro: “Ó, Deus, os pagãos invadiram a tua terra, profanaram o teu Santo Templo e deixaram Jerusalém em ruínas.” Em ocasiões anteriores, quando Jerusalém foi conquistada pelos mulçumanos no século XII ou quando o Santo Sepulcro foi destruído pelo califa al-Hakim no início do século XI, a Igreja Católica ainda não tinha a força moral e organizacional conquistada na segunda metade do século XI. A grande reforma da Igreja, o movimento da Paz de Deus, o cisma com a Igreja ortodoxa em 1054, a disputa da investidura e o estímulo à reconquista da Península Ibérica exprimiram essa nova autoconfiança.

Não existem razões para duvidar das motivações profundamente religiosas da maioria dos cruzados. Os historiadores chamaram os homens (e também algumas mulheres) que participaram das cruzadas de “peregrinos”, “mártires” ou de “novos apóstolos”, e as expedições de “peregrinações”, palavras que enfatizam seu *status* religioso elevado e sua disposição de fazer grandes sacrifícios perante seus contemporâneos. O Abade Guibert de No-

gent, um dos historiadores que não participaram da primeira cruzada, associou os conceitos de guerra santa contra os infiéis – virtude cavaleiresca, salvação terrena, bênção de Deus e vocação religiosa – de uma forma ainda mais explícita que o Papa Urbano II em seu discurso em Clermont. Em resumo, as cruzadas nunca foram “apenas campanhas militares”, e, sim, sempre e precipuamente “atos de devoção e um meio de salvação” (Madden). Os cruzados não eram estimulados só pelo amor aos ganhos materiais: eles queriam também se purificar de seus pecados e salvar suas almas. Com esse objetivo eles e suas famílias faziam enormes sacrifícios financeiros e, com frequência, enfrentavam adversidades terríveis em seus caminhos. A maioria retornava à terra natal, o que também indicava que a conquista de novas terras nunca era um motivo primordial.

No entanto, o comportamento dos cruzados na Terra Santa era bem diferente dessas intenções. A crueldade de suas ações, em especial as pilhagens e os assassinatos indiscriminados como, por exemplo, na primeira cruzada em Ma'arrat al-No'man e em Jerusalém, embora justificáveis em razão do abastecimento irregular, provocou repulsa na população local e demonstrou o desejo de muitos “francos” de saquearem os lugares o mais rápido possível.

Cruzadas, os Estados que as Promoveram e as Colônias Ocidentais no Oriente

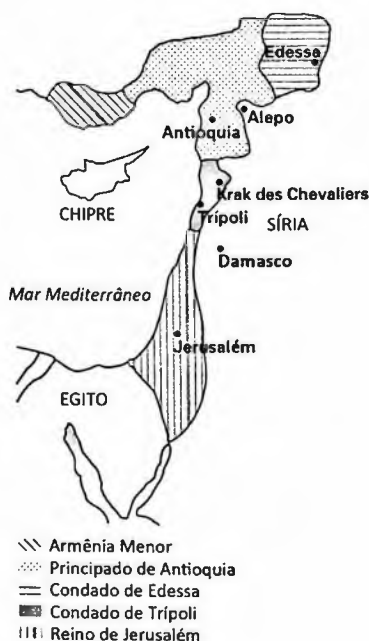
À ascensão do Papa Urbano II seguiu-se a fervorosa pregação de Pedro o Eremita, que conquistou muitos adeptos entre as pessoas do povo. Esse movimento ainda desestruturado, porém cheio de entusiasmo, perseguiu os judeus nas cidades ao longo do Reno, mas foi totalmente destruído no primeiro confronto com os turcos. As verdadeiras cruzadas foram realizadas por cavaleiros e príncipes experientes em conflitos e guerras. Entretanto, não havia uma logística de abastecimento dos milhares de combatentes e seguidores que aderiram às cruzadas. No início, isso provocou pilhagens e lutas na Hungria até que se chegou a um acordo com a cooperação do Rei Kálmán da Hungria, que criou alojamentos e pontos de interseção ao longo do Rio Danúbio, além de fundar um mosteiro em Jerusalém.

A maioria das pessoas que participaram da primeira cruzada era originária do Norte da França. O relacionamento entre o Papa Urbano II, nascido na região do Marne, e o Imperador Henrique IV era muito tenso, porque o imperador ainda apoiava o antipapa que indicara. Portanto, pouca cooperação poderia ser esperada do Sacro Império Romano Germânico, apesar de Godfrey de Bouillon, da poderosa dinastia da Bolonha e o líder mais famoso da primeira cruzada, fosse, como duque da baixa Lorraine, tecnicamente, um cavaleiro alemão. A Sicília normanda enviou uma força

de apoio importante sob o comando de Bohemond de Taranto, o filho mais velho de Robert Guiscard, que perdera a maioria dos territórios que herdaria para os bizantinos. De todas as cidades portuárias do norte da Itália só Gênova cooperou imediatamente; seus navios garantiriam o abastecimento dos “francos” durante a cruzada. Marceneiros genoveses fabricaram o equipamento necessário para o cerco à Antioquia e, junto com navios ingleses, forneceram a madeira para a construção de torres e catapultas antes do ataque decisivo a Jerusalém. Além disso, em 1104 Gênova proporcionou uma ajuda valiosa à conquista do Acre. Os genoveses e, mais tarde, os habitantes de Pisa, receberam uma excelente remuneração pelos serviços prestados às cruzadas, acima de tudo na forma de privilégios comerciais e propriedades nas regiões conquistadas. O envolvimento dos venezianos foi mais limitado, porque eles estavam mais interessados em manter seus rivais afastados da região que o imperador lhes concedera o monopólio. Os venezianos eram os únicos estrangeiros que tinham um bairro próprio em Constantinopla. O sucesso da primeira cruzada foi quase um milagre. Depois de ter aos poucos atravessado o Bósforo, na primavera de 1097, o exército dos cruzados imediatamente obteve uma vitória importante ao derrotar Kilij Arslan, o sultão dos seljúcidas do sultanato de Rum, nas muralhas de Niceia. Mas logo depois o exército dos cruzados enfrentou uma travessia desastrosa durante o verão na Anatólia, com um clima quente e seco. Porém, no outono, por dois golpes de sorte, os cruzados conquistaram duas cidades importantes: primeiro a cidade armênia de Edessa, dominada pelo irmão de Godfrey de Bouillon, Baldwin de Bolonha, que conseguira o apoio da Armênia; em seguida, Antioquia, uma fortaleza inexpugnável, conquistada com um artifício astucioso e traiçoeiro pouco antes da chegada de uma grande força de apoio turca. Edessa e Antioquia foram os primeiros territórios ou Estados das cruzadas no Oriente Médio; o condado de Edessa permaneceu sob o domínio do Ocidente até 1144, e o principado de Antioquia, cujo primeiro governante foi Bohemond de Taranto, continuou sob o controle dos exércitos dos cruzados até 1268.

Jerusalém foi conquistada em 15 de julho de 1099, depois de um cerco de menos de cinco semanas. Godfrey de Bouillon se autoproclamou “defensor da Igreja e do Santo Sepulcro”, o que lhe granjeou um grande renome pessoal. Sem dúvida, isso foi bom para a salvação de sua alma, porque ele morreu no ano seguinte. Seu irmão Baldwin o sucedeu com o título de “rei de Jerusalém”, libertando-se de sua dependência do papa. Os reis que promoveram as cruzadas em Jerusalém não usufruíam de qualquer supremacia sobre os outros governantes latinos na região. Um quarto Estado, o condado de Trípoli, foi fundado por Raymond de Toulouse e atraía como um ímã os comerciantes italianos. Em 1187 ele passou a integrar o prin-

cipado de Antioquia. Durante os 20 primeiros anos os “francos” lutaram ferozmente para conquistar as cidades ao longo da costa. A cidade de Acre foi dominada por eles em 1104, Sidon e Beirute em 1110, e Tiro em 1124. O apoio e o abastecimento das frotas italianas desempenharam um papel essencial nessas conquistas.



Mapa 10.2 Estados das cruzadas em torno de 1150

As relações entre os bizantinos e os cristãos latinos eram problemáticas, apesar das boas intenções do imperador e do papa. Além disso, era difícil discernir os sentimentos de solidariedade mútua entre os governantes latinos. Depois das grandes conquistas uns 100 cavaleiros “francos” e cerca de mil soldados da infantaria permaneceram nas regiões conquistadas, mas as coalizões que fizeram para sobreviver e prosperar não constituíram um bloco homogêneo que poderia enfrentar os mulçumanos ou os bizantinos. Diversos tipos de associações foram formados independentes das crenças religiosas. A partir de 1128 houve uma cooperação estreita entre os mulçumanos do norte da Síria e da Mesopotâmia, na qual estes últimos conquistaram Aleppo e os estados latinos de Antioquia e Edessa. No sul da Síria uma coexistência pacífica desenvolveu-se na cidade inexpugnável de Damasco.



Ilustração 10.1 Krak des Chevaliers (acima) construída no condado de Trípoli depois da primeira cruzada. Essa fortaleza tinha a capacidade de abrigar dois mil cruzados. A arquitetura do "Gravensteen", o castelo dos condes de Flandres em Bruges (abaixo), inspirou-se no Krak.

A colonização latina em geral limitou-se às cidades, porque os ocidentais não eram numerosos e, portanto, precisavam da proteção das robustas muralhas das cidades. Eles colonizaram esporadicamente os vilarejos, sob a proteção dos castelos. As fortalezas chamadas de *kraks* situavam-se em lugares altos e enfrentavam bem os cercos dos muçulmanos. Mais tarde, as fundações religiosas formaram algumas propriedades com vinhedos, plantações de cana-de-açúcar e anileira, e cultivo de grãos. Os "francos" da Síria e da Palestina não criaram um sistema feudal amplo com base na posse da terra, como o que existia em seus países de origem. O número reduzido de homens obrigou os "francos" a criarem regras de sucessão bastante flexíveis em favor de filhos e filhas mais jovens, o que dificultou o acúmulo de propriedade, ao passo que a luta contínua causava um ambiente de incerte-

za. Os cavaleiros uniam-se aos senhores feudais mais poderosos mediante “empréstimos em besantes”, arrendamentos pagos em moedas de ouro; os besantes, moedas de ouro do Império Bizantino, eram imitados localmente. Assim, o nível maior de monetização no Oriente compensou o controle menor sobre a propriedade da terra segundo os padrões ocidentais. Os cavaleiros e as ordens religiosas ajudaram a consolidar a presença latina na Terra Santa. Além dos novos e já existentes mosteiros e hospitais, foram criadas ordens militares (ver Capítulo 7). O número de cavaleiros que oferecia seus serviços a essas novas ordens aumentou rapidamente, e elas começaram a receber presentes de devotos. Um complexo sistema bancário desenvolveu-se a fim de transferir esses bens do Ocidente para o Oriente.

Os peregrinos que iam para a Terra Santa podiam “comprar” um crédito em uma dessas ordens, em Paris ou em Londres, por exemplo, e assim disporiam de moeda local quando chegassem em segurança a Jerusalém – uma espécie de cheque de viagem primitivo.

As ordens militares constituíram as maiores concentrações do poder latino no Levante. Elas acumularam propriedades enormes e fortunas, tanto no Ocidente quanto no Oriente. No final do século XII, os Templários possuíam cerca de 20 fortalezas ao norte de Trípoli, em uma das quais abrigava 1.700 soldados. Além de seus cavaleiros fortemente armados e um treinamento sólido, eles também recrutavam mercenários mulçumanos, cuja motivação era mais por dinheiro do que em defesa da fé.

A terceira categoria de colonizadores latinos no Oriente, depois dos cavaleiros e das ordens militares, foi a dos comerciantes italianos. Eles beneficiavam-se com a proteção militar oferecida pelas fortalezas latinas e aceitavam recompensas significativas por seus serviços. Um excelente exemplo dessa troca de favores foi o acordo que o doge de Veneza fez com representantes do rei em Jerusalém em 1123. Com a intenção de conquistar o porto de Tiro, ainda sob o domínio islâmico, os venezianos insistiram em ter uma autonomia comercial legalizada em todas as cidades do reino e vantagens fiscais, em troca do apoio de sua frota. Caso Tiro e Ascalon fossem conquistadas, um terço dessas cidades pertenceria a eles em caráter permanente.

BOXE 10.1 PROTEÇÃO LEGAL AOS COMERCIANTES ESTRANGEIROS

Carta de Al-Abbas, vizir do califado fatímida de Al-Zafir, para o arcebispo da comuna de Pisa, de 17 de fevereiro de 1154:

“(…) Seu embaixador Raynerio Botaccio procurou-nos para entregar cartas do arcebispo Villano, do cônsul e de cidadãos proeminentes da

cidade de Pisa. Nelas Vossa Eminência comunica que os comerciantes de sua cidade, seus irmãos e parentes a quem nos enviou como um filho para o pai, no ano passado haviam sido presos e privados de grande parte de suas mercadorias, o que não convém a esse enorme reino, muito maior que qualquer outro na Terra.

Por esse motivo, enviou esse emissário com um esplendor que só usa em ocasiões especiais, com um galeão em vez de um navio comum, a fim de chegar a um acordo segundo seu julgamento...

Explicamos ao seu embaixador que sua queixa não se baseia em fatos reais. Fomos informados de que nossos mercadores em Alexandria, que embarcaram de boa-fé no mesmo navio que seus comerciantes, foram assassinados traiçoeiramente. Eles foram informados de que piratas francos tinham sido avistados e, então, desceram para o casco do navio onde um a um foram jogados no mar. Em seguida, seus homens apoderaram-se de suas mulheres, crianças e propriedades. A lei e o acordo comercial firmado entre nós preveem a prisão de pessoas culpadas e de seus cúmplices, e só libertaremos seus comerciantes que estão em nossas terras quando nos entregar os criminosos, junto com compensação às famílias das vítimas... Seu embaixador também reclamou que muitos de seus compatriotas estão presos em nossas prisões. Respondi-lhe que esses pisanos haviam sido presos quando guerreavam contra nós em aliança com os francos, a quem ajudavam e davam suprimentos. De acordo com nosso tratado, os pisanos que foram encontrados no mesmo navio dos francos receberão o mesmo tratamento destes últimos...

Depois de longas negociações conosco e com seus compatriotas, seu embaixador nos prometeu total lealdade e que não haveria ameaças de qualquer espécie a nossos súditos. Eles não mais se aliariam aos francos, ou com nossos possíveis inimigos na terra, no mar, ou em nossos portos. Além disso, não realizariam qualquer ação inimiga contra nosso exército, por sua própria iniciativa ou em colaboração com outros. Seus comerciantes não poderiam trazer francos da Síria para nosso califado disfarçados de mercadores...

Agora estendemos a vocês o privilégio de vir a Alexandria, a fim de comercializar ouro, prata e outros negócios e de morarem em seu *funduq*. Vocês têm permissão de transportarem tudo o que quiserem vender a qualquer lugar de nosso império mediante o pagamento de 12% de impostos aduaneiros e também de levar mercadorias para seus mercados com um preço justo, com exceção da madeira, ferro ou resina de pinheiro... E por intermédio desse documento confirmamos todos os privilégios já concedidos aos comerciantes de Pisa e, em acréscimo, lhes concedemos um *funduq* no Cairo com a isenção de impostos sobre a prata" (*Texto: CAHEN, C. Orient et Occident au Temps des Croisades*. Paris, 1983. p. 228-230).

Os privilégios que os italianos conquistaram eram mais atraentes no papel do que na realidade. Os longos anos de guerra haviam interrom-

pido as relações comerciais, em especial as atividades mercantis realizadas no interior do Oriente Médio e no Extremo Oriente, locais onde os ocidentais tinham mais interesse. Assim, durante a primeira metade do século XII, o Egito continuou a ser a conexão comercial mais importante. Portanto, a importância comercial dos novos povoamentos latinos no Levante nesse período não deve ser superestimada. Os documentos resgatados que descrevem as transações comerciais ultramarinas revelaram como o monopólio comercial de Bizâncio era importante para os venezianos, ao passo que Gênova concentrava mais seu comércio no Egito. Os genoveses também mantinham relações comerciais intensas com a Sicília, onde, entre outras mercadorias, eles compravam grãos e vendiam tecido de Flandres, e mais além, na parte ocidental do Mediterrâneo com Marselha, Sardenha, Almeida, Ceuta, Bugia e Túnis. Para Veneza e Gênova, o contato com os portos latinos no Oriente era importante, porém não era predominante.

A Antioquia, Tiro, Acre, Chipre e Armênia Menor eram agora grandes entrepostos comerciais construídos pelas cidades italianas; elas exigiam uma jurisdição exclusiva nesses entrepostos e enviavam seus representantes como administradores (cônsules ou *bayles*). No padrão do *funduq* das regiões mulçumanas, esses entrepostos comerciais eram blocos de casas ou quarteirões inteiros de uma cidade, onde os comerciantes estrangeiros estoavam suas mercadorias em armazéns, tinham suas casas, igrejas, casas de banho, fornos, prédios administrativos e tribunais e, com frequência, uma torre de observação e uma cerca. Eles tinham total autonomia administrativa e judiciária, além de preservar sua cultura em seu grupo. No Acre, que se tornou a capital do reino depois da perda de Jerusalém em 1187, os três *fondachi* italianos (o equivalente italiano do *funduq*) dominaram a vida econômica da cidade inteira. Os genoveses, venezianos e pisanos tinham 6, 5, 4 e 3 hectares de terra em Acre, respectivamente, onde as caravanas chegavam do interior, os navios ancoravam e os artesãos e cambistas estabeleceram seus negócios.

Essa colonização constituiu uma tendência constante de expansão ocidental, enquanto as cruzadas, apesar de seus feitos grandiosos, não foram muito eficazes em suas fases de concentração. Embora as relações comerciais antes de 1096 não possam ser subestimadas e as primeiras décadas do século XII não tivessem o foco principal no Oriente latino, não se pode negar que as cruzadas deram um novo impulso à expansão comercial no Ocidente. O comércio marítimo italiano recebeu novas funções no apoio logístico aos fiéis ultramarinos, e os comerciantes italianos tiveram oportunidades fantásticas de explorar novos mercados. Por esse motivo, eles não tiveram dificuldade em acrescentar produtos do Oriente

aos seus suprimentos, quando o Egito encerrou as relações comerciais com eles. Esse expansionismo ocidental era enervante, em especial para os bizantinos, que haviam pensado que as cruzadas restaurariam seu império, e não que haveria competição dos latinos em seu território. Os pisanos e genoveses seguiram o exemplo de Veneza e adquiriram direitos comerciais em Constantinopla. Em 1182 houve um movimento de oposição e eles foram destruídos.

AS ÚLTIMAS CRUZADAS

A ascensão ao poder da dinastia de Zengi, o governante turco de Mosul e Alepo, no norte do Iraque, provocou a segunda cruzada (1146-1148), depois que Zengi invadiu o condado cristão de Edessa e conquistou sua capital. A cruzada, agora liderada pelos reis da Alemanha e da França, visava reconquistar Edessa e atacar Damasco, mas ela foi um fracasso sob todos os aspectos, e o condado de Edessa jamais foi reconquistado. Uma nova ameaça surgiu para os cruzados remanescentes quando o filho de Zengi, Nur ed-Din, conquistou o Egito em 1171, unindo-o à Síria. Quando Nur ed-Din morreu, três anos depois, Saladino, o vizir (governador) curdo do Egito, deu um *coup d'état* bem-sucedido e tornou-se o novo líder do Egito e da Síria. Em seguida, ele se aproveitou de uma luta feroz pelo trono de Jerusalém entre diversas famílias nobres "francas" e seus seguidores. Em 1187 Saladino destruiu um exército dos cruzados em Horns de Hattin, um planalto árido acima do Lago Tiberíades e logo depois capturou Jerusalém. Quase toda a Palestina foi conquistada por Saladino. O império de Saladino permaneceria sob domínio de sua dinastia, os aiubidas, por mais de 50 anos, porém sem nunca alcançar um alto grau de centralização.

As notícias da conquista de Jerusalém por Saladino em 1187, segundo as fontes contemporâneas, causaram a morte do Papa Urbano III, o que levou seu sucessor a pedir a todos os príncipes católicos que abraçassem a causa da fé cristã. Ele lhes permitiu que arrecadassem um décimo dos rendimentos da Igreja em seus reinos para apoiar o projeto de lutar contra os infiéis mulçumanos. Em maio de 1189, o Imperador Frederico Barbarossa, à época com 66 anos, assumiu o comando de um enorme exército em Regensburg. Os reis da França e da Inglaterra, Felipe II Augusto e Ricardo Coração de Leão, levaram mais de dois anos para encerrar suas rivalidades antes de unirem-se ao movimento de ataque à Palestina. Algumas fontes mencionam que as forças de Frederico Barbarossa contavam com 100 mil homens, um exagero evidente, mas mesmo 15 mil homens seria um número excessivo e teria criado enormes problemas logísticos. A ameaça de Frederico de conquistar o Império Bizantino se este não

apoiasse os cruzadores, resultou em mais do que uma submissão imediata do imperador bizantino. Frederico enfrentou terríveis dificuldades em entrar com seu exército no território de Bizâncio. As forças alemãs arrasaram Tessalônica e Adrianópolis. Ficou claro, especialmente para os papas, que os Hohenstaufen ambicionavam o poder universal com a restauração de um império romano unido. A morte do imperador por afogamento em 1190 interrompeu esse projeto à época, mas reapareceria sob Frederico II. Depois que uma parte do exército alemão voltou para o território do império após a morte de Barbarossa, o restante prosseguiu sob o comando de seu filho, Frederico da Suábia. Esse exército reuniu-se às tropas francesas e inglesas que reconquistaram a cidade de Acre em julho de 1191, depois que os ingleses capturaram a ilha de Chipre dos bizantinos. Frederico da Suábia morreu de uma doença contagiosa durante o cerco à cidade. Felipe Augusto, depois de realizar feitos espetaculares de bravura, voltou para a França porque queria dominar o condado de Vermandois, que retornara à Coroa devido à morte de seu herdeiro, Conde Felipe de Flandres, no cerco à cidade de Acre. Ricardo Coração de Leão aproximou-se duas vezes das muralhas de Jerusalém, porém nas duas ocasiões decidiu recuar, porque julgou que um ataque à cidade seria imprudente sob as circunstâncias do momento. Por fim, ele contentou-se com um acordo que permitiu o acesso dos peregrinos a Jerusalém. Nesse contexto, a terceira cruzada não foi um grande sucesso, embora tenha recapturado as cidades costeiras da Palestina, e a conquista de Chipre garantiu a presença dos “francos” no Oriente Próximo por mais um século.

A quarta cruzada (1201-1204) revelou a falta de coordenação da política ocidental em relação à Palestina. O imperador de Bizâncio tornara-se o principal inimigo do Ocidente e, depois de sua experiência com Frederico Barbarossa em 1190, ele não mais permitiu que os cruzados atravessassem seu território. Agora que os cruzados foram obrigados a fazer viagens marítimas, Veneza viu uma oportunidade única de ter um papel decisivo nos acontecimentos. O primeiro objetivo foi arquitetar uma mudança de poder em Constantinopla. Antes do embarque dos cruzados, os venezianos decidiram que eles teriam direito a três quartos da pilhagem, três oitavos das conquistas territoriais e metade da participação no conselho que escolheria o novo imperador de Constantinopla. Em 1204, os cruzados conquistaram a orgulhosa capital do Império de Bizâncio, onde estabeleceram seu império latino, que se estendia por grande parte da Grécia e que se manteve no poder até 1261.

O desvio da quarta cruzada de sua meta verdadeira levou o Papa Inocêncio III a sugerir no IV Concílio de Latrão, realizado em 1215, que uma nova cruzada deveria ser organizada o mais rápido possível. Prelados da

Síria participaram do concílio. A data da partida da nova cruzada seria em 1º de junho de 1217. A mobilização maciça teve um sucesso modesto com a captura da fortaleza em Monte Tabor e, assim, o Acre não ficou mais ameaçado. Em seguida, o objetivo da cruzada voltou-se para o Egito, o reduto do poder mulçumano no Oriente Médio. Em fevereiro de 1218 os “francos” cercaram o Porto de Damietta, na foz do Nilo. A cidade foi conquistada após 22 meses, com suas tropas exaustas e o povo faminto, mas em 1221 os “francos” perderam o domínio da cidade.

O Ocidente tinha uma grande expectativa de que o Imperador Frederico II se reuniria à cruzada, como prometera no dia de sua coroação. No entanto, visões diferentes das relações entre os mundos árabe e grego, além do seu relacionamento tenso com os papas, retardaram a sua decisão. Finalmente, sua esquadra partiu em 1228. Frederico estava acompanhado apenas por uns 100 cavaleiros; em razão de seu conhecimento da língua e da cultura árabe ele assinou um tratado de paz com o sultão, no qual o rei cristão de Jerusalém teria de novo autoridade sobre a cidade e em alguns lugares no litoral. Mais uma vez a cidade de Jerusalém foi controlada por um governo cristão, com a exceção dos lugares sagrados do Islã no Monte do Templo. Os peregrinos cristãos poderiam visitar o Santo Sepulcro caso se comportassem com respeito e discrição. Por sua vez, os mulçumanos teriam o direito de manter suas leis. Essa paz, que perdurou por 10 anos, foi respeitada por ambos os lados, porém, a disputa em torno da maioria das cidades sagradas da cristandade e dos lugares sagrados do Islã foi vista como um ato desprezível de traição pelos cristãos e mulçumanos. Frederico foi coroado rei de Jerusalém na Igreja do Santo Sepulcro, demonstrando seu vínculo direto com Deus. Fora exatamente isso que o papa temera e o que o levava dois anos antes a excomungar o imperador.

Logo depois desses 10 anos de paz, realizou-se a sexta cruzada, de 1239 a 1240. Como o imperador recusou-se a participar, a cruzada foi conduzida por Teobaldo IV de Champagne, rei de Navarra, e por Ricardo da Cornuália, conde de Poitou. Mais uma vez os sucessos militares limitaram-se a retomar as antigas posições. O papel crescente da diplomacia superou o da força. Os cristãos aliaram-se a um dos príncipes mulçumanos rivais e tentaram provocar um conflito entre a Síria e o Egito. Esse jogo de poder terminou em 1243, quando um enorme exército do governante da dinastia aiubida da Síria, as-Salih, e seus aliados do norte da Pérsia avançou pelo Vale Bekaa em direção a Jerusalém, com assassinatos até mesmo na Igreja do Santo Sepulcro. Em outubro de 1244, o exército cristão perdeu milhares de homens. O Império Latino nunca se recuperou após essa ofensiva.

Luís IX da França assumiu o controle e embarcou suas tropas para o Chipre em 1248. Em maio de 1249 ele organizou um exército internacional com mais de 2.500 cavaleiros, cinco mil arqueiros e 15 mil homens. Sua meta dirigiu-se de novo ao delta do Nilo. Damietta foi conquistada rapidamente, mas em seguida o exército sofreu perdas devido ao escorbuto e à fome. Em abril de 1250 Luís decidiu retornar a Damietta. Com disenteria ele foi capturado pelos egípcios junto com seus milhares de homens. O resgate pedido para libertá-lo equivalia à receita de um ano da Coroa francesa. Sob pressão, os Templários concordaram em fazer o primeiro pagamento. Quando os prisioneiros cristãos não foram libertados como previa o acordo, Luís decidiu partir para Jaffa. Durante os quatro anos passados na Palestina ele estabeleceu a paz entre os governantes latinos e contribuiu para a consolidação de lugares ameaçados pelo sultão do Egito. No entanto, esse investimento financeiro e humano excepcional só resultou em desapontamento para a França. A segunda cruzada empreendida por Luís foi ainda mais desastrosa e terminou com sua morte em Tûnis, em 1270, onde ele procurava organizar uma base operacional para seu exército enfraquecido pela doença. O Rei Eduardo I da Inglaterra seguiu para Acre. A ideia das cruzadas ainda não desaparecera, mas quando os cristãos foram obrigados a sair de Acre, a última cidade latina, em 1291, não houve mais qualquer reação eficaz do Ocidente.

A Disseminação da Fé e a Colonização

Durante dois séculos houve uma grande migração de pessoas, e investimento em serviços e capital para o Oriente. Sem esse processo o Ocidente teria sofrido grandes tensões internas. O Império Latino criado em 1204 permitiu que os venezianos construíssem sua rede comercial em entrepostos no Mar Egeu e no Peloponeso. Depois de 1212 os venezianos fundaram uma colônia em Creta. A ilha dividiu-se em seis partes, segundo o modelo das “seis partes” de Veneza, e os venezianos criaram uma hierarquia da igreja latina. Os venezianos dominaram a ilha até 1669. Eles plantaram cana-de-açúcar (o nome da capital, Candia, tornou-se um nome genérico para “candy”), e mais tarde colonizaram outras ilhas, como Euboia no Mar Egeu, com base em uma economia agrícola e trabalho escravo. Assim, bem antes de 1300, as cidades comerciais do Mar Mediterrâneo já tinham um movimento de colonização, que continuou sem nenhuma interrupção grave até o século XV ao longo da costa da África e no além-mar. Desenvolveram-se duas formas de colonização: redes de entrepostos comerciais em rotas ultramarinas distantes e povoamento de colônias onde os escravos

trabalhavam nas plantações agrícolas. A primeira forma constituía os vínculos entre os circuitos comerciais regionais, que ofereciam diversos tipos de mercadorias.

O Império Bizantino dividiu-se em pequenos principados ao longo da costa sul do Mar Negro e do Mar Egeu até Smyrna. A grande rivalidade tradicional de Veneza, e Gênova apoiou os governantes desses principados, permitindo-lhes fundar entrepostos comerciais com direito de monopólio no Mar Negro, em Trebizonda, em Tana, na foz do Don, no Mar de Azov e, acima de tudo, em Kaffa, na Crimeia, onde instalaram um cônsul em 1281. Por intermédio desses lugares eles tinham um suprimento de escravos e podiam explorar as estradas para os canatos mongóis e a China, de onde traziam seda e especiarias. Devido ao apoio dado aos imperadores ortodoxos que recuperaram o controle de Constantinopla; aos genoveses foi concedido um povoamento importante em Pera, na Horda Dourada do lado oposto a Constantinopla, e também na Ilha de Quios. Isso representou um enorme progresso para o Ocidente, porque do ponto de vista econômico eles controlavam toda a região do Mediterrâneo e grande parte do Mar Negro. Os italianos eliminaram a intermediação dos mulçumanos no comércio com o Extremo Oriente. Na região ocidental do Mediterrâneo os genoveses, os pisanos e os habitantes de Barcelona criaram conexões similares com as rotas das caravanas que traziam ouro do Senegal, através do Saara.

Os acontecimentos no mundo islâmico durante o século XIII foram mais influenciados pelas invasões mongóis do que pelas cruzadas. Primeiro, Genghis Khan (c. 1167-1227) destruiu o império persa dos xás Khwarazm em 1220. Depois, em 1253, o neto de Genghis Khan, Hulagu, o governante mongol da Pérsia, invadiu o Iraque e a Síria com um enorme exército. Cinco anos mais tarde ele conquistou Bagdá, onde atacou com extrema violência o último califa da dinastia dos abássidas, que morreu junto com milhares de vítimas. Alepo e Damasco foram conquistadas logo depois, mas em 1260 os mongóis foram derrotados em Ayn Jalut pelo exército do sultão do Egito. Os mongóis nunca governariam a Palestina, porém sua derrota prenunciou o final das últimas cruzadas. A expectativa original dos cristãos de consolidar suas posições frágeis com a ajuda dos mongóis dissipou-se.

Os novos governantes da região foram os mamelucos, cavaleiros de origem turco-egípcia que exerceram um papel crucial na guerra do Egito. Em 1250 um ataque dos mamelucos terminou com o domínio dos governantes da dinastia aiubida. O Egito, a Síria e a Palestina foram governados por generais mamelucos, que adotaram o título de sultão. De 1516 a 1520, o sultanato foi incorporado ao Império Otomano.

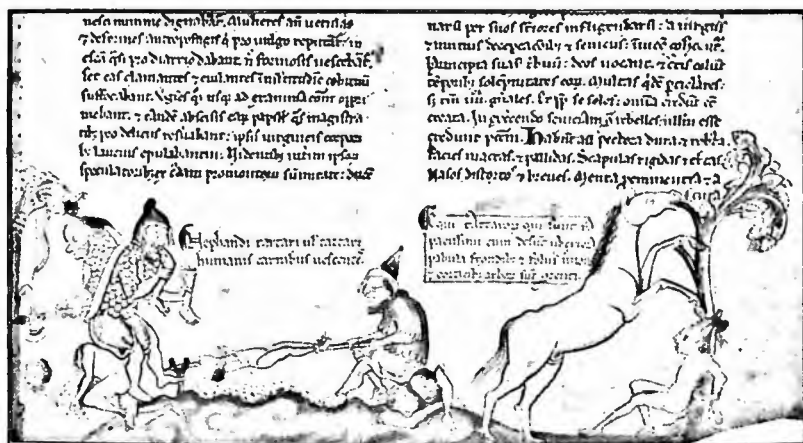


Ilustração 10.2 Descrição das ideias ocidentais sobre os mongóis

A estagnação da colonização da Terra Santa depois do século XIII deu um novo impulso aos movimentos de colonização de regiões periféricas do continente europeu. Essa conexão é claramente visível entre os cidadãos de Bremen e Lübeck, que, primeiro em Jerusalém e mais tarde em Acre, mantinham um hospital para os peregrinos. Em Acre tinham um bairro exclusivamente para eles. Nessa cidade eles criaram uma ordem religiosa de cavaleiros cujas regras foram aprovadas pelo Papa Inocêncio III em 1199. Essa Ordem Teutônica adquiriu propriedades consideráveis no Oriente e no Ocidente. Após 1211 seu foco principal foi a proteção ao Cristianismo nas fronteiras orientais da Europa. Nesse ínterim, em 1197, o bispo de Riga fundou outra ordem de cavaleiros com o nome sugestivo de “Irmãos Livônios da Espada”, criada especificamente para eliminar os pagãos letões e livonianos. A partir de 1230, os bispos alemães iniciaram uma cruzada permanente contra os povos do Báltico e os eslavos. As duas ordens militantes tinham direitos políticos, legais e materiais para disseminar o Cristianismo pela força das armas nas regiões pouco povoadas da Europa central e oriental, e de usurpar a terra e a liberdade dos habitantes.

A Ordem Teutônica ocupou as planícies férteis do Rio Vístula e fundou uma série de cidades no local entre 1231 e 1237. Essas cidades disputavam-se como um tabuleiro de xadrez e eram habitadas por cristãos da região linguística do Baixo Alemão, a oeste. A população nativa prussiana era obrigada a pagar aluguéis em forma de produtos ou serviços para a Ordem. Outros habitantes passaram a trabalhar como servos nas grandes

propriedades de cultivo de grãos em larga escala. No século XV essa produção de grãos ajudaria a reduzir a escassez de víveres na Europa ocidental nos anos de más colheitas. Isto era uma típica economia de exportação dominada por uma classe superior de estrangeiros. Os cavaleiros eram geralmente recrutados entre a pequena nobreza alemã, parcialmente livre, de clérigos que, assim, atingiam o ideal do *Drang nach Osten* ("Ímpeto de ir em direção ao Oriente"). Milhares de vilarejos foram fundados dessa forma por grupos de imigrantes do Ocidente, cujas leis consuetudinárias flamengas, holandesas, de Brabante ou da Alemanha ocidental eram muitas vezes reconhecidas; sua língua e cultura e, em especial, nomes de lugares, como Flandres e Holanda, também deixaram traços permanentes nas regiões que povoaram. Houve movimentos de expansão análogos em outros lugares, como na Península Ibérica, com a Reconquista cristã e sob os reis anglo-normandos, que estenderam seus domínios para as regiões de fronteira das ilhas britânicas.

Nessa batalha maciça de disseminação do Catolicismo, a religião exercia um papel mobilizador. No entanto, nem sempre o fator religioso foi decisivo em todos os aspectos. Tanto do lado dos mulçumanos quanto dos cristãos (mesmo dos católicos) havia uma ausência evidente de solidariedade. Os califas de Bagdá pouco ajudaram seus fiéis na Síria; o principal interesse deles foi o de manter ou recuperar sua autoridade. Os almôades na Península Ibérica não tinham interesse pela luta no Levante. Por sua vez, os sérios conflitos entre cristãos também eram bastante visíveis e resultaram em uma guerra entre latinos e gregos e, por fim, causaram o declínio do Império Bizantino. Os príncipes latinos e as cidades comerciais latinas estavam tão ocupados com suas disputas que perderam boas oportunidades e prejudicaram-se em seus negócios. Entretanto, foram essas divisões típicas de poder – a Igreja, os príncipes, os comerciantes e as características diversas dos dois últimos – que fomentaram um sistema mais dinâmico, flexível e, portanto, mais durável do que os domínios ortodoxos do Cristianismo ou do Islamismo. Em longo prazo, o sistema ocidental de esferas autônomas de poder da religião, do governo do Estado e da economia de mercado, além das duas formas de colonização, as colônias agrícolas e os entrepostos comerciais, predominaram no mundo, e suas origens encontram-se nos acontecimentos descritos neste capítulo.

INÍCIO DE UMA REVOLUÇÃO COMERCIAL

A relativa autonomia das cidades em relação às autoridades eclesiásticas, feudais ou monárquicas foi determinante para o "milagre europeu",

a superioridade que o noroeste da Europa adquiriu a partir do século X até o século XIX sobre outros continentes, revertendo uma situação de atraso anterior. Em razão da liberdade relativa, consequente das diversas jurisdições, foi possível estabelecer o desenvolvimento de um conjunto de normas e valores de organização empresarial e de consumo nas cidades. Em parte isso foi uma busca racional e ilimitada de riquezas materiais por meio da acumulação e do reinvestimento dos lucros obtidos com o comércio.

R. S. Lopez, o historiador econômico ítalo-americano, certa vez caracterizou esse movimento como uma “revolução comercial”, uma inovação, cujos efeitos foram similares aos da Revolução Industrial. Começando com a Itália durante o século X, ele observou como o comércio obteve um controle ainda maior do processo de produção, na mentalidade das pessoas e no estilo de vida em geral. Surgiram inovações de amplas consequências no tráfico e no transporte, nas aptidões comerciais, nos produtos disponíveis, na estrutura do meio ambiente e nas instituições. Muitas dessas inovações foram inéditas e ainda existem: sistemas contábeis, crédito, seguro, letras de câmbio, sistema bancário, empresas acionárias, ou seja, uma mentalidade capitalista. Nesse processo a Itália exerceu um papel crucial na revolução comercial, que a Inglaterra desempenharia mais tarde na Revolução Industrial.

As causas dessas inovações foram complexas e fortaleceram-se mutuamente. Assim como o crescimento demográfico foi uma força motriz no progresso da agricultura, a agricultura por sua vez constituiu a base essencial para a revolução comercial. O crescimento regular da produção agrícola beneficiou-se com a crescente estabilidade política em nível local. A interrupção das conquistas externas contribuiu para a consolidação do crescimento. O papel pioneiro da Itália foi resultado de seus contatos com as regiões litorâneas prósperas do Mediterrâneo. A escassez de matéria-prima (madeira, lã de alta qualidade, minerais) obrigou-a a explorar possibilidades no além-mar à medida que a população aumentava. O crescimento interno e acontecimentos externos, a economia e a política foram responsáveis pelo dinamismo da economia da Europa ocidental.

O aumento gradual da produção agrícola foi, sem dúvida, uma pré-condição da comercialização, visto que resultava em excedentes que circulavam entre os diversos locais. Nas regiões que foram por natureza, especificamente adequadas, havia o consumo de produtos especializados, como lã, sal, minerais ou vinho e, em outros lugares, gêneros alimentícios comuns. O surgimento da especialização também contribuiu para o comércio.

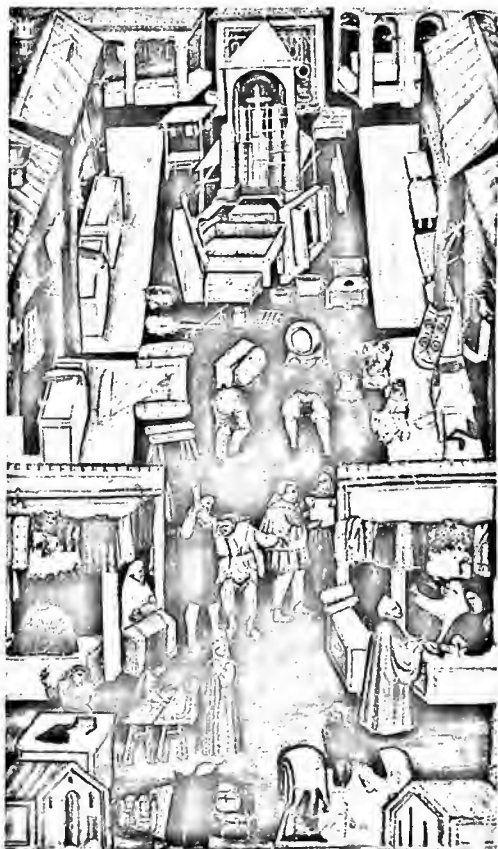


Ilustração 10.3 O mercado de tapeçaria em Bolonha no século XV. Miniatura de um livro de registro de uma guilda de tecelões

A comercialização foi fomentada por causas internas e externas. Já mencionamos a mudança de poder nas relações da Europa ocidental e as culturas ao redor. Essa parte do continente era consideravelmente mais atrasada do que a região do Mediterrâneo. Em torno do ano 1000 as áreas de liderança foram as bizantinas e mulçumanas. No norte da Europa, o sul da Escandinávia, que também mantinha contato com Bizâncio e a Pérsia através de rotas terrestres na Rússia, funcionava como um centro de desenvolvimento, embora em um nível muito mais primitivo. O comércio com as regiões mais subdesenvolvidas proporcionava matérias-primas, sobretudo madeira, que era extremamente escassa no mundo mulçumano, além de armas e escravos. O comércio periférico tinha uma dinâmica própria que

beneficiava em especial o sul da Itália e Veneza. Comerciantes de Amalfi instalaram-se em seu distrito em Constantinopla antes de 944, e havia centenas deles no Cairo. Em torno de 1070 eles construíram dois mosteiros e uma hospedaria para peregrinos em Jerusalém. Três anos depois os normandos conquistaram Amalfi, interrompendo seu crescimento comercial, mas não as relações entre a Sicília e o sul da Itália com o Oriente. Veneza devia sua ascendência aos vínculos fortes com Bizâncio, sua localização geográfica especial, e da indústria de sal e vidro. Por volta do ano 1000, os navios de Pisa e Gênova expulsaram os piratas mulçumanos e eliminaram os ataques na região do Mar Tirreno. Em 1015 Pisa conquistou a Sardenha e depois a Córsega. Na época da Reconquista na Península Ibérica e às vezes em ações coordenadas, os pisanos e genoveses capturavam mulçumanos na costa oriental, porém, isso não fazia diferença para o comércio regular. O papel crucial exercido pelos navios das cidades no norte da Itália ao transportar grandes exércitos para a Palestina e a Síria testemunha o nível de seu desenvolvimento. Mas esses marinheiros belicosos aproveitavam-se da situação e aceitavam recompensas significativas em troca de seus serviços e, depois, seguiam os cruzados e obtinham uma base de operações segura nos portos do leste do Mar Mediterrâneo. Em 1099, os navios de Pisa ganharam direitos comerciais em Antioquia e Laodiceia. Entre 1098 e 1110, os genoveses obtiveram concessões em Antioquia, Cesareia, Arsuf, Acre, Beirute, Gibelet e Laodiceia. Veneza já tinha uma posição segura no Império Bizantino, onde seus comerciantes estavam isentos do pagamento de todos os impostos e obrigações aduaneiras desde 1082. Em 1119 Veneza estabeleceu outra conexão sólida com Tiro.

Se olharmos sob a perspectiva das regiões centrais da área oriental do Mediterrâneo em torno do ano 1000, e não da visão da Europa ocidental e da história posterior, veremos que não há motivo para dar um significado especial a esses desenvolvimentos. Afinal, o mais alto nível de desenvolvimento concentrava-se nessa região mais próspera em todos os aspectos há oito mil anos. Ligeiras mudanças nos lugares e na autoridade territorial, ou até mesmo a supremacia temporária do Império Romano, não tinham basicamente afetado a situação. O grupo de "francos" bárbaros na Palestina jamais poderia enfrentar a força superior dos enormes exércitos mulçumanos. A armadura pesada dos ocidentais lhes dava alguma vantagem, mas não era adequada para cavalos árabes. Apesar de essa análise ser correta, ela não leva em conta os efeitos do crescimento que a intensificação das relações comerciais na Itália, na Catalunha e no interior do noroeste da Europa produziram.

Já houve muitas discussões sobre as origens do capital financeiro utilizado pelos primeiros comerciantes urbanos. Referindo-se à uma só descri-

ção da vida de São Godric, Henri Pirenne enfatiza o elemento da sorte. Em sua visão, os primeiros comerciantes eram pessoas sem raízes, no sentido mais literal da palavra, e que devido à expansão demográfica foram obrigadas a procurar um novo meio de vida fora da existência protegida dos domínios senhoriais.

As biografias de santos propiciaram informações confiáveis, que podem ser comparadas a fatos de outros tipos de fontes. O imposto de pedágio de Londres na época do Rei Ethelred II (978-1016) registrou a presença constante na cidade dos *flandrenses*, comerciantes flamengos, assim como pessoas de Liège, Hoei e Nijvel um século antes da existência de Godric na história de Pirenne. O acontecimento a seguir narrado em *Vita Sancti Bavonis*, a história da vida de São Bavo, também data da mesma época. Uma tempestade destruíra o barco de um comerciante que chegou em Ghent totalmente arruinado. Ao procurar consolo na igreja da rica Abadia de São Bavo, na confluência dos Rios Lys e Scheldt, ele viu um cálice de ouro no altar. O comerciante rezou para o santo implorando-o a lhe emprestar o cálice para que ele pudesse recomeçar seu negócio. Ele prometeu pagar muito mais do que o cálice valia se fosse bem-sucedido. É possível presumir que São Bavo tenha concordado com o pedido, porque algum tempo depois o comerciante reapareceu na igreja da abadia com uma peça muito mais valiosa do que o cálice que levava. Os monges piedosos viram nesse episódio outra prova das atividades de seu santo patrono. Por meio dessa história sabemos que em torno do ano 1000 Ghent era um dos lugares onde os mercadores chegavam de barco. Seu destino era incerto e eles poderiam perder toda a sua fortuna em uma tempestade, ou até mesmo a vida, porque viajavam com suas mercadorias. No entanto, com certa quantidade de capital inicial era possível ter um bom lucro em um curto espaço de tempo. Outras fontes da época revelam que Ghent realizava uma feira anual no dia 1º de outubro, dia da festa de São Bavo, na qual, além das cerimônias religiosas e peregrinações, havia também um próspero comércio inter-regional entre pessoas de diversos lugares.

Uma característica desse comércio, em comparação com a alta Idade Média, era que ele não se limitava mais a poucas mercadorias ou a um estoque pouco variado em pequenas quantidades e com um preço muito caro. Os comerciantes não vinham só de regiões distantes como a Síria. A partir do século XIII o comércio passou a ser de venda por atacado, e cada vez mais incluiu artigos de consumo do dia a dia, como tecidos, que por muitos séculos foram a fonte de riqueza do norte da França e de Flandres. Essa mudança só foi possível pelo aumento da demanda e do poder de compra, além da evolução dos meios de transporte que atendeu a esse crescimento.

A Revolução nos Transportes

A rede de estradas romana foi construída basicamente para permitir que o Estado cumprisse suas funções administrativas e militares. Até então as mercadorias volumosas tinham de ser transportadas por navio. Nos séculos posteriores nenhuma unidade política foi capaz de construir estradas em uma escala similar e com os mesmos padrões técnicos dos romanos. A modernização das estradas rurais limitou-se a pequenas áreas de cidades comerciais. As cidades medievais cresceram nos cruzamentos das estradas com os rios e foram expandindo-se e adaptando-se. Durante a primeira metade do século XIII houve diversas iniciativas importantes para regular o nível da água no Vale do Po e de ligar todas as cidades por canais. Em Flandres, na segunda metade do mesmo século, Ghent, Bruges e Ypres cavaram canais a fim de melhorar as vias de comunicação entre elas e, acima de tudo, de possibilitar o acesso ao mar. Florença, localizada à margem do Arno, com flutuações extremas dos níveis da água, elaborou um sistema de transporte para garantir o abastecimento de grãos e o suprimento de outras mercadorias volumosas. O trajeto de Porto Pisano a Signa, a 14 quilômetros de distância de Florença, feito em barcas de 10 metros de comprimento e três metros de largura, com baldeações para barcos menores, demorava três dias. Signa construiu armazéns e uma estrada pavimentada para transportar as mercadorias ao seu destino em vagões com quatro rodas. O custo desse meio de transporte significou que em 1284 o sal era 28% mais caro em Florença do que em Pisa.

No final do século XIV foi feita uma tentativa frustrada de construir uma estrada atravessando os 60 quilômetros de distância entre Lübeck e Hamburgo para suprimir a viagem ao redor da Jutlândia. O tráfego nos Alpes ficou mais fácil com construções de novas estradas em desfiladeiros e a melhoria das já existentes, primeiro a de São Bernardo e depois a de São Gotardo, em 1237. O alto custo desses empreendimentos só poderia ser recuperado através do imposto de pedágio do fluxo crescente do tráfego.

O preço de mercado estava sendo fortemente pressionado em razão dos diversos custos transacionais sobre as taxas que incidiam no custo das mercadorias entre o produtor e o consumidor. Os comerciantes, portanto, procuraram obter uma vantagem competitiva reduzindo o custo dessas transações. O embarque das mercadorias era feito em geral no litoral. Os chineses haviam inventado uma bússola rudimentar, que consistia em uma agulha magnética presa a uma imagem de um peixe ou de uma tartaruga flutuando em um pote de água ou encaixada na ponta de uma lança pequena. Durante o século XII os marinheiros europeus souberam da existência desse instrumento, porém, ele só foi aperfeiçoado no século XIV, quando

a agulha magnética foi montada em uma caixa com um eixo. O conhecimento de geografia dos mulçumanos era bem mais adiantado do que o do mundo cristão. No século XIII, por intermédio dos contatos com os mulçumanos, os italianos e catalães aprenderam a desenhar cartas náuticas chamadas mapas portolanos, que indicavam as rotas de navegação em todos os portos nos litorais conhecidos.



Ilustração 10.4 Mapa portolano de um atlas veneziano de c. 1400. Os mapas portolanos (cartas náuticas medievais) eram desenhados com a ajuda da rosa-dos-ventos. Eles ofereciam uma imagem detalhada do litoral e eram usados para indicar as rotas de navegação e calcular a distância entre dois portos.

A descoberta do leme ligado à popa de uma embarcação por um eixo ou uma haste vertical móvel introduzida no litoral do Mar do Norte, e que depois se difundiu no sul, foi ainda mais importante. O tipo mais usual de navio do norte da Europa era uma embarcação chamada *cog*, alta com um único mastro e uma proa arredondada, com 30 metros de comprimento, sete metros de largura e um calado de três metros, capaz de carregar uma carga de 200 toneladas. No Mediterrâneo, manteve-se a antiga tradição de barcos a remo com pouco calado impulsionados por 100 a 200 remadores. Embora fosse adequado a mares sem vento e calmos, esse tipo de barco não tinha muito espaço para cargas e era uma opção cara porque era preciso recrutar escravos e criminosos condenados como remadores, porém, eram perfeitos para transportar artigos de luxos. No transporte de mercadorias

volumosas os italianos começaram a usar a nave durante o século XIII; essa embarcação assemelhava-se ao navio *cog* mas tinha dois mastros e velas triangulares. No século XIV os italianos construíram a *coca*, uma embarcação que, com seu leme fixo e velas quadradas, se assemelhava ainda mais ao navio *cog* de um só mastro. Em torno de 1470 os genoveses foram os primeiros a diminuir suas tripulações e, ao mesmo tempo, aumentar o espaço de carga para 450 toneladas. Graças a essa vantagem técnica, eles foram os primeiros a navegar ao redor de Gibraltar até o Mar do Norte e aos portos de Sluis, Bruges e Southampton; a referência mais antiga a esse tráfego marítimo consta de um contrato notarial datado de 1277.

O espírito de renovação, aceleração, abertura e expansão que transpirou em todas essas inovações assemelha-se às viagens realizadas ao Extremo Oriente por membros de diversas ordens monásticas após 1240. Em uma delas, William de Rubroek, um franciscano flamengo, escreveu um relato detalhado de sua viagem em que comparou suas observações com as concepções geográficas originárias dos trabalhos de Isidoro de Sevilha. De 1232 a 1237 quatro frades dominicanos húngaros foram à região do Volga à procura das supostas raízes citas dos magiares. Um deles, o único sobrevivente, encontrou a “Magna Hungaria” em Bashkiria, a região entre o Volga e as montanhas do Ural ao sul, onde, segundo sua opinião, provavelmente correta, se falava uma língua associada ao húngaro. Ao voltar para o Ocidente esse frade foi a primeira pessoa a mencionar a invasão mongol iminente. As viagens de descoberta à China, como as realizadas pela família de comerciantes venezianos Polo entre 1270 e 1290, fortaleceram os contatos com os novos governantes mongóis da China. Essa mentalidade de descoberta e exploração de territórios desconhecidos levou capitães ocidentais a empreenderem viagens à costa ocidental da África nos séculos seguintes.

Progresso na Organização

A principal preocupação dos comerciantes era reduzir os riscos que ameaçavam eles próprios e suas mercadorias. Quando os comerciantes acompanhavam suas mercadorias eles procuravam viajar em grupos unidos por juramentos recíprocos de solidariedade e apoio. As guildas de comerciantes e as *hansas* atenderam basicamente a essa necessidade de segurança. Essas associações tentavam obter garantias de proteção legal e isenção de impostos de pedágio para seus membros dos governos locais em áreas comerciais importantes. Em teoria, os privilégios concedidos aos comerciantes estrangeiros significavam que eles usufruíam da proteção das autoridades e, portanto, podiam aplicar sua jurisdição para decidir suas disputas, ao passo que os conflitos com a população local

seriam resolvidos de acordo com a legislação mercantil internacional. Se não fosse possível resolvê-los, então se recorria a represálias como formas de pressão: um cidadão urbano ou rural em débito com o credor poderia ser preso, ou talvez seus bens fossem confiscados, para que a autoridade local o pressionasse a solucionar a questão. Essas medidas tinham uma tendência a se agravarem rapidamente e, por esse motivo, a solução de disputas comerciais às vezes era muito complicada e demorava anos até se chegar a um acordo.

Esse sistema de proteção aplicava-se aos comerciantes que viajavam por algumas semanas e aos que se instalavam temporariamente nas colônias. Os tabeliães genoveses registraram nos contratos firmados em 1197 5.261 vendas de tecido, nas quais 2.046 de comerciantes de Flandres, 1.942 de pessoas do norte da França e 258 de ingleses. Esses comerciantes estrangeiros deviam ser muito bem organizados para viajarem a lugares tão distantes com seus produtos. Algumas décadas depois, 198 comerciantes estrangeiros viviam em Gênova, dos quais 95 eram flamengos e 51 franceses. Esses comerciantes viviam juntos em um prédio, em uma rua ou um bairro, a fim de se protegerem e para que as autoridades locais pudessem controlá-los. Nos portos marítimos muçumanos, os italianos instalavam-se em um *funduq*, um bairro na cidade, com suas casas e armazéns. No litoral do norte da África, os venezianos e genoveses viviam em quarteirões murados, como em Tabriz. Em Bugia e Túnis, em 1261, os comerciantes de Barcelona tinham seus cônsules, uma jurisdição própria, um tabelião, lojas, uma padaria, uma estalagem e uma capela. Em 1228 os venezianos instalaram os comerciantes do sul da Alemanha no *fondaco dei Tedeschi*, perto da ponte de Rialto; o *fondaco dei Turchi*, ficava um pouco mais adiante do Grande Canal.

A criação de colônias comerciais exigia relações duradouras baseadas na confiança e nos interesses mútuos da população local e dos estrangeiros. A manutenção de uma colônia permanente no estrangeiro só se justificava quando havia um volume considerável de um comércio lucrativo. Duas rotas diferentes cruzavam esses lugares, como as caravanas da China e da Pérsia, que os cristãos encontravam nos portos da Síria e da Palestina, ou as rotas do sul da Rússia, da Bulgária e da atual Romênia para Kaffa, na Crimeia, ou Tana, no Mar de Azov.

O sistema italiano de colônias comerciais foi o mais extenso na Europa medieval. A partir do século XII, um sistema similar de povoamentos comerciais desenvolveu-se com colonos do norte da Alemanha na Escandinávia e na costa do Mar Báltico, embora em uma escala menor. O centro comercial mais importante foi a Ilha de Gotland, na costa oriental da Suécia, onde os dinamarqueses e alemães de Lübeck, e mais tarde da Vestfália,

fizeram contatos com comerciantes locais e estabeleceram relações comerciais com Novgorod (onde os alemães fundaram uma colônia em torno de 1190), com a Inglaterra e Flandres. Comerciantes de diferentes regiões organizaram-se para se proteger em determinadas estradas. Outras organizações comerciais similares constituíram-se em outros lugares durante os séculos XII e XIII, como, por exemplo, o comércio anglo-flamengo, e as feiras anuais em Champagne para o comércio de Flandres, Artois e Brabante. Essas organizações eram associações privadas formadas para proporcionar assistência mútua e que obtinham privilégios dos governos locais nas áreas em questão. Algumas dessas organizações eram chamadas de “guildas”, outras de “hansas”. A mais conhecida foi a Liga Hanseática alemã, uma reunião de antigas associações mercantis regionais de Lübeck, Vestfália, Saxônia e Prússia, criada no século XIII. Em 1356 a Liga Hanseática transformou-se em uma associação de cidades. No auge de sua atividade ela teve cerca de 200 cidades-membros de Novgorod via litoral da Escandinávia aos Países Baixos. Ela funcionou até 1669 em uma escala inter-regional para estimular os interesses comerciais dos cidadãos de suas cidades-membros, além de atuar externamente como uma entidade coletiva e pública. Os comerciantes da Liga Hanseática em Londres ficaram na siderurgia *Stahlhof*, perto do Tâmis, e em Bergen, na Noruega, *Tyske brygge*, o “porto alemão”. Estas cidades, juntamente com Novgorod e, sobretudo, Bruges, abrigaram os *kontors*, os principais entrepostos comerciais da Liga Hanseática fora do Sacro Império Romano Germânico. As autoridades locais perceberam que era vantajoso proteger os comerciantes estrangeiros e evitar que fossem saqueados indiscriminadamente pelos barões inescrupulosos. No final, suas atividades mercantis bem organizadas estimulavam a economia local e aumentavam os rendimentos dos impostos de pedágio, a cunhagem de moedas, e ajudavam a administrar a justiça. Abadias, cidades e proprietários de terras influentes expandiram as atividades comerciais nas áreas sob sua jurisdição garantindo a proteção na estrada na feira anual, saudado por eles como o mercado da paz, davam salvo condutos para os visitantes e cobravam impostos de pedágio.

As divergências podiam ser solucionadas no local por um tribunal de justiça especial, enquanto tabeliães, escrivães ou um magistrado local registravam os acordos por escrito. A importante Abadia de Saint-Denis, a alguns quilômetros ao norte de Paris, protegia da mesma forma a feira de Lendit. Em teoria, o dia da festa do santo local era um motivo para uma feira que durasse diversas semanas. Os comerciantes estrangeiros ofereciam suas mercadorias, mas os fazendeiros e artesãos da região mediante o pagamento de um pequeno imposto também podiam oferecer seus produtos com segurança e liberdade a um grande público diversificado. A principal

vantagem das feiras era a concentração de mercadorias do mundo inteiro e da grande demanda. A proximidade de Paris obviamente contribuiu para o sucesso da feira de Lendit.

A localização das feiras era decidida pelas circunstâncias do momento ou pela proximidade de uma grande cidade em uma importante rota comercial ou uma área de produção. O comércio de lã inglês concentrou-se em poucos lugares no sudeste da Inglaterra, que formaram uma rede mercantil em torno de 1180. Os mercados individuais, alguns criados por uma abadia ou por uma grande fazenda de gado, associavam-se sob um privilégio real que garantia justiça aos comerciantes estrangeiros em toda a Inglaterra. As datas das feiras nos diversos lugares eram fixas e, assim, faziam um ciclo anual. Desse modo, os comerciantes percorriam as feiras uma após outra. O ciclo começava em Stamford em Lent, na época da Páscoa realizava-se a feira de St. Ives, a de Boston em julho, a de King's Lynn no final de julho, a de Winchester em setembro, a de Westminster em outubro, a de Northampton em novembro e a de Bury St. Edmunds em dezembro. Outra feira ligada a um produto específico era Schonen, um promontório ao sudoeste da Suécia. Com o incentivo dos comerciantes de Lübeck, as feiras em Schonen, durante o século XIV, concentraram-se na venda de grande quantidade de arenques pescados em Kattegat. Lübeck supria o sal para a salmoura das minas de Lüneburg e era o maior consumidor do arenque, que era estripado e guardado em barris, sobretudo para revenda. Essas feiras perderam a importância quando a pesca do arenque reduziu-se drasticamente em torno de 1400.

Era possível visitar todas as feiras das regiões vizinhas, uma após a outra. Outros ciclos importantes de feiras eram realizados em Flandres (Lille, Ypres, Mesen, Torhout e Bruges) e, em especial, no condado de Champagne (Lagny, Bar-sur-Aube, Provins e Troyes; as duas últimas organizavam feiras duas vezes por ano). A região de Champagne localizava-se no centro da estrada entre a Inglaterra e a Itália e, portanto, era um lugar excelente de encontro de comerciantes da Europa inteira, principalmente do sul dos Países Baixos e da Lombardia. Na região do baixo Reno, o ciclo era feito nos mercados de Colônia, Aachen, Duisburg e Utrecht no final do século XII.

Todos os ciclos de feiras permitiam que os comerciantes que vinham de diversos lugares fizessem uma viagem segura e negociassem seus produtos com regularidade. A confiança mútua aumentou devido a esses contatos constantes, e as transações de crédito de um mercado para outro se tornaram usuais. Os italianos precisavam usar sua balança de pagamentos positiva – a unidade do valor de suas mercadorias era mais elevada do que o dos povos do norte – de uma maneira produtiva. Eles investiam o excedente de dinheiro e preferiam ter mais lucro do que correr riscos de perdê-lo

em sua viagem de volta. Por esse motivo eles ofereciam taxas menores de crédito aos clientes fortalecendo, assim, sua posição predominante como comerciantes de vendas por atacado. Logo, passaram a ser financiadores que forneciam crédito aos nobres e príncipes. Eles anotavam por escrito essas transações de maneira sucinta, mas objetivamente em títulos de créditos, pagáveis em uma feira específica em outro país, às vezes para sócios ou parceiros de negócios dos credores. A negociação do crédito era então acrescida por uma transação de troca de dinheiro, visto que o pagamento seria feito em outra moeda; esse método também poderia ser usado para realizar diferentes transações para o credor. Sem dúvida, nessas transações incidiam taxas altas de juros, embora nem sempre fossem registradas. Uma taxa de juros de 10 a 15% era considerada razoável para o crédito comercial de curto prazo; uma taxa de mais de 43,33% era aceitável em empréstimos de riscos. A usura só se caracterizava quando no contrato de empréstimo havia o pagamento de juros mais elevados e a Igreja aplicava sérias punições ao agiota. Em geral, as feiras realizavam-se ao mesmo tempo em lugares distantes ou no comércio regional e local. Nestes últimos organizavam-se feiras menores em vários lugares, algumas especializadas em um determinado produto, como as de comércio de cavalos ou linho. Os lugares considerados importantes, sobretudo, por serem pontos de parada em uma estrada, caíam no esquecimento devido a mudanças macro-econômicas e circunstâncias políticas. As feiras de Champagne perderam seu papel com locais de encontros da Europa ocidental em torno de 1300, principalmente como resultado do crescimento do volume do comércio. As ligações marítimas ao longo da costa do Oceano Atlântico eram mais eficazes que as estradas por terra, e os entrepostos comerciais começaram a trabalhar por intermédio de agentes comerciais permanentes. Além disso, os problemas políticos nessa época interromperam o período de paz no norte da França, enquanto os impostos criados pelo rei, que nesse ínterim herdara o condado de Champagne, ficaram exorbitantes. Outras feiras substituíram as de Champagne: o duque da Borgonha promoveu a feira de Chalon-sur-Saône, o duque de Savoia a de Genebra e, em 1460, o rei da França apoiou a realização da feira de Lyons como uma espécie de guerra econômica. Durante o período medieval tardio de retração (ver Capítulo 13) as feiras tiveram uma nova fase de existência. Em Brabante, o ciclo de feiras da Antuérpia e de Bergen-op-Zoom sedimentaram o papel que a Antuérpia, no Scheldt, exerceria no século XVI como uma metrópole ocidental. As feiras de Deventer conectaram a Renânia com a Liga Hanseática e com a cidade em expansão de Amsterdã; Frankfurt ligou-se a esse ciclo, assim como com o de Brabante, e tornou-se a porta para as estradas em direção à Europa central.

tos com métodos muçulmanos mais sofisticados. As famílias tinham o hábito de enviar os filhos para passarem alguns anos nos *funduqs*, a fim de aprenderem as sutilezas dos negócios e os comerciantes italianos correspondiam-se regularmente com sua matriz. Devido ao aumento de riscos, o comércio marítimo requeria formas de cooperação entre um sócio na terra e o capitão no mar. Mais tarde ninguém investiu no carregamento inteiro, e para minimizar o risco de perdas, partes ou cotas eram transportadas por um navio, ou em diversos navios ou cargas ao mesmo tempo. Durante o século XIII, surgiu em Gênova um seguro de afretamento marítimo firmado por meio de contratos notariais. Segundo diversas fontes, dependendo das circunstâncias, o custo do seguro correspondia de 7 a 15% do valor do carregamento de um navio genovês de Londres ou Southampton para Porto Pisano, na foz do Arno. Em travessias mais seguras no Mediterrâneo, uma taxa de 4% era usual. Em Veneza, onde as grandes famílias de comerciantes exerciam sua autoridade sobre a cidade em relativa harmonia, o Estado encarregava-se de proteger as frotas comerciais ao obrigá-las a navegar em comboios e, se necessário, escoltadas por navios armados do Estado. Essa intervenção do Estado reduziu o custo do seguro de 1 a 1,5% em viagens para Alexandria.

No século XII, as companhias (derivado latim *cum pane*, “comer pão juntos”) foram fundadas nas cidades de Lombardia e Toscana, cujas famílias aumentaram seu capital emitindo ações que produziam uma cota proporcional de lucros. Essas famílias societárias, junto com suas fortunas, assumiram um compromisso financeiro ilimitado com a companhia, o que pressupôs um forte vínculo. Companhias de Piacenza, Lucca, Siena, Florença e Pistoia trabalhavam em conjunto nas feiras no norte. Além disso, os negócios delas com o papa eram uma mina de ouro, porque canalizavam todos os rendimentos do mundo cristão para a Igreja Católica Apostólica Romana. Convinha a ambas que os parceiros italianos no norte recebessem dinheiro da Igreja e o transferissem para Roma. Assim, os comerciantes podiam comprar lã na Inglaterra, tecido, linho ou peles de animais em Flandres e Champagne e pagarem ao papa o que lhe era devido depois, é claro, da dedução de determinadas despesas das vendas dessas mercadorias na Itália, sem precisar aplicar ou investir nenhum montante de dinheiro, porque o capital de trabalho dos comerciantes italianos era o dinheiro da Igreja.

As atividades de uma companhia tinham de ser anotadas por escrito para que as transações comerciais, à medida que ficassem mais complexas, pudessem ser operacionalizadas com mais eficiência. Os acionistas queriam ter acesso aos resultados dos negócios, a fim de calcular seus lucros. A correspondência comercial entre sócios era uma prática habitual, e a partir de 1260 mensageiros viajavam regularmente entre a Toscana e Champagne. Um século depois, 17 companhias de Florença organizaram o *scarsella*, um serviço

privado de correio que conectava as principais cidades mercantis da Europa ocidental. Os mensageiros viajavam de 50 a 60 quilômetros, dependendo do estado das estradas. A circulação rápida de informações sobre a situação dos mercados possibilitou que os empreendimentos multinacionais da Idade Média fizessem melhores negócios de compra e venda. Os agentes comerciais mantinham seus chefes informados a respeito das taxas de câmbio, dos preços dos produtos e da situação política que poderia repercutir no comércio. Eles também os informavam por carta o conteúdo dos carregamentos que haviam embarcado, a fim de que fosse verificado na chegada ou em caso de perda. No século XIV, no auge de sua prosperidade, a companhia florentina Bardi tinha 120 agentes comerciais que mantinham a companhia informada sobre centenas de produtos em mais de 20 lugares. O arquivo da casa comercial de Francesco Datini de Prato, ativa entre 1380 e 1410, ainda existe e contém milhares de cartas enviadas quase todas as semanas por seus correspondentes em Barcelona, Paris, Avignon, Bruges e Londres. Datini não era um dos maiores comerciantes de sua época, mas seu empreendimento produziu uma enorme quantidade de informação escrita – quase 500 livros de contabilidade, 300 contratos de sociedades, 400 apólices de seguro, milhares de faturas, letras de câmbio e cheques, e cerca de 150 mil cartas. Os maiores estabelecimentos comerciais, como o da família Medici, dividiram-se em companhias diferentes para fabricar seda e tecido, assim como para atuar no setor comercial e bancário. Em torno do final do século XV esses diversos segmentos adquiriram um *status* independente, de modo que se um negócio estivesse em dificuldades ele não necessariamente afetaria o conjunto da companhia.

A prática do uso de letras de câmbio para transferir dinheiro surgiu no final do século XIII. Em substituição às antigas declarações de dívida escritas por um tabelião ou um escrivão, as companhias italianas criaram esse método informal de pagamento. Havia quatro partes em dois lugares ligadas por suas relações comerciais regulares. O sacador emitia uma letra de câmbio para o entregador endereçada ao agente comercial do sacador em outro lugar para o pagamento de determinada quantia de dinheiro ao recebedor, que era sócio do entregador. A letra de câmbio não teria utilidade para um ladrão de estrada que roubasse a sacola de cartas de um agente, porque ele não era um parceiro na transferência de dinheiro. Assim como os títulos de crédito ao portador das feiras anuais, a letra de câmbio associava o empréstimo de um crédito comercial de curto prazo a uma troca de moeda e à transferência de dinheiro de um lugar para outro sem o uso de dinheiro em espécie. Algumas semanas depois o sacado receberia a letra de câmbio e pagaria ao credor em outra moeda pela compra de mercadorias feita por seu sócio em outro lugar. No preço do serviço e pelo uso de algumas semanas do crédito estava incluído o cálculo da taxa de juro.



Ilustração 10.5 Duas cenas em um estabelecimento comercial

Esse sistema só poderia funcionar se as transações fossem feitas ao mesmo tempo em uma estrutura de uma rede extensa de parceiros constantes. Quanto mais frequentes fossem as operações e mais próximo fosse o contato entre os agentes comerciais, mais fácil seria pedir a um sócio ou parceiro em algum lugar que quitasse uma dívida com um dos sócios do credor. Em Bruges e Barcelona, uma bolsa de valores fixava todos os dias em uma determinada hora as taxas de câmbio. Nesses lugares qualquer pessoa que tivesse uma letra de câmbio para resgatar ou pagar poderia decidir qual seria o melhor momento de fazer essas operações. Por sua vez, era mais fácil encontrar parceiros com quem negociar as letras de câmbio. Em Bruges a operação de câmbio era realizada no bairro dos comerciantes, onde as “nações” dos genoveses e florentinos tinham seus estabelecimentos comerciais, bem como o lugar da famosa hospedaria que pertencia à família Van der Beurse. A grande vantagem dessa operação de câmbio era que os usuários podiam fazer seus negócios sem a troca de moedas de ouro e prata, o que evitava perdas. Em uma época em que os metais preciosos eram escassos esse método de transferir dinheiro propiciou uma

expansão ilimitada de suprimento de dinheiro. A letra de câmbio simplificou consideravelmente os pagamentos internacionais, desde que houvesse suficientes contratos confiáveis. Londres, Bruges e Colônia, ao norte, e, ao sul, Frankfurt e Genebra, concentraram esse tipo de pagamento.

O papel-moeda já existia na China imperial e Marco Polo surpreendeu-se ao ver o valor que os chineses atribuíam ao dinheiro impresso em papel. A diferença em relação à Europa era, é claro, a unificação da autoridade. A Europa, por sua vez, integrou-se através do mercado: os florins italianos e os ducados eram aceitos como forma de pagamento em qualquer lugar. Além disso, as redes comerciais criaram seu papel-moeda, a moeda fiduciária que circulava entre os comerciantes como debêntures, cheques e letras de câmbio. A transferência de dinheiro tornou-se popular, e os depósitos feitos com um cambista ou um banqueiro poderiam ser usados como conta corrente pela qual o dinheiro poderia ser transferido por *giro* (palavra italiana que significa “por retorno”) para uma conta diferente com o mesmo ou outro banqueiro.

O sistema de escrituração contábil tinha de se aperfeiçoar, para que as relações complexas e as informações pudessem ser verificadas, assim como para garantir as chances de lucro. O sistema de contabilidade de dupla entrada foi inventado em Veneza no século XIV. Nesse sistema as contas eram separadas por parceiro, cliente, sócio etc., por produto e tipo de transação. Cada conta mostrava na página esquerda, o débito e o que uma pessoa devia; o crédito e o saldo na página direita. Todas as transações eram anotadas duas vezes, quando havia uma mudança nos ativos líquidos da firma, e se houvesse uma alteração no relacionamento com um parceiro. Assim, o gerente podia contabilizar as contas de um parceiro específico, de um produto ou da balança de pagamento em qualquer momento.

Os comerciantes tinham de ter um bom domínio de matemática, além do conhecimento de mercadorias e aptidões comerciais. No século XII, os colégios nas cidades encerraram o monopólio da Igreja no campo da educação devido à demanda dos comerciantes por um conhecimento prático. Em Ghent, um colégio fundado em 1179 tinha um projeto educacional muito diferente do projeto de ensino de uma instituição religiosa local. Assim como no aprendizado de ofícios, os meninos faziam um treinamento prático sob orientação de membros experientes da família. Além disso, na Itália havia livros didáticos com informações sobre lugares diferentes e melhores maneiras de viajar para esses locais, que produtos poderiam ser encontrados lá e sua qualidade, quais medidas, pesos e moedas eram usados e os costumes alfandegários locais que precisavam ser respeitados (como o pagamento de suborno aos funcionários da alfândega). O comerciante do século XIV tinha uma mentalidade voltada para a busca racional do máxi-

mo de lucro possível; ele reinvestia boa parte do lucro em seu negócio, a fim de superar as firmas rivais e, assim, lucrar ainda mais. Essa atitude revelava uma mentalidade capitalista.

O desenvolvimento do capitalismo comercial contrastava nitidamente com o ensinamento da Igreja, que ainda condenava com veemência a procura irrestrita de ganho material e a usura. Alguns teólogos tentavam encontrar argumentos para justificar a aplicação de um juro moderado em um empréstimo, como o risco de perda. A teoria do “preço justo” opunha-se aos lucros exagerados, mas aceitava o princípio de lucro em troca de serviços prestados. No entanto, os pregadores das ordens mendicantes incutiam em muitos comerciantes uma sensação de culpa e a ideia de Deus como credor dos comerciantes. Muitos livros de contabilidade abriam suas páginas com uma pequena prece a Deus “e ao lucro que Ele pode nos proporcionar”. E, é claro, a elaboração de um testamento dava aos usurários uma outra oportunidade de fazer a restituição.

BOXE 10.2 O MANUAL DE UM COMERCIANTE FLORENTINO

Francesco Balducci Pegolotti tornou-se um agente comercial da firma Bardi de Florença em 1310. Nessa função ele chegou a um acordo em 1315 com o duque de Brabante em Antuérpia, no qual os privilégios de impostos de que os alemães, ingleses e genoveses usufruíam seriam também concedidos aos comerciantes de Florença. De 1317 a 1321 ele trabalhou para sua firma em Londres, arrecadando os rendimentos do papado e transferindo-os para Avignon. Em 1324 ele obteve do rei de Chipre os mesmos privilégios de impostos dos pisanos para os florentinos. Nos anos seguintes, ele arrecadou as receitas do papa em Chipre e transferiu-as para Avignon. Durante os longos anos que passou em Famagusta, em Chipre, ele fez uma pesquisa detalhada sobre a qualidade dos xaropes e do açúcar da cidade, seu peso e sua embalagem.

Enquanto esteve em Famagusta ele também reuniu informações precisas sobre produtos e estradas no Levante, em Constantinopla e em Alexandria. Depois de 1329 ele ocupou diversos cargos no conselho governamental de Florença. Em 1347, como um de seus membros mais proeminentes, envolveu-se na liquidação da firma Bardi, que falira.

Durante suas viagens, Pegolotti anotava detalhes sobre a qualidade dos produtos, tamanhos populares, pesos, moedas, impostos e práticas comerciais em vários lugares, que poderiam ser úteis para um comerciante. De 1338 a 1342 ele compilou essas informações em um livro volumoso ao qual deu o nome de *Libro di Divisamenti di Paesi e di Misuri di Mercatanzie e daltre Cose Bisognevoli di Sapere a Mercatanti* ou *Pratica della Mercatura*, como é mais conhecido.

Em seu livro Pegolotti fornece medidas de conversão detalhadas para pesos e moedas, assim como informações sobre as diferenças na qualidade das mercadorias disponíveis e as práticas comerciais nas principais cidades comerciais ao redor do Mar Mediterrâneo e do Mar Negro, na França, em Flandres e na Inglaterra.

Existem outros manuais práticos para comerciantes no norte da Itália, todos escritos em italiano, mas o livro de Pegolotti é o mais antigo e o mais abrangente. A edição moderna tem 383 páginas. Ele contém muitas tabelas e desenhos.

A seguir, mostramos um exemplo da extensa pesquisa de conversões de pesos realizada em Famagusta:

Bruges em Flandres.

Um *cantaro* cipriota pesa 518 libras em Bruges.

80 *Ruotoli* de alume em Chipre pesam 400 libras em Bruges.

40 *Cafissi* de grão em Chipre pesam um *hoet* em Bruges.

Um marco de prata em Bruges, ou seis onças, pesa seis onças e 13 esterlinos em Chipre.

Em sua pesquisa sobre os impostos do comércio em Constantinopla Pegolotti observou:

“Lembre-se bem de demonstrar respeito aos funcionários da alfândega, seus escriturários e os ‘turcos’ [sargentos], e se lhes der com discricção alguma coisa ou algum dinheiro, eles se comportarão com muita cortesia e taxarão suas mercadorias por um preço inferior ao seu valor real.”

Bibliografia: PEGOLOTTI, Francesco Balducci. *La Pratica della Mercatura*. In: EVANS, A. (Org.). Cambridge, Mass., 1936, p. xvii-xxvi, 42.100.

A Comercialização na Região Rural

Durante os séculos XII e XIII a demanda de consumo, sobretudo das cidades prósperas, voltou-se cada vez mais para mercadorias volumosas. Esse foi um dos caminhos pelo qual o uso de dinheiro penetrou na economia rural. O outro foi a obrigação em dinheiro contraída pelos camponeses com seus senhores. E, por fim, um número crescente de pessoas na área rural não mais conseguiu subsistir exclusivamente da renda de seus lotes de terra e buscaram uma renda suplementar como trabalhadores manuais ou operários. Em correlação com esses três desenvolvimentos e estimulado pela consolidação dos principados territoriais, pela melhoria do comércio e do transporte, o custo dos transportes e transações diminuiu.

Na Inglaterra, é fácil acompanhar o processo inicial de comercialização na região rural, graças a fontes excelentes. Até antes da conquista normanda em 1066, a Inglaterra anglo-saxã tinha mais de 150 lugares onde os mercados regulares forneciam uma renda aos senhores feudais, e esse número talvez não incluía um grande número de lugares onde os comerciantes encontravam-se informalmente. A penetração do dinheiro na economia rural da Inglaterra é muito bem documentada. Assim, sabemos com exatidão o montante de dinheiro que os nobres arrendatários de terras, os vassallos mais importantes da Coroa normanda depois de 1066, recebiam de suas ricas propriedades. No final, a maior parte originou-se dos camponeses em suas terras arrendadas. As informações de diversas fontes dos séculos XI e XII indicam a ampla distribuição de dinheiro entre as pessoas comuns: a antiga contabilidade das propriedades da Igreja registra muitos pagamentos em dinheiro feitos por servos; os tribunais dos reinos arrecadavam multas em dinheiro de todos os tipos de pessoas; peregrinos de todas as regiões da Inglaterra que visitavam os túmulos dos santos nacionais, como o de São Cuthbert em Durham, enchiam as caixas do ofertório com moedas.

A comercialização da economia rural na Inglaterra ganhou impulso entre 1180 e 1330. Nesse período, os preços dos grãos começaram a subir (1240-1315), e muitos grandes proprietários de terras preferiram explorar os recursos de suas propriedades comercialmente com a ajuda de mão de obra contratada. Isso significou que muitos serviços prestados pelos servos passaram a ser remunerados. Quando a exploração da terra era feita fora dos povoamentos existentes, ela não mais se realizava por meio do sistema senhorial; desde o início as obrigações dos camponeses com seus senhores eram predominantemente na forma de pagamentos em dinheiro. Na região rural havia um crescimento constante do número de pessoas que não conseguiam mais suprir suas necessidades de mantimentos e dependiam do mercado. Essas pessoas constituíam 45% da população rural em torno de 1300.

A proporção da população urbana na Inglaterra aumentou entre o final do século XI e o início do século XII de 10% para 15 a 20%. Londres, a cidade mais importante da Inglaterra, tornou-se uma metrópole com 60 mil a 80 mil habitantes no início do século XIV. Essa grande concentração de pessoas precisava de uma agricultura com um processo forte de distribuição comercial em uma ampla área periférica. As especializações regionais também se fortaleceram, em parte como uma reação à crescente demanda estrangeira para matérias-primas como lã e estanho. A mineração de estanho era feita nas minas de Cornwall desde a pré-história, mas sua extração expandiu-se consideravelmente nos séculos XII e XIV, e em torno de 1300

a mineração de estanho empregava mais de duas mil pessoas. Em regiões mais distantes e pouco povoadas, como a Região dos Lagos, por exemplo, o uso crescente de moinhos movidos a água para limpar o tecido de lã, fomentou nesse mesmo período uma atividade industrial especializada fora da esfera urbana.

Segundo uma estimativa feita por C. C. Dyer e R. H. Britnell, pelo menos 25% da produção agrícola e ainda mais da criação de gado na Inglaterra destinava-se ao comércio no início do século XIV. Essa comercialização sólida da economia rural acompanhou a expansão do suprimento de produtos agrícolas e o aumento da sofisticação das redes comerciais, com os mercados locais como núcleos estratégicos. Já existiam mercados na Inglaterra anglo-saxônica na alta Idade Média, mas não só o número de mercados aumentou muitíssimo durante os séculos XII e XIII, como eles passaram a ser hierarquizados. Os “mercados intermediários” foram de grande importância na comercialização da economia agrária; todos os condados tinham dois mercados intermediários que constituíram os principais vínculos entre os produtores agrícolas e mais de 50 grandes centros comerciais regionais da Inglaterra por volta de 1300, que, por sua vez, se conectavam com os centros inter-regionais e às vezes com o comércio internacional.

O transporte de mercadorias a granel de pouco valor, como grãos, para distâncias longas, não era lucrativo em preços de mercado normais, por causa do custo elevado do transporte e das transações. O transporte de grãos em carroças na Inglaterra no século XIII custava 0,4% do valor do grão por milha; assim, o transporte em uma distância de mais de 10 milhas (mais de 16 quilômetros) aumentava o custo em 4%, e o transporte em uma distância de mais de 100 milhas em 40%. Isso não incluía o custo do pagamento dos pedágios da viagem, o que facilmente, adicionaria mais 2% ao custo do carregamento.

Entretanto, nas regiões mais populosas da Europa o comércio regular inter-regional de grãos parecia que valia a pena. O solo argiloso fértil e os métodos intensivos de agricultura propiciaram enormes colheitas de trigo em Artois, antes de 1300. O fluxo dos rios de sul a norte proporcionou enormes excedentes de produção – uma média de 1,5 milhão de hectolitros por ano, o suficiente para alimentar 400 mil pessoas – que eram embarcadas nos rios para as cidades de Brabante e Flandres, que nunca teriam crescido tanto sem as terras férteis do interior, tão próximas. Durante os períodos de escassez de grãos no século XV Flandres importou maciças quantidades de centeio da Prússia, porque o triplice preço de mercado justificava o transporte do ponto de vista financeiro. A partir do século XVI, esse suprimento teve uma natureza estrutural nos Países Baixos.

Mercadorias e Dinheiro

O comércio de longa distância representou uma parte muito pequena no volume total do comércio. Mas mesmo se só representasse de 5 a 10%, ainda assim era relevante, porque envolvia mercadorias escassas indispensáveis, exigia mais capital e métodos mais avançados, e poderia exercer uma influência estratégica em toda a economia. Como já vimos no caso das feiras anuais, os circuitos comerciais internacionais e nacionais conectavam-se e, portanto, a *économie du pourtour*, como Fernand Braudel chamou o comércio costeiro ao redor da Europa e do Mar Mediterrâneo, penetrou profundamente na economia europeia, embora em parte de forma indireta.

Nos sistemas econômicos diferenciamos com frequência áreas-nerdas nas periferias. Entre ambas, existe uma ampla divisão de mão de obra. Essas áreas-nerdas demonstram uma preponderância de acúmulo de capital, engenhosidade técnica e organizacional; lá a mão de obra é relativamente cara; elas controlam o fluxo de mercadorias e, além disso, importam matérias-primas e alimentos básicos e exportam produtos bem acabados e serviços de alta qualidade. As periferias absorvem empreendimentos externos que exploram suas matérias-primas e estimulam o cultivo de colheitas específicas para atender as necessidades ou as possibilidades de comércio. Durante os séculos X e XII os portos do norte da Itália saíram de uma posição periférica em relação a Bizâncio e as regiões muçumanas. Em torno de 1200, o próprio Bizâncio tornou-se subordinado a Veneza. A classificação é menos equivocada com referência ao mundo muçumano. Embora o Ocidente se dedicasse ao comércio em grande escala de produtos variados, na maioria de alta qualidade, ele não conseguiu impor suas condições a essas áreas de liderança com as quais aprendera tanto. O Egito e a Síria detinham posições cruciais no sistema econômico que, na essência, seguia em direção ao Oriente, do qual a Europa era apenas um apêndice.

É preciso lembrar que o crescimento econômico e demográfico também ocorreu na China durante o período do ano 1000 a 1500. Graças à facilidade de transporte de cargas volumosas nos grandes rios e no Grande Canal que ligava os vales de Yangzi e Huang Hi, 100 milhões de pessoas conectavam-se a um sistema de mercado integrado e seguro com o uso de um único papel-moeda. Todos esses fatores reduziram os custos das transações, ao compararmos com os custos na Europa. A partir do século XI, o cultivo de arroz nos terraços possibilitou a colheita duas vezes por ano. Em um contraste nítido com a Europa, a produção agrária aumentou no mesmo ritmo da manufatura urbana. Uma grande parte da produção artesanal de seda, porcelana, algodão e ferro era comercializada. Por volta de 1100, mais da metade da receita do Estado era paga em dinheiro. Ao longo das

regiões litorâneas da China, Índia e do sudeste da Ásia, havia um intenso movimento comercial ligado aos centros de comércio do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho. As especiarias da Índia eram parte deste comércio. Para expandir-se a Europa precisava criar um vínculo com essas redes asiáticas altamente desenvolvidas e em crescimento.

No século XII, o comércio oriental de especiarias ainda era realizado inteiramente através da Alexandria, onde se localizavam os povoados de venezianos e genoveses. O nome coletivo de “especiarias” também incluía produtos com os quais, os ocidentais haviam-se familiarizado no Levante, onde eram cultivados ou extraídos. Entre eles havia ervas medicinais, açúcar, corantes, corais, óleos e metais. Os italianos compravam vinhos gregos para vendê-los no noroeste da Europa.

Os comerciantes italianos tentaram diminuir sua dependência dos fornecedores orientais com a produção de coisas inexistentes na Europa; por exemplo, eles começaram a cultivar arroz, algodão, cana-de-açúcar, açafrão e bichoda-seda. Nos climas quentes a seda não era apenas um luxo, porque era muito mais agradável vestir uma roupa de seda do que uma de lã ou linho. A grande demanda da seda estimulou a produção sob total controle dos italianos, substituindo assim algumas importações. O mesmo aconteceu com o algodão e a cana-de-açúcar cultivados em algumas colônias venezianas, e também no final do século XV nas ilhas do Atlântico, como a Ilha da Madeira. O papel que a partir do século XIII começara a suplementar e, por fim, substituiu o pergaminho, que se tornara muito mais caro com o crescimento da alfabetização, foi outra invenção chinesa imitada pelos europeus para não precisar mais importá-lo. Os europeus tinham relações mais complicadas nas regiões ao redor do Mar Negro, de onde eles importavam escravos, peles, grãos e madeira. A cidade de Gênova, construída próxima às montanhas em uma região litorânea sem uma área rural, fazia uma importação maciça de grãos, primeiro da Sicília, mas, quando não foi mais suficiente, da Trácia e da Crimeia.

O fato de os italianos controlarem os contatos com o Levante significava que eram os únicos distribuidores de produtos mediterrâneos e orientais para o resto da Europa. Os alemães do sul da Alemanha compravam os produtos diretamente de Veneza ou de Milão. Os italianos levavam as mercadorias que compravam no Oriente para as feiras em Champagne, e no último quartel do século XIII as enviavam para Bruges, onde o comércio de especiarias tornou-se uma das atividades mais importantes da cidade, assim como para as feiras da Antuérpia. O que eles poderiam oferecer em troca aos seus parceiros no Oriente? Durante muitos séculos, menos do que aquilo que compravam, e isso causou um escoamento contínuo de metais preciosos. Segundo E. Ashtor, em 1983, a balança de pagamentos entre o Levante e o Ocidente mostrou um déficit de 56% no século V. Só em ouro havia um fluxo anual de 1.317 qui-

logramas para o exterior. O Ocidente importava mercadorias do Oriente em um valor total de 630.000 ducados e mal conseguia vender 260.000 ducados com seus produtos, a maioria de artigos de lã, linho, armas e madeira. A diferença (370.000 ducados) tinha de ser compensada com ativos líquidos.

A Europa tinha poucas reservas de ouro e prata. Depois do fortalecimento do comércio grande parte dos metais preciosos que haviam se transformado em joias valiosas e objetos de culto nos séculos anteriores voltaram a circular como moeda. O crescimento do comércio provocou uma demanda muito mais rápida por prata do que o suprimento. Os europeus realizaram buscas frenéticas para encontrar jazidas de prata e, por fim, as acharam em alguns lugares. No entanto, a produção das minas da Saxônia, do Tirol, da Boêmia e de outros locais não foi suficiente para saciar a fome por dinheiro da Europa ocidental. Em torno de 1200, a necessidade de ter meios de pagamento valiosos levou Veneza a cunhar moedas de prata, muito maiores do que as antigas, as *grossi*, palavra da qual os termos *groot* em holandês e *Grosche* e equivalentes em outras línguas originaram-se. O novo tipo de moeda foi aceito em geral porque satisfazia uma necessidade premente. Entretanto, em longo prazo a reação dos mestres do ofício de cunhagem foi de reduzir o conteúdo de prata das moedas depreciando-as. Com a mesma quantidade de prata eles colocavam mais dinheiro em circulação. Todos os lugares adotaram medidas protecionistas para tentar atrair metais preciosos e mantê-los dentro de suas fronteiras. Mas as leis da economia sempre são mais fortes que os regulamentos e sanções do governo.

Por intermédio de seus vínculos comerciais com Magrebe, os comerciantes ibéricos e italianos conseguiram obter pó de ouro da África ocidental, que chegava aos portos transportado por caravanas. Em troca, os cristãos ofereciam tecidos, objetos de cobre, gêneros alimentícios e carregamentos comerciais em geral ao longo do litoral norte da África. Em 1231, isso permitiu que o Imperador Frederico II da Sicília cunhasse as primeiras moedas de ouro ocidentais desde o século VII, as *augustales*, que tinham seu retrato gravado em um estilo marcante dos imperadores romanos. Desde 650, só existiam as moedas de ouro bizantinas e árabes no mundo cristão. Quando as conquistas dos mongóis encerraram o suprimento de dinares (as moedas de ouro árabe) em 1252 os grandes centros comerciais de Gênova e Florença começaram a cunhar moedas de ouro puro com o peso de 3,54 gramas. Veneza seguiu esse exemplo em 1284. Essas três moedas, o *genovino*, o *florino* (florim) e o *ducato* (ducado), foram as moedas usadas na Europa inteira durante séculos. Sua estabilidade deveu-se ao domínio econômico das cidades. O fato de terem o mesmo peso e valor foi o resultado de uma aguda percepção econômica.

A evolução dos instrumentos de pagamento refletiu o crescimento vigoroso das atividades de comercialização de mercadorias e a prestação de ser-

viços, pelo menos até meados do século XIV. No entanto, o Ocidente sempre tinha de compensar a pesada balança de pagamento negativa com o Oriente por meio do suprimento das minas de ouro e prata da Saxônia, da Boêmia, da Eslováquia e da Hungria. A produção dessas minas era levada para a Itália e para os Países Baixos, onde artigos de alta qualidade e mercadorias exóticas foram comprados. Os Países Baixos e, indiretamente, a Inglaterra foram então capazes de equilibrar sua balança de pagamento negativa com a Itália. A Liga Hanseática também levou prata para os Países Baixos, porque importava muitos produtos sofisticados e mercadorias de luxo desse país, inclusive grandes quantidades de tecidos, vinhos franceses e mediterrâneos e artesanato, ao passo que suas exportações consistiam na maioria em mercadorias baratas e produtos a granel (cerveja, ferro, âmbar, cera e cada vez mais grãos).

Na primeira metade do século XIV os ingleses exportaram lã de nove milhões de carneiros para o continente, e em troca compraram chapéus de feltro modernos e calças cortadas na última moda em Bruges. No auge do comércio, entre 1350 e 1360, a Inglaterra exportou 30 mil sacos de lã por ano; depois de 1450 esse número oscilou entre dois mil e 11 mil. O protecionismo havia estimulado a exportação de seu próprio tecido, que subiu de 10 mil a 20 mil peças entre 1355 e 1360 para 60 mil de 1480 a 1500. Quando os impostos-de-guerra criados pelos reis tornaram a lã inglesa muito cara, os comerciantes dos Países Baixos começaram a procurar outras fontes de suprimento. No final do século XV, Castela enviou lã de nove milhões de merinos para Bruges, onde foi transformada em tapeçarias coloridas e também em roupas baratas enviadas para a Prússia em troca de grãos. Assim, vemos que os mercados europeus eram bem integrados durante os séculos XIV e XV, e os efeitos da comercialização em áreas mais avançadas refletiram-se bastante nas periferias.

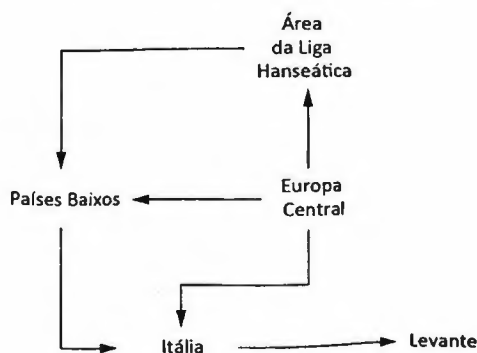


Figura 10.1 Déficit da balança de pagamento entre as regiões europeias no século XIV

De acordo com Peter Spufford, o valor total do comércio marítimo no Mar Mediterrâneo foi pelo menos seis vezes maior do que no Mar Báltico. Essa superioridade só seria atingida pelo Mar do Norte no século XVII. Até então, o Mar do Norte preenchia uma função de permuta entre os sistemas econômicos do norte e do sul da Europa, um papel que se tornou cada vez mais vital quando a Antuérpia se expandiu e as rotas do Atlântico ganharam mais importância.

O volume do tráfico comercial aumentou significativamente durante a baixa Idade Média demonstrado, entre outros aspectos, pelo tamanho das frotas mercantis. Isso é um fenômeno notável, considerando que depois de 1300 a população da Europa diminuiu em um terço, o que deveria reduzir a demanda. Porém, foi exatamente o oposto que aconteceu devido a dois fatores. Primeiro, a redução demográfica causou um aumento do padrão de vida dos sobreviventes e eles tinham poder de compra de artigos e produtos estrangeiros (ver Capítulo 13). Segundo, a expansão comercial dos séculos anteriores iniciara-se com uma dinâmica própria, que explorava novas oportunidades de obter mais lucro e adaptava-se às mudanças na demanda. A integração dos mercados baseou-se na desigualdade, nas relações complementares e na competição; e esse cenário provocou o surgimento de novas constelações. Uma dinâmica europeia nascera, irrefreável em seu movimento em direção à hegemonia global.

LEITURA SUGERIDA

- ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1989.
- AMITAI-PREISS, Reuven. *Mongols and Mamluks: The Mamluk-Ilkhanid War, 1260-1281*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ANGOLD, Michael. *The Fourth Crusade: Event and Context*. Harlow: Pearson Education, 2003.
- ASHTOR, Eliyahu. *Levant Trade in the Later Middle Ages*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1983.
- BRITNELL, R. H. *The Commercialisation of English Society, 1000-1500*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- BRITNELL, R. H.; CAMPBELL, B. M. S. (Orgs.). *A Commercializing Economy: England 1086-1300*. Manchester: Manchester University Press, 1995.
- BRONSTEIN, Judith. *The Hospitallers and the Holy Land: Financing the Latin East, 1187-1274*. Woodbridge e Rochester, NY: Boydell & Brewer, 2005.
- BULL, Marcus; HOUSELY, Norman (Orgs.). *The Experience of Crusading*. 1. Western Approaches. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CAHEN, Claude. *The Formation of Turkey: The Seljukid Sultanate of Rum, Eleventh to Fourteenth Century*. Londres: Longman, 2001.
- CARDINI, Franco. *Europe and Islam. History of a Misunderstanding*. Oxford: Basil Blackwell, 2000 (original em italiano de 2000).

- CHRISTIAN, David. *A History of Russia, Central Asia and Mongolia: Inner Eurasia from Prehistory to the Mongol Empire*. Malden, Mass. e Oxford: Blackwell, 1998.
- CHRISTIANSSEN, Eric. *The Northern Crusades. The Baltic and the Catholic Frontier, 1100-1525*. Londres e Basingstoke: Macmillan, 1980.
- DAVIS, R. H. C. *The Normans and their Myth*. Londres: Thames & Hudson, 1976.
- DAY, John. *The Medieval Market Economy*. Oxford: Blackwell, 1987.
- EDBURY, Peter; PHILLIPS, Jonathan (Orgs.). *The Experience of Crusading. 2. Defining the Crusader Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ELLENBLUM, Ronnie. *Frankish Rural Settlement in the Latin Kingdom of Jerusalem*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- FAVIER, Jean. *Gold and Spices: The Rise of Commerce in the Middle Ages*. Nova York: Holmes & Meier, 1998 (original em francês de 1987).
- FRANCE, John. *The Crusades and the Expansion of Catholic Christendom, 1000-1714*. Londres e Nova York: Routledge, 2005.
- HILLENBRAND, Carole. *The Crusades. Islamic Perspectives*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.
- HODGSON, Marshall G. S. *The Secret Order of Assassins: The Struggle of the Early Nizari Ismailis Against the Islamic World*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 2005.
- HOUBEN, Hubert. *Roger II of Sicily: A Ruler Between East and West*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002 (original em alemão de 1997).
- HOUSLEY, Norman. *The Italian Crusades: The Papal-Angevin Alliance and the Crusades Against Christian Lay Powers, 1254-1343*. Oxford: Clarendon, 1982.
- . *The Later Crusades, 1274-1580. From Lyons to Alcázar*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- HUNT, E. S. *The Medieval Super-Companies. A Study of the Peruzzi Company of Florence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- HUNT, E. S.; MURRAY, James M. *A History of Business in Medieval Europe, 1200-1550*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- JACKSON, Peter. *The Mongols and the West, 1221-1410*. Harlow: Pearson Education, 2005.
- JACOBY, David. *Commercial Exchange Across the Mediterranean: Byzantium, the Crusader Levant, Egypt and Italy*. Aldershot: Ashgate, 2005 (Variorum Collected Studies).
- KEDAR, Benjamin Z. *Crusade and Mission: European Approaches Toward the Muslims*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1988.
- . *The Franks in the Levant, 11th to 14th Centuries*. Aldershot: Ashgate, 1994 (Variorum Collected Studies).
- KÖPRÜLÜ, Mehmed Fuad. *Seljuks of Anatolia: Their History and Culture According to Local Muslim Sources*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1992 (original em turco de 1991).
- LANE, Frederic. *Venice: A Maritime Republic*. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1973.
- LARNER, John. *Marco Polo and the Discovery of the World*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1999.
- LOCK, Peter. *The Franks in the Aegean, 1204-1500*. Londres e Nova York: Longman, 1995.
- . *The Routledge Companion to the Crusades*. Londres e Nova York: Routledge, 2006.
- LOPEZ, Roberto S. *The Commercial Revolution of the Middle Ages, 950-1350*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- LOUD, Graham A. *The Age of Robert Guiscard: Southern Italy and Northern Conquest*. Londres e Nova York: Longman, 2000.

- MADDEN, Thomas F. *A Concise History of the Crusades*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield, 1999.
- . *Enrico Dandolo and the Rise of Venice*. Baltimore, Md. e Londres: Johns Hopkins University Press, 2003.
- (Org.). *Crusades: The Illustrated History*. Christendom, Islam, Pilgrimage, War. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.
- MASSCHAELE, James. *Peasants, Merchants and Markets: Inland Trade in Medieval England, 1150-1350*. Nova York: St Martin's Press, 1997.
- MATTHEW, Donald. *The Norman Kingdom of Sicily*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- MOORE, Ellen Wedemeyer. *The Fairs of Medieval England. An Introductory Study*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1985.
- MORGAN, David. *The Mongols*. Cambridge, Mass. e Oxford: Blackwell, 1986.
- NORTH, D. C.; THOMAS, R. P. *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- PHILIPP, Thomas; HAARMANN, Ulrich (Orgs.). *The Mamluks in Egyptian Politics and Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- RILEY-SMITH, Jonathan. *What Were the Crusades?* 2. ed. Basingstoke e Londres: Macmillan, 1992.
- ROOVER, Raymond de. *Business, Banking and Economic Thought in Late Medieval and Early Modern Europe: Selected Studies*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1976.
- SCAMMELL, G. V. *The World Encompassed: The First European Maritime Empires, c. 800-1650*. Londres: Methuen, 1981.
- SCHILDHAUER, Johannes. *The Hansa: History and Culture*. Leipzig: Edition Leipzig, 1985.
- SPUFFORD, Peter. *Money and Its Use in Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- . *Power and Profit: The Merchant in Medieval Europe*. Londres: Thames & Hudson, 2002.
- TYERMAN, Christopher. *The Invention of the Crusades*. Basingstoke e Londres: Macmillan, 1998.
- WEBBER, Nick. *The Evolution of Norman Identity, 911-1154*. Woodbridge e Rochester, NY: Boydell & Brewer, 2005.
- WINTER, Michael; LEVANONI, Amalia (Orgs.). *The Mamluks in Egyptian and Syrian Politics and Society*. Leiden e Boston, Mass.: Brill, 2004.

A SOCIEDADE URBANA

Nenhum acontecimento na história europeia antes da industrialização teve uma influência tão profunda como o processo de crescimento das cidades que começou durante o século X. Assim como em muitos aspectos do desenvolvimento da Europa em *longue durée*, essa transformação foi mais intensa nas regiões sul e oeste do continente. A urbanização significa o desenvolvimento pelo qual, a vida urbana tem uma crescente importância na sociedade como um todo. Por “cidade” queremos dizer uma concentração espacial de uma população que não produz seus alimentos; portanto, não vive basicamente da agricultura, da criação de animais domésticos ou da pesca. Além disso, uma cidade, mesmo pequena, preenche a função de um lugar central de serviços onde se localizam o mercado, o governo, as instituições religiosas e alguns serviços especializados. A oferta de bens e serviços de um centro depende do tamanho, da densidade populacional e das características socioeconômicas de sua região interior. É preciso fazer a distinção entre o conceito de urbanização e o crescimento das cidades, que significa a expansão dos povoadamentos urbanos.

O FENÔMENO DA CIDADE

A Escala das Cidades e da Urbanização

Em primeiro lugar, faremos uma análise em termos quantitativos em relação à importância da urbanização. O crescimento das cidades ocorreu em decorrência do aumento da população de algumas regiões a partir do século VII e, em geral, após o século X. No Capítulo 7 vimos que as áreas com uma densidade demográfica maior causaram uma superpopulação da região rural. Esse fato foi parcialmente contrabalançado pela emigração para regiões pouco povoadas da Europa central e também parcialmente, pela urbanização. Não existem números precisos porque raramente se realizavam censos em grande escala nesse período. Por esse motivo, os números a seguir são estimativas baseadas em dados estatísticos incompletos, assim como não há um consenso entre os estudiosos sobre essas informações. No entanto, a tendência global é inquestionável: a população da Europa duplicou em três séculos (ver Tabela 11.1).

O crescimento urbano não se refere apenas ao crescimento da população em números absolutos, mas também à expansão da população da cidade em proporção ao número total de habitantes de uma região. As duas tendências coexistiram na Europa entre os anos 1000 e 1300; depois desse período o tamanho das cidades estagnou-se ou diminuiu. Entretanto, a parte da população urbana no total aumentou (ver Tabela 11.2). De 1300 a 1500 o número de cidades com 10 mil e 20 mil habitantes subiu consideravelmente. Assim, ao mesmo tempo, os números combinados de suas populações também aumentou, ao passo que a população total da Europa diminuiu 19%, de 75 para 61 milhões. Embora o número das cidades tenha aumentado durante os séculos XIV e XV, o número de habitantes da maioria das cidades reduziu-se, porém, mesmo com a redução demográfica, as cidades atraíam as pessoas, e o elemento urbano da sociedade tinha uma grande importância. As tabelas mostram que em torno de 1500 aproximadamente 10% de europeus viviam em cidades com uma população de pelo menos cinco mil pessoas. Na Península Ibérica e na Itália essa proporção era bem acima da média, ou seja, de 14%. A escala demográfica das cidades medievais era relativamente modesta: em 1300 só Veneza, Florença, Milão e Paris tinham pouco mais de 100 mil habitantes. Em 1500, a população de Florença reduziu-se a 40 mil habitantes, e só 150 cidades tinham mais de 10 mil habitantes. A população da grande maioria – cerca dos 3.500 a quatro mil lugares que usufruíam dos direitos das cidades – oscilou de algumas centenas para alguns milhares de pessoas.

Tabela 11.1 Estimativa da população da Europa em milhões

Ano	População
1000	38
1300	75
1450	50
1500	61

As pequenas cidades, *Kleinstädte*, situavam-se no interior do continente, enquanto as cidades maiores desenvolveram-se principalmente no litoral e às margens dos grandes rios, devido ao predomínio do suprimento marítimo e fluvial de mercadorias volumosas como grãos, materiais de construção e matérias-primas para outras indústrias. O transporte por navio era muito mais barato por unidade de peso do que o transporte por terra, e todas as grandes cidades eram, necessariamente, portos. Assim, em 1500 as cidades maiores ainda se localizavam ao redor do Mar Mediterrâneo onde, durante a Antiguidade, Roma tivera uma população aproximada

de um milhão de pessoas. Na alta Idade Média, Constantinopla e Córdoba possuíam uma população de 500 mil habitantes.

Por que havia cidades tão grandes na região do Mediterrâneo? A explicação encontra-se na produtividade da agricultura na região, acesso a grandes navios, disponibilidade de matérias-primas para uma exportação em larga escala e atração ou pressão que uma grande cidade exercia nas regiões extensas no interior.

Na Europa, ao norte dos Alpes e dos Pireneus, só uma ou duas metrópoles tinham 100 mil habitantes antes do século XVI, a exemplo da Antuérpia, na ocasião o centro do sistema econômico. A outra metrópole era Paris, a capital de um grande reino, que atraía a população de uma extensa região rural onde não havia ainda cidades importantes. Um século depois Amsterdã tinha 200 mil habitantes, e esse número foi ultrapassado com facilidade por Londres no século XVIII. Essas cidades eram os únicos centros econômicos do mundo na época, e seu crescimento expressivo deveu-se ao papel central que exerciam no sistema econômico em expansão.

As capitais de estados razoavelmente centralizados como Constantinopla, Paris, Londres e a antiga Roma tinham uma atração especial porque os órgãos administrativos centrais podiam concentrar seus recursos. Em uma escala bem mais modesta, as cidades episcopais e os centros administrativos dos principados eram pontos de concentração do consumo das elites e de seus clientes. Os impostos centralizados nesses lugares criaram uma divisão de mercado de bens e serviços específicos.

A população da cidade formava-se primeiro com a imigração de pessoas da região rural, portanto, a cidade jamais existiria sem a área rural. Nos séculos posteriores as cidades pré-industriais sempre tiveram uma alta taxa de mortalidade e, assim, a população de uma cidade só poderia manter seu nível ou aumentar por meio da imigração. Essa explicação básica para o crescimento das cidades também pode ser encontrada na região rural.

Tabela 11.2 População urbana por tamanho das cidades

População	Número de cidades		População urbana x 1.000	
	em 1300	em 1500	em 1300	em 1500
100.000	4	4	(400)	450
40.000-99.000	15	14	(750)	704
20.000-39.000	33	37	(890)	981
10.000-19.000	73	99	(950)	1.306
5.000-9.000	?	363	?	2.468
Totais	?	517	?	5.909

Do ponto de vista econômico, todas as cidades tinham um mercado e um centro de produção para as indústrias e serviços. Os habitantes das cidades só poderiam se alimentar se houvesse excedentes de alimentos nas regiões rurais periféricas para serem vendidos na cidade. À medida que a cidade crescia, os alimentos tiveram de ser trazidos para o mercado local através de regiões rurais mais extensas, e o mercado passou a ter dimensões inter-regionais. Os habitantes das cidades também tinham de produzir para poderem comprar alimentos e matérias-primas. Desse modo, todas as cidades dependiam inteiramente de seus canais de suprimento e de mercados potenciais para seus produtos. Em consequência, quanto mais uma cidade crescesse, mais teria de controlar as rotas comerciais em regiões extensas no interior.

Por outro lado, a presença de um mercado urbano estimulava a economia rural, porque a demanda incentivava a produção direcionada a suprimentos maiores e mais diversificados. O poder de compra foi concentrado na cidade que comprava diversos alimentos, como carne e laticínios, assim como matérias-primas da região rural para abastecer a indústria – lã, couro, materiais de construção, combustível, corantes etc. As pessoas da cidade contribuíam para a diversificação da produção rural, ao comprar terras como um investimento seguro, com a criação de animais para abastecê-las e tornando-se proprietárias de jazidas de turfa, de fornos de calcinação, pedreiras ou vinhedos.

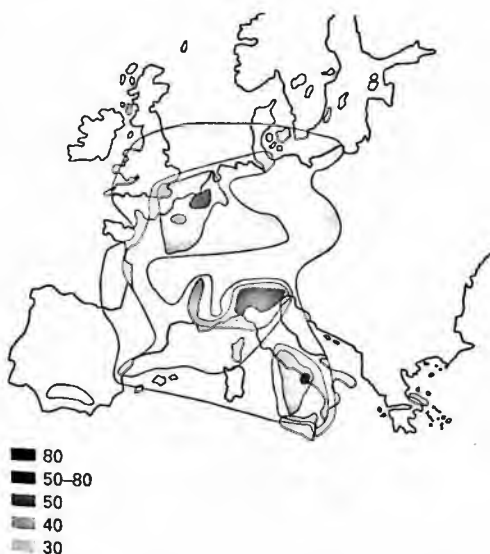
Algumas mercadorias escassas como vinho, certos tipos de madeira, ferro e pedra eram trazidas de lugares distantes. A demanda urbana teve um profundo efeito nos locais mais próximos, mas em produtos específicos os efeitos repercutiram em locais afastados. A criação de carneiro na Inglaterra rural, por exemplo, foi muito estimulada pela demanda de lã da indústria têxtil do norte da França e dos Países Baixos a partir do século XI. O alume era comprado nas minas da Turquia, o âmbar nas praias da Prússia e a resina de pinheiro e o alcatrão das florestas da Polônia eram enviados para as indústrias dos Países Baixos. Esse comércio gerou a necessidade de transporte de longa distância. Nesse sentido, a minoria urbana foi responsável por uma transformação considerável de parte do setor primário da economia.

A ligação inter-regional da cidade e da área rural pode ser observada na correlação entre o grau de urbanização e da densidade demográfica de uma região específica. Nas cidades mais habitadas, a densidade populacional no interior era proporcionalmente elevada, porque só em uma área rural superpovoada poderia haver uma imigração para a cidade. Além disso, a proximidade da cidade, com sua demanda e investimento de capital, provocou uma intensificação da agricultura.

Jan de Vries, um historiador americano, descobriu um método sofisticado de descrever em um único padrão o nível de urbanização das cidades

europeias no período pré-industrial (omitindo os Bálcãs por problemas técnicos de fontes). Esse método baseia-se em três fatores: (1) os números absolutos da população das cidades com mais de 10 mil habitantes; (2) as distâncias entre estas cidades; (3) a localização geográfica expressa em uma classificação. Para cada uma das 154 cidades com menos de 10 mil habitantes em torno de 1500, ele calculou o que chamou de “potencial urbano” em diferentes momentos nos três séculos entre 1500 e 1800. Ao mapear as avaliações foi possível reconstruir a geografia da urbanização de uma cidade ao longo do tempo, um processo que não foi determinado ou definido pelas mudanças contínuas e unidades políticas aleatórias, e, sim, pela realidade sociogeográfica.

Em 1500, Veneza ganhou a classificação absoluta mais alta. Isto não é surpreendente, pois com uns 120 mil habitantes era a maior cidade da época; havia também outras cidades grandes próximas, e Veneza era um porto. Três regiões se destacam com a classificação relativa mais alta, ou seja, com 80% da população de Veneza: o Vale do Po com Milão, Turim e Gênova; a região ao sul dos Países Baixos e o Golfo de Nápoles. Essas três regiões formavam uma grande área de consumo, enfatizando ainda mais a hegemonia das cidades do norte da Itália.



Mapa 11.1 Potencial urbano de Veneza em 1500 (= 100%)

Fonte: VRIES, Jan de. *European Urbanization, 1500-1800*. Cambridge, Mass., 1984, p. 160.

Depois desses três períodos de expansão acelerada as taxas caíram rapidamente para pouco mais de 50% ao redor de Paris e 50% na grande região do Loire via Londres para os Países Baixos, Utrecht, Gueldres e Liège; o Vale do Ródano e o litoral do Mar da Ligúria também tiveram um crescimento urbano expressivo. A Península Ibérica era pouco povoada, com exceção do nordeste da Andaluzia, das regiões central e norte da Europa e da periferia celta das ilhas britânicas. No norte da Itália e nas regiões costeiras e às margens dos rios nos Países Baixos, um entre três habitantes vivia em uma grande cidade. Na Europa central a proporção era de menos de um para 10. Esse é um contraste marcante que revela a imensa diversidade regional no continente.

É claro que existem alguns problemas no método usado por de Vries. Em especial, a restrição a cidades com um mínimo de 10 mil habitantes significa que na Idade Média muitas cidades que funcionavam como verdadeiros centros, foram ignoradas. De Vries fez a escolha de seu método de trabalho, a fim de manter uma medida padrão igual em sua perspectiva de longo prazo até 1800. No período anterior a 1750, as milhares de cidades com apenas alguns milhares de habitantes, constituíam pontos de referência em sua região devido à atividade econômica e administrativa. Algumas tinham uma importância particular para um ramo específico de alguma indústria, como por exemplo, um porto de pesca ou um mercado agrícola importante para uma região agrícola no interior. O papel exercido por algumas cidades pequenas tiveram uma relevância especial em áreas com baixos níveis de urbanização.

A Morfologia da Cidade Medieval

Os contemporâneos das cidades medievais tinham uma percepção clara de seu caráter distinto e, em muitos casos, os sítios arqueológicos testemunham suas características típicas. As muralhas, trincheiras e portões delimitavam o espaço urbano e as periferias do país. A comunidade da cidade isolava-se do resto da região no sentido literal e metafórico. Suas muralhas a protegiam de ataques e invasões. O modelo defensivo de uma cidade era uma reprodução ampliada das defesas de um castelo: muralhas em que se podiam andar em torno, ameias, torres de observação, portões fortificados e pontes levadiças. A comunidade da cidade vivia em um mundo dominado pelos guerreiros feudais, como um corpo estranho que tinha de usar os mesmos meios para se defender.

Na alta Idade Média as antigas *civitates* do ex-Império Romano ainda detinham algumas funções administrativas como sedes episcopais e, portanto, tinham características urbanas de uma cidade, embora bastante reduzida em comparação com a situação no século III. Reims, a metrô-

pole da província da Bélgica Secunda tinha uns 30 hectares; Colônia, a capital da Germânia Secunda, tinha mais de 96 hectares dentro de suas antigas muralhas. Muitas dessas antigas cidades constituíram o cerne da expansão medieval.

As comunidades das cidades mais antigas formadas espontaneamente expandiram-se em novos lugares com características bem diferentes das cidades romanas. Muitas cidades romanas foram planejadas a partir de um império centralizado com uma rede significativa de estradas. A maioria das cidades medievais não era planejada e sua localização determinava-se, basicamente, por caminhos navegáveis. Os lugares situavam-se nas confluências dos rios (Coblenz, Namur, Dordrecht, Ghent), na foz dos rios (Veneza, Hamburgo, Danzig, Kampen, Pisa, [Arne] Muiden), em pequenas ilhas com uma travessia mais fácil (Paris, Estrasburgo, Lille [= insula, L'Isle], Leiden), em enseadas naturais (Rouen, Antuérpia), em canais (Bruges, Utrecht, Douai), e no cruzamento de rios e estradas (Maastricht, Louvain).

Os primeiros habitantes das cidades compunham-se primordialmente de comerciantes e artesãos. Eles quase sempre se instalavam perto de algum antigo centro de autoridade, como uma abadia ou uma fortaleza, assim como em lugares com condições geográficas adequadas. A demarcação das esferas de influência dos senhores feudais poderia envolver muita negociação e com frequência conflitos, mas, no caso de uma ameaça, uma fortaleza sempre ofereceria uma proteção.

À medida que as cidades cresciam era preciso garantir sua segurança, no início com muros feitos de barro com uma paliçada e um fosso e, mais tarde, com uma muralha. Em Namur, o centro de trabalho em metal, no *portus* ou *vicus*, como era chamado o povoamento dos comerciantes e artesãos, havia um sistema de defesa com fortes e fortalezas desde 937. Em Colônia foi construída uma muralha ao redor de *Rheinvorstadt*, nos arredores da cidade em 948, um povoamento no Reno fora das muralhas da antiga cidade. Verdun, às margens do Rio Meuse, foi um centro importante do comércio de escravos na alta Idade Média e tinha um povoado comercial defendido por fortificações antes de 985. Ao longo do século XI novas muralhas foram construídas em Liège, Tournai, Bruges e Ghent. Utrecht, que exerceu um papel importante no comércio no Rio Waal, principal distributário do Reno e no Rio IJssel, foi fortificada em torno de 1122.

O tamanho e a cronologia do crescimento das cidades podem ser observados na sucessão de muralhas construídas como círculos concêntricos ao redor dos centros das cidades. A cidade de Estrasburgo foi originalmente construída em uma ilha no Rio Ill com 71 hectares dentro

de suas muralhas fortificadas em 1220. Depois de sua expansão, a cidade murada tinha uma área de 99 hectares no início do século XIV e 202 hectares em 1541.

A cidade murada de Paris, datada do início do século XIII, tinha 2,8 quilômetros de comprimento ao longo da margem direita do Sena, 2,5 quilômetros na margem esquerda e seu território abrangiam 253 hectares. Quando essas fortificações aumentaram no início do século XIV, a cidade já ocupava 439 hectares. Em Flandres e Brabante as cidades expandiram-se com menos concentração territorial e com edificações mais baixas do que no sul. A cidade de Ghent era a mais extensa, com uma área de 644 hectares e muralhas de quase 13 quilômetros de circunferência.

Dois aspectos destacam-se nesse ponto. As comunidades das cidades que fizeram investimentos consideráveis nessas fortificações arrecadaram recursos financeiros para construí-las. Os primeiros trabalhos públicos com escrituração contábil foram realizados sob controle da comunidade. Por sua vez, a crescente expansão das cidades dificultou o cerco das ofensivas militares.

A morfologia da cidade medieval foi resultado do processo natural de crescimento que, de acordo com as condições do terreno, expandia-se concentricamente a partir de um ou mais núcleos em diversas direções. Por esse motivo, o planejamento das cidades medievais era irregular e tinha uma forma semicircular ou circular (a cidade poderia localizar-se em uma ou em duas margens de um rio), e dividia-se em duas partes por eixos que iam do mercado central até os portões. As cidades portuárias nos Países Baixos de Nieuwpoort, Damme e Grevelingen fundadas pelo conde de Flandres nos anos 1160, e Schoonhoven e Leerdam na Holanda são exemplos de cidades construídas com o padrão de jogo de xadrez das cidades romanas. O duque da Baixa Áustria construiu Wiener Neustadt em 1194 como uma proteção contra os húngaros, e a cidade foi financiada com o resgate pago pouco antes por Ricardo Coração de Leão (ver Capítulo 9). Como parte da política de *Ostkolonisation*, pouco depois de 1200, os alemães fundaram uma série de cidades ao longo do litoral sul do Mar Báltico, como Stralsund, Greifswald, Rostock, Danzig e Riga. As cidades colônias fundadas pela Ordem Teutônica na Prússia (Torun/Thorn e Elblag/Elbing no Rio Vístula) tinham uma forma mais geométrica. No entanto, a tendência geral era de fundações de cidades sem planejamento e com um desenvolvimento espontâneo. O crescimento das cidades na Idade Média foi, em grande parte, um processo sem controle que causou uma ruptura considerável na ordem social estabelecida.

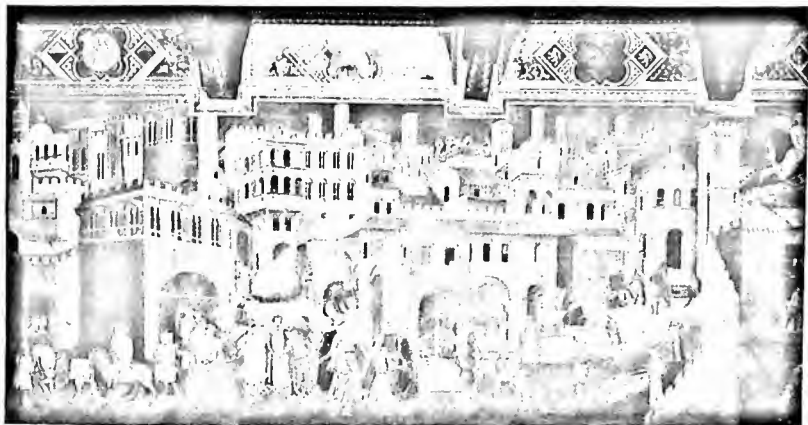


Ilustração 11.1 Cenas urbanas da primeira metade do século XIV. Afresco da Alegoria do Bom Governo de Ambrogio Lorenzetti no Palazzo Pubblico de Siena

AUTONOMIA

Os Privilégios Urbanos

As muralhas eram um símbolo da separação do *status* legal da comunidade de uma cidade. A cidade pré-industrial na Europa tinha seus próprios costumes e leis especificamente elaboradas para as sociedades urbanas. Essa característica originou-se no pacto de juramento que os habitantes das cidades em épocas anteriores haviam feito como proteção mútua. Eles juraram ajudar uns aos outros se fossem atacados na cidade ou em uma viagem, e tinham uma coexistência pacífica. Essas *coniurationes*, no sentido literal de “juramento mútuo” ou de “sociedades ajuramentadas”, puseram em prática um antigo recurso legal, típico de sociedades iletradas e grupos de pessoas que reagiram contra a ordem predominante, isto é, o juramento coletivo e o juramento em relíquias sagradas que implicavam a ameaça da retribuição divina, assim como, o castigo corporal a quem o violasse.

Conhecemos essas *coniurationes* por meio de referências de tradições escritas antigas de privilégios urbanos ou em crônicas. A solidariedade recíproca desses habitantes das cidades os protegia da violência inerente nas relações do poder feudal, diante do qual, como indivíduos, eram fracos mas como um grupo, fortes. Esse espírito solidário dos antigos habitantes das cidades era compreensível, porque eles tinham vindo juntos de vários lugares próximos ou distantes, com frequência para escapar de uma condição de servidão, além de haver ainda a possibilidade de serem obrigados a voltar

para seus antigos senhores. O Estatuto de Valenciennes, originalmente denominado “paz”, passou a ser chamado de “comunidade” ou “comuna” em suas cartas de direitos o que significava, uma comunidade que fizera um juramento e, portanto, usufruía dos plenos privilégios da cidade. Esses cidadãos eram legalmente livres, sem as limitações vinculadas à posição de servos em uma propriedade rural, como tarefas, obrigações servis pagas em dinheiro ou em troca de produtos ou de outros serviços, restrições de liberdade de movimento ou de escolha de casamento. Por essa razão, a área urbana era também chamada de área “livre” da cidade. Os privilégios das cidades eram pessoais e não se aplicavam a todos os habitantes, mas só aos seus cidadãos em qualquer local onde estivessem, dentro da cidade ou em outros lugares.

Os administradores e magistrados de uma cidade, chamados de conselheiros municipais, tinham o direito exclusivo de proteção e jurisdição sobre os cidadãos. Essa prerrogativa, é claro, provocou disputas contínuas de competência com outras jurisdições.

A luta pela liberdade nas cidades que ocorreu nos séculos XI e XII foi quase sempre violenta, visto que enfrentava um mundo dominado por cavaleiros e suas guerras particulares. O conflito entre as cidades desenvolvidas da Lombardia, que como comunas sob a liderança de um cônsul eleito tinham se libertado do poder territorial dos bispos em torno de 1100, e de Frederico Barbarossa na Lombardia é bem conhecido. Apesar de sua vitória sobre Milão, Barbarossa não conseguiu dominar a liga das cidades lombardas e, em 1183, foi obrigado a reconhecer sua autonomia sob uma condição de vassalagem nominal. No século XII os reis alemães reconheceram os direitos de liberdade dos habitantes das antigas cidades episcopais ao longo do Reno, mas não as reconheceram como cidades autônomas por muito tempo. Aproximadamente nessa mesma época, os reis da França concederam direitos de autonomia local a diversas cidades no norte de seus reinos, como uma estratégia para fortalecer as monarquias perante os poderosos senhores feudais, que ainda controlavam esses territórios. O Rei Luís IX explicou essa concessão de autonomia claramente, em suas *Enseignements* (instruções) ao seu filho: “Reconheço que Paris e as boas cidades do meu reino ajudaram-me a enfrentar os barões quando estava recém-coroad.”

BOXE 11.1 A “PAZ” DE VALENCIENNES

Um exemplo antigo de um estatuto abrangente de uma cidade é a chamada “Paz” de Valenciennes concedida pelo Conde Renaud IV de Hainault, em 1114. A concessão foi um prolongamento de uma série de decretos que

deu privilégios às cidades da atual região norte da França: Cambrai em 1077, Saint-Quentin em 1080, Beauvais em torno de 1099, Noyon em 1108 e Laon por volta de 1109.

Os primeiros documentos escritos eram apenas o reconhecimento de um senhor feudal ou de um bispo de uma situação existente, que consistia em uma “comunidade” ou “comuna” com suas leis consuetudinárias elaboradas com base em juramento coletivo. A designação “paz” indicava a principal preocupação da cidadania: a proteção contra a violência do mundo dos cavaleiros. O movimento da paz promovido por bispos e abades no sul da França pouco antes do ano 1000 sedimentara o caminho para a fundação de jurisdições territoriais mais específicas e autônomas, não sujeitas à lei feudal. As cidades tornaram-se ilhas de paz em meio a um mundo onde reinava a incerteza legal e a falta de segurança.

Aos 16 anos, todos os cidadãos de Valenciennes tinham de fazer um juramento solene de que preservariam a “paz”. Quem se recusasse a fazê-lo, mesmo depois de um dia para pensar no assunto, seria convidado a se retirar imediatamente da cidade, e sua casa era demolida. A comunidade baseava-se no apoio mútuo compulsório e na solidariedade dentro e fora das muralhas da cidade. A “paz” previa castigos específicos para as cidades, nos quais a vingança pessoal era substituída por multas oficiais. A exclusão da “comunidade”, mais tarde aplicada como um banimento, era uma forma de punição. O castigo corporal só era imposto a estrangeiros, àqueles que não pertenciam ao círculo de “homens da paz”. A “paz” tinha o objetivo de substituir a prova irracional (julgamento por ordálio e duelo judicial), sempre que possível com o testemunho de pelo menos dois “homens da paz” ou cidadãos da cidade. Esse estatuto é um dos textos não eclesiásticos mais antigos que mencionam esses procedimentos. Os artigos a seguir (havia 57 artigos na versão mais antiga) esclarecem as preocupações dos cidadãos:

1. “É solenemente cumprido e aceito em paz que todos os comerciantes que vierem para o mercado de Valenciennes ou saírem dele permanecerão em segurança o tempo inteiro, eles e suas mercadorias, com a única exceção dos cidadãos de Douai. Quem quer que desobedeça essa recomendação e, ao ser visto praticando um ato incorreto, e se for considerado culpado pelo testemunho de dois homens de paz de Valenciennes, mesmo sendo um cavaleiro, deverá reparar o dano causado ao comerciante e pagar uma multa de 60 xelins, dos quais o comerciante receberá 20 e o chanceler da paz 40...
2. Qualquer pessoa, seja cavaleiro ou não, que rouba mercadorias ou outros artigos, móveis ou não, dos homens de paz da cidade de Valenciennes em seu caminho para o mercado ou outro lugar, e ao ser visto cometendo um ato incorreto e for julgado culpado pelo testemunho de dois homens de paz, deve pagar as multas descritas acima...

3. Se uma pessoa de uma região vizinha vier ou partir do mercado de Valenciennes entre o amanhecer de quinta-feira e o amanhecer de segunda-feira, seu senhor não a prenderá, a menos que seja levada para o tribunal do conde... Se o governador ou seu senhor maltratar o homem esse ato será considerado uma violação da paz e incorrerá em uma multa de 60 xelins pagável ao conde e ao chanceler...
4. Se um cidadão da cidade da paz for abordado e molestado em outro mercado, em razão da administração da justiça ou por outro motivo, seu acusador será julgado culpado de violação da paz, assim como se tivesse acontecido em nossa cidade."

Bibliografia: GODDING, Ph.; PYCKE, J. La Paix de Valenciennes de 1114. Commentaire et Édition Critique. *Bulletin de la Commission Royale pour la Publication des Anciennes Lois et Ordonnances de Belgique XXIX*, 1981.

Os bispos, que eram senhores de suas sedes episcopais desde o estabelecimento dos bispados, resistiam mais a renunciar aos seus direitos em benefício da comunidade urbana. O conflito baseava-se na questão da liberdade pessoal de todos os habitantes de uma cidade, o reconhecimento de que não tinha mais as obrigações e restrições da condição de servo. Decidiu-se por consenso que os habitantes dessa cidade adquiririam a liberdade legal depois de morar na cidade por um período de um ano e um dia.

Uma etapa importante no movimento em direção à emancipação das cidades consistiu em sua reivindicação de autonomia, o direito de formular seus próprios costumes e leis consuetudinárias para sua comunidade e de exercer jurisdição sobre esta mesma comunidade. Essa autonomia significou que o senhor feudal do condado onde se localizava a cidade teria de renunciar à sua autoridade sobre tudo, ou a sobre parte da região.

A maioria dos senhores feudais estabeleceu um preço para a concessão de autonomia, na forma de aluguéis vitalícios, impostos e em uma participação nos rendimentos crescentes das taxas e administração da lei. Os resultados dessas disputas tinham características diferentes segundo os lugares e dependiam da proximidade e poder do senhor da cidade, além do tamanho e da riqueza da comunidade para manter o equilíbrio. Do mesmo modo, os privilégios de uma cidade eram continuamente sujeitos a revisões e adaptações, induzidas pela evolução da sociedade e das relações de mudança de poder.

Portanto, os costumes e as leis consuetudinárias de uma cidade consistiam em uma mistura estranha de privilégios concedidos por escrito por autoridades ao longo de séculos, e suas interpretações e extensões na

prática cotidiana. Em uma forma tangível, esses privilégios poderiam ser vistos como um baú pesado cheio de documentos selados e de documentos comprobatórios de diversas autoridades – de papas, imperadores, reis e senhores feudais locais. Todos podiam opinar em assuntos específicos e, às vezes, o governante concedia amplos direitos no tocante à justiça criminal e aos direitos econômicos.

Esses estatutos não eram muito sistematizados. Em razão de muitos estatutos declararem que a magistratura tinha o direito de interpretar o estatuto e de alterá-lo se necessário, as leis consuetudinárias verbais seguiram o ritmo das leis escritas, como um tipo de jurisprudência baseada na força da precedente. As leis consuetudinárias só poderiam ser reformuladas pelos arquivos jurídicos de uma cidade, ou recorrendo à memória de antigos funcionários. Isso ocasionou disputas frequentes entre os governantes, os conselhos municipais das cidades e os funcionários locais. A situação mudou bem devagar a partir do século XIV com o desenvolvimento de uma hierarquia judiciária, na qual os tribunais centrais dos governantes puderam rever os veredictos dos tribunais de justiça locais.

No entanto, o conjunto de características da legislação vigente manteve-se durante o *Ancien Régime*; uma pessoa submetia-se a um sistema judiciário específico seja porque pertencia a uma classe social privilegiada (clero, nobreza, funcionário do reino) ou se era cidadão de uma cidade ou vilarejo com privilégios. A lei aplicada no senso estrito ao território era extremamente rara. Na verdade, quanto mais forte fosse o peso econômico e demográfico de uma cidade, mais chances ela tinha de preservar sua autonomia jurídica. Sendo assim, a legislação das cidades era territorial, uma vez que se aplicava em princípio a todas as pessoas dentro de suas muralhas e à comarca próxima (dentro da jurisdição da cidade), e também pessoal porque era aplicada aos cidadãos da cidade onde estivessem.

A Ordem Pública

A administração e o sistema judiciário de uma cidade eram sempre controlados pela comunidade de cidadãos. Os comerciantes mais ricos, os homens de negócios e proprietários de terras monopolizavam o poder. Os conselhos municipais eram, em geral, plutocracias que usavam a cooptação para manter o poder dentro de um círculo de poucas famílias. De acordo com os estatutos concedidos pelo governante, eles exerciam o poder político, assim como os poderes judiciais e legislativos, devido à delegação de autoridade de príncipes que reuniam todas essas características por sua posição. Os conselhos municipais tinham o direito de nomear um oficial de justiça que, como seu representante, pedia aos juizes que dessem seus veredictos e os executassem.

Depois de 1170, o Conde de Flandres nomeou *ballivi* (bailios) com essa função, funcionários a quem recompensava com um pagamento em dinheiro. Em outros lugares, esses oficiais de justiça eram também chamados de *schout*, xerife, *Schultheiss* ou *amman*, *Ambtmann*. A dupla função de administrador e juiz manteve-se nas cidades da Europa até o final do século XVIII.

Na comunidade da cidade e na área ao redor da jurisdição definida como cidade, a regra da paz, no sentido de exclusão do direito de retaliação ou de fazer justiça por suas próprias mãos prevaleceu. No entanto, muitos conflitos eram um prolongamento do direito de feudo dos cavaleiros. Até o final da Idade Média e ainda por mais tempo na Europa central, todas as cidades lutaram contra a tendência das famílias mais importantes de seguirem o código dos cavaleiros e de resolver suas diferenças em guerras privadas. No privilégio concedido pelo Conde Carlos o Bom de Flandres à cidade de Ypres, em 1116, ele permitiu que os cidadãos solucionassem seus conflitos de uma maneira mais pacífica e racional, ao indicar que cinco homens honestos testemunhassem sob juramento pelo autor do processo judicial, em vez de um julgamento pelo combate e julgamento por ordálio com água fervendo ou ferro quente.

Nos 28 artigos do privilégio concedido de 1165 a 1177, pelo Conde Felipe da Alsácia a Ghent e a seis outras grandes cidades de seu condado de Flandres, metade dos artigos referia-se à prevenção de atos de violência; 10 relacionavam-se a procedimentos jurídicos.

A vingança, a luta dos feudos com base em suas próprias leis, era o arquétipo para recuperar o *status* prejudicado. Não havia governo para impor uma punição, e sim famílias com seus seguidores unidas em uma relação recíproca. O dano sofrido, mesmo que fosse apenas uma questão de honra ultrajada, tinha de ser compensado segundo um determinado código. No início, essa prática só se aplicava aos que podiam ter armas, ou seja, os homens livres. Com frequência, as partes em conflito não se reconciliavam rapidamente, porque a vingança implicava o risco de compensação, mais dura do que seria justificável e, assim, o desequilíbrio inclinava-se na outra direção.

Logo que um mediador conseguisse a reconciliação, com as compensações concomitantes, a recuperação da honra ultrajada, peregrinações pela salvação da alma das vítimas e doação de instituições de caridade ou a serviço de Deus, as partes litigantes deveriam se comportar como amigas, porque não havia mais razão de ressentimento. Os privilégios das cidades flamengas de 1165-1177 não contestaram o direito dos “homens bons” da cidade de travar uma batalha local, mas sem dúvida esses “homens bons” constituíam a elite da cidade. Entretanto, os *scabini*, magistrados da cidade ou conselheiros municipais, tentavam reconciliar as partes litigantes e fazer um acordo, sob pena de multa.

Nem os *scabini* nem os oficiais de justiça eram obrigados a processar os proprietários dos feudos, ou agir como juízes criminais em seus assuntos; eles só poderiam puni-los no caso da recusa de reconciliação. As partes litigantes tinham o direito de fazer acordos referentes à compensação, causando igual dano a outra parte ou obtendo uma satisfação financeira e moral. Como os magistrados da cidade não podiam intervir e punir os feudos, a posição deles era fraca *vis-à-vis* as famílias mais importantes da cidade, cujos membros eram com frequência magistrados e, portanto, tinham interesse em controlar a justiça.

Até o século XV, as grandes e poderosas cidades do norte e da região central da Itália enfrentaram sua fraqueza estrutural em relação às suas elites. Nos séculos XII e XIII, essas cidades foram governadas por cônsules de sua comunidade, e cada uma delas era presidida por um oficial de justiça, o *podestà*, um juiz profissional que, em geral, não era habitante da cidade e, por isso, tinha uma posição acima das partes litigantes, o que o permitia manter a paz e a coesão social. Desse modo, as comunas conseguiram romper com o regime oligárquico das *milites*. Originalmente, o *podestà* era nomeado por um período de um ano ou seis meses. Quando assumia o cargo, ele prestava juramento de obedecer aos estatutos e às leis administrativas da cidade, inclusive as novas leis de seu predecessor, que eram acrescentadas ao livro dos estatutos na ocasião. Assim, havia uma tradição legal sólida, apoiada por um documento escrito. A formação jurídica, como a proporcionada pela famosa Universidade de Bolonha, formou oficiais de justiça, tabeliães e juízes que introduziram uma cultura legal superior nas cidades. Esse alto grau de profissionalismo jurídico no sistema legal limitou-se por muito tempo às cidades das regiões norte e central da Itália. A partir do século XIV, o papel do *podestà* enfraqueceu-se devido à burocratização ou pelo surgimento de um novo tipo de regime senhorial.

Não obstante, as famílias urbanas importantes continuaram a controlar e aterrorizar as cidades. Elas organizavam-se como clãs, com uma rígida hierarquia de descendência pela linhagem masculina, rodeados por parentes e seguidores que também pertenciam à elite. Uma terceira classe social era formada pelos sargentos, serviçais pagos. Todas as pessoas agiam de acordo com um código similar ao dos cavaleiros, embora a violência fosse de natureza mais instrumental e menos profissional. Os membros do clã uniam-se por lealdades recíprocas. Revivemos a cultura dos cavaleiros ao analisar os clãs das cidades da Itália e de Flandres, enfeitados com as cores de seus brasões de família, exibindo uma virilidade inquieta para afirmar sua honra e *status* e, se necessário, demonstrar sua força física superior. As magníficas casas de pedra dos clãs dominavam a paisagem da cidade. Com sua óbvia habilidade de rechaçar um cerco com construções sólidas,

as ameias e torres irradiavam força. Nas cidades das regiões norte e central da Itália, com San Gimignano ainda como um bom exemplo, todas as casas luxuosas tinham torres altas, com uma função militar e simbólica.

A explicação decisiva da rivalidade constante entre os clãs das cidades italianas encontra-se na disseminação da violência e nos meios de cometê-la. Como a comuna (quanto a essa palavra, ver p. 351-352) não tinha força suficiente como um governo coletivo para impor a ordem pública, os clãs impunham suas regras nas ruas. Enquanto estiveram encarregados da administração da cidade, nada mudou. Às vezes um poder superior externo conseguiu impor a paz como no caso do Conde Felipe de Flandres, que deu um pequeno apoio aos magistrados da cidade em torno de 1170. Na prática, durante o século XIII os condes quase não tinham autoridade sobre as cidades poderosas e a administração da cidade pertencia ao domínio da iniciativa privada.

A situação repetia-se na Itália, e até mesmo os poderosos imperadores Hohenstaufen admitiram sua impotência diante das cidades da Lombardia. As diversas facções políticas nas cidades aproveitaram a cisão política entre o imperador, o papa e mais tarde entre os reis da Sicília e de Nápoles para fortalecer sua posição, com a formação de coalizões. A disputa territorial era vantajosa para as cidades. As facções originalmente surgiram das divergências entre os reis alemães rivais. Os Hohenstaufen, cuja fortaleza em Waiblingen lhes conferiu o epíteto de gibelinos na Itália, eram líderes de um dos partidos, ao passo que a oposição ao imperador nas cidades da Lombardia procurou o apoio do partido dos guelfos e, como um movimento de protesto, apoiou o papa.

Assim que se enraizaram na cultura política, essas facções políticas opostas não desapareceram com facilidade. As disputas tinham uma longa tradição, e todas as outras tensões resultavam dessa conjunção política. A facção dominante dos guelfos em Pistoia e Florença dividiu-se em guelfos negros e brancos durante o século XIV. Em face dessa situação complexa, as elites tinham interesse mútuo em manter seu poder oligárquico, sobretudo, quando o poder ficou ameaçado no século XIV com as reivindicações dos artesãos. Diante desse desafio, as autoridades das cidades fortaleceram sua legitimidade, ao assumir um papel intermediário de defensores do bem-estar comum. Diversas palavras foram usadas para expressar o ideal abstrato do bem-estar comum, vinculando-o aos princípios da lei romana: *bonum commune*, *utilitas publica*, *quod interest civitati*, a prosperidade da comunidade, o bem público. Os interesses da cidade justificavam a interferência em alguns aspectos e até mesmo em normas legais. Quando as autoridades conseguiam recorrer a esses princípios gerais nas decisões individuais, suas ações adquiriam mais fundamento, enquanto a coesão da elite e da cidade também aumentava. O apoio dado pelos advogados profissionais aos administradores

ajudou-os como instituição, a dispensar os partidos. O papel deles como juizes era decisivo, porque revelava eficiência e credibilidade no estabelecimento e manutenção da ordem pública. Os processos criminais apresentados *ex officio* pelo oficial de justiça de ofensas contra o bem-estar comum, como violações à paz, exigiam muita habilidade da autoridade para investigar os transgressores e executar um processo judicial legítimo contra eles.

A justaposição de um procedimento privado de reconciliação, no qual os magistrados municipais agiam apenas como intermediários e espectadores do acordo negociado, e os processos criminais públicos *ex officio* desapareceram da Europa ocidental entre os séculos XIV e XVI. Esse fato pressupõe que a paz, ainda uma circunstância excepcional no século XI e XII, a partir de então seria considerada uma situação normal. Porém, essa paz só poderia ser mantida efetivamente se o governo fosse forte, baseado no reconhecimento, de que, somente ele detém o uso legítimo da força. Os decretos criminais promulgados pelo Imperador Carlos V em 1530-1532 no Sacro Império Romano Germânico e as leis dos Países Baixos encerraram, formalmente, o direito de retaliação. Nas regiões onde a autoridade do governo era fraca, como no Tirol, sul da Itália, na Sicília e na Córsega, por exemplo, o domínio feudal perpetuou-se por vários séculos.

Poder Público e Bem Comum

Em áreas com menos suscetibilidades políticas, as cidades conseguiram criar funções públicas com mais rapidez. Como uma associação jurada, a comunidade original convertia-se em uma entidade legal, exigindo e demonstrando solidariedade, um conceito abstrato em comparação com os vínculos pessoais peculiares do feudalismo. A jurisdição das cidades havia sido demarcada com precisão, durante sua luta com seus antigos senhores feudais, preservando as instituições da Igreja e as imunidades dos príncipes dentro de suas muralhas.

A construção das muralhas de uma cidade exigia um enorme esforço por parte das cidades. Era preciso criar um sistema de impostos que incidia principalmente nos bens de consumo. Assim, os cidadãos sabiam que faziam esforços para sua comunidade, como haviam feito na arrecadação de impostos ou no pagamento de resgate para seus senhores. No final do século XIII, a administração dos recursos coletivos era um ponto de atrito entre a oligarquia estabelecida e os artesãos, que haviam começado a se organizar em guildas e queriam saber como era gasto o dinheiro arrecadado dos impostos. Depois das revoltas das guildas de artesãos em 1279 e 1280, o Conde Guy de Flandres obrigou os magistrados das maiores cidades de seu condado a prestar contas das receitas e despesas públicas e, portanto, de se responsabilizarem por suas ações na condução da vida pública. Nesse

mesmo período, as cidades formaram suas milícias organizadas de acordo com os distritos e ofícios. Com suas bandeiras e túnicas coloridas, elas exprimiam com energia a autopercepção dos cidadãos. Além das muralhas, as cidades construíram prédios com uma função pública: a Câmara Municipal, é claro, mas também campanários, os *belforts*, *belfries* da França e de Flandres. Eles serviam a diversos objetivos como, por exemplo, de torre de observação, de tocar sinos em eventos públicos e para marcar o início e o fim de um dia de trabalho (esses campanários tinham relógios de Sol ou relógios mecânicos) e onde o cofre com os estatutos dos privilégios da cidade era trancado. Ao longo do tempo, a torre imponente tornou-se um símbolo da cidade. Outras construções públicas incluíam mercados, locais para a venda de alimentos, armazéns, portos, canais, diques, pontes, estradas, guindastes, casas de pesagem, tubulações de água e fontes. As cidades criaram ainda espaços públicos, em primeiro lugar os mercados, a principal função da cidade, mas também ruas e praças que eram usadas para manifestações públicas ou de aspectos da vida urbana cotidiana. As igrejas, financiadas com o dinheiro da comunidade da cidade e administradas pelo clero ou conselhos de pessoas laicas, também tinham funções de prédios públicos. A arquitetura da cidade proporcionava uma estrutura de um estilo de vida, que refletia de maneira tangível o conceito de comunidade.

É interessante observar a extensão do domínio público nas cidades. No início, as obras beneficentes ficavam a cargo da Igreja, mas com a criação de instituições públicas os representantes das autoridades da cidade passaram cada vez mais a controlá-las. Eles supervisionavam a administração de suas propriedades e elaboravam regulamentos; seu relacionamento com doadores privados e serviços de caridade religiosos era muito respeitado. Os hospitais e o atendimento às pessoas pobres eram administrados pelas ordens religiosas, sobretudo, nas paróquias. A assistência às pessoas idosas, viúvas e órfãos era realizada pelas guildas e confrarias. Em todos esses casos, as autoridades da cidade exerciam uma função de supervisão. A administração dos hospícios, assim como da prisão, pertencia à esfera da ordem pública a cargo da cidade. No século XV, as cidades tinham médicos e parteiras para ajudar em casos de desastres públicos como escassez de víveres e epidemias.

Nas primeiras décadas do século XVI as autoridades das cidades na Europa inteira assumiram a função organizacional, para coordenar e impor um controle rígido às diversas formas de ações beneficentes. Com o novo crescimento demográfico surgiu a necessidade de racionalização em períodos de dificuldades econômicas. Durante o século XIV várias cidades fundaram escolas, uma ruptura evidente do monopólio tradicional da Igreja. A disseminação da Reforma acelerou esse processo, porque agora todas as congregações eclesiásticas queriam conquistar as almas das crianças.

Nas cidades pré-industriais as autoridades locais encarregavam-se de tarefas administrativas, legislativas e judiciárias, como vimos. A separação desses poderes em nível local só ocorreu em torno de 1800. Na administração da justiça, as tarefas em geral se dividiam. Um oficial de justiça (bailio, *schout*, *amb[t]man*, *Schuldheiss*, *sénéschal*, *podestà*, alcaide, corregedor, xerife), a serviço do governante, continuou a supervisionar o processo jurídico: ele convocava os juízes, dirigia os trabalhos e executava a sentença. Devido aos estatutos da cidade, a interpretação das normas jurídicas recaía nos conselheiros municipais eleitos pela comunidade local. Eles pronunciavam o julgamento de acordo com as leis locais estabelecidas pelos privilégios e costumes. Em muitas cidades da Itália e da França a administração da justiça era realizada pelos notários, segundo a tradição romana, em especial o registro de acordos privados e a distribuição de documentos comprobatórios às pessoas envolvidas. Com frequência, os conselheiros municipais supervisionavam a tutela dos órfãos, com o objetivo de controlar as discussões entre as famílias em questões de herança e de um feudo. As atividades relacionadas ao comércio e à indústria sujeitavam-se também aos regulamentos da cidade e, por conseguinte, os conselheiros municipais agiam como juízes com referência à aplicação das leis.

Nas regiões do norte da Itália, Flandres e Alto Reno, onde os artesãos participavam das cortes de justiça dos conselheiros municipais, formaram-se grandes conselhos compostos por centenas de representantes das guildas de artesãos e de pessoas ricas das cidades. Esses conselhos tomavam decisões em relação a impostos e outros assuntos de ordem geral; instituições similares escolhiam os conselheiros municipais mediante procedimentos complicados. A partir do século XIV, o cargo de conselheiro municipal limitou-se a um mandato de um ano, com a possibilidade de renovação imediata, dependendo da estrutura administrativa da cidade. Em quase todos os lugares, era muito mais difícil para os artesãos seguirem uma carreira política do que os comerciantes ou cidadãos ricos. Sem exceção, os artesãos bem-sucedidos, tanto em riqueza quanto em estilo de vida, suplantavam sua classe social.

As diversas áreas em que as cidades realizavam funções coletivas até o século XVI constituíam, pelo menos nas grandes cidades, um ambiente social muito diversificado de contatos humanos profundos. Isso acentuou conflitos potenciais, mas também, sem dúvida estimulou a criatividade, permitindo que as cidades, ao se modernizarem, ganharam vantagem sobre as regiões rurais. A ideia de *res publica*, de administração do Estado, mais uma vez adquiriu um significado perceptível e original nas cidades, pela primeira vez desde o período romano. Na verdade, o conceito medieval de comuna referia-se à comunidade que formava uma identidade coletiva e organizava seus assuntos em um contexto público, em termos mais concretos do que o conceito de *res publica* dos eruditos inspirado na linguagem da

Antiguidade. Nesse sentido, as cidades progrediram muito mais do que as monarquias, que tiveram dificuldade em fazer uma distinção entre domínio público e o patrimônio privado do governante. No entanto, a restrição fundamental do conceito de governo público de uma cidade era sua particularidade; cada cidade tinha suas próprias leis e não queria que ninguém se intrometesse ou desejasse compartilhá-las. Embora tenha começado como um direito, com seu caráter liberal desde a época dos primeiros estatutos, a cidadania aos poucos se tornou um sistema restrito de privilégios, que excluía as pessoas que não eram cidadãos e a população rural.



Ilustração 11.2 Hans Leu o Velho. Vista de Zurique, c. 1492-1496. À direita vê-se a torre da prisão

Esse desejo de particularidade caracterizou as sociedades urbanas na Europa pré-industrial. Quando ocasionalmente havia alguma forma de cooperação mútua, isso era resultado da subordinação de cidades menores às cidades maiores, como nos estados regionais italianos dominados por metrópoles como Florença, Milão e Veneza e as colônias controladas por Gênova e Veneza, ou em uma base muito instável. Os cidadãos visavam aos seus interesses imediatos e não queriam compartilhar seus privilégios com outras cidades. Mesmo dentro das cidades eclodiam conflitos violentos entre clãs, classes sociais e profissões. O corporativismo egoísta era a consequência do conceito original igualitário de comunidade. Só depois da Revolução Francesa a rígida territorialidade jurídica foi imposta em todos os lugares. É interessante observar que as palavras “cidadão” e “burguês”, que indicam cidadania, surgiram de um ambiente no qual o conceito de lei pública foi reinventado na Europa: a cidade.

RELAÇÕES SOCIAIS

Governo da Nova Elite

Na primeira etapa do desenvolvimento das cidades a sociedade era aberta e igualitária. A população das cidades tinha origens geográficas e sociais bem diversificadas e tentava beneficiar-se das condições favoráveis para construir uma nova vida. Na maioria dos casos as pessoas haviam se livrado da condição de servos das regiões rurais superpopulosas e queriam, acima de tudo, conquistar a liberdade para prosperarem. Essa diversidade significava que as pessoas precisavam ser receptivas em relação às diferenças individuais e estar preparadas para cooperar com outras pessoas. Como os proprietários de terras e os senhores feudais ainda exerciam muita autoridade, as pessoas das cidades precisavam mostrar sua coesão para sobreviver em um ambiente intimidador. Esse fato explica o forte compromisso de solidariedade expresso nos estatutos mais antigos das cidades e nos regulamentos das guildas de comerciantes. Isto explica o fortalecimento do espírito comunitário com o juramento compulsório de aliança dos cidadãos, com os rituais coletivos da Igreja e as rodadas de bebida nas guildas. No início, essa nova sociedade coesa era composta por pessoas iguais que haviam se libertado da servidão, ao obterem os direitos de cidadania após viverem na cidade por um ano e um dia. A liberdade para elas significava que a partir de então estavam livres das inúmeras obrigações e das restrições aos seus movimentos e ações.

A princípio, a liberdade como uma não interferência nas ações de uma pessoa tinha uma conotação negativa. Um homem era livre quando não mais “pertencia a alguém”, uma posição de dependência que exigia homenagem, obediência, serviços e dedicação integral. De nossa perspectiva ocidental e diante da aceitação desses valores fundamentais, é difícil avaliar o efeito radical que esses novos desenvolvimentos tiveram na ordem social dos séculos XI a XIII. As relações feudais construídas a partir de diversos vínculos de dependência entre pessoas de *status* desigual deram uma estrutura vertical à sociedade, com dois modelos: o patriarcal e o feudal. No contexto da família e das comunidades monásticas, a autoridade paternalista amorosa e misericordiosa do mais forte predominava. A autoridade do abade e do *pater familias* originava-se de Deus Pai. A relação entre um senhor feudal e seu vassalo, ou entre o proprietário de uma mansão senhorial e seu servo, também se baseava na desigualdade, apesar de se revestir de sentimentos de lealdade e proteção.

Paralelo a essa tendência vertical, surgiram os vínculos sociais nas cidades onde pessoas de posição social semelhante comprometeram-se a oferecer um apoio e solidariedade mútuos. A inspiração desse compromisso

pode ter sido em parte de ordem religiosa, porque para a Igreja todos os fiéis eram iguais perante Deus, como demonstravam as confrarias religiosas. Mas neste estudo a questão decisiva são as circunstâncias nas quais uma situação nova e desestruturada ofereceu a todas as pessoas das cidades as mesmas oportunidades, desde que houvesse uma solidariedade mútua.

Em algumas cidades, essa tendência igualitária confrontou-se com os direitos privados de grupos já existentes. Os habitantes originais tinham uma posição privilegiada para garantir certos privilégios como, por exemplo, a isenção de pagamento de imposto sobre a terra onde a cidade fora construída, porém, ao longo do tempo e à medida que a população crescia, essas antigas distinções desapareceram.

Novas diferenças sociais surgiram com o aumento das comunidades nas cidades. De acordo com uma regra sociológica, algumas relações que são eficientes em um grupo de um determinado tamanho deterioram-se em grupos maiores. Na prática, isso significou que nas comunas pequenas onde as pessoas haviam feito um juramento de mútua assistência e se conheciam os laços de amizade eram fortes, mas se enfraqueciam com o crescimento demográfico. De maneira similar, as diferenças sociais resultavam de diferenças na atividade econômica. O comércio de longa distância exigia mais capital e tino nos negócios do que assar pão ou a tecelagem, por exemplo, ao passo que as chances de lucro dessas atividades comerciais eram consideravelmente maiores do que as dos artesãos, porque a escala de operação era maior, assim como a margem de lucro. Além disso, para o suprimento de matérias-primas e a venda dos produtos muitos artesãos dependiam de intermediários, que tinham um conhecimento maior do mercado e de seus contatos inter-regionais.

Após diversas gerações os comerciantes, como empreendedores, emergiram como uma nova elite social. Essa superioridade não se baseava mais na força física ou ausência de liberdades legais. Agora, fundamentava-se na dependência econômica dos artesãos quando comparados aos comerciantes. Afinal, eram os comerciantes que forneciam a lã importada da Inglaterra para a indústria têxtil e as tintas da área do Mediterrâneo compradas dos italianos. Os comerciantes coordenavam o processo de produção e entregavam os artigos semiprontos aos artesãos especializados para terminá-los. Por fim, esses mesmos comerciantes empreendedores eram responsáveis pela exportação dos produtos terminados. Nesse sentido, todos os artesãos em suas oficinas dependiam das encomendas e do preço fixado pelos comerciantes.

A nova elite de comerciantes tinha capital suficiente para comprar terras livres na cidade. O aumento extraordinário no valor da terra resultante do desenvolvimento urbano gerou uma nova fonte de riqueza e também de prestígio, porque quem construía uma grande casa de pedra com torres,

ameias, portas e janelas no centro da cidade antiga era considerado um verdadeiro senhor. Esse senhor olhava além das muralhas da cidade em busca de um *status* mais elevado copiando o estilo de vida da nobreza. Ele viajava a cavalo e, portanto, ficava em uma posição mais alta que as pessoas comuns e cercava-se de uma comitiva de escudeiros e serviçais vestidos com as librés coloridas de sua família. Ele comprava propriedades, se possível com um benefício feudal e direito senhoriais, além da obrigação prestigiosa de servir ao príncipe nas guerras montado a cavalo e com seus seguidores acompanhando-o. Esse novo senhor usava um selo pessoal, tinha seu brasão e sonhava com um título de nobreza, ou pelo menos de casar seus filhos com herdeiros aristocratas. O estilo de vida da nobreza, que remontava às formas estilizadas da cavalaria medieval, continuou a exercer uma grande atração para os cidadãos que queriam ascender socialmente até o século XIX. Nas regiões norte e centro da Itália, a integração entre a elite de comerciantes e a antiga nobreza proprietária de terras ocorreu mais rápido do que ao norte, porque as cidades dominaram a área rural tão rápido que os proprietários de terras também se mudaram para as cidades. Em outras regiões a aristocracia permaneceu nos castelos e fortalezas no campo.

Assim, as guildas de comerciantes, ou hansas, formavam o cerne da nova elite social na maioria das cidades mercantis. Nos estatutos mais antigos dessas associações, como a confraria de Valenciennes, datados de 1051 a 1070, o ingresso de membros ainda era aberto, dava-se uma atenção especial à realização de cerimônias religiosas, à ajuda mútua em viagens realizadas por grupos armados para mercados distantes e para acalmar comportamentos desordeiros e brigas, que pudessem acontecer durante as rodadas de bebida. Nos regulamentos contemporâneos das guildas de comerciantes em Saint-Omer e Arras, no norte da França, seus membros davam uma atenção especial quanto à manutenção da ordem e ao estabelecimento de padrões de comportamento durante as reuniões e bebedeiras. Os regulamentos também recomendavam presentes de caridade de vinho para o clero, os pobres e os leprosos da cidade. No século XIII esses regulamentos não se preocupavam muito com o comportamento dos membros da guilda; essa negligência foi solucionada ao longo de algumas gerações. Entretanto, surgiu um novo problema em relação a manter os artesãos fora da guilda. As guildas de comerciantes haviam adquirido um caráter exclusivista, no qual os cidadãos menos ricos ou talvez os que tivessem um comportamento não adequado e, com certeza, os menos poderosos eram excluídos do “club” das pessoas importantes.

Assim, entre 1050 e 1250 houve um processo de formação e de civilização da sociedade nas cidades. Na fase inicial esse processo direcionou-se aos futuros cidadãos, mas durante sua expansão o núcleo original juntou-se

contra os recém-chegados e os menos abastados. Esse processo de fechamento e exclusão tem uma dupla explicação. Primeiro, o espírito de solidariedade não funcionava acima de um certo número de pessoas. Em segundo lugar, havia a questão de saturação, após as iniciais e imensas possibilidades de crescimento e, em face da feroz competição, os cidadãos mais antigos quiseram manter os privilégios conquistados e transmiti-los aos filhos. Em razão de as atividades comerciais terem gerado as maiores fortunas, a elite dos comerciantes diferenciou-se formalmente dos outros cidadãos. Um exemplo extremo foi o do Concílio de Veneza realizado em 1297, quando os nomes de mil famílias importantes inseriram-se no Livro de Ouro; ao longo dos séculos muitas famílias desapareceram e cada vez menos algumas sobreviveram, mas as novas famílias não foram admitidas no Livro de Ouro até o final da República conquistada pelos franceses em 1796.

A questão econômica foi a base da nova diferenciação social: a posse de capital gerado pelo comércio era reinvestido nele. Pelo fato de os lucros do comércio serem parcialmente investidos em terras na cidade, em casas de pedra monumentais e mais tarde em propriedades, não alterou a diferença essencial entre a nova elite da cidade e a aristocracia feudal. A propriedade da terra, afinal, formara a base da riqueza e da posição hegemônica da aristocracia feudal.

Em todas as cidades, a elite urbana tinha um nome específico. Em Ghent os membros eram *viri hereditarii*, de linhagem masculina hereditária e, portanto, detinham a posse da terra na cidade. Em Paris a elite organizou-se como uma guilda de comerciantes que controlava o comércio fluvial; eles elegiam o *prévot des marchands* e quatro conselheiros municipais que, além de terem alguns poderes na cidade, criavam regulamentos econômicos e administravam a justiça. Em Bruges, a London Hanse, a associação de comerciantes que faziam negócios com a Inglaterra, constituía o cerne do governo da cidade. Nesse ínterim, em Florença e Louvain era importante ser membro de uma das guildas de comerciantes de tecidos e, em Deventer, da guilda de comerciantes.

Para abranger essa diversidade de nomes e critérios, os historiadores modernos usam a palavra latina *patricius*, originária da antiga história romana, para referirem-se à nova elite urbana de comerciantes ricos. Uma característica distinta é que, como consequência da solidariedade original entre os homens que faziam uma promessa solene de ajuda mútua e a comum, essa elite monopolizou a administração das cidades. Então, os *patricius* tornaram-se o grupo predominante, tanto político quanto econômico. Eles usavam, é claro, a autoridade de suas funções em benefício de seus interesses, que divergiam cada vez mais dos interesses da comunidade da cidade e acentuavam uma clara distinção de classe social.

Durante a segunda metade do século XIII houve várias revoltas em muitas cidades provocadas pelos protestos populares, devido a uma economia em crise ou novos impostos. Os novos ricos foram os maiores beneficiários dessas revoltas, porque até então eles haviam sido excluídos do poder, mas, ao liderarem um movimento popular, conseguiram forçar uma ruptura com o poder estabelecido. Em 1293, uma revolta em Florença extinguiu o monopólio de poder dos *magnati*, a nova elite das cidades.

Em Gênova a antiga aristocracia resistiu mais a esses movimentos populares, e só em 1339 Simon Boccanegra ascendeu ao poder por meio de uma revolta popular, e representantes da comunidade de artesãos obtiveram um quarto dos assentos do conselho. Mas essas mudanças de poder ocorreram no âmbito da classe superior urbana. As pessoas que haviam sido excluídas do poder usaram o *popolo*, a classe média, para conquistar o poder. O movimento de libertação de Flandres da ocupação francesa rompeu o monopólio da elite em 1302. A maioria dos cargos dos conselheiros municipais foram concedidos aos artesãos, como em Ghent, onde os artesãos ocuparam 20 cargos dos 26 existentes. No Sacro Império Romano Germânico os “conselhos familiares”, como eram chamados, ou do antigo “*patriciate*”, em geral mantiveram sua autoridade ou até mesmo o monopólio. Em Nuremberg, Zurique e Estrasburgo, sua posição permaneceu intacta até o século XIX, e em Lübeck as revoltas do início do século XV foram esmagadas. Só em Colônia e em algumas outras cidades do Alto Reno (Worms, Speyer, Freiburg, Basileia) os artesãos dominaram a situação. O espaço de participação que as autoridades da cidade foram obrigadas a abrir para as novas gerações de comerciantes e artesãos dependeu, além da relação entre números e poder em uma cidade, das oportunidades frequentes de formar uma coalizão, como frequentemente ocorreu. Assim como na concessão de privilégios das cidades, o resultado foi bem diferente de uma região para outra, e também com frequência entre as cidades.

A Sociedade Urbana

A concentração de milhares, ou de dezenas de milhares de habitantes dentro das muralhas das cidades, tornou a vida extremamente vulnerável devido às péssimas condições de higiene. O aumento da hanseníase nos séculos XII e XIII foi um reflexo dessa situação. Além disso, o suprimento de alimentos, sobretudo de grãos, era precário. Houve escassez extrema de víveres na Europa ocidental em 1125, que se repetiu em 1195 e 1196. Nesses casos, os relatos descrevem como o estômago das pessoas inchava em razão da subalimentação, como o preço do pão aumentou 10 ou 20 vezes em um curto espaço de tempo, e a quantidade enorme de pessoas famintas que morriam nas ruas em busca de comida e esmolas. A grande concen-

tração de pessoas dependentes do suprimento de grãos vindos do interior acentuou a vulnerabilidade das cidades quanto às flutuações naturais das colheitas agrícolas, resultantes das mudanças climáticas. Enquanto os fazendeiros atribuíam o fracasso de uma colheita à vontade de Deus, os habitantes das cidades viam o preço do pão nos períodos de escassez aumentar mais do que seria justificado pelo suprimento escasso. Eles também viam, ou suspeitavam, que muitas instituições religiosas, comerciantes de grãos e cidadãos ricos tinham celeiros cheios de grãos para seu uso, ou que mandavam só pequenas quantidades de grãos para o mercado, a fim de obterem um preço mais elevado. As ações humanas eram visíveis nos eventos que ameaçavam a existência das pessoas pobres das cidades.

Os artesãos também sofreram com a mudança na situação do mercado internacional para suas matérias-primas e produtos. Era visível que agora os revendedores lucravam mais com seu trabalho, do que eles próprios, e as interrupções no comércio em consequência das guerras ou boicotes comprovavam a ação dos seres humanos. Ao contrário das comunidades rurais, os habitantes das cidades tinham uma percepção mais racional das causas das incertezas da vida evidenciada pelo comportamento dos seres humanos. Assim, desenvolveu-se uma mentalidade burguesa diferente do ambiente aristocrático, religioso ou rural. Quando algumas pessoas eram identificadas como autores de um problema específico, as ações racionais mudavam a situação mais rápido do que qualquer apelo aos poderes sobrenaturais.

O medievalista francês Jacques le Goff ilustrou brilhantemente a mentalidade pragmática das cidades medievais, ao observar a mudança na percepção do tempo. No campo, a natureza com seus ciclos de estações e os matizes diferentes de luz e escuridão determinava o ritmo da vida. O fazendeiro organizava suas atividades de acordo com a posição do Sol e da Lua, e segundo as estações. Os sinos das igrejas tocavam no ritmo das cerimônias religiosas e dos dias de festa. Já na cidade a natureza e a igreja tinham bem menos influência no ritmo da vida. As badaladas dos sinos das igrejas anunciavam o início de um dia de trabalho. Os relógios mecânicos que surgiram no final do século XIII dividiam o dia em horas de duração igual determinadas pelas pessoas. O tempo não mais estava nas mãos de Deus.

Uma visão ainda mais pragmática fomentou a ideia de que a realidade não era um desígnio de Deus impossível de ser contestado, como os teólogos afirmavam. Se a sociedade era obra dos seres humanos, então, ela também poderia ser alterada por esses mesmos seres humanos. O desafio à ordem social estabelecida não significava mais uma blasfêmia. Pode-se até presumir que as preces fervorosas das ordens mendicantes, sobretudo a dos franciscanos, que protestavam contra a acumulação de riqueza mundana e defendiam o ideal de pobreza de Cristo, contribuíram para que o

proletariado urbano mais articulado condenasse a exploração dos “ricos” e começasse a fazer reivindicações (ver também Capítulo 12).

A questão de como a sociedade urbana estruturava-se pode ser examinada em um enfoque legal e socioeconômico. Do ponto de vista legal, existiam diversas categorias de pessoas nas cidades, sujeitas a leis estatutárias próprias. Muitas não tinham as condições financeiras necessárias para obter a cidadania, mas continuavam na cidade para realizar um trabalho mal remunerado. Esse grupo formava um conjunto de pessoas com grande mobilidade, que podia reagir rapidamente às flutuações da economia e mudar para outra cidade onde as oportunidades fossem melhores. Havia também diversas categorias que não possuíam direitos civis devido ao *status* legal diferente, como os membros da corte de um príncipe, o clero, os nobres com seu séquito, os estrangeiros, os judeus e os mulçumanos.

Nas regiões da Península Ibérica reconquistadas pelos cristãos, havia muitos mulçumanos e pessoas com formações religiosas distintas, que foram perseguidas sistematicamente por Felipe II e, em 1609, foram deportadas em massa para o Norte da África. Essas pessoas trabalhavam, sobretudo, na agricultura e eram chamadas pejorativamente de *mudéjares*, que significava “animais domados”, em árabe. Havia também um grande número de judeus em especial nas cidades do Mediterrâneo. Os 25 mil judeus da Catalunha representavam quase uma sétima parte da população urbana na região. Em Carpentras a proporção era de um décimo. Entre eles havia comerciantes e agiotas, mas também médicos e acadêmicos. Eles viviam em seus bairros chamados *juiverie*, *juderie* ou *calls*, dependendo da língua local. Sob o aspecto jurídico eles usufruíam da proteção do rei ou do príncipe e, em troca de pagamento em dinheiro ao rei ou ao príncipe, eles eram seus “serviçais”.

Nas cidades da Europa central, como Praga e Cracóvia, pessoas de categorias étnicas, religiosas ou sociais distintas viviam juntas em municipalidades próximas, com suas instituições, muralhas, Câmara Municipal, praça do mercado, entre outras construções. Havia uma integração muito maior no Ocidente. Na Itália e na Península Ibérica a escravidão prolongou-se durante toda a Idade Média, principalmente entre as famílias que usavam escravos nos trabalhos domésticos. Os escravos também eram utilizados em uma extensão limitada nas fazendas açucareiras em Chipre e Creta e na produção de sal em Ibiza. Os mercados de escravos eram mais ativos ao redor do Mar Negro, onde caucasianos, tártaros, russos e eslavos dos Bálcãs eram comprados e vendidos; na Andaluzia os escravos compunham-se de negros da Guiné e mulçumanos das regiões reconquistadas de Maiorca e Valência.

Do ponto de vista socioeconômico as populações das cidades dividiam-se em segmentos econômicos, categorias de riqueza etc. É possível ter uma visão desse cenário por intermédio de dados estatísticos, graças à rica

documentação das cidades da Toscana (ver Tabela 11.3). A estrutura social, de acordo com a categoria profissional, era mais diversificada nas grandes cidades do que nas pequenas. Em outras palavras, havia ocupações mais diferentes e mais especializadas em uma cidade como Florença do que nas pequenas cidades da região. Quanto maior a cidade, menos pessoas viviam da agricultura, e a maioria trabalhava no setor de serviços.

Tabela 11.3 Percentual de ocupações em Florença, Pisa e nas pequenas cidades da Toscana

	Florença	Pisa	Pequenas cidades
Agricultura	0,3	6,0	32,7
Venda de alimentos	4,7	5,9	1,9
Vestuário	16,3	7,0	2,1
Outros têxteis	4,7	3,4	0,5
Papel	0,1	0,2	0,2
Couro, peles	5,7	9,3	2,6
Especiarias	1,2	2,0	0,7
Trabalho em metal	2,8	3,2	1,9
Madeira, maçonaria etc.	4,0	5,0	1,1
Setor de serviços	16,3	13,5	7,1
Desconhecido	43,9	44,6	49,3
Número total de famílias	9.722	1.714	6.262

Fonte: Herlihy, D.; Klapisch-Zuber, C. *Tuscans and their Families*. New Haven e Londres, 1985, p. 127.

A especialização de um ofício em um setor só era lucrativa em larga escala. Em Florença o setor têxtil representava 21% das atividades profissionais; em Ghent, por volta do ano 1356, ocupava 63% da população total de 64 mil pessoas; em Pisa só 10,4%, e nas cidades pequenas da Toscana 2,6%.

Os recursos capitais de diversos grupos tinham uma enorme diversidade: a riqueza dos banqueiros florentinos era em média 83 vezes maior que a de um trabalhador da área de transporte, 31 vezes maior que a de um comerciante de lã e 10 vezes maior que a de um comerciante de especiarias. Entre os próprios artesãos havia uma diferença considerável de *status* nas profissões especializadas que requeriam um aporte de capital e habilidade, e no comércio comum e profissões que não demandavam aptidões especiais. A maior diferença era encontrada no topo da pirâmide social.

As milhares de pequenas cidades da baixa Idade Média na Europa ainda tinham um caráter agrário. Nesse contexto, entendemos por que Luís IX

pediu em 1262 ao conselho municipal de Burgos para “tirar todos os porcos soltos da cidade, pois a estavam destruindo”. Por outro lado, algumas atividades comerciais eram responsáveis por uma grande parte de oportunidades de emprego, principalmente em cidades com mais de 10 mil habitantes.

As Guildas de Artesãos

A partir do século XIII, os artesãos nas cidades maiores organizaram-se em grupos segundo seus ofícios. Em algumas atividades especializadas como ourivesaria, tecelagem de cestos ou curtume era necessário que os artesãos vivessem na mesma rua. Para produtos caros a localização central era vital, por causa do preço básico e da proximidade dos clientes. Em outras atividades, algumas vezes poluentes, os fatores decisivos eram a disponibilidade de água suficiente e de manter distância do centro da cidade, a fim de limitar o dano ambiental. Essa distância era fundamental para os curtumes, ao passo que os pisoeiros e as cervejarias dependiam de água limpa. Por motivo de higiene, e também para facilitar o controle de qualidade, as autoridades da cidade concentravam os fornecedores de alimentos frescos em uma rua ou no mercado. Ainda há um enorme mercado de carne em Ghent datado do século XIV, Bruxelas tem sua *Beenhouwersstraat* (rua dos Açougueiros), e existem mercados de legumes, peixe e gado em vários lugares.

Antes de 1068, em Milão e Florença, os membros da aristocracia local e os comerciantes organizaram as atividades dos artesãos, a fim de controlá-los melhor. Ao longo do tempo, as milícias da cidade formaram-se nessa mesma base. As guildas de comerciantes controlavam a produção de bens em várias cidades inglesas no início do século XII e, em Cambridge, por exemplo, já havia esse controle no século XI. Em algumas cidades francesas, como Toulouse, determinadas guildas de artesãos foram reconhecidas pelas autoridades no século XII, em especial, nos setores de alimentação e curtume, mais propícios à deterioração e poluição ambiental.

Os membros dessas guildas eram obrigados a jurar que obedeceriam os regulamentos. Durante o século XIII os artesãos criaram confrarias religiosas e de caridade na Catalunha e em Flandres, como haviam feito os primeiros comerciantes urbanos há dois séculos. O objetivo era a assistência mútua e a realização de cerimônias religiosas, a fim de enfrentar as incertezas da vida. As incertezas da vida para os artesãos, ao contrário dos comerciantes, não se referiam a viagens distantes, e, sim, à pobreza provocada pela doença, pela invalidez, pelo desemprego e pela viuvez. Nos séculos XIV e XV grandes confrarias e guildas de artesãos fundaram casas para seus membros idosos e necessitados. Nas comunidades das cidades essas organizações de caridade baseadas na ajuda mútua assumiram funções reservadas às famílias nas comunidades rurais. No entanto, as famílias nas

cidades eram menores e, portanto, a necessidade de serviços institucionalizados aumentou.

A organização fundamentada na vizinhança e nas funções religiosas e de caridade formou o cerne do sistema de guildas de artesãos na Europa. Além disso, os interesses das autoridades e dos artesãos, assim como a instabilidade dos conflitos políticos, moldaram a expansão institucional de formas muito divergentes. O controle da produção e dos artesãos foi um motivo forte para que as autoridades da cidade dessem uma estrutura organizacional às corporações. O controle de preços e o carimbo oficial da boa qualidade dos produtos interessavam tanto aos comerciantes quanto aos consumidores. Por isso, mesmo no período exclusivista do domínio da nova elite, as guildas de artesãos foram reconhecidas legalmente como grupos de ocupação monopolista: só os membros das guildas podiam realizar um ofício específico, e o treinamento era organizado pelos próprios artesãos.

As autoridades das cidades promulgaram leis em relação às horas de trabalho e assuntos técnicos, a fim de garantir os padrões de qualidade e para combater a competição injusta entre os artesãos. Durante um determinado número de anos (em geral, em muitos casos em Paris em 1268, de 2-4, 8-10 anos, ou até 12 anos), um aprendiz vivia e trabalhava com um mestre artesão reconhecido e, assim, aprendia o ofício na prática. O local de trabalho tinha um caráter familiar, o que contribuía para formar vínculos fortes entre os mestres e seus aprendizes. Quando o aprendizado terminava, o aprendiz transformava-se em um artífice assalariado a serviço de um mestre. Em alguns casos, registrados a partir do século XIII, os artífices assalariados ascendiam a mestres depois de apresentarem uma “obra-prima” para os mestres da guilda, como prova de sua capacitação profissional. Mas para ser reconhecido como um artesão mestre era preciso ser um cidadão da cidade, pagar uma taxa de admissão, oferecer um banquete e ter sua oficina e ferramentas. Nesse ponto, havia uma distinção de classe social entre o mestre e o artífice assalariado, porque o mestre detinha seus meios de produção. Assim como no século XIII, as guildas dos comerciantes ficaram mais exclusivistas à medida que a competição acirrou-se, e os requisitos legais e materiais para se tornar um mestre artífice funcionavam como uma barreira que os mestres estabelecidos usavam para proteger suas posições diante dos recém-chegados. Essa reação manifestou-se em particular durante o declínio demográfico no século XIV. O direito de entrada de membros externos, tanto da cidade quanto do país, era muito mais caro do que o ingresso dos filhos dos mestres da cidade. Havia, então, uma tendência de que o ofício de artesão se tornar hereditário, em especial nos setores onde os mercados potenciais diminuíram. No Sacro Império Romano Germânico, onde a maioria das cidades era relativamente pequena e

a ética cavaleiresca ainda definia o padrão de valores, muitas *Zünfte* (guildas de artesãos) estabeleciam o requisito de conduta “honrosa” como uma condição de entrada: a “honra” referia-se à exclusão de coabitantes solteiros ou pessoas de origem eslava. As profissões de carrasco, coveiro, barbeiro e dono de casa de banhos dentre outras, eram consideradas *unehrliche* ou desonrosas e, por isso, não podiam formar guildas.

Sob o domínio da nova elite, os comerciantes, empresários e administradores exerciam um controle rígido sobre as guildas de artesãos. Eles interessavam-se pelos regulamentos sociais e econômicos e toleravam as atividades de caridade e religiosas das guildas. Para os empresários essas atividades eram úteis porque mantinham os artesãos ocupados, quando não tinham muito trabalho. Nas cidades grandes com uma indústria têxtil predominante, havia milhares de trabalhadores nas mesmas circunstâncias. Os mestres nesse setor tinham dificuldade de se tornar pequenos empresários independentes, porque a matéria-prima continuava sendo propriedade dos comerciantes-empresendedores durante o processo de produção. Embora seus objetivos básicos fossem beneficentes e religiosos, e apesar de serem rigidamente controladas pelas elites no poder, as organizações de artesãos proporcionavam uma estrutura na qual os artífices compartilhavam experiências e criavam alternativas de trabalho. Por esse motivo, nas cidades têxteis de Douai, Ypres e Ghent as primeiras ações coletivas dos trabalhadores organizados em guildas realizaram-se em períodos de recessão ou em casos de interferência em seu padrão de vida. Em 1274, os tecelões e pisoeiros de Ghent saíram da cidade em protesto contra as más condições de trabalho. Os empresários reagiram e fizeram um acordo com empregadores de outras cidades para não empregar os grevistas, uma forma primitiva de locaute. Em 1302, outra greve eclodiu em Ghent no setor de *artes mechanicae*, entre os artesãos que trabalhavam com equipamento mecânico, em reação aos impostos crescentes determinados pelas autoridades. Em torno de 1300, os contrastes sociais acentuaram-se nas grandes cidades devido em parte ao declínio econômico que interrompeu a enorme expansão dos séculos precedentes provocando uma insegurança nos rendimentos, enquanto os empresários tentavam transferir os riscos para os artesãos.

Em algumas cidades, os protestos resultaram em certo grau de autonomia e expressão política para alguns artesãos. O controle das guildas de artesãos não era mais exercido pelas elites, e, sim, por membros eleitos pelas guildas. Além disso, as guildas passaram a ter o direito de exercer autoridade sobre seus membros, assim como impor e arrecadar multas e promulgar regulamentos. Em 1293, em Florença, os artesãos mais prósperos (*arti maggiori*) tinham uma representação no governo da cidade; mais tarde, no século XIV, alguns *arti* mais modestos (guildas de artesãos) também foram

incluídos. Por fim, todas as pessoas que começaram a conviver com a antiga aristocracia no Palazzo del Comune pertenciam à nova classe da aristocracia trabalhadora: pequenos empresários independentes e comerciantes ansiosos para esquecer suas origens modestas e, como as antigas elites, conquistar o respeito demonstrado às pessoas mais importantes. O progresso dos artesãos em Flandres foi mais radical e generalizado do que em outros lugares porque, em 1302, suas milícias exerceram um papel decisivo na expulsão dos franceses na Batalha das Esporas Douradas, perto de Courtrai. Pela primeira vez, um exército de soldados urbanos a pé, reunidos para a ocasião, derrotou um exército de cavaleiros de um rei. Apesar de terem se beneficiado com o terreno pantanoso, a vitória dessas milícias urbanas causou uma forte impressão em seus contemporâneos angariando-lhes direitos políticos e sociais. Em alguns casos, tanto os mestres quanto os artífices assalariados elegeram-se chefes de suas guildas (os pisoeiros de Bruges em 1303, e em Oudenaarde e Courtrai em 1305), ou sua força política era sentida de maneira indireta (os tecelões, pisoeiros e tosquiadores de Saint-Omer em 1306). Essa revolução em Flandres foi imitada nas regiões vizinhas e, assim, os artesãos de Liège, Middelburg, Dordrecht e Utrecht conquistaram um poder político considerável e o mantiveram durante séculos.

O que os artesãos poderiam fazer com o poder político e social conquistado dessa forma? Em primeiro lugar, eles defenderam seu padrão de vida quando o poder de compra desgastou-se em consequência da desvalorização da moeda no século XIV. Eles impuseram restrições ao vínculo de venda por atacado e empreendedorismo. Com isso, os tecelões que tecnicamente controlavam todo o processo de produção no setor têxtil e constituíam o maior grupo profissional em cidades como Ghent e Leiden tornaram-se pequenos empresários (vendedores de tecido) e empregaram outros trabalhadores especializados como tintureiros, pisoeiros e tosquiadores em trabalhos de empreitada. A partir daquele momento, como todos os empresários livres, eles enfrentaram o problema de recessão na Europa inteira e, por esse motivo, as possibilidades de melhorar a vida de seus empregados reduziram-se. Nos vilarejos ou em lugares onde não havia guildas de artesãos ou quando as guildas tinham pouco poder, os salários permaneceram baixos. Isso atraiu os empresários que mudaram com facilidade suas atividades para essas áreas devido ao sistema de *Verlagsystem*, ou seja, subcontratar significava impor em grande parte o ônus do custo dos meios de produção, dos locais de trabalho e dos utensílios aos artesãos. Nesse sistema, um empresário entregava as matérias-primas ou produtos semiprontos aos trabalhadores mais baratos nas áreas rurais. O processo de desindustrialização nas áreas líderes e de industrialização nas regiões de baixos salários realizou-se em larga escala durante o século XIV. As áreas rurais

de Flandres e da Inglaterra, assim como as cidades de Brabante e Holanda, assumiram a liderança da produção têxtil, que se tornara muito cara nos antigos centros flamengos.

A reação das guildas de artesãos agravou a situação, porque elas procuraram contornar uma circunstância difícil com a adoção de um protecionismo restritivo e a exclusão dos recém-chegados. Sendo assim, os trabalhadores estabelecidos usaram a discriminação legal e econômica e, até mesmo, a força, para manter sua parte no mercado. Eles puseram em prática medidas proibitivas quanto às imitações e importações com a vã esperança de proteger sua posição. Nos ofícios em que os mercados tinham se enfraquecido muito, a posição hereditária do mestre foi definida nos estatutos. Em longo prazo, as forças do mercado foram mais vigorosas do que os regulamentos, e os antigos centros têxteis só sobreviveram concentrando de forma reduzida a fabricação de produtos sofisticados, de excelente qualidade e em voga, a exemplo das famosas obras-primas das tapeçarias flamengas. Nas áreas rurais e em novos centros voltados para a produção de tecidos mais baratos, a pequena escala produtiva impossibilitou a partilha de trabalho e a especialização que eram normais nas grandes cidades e, em parte, como resultado disso, impediu que se atingisse uma qualidade similar à dos centros urbanos.

Durante a Idade Média não havia guildas especificamente de mulheres, mas muitas mulheres tinham um ofício especializado e, algumas vezes, lideravam certas profissões, como a tecelagem e a venda de alimentos no mercado. Em geral, as mulheres ficavam sob tutela do pai, do tio ou do irmão até se casarem, do marido, ou de um padre se estivessem em um convento. Só a viuvez as emancipava. Uma artesã que tivesse trabalhado com o marido na oficina ou na loja poderia continuar o negócio com um *status* igual e, portanto, usufruía de todos os direitos dos membros da guilda. Desde que não casassem de novo, as viúvas em 's-Hertogenbosch podiam adquirir o título de mestre em tintura na guilda, e em Breda de taverneiro ou merceiro na guilda. Por volta de 1470 havia uma rivalidade entre os pisoeiros de Leiden e as mulheres e aprendizes, porque eles achavam que as mulheres estavam apropriando-se de seu trabalho. Existiam também ocupações femininas específicas, como a de parteira. Para se tornar uma parteira reconhecida, era preciso seguir a prática tradicional de treinamento sob a orientação de uma parteira "mestre" e, em seguida, fazer um teste de habilidades para começar a exercer a profissão e tornar-se membro de uma guilda, em geral da guilda de cirurgiões.

Quando a entrada nas guildas de artesãos ficou mais difícil para os recém-chegados, os artífices assalariados começaram a procurar alternativas de trabalho. Em algumas cidades eles se organizaram em associações (*com-*

pagnonnages, *Gesellenverbände*), que ao longo do tempo foram reconhecidas. Nas cidades do Sacro Império Romano Germânico o hábito de jovens artífices assalariados de 15 a 22 anos viajarem pelo país por longos períodos difundiu-se durante a segunda metade do século XIV: *die Wanderschaft der fahrenden Gesellen*. Nas tavernas havia um conjunto de normas de conduta para esses jovens, que buscavam se inserir em um amplo mercado de trabalho. Entretanto, as autoridades locais tentavam impor todos os tipos de restrições à sua auto-organização. Esses jovens alemães partiam em grande número para as cidades italianas, em razão da falta de perspectivas em suas cidades e do desejo de serem independentes. Além disso, inúmeros trabalhadores despreparados não pertenciam à estrutura organizacional das guildas de artesãos. O emprego para eles era incerto e flexível; quando havia um grande projeto de construção em algum lugar, um trabalho de reforçar um dique ou uma expedição militar, então centenas de trabalhadores eram recrutados. Os fazendeiros precisavam de trabalhadores temporários durante as colheitas. Movidos pela necessidade, os trabalhadores despreparados procuravam lugares onde pudessem ganhar a vida, e essa mobilidade os impediu de se organizarem nas cidades e, por conseguinte, a posição deles era fraca.

O sistema de guildas, ou corporativismo, foi originalmente uma forma de organização social dotada de diversos poderes e direitos; ela existiu na França até 1792 e em outros lugares até o século XIX. A organização composta por aprendizes, artífices assalariados e mestres teve sérias consequências nas diferenças sociais na Baixa Idade Média. As guildas de artesãos formavam a estrutura do estilo de vida de seus membros, nas quais eles exprimiam não só seus direitos e responsabilidades sociais, políticos e econômicos, como também era por intermédio das guildas que seus membros participavam das festas na cidade ou organizavam suas cerimônias religiosas ou ritos seculares. Além disso, as guildas os apoiavam em momentos de necessidade. As guildas de artesãos construíram prédios imponentes onde realizavam reuniões e guardavam as bandeiras, que seus membros carregavam nas procissões e batalhas e, assim, os artesãos identificavam-se profundamente com suas guildas. No âmbito dessa estrutura eles enfocavam suas esperanças de promoção social, de se transformarem mestres e, por fim, de atingirem posições de autoridade na guilda ou na cidade.

Essa organização vertical de grupos profissionais significava que os conflitos sociais não se definiam em termos de distinções de classe (*capital versus* mão de obra), mas, sim, de acordo com as rivalidades entre os setores. Esse fato, assim como o trabalho realizado nas guildas de artesãos, nos leva a concluir que essa forma de organização, apesar dos conflitos inerentes, contribuiu em longo prazo para a estabilidade social das grandes cidades da Europa durante o *Ancien Régime*.

REDES DE CIDADES

Nem todas as cidades tinham o comércio como função precípua; algumas delas foram fundadas com o objetivo de prover serviços ou evoluíram nesse sentido para atender a uma catedral ou algum outro centro administrativo. As cidades da Península Ibérica obtiveram sua grande liberdade com a Reconquista conduzida pelos reis, e funcionavam como bases de conquista e ocupação.

Durante a Idade Média, as cidades com essas únicas funções eram em geral pequenas, como os arcebispados de Canterbury, Sens e Esztergom.

O que chama atenção é que as maiores metrópoles comerciais usufruíram de um amplo grau de autonomia em relação aos estados vizinhos até o século XVIII. Com frequência, situavam-se em pequenos estados onde exerciam uma influência considerável no governo. Elas conseguiriam expandir a posição de relativa autonomia, se seu desenvolvimento tivesse ocorrido antes do poder real consolidar-se, sobretudo no litoral. Além disso, as metrópoles dedicavam-se basicamente a assuntos que não interessavam os governantes, como a segurança do tráfego nas estradas, a proteção aos comerciantes nas viagens, a negociação de acordos comerciais com diversos parceiros e a elaboração de normas de conciliação e jurisdição. Como os senhores feudais e seus conselheiros eclesiásticos não conheciam bem esses assuntos, os comerciantes desenvolveram regulamentos institucionais importantes e os puseram em prática, em alguns casos com a ratificação formal de um príncipe vizinho.

Um bom exemplo é Barcelona, que desenvolveu sua rede de cidades durante o século XIII, principalmente na região ocidental do Mediterrâneo, com povoamentos nas Ilhas Baleares, Sardenha e Sicília e consulados em Tûnis, Bougie e Oran. Sua finalidade principal foi a de organizar mercados, garantir a segurança das rotas comerciais e proteger seus cidadãos que estavam no exterior. Nesse sentido, foram feitas concessões com governantes locais, inclusive com regiões mulçumanas.

Os grupos de cidades usavam vários meios de se protegerem em um mundo que, com a fragmentação da autoridade efetiva, se tornara extremamente perigoso para os viajantes. Como era essencial para essas cidades terem conexões com o interior e outros mercados, a segurança nas estradas era uma preocupação contínua. Os pequenos senhores feudais exploravam seu controle sobre uma área específica onde passava uma estrada estratégica, ameaçando os comerciantes com roubo e violência se eles se recusassem a pagar o pedágio. Na melhor das hipóteses, os pedágios eram o preço a ser pago pelo salvo-conduto: se o pedágio fosse pago o comerciante poderia ter certeza de que faria uma viagem segura. O montante do pedágio era um

tema controvertido, porque era difícil determinar a arbitrariedade da parte do governante ou do coletor do imposto.

O eixo de tráfego vital como o do Reno foi partilhado pelos governantes locais, que se beneficiaram com o tráfego intenso do rio. Do século XIII ao século XV era comum que as cidades nessa região e na Alsácia e na Suábia se unissem em busca de proteção contra ataques aos seus territórios, aos seus cidadãos e ao tráfico comercial. Em diversos casos elas conseguiram envolver alguns senhores feudais em sua aliança ou, em troca de apoio financeiro, receberam garantias ou direitos do rei ou do imperador alemão. A primeira grande aliança das cidades do Reno datada de 1254, no período do interregno (de 1254 a 1273 quando nenhum rei hereditário ou eletivo era reconhecido na Alemanha), criou problemas na ordem pública.

Ao formarem uma aliança de promessa solene que as colocou sob a proteção direta de Cristo, as cidades tentaram acima de tudo manter a paz para solucionar conflitos por meios legais ou por arbitragem, organizar a perseguição conjunta das pessoas que perturbavam a ordem pública e limitar os pedágios nos rios e nas estradas. Esse objetivo confrontou-se com as atividades dos nobres, mas o movimento conseguiu persuadir alguns arcebispos e bispos, o conde palatino do Reno e condes e lordes a se unirem a essa aliança. Assim como o movimento da *Pax Dei* (Paz de Deus) fizera antes, a aliança assumiu a tarefa que em essência era função do rei, a de manter a paz e a justiça no interesse público, encerrar as hostilidades entre a nobreza e impedi-la de administrar a lei por seu próprio arbítrio. No entanto, essas alianças entre as cidades foram efêmeras e suas raras ações militares conjuntas tiveram um sucesso limitado.

Na verdade, o comércio era o ponto de união das cidades. Porém, elas também tinham de apoiar e proteger um fluxo de pessoas e mercadorias entre as áreas rurais adjacentes que forneciam sua subsistência. Os suprimentos de alimentos em geral vinham de regiões próximas, o que exigiu regulamentações de mercado para garantir que não haveria escassez de víveres. Muitos habitantes investiram seu capital nas terras fora da cidade, quase sempre para desenvolver uma produção direcionada a esses locais, mas, também, com a condição de que sua renda resultaria em rendimento em produtos ou serviços, o que lhes possibilitaria evitar as flutuações do mercado de alimentos. Ao mesmo tempo, todas as cidades empenharam-se em proteger sua produção com a proibição de atividades semelhantes na vizinhança.

As relações entre as cidades eram ainda menos idílicas e definiam-se rigidamente por sua mútua dependência na hierarquia dos mercados. As cidades maiores eram hegemônicas em relação às cidades menores, assim como, em relação às áreas rurais. As cidades maiores também tinham funções específicas em determinada região. Como vimos no caso de Florença,

as cidades maiores só foram lucrativas nos grandes centros que atraíam clientes de uma grande região do interior. A região que dependia deste tipo de função especializada chamava-se local de serviços. Foi possível reconstruir a hierarquia de cidades e vilarejos que preenchiam as funções essenciais de seus setores de serviços em níveis diferentes, como mercados de trabalho, serviços especializados e mercadorias. Em uma visão geral, os geógrafos disseram que, em teoria, os lugares centrais disseminavam modelos concêntricos como se fossem cristais. Na realidade, características específicas como as condições ambientais do litoral, de uma cadeia de montanhas ou de um rio influenciavam esse padrão e, assim, coexistiu uma hierarquia de mercados de três ou quatro níveis.

Essa visão nos ajuda a entender as diversas formas de interdependência das redes de contato que existiam entre as cidades e os países, e entre cidades de tamanhos diferentes dentro do mesmo sistema.

As relações mais nítidas podem ser observadas nas regiões com um maior nível de urbanização, as das regiões norte e centro da Itália. Nos séculos XV e XVI, surgiram os estados regionais estimulados pelas cidades maiores como Veneza, Florença, Gênova e Milão, que lutaram ferozmente pela hegemonia na região. A conquista e submissão de Pisa por Florença em 1406 significou que Florença, por fim, conquistara o controle de um porto. Seu *condado* aos poucos se expandiu para um território de cerca de 12 mil metros quadrados.

De 1404 a 1428, Veneza ocupou uma enorme área de 30 mil quilômetros quadrados no Vale do Po, a 20 quilômetros de Milão. As cidades dominadas por Veneza subordinaram-se à administração designada pela capital. Os tribunais da capital tinham precedência em todo o território, o *condado*; em questões legais os moradores da cidade recebiam um tratamento preferencial em relação aos habitantes da região rural, a incidência de impostos era maior nas mercadorias das áreas rurais do que as da cidade, as guildas da cidade tinham mais privilégios do que os artesãos do campo, e os proprietários urbanos expandiram suas propriedades em direção ao campo. Desse modo, a hegemonia política enfraqueceu as relações de mercado, que ainda ofereciam mais oportunidades para os grandes centros em detrimento dos pequenos. Os estados regionais do norte e do centro da Itália tinham outro modelo socioeconômico e político que se estabilizou em 1454 com a Paz de Lodi. Esse sistema político excluía, e, às vezes, opunha-se às atividades monárquicas.

Os sistemas políticos diferentes surgiram em decorrência do dinamismo das cidades; o sistema italiano, com seus componentes estrangeiros e internos, desenvolveu-se sem obstáculos com a maior concentração demográfica e econômica da baixa Idade Média e com poucos monarcas pró-

ximos aos seus territórios. Mesmo as invasões dos exércitos franceses em 1494, seguidas pelas invasões do império, que causaram graves prejuízos à terra durante a primeira metade do século XVI, não afetaram esse sistema de estados regionais; no máximo reduziu-os a uma série de estados vassalos autônomos. Em outros lugares as relações de poder foram muito menos vantajosas para as grandes cidades e surgiram outras configurações, nas quais os estados monárquicos exerceram um controle rígido.

Em algumas regiões da Europa onde a formação do poder feudal e monárquico demorou a ocorrer e não teve uma grande penetração, as cidades desenvolveram suas próprias estruturas políticas e sociais para resguardar seus interesses comuns essenciais. Com o pretexto da manutenção da paz as cidades protegiam o comércio e pastoreavam seu gado localmente e nas estradas que as ligavam. Nos locais onde predominavam, elas formaram sistemas hegemônicos de mercado de dimensões coloniais. À medida que os reinos e os principados expandiram seu território e poder, eles entraram em contato com os sistemas de poder desenvolvidos pelas redes urbanas em algumas áreas. Apesar dos conflitos de competência e lutas pelo poder entre eles, houve várias formas de cooperação. As comunidades urbanas deram à história da Europa um caráter singular.

LEITURA SUGERIDA

- BARRON, Caroline M. *London in the Later Middle Ages: Government and People, 1200-1500*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2004.
- BLACK, Anthony. *Guilds and Civil Society in European Political Thought from the Twelfth Century to the Present*. Londres e Nova York: Methuen, 1984.
- BOFFEY, Julia; KING, Pamela (Orgs.). *London and Europe in the Later Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 1995.
- DEAN, Trevor; WICKHAM, Chris (Orgs.). *City and Countryside in Late Medieval and Renaissance Italy: Essays Presented to Philip Jones*. Londres: Hambledon, 2003.
- EDWARDS, John. *Christian Cordoba: The City and Its Region in the Late Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- ENNEN, Edith. *The Medieval Town*. Amsterdã: Elsevier, 1979 (original em alemão de 1972).
- EPSTEIN, Steven A. *Wage Labor and Guilds in Medieval Europe*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991.
- Epstein, S. R. (Org.). *Town and Country in Europe, 1300-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- FARMER, Sharon A. *Surviving Poverty in Medieval Paris: Gender, Ideology and the Daily Lives of the Poor*. Ithaca, N.Y. e Londres: Cornell University Press, 2002.
- FRUGONI, Chiara Arsenio. *A Day in a Medieval City*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 2005 (original em italiano de 1997).
- GOLDTHWAITE, Richard A. *The Building of Renaissance Florence. A Social and Economic History*. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1980.

- HALL, Derek. *Burgess, Merchant and Priest: The Medieval Scottish Town*. Edimburgo: Birlinn Publishers, 2002.
- HANAWALT, Barbara; REYERSON, Kathryn L. (Orgs.). *City and Spectacle in Medieval Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.
- HILTON, Rodney. *English and French Towns in Feudal Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- HOHENBERG, P. M.; LEES, L. H. *The Making of Urban Europe, 1000-1994*. 2. ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.
- HUFFMAN, Joseph P. *Family, Commerce and Religion in London and Cologne*. Anglo-German Emigrants, c. 1000-c. 1300. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *Time, Work and Culture in the Middle Ages*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1980 (original em francês de 1979).
- LILLEY, Keith D. *Urban Life in the Middle Ages, 1000-1450*. Basingstoke e Nova York: Palgrave, 2002.
- MILLER, Edward; HATCHER, John. *Medieval England: Towns, Commerce and Crafts, 1086-1348*. 2. ed. Londres: Longman, 1995.
- NICHOLAS, D. M. *The Metamorphosis of a Medieval City: Ghent in the Age of the Artevelde, 1302-1390*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1987.
- _____. *The Growth of the Medieval City from Late Antiquity to the Early Fourteenth Century*. Londres e Nova York: Longman, 1997.
- _____. *The Later Medieval City, 1300-1500*. Londres e Nova York: Longman, 1997.
- _____. *Urban Europe, 1100-1700*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- PALLISER, David M. *Towns and Local Communities in Medieval and Early Modern England*. Aldershot: Ashgate, 2006.
- POUNDS, Norman. *The Medieval Town and Social Change*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 2005.
- REYNOLDS, Susan. *An Introduction to the History of English Medieval Towns*. Oxford: Clarendon, 1977.
- VANCE JR., James E. *The Continuing City: Urban Morphology in Western Civilization*. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1990.
- VERHULST, Adriaan. *The Rise of Cities in North-West Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- VRIES, Jan de. *European Urbanization, 1500-1800*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press e Londres: Methuen, 1984.
- WEBB, Diana. *Patrons and Defenders: The Saints in the Italian City State*. Londres e Nova York: I. B. Tauris, 1996.



CAPÍTULO 12

PENSANDO SOBRE O HOMEM E O MUNDO

O LEGADO GREGO: A VISÃO MEDIEVAL DO MUNDO E DA HUMANIDADE

As realizações intelectuais da Idade Média foram relevantes, mas não ocultaram o fato de que a visão acadêmica do mundo e da humanidade permaneceu, em sua essência, inalterada entre a Antiguidade e o início do período moderno. C. S. Lewis, o historiador literário que abordou pela primeira vez essa concepção do mundo em sua obra clássica, *The Discarded Image* (1964), pesquisou as raízes desse “modelo medieval de universo” remontando-o aos grandes filósofos gregos do século IV a.C., Platão (427-347) e Aristóteles (384-322). Visto que muitos acréscimos importantes a esse modelo também se inspiraram na Grécia, como em Ptolomeu e Galeno de Pérgamo, que viveram no século II a.C., podemos afirmar que a visão culta do mundo medieval e da humanidade foi um legado greco-pagão e não de um judaísmo cristão com, é claro, diferenças básicas. Na visão cristã medieval o mundo era finito e não eterno, como os gregos acreditavam, e essa visão vinculava-se à crença em um único Deus, ao contrário da religião politeísta dos gregos.

O legado grego só perdurou porque a elite intelectual da Idade Média mantinha um diálogo permanente com a Antiguidade e, em alguns períodos, esse diálogo adquiriu um vigor excepcional. Podemos então nos referir a um renascimento, uma palavra com uma ligação estreita a outro conceito, o do humanismo (ver Capítulo 1). Os três renascimentos mais significativos tradicionalmente reconhecidos – o carolíngio, o do século XII e o italiano – constituem os pontos fundamentais deste capítulo, que enfoca ainda o desenvolvimento da formação intelectual e do aprendizado em um nível mais elevado. Só havia um caminho no qual os antigos conceitos sobre a humanidade e o mundo, incorporados às ideias cristãs, poderia ser reproduzido e conduzido ao longo dos séculos.

Universo, Terra, Homem, Espírito

No modelo grego do cosmos a Terra era o centro imóvel do universo; ao redor dela moviam-se, em ordem concêntrica, 10 espaços transparentes e convexos ou esferas celestes, iniciando-se com os sete planetas conhecidos, com a inclusão do Sol e da Lua. Além da esfera do planeta mais dis-

tante, Saturno, havia as estrelas fixas (*stellatum*); e, ainda mais além, havia os círculos mais difusos dos “corpos cristalinos”, compostos por uma massa fina de água, que rodeavam o firmamento, e o *primum mobile*, a primeira esfera a mover-se e a transmitir movimento às esferas inferiores. Nessa concepção, não eram as próprias estrelas e planetas, mas sim, as esferas dentro das quais, eram fixados, que percorriam órbitas lentas ao redor da Terra. Mais adiante do *primum mobile* estendia-se o imóvel *empyreum*, no conceito cristão medieval, o lugar do céu. Embora a Terra fosse o centro do universo, pensava-se que era insignificante na escala cósmica.

Uma estimativa revelou que uma rotação completa da esfera estelar ao redor da Terra demorava 36 mil anos. Um livro popular inglês do século XIV calculou que uma viagem para a Terra a partir do *stellatum* levaria oito mil anos, com uma média de viagem de 40 milhas por dia. Esse número de anos é irrisório comparado aos 100 mil anos-luz, que separam a Terra do final de nossa galáxia, mas, mesmo assim, uma enorme distância para a imaginação do homem medieval.

Presumia-se que as estrelas, os planetas e a Terra, assim como as esferas nas quais eles giravam, tinham uma forma esférica – a ideia de uma Terra plana não estava totalmente descartada, porém, nunca obteve o consenso dos círculos intelectuais. Os planetas eram entidades vivas, com frequência corpos inteligentes que influenciavam a vida na Terra. A astrologia encarregava-se de descobrir e definir essa influência. A astrologia na Idade Média, assim como na Antiguidade, era considerada uma fonte do conhecimento racional, embora os conceitos contrários à ortodoxia cristã fossem proibidos pela Igreja, entre eles o de “prever o futuro” pela observação das estrelas e a adoração a corpos celestes. Acreditava-se que os planetas influenciavam a formação de metais e o estado físico e mental das pessoas, só para mencionar duas questões totalmente diferentes. Os médicos e farmacêuticos, em especial, usavam com frequência o conhecimento astrológico, porém, os reis e os príncipes da Igreja também tinham astrólogos em suas cortes.

Havia uma diferença fundamental entre o mundo sublunar e terreno e o mundo externo; só a Terra era imperfeita, tudo acima dela era incorruptível. O “quinto elemento” perfeito, a quinta-essência (*aether* ou *quintessens*), só existia no “mundo externo”. O mundo terreno consistia em quatro substâncias que compunham o universo físico: água, ar, terra e fogo. Cada substância era o “resultado” da combinação de duas das quatro “propriedades básicas”: calor, frio, umidade e secura.

Duas imagens predominavam no conceito da geografia terrena (ver Ilustração 12.1). Na primeira a Terra compunha-se de cinco regiões circulares, três das quais – duas nos polos e uma faixa larga de cada lado do Equador – eram desabitadas, visto que eram extremamente frias ou quentes. Apenas as duas

regiões de clima temperado, uma no Hemisfério Norte e a outra no Hemisfério Sul, eram habitadas. Os antípodas viviam no Hemisfério Sul, mas nunca encontravam os habitantes do Hemisfério Norte, porque era impossível entrar na região tórrida. Para alguns escritores cristãos essa premissa era duvidosa, uma vez que a Bíblia afirmava que todas as pessoas que viviam na Terra após o dilúvio eram descendentes de Noé, e que todos os povos da Terra mais cedo ou mais tarde ouviriam a palavra de Deus. A segunda imagem predominante referia-se à divisão do Hemisfério Norte em três continentes, Europa, África e Ásia, separados por três grandes extensões de água: o Mar Mediterrâneo (Europa-África), o Rio Don, o Mar Negro (Europa-Ásia) e o Nilo (Ásia-África).

Para os cristãos da Idade Média, Jerusalém era o centro geométrico que abrangia a Terra inteira e não só os continentes do Hemisfério Norte. Essa representação geográfica constituiu a base de diferentes tipos de mapas T-O (uma configuração em T dos três continentes em um plano circular com Jerusalém no centro). Um mapeamento bem mais preciso do mundo habitado foi realizado quando os venezianos trouxeram de Constantinopla o livro *Geografia* de Ptolomeu, obra de referência em geografia à época, pouco depois de 1200. O livro descrevia o uso dos graus de latitude e longitude, demonstrando como a superfície curva da Terra poderia ser reproduzida em um desenho plano. No entanto, essa obra só foi traduzida para o latim em 1400. Em um aspecto, isto foi trágico, pois o respeito pela grande autoridade do Ptolemy impediu um novo aperfeiçoamento significativo em cartografia resultante das primeiras descobertas.

No cerne da antiga concepção da humanidade havia a ideia de que a condição geral do corpo humano era determinada em primeiro lugar por quatro propriedades primárias e, depois, por todos os tipos de influências externas. A chamada teoria da interferência remonta a Aristóteles, mas sua representação clássica só foi divulgada na obra do grande médico grego, Galeno de Pérgamo (c. 129-200). Segundo Galeno, o corpo humano era um microcosmo ou, mais precisamente, um reflexo reduzido do reino sublunar. Assim como as quatro combinações diferentes das quatro qualidades primárias formavam os quatro elementos naturais, na escala do corpo humano elas constituíam os quatro humores ou fluidos corporais: o calor e a umidade produziam o sangue, o calor e a secura, a bile amarela ou cólera (*cholera*, em grego), o frio e umidade produziam fleuma (*flegma*, em grego), e o frio e a secura, bile negra ou melancolia (*melancholia*, em grego). Todas as pessoas tinham uma mistura dos quatro fluidos que determinava seu *complexio* ou “temperamento”. Portanto, havia tipos “melancólicos”, “coléricos”, “fleumáticos” e “sanguíneos”. O “temperamento”, além da manifestação externa e física, também se revelava por um conjunto de traços psicológicos e morais. Essa concepção era ainda mais complexa, porque se acreditava

que outros fatores, preferivelmente divisíveis por quatro, influenciavam o *complexio* e, assim, a saúde de uma pessoa; esses fatores incluíam as quatro divisões do dia, as quatro estações, os quatro pontos cardeais da bússola e os quatro sentidos gustativos (salgado, amargo, ácido e doce). Se uma pessoa ficasse doente, física ou mentalmente, a primeira providência do médico era diagnosticar o motivo pelo qual, sob influência de determinados fatores, a mistura específica de humores desequilibrara-se; o tratamento seria então adaptado a esse diagnóstico, com o objetivo de restaurar o equilíbrio do corpo. Além disso, o médico observaria também a idade ou o sexo do paciente, ou a parte do dia ou da estação do ano em que administraria o remédio.

Na Idade Média as pessoas tinham total percepção das diferenças essenciais dos seres vivos no universo, como as plantas, os animais e os seres humanos. Só os seres humanos tinham uma *anima rationalis* (uma alma dotada de raciocínio), com capacidade intelectual, habilidade linguística e vontade consciente. A convicção platônica original de que a alma racional só se manifestava por meio da iluminação divina, em termos cristãos por intermédio da intervenção do Espírito Santo, era disseminada.

A humanidade compartilhava a Terra não só com as plantas e os animais, mas também com seres angelicais (em latim, *genii*, cf. o árabe, *djinni*), que viviam na atmosfera entre a Terra e a quinta-essência. O espírito compassivo invisível que, na antiga concepção, guiava todas as pessoas e era “testemunha e guardião” da vida de uma pessoa, no Novo Testamento assumiu a forma cristã de “anjo da guarda”, que protege os seres humanos dia e noite contra as malícias e perfídias dos demônios originários dos espíritos do mal da Antiguidade. A maioria dos anjos vivia no céu perfeito e eram seres etéreos. A imagem medieval desses anjos inspirava-se na obra de Pseudo-Dionísio, um escritor cristão anônimo do início do século VI, erroneamente identificado com Dionísio o Aeropagista, um ateniense convertido por São Paulo. Os textos de Pseudo-Dionísio surgiram em torno de 750 na Gália francesa, onde Dionísio fora comparado a São Denis, o lendário primeiro bispo de Paris. Em um de seus trabalhos, Pseudo-Dionísio dividiu os anjos em nove “coros” hierarquicamente organizados. Essa configuração formou a base de uma devoção aos anjos e de uma doutrina no pensamento medieval, a angelologia, uma crença na existência e intervenção dos anjos, cujos querubins e arcanjos ainda existem hoje.

O PESADO FARDO DO AUCTORITAS

Louzado por um de seus alunos como a “fonte mais rica de cartas da França”, Bernard de Chartres tem a reputação de ter formulado a famosa

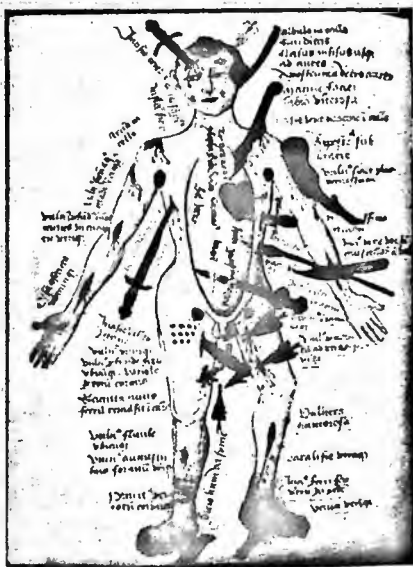
frase “Nós somos anões nos ombros de gigantes e, assim, vemos mais do que eles e a uma distância maior, não em virtude de nossa excelente visão, ou de uma distinção física, mas sim, porque somos carregados em um plano mais elevado além da altura dos gigantes”. Essa metáfora revela o profundo respeito e a grande autoconfiança que predominavam no pensamento medieval em torno de 1100, quando Bernard de Chartres pronunciou a frase, mas havia também o reverso da imagem. Na época em que Bernard viveu, a maioria dos gigantes morrera havia mil anos ou mais, porém, o peso da autoridade deles continuava a influenciar a pesquisa intelectual. Nessa visão inversa eram os anões que carregavam os gigantes como uma carga opressora.

O grande respeito à autoridade do passado foi uma característica fundamental do pensamento e da cultura medievais. Apesar de ser um fato incontestável, é importante definir com precisão a relação entre respeito à autoridade e o conhecimento na Idade Média. A prática do ensino, como agora, sempre vinculou as novas pesquisas às fontes fidedignas existentes, pois de outro modo as notas de rodapé e bibliografias seriam desnecessárias. A cronologia das fontes não é importante; o relevante é ainda serem reconhecidas e discutidas. Entretanto, o significado da palavra latina “*auctoritas*” na Idade Média era essencialmente diferente: um texto com *auctoritas* em princípio revelava uma “verdade” irrefutável. A única discussão possível era se o autor ou o texto possuía *auctoritas*. Além disso, a respeitabilidade do escritor não se refletia em todos os seus livros. Nem todas as obras do padre da Igreja, Santo Agostinho, por exemplo, têm uma característica de *auctoritas*. A revelação da “verdade” em textos fidedignos, em especial após o século XII, dependia da qualidade da tradição textual e da diversidade da interpretação do texto pelo leitor ou usuário. E as interpretações realmente variam. “Uma autoridade tem um nariz de cera, que pode virar-se em diversas direções (*in diversum sensum*)”, escreveu Alan de Lille no final do século XII com certo senso de humor, porque a palavra latina *sensus* pode significar tanto “direção” como “significado”.

Apesar da opressão do *auctoritas* medieval, os intelectuais tinham, embora limitada, alguma liberdade de ação. Durante a Idade Média a autoridade da Bíblia e dos dogmas da Igreja Católica predominou como uma pré-condição absoluta e inquestionável de ponto de referência de todos os trabalhos intelectuais. Por esse motivo, os primeiros líderes da Igreja tinham uma visão ambígua em relação à herança greco-romana. Eles deveriam absorvê-la e usá-la, como pensou Santo Agostinho, ou deveriam ignorá-la com desprezo? Felizmente, a autoridade de Santo Agostinho prevaleceu nesse ponto.

BOXE 12.1 PROGRESSOS NA MEDICINA? DISSECÇÃO DE SERES HUMANOS E CIRURGIA NA IDADE MÉDIA

Na Idade Média a prática da medicina e da paramedicina era, ao mesmo tempo, muito variada e obscura. Em um extremo havia os médicos com sólida formação em universidades a partir do século XIII. Em outro extremo existia a “medicina popular”, baseada inteiramente na experiência, e praticada por amadores e charlatões que prometiam curar seus pacientes com magias, fórmulas numéricas, algumas preces, tarô, poções caseiras, receitas e pilulas. Entre os dois extremos havia um grupo crescente de cirurgiões, farmacêuticos e herboristas (*herbarii*), sobretudo nas cidades, organizados em guildas reconhecidas; em seguida,



“Homem com feridas”, do manual cirúrgico *Surgical Treatment for Blows, Stab and Gunshot Wounds*

havia artesãos e comerciantes que realizavam tratamentos médicos, como os barbeiros, que faziam flebectomia, arrancavam dentes e faziam pequenas cirurgias como, por exemplo, “picar” uma catarata, gerentes de casas de banho e massagistas especializados em recolocar ossos fraturados no lugar e parteiras que, em caso de emergência, faziam cesarianas arriscadas.

Pelo fato de os médicos formados nas universidades não terem mais sucesso no tratamento de seus pacientes, eles nunca monopolizaram ou controlaram a prática da medicina. Isso resultou também dos poucos avanços no estudo da medicina nas universidades medievais. Assim como atualmente, o ensino consistia em uma parte teórica e outra prática. A parte teórica do ensino da patologia seguia a antiga teoria grega dos humores. A divisão tripartida da parte prática em dietética, farmácia e cirurgia seguia também a mesma tradição. A ênfase crescente nos aspectos teóricos do estudo da medicina, influenciada pelo grande sucesso da filosofia natural aristotélica no século XIII, prejudicou o progresso da cirurgia prática e acentuou as tensões entre os médicos formados nas universidades (com

frequência, chamados de *fysici*, mais tarde *doctores medicinae*) e os paramédicos como os cirurgiões com um treinamento tradicional, farmacêuticos e herboristas.

Os médicos formados achavam que os paramédicos não tinham conhecimento teórico para realizar diagnósticos precisos. No entanto, os dois grupos uniram-se na luta contra os curandeiros e charlatões.

A dissecação de corpos humanos, que enfrentara muita resistência e repugnância no império greco-romano e na tradição mulçumana da ciência médica árabe, mas que era tolerada no Ocidente latino cristão, representou um progresso no campo da cirurgia. Os primeiros relatos de disseções datam da primeira metade do século XII e, apesar dos protestos regulares da Igreja, as autoridades seculares permitiram sua prática a partir dessa data. Porém, essa prática não aprofundou imediatamente o conhecimento da anatomia humana e da fisiologia. Mais uma vez a principal razão foi o pensamento voltado para fontes fidedignas: quando dissecavam os cadáveres os médicos com formação universitária estavam, na verdade, apenas buscando uma confirmação do que já sabiam dos livros didáticos de Galeno e Avicenna. Não havia uma pesquisa sistemática em anatomia e fisiologia, e os avanços graduais foram realizados fora do circuito da medicina acadêmica.

Uma pesquisa na Itália revelou que a dissecação de cadáveres humanos realizou-se em quatro contextos diferentes. Primeiro, nas práticas de cirurgia usadas no treinamento médico nas universidades. A partir do final do século XIII, foram escritos novos manuais específicos para esse treinamento por cirurgiões acadêmicos famosos da Itália e da França, como Lanfranc de Milão, Henri de Mondeville e Guy de Chauliac. Segundo, no exercício da profissão os médicos curiosos, que queriam saber a causa da morte de seus pacientes, faziam uma dissecação em seus cadáveres, o que poderíamos chamar de uma verdadeira autópsia. Às vezes atendiam um desejo dos pacientes, ou de seus parentes, que queriam evitar morrer da mesma doença; em outros casos, os membros da família opunham-se a esse exame *post mortem*. Em terceiro lugar, no contexto da autópsia judicial a pedido de um tribunal para investigar a causa da morte da vítima e a fim de descobrir pistas sobre o criminoso e a arma usada. O quarto contexto referia-se ao sepultamento do cadáver. Na Idade Média, os cadáveres de pessoas importantes eram embalsamados de várias maneiras; primeiro o cérebro e os órgãos eram removidos. No caso de santos, esperava-se que a dissecação revelasse os sinais externos de sua santidade, como o formato em cruz claramente visível do coração de Santa Clara de Montefalco (+ 1308), quando as irmãs de sua comunidade o extraíram.

Além disso, se uma pessoa morresse longe de casa, mas os parentes quisessem enterrá-la em um local próximo, era mais fácil transportar só os ossos. Nesse procedimento o cadáver era esquartejado, e os pedaços fervidos. Às vezes mantinha-se o coração separado.

Os cadáveres de criminosos executados, em geral, eram usados em uma dissecação científica; não para acentuar a gravidade da sentença e, sim, porque com frequência os criminosos eram estrangeiros e, portanto, havia pouco perigo de ferir os sentimentos de seus parentes desolados com sua perda. No final do século XV, pela mesma razão, os cadáveres de pessoas que morriam nos hospitais sem família eram usados para dissecação.

Nessa época houve um aumento expressivo da demanda de cadáveres, devido à súbita ampliação do ensino no campo da cirurgia, quando então o estudo da anatomia humana alcançou um nível mais elevado. Esse aperfeiçoamento revelou-se na nova geração de manuais cirúrgicos excelentes, publicados uns após outros na segunda metade do século XVI, como os manuais de Jacopo Berengario da Carpi, Niccolò Massa e, em especial, o de Andreas Vesalius de Brabante, que ensinava em Pádua. Os pintores e escultores assistiam com frequência às disseções nas universidades italianas; eles tinham um grande interesse na anatomia humana em razão de seus esforços para copiar as grandes obras de arte da Antiguidade. Os livros brilhantes de desenho de Leonardo da Vinci demonstram como esse hábito foi importante em sua formação.

Nada saciava a paixão de professores universitários, estudantes e artistas plásticos pela pesquisa anatômica e fisiológica. O grande médico Andreas Vesalius era conhecido pelo entusiasmo que demonstrava ao dissecar cadáveres, às vezes, diziam, de pessoas ainda não realmente mortas. Existem casos conhecidos na Itália, em que os tribunais entregavam criminosos condenados à morte diretamente aos cirurgiões, que os matavam antes de começar a dissecação. Às vezes, os aficionados da dissecação exageravam aos olhos de seus contemporâneos. No livro *Life of the Artists*, Giorgio Vasari relata a história do escultor Silvio Cosini de Fiesole, um precursor do filme *O Silêncio dos Inocentes*; depois de uma dissecação ele transformou a pele do cadáver de um criminoso em um casaco, convencido de que se ele o usasse a força física do acusado do crime se transferiria para ele. Esse tipo de história, se verdadeira ou não, provocou uma crescente oposição à dissecação humana em meados do século XVI.

Bibliografia: SCHIPPERGES, Heinrich. *Der Garten der Gesundheit. Medizin im Mittelalter*. Munique, 1987. SIRAI, Nancy G. *Medieval and Early Renaissance Medicine: An Introduction to Knowledge and Practice*. Chicago, 1990. GARCÍA-BALLESTER, Luis et al. (Orgs.). *Practical Medicine from Salerno to the Black Death*. Cambridge, 1994. PARK, Katherine. *The Criminal and the Saintly Body: Autopsy and Dissection in Renaissance Italy*. In: *Renaissance Quarterly* 47, p. 1-33, 1994. *Ilustração:* Schipperges, p. 115.

A Educação Superior da Antiguidade Tardia na Alta Idade Média

A educação superior tornou-se rara durante a alta Idade Média, mas as oportunidades de formação intelectual e educação superior que continuaram a existir nos mosteiros ou nas *civitates* foram integradas ao ensino clássico romano. No cerne dessa educação superior havia o estudo das *artes liberales* (“artes liberais” ou “aptidões liberais”), um amplo escopo de disciplinas padronizadas por Marcus Terentius Varro (116-27 a.C.). Varro classificou nove disciplinas: gramática, dialética ou lógica, retórica, geometria, aritmética, astronomia, teoria musical, medicina e arquitetura. Ao longo dos séculos, a medicina e a arquitetura foram reclassificadas de artes “mecânicas” e, portanto, na Antiguidade só as sete artes “liberais” (livres), assim chamadas pelo fato de sua prática não exigir trabalho manual, continuaram a ser ensinadas. Isso significava que o praticante das artes liberais era um homem livre e rico. A partir do período carolíngio as sete artes liberais dividiram-se em dois grupos: o *trivium*, que abrangia as disciplinas linguísticas das línguas faladas e escritas, e o *quadrivium*, que englobava as quatro disciplinas matemáticas. Durante a alta Idade Média o ensino das sete “artes liberais” foi complementado pelo treinamento em *ethica*, ética ou filosofia moral. O ensino das artes e éticas (*scientia* ou *philosophia*, em latim medieval) constituía o currículo do aprendizado na época.

Havia textos didáticos usados na educação superior como o de ética, uma adaptação do conselho moral de Sêneca ao Imperador Nero feito pelo Bispo Martin de Braga (c. 515-580). A enciclopédia de Martianus Capella, um contemporâneo e compatriota de Agostinho, era a obra mais usada no ensino das artes liberais, embora algumas pessoas protestassem pelo fato de Martianus ser pagão. Agostinho, e quase todos os eruditos dos séculos posteriores a ele, cujos nomes ainda nos são familiares como Boécio e Cassidoro na Itália ostrogoda, Isidoro de Sevilha, na Espanha visigoda, e Gregório de Tours, na Gália merovíngia, consultaram essa fonte nos tratados didáticos que escreveram sobre as artes liberais. Isidoro (c. 570-636) abordou as sete artes liberais no início de sua obra *Etymologiae*, uma enciclopédia com 20 volumes e, com a ajuda de definições de palavras, deu uma visão geral de todo o conhecimento disponível na época. Em toda a Idade Média, a *Etymologiae* usufruiu de uma enorme popularidade evidenciada pelos mais de mil manuscritos desse imenso trabalho preservados. Apesar da centralização do estudo romano das artes na educação superior na Idade Média, seu objetivo foi diferente do aplicado na Antiguidade, ao proporcionar recursos e desenvolver as aptidões intelectuais necessárias para realizar o “verdadeiro trabalho” ao qual todas as atividades intelectuais deveriam se dedicar: o estudo da Bíblia, dos grandes padres da Igreja e de outros textos canônicos importantes, como as doutrinas e confissões de fé estabelecidas

nos concílios da Igreja, pois neles, encontrava-se toda a verdade que valesse a pena ser conhecida. Entretanto, muitos dos significados ficaram ocultos, e somente com o apoio das artes liberais seriam revelados.

Por esse motivo, Agostinho tinha a esperança piedosa de que o mundo inteiro cristão recebesse pelo menos uma educação elementar.

Na realidade, o número de jovens que tinha acesso a qualquer forma de educação intelectual era extremamente reduzido na alta Idade Média. O acesso à educação limitava-se a um círculo restrito de jovens destinados a uma vida em um mosteiro ou ao clero secular. Na alta Idade Média o ensino só era ministrado nas escolas ligadas às catedrais e aos mosteiros, embora nem todas as catedrais e abadias tivessem sua escola. Além disso, os pedidos reiterados para aperfeiçoar o sistema educacional feitos nos concílios eclesiásticos realizados nos séculos XII e XIII indicam que em muitas escolas o ensino limitava-se ao estudo de gramática elementar e da Bíblia; não havia também uma difusão do ensino das artes liberais. As poucas escolas localizadas na Inglaterra anglo-saxã formaram os intelectuais mais proeminentes da alta Idade Média, entre os quais o mais importante foi São Beda o Venerável (673-735). Beda passou a maior parte de sua vida nas abadias de Wearmouth e Jarrow, na costa leste do reino de Nortúmbria. Tornou-se famoso com sua obra sobre a história da Inglaterra anglo-saxã, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, e com uma pesquisa sobre ciências, *De Natura Rerum*. Esta última, embora baseada em Isidoro de Sevilha, aprofundou o tema porque, ao contrário de Isidoro, Beda teve acesso direto à melhor enciclopédia de ciência natural da Antiguidade romana, a *Historia Naturalis* de Plínio o Velho (+ 79 d.C.).

O RENASCIMENTO CAROLÍNGIO

No continente, a formação limitada de *literati* – pessoas que tinham acesso ao conhecimento cristão antigo e contemporâneo e que, portanto, sabiam ler e escrever em latim – recebeu um novo impulso sob os carolíngios. Apesar de Carlos Magno não ter sido o que alguns estudiosos descreveram, um “inspetor entusiasmado de escolas elementares” (De Jong), ele promoveu uma campanha em prol da alfabetização e apoiou o acesso mais amplo à educação elementar expresso na grande reforma do capitular *Admonitio Generalis*. Carlos Magno incentivou uma renovação abrangente da educação e da moral religiosa. Os textos da época referem-se ao *emendatio populi christiani*, o aperfeiçoamento do povo cristão. Essa renovação e as reformas da Igreja e dos mosteiros transformaram o governante mundano – na tradição romana e bizantina e também na árabe mulçumana – no principal guar-

dão da comunidade religiosa. Entre suas principais realizações destaca-se a ênfase na *pietas* (“devoção”), uma vida aceitável por Deus, que guiaria seus seguidores pelo caminho estreito da salvação no mundo após a morte.

Havia, é claro, uma grande lacuna entre esses ideais sublimes e sua realização. O ideal de *emendatio* não tinha um significado expressivo para os homens laicos comuns. Os membros da minúscula elite intelectual eram estimulados a escrever em latim no estilo clássico literário, para que pudessem compreender melhor a Bíblia e os padres da Igreja, e não cometerem erros técnicos na liturgia da Igreja. Isso nos remete à essência do renascimento carolíngio, que foi o primeiro e mais importante movimento humanístico no senso estrito do termo. A reunião e a cópia de manuscritos de textos antigos, que constituíram uma parte significativa desse movimento, tiveram uma importância excepcional para a cultura ocidental. As versões mais antigas de textos do período romano podiam ser encontradas nos manuscritos carolíngios. Em outras palavras, se os carolíngios não tivessem compilado esse material diversas vezes, o conhecimento de obras famosas de Cícero, Virgílio, Ovídio, Júlio César, Tácito, Sêneca e inúmeros outros autores teriam se perdido para sempre. Por esse motivo, alguns historiadores dizem que “o verdadeiro renascimento foi o renascimento carolíngio” (Mostert).

No entanto, o renascimento carolíngio foi um “movimento” realizado por um círculo muito pequeno de pessoas. Em seu cerne havia um grupo seleto e diversificado de amigos íntimos cultos do rei, homens que pertenciam há muito tempo às escolas dos tribunais e que, em geral, eram designados bispos ou abades nos grandes mosteiros imperiais. Na época de Carlos Magno, o maior erudito vivo foi um anglo-saxão, Alcuíno de York. Atribui-se a ele a concepção ideológica das ambições imperiais de Carlos Magno. Alcuíno encerrou sua brilhante carreira como abade da Abadia de St. Martin em Tours, onde, a pedido do imperador, fez uma revisão completa da versão padrão da Bíblia Vulgata. Em 787, Carlos Magno acolheu outro erudito estrangeiro em sua corte, o espanhol Teodolfo, para formular uma refutação adequada às visões iconoclásticas do imperador de Bizâncio. Mais tarde, ele foi nomeado bispo de Orléans. Já a carreira de Hildebaldo foi oposta à sua. Ele era bispo de Colônia antes de se tornar capelão-mor da capela real, chanceler e o conselheiro mais importante do rei. Esse círculo de intelectuais também tinha homens laicos como Einhard, o principal construtor e biógrafo de Carlos Magno, Angilbert de Ponthieu, que vivia, sem ser casado, com a filha de Carlos Magno, Berta. Ele tornou-se amigo e conselheiro de seu meio-irmão, Pepino, e devido aos talentos poéticos recebeu o apelido de “Homero”. Sob Luís o Piedoso e seus filhos, Hrabanus Maurus, aluno de Alcuíno, foi durante muito tempo o rei sem coroa da elite intelectual. Por sua vez, ele ensinou diversos jovens talentosos que

continuaram a tradição humanística no século IX como Walafrid Strabo, tutor de Carlos o Calvo e depois abade de Reichenau.

O renascimento carolíngio não introduziu mudanças no currículo educacional. A lógica e as disciplinas do *quadrivium* eram negligenciadas, com exceção da aritmética necessária para calcular o calendário, e os raros especialistas nesses campos eram considerados semimágicos. Acreditava-se que João Escoto Erígena (“João, o Irlandês nascido na Escócia”), filósofo, teólogo e tradutor da corte de Carlos o Calvo e seu íntimo amigo, transformara-se em uma estrela que vagava pelo firmamento após sua morte. Ele foi um dos poucos estudiosos ocidentais que sabia grego em sua época. Escoto traduziu diversos trabalhos de Pseudo-Dionísio o Areopagita do grego, que se tornaram muito populares e fortaleceu a tradição neoplatônica na filosofia católica. Gerbert de Aurillac, um jovem de origem modesta que recebeu uma educação em artes liberais na Zona Fronteiriça espanhola, tornou-se uma lenda durante sua vida. Ele dava grande importância às disciplinas matemáticas do *quadrivium*, que em consequência da influência árabe eram ensinadas em um nível mais elevado do que em qualquer outro lugar no Ocidente. Aurillac causou uma grande impressão ao usar modelos de escala e algarismos, que eram mostrados diante da classe em grandes pedaços de pergaminho costurados, o primeiro uso conhecido do *flip-chart* no mundo. Sua familiaridade com instrumentos como o ábaco e o astrolábio lhe conferiu uma mística de mágico, enquanto para seus inimigos ele era um “criado de Satanás”. Ele foi o mentor espiritual do rei e imperador alemão Oto III (983-1002) e o formulador de sua política de *renovatio imperii Romani* (“renovação do Império Romano”). Oto III nomeou-o arcebispo de Ravena, e mais tarde papa (Silvestre II, 999-1003).

O RENASCIMENTO DO SÉCULO XII: UMA REVOLUÇÃO INTELECTUAL?

O termo “renascimento do século XII”, antedata a publicação de Jakob Burckhardt, *Die Kultur der Renaissance in Italien* (1860). Mas ele só se difundiu em 1927 com a publicação de *The Renaissance of the Twelfth Century*, do medievalista americano Charles Homer Haskins, como um tipo de reação tardia a Burckhardt. Em contradição com o título de seu livro, Haskins descreveu a cultura da elite do século XII não como um renascimento da Antiguidade, e, sim, como uma renovação magnífica da vida literária e intelectual resultante da “rapidez de espírito”.

Desde então, foram feitas muitas tentativas de dar uma explicação mais precisa do conceito de “renascimento do século XII”. Alguns o compararam ao Renascimento italiano ocorrido há três séculos, cujo glorioso epicentro foi

a França e não a Itália, porém, que compartilhava as mesmas características: um humanismo florescente e um claro reconhecimento da individualidade do ser humano. Outras pessoas deram ao renascimento do século XII um caráter próprio, tendo em vista a economia excepcional e a dinâmica social dos anos entre 1000 e 1200. As cruzadas, os movimentos de colonização, o crescimento do comércio internacional, a rápida urbanização, a crescente mobilidade geográfica e social formaram o pano de fundo de uma nova “fome espiritual” (Chenu), de uma nova abertura da mente e autopercepção, de um estímulo à renovação intelectual e superioridade, e na crença no progresso.

Essas duas abordagens tinham diversos pontos em comum. Em primeiro lugar, elas compartilhavam a opinião de que uma nova visão revolucionária da natureza e, portanto, do “mundo”, revelara-se no pensamento do século XII. As interpretações mágicas e puramente simbólicas dos fenômenos naturais foram por fim abandonadas, e o ideal monástico de afastamento do mundo, foi visto sob outro ângulo. Seguindo o caminho trilhado por Platão, os estudiosos começaram a discernir certa “ordem” na natureza, que era um reflexo natural da ilimitada bondade e sabedoria de seu criador. Além disso, a ordem natural e as leis que a regiam, como o princípio de causalidade, poderiam ser entendidas de uma maneira racional, em razão do poder único de raciocínio dos seres humanos que os conferia uma posição central nessa ordem. Qualquer estudo sobre a ordem natural tinha de começar com uma experiência sensorial que estimularia o raciocínio. Pela primeira vez, houve uma abordagem empírica e indutiva, bem como lógica e dedutiva na pesquisa científica natural. O terceiro método, o matemático, também foi bastante usado.

Uma das maiores diferenças entre o renascimento do século XII e o renascimento italiano da alta Idade Média residia no fato de que no período tardio os humanistas nunca conseguiram dominar a educação superior, ou universitária, ao passo que no século XII as *scholae* (“escolas”), as precursoras das universidades, concentraram as novas ideias humanísticas e métodos. Esse vínculo íntimo exprimiu-se na palavra “escolástica”, que se referia à educação na *scholae*. Além disso, a escolástica no século XII adquiriu um significado mais reduzido e técnico, no sentido de um método analítico específico baseado na lógica aristotélica, mas adotada em todas as disciplinas acadêmicas, tanto no ensino como na produção de livros didáticos.

Literatos, Compiladores e Tradutores

Antes de examinarmos os desenvolvimentos nas *scholae*, é preciso mencionar que o renascimento do século XII também tinha uma forte orientação humanística. Muitos intelectuais famosos do século XII eram literatos e compiladores de textos antigos, mas também escritores que, com um prazer visível, porém, com resultados distintos, produziram suas obras

literárias no estilo e no modelo clássicos. Os textos literários latinos dos séculos XI e XII preservaram-se mais do que os textos dos dois séculos precedentes ou dos dois séculos posteriores. Alguns deles são considerados os destaques da literatura latina medieval. O mais notável nessa literatura é que pela primeira vez desde a Antiguidade tardia ela revelou uma total familiaridade com temas antigos não cristãos e concepções mitológicas.

Essa fascinante atividade literária também demonstrou uma busca diligente por textos não literários antigos. O legado greco-romano ainda não havia sido plenamente explorado, em especial no campo que chamamos agora de ciências naturais, matemática e lógica. Já mencionamos uma razão importante para essa falha: a maioria dos textos elementares nesses temas era escrita em grego que, com poucas exceções, não era uma língua dominada pelos intelectuais do Ocidente na alta Idade Média. Portanto, o interesse renovado pelo conhecimento do grego antigo exigiu cada vez mais de traduções dos textos. No final do século XI as duas fontes principais de conhecimento eram o mundo bizantino e o árabe. Com as grandes conquistas no século I, depois do estabelecimento do Islã no Oriente Médio e no Norte da África, os árabes entraram em contato com as realizações da antiga filosofia grega. Elas foram absorvidas com avidez e expandiram-se em campos diferentes. Muito antes do Ocidente, os árabes demonstraram um grande interesse pelas ciências exatas, como matemática, astronomia e medicina.

Durante o século XI, a Espanha e a Sicília foram canais de transmissão do conhecimento árabe para o Ocidente. A conquista de Toledo em 1085, o centro da cultura moura e o estabelecimento do poder normando na Sicília na mesma época incentivaram a troca intelectual entre o Oriente e o Ocidente. O desejo da elite de absorver novos conhecimentos superou seu repúdio aos mulçumanos, e algumas pessoas passaram a admirar sem reservas as realizações dos infiéis. Uma dessas pessoas, como o inglês Adelardo de Bath (c. 1070-1150), percorreu a região do Mar Mediterrâneo em busca do conhecimento árabe, que comparou e examinou com base em um pensamento crítico independente e racional, muito superior, em vez de seguir servilmente, a "auctoritas". Ele foi o primeiro literato a traduzir o texto completo dos dois tratados fundamentais de matemática, os *Elementos* de Euclides e *Álgebra* de al-Khwarizmi (+ c. 850), adversários terríveis até hoje de todos os alunos. Graças a al-Khwarizmi usamos algarismos "árabicos" para calcular, embora não devamos esquecer que os árabes trouxeram essa notação da Índia.

Um dos mais prolíficos tradutores foi um italiano, Gerardo de Cremona, que em meados do século XII passou algum tempo em Toledo traduzindo de 70 a 100 tratados gregos e árabes para o latim. Além da obra *Analytica Posteriora*, de Aristóteles, um marco da "nova lógica", essas obras incluíram *Technè*, o principal livro de medicina de Galeno, e a compilação da obra sobre astro-

nomia de Ptolomeu, o *Almagesto* – obras de enorme importância de apoio e refinamento da visão ocidental posterior em relação ao homem e ao mundo.

As traduções diretamente do grego foram feitas logo depois, graças ao trabalho dos italianos de cidades com grandes interesses comerciais no leste do Mediterrâneo, como Veneza e Pisa. Antes de meados do século XII Tiago de Veneza traduziu do grego a maior parte dos tratados de lógica de Aristóteles. Essas traduções diretamente da fonte original eram importantes, porque o árabe da família camito-semítica, considerada uma “língua intermediária”, com frequência distorcia a qualidade das versões originais gregas. A 4ª cruzada e a criação do império latino (1204-1261) estimularam a tradução e compilação de textos gregos, uma vez que a Grécia era governada pelo Ocidente havia mais de meio século, e os estudiosos ocidentais tinham um acesso irrestrito aos tesouros das bibliotecas gregas. O padre dominicano flamengo William de Moerbeke (c. 1215-1286), assim que foi nomeado bispo de Corinto, traduziu cerca de 50 obras do grego para o latim, inclusive quase todas as obras de Aristóteles e Arquimedes. No mesmo período, Michael Scot (c. 1175-c. 1232), astrólogo, alquimista e médico pessoal do Imperador Frederico II da Sicília, traduziu do árabe o livro *Metafísica*, de Aristóteles, bem como diversos comentários sobre Aristóteles do filósofo andaluz Ibn Rushd (1126-1198), conhecido no Ocidente como Averroës.



Ilustração 12.1 A consulta de livros acorrentados em uma biblioteca medieval

A Renovação de Aristóteles

Em torno do primeiro milênio, Gerbert de Aurillac promoveu a admirável renovação do estudo de Aristóteles na *scholae* medieval. Como vimos, Gerbert era um professor dedicado que se esforçou para aperfeiçoar a qualidade do currículo das artes liberais. Duas questões foram importantes para o desenvolvimento da escolástica. Em primeiro lugar, Gerbert introduziu o *disputatio* ou debate oral como uma disciplina didática em seu ensinamento de retórica. Segundo, ele ampliou o currículo com a inclusão do ensino de lógica ou dialética, a fim de melhorar as habilidades de debate dos alunos. O conhecimento dessas matérias, primeiro desenvolvido por Aristóteles, nunca se perdeu durante a alta Idade Média, em razão da iniciativa de Anício Boécio (c. 480-524), um estadista e filósofo da Itália ostrogoda. Boécio traduziu tratados elementares sobre lógica de Aristóteles e a introdução de Porfírio do neoplatonismo (final do século III d.C.) para o latim, e acrescentou seus comentários referentes à teoria da argumentação. Entretanto, seu trabalho teve pouca influência na disciplina da dialética, até Gerbert de Aurillac reintroduzir o que mais tarde foi chamado de “antiga lógica”. A partir do início do século XII, as traduções de Boécio de tratados mais complexos sobre lógica foram resgatadas do esquecimento e constituíram o que nos referimos como “nova lógica”. Apenas só faltava um trabalho, a *Analytica Posteriora*, que fora traduzido primeiro do árabe e logo depois (c. 1150) do grego. As obras completas de Aristóteles sobre lógica, às vezes chamadas de *Organon* ou “Instrumento”, foram reintroduzidas no Ocidente.

Porém, a influência de Aristóteles estendeu-se além de seus trabalhos sobre lógica. O grande filósofo grego também escreveu a respeito de fenômenos naturais, metafísica e ética. Todas as suas obras foram traduzidas para o latim entre 1150 e 1250, do árabe e do grego. No mundo árabe Aristóteles era considerado o filósofo por excelência, assim como no Ocidente cristão. Os estudiosos árabes, a exemplo de Averroës, escreveram comentários importantes em relação aos trabalhos de Aristóteles sobre psicologia e metafísica, que passaram a ser uma leitura obrigatória nas universidades da Europa ocidental. A predominância do estudo de Aristóteles no ensino superior revela-se por cerca de dois mil manuscritos de suas obras em latim medieval, um número só rivalizado pelos textos de medicina de Galeno. Aristóteles foi o líder incontestável no estabelecimento de um novo paradigma acadêmico, ou seja, a escolástica racionalista.

A Influência da Nova Lógica

A imensa importância da renovação da dialética e da lógica como uma disciplina acadêmica plenamente desenvolvida não deve ser subestimada. Em um mundo com uma percepção reduzida dos fenômenos naturais, pelo

menos no nível das leis da física e dos processos químicos, e onde havia pouco estímulo para expandir essa percepção, a dialética – a arte do raciocínio lógico – proporcionou um excelente apoio intelectual para organizar um conhecimento extremamente diversificado e complexo. Nesse contexto, o trabalho científico da primeira geração de intelectuais, que associaram seu extraordinário conhecimento de textos cristãos consagrados a um sólido aprendizado da “nova” lógica aristotélica, e transmitiram um otimismo quase desavergonhado e uma grande autoconfiança, foi de extrema relevância. Segundo eles, a vida poderia ser compreendida com o uso da lógica e, assim, propiciar um registro sistemático das relações entre o homem e a natureza e, acima de tudo, entre a humanidade e Deus. O motivo real dessa concepção lógica foi a crescente percepção de que as autoridades tradicionais (a Bíblia e os padres da Igreja) tinham ideias bastante contraditórias. Muitos eruditos estavam convencidos de que as inconsistências só poderiam ser confrontadas e eliminadas pela análise minuciosa e lógica dos textos. Esse pressuposto suscitou pela primeira vez a questão epistemológica fundamental: em que extensão o idioma processado nos textos escritos representava a realidade perceptiva, “objetiva”?

A polêmica entre Berengário de Tours e Lanfranc sobre a essência da Eucaristia (ver Boxe 12.2) revelou que a lógica aristotélica dera uma nova dimensão aos dogmas cristãos. O valor dessa influência foi objeto de controvérsia desde o início. Seus defensores acreditavam que Deus e o divino ficariam mais próximos por meio do pensamento racional. Os opositores a essa premissa, como Peter Damian (1007-1072), um dos líderes do movimento de reforma gregoriano, tinha a firme convicção de que as possibilidades de racionalidade eram limitadas a esse respeito, que os dogmas da Santa Igreja estavam ameaçados pelo racionalismo ou que Deus só poderia ser encontrado através de um caminho místico e da contemplação não racional. Em meados do século XII, essas opiniões opostas foram personificadas por Bernard de Clairvaux e pelo famoso lógico e teólogo Peter Abelard. Em resposta à frase de Abelard, “nós só conseguiremos fazer uma investigação [racional] por meio da dúvida e apenas por intermédio da investigação atingiremos a verdade”, Bernard o atacou com palavras ríspidas, “Que seja! É preciso eliminar o pensamento de que a fé cristã conhece os limites sugeridos pelos acadêmicos que duvidam de tudo e não sabem nada. Acredito na frase de Paulo, ‘Sei em quem pus minha confiança’ (2ª Epístola a Timóteo 1,12). E tenho certeza de que não irei confundir-me.”

Mas não havia meios de deter o avanço da nova abordagem. A confiança maior no uso da razão pelo ser humano era a prova racional da existência de Deus, como afirmava Santo Anselmo de Aosta (1033-1109), que seguiu Lanfranc primeiro como abade de Le Bec e depois como arcebispo de

Canterbury. Anselmo elaborou uma série de provas da existência de Deus *a posteriori*, provas originadas do resultado visível da intervenção de Deus no mundo – a criação. Entretanto, sua prova *a priori*, chamada de *ratio Anselmi* (“raciocínio de Anselmo”), que ocupou as mentes dos grandes filósofos ao longo dos séculos, entre eles Immanuel Kant e Bertrand Russell, tem mais interesse filosófico. Na verdade, Anselmo tentou provar a validade da definição de Sêneca de Deus, “Deus é melhor e mais sublime, do que o homem possa imaginar”. Como seria apropriado, Anselmo examinou essa definição no contexto da seguinte citação bíblica no início do Salmo 14, “Dizem os insensatos em seu coração, não há Deus”. Segundo Anselmo, até um insensato entenderia as palavras “algo que é mais grandioso do que o homem pode imaginar”. Se essas palavras tivessem algum significado então “o mais grandioso que o homem possa imaginar” deve de fato, existir; em caso contrário, e se “o mais grandioso” fosse apenas uma ficção, mesmo assim o homem ainda seria capaz de pensar em algo ainda mais elevado do que o “mais grandioso do que o homem possa imaginar”; ou seja, o mais grandioso que existe na realidade, externa à mente. Para Anselmo, é claro, o “mais grandioso” só poderia ser Deus. A restrição contextual de sua afirmação de que isso era uma questão de fé, evitou a perda de consistência lógica na prova de Anselmo. A outra restrição foi a ideia neoplatônica de tudo o que necessariamente existe no plano interno e externo tem uma ordem mais elevada, do que alguma coisa que exista apenas potencialmente, como a maioria das coisas no mundo natural. Para Anselmo, o “insensato” do Salmo era um descrente. Uma das máximas de Anselmo extraída do livro de Isaías do Antigo Testamento foi a do *credo ut intelligam*, “Acredito na ordem que posso entender”. No entanto, apesar do poder do raciocínio do ser humano, para Anselmo a percepção mais profunda não seria possível sem a fé. Outra de suas frases célebres, *fides quaerens intellectum*, a “fé que procura apoio na razão”, enfatiza a importância crucial da fé. As nuances diferentes entre essas duas máximas demonstra os sentimentos contraditórios de homens devotos como Anselmo, que lutaram com a dicotomia da fé e da razão.

BOXE 12.2 “ESTE É MEU CORPO”: DISCUSSÃO CULTA SOBRE A TRANSUBSTANCIAÇÃO NA EUCARISTIA

Um dos mais famosos debates dos primórdios da escolástica refere-se ao significado real do sacramento da Eucaristia. Essa polêmica causou um conflito entre Berengário, um professor da escola da Catedral de Tours, e Lanfranc de Pavia, abade do mosteiro normando de Le Bec e, de 1066 até

sua morte, em 1089, arcebispo de Canterbury. A controvérsia girava em torno do que exatamente acontecia durante a missa no ritual de comemoração da Última Ceia, quando o padre, ao partir o pão e beber o vinho, dizia “Este é meu corpo” e “Este é meu sangue”.

Ninguém poderia afirmar que nas palavras pronunciadas pelo padre, pão e vinho se transubstanciavam, respectivamente, no corpo e sangue de Cristo, mas ninguém ousaria negar a presença de Cristo depois da consagração do pão e do vinho. Portanto, Berengário e Lanfranc viam o sacramento da Eucaristia como uma *figura* ou *similitudo*, uma metáfora carregada de simbolismo. Mas na interpretação de Lanfranc a metáfora era uma manifestação misteriosa da “mais pura verdade” e indicava uma realidade espiritual superior. O pão e o vinho não se transubstanciavam de fato em corpo e sangue, porém, eram assim transformados pelo sacramento. Berengário achava isso um absurdo; para ele as palavras pronunciadas na consagração eram uma designação linguística (*significatio*) da presença sacramental de Cristo. Só por meio do estudo linguístico e dialético desse significado (*significare*) seria possível revelar a verdade mais profunda da Eucaristia.

O interessante é que ambos os oponentes usavam dois conceitos fundamentais da lógica aristotélica, *substantia* e *accidentia*. Aristóteles introduzira esses conceitos para fazer uma distinção entre o que chamaríamos agora de essência tangível de um objeto (*substantia*) e suas características contingentes e externas (*accidentia*). Segundo Lanfranc, a conversão do pão e do vinho era uma essência (substância), mas não visível (acidental) e, assim, sua premissa considerava essa conversão uma “transubstanciação”.

Porém, de acordo com a lógica de Aristóteles, essa transformação era impossível. Nesse sentido, ela só poderia ocorrer se houvesse uma intervenção milagrosa de Deus durante o sacramento do pão e do vinho, interrompendo por um instante as leis da natureza.

Berengário refutava essa interpretação com argumentos lógicos e com o pressuposto linguístico que nas palavras “Este é meu corpo”, “Este” só poderia referir-se à hóstia sagrada que nesse momento era erguida pelo padre. Embora engenhosa, a interpretação de Berengário foi superada, quando no IV Concílio de Latrão (1215) a doutrina da transubstanciação tornou-se um dogma oficial.

Por fim, Peter Abelard (1079-1142), um bretão, converteu a lógica aristotélica no fundamento da escolástica racional. Quando jovem ele adquirira uma excelente reputação em Paris, primeiro como professor de dialética e, depois, de teologia na escola da Catedral de Notre-Dame. Seu tratado *Sic et non* (no sentido literal “Sim e Não”, ou “A Favor e Contra”) demonstra sua abordagem lógica e é especialmente interessante do ponto

de vista metodológico. Pela primeira vez expôs-se o método escolástico de trabalhar. O texto consiste em 158 tópicos teológicos ou *quaestiones*; cada um deles se inicia com uma pergunta e, em seguida, os prós e os contras das possíveis respostas são avaliados de forma sistemática por meio da técnica da análise lógica, antes da conclusão. Essa abordagem de *quaestiones disputatae* (“questões em discussão”) firmou-se como um componente da educação superior ao longo do século XII. Ao mesmo tempo, os livros didáticos de escolástica começaram a seguir esse modelo. Existem poucos trabalhos em outros gêneros como compêndios, enciclopédias ou tratados individuais.

Atualmente, não nos surpreenderíamos muito com esse método, mas não podemos esquecer que até então os intelectuais estavam presos à rigidez da *auctoritas* e pelos padrões modernos não faziam uma abordagem crítica às suas fontes. Os diversos erros e contradições dos textos consagrados vieram à tona com o enfoque metódico de Abelard. Chamado pelos amigos e inimigos de “nosso Aristóteles” e de *peripateticus palatinus* (no sentido literal, “aluno de Aristóteles de Pallet”, local de nascimento de Abelard), mas também com o significado de “o paladino de Aristóteles” ou “o nômade de Le Pallet”, o erudito bretão em certo sentido superou seu mestre grego. A lógica aristotélica aplicou-se exclusivamente em determinar se um processo de raciocínio era válido ou não, ao testar a coerência do vínculo entre as proposições nas quais o raciocínio lógico se apoiava. Abelard agregou a esse procedimento um valor importante, ao verificar possíveis diferenças de significado dependendo do contexto entre termos similares usados nas proposições. Seu objetivo não foi suscitar dúvida sobre a verdade mais profunda dos textos tão dogmáticos da fé cristã, e sim fazer um exame crítico das diferentes versões do texto, no qual esses princípios eram descritos.

Além de ser um lógico competente, Abelard era uma figura peculiar, tão brilhante quanto arrogante, um homem que “fazia inimigos com a dedicação de um colecionador de selos” (Brooke). “Na verdade, ele tinha prazer em discutir tudo, sejam questões de fé ou do mundo”, disse um de seus muitos críticos com uma mistura de repúdio e admiração. Por esse motivo, não surpreende que as opiniões teológicas de Abelard tenham sido condenadas duas vezes pela Igreja, a segunda vez no Sínodo de Sens em 1140. Abelard foi declarado herege e sentenciado ao eterno silêncio. Bernard de Clairvaux, autor das acusações no sínodo, encerrou seu discurso com as seguintes palavras, “Peter Abelard, a partir de agora se dedique aos alunos escolares e às jovens senhoritas”. Essa frase foi uma alusão maliciosa ao fato que angariou mais fama a Abelard do que suas obras filosóficas – a turbulenta relação que tivera com Heloise,

sobrinha de um cônego da Catedral de Notre-Dame em Paris. Quando ela ficou grávida eles casaram em segredo, mas os parentes furiosos castraram Abelard. Após esse episódio Heloise e Abelard retiraram-se para um convento. Essa história de amor é relatada em sua autobiografia, *Historia Calamitatum* (*A História de minhas Desgraças*) e pelas cartas apaixonadas e, acima de tudo, devotadas que o casal agora separado trocava. Embora sua autenticidade tenha sido às vezes questionada, esses documentos comprovam a existência de uma grande sensibilidade, que não era dirigida apenas a Deus e aos santos, mas também uma introspecção pessoal e relações interpessoais. Nesse sentido, outro tratado de Abelard, *Scito te ipsum* (“Conheça a si mesmo”, uma referência a um ditado de um oráculo grego e também o lema do imperador romano, o filósofo Marco Aurélio), é considerado um marco na literatura. Pela primeira vez o pensamento cristão ocidental exprimiu a ideia de que no julgamento de pecados a intenção do pecador é mais importante do que a natureza do pecado. Assim, para Abelard, a moral era sempre interna e pessoal. A penitência externa, sem arrependimento e recuperação da integridade moral de uma pessoa, era desprovida de sentido. Essas ideias revelavam a espiritualidade contemporânea (ver Capítulo 8), a renovação do interesse teológico na questão da predestinação e a grande ênfase na admissão do pecado e o arrependimento no confessional. Ao mesmo tempo, mostram a percepção de que os seres humanos eram personalidades complexas, autoconscientes e responsáveis, com uma vida interior e características distintas e singulares.

A Filosofia Natural e a Metafísica

O segundo aspecto da renovação de Aristóteles relacionou-se à redescoberta de vários *libri naturales* de seus trabalhos sobre metafísica e ética. Os *libri naturales* incluíam trabalhos sobre física, cosmologia, meteorologia, zoologia, sono, sonhos e memória. Originalmente, a palavra “metafísica” referia-se à abordagem de Aristóteles do que ele chamava de “natureza primordial do ser” nas últimas edições de suas obras, depois de seus trabalhos sobre física (“metafísica”, no sentido literal de “atrás” ou “depois da física”). A metafísica é a busca filosófica dos fundamentos do “ser” separada da experiência sensorial. Alguns estudiosos de Aristóteles sugerem uma conexão estreita entre os estudos metafísicos e teológicos, outros têm argumentos opostos. A contribuição de Aristóteles à ética inclui uma ampla orientação moral, a *Ethica Nicomachaea*, possivelmente escrita para seu filho, Nicomachos. Essa obra serviu de modelo para a segunda e mais elaborada parte do *Summa Theologiae* de Santo Tomás de Aquino.

A retomada do estudo dessa parte da obra de Aristóteles causou mudanças radicais na educação superior. Por fim, três correntes filosóficas foram incorporadas ao currículo tradicional de artes: filosofia racional (inclusive a nova lógica), a filosofia natural, com as obras de Aristóteles sobre física e metafísica, e filosofia moral (que complementou a ética existente com Aristóteles). Dessas três filosofias, a filosofia natural precisa de uma breve explicação, porque interpretá-la como “física” poderia causar associações errôneas. A filosofia natural tinha como objetivo a investigação racional das quatro maneiras ou modalidades pelas quais os “corpos naturais” (objetos na natureza) mudavam (isto é, movimento ou mudança de lugar) em associação com as quatro “causas” básicas ou princípios do movimento ou da mudança no universo (isto é, finalidade). Assim, o estudo da filosofia natural compreendia os campos da cosmologia, da astronomia, da física, da biologia e da psicologia.

Entre os críticos da prevalência do estudo de Aristóteles no currículo de artes destaca-se John de Salisbury (c. 1115-1180), que estudara lógica com Abelard antes de seguir uma longa carreira diplomática em Roma, como secretário de diversos arcebispos de Canterbury e, finalmente, bispo de Chartres. Em uma de suas principais obras, o *Meta-logicon* (“Em defesa das artes logicas”, outro nome das disciplinas do *trivium*), John lamentou a atenção excessiva dada no currículo de artes à lógica aristotélica, em detrimento de dois temas do *trivium*, gramática e retórica. Segundo sua opinião, isso teria resultados desastrosos, visto que a superioridade do ser humano baseava-se no poder da palavra. A competência linguística era importante, um argumento que antecipou o programa educacional dos humanistas no século XV. Nos séculos após o ano 1200 as críticas a Aristóteles difundiram-se mais, o que provocou crises repetidas no ensino. Mas os adeptos de Aristóteles não desistiram. O racionalismo escolástico continuou a predominar na educação superior até o século XVIII.

A Criação das Universidades

Vimos que os únicos centros intelectuais durante a alta Idade Média eram as escolas ligadas às catedrais e aos mosteiros. Nesse contexto, a criação das universidades pode ser vista como um movimento de libertação, que aos poucos excluiu a educação superior do monopólio dos monges e bispos. Não se sabe exatamente como foi esse processo, mas podemos citar três antecedentes bem diferentes. Primeiro, havia a tendência nas grandes *scholae* ou *studia* de os professores ou os estudantes, ou ambos, se organizarem em corporações, a fim de cuidar de seus interesses. Em latim medieval esse tipo de corporação chamava-se *universitas*, que se

pode muito bem traduzir para “guilda”. Segundo, a crescente demanda de um aprendizado com uma qualidade melhor provocou uma expansão na área educacional. Fora do âmbito das artes liberais, surgiram as *scholae* especializadas no ensino da medicina e da legislação escrita, ou seja, a lei romana de Justiniano ou a lei canônica da Igreja. O ensino específico da Bíblia e dos padres da Igreja, que tradicionalmente completavam a educação em artes liberais, aos poucos se transformou em um estudo teológico separado e completo. Nas cidades onde havia mais de uma *schola*, essa diversificação da educação superior fez com que houvesse uma cooperação e, assim, surgiram as primeiras grandes escolas com áreas diferentes de ensino. Em terceiro lugar, seguindo a resolução do III Concílio de Latrão, realizado em 1179, a Igreja perdeu seu monopólio na educação ao obrigar os bispos a desistirem dos direitos exclusivos de promulgar licenças para ensinar em “qualquer lugar” (*licentiae ubique docendi*) nas escolas reconhecidas de suas dioceses.

O embrião da instituição de ensino que hoje chamamos de universidade evoluiu gradualmente a partir de todas essas etapas, embora seja difícil precisar seu desenvolvimento, nem a liberação da educação superior mencionada anteriormente ocorreu sem conflitos. Desde o início as *scholae* tiveram um apoio significativo dos papas e de muitos governantes, que defenderam a educação superior em sua política para melhorar a qualidade de sua administração. Mas houve também uma oposição feroz por parte dos bispos e do mundo monástico. Em Paris, por exemplo, o chanceler e o secretário do bispo opuseram-se à proibição de autoridade exclusiva de conceder a *licentia docendi* por muitos anos. A redução da participação das escolas monásticas na educação superior resultou em parte dos monges, devido às suas críticas severas no tocante à direção que a educação superior seguia. A nova ordem dos cistercienses, em especial, demonstrara seu desagrado, e seus comentários eram veementes. Já mencionamos o discurso violento de Bernard de Clairvaux contra Abelard, chamando-o de um perigo à sociedade, um pagão e um monstro. Como a lei proibia os cistercienses de frequentarem uma escola fora do mosteiro, eles correram o risco de ficarem intelectualmente isolados por não seguirem o novo caminho do estudo das artes. As novas ordens dos mendicantes, sobretudo os dominicanos, perceberam esse problema e o solucionaram com a criação de suas escolas, com seus próprios professores, nas grandes cidades como Paris e Colônia. Desse modo, eles tinham contato com o que acontecia no mundo da ciência. No início, essas escolas destinavam-se apenas aos membros de suas ordens, mas logo aceitaram outros alunos. O exemplo dos mendicantes mais tarde foi copiado por outras ordens religiosas, inclusive os cistercienses.



Mapa 12.1 Universidades na Europa na baixa Idade Média

O processo de tentativas e erros, de apoio e oposição no âmbito da administração e da organização, tem uma explicação melhor no contexto dos desenvolvimentos em dois dos mais importantes centros de ensino de alto nível na Europa ocidental: Paris e Bolonha. No século XII Paris tinha escolas perto de Notre-Dame (a antiga escola da catedral) e próximas a várias abadias na margem esquerda do Sena, como as de Saint-Victor e Mont-Sainte-Geneviève. Antes de 1150 Paris era a meca para os jovens; em torno de 1200 ela tinha entre 3 mil a 4 mil estudantes, que representavam talvez 10% da população da cidade. Havia quase 150 *magistri* lecionando nas escolas parisienses, mais de 100 no campo das artes, 20 nas faculdades de medicina e direito, e oito na faculdade de teologia. Em 1208, eles formaram uma guilda de professores. A entrada dos estudantes causou vários tipos de problemas, desde a organização dos programas de ensino até a forma como deveriam ser as aulas, e até o relacionamento inamistoso entre a cidade e a comunidade universitária. Todos os segmentos envolvidos (Igreja e autoridades seculares, habitantes da cidade, professores e alunos) perceberam que a educação superior precisava de regulamentos melhores. Esse objetivo foi alcançado em 1200, ao ser promulgado um decreto real reconhecendo a autonomia administrativa das escolas de Paris. O decreto também continha duas cláusulas de imensa importância. Primeiro, os *scolares* (professores e

alunos) foram colocados sob a proteção especial do rei, a fim de evitar a violência física e o dano à propriedade. Segundo, ficaram sujeitos à lei da Igreja: só os crimes muito sérios seriam julgados no tribunal do reino. Essa cláusula igualou a posição dos *scolares* ao clero, isto, se ainda não fossem cléricos. Essa medida teve amplas consequências, porque se tornou uma norma para todas as universidades reconhecidas da Europa, quando o papa confirmou o privilégio de Paris em 1231. A partir dessa data os membros das comunidades universitárias em todos os lugares não mais estavam sujeitos ao sistema secular de justiça e tinham o mesmo *status* do clero.

Os antecedentes da criação da Universidade de Bolonha foram bem diferentes, e ela originou-se no ensino de advogados sem vínculo com a Igreja. O hábito romano de registrar as transações de negócios por escrito jamais desaparecera na Itália. Isso era feito por escrivães profissionais, os *notai* (do latim *notarii*, portanto, “notário”), que aprendiam a fazer anotações corretas, com validade legal. A retomada do estudo da legislação romana de Justiniano na segunda metade do século XI deu um estímulo vigoroso ao treinamento de notários. Pelo fato de a lei romana ser a lei imperial, a transformação dessas escolas de notários em universidade teve uma grande influência da intervenção imperial, evidenciada nos acontecimentos da dieta de Roncaglia, em 1158. Frederico Barbarossa, conscientemente imitando Justiniano, e aconselhado por quatro advogados renomados de Bolonha, negociou com as cidades do norte da Itália a questão da *regalia*, “os direitos reservados ao rei”, formulados com normas da legislação romana (mesmo se a legislação romana não tivesse essas prerrogativas). Essa iniciativa não causa surpresa, porque havia alguns anos que Frederico concedera um privilégio às escolas de Bolonha com a citação perspicaz que “o mundo [seria] controlado e esclarecido pelo conhecimento”.

Todos os professores de Bolonha formaram uma guilda com seus alunos regulares. Em 1200 só havia duas guildas de estudantes, uma para italianos e a outra para estrangeiros. Os professores não podiam ser membros dessas guildas. As guildas de estudantes transformaram-se rapidamente em organizações poderosas e, se necessário, os estudantes poderiam impor exigências aos professores ou ao governo da comuna de Bolonha, com greves ou ameaças de sair da cidade e continuarem os estudos em outro lugar. Uma dessas ameaças foi cumprida, e o êxodo acadêmico provocou a fundação da Universidade de Pádua em 1222. A Universidade de Cambridge foi criada nessa mesma época após uma dissensão similar, nesse caso, com Oxford. As escolas de direito de Bolonha tinham uma excelente reputação e foram tacitamente, reconhecidas como uma universidade na mesma ocasião.

Além das grandes universidades de Paris e Bolonha, que evoluíram aos poucos das escolas existentes, o século XIII assistiu a fundação de uni-

versidades sem vínculo com as escolas, com frequência por iniciativa do rei e sempre com a aprovação do papa ou do próprio rei. As instituições mais antigas deste tipo, foram as universidades de Salamanca, em Castela (1218), e Nápoles (1224). Cerca de 75 universidades foram criadas dessa forma entre 1200 e 1500. Algumas eram pequenas e especializadas (como a Universidade de Medicina em Salerno e a de Direito em Orléans), e outras maiores, como as de Paris e Oxford. De 1350 a 1500 havia um total de 750 mil alunos matriculados nas universidades, todos do sexo masculino, porque as mulheres não podiam cursar as universidades.

Em tese, as universidades deveriam ser construídas em distritos urbanizados, porém, isso não foi uma regra. Havia duas universidades importantes na Inglaterra, por exemplo, em uma época em que quase não existiam grandes cidades. Além disso, ambas foram fundadas em cidades relativamente pequenas, apesar de antigas (Oxford e Cambridge), e não nos poucos centros importantes como Londres ou Winchester. Por sua vez, nos Países Baixos, um lugar com uma densidade demográfica relativa, a primeira universidade só foi fundada em 1425, e não em Flandres, e, sim, em Louvain, em Brabante. O Sacro Império Romano Germânico, que não era uma região atrasada nos séculos XII e XIII, permaneceu durante muito tempo sem universidade. A mais antiga foi a de Praga, na Boêmia (1348), seguida na segunda metade do século XIV pela criação de universidades em Viena, Erfurt, Heidelberg e Colônia, embora Colônia tivesse duas *studia* renomadas há bastante tempo – a escola da catedral e a escola da ordem dominicana, fundada em 1248.

O ENSINO UNIVERSITÁRIO E A CRISE INTELECTUAL NO FINAL DO SÉCULO XIII

O Ensino Universitário em Ação

Os estudos universitários na Idade Média demoravam muito tempo para serem concluídos. Sete anos eram em geral prescritos para a educação em artes liberais: quatro anos para o grau de bacharel e, em seguida, mais três anos para obter o título de *magister artium* (mestre em artes liberais) junto com a licenciatura, *licentia docendi*. Os estudos superiores também eram longos, como o de teologia, que normalmente demoravam pelo menos 10 anos. Como a maioria dos estudantes estudava artes antes de fazer estudos mais avançados, embora isso não fosse obrigatório em todos os lugares, as pessoas que prosseguiram em seus estudos passavam uma grande parte de suas vidas na universidade. Provavelmente essas pessoas constituíam um grupo bem pequeno, porque a maioria dos estudantes desistia depois de alguns anos ou só obtinha o grau de bacharel. Os textos satíricos do

século XII contam uma história diferente, mas durante muito tempo mesmo o grau de bacharel oferecia perspectivas consideráveis de ter uma boa posição na sociedade. Havia uma demanda contínua de administradores com formação acadêmica nas enormes burocracias dos reinos europeus, e a Universidade de Nápoles foi fundada com a finalidade específica de atender essa demanda. Porém, o mercado de trabalho para esses administradores competentes piorou depois de 1300.

Enquanto Aristóteles dominou o currículo das artes liberais, os alunos tinham acesso às suas obras através de manuais como *Summulae Logicales* ("Pequeno manual de lógica"), de Pedro Hispano (mais tarde Papa João XXI, 1276-1277), diversos comentários sobre artes naturais, no ensino de teologia baseava-se no estudo da Bíblia e dos padres da Igreja. Pela primeira vez elaboraram-se textos úteis de ajuda ao estudo da Bíblia, que facilitaram o acesso sistemático ao texto, como a divisão padronizada do texto em capítulos e versos, índices de assuntos e relações de palavras ou tópicos da Bíblia indicando o lugar onde se encontravam. Na tradição intelectual da alta Idade Média a Bíblia foi comentada inúmeras vezes por meio de notas explicativas, extensos tratados, observações, notas escritas nas margens das páginas e glossários. Esses glossários foram reunidos em coleções, mas sua qualidade só melhorou com a compilação do *Glossa Ordinaria* ("Glossário padrão"), atribuído durante muito tempo a Walafrid Strabo, porém, na verdade essa compilação só começou em 1100 por Anselmo de Laon e foi concluída alguns anos depois por Gilbert de Poitiers e Peter Lombard. Em meados do século XII, Lombard produziu uma extensa coletânea de ensinamentos dos padres da Igreja referentes aos dogmas cristãos, todos abordados de acordo com o novo formato da argumentação lógica. Esse compêndio, o *Quattuor Libri Sententiarum*, logo começou a ser usado como texto didático universitário. Nesse mesmo período, Peter Comestor ("Peter o Devorador"), um compatriota de Peter Lombard e chanceler de seu sucessor como bispo de Paris, Maurice de Sully, escreveu *Historia Scholastica*, uma interpretação histórica da Bíblia de uso comum na baixa Idade Média.

As bíblias para o estudo do direito eram, é claro, o *Corpus Iuris Civilis* e os textos canônicos ampliados e complexos, como as decisões dos concílios e os decretos do papa. Graciano, um monge italiano, organizou esse caos de documentos com a publicação de seu livro *Concordantia Discordantium Canonum*, (A Harmonização das Leis Contraditórias) que pouco depois passou a chamar-se *Decretum Gratiani*. Essa obra dominou tanto o estudo da legislação da Igreja que os alunos com frequência foram chamados de "decretistas". O acréscimo medieval mais importante desse *corpus*, o *Liber Extra*, foi concluído em 1234. Para simplificar o estudo da lei ro-

mana, Accursius, um renomado jurista de Bolonha de meados do século XIII, compilou a *glossa ordinaria* ("glossário padrão"), uma visão geral sistematizada de quase 100 mil glossários do *Corpus Iuris Civilis* de Justiniano produzido ao longo dos anos nas escolas de direito de Bolonha.

E, por fim, as obras de Hipócrates, Galeno e de diversos estudiosos árabes, como Avicena (Ibn Sina, 980-1039) e Constantino, o Africano (c. 1010-1087), predominaram no estudo da medicina.

O percurso de uma carreira acadêmica nos primórdios da universidade medieval é bem ilustrado pela vida do grande teólogo Tomás de Aquino (1224-1274). Ele descendia de uma família da alta nobreza que vivia perto de Monte Cassino, para onde foi enviado ainda criança, a fim de prepará-lo para uma carreira eclesiástica. De 1239 a 1244, ele estudou artes na recém-fundada Universidade de Nápoles e, em seguida, contra a vontade da família, entrou para a ordem dos dominicanos. Seus talentos intelectuais foram imediatamente reconhecidos, e o enviaram para Paris e Colônia. Tomás de Aquino dedicou-se ao estudo das obras de Aristóteles e estudou teologia sob a orientação de uma das mais brilhantes mentes do século XIII, Alberto Magno. Como um aluno de estudos avançados em Colônia, Tomás tinha a função de *cursor biblicus*, com a incumbência de ensinar estudos elementares da Bíblia aos novos estudantes de teologia. Aos 27 anos tornou-se um *baccalaureus* (jovem para a época) e iniciou os estudos para se formar em mestre em teologia. Como *baccalaureus* ele colaborou no livro *Sententiae*, de Peter Lombard, e foi assistente do *magister residens* (professor titular com uma cátedra) nos debates.

Por fim, em 1255, Tomás de Aquino tornou-se um *magister in Sacra Pagina*, professor de estudos bíblicos (isto é, de teologia). Suas principais tarefas como um *magister* consistiam em dar aulas (*lectiones*) e conduzir os debates. Um debate, como vimos, requeria uma abordagem de um tópico (*quaestio*) a ser elaborado de acordo com o método dialético escolástico. Havia uma distinção entre as *quaestiones disputatae* sobre temas mais ou menos definidos (que quase sempre duravam mais de um dia) e as *quaestiones quodlibetales* – discussões livres nas quais os alunos podiam sugerir seus tópicos. Para fundamentar suas aulas, Tomás escreveu vários tratados em forma de *quaestio*, entre os quais *Summa Theologiae*, destinado aos iniciantes nos estudos de teologia. Ele também anotou as 253 *quaestiones disputatae* que realizara e eram muito solicitadas entre sua audiência. No início do século IV, essa coletânea organizada em 46 cadernos sem costura era cedida para cópia pelo preço de quatro moedas de prata. Todos os *baccalaureus* tinham de concluir um debate como parte do exame final e, por esse motivo, além das coletâneas de *quaestiones* publicadas pelos professores, havia outros manuais à venda para ajudá-los em sua preparação.

Quando, apesar de ser tão jovem, Tomás graduou-se em mestre, sua ordem nomeou-o para uma das duas cátedras de teologia ocupadas pelos dominicanos na Universidade de Paris. Até mesmo o número de cátedras nas faculdades era limitado. Em 1255 a faculdade de teologia tinha 12 cátedras, metade das quais cedida ao clero secular, duas aos dominicanos, uma aos franciscanos e as três restantes ao cabido de cônegos regulares da Catedral de Paris. Essa divisão resultou de discussões acaloradas em relação à posição das novas ordens mendicantes, que sempre enfrentavam uma oposição longa e veemente pelo fato de os professores seculares sentirem que seu meio de vida estava ameaçado. Logo depois, o número de cátedras aumentou em benefício de outras ordens existentes e novas. As cátedras não tinham um caráter vitalício. Em geral, os professores seculares renunciavam aos cargos após alguns anos para ocupar postos administrativos importantes. Os professores regulares, pelo menos os das ordens mendicantes, tinham o hábito de mudar para um novo cargo a cada dois ou três anos. Tomás de Aquino lecionou em Paris de 1255 a 1259, depois foi para Nápoles, Orvieto, Roma e Viterbo (onde os papas mantinham sua corte), voltou a Paris (1269-1272) e terminou sua carreira em Nápoles, na universidade onde começara seus estudos. Durante esse período, Tomás escreveu ou ditou, quase sempre simultaneamente, muitas páginas extraordinárias em latim, um trabalho tão prolífico que os eruditos modernos só poderiam sonhar em produzir. Assim, não admira que essa inspiração tenha terminado tão cedo. Em dezembro de 1243, Tomás, aos 48 anos, disse ao seu secretário, "É impossível continuar. Tenho a sensação de só ter escrito coisas irrelevantes". Ele morreu na Abadia de Fossanuova alguns meses depois.

Após uma pressão persistente dos dominicanos, Tomás de Aquino foi canonizado em 1323. Em sua ordem a leitura de suas obras há muito tempo era obrigatória no estudo da teologia. Mas fora da ordem dos dominicanos elas só foram menos valorizadas do que pareciam no final do século XIX, quando Santo Tomás de Aquino foi considerado o protagonista central do movimento de emancipação católica e reconciliou a fé com a razão. Além de ser a epígrafe do teólogo William de Conches (1080-1145), o limite entre a razão e a fé nas obras de Tomás de Aquino é extremamente sutil. Por um lado, não só a natureza aristotélica, como também a existência de Deus, pode ser compreendida por meio da razão, mas por outro nenhuma revelação da fé é uma autoevidência racional. Qualquer percepção de Deus depende da graça divina. Porém, aqueles que compartilham essa graça podem usar a razão para deduzir detalhes menos profundos da fé, a partir dos pontos mais fundamentais. Atualmente, entre os especialistas ou estudiosos não teólogos, Santo Tomás de Aquino é amplamente reconhecido por sua perspicácia analítica, a clareza de seu estilo e a profunda acuidade psicológica.

O Ensino Universitário em Crise

A oposição a Tomás de Aquino relacionou-se à crescente resistência à influência preponderante de Aristóteles no currículo universitário. Os conflitos chegaram ao auge durante o “segundo ciclo” da renovação aristotélica, porque seus trabalhos não lógicos sobre metafísica e acerca da alma e da filosofia natural continham opiniões incompatíveis com a fé católica. Segundo Averroës, Aristóteles pensava que o mundo e o universo eram “eternos”, que não tinham princípio nem fim, e após a morte a alma imortal de uma pessoa perderia sua individualidade. Essas ideias eram claramente inconciliáveis com os conceitos judaico-cristãos de criação e ressurreição e, por essa razão, não só os teólogos cristãos, mas também os pensadores judeus da época, como Moses Maimonides no Cairo (1135-1204), discordavam da filosofia de Aristóteles.

Sobretudo em Paris, a oposição latente a Aristóteles causou uma discussão interessante sobre os limites do raciocínio humano. O mais importante protagonista desse movimento de oposição foi Giovanni Fidanza, conhecido como Bonaventura (1221-1274), um talentoso pregador que ensinou teologia em Paris em torno de 1270 e que mais tarde se tornou ministro geral (ou chefe) da ordem dos franciscanos. Bonaventura não rejeitava o trabalho de Aristóteles por princípio. Ao contrário, ele o usava em seus textos, porém, opunha-se ao seu uso excessivo na educação teológica, uma vez que Aristóteles oferecia apenas possibilidades limitadas para obter um conhecimento mais profundo de Deus. De acordo com Bonaventura, esse conhecimento só poderia ser alcançado por um caminho místico, um desejo ardente de Deus e uma fé cega na graça divina que pairava acima da razão.

No entanto, os adeptos de Aristóteles eram racionalistas prudentes. Sem dúvida, os professores de artes liberais insistiam que, devido à separação entre o currículo das artes e o estudo de teologia, nunca haveria um conflito entre Aristóteles e os cristãos dogmáticos pela simples razão que não cabia aos professores de artes liberais expressarem opiniões a respeito da fé. Esse ponto de vista é importante, não porque faz uma divisão implícita entre razão e fé, como fizera em ocasiões anteriores, mas, sim, porque agora essa divisão era considerada uma demarcação significativa no exercício do ensino.

Os melhores professores de artes liberais, como Sigério de Brabante e Boécio da Dácia (um dinamarquês), dedicaram-se ao estudo do pensamento de Aristóteles sem discutir a questão da fé. No entanto, apesar dessa precaução a partir de 1270 a posição deles provocou uma séria crise.

Boécio da Dácia defendeu-se com veemência argumentando que “existem muitas coisas na fé que não podem ser demonstradas pela razão”, porém esse argumento não o ajudou. Em dois anos, a ala radical aristotélica da Faculdade de Artes de Paris recebera duas vezes uma reprimenda

episcopal oficial, com a publicação de uma lista de proposições que todos os estudiosos deveriam rejeitar, sob pena de excomunhão. A lista publicada em março de 1277 continha 219 proposições, 60 das quais remontavam aos trabalhos de Sigério e Boécio. Alguns meses antes, Sigério de Brabante e dois amigos haviam sido intimados a comparecer perante a Inquisição. Sabiamente eles fugiram para a Itália.

Guilherme de Ockham

O protesto causado pelas condenações em 1277 e a profunda crise intelectual que elas revelaram, em especial na Universidade de Paris, foram esquecidos em torno de 1300. Surgira uma nova geração de filósofos e teólogos, entre os quais os melhores podiam ser comparados a Tomás de Aquino. Esse grupo incluía um inglês, Guilherme de Ockham (1285-1349), um frade franciscano que, na década de 1320, ficou famoso em Londres e Oxford como professor de teologia, embora não tivesse o grau de mestre nessa disciplina, como revelava seu apelido *venerabilis inceptor* ("venerável candidato"). A carreira universitária de Ockham foi interrompida por John Lutterell, o reitor de Oxford, que suspeitou de suas tendências inortodoxas. Por esse motivo, Ockham foi condenado a ser julgado em um tribunal do papado em Avignon, onde esperou seu julgamento por muitos anos em prisão domiciliar. Enquanto a atenção do papa concentrava-se em outra questão controversa na qual os franciscanos também estavam envolvidos, a questão do voto de pobreza, em 1328, Ockham fugiu com Michael de Cesena, ministro geral da ordem, para a corte do Imperador Luís da Baviera, em Munique, onde morreu de cólera em 1349.

Ockham e o Debate sobre *Universalia*

A originalidade e a grandeza do pensamento de Ockham são ilustradas por sua abordagem do conceptualismo que atribuía aos conceitos ou ideias gerais, os universais, uma concretude específica, um tema que angustiava quase todos os filósofos e teólogos medievais. Em outras palavras, o problema referia-se ao *status* dos universais, em termos de "grupo" ou categoria, ou se indicava suas qualidades ou propriedades como, por exemplo, "cachorro" (substantivo) ou "vermelho" (adjetivo). Só existem cachorros específicos e coisas vermelhas, ou as raças de cachorros e a cor vermelha possuem alguma realidade extramental ou independente, ou seja, a existência real fora da mente humana distinta das coisas específicas? A segunda posição chamava-se "realismo", e a primeira, "nominalismo". Em sua forma mais pura e extremada o ponto de vista do realismo remontava a Platão, que acreditava na existência externa de um mundo paralelo imaterial, separado rigidamente do nosso mundo físico: o mundo das formas, eterno,

puro e perfeito, que “causava” a transitoriedade e a inconstância do mundo material, mesmo que fossem apenas reflexos pálidos e imperfeitos das formas. Segundo Platão, o homem reunia ou reconhecia as formas nas coisas individuais, porque a experiência sensorial delas lembrava ao observador o mundo imaterial das formas, onde a alma se originava. O realismo platônico influenciou o pensamento cristão por meio do neoplatonismo e, em especial, por Santo Agostinho. Deus era o criador do mundo que, antes de criá-lo, imaginara tudo na mente. Assim, a realidade concreta era em essência um reflexo imperfeito das ideias (formas) na mente de Deus.

Porém, esse não foi o caminho percorrido para abordar o problema do *status* dos universais. O problema foi visto sob a ótica da lógica, e Aristóteles era o rei supremo no estudo da lógica. Aristóteles rejeitara a Teoria das Formas de Platão. Ele atribuía uma realidade às formas, que chamava de essências, mas negava sua existência transcendente, isto é, sua natureza externa concreta e física. Em outras palavras, as essências encerravam-se apenas no mundo natural. A mente humana era capaz de discernir as essências por causa de sua capacidade de fazer comparações.

Enquanto na concepção de Platão um cachorro, “Fido”, por exemplo, simbolizava uma forma perfeita de um “cachorro” de uma maneira imperfeita, para Aristóteles, Fido personificava ou “manifestava” a essência do “cachorro”; por sua vez, a essência do “cachorro” existia como um somatório de características que os espécimes concretos (Fidos) tinham de ter para serem chamados de “cachorro”. Na visão de Aristóteles as essências só poderiam existir se tivessem um atributo inerente ou se tivessem “diversos predicados”; na lógica aristotélica seria possível dizer que alguma coisa ou alguém “fosse um cachorro” ou “fosse vermelha”, a fim de aceitar a existência da essência do “cachorro” ou da cor “vermelha”.

Esse pressuposto também significou que Aristóteles acreditava que as categorias nas quais dividira e classificara o mundo físico não eram apenas esquemas intelectuais, intramentais, e, sim, representações da ordem natural que tinham uma existência extramental. A visão de Aristóteles considerada “moderadamente realista”, porque acreditava na existência real das essências sem colocá-las em um mundo extramaterial, era compartilhada por Boécio, que foi o primeiro intelectual a discutir a questão dos universais na Idade Média. Porém, o tema só foi discutido de forma erudita no final do século XI, quando Roscelin de Compiègne (onde ele era *scholaster* ou professor) defendeu uma concepção radical do nominalismo de que, infelizmente, só temos referências pelos textos dos seus opositores. Pelo que sabemos, Roscelin rejeitava radicalmente qualquer forma de realismo, ao postular que os universais nada mais eram que expressões verbais, a palavra absoluta (*flatus vocis*, em latim), que lhes conferia um nome. Desse

modo, eles não correspondiam a nenhuma realidade extramental e eram apenas constructos linguísticos, ou nomes (do latim *nomina*, isto é, nominalismo). Roscelin envolveu-se em problemas sérios quando proferiu essa ideia vinculada ao dogma da Santíssima Trindade, com a conclusão de que deveria haver três divindades distintas, caso contrário, a doutrina da Santíssima Trindade não poderia ser elucidada por intermédio da lógica.

A reputação de Roscelin arruinou-se, mas tudo indica que ele tinha seguidores e que, depois de 1100, houve discussões acaloradas nas escolas das catedrais do norte da França entre os adeptos e os opositores da visão de Roscelin sobre os universais. Existe uma história passada em Lille, onde as discussões sobre os universais tinham chegado a um nível de tal intensidade no final do século XI que os habitantes decidiram contar essa controvérsia a um adivinho surdo-mudo com uma alta reputação na cidade. Um cônego explicou o assunto na linguagem dos surdos-mudos. O adivinho entendeu o problema rapidamente e previu que a posição dos realistas prevaleceria. Sua previsão foi de certa forma limitada, porque a doutrina do nominalismo após um longo tempo foi adotada em grande parte do mundo universitário. Na disputa com Roscelin, Abelard propôs uma solução conciliatória de realismo moderado que foi seguida nos séculos XII e XIII por Tomás de Aquino e Bonaventura, entre outros estudiosos. Em sua visão moderada do realismo, Abelard assumiu uma posição neutra alegando que os universais eram abstrações mentais. Os universais estão incluso em coisas separadas mas possuíam uma realidade mental elevada devido à capacidade de abstração da mente humana. Abelard não expressou uma opinião se os universais como abstrações intramentais e intelectuais também representavam categorias ou classes na realidade extramental e física como Aristóteles pensava. Com exceção desse detalhe, seu conceito era bem similar ao de Aristóteles – um fato notável porque Abelard não teve um contato direto com o livro *Metafísica*, no qual Aristóteles expôs suas ideias sobre os universais, que só surgiu no Ocidente pouco depois da morte de Abelardo em 1142.

A concepção de realismo moderado de Abelard foi aceita pelos filósofos ocidentais e mais tarde aprimorada por John Duns Scotus (c. 1270-1308), que contestava a ideia de que os universais, como abstrações mentais, tinham existência real; eles só começavam a ser reais quando adquiriam “*hecceidade*” (*haecceitas*, em latim), ou seja, quando se concretizavam em algo especial. Por conseguinte, para Duns Scotus a relação entre universal e particular era mais de natureza formal do que “real”. Essa concepção foi um importante ponto de partida na abordagem de Guilherme de Ockham sobre a discussão dos universais. Ockham fez uma distinção entre “diferença” e “diversidade”; esta última, que pertencia ao âmbito da realidade

extramental, criou a primeira confinada ao domínio da mente. Em outras palavras, Ockham chegou a uma conclusão que Abelard não ousara formular: só coisas específicas de uma diversidade interminável existiam na realidade extramental. Por sua vez, os universais não tinham substância e eram apenas produtos da mente, necessários para organizar o mundo extramental. Nesse sentido, na concepção moderada de Ockham do nominalismo, os universais eram ontologicamente *intentiones animae* (“intenções da mente”), que podiam referir-se a particularidades da realidade extramental (“Fido é um cachorro”) e a categorias produzidas pela mente (“Um cachorro é um espécie”). Do ponto de vista semântico, as duas “intenções” eram apenas *signa* (“sinais naturais”), ao passo que o *status* lógico dos universais eram os predicados incorporados nas proposições. Ou seja, “Fido é um cachorro” não se referia a uma categoria geral (ou espécie biológica) que existia na realidade, mas “é um cachorro” era um predicado que indicava um predicado com um sentido mais abrangente (“é um ser vivo”). Para Ockham a ciência não se relacionava diretamente com a realidade extramental e física, nem com o estudo do mundo físico, e, sim, com a validade ou não das declarações referentes a coisas específicas contidas em proposições com a ajuda da capacidade de compreensão do ser humano: *sola propositiones sciuntur* (“só proposições podem ser compreendidas”, “isto é, propiciam o conhecimento científico”).

A Teologia de Ockham

Além de ser um especialista em lógica inovador que fortaleceu a mudança linguística na filosofia medieval, Ockham foi um teólogo excepcional. Segundo ele, a teologia não era uma ciência baseada em provas racionais apoiadas pela lógica ou pela filosofia natural, nem permitia que ele fizesse determinadas observações em relação a Deus. Só tinha certeza de que Deus era transcendente e autônomo. Deus era poderoso no sentido de que nenhum poder poderia coagi-lo. Sua liberdade de ação só se limitava pelas exigências da coerência interna e a ordem. Nem Deus tinha o poder de fazer qualquer coisa que não tivesse ordem ou fosse oposta ao que estava acontecendo. A criação era um produto contingente de uma escolha feita por Deus em meio a opções infinitas, mas dentro das limitações que se impusera.

De acordo com Ockham, só a fé conduziria à percepção das verdades superiores indispensáveis para alcançar a salvação eterna, não porque essas verdades fossem talvez irracionais, mas, sim, devido à limitação da razão humana. A fé não poderia ser apreendida apenas pelo estudo teológico ou de qualquer outra natureza; uma parte essencial da fé era transmitida (*infusa*, em latim) pela dádiva da graça do sacramento do batismo sagrado. Com essa premissa, Ockham opôs-se abertamente, aos racionalistas. Em

princípio a razão e a fé deveriam ter uma natureza autônoma, assim como a ciência e a teologia. A ciência deveria direcionar-se para a razão e para as formas “naturais” de provas obtidas pela razão, enquanto a teologia se voltaria para a fé e a revelação divina.

O impacto das ideias de Ockham na educação superior durante a baixa Idade Média não deve ser subestimado. Fundamentadas em sua abordagem inovadora, as escolas criadas logo depois de sua morte provocaram uma cisão no currículo das artes nas universidades medievais. O novo caminho (*via moderna*) também foi chamado de escola nominalista ou ockhamista (*doctrina* ou *scientia okamica*), apesar de Ockham não ter sido um nominalista radical; por sua vez, o antigo caminho (*via antica*) referia-se à escola que continuava a seguir o realismo moderado, que dominara o ensino das artes liberais antes de Guilherme de Ockham, associado às obras de Tomás de Aquino e John Duns Scotus. A divergência entre essas duas escolas de pensamento predominou no currículo das universidades de artes até o século XVI.

As universidades fizeram escolhas explícitas de seguir a *via moderna* ou a *via antica*, ou ambas, mas é óbvio que a decisão dependeu muito das preferências pessoais dos professores. A Universidade de Erfurt, na Alemanha, por exemplo, seguiu tradicionalmente a *via antica*, porém, quando o jovem Martinho Lutero estudou artes nessa universidade, Jodocus Trutfetter, o professor residente, ensinava pelo método da *via moderna*.

É difícil explicar sucintamente essas duas correntes de pensamento educacional. A orientação de um aluno dependia em grande parte do material a ser estudado, selecionado pelo professor. Quais seriam os comentários do autor ou outras obras a serem examinados? Os professores da *via moderna* em geral conheciam só uma parte ou só tinham um conhecimento superficial das obras de Ockham e distorciam muitas de suas ideias. O mesmo aconteceu com professores que tentaram seguir fielmente seus ensinamentos, como John Buridan (c. 1292-1358), um professor de artes flamengo bem-sucedido que lecionava em Paris e autor de um livro didático de lógica muito utilizado pelos alunos. Buridan conhecia bem as obras de Ockham e revelava com franqueza ser um ockhamista, mas ele procurou provas racionais para questões de fé, apesar do conselho explícito de Ockham de não fazê-lo.

A Crítica a Aristóteles

Mais significativo, porém, foi o fato de que, com o progresso da *via moderna* nas universidades da baixa Idade Média houve uma crescente atitude crítica em relação a Aristóteles até os séculos XV e XVI, o que diminuiu sua autoridade, mas, embora ainda “prevalecesse em determinados círculos, era considerado um autor convencional” (de Rijk).

No entanto, as críticas não provocaram uma rejeição à sua visão do homem e do mundo, porque a crítica básica a Aristóteles foi anterior à mudança paradigmática no estudo das ciências naturais. Em geral, o pensamento sobre os fenômenos físicos continuava a se basear na análise racional, apoiada pela lógica técnica de uma evidência empírica muito limitada; a análise não tinha o apoio de mais dados, nem por avaliações precisas ou experiências sistemáticas, ou pela transformação dos resultados em fórmulas matemáticas. Por esse motivo, o pensamento científico árabe não progrediu mais do que sua contrapartida cristã.



Ilustração 12.2 Um professor – imaginado como Aristóteles – fazendo uma palestra *ex cathedra* para professores de artes liberais (à esquerda) e professores de artes mecânicas (à direita). Miniatura flamenga de Peter de Abano, *Expositio Problematum Aristotelis*, c. 1500

Será que a escolástica em seu apogeu não resultou em nenhum progresso científico? É claro que sim. O novo “naturalismo” do século XII resultou de uma cautelosa tentativa de controlar a natureza, para torná-la útil à humanidade, porém, o interesse por fim direcionou-se mais à tecnologia aplicável, como construções do que a um estudo empírico fundamental. Entre as exceções dessa tendência, destacam-se os franciscanos ingleses, Robert Grosseteste (c. 1170-1253) e Roger Bacon, seu aluno excêntrico. Grosseteste, que ensinara artes e teologia em Oxford em 1220 e, mais tarde, tornou-se bispo de Lincoln, lia grego e foi influenciado por Platão e Aristóteles. Ele escreveu sobre uma ampla gama de problemas científicos. Desenvolveu um método para estudar os fenômenos físicos, com o uso intenso de hipóteses (Grosseteste talvez seja o pai espiritual das hipóteses científicas), experiências e descrições matemáticas. Ele apli-

cou esse método em seu estudo pioneiro da refração da luz no arco-íris, que depois foi aperfeiçoado por Bacon e pelo frade dominicano Dietrich de Freiburg. Essa teoria não correspondia em todos os pontos à teoria em vigor, porém, Grosseteste e seus seguidores provaram que em 50 anos poderia haver grandes progressos nas ciências físicas, com a ajuda de experiências e da matemática.

Eruditos com uma capacidade tão extraordinária e amplos interesses como Grosseteste e Bacon eram excepcionais, mesmo na Universidade de Paris. John Buridan rejeitara a teoria de movimento de Aristóteles referente à velocidade de um corpo que é acelerado de uma maneira não natural. Essa opinião levou o melhor aluno de Buridan, Nicolau Oresme (c. 1320-1382), a alegar que a Terra movia-se em torno de seu eixo, uma concepção que, embora já houvesse sido formulada, contradizia o modelo aristotélico do universo com a Terra no centro imóvel.

Apesar de todo o talento, esses físicos experimentais constituíam um grupo à parte nas faculdades de artes e não conseguiram formar uma escola de pensamento. Isso revelou a falha na educação universitária em consequência da norma de que jovens intelectuais só poderiam fazer estudos teológicos depois de completarem o curso de artes. Portanto, os teólogos interferiam constantemente nos debates sobre filosofia natural baseados em seu conhecimento do assunto. Essa ingerência teológica diminuiu o ritmo do desenvolvimento da filosofia natural em direção à ciência natural, focada menos em problemas metafísicos e teológicos e mais na observação, na experimentação e nas avaliações relacionadas apenas a fenômenos físicos.

Esses fatores ajudam a explicar por que o conjunto de circunstâncias gerado com a fundação de universidades europeias com um ensino razoavelmente autônomo na Idade Média não provocou uma revolução científica até o século XVII. Antes desse período, o modelo grego do universo, que reinara supremo por quase dois mil anos, fora contestado menos pelos baluartes da ciência do que pelo mundo empreendedor além dos portões das universidades. As duas descobertas mais importantes do século XIII, o relógio mecânico e os óculos, foram desenvolvidas fora da universidade. E os comerciantes e navegadores com o auxílio de invenções práticas como o astrolábio (usado pelos gregos desde 200 a.C., mas bastante aperfeiçoado no século XI), a bússola magnética (século XII), o compasso e o cálculo de coordenadas (século XI) demonstraram que muitas leis de Aristóteles eram incorretas. Esse fato explica os comentários irônicos que circulavam em meados do século XVI, que diziam que era possível aprender mais com os portugueses em um dia do que com os gregos e romanos em 100 anos.

O HUMANISMO NA BAIXA IDADE MÉDIA

Studia Humanitatis e o Novo Humanismo na Itália

Enquanto a escolástica atingia seu ápice ao longo do século XIV, um novo currículo educacional, o *studia humanitatis*, difundia-se na Itália. Em vez da ênfase da escolástica das artes liberais na lógica técnica, na filosofia natural e na metafísica da tradição aristotélica, o programa do *studia humanitatis* foi estruturado em torno de cinco disciplinas – gramática, retórica, história (que até então não era uma disciplina isolada), conhecimento de poesia e de filosofia moral (no sentido de filosofia focada em questões éticas, não metafísicas e teológicas). Os textos básicos dessas matérias eram de escritores romanos não cristãos. Os gêneros preferidos tornaram-se os diálogos discursivos e discursos.

O novo programa não revolucionou o mundo do ensino superior. Ao contrário, ele nunca conseguiu ter uma posição sólida no currículo de artes, além das adaptações humanísticas dos temas do *trivium* tradicionais de gramática e retórica. Nesse sentido, é melhor nos referirmos a uma subcultura intelectual estabelecida primeiro na Itália, onde a tradição escolástica nas universidades era relativamente fraca e a empatia com a antiguidade romana ainda era um sentimento forte. Essa subcultura aos poucos se expandiu pelos Alpes, onde se vinculou mais ao debate intelectual sobre as reformas na Igreja Católica do que na Itália. Embora em longo prazo o *studia humanitatis* não tenha predominado nos programas educacionais nas universidades, ele foi bem-sucedido em um nível inferior; ou seja, nas escolas latinas fundadas nas grandes cidades da Europa medieval tardia para educar crianças da alta burguesia, mas não necessariamente a fim de prepará-las para cursar uma universidade.

A princípio a demanda do *studia humanitatis* teve uma tendência a ser uma nova ênfase da formação intelectual reacionária e não revolucionária, um retorno aos programas de artes antes da renovação aristotélica. Na realidade, havia uma mudança significativa subjacente a essa nova concepção de ensino. Os novos humanistas queriam acima de tudo expandir o valor prático da educação superior que, segundo eles, não existia no aprendizado escolástico. Além de um enfoque direto na condição humana, a revolta dos novos humanistas contra a escolástica refletia um novo tipo de “pensamento prático” que surgia entre as elites urbanas e a classe média alta. Em contraste com nossa época, essa maneira de pensar não visava expandir a prosperidade individual, mas, sim, de desenvolver traços de caráter que capacitariam as pessoas a tomarem decisões morais conscientes, de negócios e, acima de tudo, de decisões políticas de forma pragmática. Nas comunas do norte e da região central da Itália, onde essa nova mentalidade enraizou-se primeiro, o

grau de participação cívica e o nível da organização eram muito maiores do que na sociedade ocidental atual. Por esse motivo, devemos ser cautelosos ao enfatizar em demasia as tendências ao individualismo e à secularização do novo humanismo, como foi feito por historiadores do século XIX, como Jakob Burckhardt. Ao contrário, o envolvimento direto das classes mais ricas na política local promoveu um sentimento de responsabilidade coletiva e uma vontade natural de fazer o melhor para o bem público. Esse empenho coletivo não foi considerado secular, “oposto à piedade cristã”; em vez disso “ele foi visto como seu complemento” (Rüegg).

Cícero substituiu Aristóteles como o grande exemplo clássico para os novos humanistas. Nenhum outro personagem do mundo antigo associou tão bem a moralidade pública elevada com uma atividade política intensa como ele. As obras de Cícero também revelam que a eloquência da expressão ou retórica era uma aptidão importante para atingir a sabedoria moral, porque só a clareza de expressão da palavra escrita e falada levaria à correta formulação dessa sabedoria.

O interesse renovado pelos tesouros literários da Antiguidade causou inovações metodológicas significativas na crítica textual. Pela primeira vez, a autenticidade de um texto foi questionada por meio de um estudo sistemático das características textuais do estilo do escritor e de seu vocabulário, complementada por características externas. Além disso, o contexto limitado da interpretação ampliou-se mais do que na época de Abelard. Os intelectuais perceberam que a intenção do escritor em dizer algo em determinado lugar no texto não poderia ser definida apenas pela análise semântica do vocabulário. Em um estudo filológico de um texto, era preciso examinar o texto inteiro, assim como outros livros do autor ou obras de outros autores escritas ao mesmo tempo, ou possíveis informações históricas relevantes. A nova crítica filológica, a etapa inicial da moderna filologia científica, usava uma metodologia comparativa e histórica em seu trabalho. Ela obteve resultados de grande repercussão, como a revelação definitiva do *Donatio Constantini* como uma fraude do secretário do Papa Lorenzo Valla e do cardeal humanista alemão, Nicolau de Cusa. Esse fato ajudou os novos humanistas a rejeitarem a ideia cristã de a Idade Média ser o período medieval mais obscuro da história do mundo. Sem romper com o esquema inevitável da salvação cristã da história, eles começaram a prestar mais atenção às volubilidades da história, que os verdadeiros líderes deveriam tentar superar ou submeter à sua vontade. Mas a nova crítica textual da história tinha ainda vantagens muito maiores, porque, apesar da crença no modelo grego do universo, as condições para abalar essa crença eram mais propícias, devido à disponibilidade de mais e melhores versões dos textos originais nos quais o modelo expressava sua visão do universo.

É impossível imaginar o florescimento notável do programa de educação humanista sem um novo destaque ao estudo do latim. Os novos humanistas acreditavam que o latim era o único veículo digno para exprimirem seus ideais. Eles escandalizavam-se com o latim “bárbaro” dos escolásticos deturpado pela necessidade de encontrar equivalentes no latim moderno à terminologia quase sempre obscura do grego de Aristóteles, e que resultava em neologismos disformes. Até mesmo o latim sofisticado dos homens letrados do século XII não era satisfatório. O domínio perfeito do latim da melhor literatura da Antiguidade clássica era uma fonte de orgulho para os novos humanistas. A escolha do material ou dos gêneros também se baseava nos modelos clássicos, nem sempre agradáveis para o leitor moderno que talvez perceba a ingenuidade, mas não o prazer das intermináveis imitações dos grandes poemas épicos de Virgílio ou de Lucano, das imagens mitológicas incompreensíveis da métrica rígida do verso, ou das cartas bombásticas e discursos inspirados em Cícero ou Sêneca. Não surpreende então que as obras dos mais ilustres humanistas, Petrarca e Boccaccio, as únicas escritas em italiano (e que eram muito apreciadas em sua época), são lidas ainda hoje, ao passo que suas mais numerosas e extensas obras escritas em latim clássico tenham sido esquecidas.

Francesco Petrarca foi, sem dúvida, o mais extraordinário dos dois humanistas. Filho de um advogado dos arredores de Arezzo, ele instalou-se em Avignon, onde residia a corte do papa, e conquistou amigos influentes, que o ajudaram a obter uma posição de prestígio na casa da excelente família Colonna. Como um clérigo de ordens inferiores ele recebia uma renda de diversos benefícios eclesiásticos na Toscana e na Lombardia, onde exercia funções apenas como uma formalidade. Petrarca logo se distinguiu como orador e poeta, e talvez tenha sido o primeiro escritor desde a Antiguidade a alcançar um *status* de celebridade. O auge de sua carreira ocorreu em 1341, no Campidoglio (a colina do Capitólio na antiga Roma), onde, depois que seus dons de poeta foram testados pelo Rei Roberto de Nápoles, ele foi coroado com a coroa de louros, o símbolo da glória de um escritor. Mais tarde, Petrarca tornou-se um defensor eloquente do retorno dos papas a Roma e apoiou sem grande entusiasmo a “revolução” de Cola di Rienzo, um comerciante que prosperara econômica e socialmente, porém, sem refinamento, e que tomou o poder em Roma em 1347, com a expectativa de restaurar a antiga glória de Roma. Nesse ínterim, Petrarca visitou diversas cortes na Itália envolvidas em disputas, na tentativa de oferecer seus talentos de orador e de diplomacia. Ele morreu no verão de 1374 em sua casa, nas colinas acima de Pádua, enquanto lia um livro – a morte mais bela que um poeta e um erudito poderiam desejar. A *Canzoniere*, uma coletânea de 366 poemas em italiano, é considerada seu legado literário mais importante.

O amigo de Petrarca, com quem ele tinha grande afinidade, o florentino Giovanni Boccaccio (1313-1375), morreu logo depois. A obra mais conhecida de Boccaccio é *Decameron*, uma coletânea de histórias curtas escritas em italiano, mas, assim como Petrarca, ele era um latinista apaixonado, um filólogo e colecionador de manuscritos da literatura clássica. Os dois tinham uma profunda admiração pela obra de Dante Alighieri (1265-1321), que não era um humanista, e, sim, um expoente da tradição escolástica. A primeira tarefa de Boccaccio foi a incumbência recebida dos magistrados florentinos de ler em público a obra-prima de Dante, *A Divina Comédia*. Mais importante porém, foi que, sob a influência de Boccaccio Florença tornou-se o cerne do novo movimento humanista. Mais significativa ainda: os dois herdeiros espirituais mais proeminentes de Petrarca e Boccaccio, Coluccio Salutati e Leonardo Bruni de Arezzo, foram chanceleres e secretários municipais de Florença. Salutati foi o primeiro humanista a empregar o *studia humanitatis* com um fim político, ao utilizar seus dons de retórica como uma poderosa arma no conflito entre Florença e Milão em 1401 e 1402. Seus trabalhos em prosa reflexivos demonstram uma forte propensão secular e uma aversão genuína aos intelectuais, que viviam em uma torre de marfim e à contemplação religiosa. “Como posso dizer que alguém é culto”, escreveu em uma carta, “que sabe tudo o que o intelecto humano pode absorver sobre o céu e questões divinas, mas nunca reflete sobre si mesmo? Quem jamais fez algo de útil para seus amigos, sua família, seus parentes ou sua cidade?” Essa atitude sofisticada não representava o ambiente intelectual em que o novo humanismo se enraizara. Petrarca, por exemplo, realçava o mérito de uma existência isolada e contemplativa, uma espécie de versão cristã do ideal romano do *otium*, e considerava Agostinho seu guia espiritual, acima de Sêneca e Cícero, uma preferência compartilhada por muitos humanistas posteriores.

A vida intelectual em Florença durante o século XV não foi dominada totalmente pela moral humanista, com uma forte tendência em direção ao bem público difundida por Salutati e Bruni. Não menos popular entre a elite na segunda metade do século XII foi a corrente do “platonismo florentino”, uma mistura esotérica de ideias originais de Platão, amplamente conhecidas em razão da tradução de suas obras do grego, com um toque de neoplatonismo e uma mescla de magia e ocultismo tirados da Cabala judaica e do antigo culto grego de Hermes Trismegistos. O resultado assemelhava-se à filosofia da Nova Era atual, porque o platonismo florentino tinha uma forte propensão egocêntrica e apolítica. Um típico produto desse pensamento foi o trabalho sobre a dignidade do homem de Giovanni Pico della Mirandola (1463-1494), publicado postumamente. Nessa obra ele defende a visão voluntarista radical de que o homem, sem limitações ao seu livre arbítrio,

cria sua própria personalidade. Exemplos visuais dessa corrente filosófica podem ser vistos nas primeiras pinturas de Sandro Botticelli (1444-1510).

A obra de Niccolò Maquiavel (1469-1527) foi menos intelectualizada e assemelha-se mais à moral política do humanismo em torno de 1400, porém, ela não revela a visão otimista da natureza humana e das potencialidades do homem, tão característica dos primórdios da moral humanista e do platonismo florentino. Um dos aforismos de Maquiavel, Secretário de Estado da República de Florença afastado do poder em 1513 com a derrubada da república pelos Médici, dizia que as “pessoas só fazem o bem quando obrigadas”. Os seres humanos eram maus por natureza e suas ações eram determinadas pelo seu próprio interesse, pelo desejo de ganho e glória, oportunismo e hipocrisia. Certamente, a natureza humana era imutável; o que poderia ser manipulado e reformulado era o “caráter”, que dependia das circunstâncias e do livre arbítrio. Na verdade, as pessoas tinham livre arbítrio, mas só podiam determinar metade de seu destino, a outra metade era controlada pela sorte. Um bom governante era aquele que se adaptava mais às circunstâncias históricas, em vez de tentar dominar o destino, apresentar o interesse do Estado como o interesse da maioria de seus súditos ou subjugar-los em prol do Estado e não da vontade deles. Maquiavel foi bastante ambíguo em relação ao melhor regime de governo; enquanto em um dos seus principais livros, *O Príncipe*, ele defende a monarquia, mas em *Comentários sobre os Primeiros Dez Livros de Tito Lívio*, ele prefere uma república com uma mistura de regime aristocrático e popular. As ideias de Maquiavel sobre os limites do uso da força pelo Estado são expostas em *O Príncipe*, um modelo de príncipes com um matiz de premissas aristotélicas a respeito da motivação psicológica da ação humana. No livro ele faz dois tipos de comentários. Primeiro, um bom príncipe não é nunca um tirano, porém, só se deixa guiar pelas preferências de seus súditos se for conveniente. Quando necessário, ou seja, quando as leis não funcionarem de modo adequado, ele precisa estar preparado para ter uma atitude inflexível e resoluta, associando a força de um leão e a sagacidade de uma raposa. De acordo com Maquiavel, César Bórgia tinha todas essas qualidades e serviu de exemplo para o leitor de *O Príncipe*. Filho do Papa Alexandre VI, César Bórgia era um patife inescrupuloso, mas também um estrategista talentoso. No entanto, para Maquiavel ele personificava o caráter perfeito de um “príncipe” vigoroso, uma combinação de *virtù* (habilidade pessoal), *ingegno* (disposição emocional) e *fantasia* (poder da imaginação), três palavras-chave no italiano renascentista para descrever o ser humano.

Segundo, ao expor pela primeira vez em *O Príncipe* a ideia de uma *raison d'être* amoral, na qual os protagonistas tinham uma liberdade de ação quase ilimitada, Maquiavel demonstrou que aprovava ações amorais (o que

também poderia implicar ações imorais) se fossem do interesse do Estado. Por ser um bom cristão, Maquiavel condenava com veemência as ações imorais motivadas pelo interesse pessoal.

Iremos discutir sucintamente a relação entre o humanismo italiano e as artes plásticas no Renascimento na Itália, embora tenha exercido um papel importante no debate sobre a natureza singular desse período da história italiana.

Com um olhar superficial o vínculo com o humanismo parece banal e simples. Assim como no estudo da literatura, a linguagem das formas, as proporções geométricas e a solução de problemas na arquitetura, na escultura e na pintura, havia um retorno consciente e direto aos modelos da Antiguidade. A linha divisória entre o “antigo” e o “novo” no campo da arte surgiu nos anos 1420, quando Filippo Brunelleschi terminou a abóbada da Catedral de Florença, Donatello fez as primeiras esculturas de figuras humanas com uma pose natural (conhecidas como *contrapposto*), e no momento em que o pintor Masaccio usou a técnica de ponto de fuga ou perspectiva ótica, com a preocupação de que suas figuras fossem anatomicamente corretas. À medida que o domínio técnico dos artistas expandiu-se, assim também cresceram suas ambições sociais. Eles não se satisfaziam mais em serem artesãos e praticantes das *artes mechanicae*, e aspiravam a serem vistos como eruditos e praticantes das *artes liberales*. As técnicas e constructos aplicados na elaboração de teorias e temas, sem dúvida, exigiam mais do que um conhecimento superficial das diferentes disciplinas do *trivium* e do *quadrivium*. Essa exigência foi cumprida apenas em parte. Por um lado, artistas expoentes como Leonardo da Vinci (1452-1519) e Michelangelo Buonarroti (1475-1564) eram considerados “universais”, ou até mesmo gênios de inspiração divina (o que se refletia no nível de suas remunerações); por outro, Leonardo passou a vida frustrado por não ter sido aceito pelos humanistas cultos como um deles.

Ao contrário do novo humanismo, o novo estilo artístico italiano só se expandiu para o norte dos Alpes bem mais tarde, com algumas exceções, como Albrecht Dürer (1471-1528), o artista de obras de xilogravura e pintor do sul da Alemanha. Um estilo realístico e diferente de pintura e escultura desenvolveu-se no noroeste da Europa durante o século XV, com sua mais sublime expressão nas obras dos pintores flamengos, Jan van Eyck e Rogier van der Weyden.

A literatura do renascimento italiano revela uma mistura curiosa de gêneros tipicamente medievais e antigos. Os primeiros são ilustrados pela poesia épica de Matteo Maria Boiardo (1441-1494) e de Ludovico Ariosto (1474-1533), que aborda acontecimentos da época de Carlos Magno, e os últimos pela poesia bucólica e pastoral de Jacopo Sannazzaro (1455-1530). Esses exemplos mostram mais uma vez a grande diversidade de formas,

nem todas com uma conotação de rompimento consciente com a “era das trevas” da Idade Média.

O Novo Humanismo Fora da Itália

Antes, pensava-se que a influência do novo humanismo fora da Itália concentrara-se em regiões com uma grande densidade urbana como o sul da Alemanha e os Países Baixos, mas agora sabemos que a elite intelectual de outros lugares como Inglaterra, França, Espanha e Polônia também tiveram contato com o programa do *studia humanitatis* na etapa inicial. As redes sociais que existiam entre as universidades e as conexões pessoais no meio intelectual, mantidas pelas viagens à Itália (o *iter Italicum* como parte da formação intelectual dos aristocratas), através de troca de correspondência, postos de trabalho e missões diplomáticas, aparentemente eram muito mais importantes do que as estruturas sociogeográficas. Peter Luder (1415-1472), o humanista alemão que na juventude foi à Itália várias vezes para estudar, é um bom exemplo dessa troca cultural. Ele descobriu o *studia humanitatis* e transmitiu seu entusiasmo aos seus alunos e colegas em muitas universidades do Sacro Império Romano Germânico, onde lecionava.

O humanista mais importante do norte do continente foi, sem dúvida, Rudolf Agricola (1444-1485), que estudou em Pavia e Ferrara por mais de 10 anos, antes de assumir um cargo oficial em Groningen, no norte dos Países Baixos, onde nascera. Entre suas obras destaca-se um livro didático inspirado no pensamento humanista, *De Inventione Dialectica*, muito usado no ensino de filosofia no século XVI. Agricola argumentava que o ideal humanístico de uma busca pragmática, a fim de encontrar soluções plausíveis para as questões do dia a dia era mais relevante do que todas as especulações sobre coisas que não poderiam ser vivenciadas, às quais a dialética escolástica dedicava-se.

Por intermédio de homens como Luder e Agricola o novo humanismo permeou os círculos da educação superior, os governos e os principados fora da Itália, apesar de algumas objeções. A disseminação das antigas virtudes “pagãs” provocou suspeita entre o clero conservador e, por esse motivo, os humanistas não conseguiram ter um currículo universitário adaptado aos seus ideais no campo da educação, embora tenham tentado diversas vezes no império alemão durante a segunda metade do século XV. Às vezes, seus esforços resultavam na nomeação de um professor humanista para ensinar retórica ou poesia clássica. Martinho Lutero envolveu-se em uma dessas tentativas de reforma do currículo universitário, com consequências positivas. Lutero não era um humanista no senso estrito da palavra – ele não se interessava pelo latim pré-cristão ou pela literatura grega –, mas tinha

uma profunda aversão ao ensinamento escolástico de filosofia e teologia. Em sua visão, o ensino de teologia deveria basear-se apenas na Bíblia, e que um bom ensino da Bíblia beneficiaria os métodos históricos e filológicos do novo humanismo. Com esse argumento, Lutero persuadiu o corpo diretivo da recém-fundada Universidade de Wittenberg de fazer mudanças mais amplas nos programas de estudo. Seu jovem amigo, o brilhante Philip Melanchthon, que lecionava na universidade, dedicou-se de corpo e alma a concretizar esse projeto de mudança curricular.

Outros humanistas do norte compartilharam as tentativas de Lutero de usar o programa do *studia humanitatis* para realizar as reformas necessárias na Igreja, além da aspiração fundamental de estabelecer um novo enfoque histórico e filológico da Bíblia. O mais famoso deles foi Erasmo de Roterdã (c. 1467-1536). Seus ideais religiosos, aos quais ele se referia como a “filosofia de Cristo”, sofreram grande influência do espírito do *devotio moderna*, um Cristianismo simples, generoso e tolerante (ver Capítulo 15). Para Erasmo a base da fé nunca deveria ser transmitida pela teologia, porque a fé simbolizava uma confiança pessoal e irrestrita em Deus, estimulada por uma experiência interna e complementada por uma vida de pureza moral. Segundo ele, a aparência externa dos ritos da Igreja não era importante e, em sua principal obra, *Elogio da Loucura*, ainda lida atualmente, ele usou sua arma mais temível, a sátira, para ridicularizar os aspectos carnavalescos da vida religiosa católica da época e a ganância e a tirania dos prelados e monges. Porém, Erasmo nunca quis romper com a Igreja de Roma. Ele apoiava mais um renascimento do que uma reforma do Cristianismo, o que o diferenciou a princípio de Lutero e, depois, o distanciou abertamente em 1520.

A educação constituía o cerne do renascimento da fé imaginado por Erasmo, uma educação dedicada ao aprimoramento da moral dos fiéis no espírito dos primórdios do Cristianismo, e não a rejeição das doutrinas e instituições da Igreja. Erasmo escreveu uma norma de conduta moral, *Enchiridion Militis Christi*, na qual defendeu o conhecimento e a prece como armas a serem usadas na luta contra o vício e o pecado.

Erasmo e Lutero pertenceram à primeira geração de intelectuais que difundiram suas ideias através de um novo e revolucionário meio de comunicação, a imprensa. Erasmo logo percebeu seu enorme potencial: 23 edições de *Enchiridion* foram impressas de 1515 a 1521. Ele era visto sempre nos escritórios e oficinas dos impressores suíços e italianos que publicavam suas obras e, sem nunca ter ocupado um cargo público importante, Erasmo alcançou o *status* de um escritor de *best-sellers* e de um *megastar* cultural. No auge de sua fama, em torno de 1515, seu nome era citado por todos os intelectuais renomados da Europa.



Mapa 12.2 O início da imprensa: lugares onde os impressores estabeleceram-se em torno de 1470

LEITURA SUGERIDA

- BENSON, Robert L.; CONSTABLE, Giles (Orgs.). *Renaissance and Renewal in the Twelfth Century*. Oxford: Clarendon, 1982.
- BRUNDAGE, James A. *Medieval Canon Law*. Londres e Nova York: Longman, 1995.
- CARABINE, Deirdre. *John Scottus Eriugena*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CLANCHY, M. T. *Abelard: A Medieval Life*. Oxford: Blackwell, 1997.
- COLISH, Marcia L. *Peter Lombard*. Leiden: Brill, 1994. 2 v.
- _____. *Medieval Foundations of the Western Intellectual Tradition, 400-1400*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1997.
- COOK, William R.; HERZMAN, Ronald B. *The Medieval World View: An Introduction*. 2. ed. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2004.
- COURTENAY, William J. *Schools and Scholars in Fourteenth-Century England*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1987.
- COURTENAY, William J.; MIETHKE, Jürgen (com David B. Priest) (Orgs.). *Universities and Schooling in Medieval Society*. Leiden: Brill, 2000.
- COWDREY, H. E. J. *Lanfranc: Scholar, Monk and Archbishop*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- CROSBY, Alfred W. *The Measure of Reality. Quantification and Western Society, 1250-1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- DALES, Richard C. *The Intellectual Life of Western Europe in the Middle Ages*. Leiden: Brill, 1992.

- EDSON, Evelyn. *Mapping Time and Space. How Medieval Mapmakers Viewed Their World*. London: British Library, 1997.
- EDSON, Evelyn; SAVAGE-SMITH, E. *Medieval Views of the Cosmos*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- EISENSTEIN, Elisabeth L. *The Printing Press as an Agent of Change: Communications and Cultural Transformations in Early-Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. 2 v.
- FERRUOLO, Stephen. *The Origins of the University: The Schools of Paris and their Critics, 1100-1215*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1985.
- FRENCH, Roger. *Medicine before Science: The Rational and Learned Doctor from the Middle Ages to the Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- GIMPEL, Jean. *The Medieval Machine: The Industrial Revolution of the Middle Ages*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1976 (original em francês de 1975).
- GRANT, Edward. *The Foundations of Science in the Middle Ages. Their Religious, Institutional and Intellectual Contexts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- GRENDLER, Paul F. *The Universities of the Italian Renaissance*. Baltimore, Md. e Londres: Johns Hopkins University Press, 2002.
- HALKIN, Léon-E. *Erasmus: A Critical Biography*. Oxford: Blackwell, 1994 (original em francês de 1987).
- HARVEY, P. D. A. *Medieval Maps*. Londres: British Library, 1991.
- HOLLANDER, Robert. *Dante: A Life in Works*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 2001.
- JAEGER, C. Stephen. *The Envy of Angels. Cathedral Schools and Social Ideals in Medieval Europe, 950-1200*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 2000.
- KLINE, Naomi Reed. *Maps of Medieval Thought: The Hereford Paradigm*. Woodbridge: Boydell, 2001.
- LEFF, Gordon. *William of Ockham: The Metamorphosis of Scholastic Discourse*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield, 1975.
- LEWIS, C. S. *The Discarded Image: An Introduction to Medieval and Renaissance Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1964.
- LONG, Pamela O. *Openness, Secrecy, Authorship: Technical Arts and the Culture of Knowledge from Antiquity to the Renaissance*. Baltimore, Md. e Londres: Johns Hopkins University Press, 2001.
- _____. *Technology and Society in the Medieval Centuries: Byzantium, Islam and the West, 500-1300*. Washington DC: American Historical Association, 2003.
- MCGRADY, Arthur Stephen. *The Political thought of William Ockham: Personal and Institutional Principles*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- MCKITTERICK, Rosamond. *The Uses of Literacy in Early Medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MANN, Nicholas. *Petrarch*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1984.
- MARENBO, John. *Early Medieval Philosophy (450-1150): An Introduction*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1983.
- _____. *Later Medieval Philosophy (1150-1350): An Introduction*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1987.
- _____. *The Philosophy of Peter Abelard*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- _____. *Boethius*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2003.
- MARTIN, John Jeffries (Org.). *The Renaissance: Italy and Abroad*. Londres e Nova York: Routledge, 2002.

- MATTHEWS, Gareth B. *The Augustinian Tradition*. Berkeley and London: University of California Press, 1998.
- NAUERT JR., Charles J. *Humanism and the Culture of Renaissance Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- O'BOYLE, Cornelius. *The Art of Medicine: Medical Teaching at the University of Paris, 1250-1400*. Leiden: Brill, 1998.
- PEDERSEN, Olaf. *The First Universities. Studium Generale and the Origins of University Education in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- RIDDER-SYMOENS, Hilde de (Org.). *A History of the University in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. v. 1 – Universities in the Middle Ages.
- ROSEMAN, Philipp W. *Peter Lombard*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2004.
- SCHOEK, Richard J. *Erasmus of Europe*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1990-1993. 2 v.
- SIMEK, Rudolf. *Heaven and Earth in the Middle Ages: The Physical World Before Columbus*. Woodbridge: Boydell, 1996 (original em alemão de 1992).
- SIRASI, Nancy G. *Medieval and Early Renaissance Medicine: An Introduction to Knowledge and Practice*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1990.
- _____. *Medicine and the Italian Universities, 1250-1600*. Leiden: Brill, 2000.
- SOUTHERN, R. W. *Saint Anselm: A Portrait in a Landscape*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. *Scholastic Humanism and the Unification of Europe*. Oxford: Blackwell, 1995-2000. 2 v.
- STOCK, Brian. *The Implications of Literacy. Written Language and Models of Interpretation in the Eleventh and Twelfth Century*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1983.
- SWANSON, R. N. *The Twelfth-Century Renaissance*. Manchester e Nova York: Manchester University Press, 1999.
- TRACY, James D. *Erasmus of the Low Countries*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- TRINKAUS, Charles. *The Poet as Philosopher: Petrarch and the Formation of Renaissance Consciousness*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1979.
- _____. *The Scope of Renaissance Humanism*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1983.
- WATT, W. Montgomery. *The Influence of Islam on Medieval Europe*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1972.
- WEISHEIPL, James A. *Friar Thomas d'Aquino. His Life, Thought, and Works*. Oxford: Blackwell, 1975.
- _____. *Thomas d'Aquino and Albert his Teacher*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1980.
- ZUPKO, Jack. *John Buridan: Portrait of a Fourteenth-Century Arts Master*. Notre Dame, Ill.: University of Notre Dame Press, 2003.

ENTRE CRISE E CONTRAÇÃO: POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE NA BAIXA IDADE MÉDIA

GUERRA, FOME E PESTES

No quinto capítulo do último livro da Bíblia, *O Apocalipse*, na enigmática revelação de João de Patmos, há uma referência a um “livro escrito por dentro e por fora, selado com sete selos” na mão direita de Deus sentado no trono no céu. O livro selado anuncia as sete desgraças que o Senhor guardava para a humanidade no Juízo Final. Um anjo proclamou em voz alta: “Quem é digno de abrir o livro e romper os selos?” Só uma criatura foi considerada digna de abrir o livro, um cordeiro imolado com sete chifres e sete olhos – um símbolo místico de Cristo, que fora crucificado (imolado como um carneiro) e ressuscitara dos mortos. Cada vez que o carneiro abria os primeiros quatro selos, surgia um cavalo e um cavaleiro. No momento em que abriu o quarto selo apareceu um cavalo pálido, e quem o montava chamava-se “Morte”, e o mundo dos mortos o acompanhava. Eles “receberam o poder sobre a quarta parte da Terra, para matar pela espada, pela fome, pela peste e pelas feras da Terra”. Essa imagem de terror apocalíptico de um exército de esqueletos disseminando a destruição por meio da guerra, da fome e da peste (*bellum, fames et pestis*) era comum na literatura e nas artes plásticas da Baixa Idade Média, um fenômeno facilmente explicável, porque entre o início do século XIV e meados do século XV a Europa, com uma frequência assustadora, foi atingida pelas desgraças previstas no quarto selo, com exceção das feras.

Fome e Crises de Subsistência

No período pré-industrial, a escassez de víveres era um pesadelo recorrente para muitas pessoas. Por esse motivo, a cultura popular da baixa Idade Média sonhava com uma Terra de abundância, o mito medieval do país da cocanha, um “extraordinário restaurante ao ar livre com um excelente serviço”, como Mullett o descreveu, “onde frangos assados voavam pelo ar e uma sobremesa de morangos gelados deixava os sonhadores” com água na boca. Em muitos casos, em períodos de falta de meios de subsistência, a primeira iniciativa dos camponeses rebeldes era de saquear as despensas de comida e adegas de vinho dos aristocratas ricos e abadias.



Ilustração 13.1 Evocação da procissão conduzida pelo Papa Gregório o Grande, realizada em Roma em 590, para implorar a intervenção de Deus no combate à peste negra. Miniatura do *Très Riches Heures du Duc de Berry*, 1416, e antes de 1489

No entanto, a escassez de víveres com alto grau de mortalidade devido à subnutrição ocorreu relativamente, com pouca frequência durante a baixa Idade Média. A maior crise que dizimou muitas vidas foi a famosa escassez de alimentos, que se prolongou de 1315 a 1317, causada por uma série de péssimas colheitas em três estações do ano seguidas no noroeste da Europa, em razão de condições climáticas excepcionalmente ruins. A situação agravou-se com o aumento pesado do número de mortes de gado e carneiros provocado por essas condições meteorológicas. Antes de examinarmos a extensão do desastre, é preciso lembrar que a produção média baixa da agricultura medieval significava que os grãos colhidos eram consumidos no ano seguinte à colheita, porque sua armazenagem por um período mais longo era impossível.

As consequências dessa crise são fáceis de imaginar. As populações urbanas totalmente dependentes do mercado para o suprimento de alimentos foram as que mais sofreram. Os preços dos grãos aumentaram em níveis

sem precedentes – em Hainault, no auge da escassez de víveres, o trigo custava de 25 a 30 vezes mais caro do que em épocas normais. Os aumentos salariais limitados não se equiparavam a esses preços elevados. Mas também houve escassez de alimentos na área rural, e os camponeses passaram fome. Após algum tempo, muitos deles não mais puderam pagar os arrendamentos e foram obrigados a vender suas terras e fazendas por um preço irrisório, ou a contrair empréstimo com juros exorbitantes. Até mesmo os grandes proprietários de terras sofreram com a situação. Eles podiam impor preços elevados nos grãos que ofereciam no mercado, mas, em contrapartida, as quantidades disponíveis eram menores; e, em especial, no caso dos proprietários eclesiásticos, a redução da renda contrastava com o aumento das despesas para atender a crescente demanda da caridade.

A intervenção do governo para eliminar os efeitos negativos da escassez de grãos foi característica do forte exercício do poder nos estados. Na Inglaterra o rei e diversos governantes das cidades tomaram medidas para controlar os preços e processar as pessoas que detinham o monopólio de grãos e os especuladores. A Inglaterra importou grande quantidade de grãos das colônias inglesas no sudoeste da França, que haviam sido poupadas das colheitas ruins. Porém, os governos poderosos também mostraram seu lado sombrio nessas circunstâncias. Durante esses anos desastrosos, Eduardo II continuou a aumentar os impostos para financiar a guerra contra os escoceses. O rei francês usou a fome como uma arma na luta contra os flamengos rebeldes, criando todos os tipos de obstáculos à exportação de grãos para Flandres. Na França e no Sacro Império Romano Germânico os conflitos provocados pela escassez de alimentos e seitas hereges foram reprimidos pela força.

As crônicas e outras fontes escritas desse período revelam como a prolongada escassez de grãos de 1315 a 1317 ameaçou a vida de milhares de pessoas. Os sintomas da grave subnutrição eram descritos nos mínimos detalhes. Histórias terríveis circulavam sobre pessoas macilentas, com os estômagos inchados pela fome, pastando como vacas ou recorrendo ao canibalismo. A ingestão de comidas não usuais ou estragadas causou epidemias de diarreia e ergotismo. O ergotismo, chamado na Idade Média de “fogo sagrado” ou “fogo de Santo Antônio”, era provocado pela ingestão de centeio contaminado por fungo. Não existe um número preciso de pessoas que morreram durante essa escassez de víveres, mas uma estimativa calcula uma mortalidade adicional de cerca de 70 em cada 1.000 (7%), nas regiões atingidas em 1316, que é o dobro da taxa da mortalidade normal do período medieval tardio. Os efeitos em longo prazo são difíceis de definir, porque a fome coletiva teve poucas consequências no índice de nascimento de crianças e, em seguida à Grande Fome, houve uma alta taxa de natalidade.

Mas as crianças extremamente subnutridas, que sobreviveram aos longos períodos de escassez de víveres, formaram uma geração de “espécimes frágeis”, que 30 anos depois ficaram muito suscetíveis a doenças. No entanto, esse argumento do medievalista americano W. C. Jordan é difícil de defender, porque subverte erroneamente que a peste negra teria feito menos vítimas no sul da Europa (que não fora atingido pela crise de escassez de víveres de 1315 a 1317) do que no norte.

As circunstâncias excepcionais que causaram efeitos desastrosos nas colheitas em dois anos seguidos repetiram-se em 1437 e 1438, no noroeste, embora com efeitos menos graves. Mas o sul da Europa também foi atingido por crises catastróficas. Houve escassez de víveres na Catalunha em 1333 e 1334, e na Toscana em 1346 e 1347, pouco antes de a peste negra devastar a Europa. Porém, bastava uma colheita ruim para causar problemas, em razão da incerteza de se criar estoques, o que acontecia aproximadamente a cada 10 anos na agricultura pré-industrial, com sua baixa produção e sem defesa eficaz contra animais daninhos e pragas que destruíam as plantações. Os estudiosos modernos referem-se a essas interrupções como “crises de subsistência”, uma expressão usada para descrever os efeitos desastrosos dos fracassos das colheitas nos preços de mercado, uma vez que o tamanho da colheita refletia-se em uma escala maior no mercado. Os lucros excessivos dos intermediários também tinham um impacto nos preços de mercado, assim como nos três mecanismos seguintes que iremos analisar.

Em primeiro lugar, na baixa Idade Média só uma pequena parte da colheita de grãos destinava-se ao mercado, o que resultava em uma flutuação muito maior do suprimento anual do mercado do que no tamanho da colheita por ano. Segundo, as grandes flutuações de preços provocavam oscilações nas preferências dos consumidores opostas às leis econômicas. Quando o preço do grão subia de repente, paradoxalmente, os consumidores comuns gastavam sua renda na compra de grãos, para ter o que comer; isso aumentava a demanda de grãos, e o preço subia ainda mais, enquanto a demanda por outros produtos e serviços diminuía. Por conseguinte, todos os grandes aumentos no preço dos grãos resultavam em uma avalanche de reduções no consumo em geral. Terceiro, os preços de mercado, pelo menos na primavera, eram determinados em parte pelas expectativas das colheitas seguintes. Se as colheitas não fossem boas, haveria escassez de víveres no mercado e, como um efeito dominó, os preços dos grãos começariam a subir, e vice-versa.

Devido às más condições das estradas, dos meios de transporte e das redes comerciais, havia grandes diferenças regionais no preço dos grãos. No entanto, durante a baixa Idade Média, as flutuações de preços no noroeste da Europa permaneceram mais ou menos estáveis em consequência da

crescente integração do mercado. Em outras palavras, se o grão estivesse caro em Paris, estaria também caro em Colônia. Porém, isso não significava que o preço fosse o mesmo, porque ele variava bastante dependendo da distância das grandes cidades das áreas de produção e do volume dos suprimentos. A integração do mercado só ajudou a eliminar os desequilíbrios extremos no suprimento, visto que o volume do comércio internacional de grãos ainda era muito pequeno. No início do século XIV, não havia um contato comercial regular entre a Europa ocidental e as regiões produtoras de grãos do Mar Báltico, que teriam mais tarde grande importância. Entretanto, as crises de subsistência na baixa Idade Média foram bem menos graves do que nos anos precedentes, graças ao comércio internacional e ao grau crescente de comercialização da agricultura.

BOXE 13.1 O TRIUNFO DA MORTE

Um dos espaços arquitetônicos mais notáveis na Idade Média foi a “praça” ou o “campo de milagres” (*Piazza ou Prato dei Miracoli*) no centro de Pisa na Toscana. Nos séculos XI e XII foram construídos três prédios de pedra branca: a catedral, o batistério circular (*baptisterium*) e o campanário (*campanile*) – a famosa “torre inclinada de Pisa”. O cemitério construído ao norte da praça em uma data anterior foi transformado depois de 1278 em um novo prédio monumental, o *camposanto* (no sentido literal “campo santo”). Esse prédio era uma construção quadrada semelhante a um claustro em torno de um espaço central, o terreno original do cemitério, com terra trazida do Gólgota, a colina nos arredores de Jerusalém, onde Cristo morreu na cruz. Depois de 1330 as paredes internas da galeria foram decoradas com afrescos pelos primeiros artistas da Toscana, como Benozzo Gozzoli. Um dos afrescos chamava-se “O Triunfo da Morte”. O tema do afresco era uma história tradicional – três homens jovens, na plenitude da vida e aproveitando os prazeres da caça, de repente se depararam com três cadáveres em vários estados de decomposição, nos quais se reconheceram. O tema



da morte foi retratado pelas companheiras femininas dos jovens, por um eremita que exibia um texto bíblico sobre a futilidade dos prazeres mundanos, um esqueleto que pairava no ar e uma batalha no céu entre anjos e demônios lutando pelas almas dos mortos.

Durante muito tempo, acreditou-se que "O Triunfo da Morte" fora pintado logo após 1348, quando Pisa foi atingida pela peste negra. Atualmente, o afresco é datado de cerca de 1330, e presume-se que a pintura tem relação ou com a visita do Imperador Luís da Baviera a Pisa em 1328 ou com as atividades religiosas dos dominicanos na cidade; a cena do afresco aparentemente inspirou-se em uma passagem da coletânea de biografias de santos do frade pisano Domenico Cavalca. Há também uma divergência quanto ao artista. A princípio, a pintura do afresco foi atribuída ao pisano Francesco Traini, porém, um estudo mais detalhado indicou outros possíveis artistas, sobretudo o florentino Buffalmacco.

Muitos afrescos foram seriamente danificados no século XX por meninos locais jogando futebol no *camposanto* e pelos bombardeios americanos a posições alemãs durante a Segunda Guerra Mundial. Felizmente, os afrescos haviam sido reproduzidos em detalhes em antigas gravuras e fotografias, que foram usadas na recente e bem-sucedida restauração.

Bibliografia: *The Dictionary of Art*. Londres e Nova York, 1966. 34 v. SVV "Pisa and Masters, anônimo 1, Master of the Triumph of the Death". *Camposanto Monumentale di Pisa. Affreschi e Sinopie*, Guiseppe Ramalli (pres.). Pisa, 1960. POLZER, Joseph. Aspects of the Fourteenth-Century Iconography of Death and the Plague. In: WIL-LIMAN, Daniel (Org.). *The Black Death. The Impact of the Fourteenth-Century Plague*. Binghampton, 1982, p. 107-130.

O Mistério da Peste Negra e seus Reflexos Pandêmicos

A peste negra é o nome tradicional da grande epidemia que assolou a Europa de 1347 a 1351 e que, de acordo com estimativas cautelosas, matou mais de um terço da população total de cerca de 75 milhões de pessoas em 1300. Por essa devastação a peste negra é considerada um dos desastres mais fatais que afetaram a humanidade. Durante muito tempo pensou-se que a doença era causada pela bactéria *Yersinia pestis*, que recebeu esse nome em homenagem ao médico suíço Alexandre Yersin, aluno de Louis Pasteur. Em 1894, por ocasião de um surto epidêmico em Hong Kong, Yersin conseguiu identificar e descrever o bacilo que devastara a cidade. Imediatamente, ele alegou ter descoberto a causa das epidemias de peste negra dos séculos VI e XIV, e até há pouco tempo nenhum historiador contestou sua alegação. Porém, na última década do século XX a origem da bactéria da peste negra começou a ser discutida por historiadores e epidemiologistas. Há pouco tem-

po, o historiador Samuel Cohn argumentou que existem mais inconsistências do que similaridades nas descrições medievais da doença com os sintomas médicos da peste bubônica, sob a perspectiva da observação moderna; nem os dados em relação à sua virulência e padrões de disseminação coincidem.

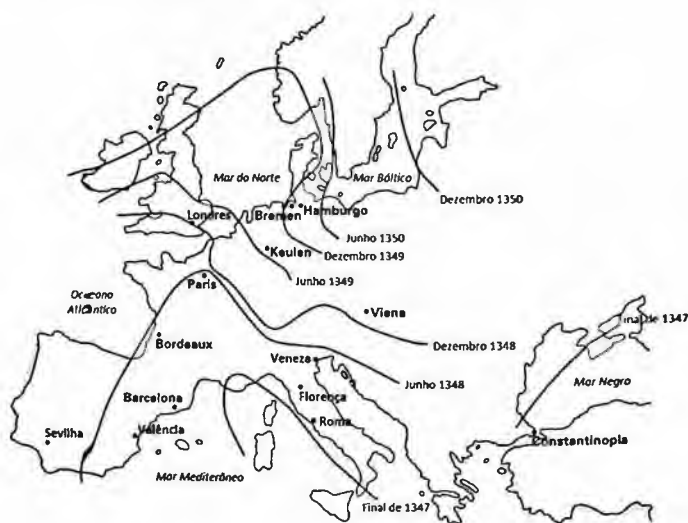
Existem outras possíveis doenças em discussão, desde um tipo de influenza aguda a uma mistura de doenças infecciosas, inclusive peste bubônica. Qualquer que seja o resultado desse novo debate, o fato é que a epidemia que assolou a Europa medieval em meados do século XIV foi uma das mais devastadoras que atingiram o continente nos últimos mil anos.

A peste negra foi trazida da Crimeia para a região do Mediterrâneo no final de 1347. Sua propagação violenta atingiu no verão seguinte a cidade de Paris, o centro da Europa medieval, e logo depois o sul da Inglaterra. Em seguida, disseminou-se para o norte através das Ilhas Britânicas e da Escandinávia, e para o leste pelos Países Baixos, o Sacro Império Romano Germânico e a Europa oriental. No final de 1350, a peste negra chegou à Rússia após um longo caminho indireto. Curiosamente, as regiões com menos densidade demográfica, como a Noruega e os grupos de ilhas distantes de Faeroes, Shetlands, Orkneys e Hébridas, foram atingidas com tanta violência como as metrópoles densamente povoadas como Constantinopla, Cairo e Florença. Por sua vez, regiões inteiras como a Boêmia e algumas grandes cidades sofreram bem menos os efeitos da peste negra, talvez por uma razão ecológica porque a Boêmia, por exemplo, não tinha os nichos adequados para a proliferação de ratos vindos de outras regiões.

As cidades mais poupadas dos surtos da peste negra foram as que tinham governos responsáveis e com capacidade de ação. Embora os médicos medievais desconhecêssem as origens bacterianas das doenças, e como se disseminavam, eles perceberam que eram altamente contagiosas e, portanto, seria melhor mantê-las a distância. Essa medida só poderia ser executada de duas maneiras: uma cidade poderia isolar-se do mundo externo por meio de um controle rígido do fluxo do tráfego e, dentro da cidade, com o isolamento total de casas, ruas e bairros atingidos pela peste. Esses métodos foram aplicados com sucesso em Milão, uma cidade com 100 mil habitantes, governada com rigor pela família Visconti. Calcula-se que não mais de 15% da população de Milão tenha morrido durante a epidemia.

O palatinado imperial de Nuremberg tomou medidas de prevenção ainda mais extremas, e a cidade praticamente não teve um excedente de mortos, por causa dos regulamentos de higiene quase modernos e que não haviam sido adotados especificamente devido à epidemia. As estradas eram pavimentadas e as ruas varridas; os habitantes encarregavam-se de jogar fora o lixo de suas casas; a cidade tinha 14 casas de banho públicas, supervisionadas com cuidado e frequentadas por funcionários civis locais, que recebiam

um bônus salarial de um cupom com direito a banho. Em surtos epidêmicos posteriores outras cidades introduziram medidas similares. Veneza criou um sistema muito bem organizado de quarentena, apesar de o primeiro sistema experimental ter sido implantado em Ragusa (atual Dubrovnik) em 1377. Durante o século XV, a quarentena tornou-se obrigatória em Veneza, e todas as pessoas que quisessem visitar a cidade durante os períodos contagiosos da doença ficavam em uma ilha na laguna por 40 dias; quem estivesse vivo e bem de saúde após esse período poderia entrar em Veneza.



Mapa 13.1 A disseminação da peste negra

Mas, apesar das quarentenas e regulamentos de higiene, a peste negra atacou a Europa sem piedade em 1361, 1362, 1369 e de 1400 a 1402, e em outras ocasiões nos 100 anos após 1350. Entre 10 a 20% da população da Europa foi dizimada em cada surto de epidemia. Depois de 1402 a duração do tempo entre as epidemias aumentou e elas expandiram-se menos. No entanto, a frequência dos surtos da peste negra continuou a impedir a recuperação demográfica, sobretudo porque às vezes era acompanhada por outros horrores apocalípticos, como aconteceu, por exemplo, em 1437 e 1438, quando doenças e fome assolaram a Terra. Na Normandia, onde existem muitas fontes de pesquisa, a população diminuiu um terço nessa época. Além disso, diversas doenças assumiram formas epidêmicas mais ou menos nesse período. Embora as descrições imprecisas encontradas nas

fontes nem sempre proporcionem um diagnóstico médico apropriado, sabemos que, além da peste, várias doenças como tifo, difteria, disenteria (da qual o Rei John Lackland da Inglaterra morreu), malária (a causa da morte de diversos reis alemães na Itália) e, às vezes, influenza foram fatais para muitas de suas vítimas.

O Prejuízo e o Sofrimento da Guerra

É difícil calcular os efeitos demográficos das guerras na baixa Idade Média. Comparadas às nossas guerras, mesmo conflitos prolongados como a guerra dos Cem Anos não causaram diretamente tantas perdas de civis, até a invasão do Rei Carlos VIII da França à Itália em 1494. As hostilidades limitavam-se a um determinado número de anos, os exércitos eram relativamente pequenos equiparados aos dos séculos posteriores, e o cenário da guerra mudava constantemente. Sem dúvida, as grandes batalhas provocavam a morte de milhares de soldados, um número elevado à época. Por esse motivo, havia uma alta taxa de mortalidade entre os nobres que participavam ativamente nas guerras durante a baixa Idade Média. No entanto, para as pessoas comuns as consequências eram mais indiretas e de longo prazo. As tropas em campanha ou pessoas fugindo da violência da guerra aumentavam o risco de disseminação de doenças contagiosas. Nas regiões percorridas pelos exércitos ou onde os mercenários permaneciam depois do final da campanha, com a expectativa de encontrar um novo emprego, as desgraças não tinham fim, porque só havia pilhagens e destruição. Isso deveria ter afetado mais a taxa de natalidade do que a de mortalidade. Mas a população da França que sofrera os efeitos das guerras recuperou-se da crise econômica da baixa Idade Média mais cedo do que a Inglaterra, que fora poupada da violência da guerra até 1455.

TEORIAS SOBRE DECLÍNIO DEMOGRÁFICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A densidade demográfica sofreu um declínio marcante durante o século XIV na Europa, do principado de Kiev, no Oriente, ao reino de Portugal, no sudoeste. Não existem números precisos, mas presume-se que a população da Europa em torno de 1450 tinha aproximadamente dois terços da população de 1300. A partir dessa data houve um crescimento pequeno, com grandes diferenças regionais. Em 1520 a Inglaterra tinha cerca de metade do número estimado de habitantes que tivera no final do século XIII; esse número só foi alcançado por volta de 1600. O crescimento demográfico começou mais cedo na França e, em 1550, o país voltou a ter o mesmo número de habitantes de 1300. Em algumas regiões bastante

urbanizadas como Flandres e Holanda, o nível demográfico do ano 1300 recuperou-se antes do final do século XV; mas em outras regiões, como a Toscana, a densidade estimada da população do século XIII só se recuperaria no século XIX.

Essas diferenças nas fases de recuperação demográfica não se originaram de grandes discrepâncias regionais na taxa de mortalidade. Essas diferenças resultaram da taxa de natalidade, de características econômicas e de desenvolvimento, e da diversidade cultural. Na Inglaterra as mulheres tiveram uma participação expressiva no trabalho após a peste negra, o que exerceu uma influência negativa no índice de natalidade. Já na Toscana os fatores culturais podiam ter influenciado, porque em geral as viúvas em idade de terem filhos não se casavam de novo, o que também manteve a taxa de natalidade baixa em um período de um índice elevado de mortalidade. O vínculo com o desenvolvimento econômico é mais complexo. Por razões óbvias, o declínio demográfico acentuado do período medieval tardio provocou diversas interpretações. Mas a visão mais respeitada, com um *status* de paradigma acadêmico e de um modelo amplamente aceito, refere-se a uma relativa superpopulação na Europa em torno de 1300 e, portanto, a crise demográfica provocou uma fase de estagnação econômica. Nesse sentido, a Idade Média coaduna-se perfeitamente à imagem de uma sociedade agrária pré-industrial dominada por uma alternância cíclica de tendências seculares, ou seja, de fases lentas de expansão e contração. Essa explicação complexa remete-se ao neomalthusianismo, doutrina proposta pelo “economista clássico” inglês Thomas Robert Malthus. Nas décadas de 1930 e de 1970 essa escola de pensamento foi divulgada em trabalhos de historiadores socioeconômicos importantes como Wilhelm Abel, Michael Postan, Bernard Slicher van Bath e Emmanuel Le Roy Ladurie. Agora iremos examinar os fatores-chave dessas interpretações.

A Europa em 1300: Uma Sociedade sob Pressão?

Em seu livro seminal *Ensaio sobre o Princípio da População*, publicado em 1798, Malthus sugeriu a teoria de que as populações tendem a crescer com mais rapidez do que a quantidade de alimentos que produzem. Em algum momento, esse crescimento demográfico é reestruturado para eliminar as tensões entre a pressão populacional e a produção de alimentos. Isso pode acontecer de maneira favorável com o que Malthus chamou de “controles preventivos”, ou de forma prejudicial por meio de “controles positivos”: favoravelmente pelo controle de natalidade, que na Europa pré-industrial implicava limitar o número de nascimentos de crianças; e de forma danosa como consequência de doenças, fome e violência em um mundo com excesso de habitantes (aumento da mortalidade).

David Ricardo, um contemporâneo de Malthus, deu uma explicação sobre a posição de Malthus referindo-se a duas leis econômicas. A primeira, a "lei de redução de retornos", previa que o aumento crescente de mão de obra em determinada área de terra ocasionaria em pouco tempo uma queda na produtividade da mão de obra (produção por trabalhador). A expansão da produção agrícola pelo cultivo de novas terras também não seria propícia se houvesse um contínuo crescimento populacional porque, segundo a teoria de arrendamento de terras de Ricardo, primeiro se cultivariam as terras melhores. Como a pressão populacional condicionava a exploração de terras piores, então a produtividade da terra (produção por unidade de área) também diminuiria.

De acordo com Ricardo, os progressos tecnológicos poderiam contrabalançar a redução de produtividade, mas as chances de isso acontecer eram limitadas, e ao longo do tempo a tecnologia sempre seria superada pela natureza. Esse foi um dos pontos da teoria do neomalthusianismo criticado em uma etapa inicial por historiadores neomarxistas. Segundo eles, o investimento insuficiente feito no desenvolvimento tecnológico na agricultura medieval foi uma consequência da natureza não econômica, opressora e coerciva das obrigações impostas aos camponeses (excedente de produção). Por esse motivo, as variações regionais do excedente de produção causaram o crescimento demográfico, provocando assim, tensões em uma região, mais cedo do que em outra.

Apesar de objeções como essa, a visão neomalthusianista do desenvolvimento demográfico durante a primeira metade do século XIV ainda é aceita até mesmo pelos críticos neomarxistas. Já havia indicações suficientes da crescente pressão demográfica no final do século XIII. A agricultura regulamentada penetrara em regiões agroecológicas periféricas, como os Alpes e a Escócia. Em lugares com uma densidade demográfica maior, as terras que pertenciam aos camponeses foram radicalmente divididas, e o uso comunal dos pastos, da madeira e das terras improdutivas sofreram pressão, e o índice de urbanização decaiu. A colonização e os projetos de recuperação de terras estagnaram-se.

Essas observações por si sós não revelam muitos dados, mas em seu conjunto elas demonstram o contexto de uma Europa com uma relativa superpopulação. É impossível afirmar se as tensões entre o crescimento demográfico e os meios de subsistência teriam resultado no prognóstico malthusiano, devido à intervenção macabra da peste negra como um desmancha-prazeres. A epidemia fatal foi um fator totalmente exógeno, e não um controle positivo no sentido malthusiano provocado por circunstâncias internas. O mesmo aconteceu com a Grande Fome de 1315-1317, resultante das péssimas condições climáticas.



Ilustração 13.2 Jogo de xadrez com a morte. Gravura colorida alemã, c. 1480-1490

A Crise Agrária da Baixa Idade Média

Esse fato nos remete a outra visão neomalthusiana da história econômica da baixa Idade Média, que suscitou perguntas. Ele se baseia em duas suposições. Primeiro, a devastação demográfica causada pela peste negra e seus reflexos pandêmicos provocou uma deflação econômica que afetou seriamente o setor agrícola. Segundo, essa crise econômica foi um obstáculo ao rápido crescimento da população devido aos efeitos negativos nos padrões de casamento e da taxa de natalidade.

Sintomas

Sem dúvida, a drástica redução demográfica depois de 1350 teve consequências de longo alcance nos desenvolvimentos econômicos na região rural no período medieval tardio. Em primeiro lugar, houve uma mudança da proporção entre a terra e a mão de obra, na relação entre a extensão da terra disponível para cultivo e o número de pessoas que trabalhavam nessa terra. Essa mudança causou um uso maior da terra, ou ela poderia ser abandonada se estivesse em um local desfavorável ou de qualidade inferior. Um fenômeno típico da baixa Idade Média foi o da “terra improdutiva e desabitada”, com vilarejos inteiros abandonados. No Sacro Império Roma-

no Germânico 40 mil de um total de 170 mil povoamentos, quase a quarta parte, ficaram desabitados! Existem outras razões por trás da desocupação desses vilarejos (administrativas ou militares, por exemplo), mas é evidente que a necessidade de cultivar a terra diminuiu e, como resultado, houve uma queda radical nos preços dos arrendamentos e na venda de terras.

A segunda consequência vincula-se diretamente ao primeiro sintoma. O grave declínio populacional reduziu o preço dos grãos, a base da alimentação, embora não seja um fator lógico, tendo em vista a relativa urbanização da sociedade na baixa Idade Média que a tornava mais dependente da produção agrícola. Outra hipótese seria que o declínio demográfico tenha possibilitado a concentração da produção de grãos em terras mais adequadas, com o consequente aumento da média de produção por unidade de área. Porém, essa hipótese não tem fundamento, porque as terras eram menos cultivadas do que antes por causa da redução da mão de obra. Haveria então três razões para a queda nos preços de mercado de grãos. Primeiro, apesar da diminuição da produtividade da terra, e da produtividade da mão de obra, a produção por consumidor permaneceu no mesmo nível (ver Tabela 13.1, calculada com um exemplo hipotético). Segundo, devido ao preço reduzido por acre da terra muitos pequenos proprietários adquiriram terras, a fim de não dependerem do mercado para comprar grãos. Terceiro, a diminuição da mão de obra provocou o aumento de salários. Esse aumento salarial em relação aos preços melhorou o padrão de vida das pessoas assalariadas. Essa melhoria refletiu-se em um consumo maior, não de pão e, sim, de alimentos mais caros como carne, peixe e laticínios. Essa mudança estrutural das preferências de consumo explica em parte a tendência de redução dos preços dos grãos. Mas era apenas uma tendência. Vimos que os preços de mercado de grãos oscilavam sob a influência das grandes variações no tamanho das colheitas de um ano para outro, e que as crises de subsistência ocorreram tanto na baixa Idade Média como nos períodos anteriores ou posteriores.

Tabela 13.1 Desenvolvimento hipotético da produção de grãos e da produtividade agrária entre 1300 e 1450, tendo em vista o declínio populacional de 35% e o aumento de 10-15% do grau de urbanização (indicador: 1300 = 100)

	1300	1450
Acres de terra cultivável	100	75
Mão de obra	100	55
Produção em grãos	100	65
Produtividade da terra	100	85
Produtividade da mão de obra	100	120
Número de consumidores	100	65
Produção por consumidor	100	100

Soluções

A nova escassez de víveres e sua relação com a flutuação dos preços após a peste negra não teve os mesmos efeitos nos diversos grupos sociais envolvidos na produção agrícola. Os grandes proprietários de terras, a nobreza e os mosteiros foram os mais atingidos pela crise.

A diminuição da renda como resultado de excedentes de produção, ou de arrendamentos pagos em dinheiro ou em mercadorias, contrapôs-se aos custos do aumento salarial e das despesas crescentes de bens não agrícolas. Em resumo, esse grupo mais afetado pela crise viu-se “preso na armadilha das lâminas de uma tesoura negativa de preços”, usando as palavras do historiador alemão especialista em agricultura Wilhelm Abel. Nessas circunstâncias muitos proprietários de terras foram obrigados a converter em capital partes de suas propriedades. Pessoas que não pertenciam a instituições eclesiásticas tentaram “casar por dinheiro” ou encontrar uma fonte alternativa de renda na crescente burocracia de funcionários, diplomatas e militares dos reis e príncipes.

Soluções menos drásticas permitiram que os grandes proprietários de terras mantivessem sua posição intacta e, em algumas vezes, de fortalecê-la. Uma dessas soluções foi a tentativa de enfrentar as forças do mercado com a manutenção de salários baixos, impedindo o movimento livre do fluxo da mão de obra ou aumentando todos os tipos de pagamentos tradicionais, apesar de seu caráter inalterável. Essas soluções foram impostas sob pressão na Catalunha, porém, não no noroeste da Europa, onde os senhores feudais tentavam acalmar os camponeses oferecendo-lhes impostos favoráveis e arrendamentos, ou a perspectiva de melhorar seu *status* legal. Na Inglaterra, os proprietários de terras primeiro usaram meios legais para obrigar as pessoas a trabalharem e para fixar um salário máximo. Essa solução foi provavelmente, proposta pela Câmara dos Comuns no Parlamento, que representava a pequena nobreza e a classe média próspera; nenhum dos dois grupos tinha condições de competir com a alta nobreza rica e com os proprietários de terras eclesiásticos que usavam a força se necessário. A primeira medida legal foi o Decreto dos Trabalhadores promulgado por Eduardo III em 18 de junho de 1349, quando a peste negra devastava a Inglaterra.

Juízes especiais foram nomeados para fortalecer o cumprimento do decreto. Menos de dois anos depois, foi promulgado o Estatuto dos Trabalhadores, uma lei mais sistematizada sobre a mesma questão. Em seguida, foram tomadas diversas medidas coercivas, entre as quais a petição “contra camponeses rebeldes” decretada pela Câmara dos Comuns em 1377. A Inglaterra não foi a única a tomar essas medidas. Providências similares foram aplicadas em vários lugares no mesmo período, como na França (na região de Paris), em Castela e na Áustria.

Quando as leis promulgadas para garantir a disponibilidade da mão de obra agrícola mostraram-se ineficazes, muitos proprietários de terras ingleses desistiram da exploração direta de suas propriedades. Eles começaram a arrendar partes ou *réserves* das terras senhoriais (as partes dos solares reservados aos senhores feudais) e assinaram contratos de aforamento com seus arrendatários de posse das propriedades em caráter hereditário. Esse costume terminou, por fim, com a servidão na Inglaterra. Os camponeses catalães também tiveram sucesso em sua resistência à atitude reacionária dos proprietários de terras, embora depois de um período mais longo.

Os proprietários de terras que continuaram a explorar seus domínios direcionados ao mercado precisavam ter certeza de que lucrariam com as alterações de preço. Nem todos os produtos agrícolas demonstravam a mesma tendência de queda de preço. Como resultado das mudanças das preferências dos consumidores e da expansão de indústrias urbanas, os preços de produtos de origem animal (em especial lã, carne, couro e manteiga), bens de luxo (vinho e frutas) e produtos agrícolas diversos que poderiam ser usados como matérias-primas nas indústrias urbanas (linho, cânhamo, cevada para preparação de bebidas fermentadas, corantes vegetais e condimentos) eram bem mais estáveis do que o preço do milho. Como o cultivo de colheitas para a comercialização exigia uma mão de obra intensiva, isso proporcionou uma solução para os camponeses menores que, assim, não tinham de contratar mão de obra adicional.

Os grandes proprietários de terras lucraram com formas mais especializadas de criação de animais, que exigiam mais terra do que mão de obra. Houve um crescimento extraordinário da criação de carneiros durante a Idade Média, sobretudo nas regiões menos populosas da Inglaterra e de Castela. Apesar de na baixa Idade Média o carneiro não mais ter sido considerado um “animal de camponeses”, e sim um “animal de senhores feudais”, há séculos a criação de carneiros era uma prática comum dos proprietários de terras nas regiões litorâneas de Flandres.

No início do século XIV, a Inglaterra já exportara a lã de cerca de oito milhões de carneiros; muitos grandes proprietários de terras começaram a criar carneiros na segunda metade do século XV, quando a produção têxtil expandiu-se com uma crescente demanda de lã. Os proprietários de terras ingleses logo se conflitaram com os camponeses, que tradicionalmente tinham o direito de usar as terras improdutivas como pasto de carneiros. Em consequência desse conflito os fazendeiros cercaram os pastos e proibiram o uso comum pelos camponeses. Nos reinos de Nápoles e Castela, o número crescente de carneiros resultou na migração sazonal de rebanhos por razões climáticas entre pastos no verão, planícies e vales, o que também

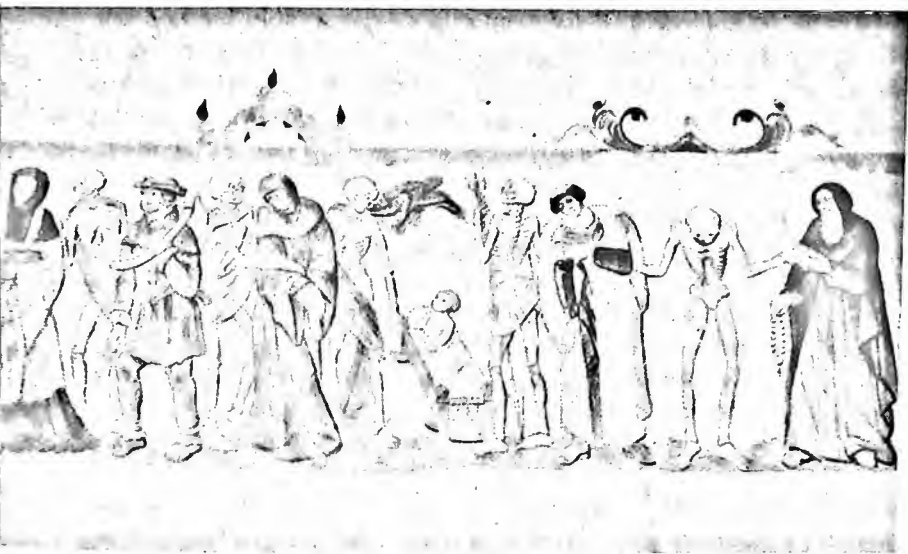


Ilustração 13.3 Dança macabra: os menestrelis e bispos envolvidos na dança da morte. Afresco do início do século XV da Igreja de La Ferté-Loupière (França, departamento de Yonne)

causou diversos problemas. A fim de lidar com esses contratempos os proprietários de carneiros às vezes organizavam-se em associações, sendo que a mais conhecida foi a *Mesta* em Castela. Desde o início dominada pelos proprietários de terras nobres e pelas ordens de cavaleiros, em 1360 essa “corporação” possuía um milhão de carneiros; em meados do século XV esse número aumentou para três milhões, e em 1500 para cinco milhões.

Além do uso mais intensivo da terra, a aplicação de técnicas de substituição do trabalho manual por equipamentos mantinha os salários baixos, e o capital de investimento necessário não era excessivamente caro. Duas dessas inovações foram desenvolvidas em Flandres: um arado leve que precisava de menos cavalos e trabalhadores para lavrar a terra, e uma segadeira pequena que substituiu a foice na colheita. Era possível trabalhar mais rápido com a segadeira e, também, ceifar mais palha usada em tetos de casas e na preparação de adubo.

E quanto aos camponeses, os produtores agrícolas diretos? Para avaliar o efeito dessas medidas em relação a eles é preciso dividi-los em três grupos: uma classe média com terra suficiente para sobreviver; acima dela um pequeno grupo de camponeses com propriedades que produziam regularmente excedentes para o mercado e que contratavam trabalhadores;



e, por fim, muitos pequenos proprietários e pessoas que não possuíam terras e, portanto, dependiam dos salários irregulares ou sazonais. Como os salários eram relativamente altos na época, a baixa Idade Média foi um período favorável para este último grupo. Eles também precisavam com frequência buscar recursos extras em atividades não agrícolas. Os comerciantes urbanos e os negociantes preferiam transferir algumas atividades da produção têxtil, como a fiação e a tecelagem, para a região rural onde os salários eram menores do que nas cidades com suas guildas e protestos coletivos contra o excesso de exploração da mão de obra. Em alguns períodos do século XV surgiram novos centros de produção de lã barata, como Hondschoote e Poperinge, na região ocidental de Flandres, e Castle Combe, em Wiltshire, na Inglaterra. Perto de Ghent, muitos pequenos proprietários especializaram-se no cultivo intensivo da fibra de linho. Depois da colheita, eles ganhavam mais dinheiro ao pentear, macerar e fiar o linho. Só então os fios de linho eram enviados para os tecelões como um produto semimanufaturado.

A integração de atividades não agrárias à economia rural não se limitou à indústria têxtil. No condado da Holanda, uma agricultura de pequena escala associava-se a várias iniciativas não agrícolas como construção de navios, embarques de mercadorias, pesca, extração de turfa e sal, desbaste de juncos e fabricação de tijolos. Havia também uma grande demanda de trabalho assalariado para a construção e manutenção de diques, fossos e eclusas. Assim, mais da metade da população rural da Holanda tornou-se

extremamente dependente dos rendimentos de seus salários em torno de 1500. O mesmo aconteceu na Ânglia Oriental, onde a mão de obra recebeu salários nas grandes fazendas da região. Nas regiões da Inglaterra ricas em minerais (carvão, estanho, cobre, chumbo), como Durham, Devon e Cornwall, a exploração de pequenas propriedades em geral associava-se ao trabalho nas minas.

Os camponeses proprietários de terras sempre foram vulneráveis do ponto de vista econômico devido à dificuldade de poupar reservas financeiras. Esses camponeses não só eram incapazes de lucrar com o baixo preço da terra como também eram especialmente suscetíveis a danos causados pelas guerras ou desastres naturais, como colheitas malsucedidas, tempestades e enchentes, com os quais não tinham como arcar com os prejuízos; além disso, eles eram vítimas fáceis da ganância dos grandes fazendeiros e proprietários de terras. Essa situação lamentável agravou-se em diversos lugares da Europa ocidental, quando a cobrança de impostos aumentou rapidamente depois do século XV.

As perspectivas para o terceiro grupo, o dos grandes fazendeiros, eram melhores sob o aspecto econômico. Eles tinham condições de economizar dinheiro e, por meio da diversificação de atividades, ajustavam-se melhor à demanda do mercado do que os camponeses cuja principal ocupação era apenas de subsistência. Porém, apesar de alguns camponeses sofrerem com a queda acentuada dos preços dos produtos agrícolas, paradoxalmente os grandes proprietários de terras eram os mais prejudicados. Os camponeses tinham um padrão de consumo mais modesto e mantinham um custo mínimo da mão de obra assalariada ao serem ajudados por membros da família, ou contratando trabalhadores rurais ou ajudantes, pagando-os em produtos ou serviços. Assim, os camponeses abastados conseguiam enriquecer mais e investir suas economias em terras baratas. Essa tendência de evolução econômica continuou durante o período de uma nova expansão, que começou em torno de 1450. Uma classe de grandes proprietários rurais prósperos surgiu na Inglaterra, cujo *status* social situava-se logo abaixo da pequena nobreza ou da classe média alta.

CRISE ECONÔMICA OU CONTRAÇÃO?

Muitos autores que estudaram a história econômica da baixa Idade Média usaram as palavras “crise” e “contração” indiscriminadamente, o que, segundo nossa opinião, é uma visão errônea. Preferimos caracterizar esse período como uma fase de contração e não de uma crise. A redução

demográfica ou a queda resultante da produção de mercadoria não é objeto de discussão aqui. A maneira e a extensão como essa situação foi prejudicial para determinadas formas de rendimentos foram mencionadas anteriormente. Nesse sentido, a “crise” agrícola só se aplica às pessoas cujos rendimentos foram afetados por essas circunstâncias. É evidente que nem todos os grupos sociais que viviam da produção agrícola sofreram uma crise financeira.

Ao abordar essa questão sob outros ângulos, podemos analisar a suposta crise medieval tardia em uma perspectiva diferente. As pessoas assalariadas, principalmente pessoas urbanas, tiveram um aumento expressivo em seus rendimentos, assim como em seu padrão de vida. Com razão, referimo-nos com frequência ao século XV como a “era de ouro do trabalhador”, e esse crescimento econômico, além de mais tempo livre, refletiu-se na compra de alimentos mais caros e de produtos industriais. Esse desenvolvimento estimulou a produção e comercialização de mercadorias de consumo de massa, talvez pela primeira vez na história europeia. Ainda é preciso fazer uma extensa pesquisa sobre esse tema, mas existem indícios claros de que, apesar das terríveis crises crônicas, as pessoas da baixa Idade Média alimentavam-se melhor, vestiam-se e moravam em melhores condições do que seus antepassados. Esse fato é comprovado por determinados desenvolvimentos econômicos e institucionais, assim como pelo estudo arqueológico e histórico da cultura material. Durante a baixa Idade Média as instituições econômicas, como os mercados, tiveram uma crescente função regional. Centenas de novas feiras surgiram e as maiores e mais importantes como as de Lyons, Frankfurt-am-Main, Viena, Nuremberg, Cracóvia e Bergen-op-Zoom fizeram parte dos novos ciclos dinâmicos das feiras anuais com um caráter internacional. Embora fossem apenas a ponta do iceberg, essas feiras demonstraram o número crescente de pequenos lugares conectados com redes comerciais, permitindo que pessoas com recursos modestos comprassem mercadorias simples de outros lugares. Justamente por isso, essas mesmas pessoas podiam encontrar mercados maiores ou mais distantes para comercializar sua produção local. As fontes de Flandres revelam como essas redes comerciais foram bem-sucedidas, a exemplo da lã barata produzida nos novos centros têxteis rurais exportada para a Rússia no século XV. Portanto, o volume total do comércio era muito maior em 1500 do que no final do período de expansão nos dois séculos anteriores.

No entanto, mesmo nesse cenário “otimista” os movimentos cíclicos e as diferenças regionais influenciaram o contraste entre as regiões que prosperaram mais cedo, como Castela e o sul da Alemanha, e os lugares que se desenvolveram mais tarde, como a Normandia e a Inglaterra.

CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE DA BAIXA IDADE MÉDIA

Abertura e Fechamento

Com suas epidemias frequentes, a baixa Idade Média foi um período de dinamismo intermitente. Além das rupturas sociais e psicológicas que, em alguns momentos, devem ter sido dramáticas, a imprevisibilidade da morte causou reorganizações radicais de capital. Por esse motivo, o antigo tema das vicissitudes do destino era bastante popular. A dança da morte – a procissão de ricos e pobres, jovens e velhos, maridos e mulheres mortos nas epidemias, em geral representados como um esqueleto segurando uma foice – tinha o intuito de fazer com que todos os mortais se conscientizassem de que a morte não poupava ninguém e que podia acontecer em qualquer momento.

Apesar de as crises de epidemias fatais provocarem uma mobilidade geográfica e social, paradoxalmente elas estimularam a tendência à formação de sociedades fechadas. Esse paradoxo é admiravelmente ilustrado pelo desenvolvimento da nobreza inglesa na baixa Idade Média. Sob a influência em especial da Guerra dos Cem Anos, a nobreza teve um aumento expressivo com a inclusão de duas “categorias” de nobres, o aristocrata rural e o cavaleiro. O número de nobres triplicou. Os impostos cobrados pela Coroa acentuaram o caráter mais exclusivista dessa nova aristocracia, porque era preciso definir quem pertencia a esse grupo no momento da arrecadação dos tributos.

Entretanto, mesmo após esse aumento, a nobreza inglesa permaneceu um grupo seleto de não mais de 1,6% da população que pagava impostos em meados do século XV. A Tabela 13.2 mostra uma visão geral da nobreza inglesa em 1436, revelando as enormes diferenças de renda, sobretudo, entre as categorias mais elevadas dos nobres, os pares do reino. Nesse ano Richard, duque de York, com uma renda de £3,230, era o aristocrata mais rico da Inglaterra. Essa quantia era 50 vezes superior à renda de £60 de Lorde Clinton, o nobre menos rico nos registros de impostos. Além disso, os registros também revelaram que a renda de Lorde Clinton representava “só” 12 vezes a renda mínima anual de £5 necessária para ser considerado um cavaleiro.

Porém, a nobreza nunca se fechou hermeticamente, visto que assim desapareceria logo em todos os lugares! Pessoas que se assemelhavam à nobreza em riqueza e estilo de vida foram admitidas nos círculos dos nobres. Na Inglaterra a posse de uma grande propriedade era um requisito de inclusão na aristocracia; nos Países Baixos a condição para se atingir esse fim era a posse de direitos senhoriais. Por sua vez, a nobreza e os cavaleiros excluía membros que não mais conseguiam manter sua posição, qualquer que fosse a razão. Havia mecanismos mais ou menos rígidos para controlar esse critério de exclusão, e o critério mais importante referia-se

a uma atividade agrícola ou outras formas de trabalho manual exercidas por uma pessoa.

Um paradoxo similar aplicava-se aos centros urbanos. A urbanização expandira-se durante a baixa Idade Média. Além disso, a expectativa de vida era menor nas cidades do que no campo. Por isso, havia sempre um fluxo migratório regular para as cidades, resultando em uma flexibilidade maior e mais mobilidade de mão de obra, o que causou nas cidades grandes e de tamanho médio a formação de uma subclasse de população “flutuante”, sem o *status* formal de cidadãos, com empregos de diaristas ou desempregados e que só tinham o suficiente para viver. Por outro lado, a crescente organização e a regulamentação do trabalho e da produção nas guildas, assim como o comércio de varejo e os serviços, fortaleceram a tendência à exclusão social. Essa situação remontava ao período de expansão e só atingiria seu auge depois da Idade Média. Nas circunstâncias econômicas da baixa Idade Média a redução da mão de obra estrutural coincidiu com um processo de exclusão e protecionismo entre a elite de trabalhadores.

Tabela 13.2 Estratificação da nobreza na Inglaterra de acordo com as demandas de impostos em 1436. O total de contribuintes era de cerca de 450 mil pessoas.

Categoria	Número	Variação	
		Renda anual em que incidiam impostos (£)	Renda média anual (£)
Pares do reino	50	60-3,230	865
Cavaleiros	933	40-600	88
Nobres rurais	1.200	20-39	24
Grandes proprietários de terras	1.600	10-19	[14,5]
Cavalheiros	c. 3.400	5-10	[7,5]

Fonte: Cálculo de RIGBY, S. H. *English Society in the Later Middle Ages*. Class, Status and Gender. Basingstoke e Londres, 1995, p. 190.

Essas circunstâncias refletiram a tendência geral da sociedade europeia ocidental durante a baixa Idade Média e o período moderno inicial em direção a uma divisão de categorias sociais e a formação do que Max Weber chamou de “grupos de *status*”. Com essa expressão ele definiu grupos socialmente divididos e, às vezes, também legalmente, e cuja segmentação fortalecia-se pelo estilo de vida e códigos de comportamento. A origem dessa tendência de classificação de categorias sociais surgiu no século XII, quando novos grupos urbanos de diversos tipos e associações precisaram encontrar seus lugares em uma ordem social que, segundo a ideologia social

medieval (ver Capítulo 7), tinha de ter uma estrutura firme e hierárquica capaz de funcionar de forma orgânica. No entanto, à medida que a realidade tornou-se mais complexa a ordem social revelou sintomas de emancipação e mobilidade difíceis de reconciliarem com essa ideologia. As listagens e projetos dos grupos sociais dessa época demonstraram a necessidade de ter um objetivo específico; todos os segmentos da sociedade precisavam ter certeza absoluta do que era esperado deles, e por meio de sinais externos perceptíveis qual seria o tipo de comportamento adequado aos seus membros, entre outros requisitos. Todas as categorias sociais possuíam virtudes e vícios “típicos”. As avaliações morais dos diversos grupos sociais eram feitas pelos *sermones ad status*, no sentido literal “sermões dirigidos às ordens [sociais]”. A tendência exacerbou-se durante a baixa Idade Média. Um famoso exemplo da “mentalidade estratificada” desse período é a narrativa em verso do livro *Contos de Canterbury*, de Geoffrey Chaucer; a história de uma peregrinação ao Santuário de Thomas Becket, em Canterbury, constitui uma descrição perfeita e irônica dos peregrinos, cada um dos quais representando um tipo social.

A Posição das Mulheres

Qual foi a influência socioeconômica da baixa Idade Média na posição das mulheres na sociedade? A resposta a essa pergunta deve começar com a observação de que a atitude essencialmente ambígua que caracterizou a história inteira da cultura cristã europeia de tempos remotos até os dias atuais manteve-se inalterável. Essa predisposição misógina remonta aos filósofos gregos como Aristóteles e fortaleceu-se na antiga teologia cristã. Ao longo do tempo a imagem negativa das mulheres permeou as teorias médicas, sexológicas, sociológicas, teológicas e jurídicas.

De acordo com essas teorias, não só as mulheres eram inferiores aos homens sob o aspecto físico, como também eram menos inteligentes e menos inibidas emocionalmente. No entanto, uma contracorrente cristã positiva incluiu desde o início as mulheres no centro da galeria dos santos cristãos, a partir da Virgem Maria, mãe de Cristo. Essa contracorrente revigorou-se sob a influência das novas religiões e dos sentimentos cortesões a partir do século XI e pelas mudanças na concepção do casamento na Igreja. Um casamento cristão só podia ser fundamentado no consenso de ambos os cônjuges, e a afeição mútua entre eles constituía a base de um bom casamento.

Mas todas essas ideias pouco alteraram a atitude negativa predominante em relação às mulheres na sociedade medieval. Por sua “natureza” inferior as mulheres tinham uma função diferente da dos homens. Elas não exerciam um papel na vida pública, pois nem tinham nenhum direito. Tan-

to nas esferas públicas quanto nas privadas as mulheres submetiam-se à autoridade dos homens: pais, irmãos ou tios e maridos que controlavam o casamento e tinham o direito verbal de tomar medidas severas para manter mulheres rebeldes sob controle.

Fora da esfera privada, as mulheres tinham direitos bastante limitados. Elas não podiam ocupar funções públicas, exceto o cargo de abadessa, assim como posições de liderança como rainhas, duquesas ou condessas, com frequência associadas a um poder genuíno considerável. Por sua vez, as mulheres comuns tinham o direito de agir com liberdade em seu interesse ou no interesse de outra mulher, sem a ajuda de um “guardião” masculino, e só eram julgadas por tribunais eclesiásticos ou seculares em circunstâncias excepcionais. Essa independência jurídica também era limitada, mas tinha suas vantagens porque em casos de emergência as mulheres sempre podiam alegar uma incapacidade legal.

Do ponto de vista socioeconômico, havia menos desigualdade entre os homens e as mulheres nas classes mais baixas do que nas classes superiores. Nas classes de baixa renda as mulheres conciliavam atividades remuneradas com afazeres domésticos, os homens tinham poucas propriedades ou capital para administrar, além de terem pouca ou nenhuma responsabilidade administrativa ou jurídica que lhes pudesse conferir um sentimento de superioridade. As mulheres envolvidas no comércio ou nos negócios de varejo nas cidades usufruíam de uma grande autonomia. Em Flandres, as *coopvrouw* tinham a liberdade de gerir seu negócio com os riscos inerentes, qualquer que fosse seu estado civil. No Capítulo 11 mencionamos a posição das mulheres nas guildas de artesãos. No entanto, a maioria das mulheres trabalhava em setores econômicos marginais, e não em associação com as guildas. Quase sempre realizavam tarefas mais insignificantes na indústria têxtil, como a tecelagem, a penteadura dos fios dos tecidos, a torcedura das fibras e trabalhos de tricô, ou vendiam gêneros alimentícios na rua ou tecido barato, ou geriam uma loja de bugigangas. Muitas mulheres trabalhavam como empregadas domésticas, enquanto outras cuidavam de pessoas doentes com grandes riscos, porém, mais bem remuneradas.

De um ponto de vista puramente legal, as viúvas tinham uma situação melhor. Desde que não casassem de novo, as viúvas podiam controlar mais seus negócios do que as mulheres casadas. Entretanto, por razões econômicas muitas mulheres não conseguiam dispensar o “domínio masculino”, como tão bem expressou a poetisa da Antuérpia, Anna Bijns (1493-1575), e casavam-se de novo, a menos que houvesse fortes preconceitos contra novos casamentos como na região do Mediterrâneo. Com justa razão as viúvas ficaram sob a proteção especial da Igreja como *personae miserabiles* no século XIV. Só as viúvas ricas, com meios suficientes para administrar

ou arrendar o negócio do marido falecido, teriam postos de mestre em uma guilda de artesãos. Havia também um grande número de viúvas mencionadas como credoras nos inúmeros pedidos de empréstimos datados da baixa Idade Média.

BOXE 13.2 UMA MULHER USA SUA OBRA LITERÁRIA PARA LUTAR: A VIDA E OS TRABALHOS DE CRISTINA DE PISA (1364-C. 1430)

Talvez o exemplo mais notável de uma viúva bem-sucedida na baixa Idade Média seja o de Cristina de Pisa (1364-c. 1430), filha do astrólogo veneziano da corte do rei da França, Carlos V. Depois da morte do marido, Étienne de Castel, secretário do rei, Cristina tornou-se uma figura pública com uma extensa obra literária que consistia em poemas de estilo lírico e cortês, biografias e livros didáticos. O *Livre de la Cité des Dames* e *Epistres sur le Rommant de la Rose* são considerados seus trabalhos mais importantes. O primeiro concluído em 1405 foi uma tradução livre para o francês de um poema *De Claris Mulieribus*, escrito em latim por Giovanni Boccaccio. Ao passo que Boccaccio só incluiu biografias de mulheres exemplares da Antiguidade pagã, sem descrever as vidas santificadas das mulheres cristãs no mesmo contexto, Cristina não hesitou em inserir as biografias dessas mulheres em sua tradução. Depois de uma comparação das virtudes refletidas nas vidas dessas mulheres famosas do passado, ela fez uma defesa filosófica contra a misoginia predominante no pensamento intelectual medieval. O *Livre de la Cité des Dames* estruturou-se sob a supervisão da Razão, da Retidão e da Justiça; seus cidadãos comprovaram que haviam contribuído para a formação de uma sociedade cristã organizada. Apesar de as mulheres serem diferentes dos homens, elas também eram criações perfeitas de Deus e, por esse motivo, sua fragilidade era amplamente compensada por características positivas. Na opinião de Cristina, a inexistência de uma educação adequada proporcionada às mulheres constituía a principal razão de sua aparente inferioridade.

Esses mesmos temas foram abordados em *Epistres*, embora de uma maneira menos velada, porque Cristina assumiu o lado da honra feminina e da honestidade em oposição ao tratamento descortês das mulheres do livro extremamente popular *Roman de la Rose*.

O interminável *Roman de la Rose* fazia uma apologia alegórica do amor cortês. O livro começou a ser escrito em torno de 1240 por um cavaleiro do norte da França, Guillaume de Loris, e continuou com um enfoque mais satírico e antifeminista por Jean de Meung, um poeta de origem burguesa um século depois. A crítica de Cristina provocou discussões públicas acaloradas sobre o valor do *Epistres sur le Rommant de la Rose*, nas quais ela

contou com o apoio do famoso pregador e chanceler da Universidade de Paris, Jean Gerson, que comparou Cristina “a uma mulher com características masculinas” (*femina ista virilis*).

Sozinha, é claro que Cristina de Pisa não foi uma prova da existência de um amplo apoio à emancipação das mulheres, assim como não foi Joana D'Arc, a Donzela de Orléans, a quem Cristina louvou em um de seus poemas. Além disso, as obras de Cristina seguiam um padrão tradicional e, acima de tudo, incentivavam as virtudes convencionais do casamento e os códigos femininos de conduta. Não obstante, elas tinham um enfoque de emancipação, sobretudo porque propagavam a ideia, antes defendida só por Abelard, de que as mulheres também podem ter *auctoritas* e que mereciam um lugar pleno e valorizado na comunidade. Nesse contexto, Cristina também defendia que as mulheres deveriam ter direito a uma educação básica.

Bibliografia: QUILLIGAN, Maureen. *The Allegory of Female Authority*. Christine de Pizan's 'Cité des dames'. Ithaca, Nova York, 1991; DULAC, Liliane; RIBÉMONT, Bernmard (Orgs.). *Une Femme de Lettres au Moyen Age*. Etudes autour de Christine de Pizan. Orléans, 1995; BLAMIREs, Alcin. *The Case for Women in Medieval Culture*. Oxford, 1997.

A questão se as condições de vida das mulheres melhoraram ou pioraram na baixa Idade Média ainda é um tema muito discutido. Uma teoria sugere amplamente, que as oportunidades de vida das mulheres melhoraram muito na baixa Idade Média em comparação com os períodos anteriores. No entanto, sua posição de negociação no “mercado do casamento” enfraqueceu-se devido à escassez de homens disponíveis. Esse argumento demográfico talvez seja um pouco radical, mas a ideia de uma quantidade maior de mulheres na baixa Idade Média não é de forma alguma absurda, desde que se limite às cidades. Muitas mulheres viviam nas cidades, e as famílias mais ricas tinham várias serviçais mulheres. As viúvas mais idosas da região rural, se tivessem meios, mudavam-se para as cidades em busca de segurança. Por razões similares as cidades abrigavam muitos conventos de mulheres. As cidades concentravam as mulheres sem que elas necessariamente constituíssem um problema econômico ou social para a sociedade urbana, uma visão sugerida em especial na historiografia alemã. O suposto excesso de mulheres solteiras que, secretamente, desejavam um marido, foi ridicularizado na literatura satírica da época. Esse fato propiciou um terreno fértil para outro fenômeno extremamente perigoso: a demonização das mulheres solteiras mais velhas. O estereótipo de mulheres idosas com um temperamento difícil, que usa-

vam feitiços mágicos para causar o mal, existia há muito tempo, e houve uma contínua demanda de praticantes de magia negra durante toda a Idade Média, porém, agora surgira um novo elemento, de grande periculosidade para as pessoas envolvidas, ou seja, que as pessoas más podiam fazer um pacto com o diabo. Essa demonização de mulheres erroneamente suspeitas de praticar a magia negra tinha diversos antecedentes. A presença onipresente da morte e da decadência sem dúvida contribuiu para essa demonização, assim como a mentalidade “fechada” discutida nas páginas 451-452. Além disso, o crescente moralismo na vida pública, no qual se enfatizou mais a reputação moral das pessoas, facilitou denegrir a reputação das mulheres solteiras. E, por fim, a profissionalização gradual da medicina e da farmacologia e o surgimento de um “setor de saúde” profissional, sobretudo nas cidades, influenciaram essa crença em poderes malignos ao tentarem eliminar todas as formas da medicina popular e da feitiçaria consideradas perigosas para a sociedade. Em resumo, no final da Idade Média havia um clima religioso e psicológico de medo e rejeição a essas práticas que resultariam nas grandes caças às bruxas no início do período moderno.

CONTRASTES SOCIAIS E CONFLITOS SOCIAIS

Contrastes entre Cidade e o Campo

Além da antiga antítese entre camponeses e senhores aristocratas, o surgimento das cidades criou um novo contraste, o da cidade e o do país, entre fazendeiros e habitantes das cidades, entre a cultura rústica e a citadina. A tendência das cidades de dominarem a região rural periférica foi uma consequência lógica do ponto de vista político, militar e econômico. Essa tendência fortaleceu-se na baixa Idade Média nas regiões da Europa com um grau crescente de urbanização.

O imperialismo urbano do período medieval tardio provocou uma inter-relação distinta e multidimensional entre a cidade e o país que aumentou a profunda distância social e cultural entre as pessoas do campo e os moradores da cidade. Em 1525, Wolfgang Königstein, um cônego de Frankfurt, referiu-se à Guerra dos Camponeses que se iniciara (ver p. 457-460) como uma “*uffruer von ein folk, genannt die bauern*” (uma “revolta de pessoas chamadas de camponeses”), como se estivesse falando dos hunos ou dos mongóis. Esse comentário revela o pensamento predominante da época. A elite urbana tinha um profundo desprezo por tudo o que era rústico, e esse menosprezo traduzia-se em estereótipos que, às vezes, eram meras repetições dos antigos preconceitos aristocráticos contra os camponeses, ou em outras



Mapa 13.2 Alvos da Revolta dos Camponeses, 1381

Fonte: GOODMAN, A. The Peasant's Revolt of 1381. In: MACKAY, Angus; DITCHBURN, David (Orgs.). *Atlas of Medieval Europe*. Londres e Nova York, 1997, p. 227.

ocasiões refletiam novos preconceitos. De acordo com os moradores das cidades os camponeses eram pessoas desajeitadas, rudes, sujas e estúpidas, sem qualquer sentido de proporção e autocontrole nem hábitos apropriados de comer ou beber, nem de lidar com conflitos. Um provérbio italiano sintetizava bem essa visão: *"la città buon huomeni de fare, la villa buone bestie"* ("a tarefa da cidade é de formar boas pessoas e a do campo de criar boas bestas"). Segundo os historiadores literários, a "cultura do cidadão feudal" enraizava-se em uma visão positiva que contrastava com as características negativas da vida rústica. Ao usarmos o termo "cultura do cidadão feudal" é preciso lembrar que ele refere-se exclusivamente à cultura da elite urbana. Na baixa Idade Média a classe média tinha iniciado o que o historiador literário holandês, Herman Pleij, chamava (inspirado pelo historiador francês Robert Muchembled) uma "ofensiva civilizadora". Isso era uma reação contra a aversão evidente da nobreza em relação ao trabalho manual e às pessoas comuns, em especial os camponeses nas regiões rurais. Essa ofensiva não era um fato

social isolado. Havia uma interação social contínua entre a nobreza e os cidadãos proeminentes das cidades, que não só resultava em casamentos ou vínculos econômicos, como também proporcionava uma mistura cultural.

Uma Nova "Cultura de Revolta"?

Ao longo da Idade Média a paz e a ordem internas sofreram ocasionalmente rupturas brutais devido à liberação violenta de tensões sociais que se escondiam por trás do funcionamento harmônico da sociedade professada pela elite do clero. A baixa Idade Média não foi uma exceção a esses períodos de conflitos. Havia muitas rebeliões no campo e nos centros urbanos, porém, desconhecemos se foram mais ou menos numerosos do que em qualquer outro período, antes ou depois. Três fatores fomentavam as rebeliões. Primeiro, a escassez estrutural de mão de obra causava tensões entre os servos e os senhores feudais e, também, entre empregados e patrões. Às vezes, as tensões eram motivadas pela ausência de liberdade pessoal e pela mobilidade restrita, ou pelos níveis salariais e representação política. O segundo fator era o crescimento rápido das demandas fiscais impostas pelos governantes sobre seus súditos. Sem dúvida, esse problema característico do início do Estado moderno foi um dos principais motivos das manifestações coletivas. Por fim, a reforma da Igreja, acompanhada por amplos sentimentos anticlericais e vinculada ao desejo de mudança social mais abrangente, fomentou algumas das grandes revoltas, como a dos hussitas na Boêmia e a Guerra dos Camponeses na Alemanha em 1525.

A Jacquerie, uma sublevação camponesa ocorrida na França em 1358, a Revolta dos Camponeses ingleses em 1381, a Guerra dos Camponeses na Alemanha em 1525 e o movimento *remensas* catalão, que não se limitou a um ano (e, por esse motivo, foi uma insurreição bem diferente), são exemplos clássicos de rebeliões camponesas na baixa Idade Média. A Jacquerie, cujo nome deriva de um apelido tradicional de um camponês francês, Jacques Bonhomme, foi a primeira e a principal manifestação de revolta contra a nobreza considerada responsável pela depressão econômica da região rural resultante dos baixos preços dos grãos, do crescente aumento dos impostos e do congelamento dos salários. A situação agravou-se com o ataque devastador de bandos de mercenários do Exército francês, que haviam sofrido uma derrota humilhante pelos ingleses em Poitiers em 1356, à região rural, o que aumentou a amargura e o rancor. A violenta insurreição, na qual os camponeses lutaram como cães enlouquecidos, segundo a opinião de Jean Froissart, um cronista que se opunha a essas rebeliões camponesas, foi esmagada com extrema crueldade.

A causa imediata da Revolta dos Camponeses em 1381 foi o aumento injustificável do imposto por cabeça, um tributo imposto pelo reino inglês

havia alguns anos a todos os contribuintes. Camponeses rebeldes de Kent e Essex seguiram para Londres, onde o conselho de Estado reunido com o jovem rei, Ricardo II (1377-1399), adiou a ação militar contra os revoltosos. Liderados por Wat Tyler, os camponeses entraram à força na cidade e destruíram o Savoy, o palácio que pertencia ao duque de Lancaster, o regente impopular e tio do rei. Em Mile End, não muito distante das muralhas da cidade, os rebeldes apresentaram suas reivindicações ao rei pessoalmente.

Embora o rei parecesse disposto a fazer concessões, os camponeses atacaram a Torre de Londres, a fortaleza real. No segundo encontro fora das muralhas da cidade, dessa vez em Smithfield, o prefeito de Londres matou Wat Tyler quando ele, diante do rei, lavou a boca com água e pediu uma caneca de cerveja. O rei conseguiu controlar a situação em Londres e impôs severas repressões. As reivindicações de Mile End e Smithfield indicaram com clareza o que os rebeldes queriam e por que as grandes abadias, especialmente, as abadias fora de Londres, constituíram o alvo principal da violência dos camponeses. As demandas mais importantes referiam-se à extinção definitiva da servidão à qual muitos camponeses no sudeste da Inglaterra ainda se sujeitavam, a revogação das leis trabalhistas que limitavam os aumentos dos salários decretadas depois da peste negra, a participação de pessoas do povo no governo do país e a eliminação das riquezas mundanas da Igreja na Inglaterra. A última reivindicação era menos radical do que poderia parecer, tendo em vista as ideias de John Wyclif sobre a reforma da Igreja, que circulavam na época apoiadas pelo odiado duque de Lancaster.

Houve várias causas para a grande Guerra dos Camponeses que eclodiu no sul e na região central da Alemanha (inclusive em áreas da atual Áustria e da Suíça) em 1525. Muitos camponeses nessas áreas ainda eram servos e oprimidos pelas pesadas obrigações ligadas ao seu *status* pessoal. Além disso, todas as pessoas, livres ou não, enfrentavam a presença maciça dos senhores feudais locais, visto que nessas áreas havia uma grande quantidade de *reichsunmittelbare*, senhores feudais de posição inferior com títulos de conde, abade ou cavaleiro. Sujeitos só à autoridade nominal do rei ou do imperador alemão, esses senhores feudais tinham autonomia para governar territórios do tamanho de alguns vilarejos, onde com frequência eram proprietários ou arrendatários de terras. Esse dualismo social provocava um grande antagonismo.

A rebelião dos camponeses do sul da Alemanha teve uma característica peculiar porque não só envolveu violência pública, como também os revoltosos fizeram uma ofensiva propaganda de uma natureza quase apolo-gética. O cerne da revolta foi na Alta Suábia, onde as comunidades de camponeses imprimiram suas reivindicações concisas e as distribuíram como um manifesto.

Os “Doze Artigos de Memmingen” foram tão divulgados na Europa que serviram de modelo para diversas petições. As demandas eram concretas e sucintas, abrangendo o direito de um vilarejo de escolher seu pastor, a extinção da incidência de impostos aos servos, a redução do dízimo, o direito de decidir com autonomia o uso de florestas, prados e rios de uso comum. As reivindicações exigiam também a garantia de que a justiça nos tribunais locais seria administrada de acordo com os costumes locais, e não pelos estatutos da lei romana, que muitos senhores feudais aplicavam autoritariamente aos seus súditos.

A nova técnica de impressão difundiu a rebelião com uma rapidez vertiginosa. Segundo alguns historiadores, como Peter Blickle, essa revolta assumiu uma característica de uma revolução apenas em razão desta mídia, porque só assim ideias radicais de renovação social expressas nas petições disseminaram-se e foram discutidas de uma forma tão ampla. Essa renovação social tinha dois aspectos. Por um lado, os rebeldes queriam que as pessoas comuns, *gemeine Mann*, tivessem uma representação. Mas isso não significava que qualquer um pudesse exercê-la, e o direito a essa representação se limitaria aos camponeses mais ricos e artesãos que possuísem uma fazenda ou uma oficina, o equivalente rural aos “cidadãos” em *Defensor Pacis*, de Marsilius de Padua. Nesse sentido, a revolta dos camponeses foi mais conservadora do que revolucionária. Por outro lado, havia um entusiasmo revolucionário expresso nos ideais da Reforma.

Os camponeses queriam uma mudança drástica da sociedade, em que o bem comum se definiria em termos evangélicos e não mais imposto pelos interesses dos senhores feudais; uma sociedade na qual a justiça divina e não as regras arbitrárias dos senhores guiariam os princípios dos regulamentos e da justiça.

Os líderes da Reforma nem sempre acolhiam os ideais sociais e religiosos de camponeses descontentes. Depois de uma hesitação inicial, Lutero decidiu rejeitar os “rebeldes”. No entanto, outros líderes, como Thomas Müntzer na Turingia e Michael Gaismair no Tirol, apoiaram totalmente os camponeses. Gaismair, um “defensor incansável da cristianização do Estado e da sociedade” (Blickle), queria transformar o Tirol em uma sociedade radicalmente igualitária nos moldes do Antigo Testamento. Müntzer era um discípulo frustrado de Lutero, um pastor substituto em um vilarejo na Saxônia, sem expectativa de fazer uma carreira brilhante na Igreja Católica. As concepções teológicas de Müntzer eram influenciadas pelo misticismo, mas ele era propenso a ter delírios apocalípticos expressos com um vocabulário violento no qual as palavras-chave eram “purificação” e “destruição”. O fim do mundo estava próximo, porém, o reino de mil anos de pureza evangélica antes do Juízo Final era iminente. Ele surgiria depois de uma

luta terrível em que inúmeros fiéis verdadeiros morreriam como mártires. No campo de batalha em Frankenhausem a previsão de Müntzer desse martírio concretizou-se: oito mil camponeses turíngios que cantavam salmos e brandiam bordões e forçados enfrentaram os lanceiros treinados do landgrave de Hessen.

Em Frankenhausem os príncipes alemães sinalizaram os horrores a que seriam submetidos os súditos que não os obedecessem. Cerca de 100 mil camponeses morreram nos campos de batalha e locais de execução na Turíngia, em Hessen, na Francônia e na Suábia em 1525 e 1526. Muitos historiadores alemães consideram que o fracasso da Guerra dos Camponeses foi um momento decisivo na história da Alemanha por dois motivos. O primeiro foi que, a evolução dos principados em direção a um *status* de semissoberania que começara com os Hohenstaufens, a partir de agora, era irreversível. Os proprietários de terras nobres e eclesiásticos foram os mais prejudicados, e não os camponeses. O segundo motivo foi a decisão do sul e da região central da Alemanha de não aderirem à Reforma.

Por fim, o movimento *remensas*, catalão que se iniciara no terceiro quartel do século XIV, resultou de protestos veementes dos camponeses da Catalunha contra a política espiritual e temporal dos senhores feudais, que queriam encerrar a prática popular dos camponeses de pagarem direitos senhoriais em troca da liberdade (as fontes mencionam o *payese de remensa*, no sentido literal, “camponeses de redenção”, por isso, *remensa*). Além disso, a política de recolonização dos grandes proprietários de terras, que recrutavam imigrantes de lugares além dos Pireneus enfrentou uma ampla resistência. Curiosamente, os camponeses catalães contavam com o apoio de advogados que, segundo eles, no caso dos *remensas*, os senhores feudais agiam contra a lei natural, visto que os camponeses eram por natureza livres! Até mesmo o rei de Aragão compartilhou essa opinião. No entanto, apesar desses aliados poderosos só em 1486, após uma longa luta, a maioria das reivindicações dos camponeses foi aceita pelo Compromisso de Guadalupe.

O exemplo famoso de rebelião urbana realizou-se em Florença no verão de 1378. A revolta dos *ciompi* foi, na verdade, uma explosão da insatisfação latente de cerca de 13 mil artesãos mais humildes e trabalhadores (*sottoposti*, em italiano, que significa “postos inferiores”) da indústria têxtil, na maioria sem seus próprios meios de produção. Esses verdadeiros proletários receberam o nome de *ciompi* (“camaradas”), que representavam o maior grupo entre eles. Os *sottoposti*, por não pertencerem a guildas, não tinham influência política, porque os membros dos conselhos municipais eram escolhidos entre os comerciantes e artesãos das guildas. Os *sottoposti* eram impotentes diante das decisões arbitrárias dos funcionários do gover-

no em relação aos impostos e das formas de exploração dos grandes empresários. O fiasco de uma guerra dispendiosa contra o papa foi o estopim da crise. Os *ciompi* invadiram as ruas e obrigaram o governo a criar três guildas de artesãos. Porém, a importância dada a essas novas guildas no âmbito dos vários órgãos da administração pública era insignificante e seus líderes, entre os quais o cardador de lã Michele di Lando, foram cercados e rapidamente neutralizados. Os *ciompi* sentiram-se traídos por seus companheiros, o que resultou em uma revolta dentro de outra revolta, a revolta do *popolo di Dio* ("o povo de Deus"). Michele di Lando recusou-se a se render e liderou pessoalmente as violentas represálias. A rebelião dos *ciompi* logo perdeu sua força, mas as relações entre os membros do conselho municipal de Florença só se normalizaram em 1382.

A maioria das revoltas sociais do período medieval tardio destacaram as diferenças entre a cidade e o campo (como mencionado na p. 455-456) pois uma verdadeira coalizão entre rebeldes camponeses e cidadãos urbanos ocorria apenas ocasionalmente, embora às vezes houvesse um sentimento de simpatia mútua ou inspiração. Na Alemanha, por exemplo, houve conflitos em diversas cidades em 1525, claramente inspirados por revoltas de camponeses. Entretanto, nenhum desses conflitos resultou em uma ação conjunta nem em um programa de ação comum. A revolta de Flandres, entre 1323 e 1328, foi a única exceção. As sérias queixas das comunidades de camponeses bem organizadas do distrito ao redor de Bruges sobre a injustiça e a corrupção da nobreza do país e das pessoas proeminentes da cidade na arrecadação de impostos motivaram a revolta. Mais tarde o ódio dos camponeses dirigiu-se aos senhores feudais em geral, inclusive contra as grandes abadias com suas ricas propriedades e rendimentos elevados devido à cobrança do dízimo. Os aristocratas reagiram da maneira habitual, respondendo à violência com mais violência. A ação do grupo político social mais importante, representado pelas pessoas das grandes cidades nesse conflito, foi decisiva em seu resultado. Essa ação guiou-se pela antipatia em relação às inclinações favoráveis aos franceses do jovem conde, Louis de Nevers, mas dividiu-se em rivalidades internas e, assim, Bruges uniu-se aos rebeldes, enquanto Ghent permaneceu leal ao governo.

No início a revolta foi bem-sucedida. Apoiados pelas milícias de Bruges, os exércitos dos camponeses conquistaram uma série de vitórias militares expressivas na região ocidental de Flandres. Em Courtrai e Ypres, os camponeses tiveram a ajuda maciça da população local, nesse momento crucial da revolta, e conseguiram capturar o Conde Louis de Nevers. Mas sem a cooperação de Ghent e com a eventual intervenção de Felipe VI da França, que segundo a lei feudal era obrigado a ajudar seu vassalo, os revoltosos foram derrotados. Quando a rebelião ameaçou se radicalizar de novo,

o rei reuniu um enorme exército de cavaleiros da fronteira de Flandres no verão de 1328. Os camponeses foram vencidos em Cassel.

Há pouco tempo, surgiu uma tendência a considerar as grandes revoltas sociais da baixa Idade Média como uma resistência dos camponeses e artesãos contra os senhores feudais e patrões, que não participavam do processo básico de produção. Porém, sem depreciar a importância dos motivos socioeconômicos, sem dúvida, fundamentais, não usaremos o termo “luta de classe” no sentido clássico marxista. Primeiro, a maioria das rebeliões revelou uma quase inexistente homogeneidade social, tanto nos movimentos dos camponeses como a *Jacquerie*, a Revolta dos Camponeses, a *Bauernkrieg* quanto na revolta dos *ciompi*, em Florença. Havia sempre diferenças consideráveis entre a posição econômica e a prosperidade dos rebeldes. Segundo, os interesses de classe misturavam-se a outros vínculos sociais de uma natureza mais vertical, que entrecruzavam as classes. Nesse contexto podemos mencionar facções ou partidos, redes de pessoas com interesses similares ou grupos religiosos. Em terceiro lugar, não havia uma ideologia revolucionária coerente que refletisse a consciência de classe, um elemento essencial na luta de classe no sentido marxista. A maioria das rebeliões da Baixa Idade Média estudada até então não teve o objetivo de subverter a ordem social existente. As únicas exceções sérias foram a revolta dos hussitas na década de 1420 e a Guerra dos Camponeses em 1525. Nesses casos, os rebeldes queriam uma sociedade nova com uma inspiração bíblica de repúblicas autônomas, de camponeses e cidades.

Ao contrário do que se possa pensar, as rebeliões camponesas eram, em geral, mais bem organizadas do que as revoltas urbanas. Isso demonstra mais uma vez como as comunidades dos vilarejos haviam se fortalecido e se tornado autoconfiantes nesse período medieval tardio. Os camponeses da revolta da *Jacquerie* em Île de France foram os únicos que lutaram dentro de suas comunidades e, por esse motivo, foram rapidamente derrotados. As revoltas dos camponeses em Flandres, na Inglaterra, na Catalunha e na Alemanha basearam-se mais nas comunidades dos vilarejos. Esse fato significou que os camponeses rebeldes não eram criminosos impulsionados pela fome e pela pobreza; ao contrário, muitos deles, a começar por seus líderes, pertenciam às elites dos camponeses ricos, ferreiros, estalajadeiros, meirinhos locais e juizes.

UM MUNDO DE POBREZA ONIPRESENTE

Em razão do subdesenvolvimento tecnológico e econômico, além das crises regulares de subsistência decorrentes desse subdesenvolvimento,

bem como a inexistência de qualquer forma de assistência social que se aproxime do nosso sistema moderno de segurança social, o mundo medieval era permeado por uma pobreza visível e opressiva. Assim como em outras formas de sofrimento do ser humano, a pobreza é um fenômeno de difícil compreensão para os historiadores, porque a miséria não é um conceito claro e indiscutível. Mesmo se optarmos pela definição aparentemente simples de que os pobres são as pessoas que não conseguem, ou mal obtêm, as necessidades biológicas mínimas de sobrevivência, ainda assim seria impossível ter uma impressão real da extensão da pobreza na Idade Média baseada nas fontes disponíveis. Essas fontes distinguem em linhas gerais três tipos de “pobres”:

1. Pessoas pobres no sentido fiscal, habitantes permanentes de vilarejos e cidades, cujos recursos financeiros eram tão escassos que estavam isentos do pagamento de impostos. Os registros de coleta de impostos em diversas regiões dos Países Baixos nos séculos XIV e XV mostram que essas pessoas constituíam de 20 a 30% da população total.
2. Pessoas pobres que recebiam a ajuda ocasional das instituições municipais, religiosas e de caridade. Essa ajuda consistia na doação de alimentos, algumas vezes de outras necessidades básicas como sapatos, roupas, madeira, carvão para produzir energia térmica etc.
3. Pessoas pobres que não tinham recursos e viviam à margem da sociedade, como exércitos do Terceiro Mundo de vagabundos, mendigos e prostitutas sem moradia e renda fixa.

Essas três categorias sobrepõem-se em parte. Nem todos os pobres que recebiam a ajuda caritativa eram pobres no sentido fiscal, e vice-versa; os marginais por definição não eram pobres do ponto de vista fiscal, nem eram pessoas consideradas para receber ajuda de instituições de caridade.

A ajuda institucionalizada aos pobres da baixa Idade Média começou no final do século XII. Antes era uma tarefa reservada aos conventos e bispos que em épocas específicas doavam comida e roupas para os pobres que esperavam nos portões. Novos sentimentos religiosos causaram o envolvimento crescente de pessoas leigas nessas ajudas caritativas, o que resultou na criação de dois tipos de estabelecimentos. O primeiro consistia em hospitais e asilos destinados originalmente a cuidar de doentes, idosos, viajantes e pessoas pobres. Nas grandes cidades esse atendimento tornou-se mais especializado no século XIII, mas os doentes e os pobres com frequência eram abrigados na mesma instituição. Os hospitais urbanos mais antigos surgiram por iniciativa dos bispos. Ao longo do tempo sua equipe

compôs-se de ordens religiosas especialmente treinadas para prestar esse atendimento, como a Congregação do Espírito Santo e os trinitários. Muitos hospitais eram financiados em parte por heranças e doações, com a condição de que o doador ou o testador recebesse uma pensão vitalícia.

O segundo tipo de estabelecimento constituiu-se de “mesas dos pobres” ou “mesas do Espírito Santo”, formas de ajuda aos pobres apoiadas pela comunidade local e organizadas nas paróquias. Esse tipo de organização vinculava-se sempre à igreja da paróquia e destinava-se aos necessitados que pertenciam a uma paróquia específica. Essas instituições atendiam em geral pessoas pobres que não podiam sair de casa por motivo de saúde, pessoas estruturalmente pobres, como viúvas idosas, ou que tinham trabalhos ocasionais ou insuficientes como, por exemplo, pessoas que não conseguiam trabalho no inverno. As pesquisas realizadas sobre a ajuda prestada aos pobres nas cidades nos Países Baixos no século XV revelaram que a ajuda era muito escassa e, ainda mais alarmante, reduziu-se quando a demanda aumentou. Os principais motivos dessa redução foram a falta de recursos e as despesas gerais. A situação agravou-se quando a economia permaneceu por muito tempo enfraquecida. As instituições de caridade tinham dificuldade em receber heranças e doações, ao passo que o número de pobres crescia com uma rapidez assustadora. Os necessitados só contavam com medidas emergenciais de instituições religiosas ou pessoas ricas, que se ofereciam para ajudar.

No entanto, a pobreza tão disseminada não foi vista da mesma forma durante a Idade Média. Nesse sentido, as grandes mudanças econômicas, políticas e religiosas após o ano 1000 constituem uma linha divisória. Antes do ano 1000 a aristocracia era totalmente indiferente à pobreza; o dever cristão de caridade era exercido apenas pelo clero e pelos monges.

Depois do ano 1000 surgiram dois movimentos diametralmente opostos no tocante à pobreza. Por um lado, a conscientização motivada pela nova religiosidade pressupunha que, por dois motivos, os pobres eram por princípio “seres bons”. Primeiro, eles eram uma imitação de Cristo e seus apóstolos, exemplos de como os cristãos deveriam viver: eles eram os *domini omnium rerum ecclesiarum* (“senhores de todos os assuntos eclesásticos”). Segundo, sua presença oferecia a todos aqueles que não viviam uma vida autenticamente cristã a oportunidade de aliviar a alma atormentada fazendo “boas ações” (dando esmolas) e, assim, diminuir o tempo no Purgatório. Por outro lado, a comercialização da economia com a finalidade de ganhos financeiros, aos poucos criou uma mentalidade – ainda reconhecível – em que o trabalho manual passou a ser muito valorizado, e a pobreza era vista como uma consequência direta da relutância em trabalhar, algo que muitos indigentes só poderiam culpar a si mesmos.



Ilustração 13.4 Ajuda de alimentos para os pobres em Bruges. Borda decorativa de um documento de 1354

Durante a baixa Idade Média essas visões contraditórias acentuaram-se por diversas razões. A redução demográfica causou uma escassez estrutural da mão de obra, dando uma falsa impressão de que havia trabalho para todos dispostos a trabalhar. Porém, entre os movimentos crescentes e difundidos a favor da reforma da Igreja havia queixas amargas de que muitos cristãos, acima de tudo o clero católico, eram dominados pelo pecado da cobiça e avareza (*avaritia*) e não demonstravam nenhum interesse pelo dever cristão da caridade. Nesse “conflito de dois sistemas de valores” (Mullett) a pobreza era defendida com veemência por pregadores socialmente conscientes das ordens dos mendicantes. Nas fontes disponíveis esses pregadores são mencionados como líderes de uma verdadeira “revolução moral”, na qual a antiga economia aristocrática de troca com suas doações condicionais deveria ser substituída por uma “economia de donativos”, baseada em um desejo voluntário e incondicional de doar, o que na realidade nada mais

era do que a restituição dos ricos do que pertencia aos pobres. A franciscana Santa Bernardina de Siena (1380-1444) uma pessoa observadora, não temeu proferir ameaças apocalípticas contra os ricos em seus sermões, entremeados também por ideias comunistas bem antes que esse conceito existisse:

Os pobres pedem esmolas, mas só os cães reagem

... Vocês, pessoas ricas, que têm tanto trigo armazenado em seus silos que não conseguem limpá-los depois que ele apodrece e é comido por vermes e estorninhos, enquanto os pobres sofrem a angústia da fome, o que pensam do destino que lhes será concedido por Deus? Eu lhes digo que seus excedentes de produção não lhes pertencem e sim aos seus pobres vizinhos.

O não menos famoso compatriota, o frade dominicano Girolamo Savonarola (1452-1498) pregava ideias similares em prol de direitos econômicos, embora não políticos, para os pobres. Ele não só pregava como também agia. Por sua influência os *monti di pietà* (bancos de crédito) em Florença começaram a conceder empréstimos com uma taxa de juros baixa às pessoas pobres. Além disso, ele também estimulou a ideia da criação de um imposto baseado na extravagância e no luxo em que viviam os florentinos ricos nessa época do Renascimento italiano; se tudo tivesse ocorrido como queria esse padre dominicano, os famosos museus de Florença não teriam as obras de arte que tanto admiramos hoje em dia. Com recursos demagógicos comparáveis aos dos evangélicos americanos modernos, Girolamo Savonarola provocava em seu público de fiéis ações de automortificação de quase histeria de massa. Em uma reunião solene pública seus seguidores ricos jogaram seus luxos suntuosos, desde joias, cosméticos, cartas de jogos e perfumes em uma grande “fogueira de vaidades”, enquanto Savonarola, o diretor do espetáculo, empenhou-se ao máximo para imprimir ao seu show um tom de solidariedade mútua e harmonia social. Pouco depois, durante o carnaval, ele convenceu os jovens ricos a vestirem-se com roupas esfarrapadas e pedirem esmolas para os pobres. Mas, por fim, as atividades de Savonarola semearam mais ódio do que harmonia e, por consequência, formaram-se grupos de oposição a ele em Florença.

O outro sistema de valores encontrou adeptos eloquentes nos círculos humanísticos. Poggio Bracciolini (1380-1459), secretário da cúria papal e depois chanceler de Florença, foi o primeiro a colocar em perspectiva o pecado da avareza, embora fosse um clérigo. Segundo ele, o desejo de adquirir mais e mais coisas era algo produtivo. “O dinheiro”, escreveu Poggio, “é um bem necessário para o Estado e, por esse motivo, as pessoas que gostam de dinheiro constituem a fundação do Estado”. Diversos humanistas importantes do início do século XVI, como Erasmo, Juan Luis Vives e Thomas

More desaprovavam o fato de pedir esmolas e acreditavam que todas as pessoas capazes fisicamente tinham a obrigação moral de trabalhar.

Esses sentimentos inspirados em textos clássicos ecoavam as ideias subjacentes às leis promulgadas nos anos após a peste negra e repetiram-se várias vezes no século seguinte. Pobreza, desemprego e vadiagem eram classificados conscientemente, na mesma categoria. Os pobres eram todos preguiçosos e mandriões, uma ralé indolente que precisava de uma autoridade forte para melhorar seu comportamento. Essa visão aos poucos se impregnou na mentalidade da elite da sociedade, à medida que se iniciava o período moderno, e os pobres ficaram cada vez mais estigmatizados. A ajuda aos pobres limitou-se a um auxílio mínimo prestado apenas aos necessitados de sua comunidade, que de fato não poderiam ser culpados pela situação em que se encontravam.

LEITURA SUGERIDA

- BARTLETT, Robert. *The Hanged Man. A Story of Miracle, Memory and Colonialism in the Middle Ages*. Princeton, N.J. e Oxford: Princeton University Press, 2004.
- BENEDICTOW, Ole J. *The Black Death 1346-1353: The Complete History*. Woodbridge e Rochester, NY: Boydell & Brewer, 2004.
- BILLER, Peter. *The Measure of Multitude: Population in Medieval Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BLAMIRE, Alcuin. *The Case for Women in Medieval Culture*. Oxford: Clarendon, 1997.
- BLICKLE, Peter. *The Revolution of 1525: The German Peasants' War from a New Perspective*. 2. ed. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1985 (original em alemão de 1975).
- _____. *From the Communal Reformation to the Revolution of the Common Man*. Leiden: Brill, 1998 (tradução da 3. ed. alemã de 1993).
- CAMPBELL, Bruce M. S. (Org.). *Before the Black Death: Studies in the 'Crisis' of the Early Fourteenth Century*. Manchester: Manchester University Press, 1991.
- CANTOR, Norman F. *In the Wake of the Plague: The Black Death and the World it Made*. Nova York e Londres: Free Press/Simon & Schuster, 2001.
- COHN JR., Samuel K. *Creating the Florentine State: Peasants and Rebellion, 1348-1434*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- _____. *The Black Death Transformed: Disease and Culture in Early Renaissance Europe*. Londres e Nova York: Arnold/Oxford University Press, 2002.
- COSS, Peter. *The Origins of the English Gentry*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- DENTON, Jeffrey Howard (Org.). *Orders and Hierarchies in Late Medieval and Renaissance Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1999.
- DYER, Christopher. *Standards of Living in the Later Middle Ages. Social Change in England, c. 1200-1520*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- EPSTEIN, Stephan R. *An Island for Itself: Economic Development and Social Change in Late Medieval Sicily*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GOLDBERG, P. J. P. *Women, Work and Life-Cycle in a Medieval Economy: Women in York and Yorkshire*. Oxford: Clarendon, 1992.

- HATCHER, John. *Plague, Population and the English Economy, 1348-1530*. Londres e Basingstoke: Macmillan, 1977.
- HERLIHY, David; KLAPISCH-ZUBER, Christiane. *Tuscans and their Families*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1985 (original em francês de 1978).
- HILTON, Rodney. *Bond Men Made Free. Medieval Peasant Movements and the English Rising of 1381*. 2. ed. Londres e Nova York: Routledge, 2003.
- HOUSLEY, Norman. *Religious Warfare in Europe, 1400-1536*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2002.
- HOWELL, Martha C. *The Marriage Exchange: Property, Social Place and Gender in Cities of the Low Countries, 1300-1550*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1998.
- JORDAN, William Chester. *The Great Famine. Northern Europe in the Early Fourteenth Century*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1996.
- KAYE, Joel. *Economy and Nature in the Fourteenth Century. Money, Market Exchange and the Emergence of Scientific Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- LANGHOLM, Odd. *Economics in the Medieval Schools: Wealth, Exchange, Value, Money and Usury According to the Paris Theological Tradition, 1200-1350*. Leiden: Brill, 1992.
- . *The Merchant in the Confessional: Trade and Price in the Pre-Reformation Penitential Handbooks*. Leiden: Brill, 2002.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou: The Promised Land of Error*. Nova York: George Braziller, 1978 (original em francês de 1975).
- MARTINES, Lauro. *Fire in the City: Savonarola and the Struggle for the Soul of Renaissance Florence*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2006.
- MATE, Mavis E. *Daughters, Wives and Widows after the Black Death. Women in Sussex, 1350-1535*. Woodbridge: Boydell, 1998.
- MEYERSON, Mark D. *Jews in an Iberian Frontier Kingdom: Society, Economy and Politics in Morvedre, 1248-1391*. Leiden e Boston, Mass.: Brill, 2004.
- . *A Jewish Renaissance in Fifteenth-Century Spain*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2004.
- MOLLAT, Michel. *The Poor in the Middle Ages: An Essay in Social History*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1987 (original em francês de 1979).
- MOLLAT, Michel; WOLFF, Philippe. *The Popular Revolutions of the Late Middle Ages*. Londres: Allen & Unwin, 1973 (original em francês de 1970).
- MONTANARI, Massimo. *The Culture of Food*. Oxford: Blackwell, 1996 (original em italiano de 1993).
- MORMANDO, Franco. *The Preacher's Demons: Bernardino of Siena and the Social Underworld of Early Renaissance Italy*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1999.
- MULLETT, Michael. *Popular Culture and Popular Protest in Late Medieval and Early Modern Europe*. Londres: Croom Helm, 1987.
- NIRENBERG, David. *Communities of Violence. Persecution of Minorities in the Middle Ages*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1996.
- PLATT, Colin. *King Death: The Black Death and its Aftermath in Late Medieval England*. Londres: UCL Press, 1996.
- PLEIJ, Herman. *Dreaming of Cockaigne. Medieval Phantasies of the Perfect Life*. Nova York: Columbia University Press, 2001.
- POLECRITTI, Cynthia L. *Preaching Peace in Renaissance Italy: Bernardino of Siena and his Audience*. Baltimore, Md.: Catholic University of America Press, 2000.
- RIGBY, S. H. *English Society in the Later Middle Ages: Class, Status and Gender*. Basingstoke e Londres: Macmillan, 1995.

- SCHOFIELD, Philipp R. *Peasant and Community in Medieval England, 1200-1500*. Basingstoke e Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.
- SHAHAR, Shulamith. *The Fourth Estate: A History of Women in the Middle Ages*. 2. ed. Londres e Nova York: Routledge, 2003.
- TEBRAKE, William H. *A Plague of Insurrection*. Popular Politics and Peasant Revolt in Flanders, 1323-1328. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 1993.
- VIVANCO, Laura. *Death in Fifteenth-Century Castile: Ideologies of the Elites*. Woodbridge e Rochester, NY: Boydell & Brewer, 2004.
- WILLARD, Charity Cannon. *Christine de Pizan: Her Life and Works*. Nova York: Persea Books, 1984.
- WRIGHT, Nicholas. *Knights and Peasants*. The Hundred Years War in the French Countryside. Woodbridge: Boydell, 1998.

A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS

DOS PRINCIPADOS AO ESTADO

Tipos de Governo Soberano

Em torno de 1500, as unidades políticas soberanas na Europa mostravam grande diversidade em tamanho, forma de governo e estrutura interna. Dependendo da natureza do poder de expansão dominante em uma região, é possível distinguir toda uma gama de tipos de autoridade pública. Esses tipos estão relacionados neste capítulo em ordem ascendente de tamanho, a partir de uma concepção acadêmica que determina o traçado da linha divisória entre estados e outras instituições representativas da autoridade pública. Se, de acordo com Charles Tilly, definimos um Estado como uma organização relativamente centralizada, diferenciada de outras, que reivindica o controle de um território bem definido e em sua maior parte contínuo, tendo à sua disposição superioridade em recursos de força física, então a história europeia durante a baixa Idade Média e o início da Idade Moderna presenciou a coexistência duradoura entre os seguintes tipos de Estado e de estruturas de relações entre dois ou mais Estados, todos exercitando algum tipo de autoridade pública soberana:

- Comunidades de camponeses livres reunidas em uma federação pouco coesa (Frísia Oriental, Cantão de Grisões).
- Pequenas cidades autônomas no interior com extensão agrária média (cidades imperiais livres da Alemanha como, por exemplo, Nuremberg e Hamburgo; Gênova, Novgorod, Ragusa/Dubrovnik).
- Domínios senhoriais locais que em algum momento foram elevados a uma posição mais importante como, por exemplo, o de um ducado ou principado (Malinas, Salins, Liechtenstein, Mônaco, San Marino, Andorra).
- Federações de pequenas cidades e comunidades de camponeses autônomas (Confederação Suíça, Frísia).
- Confederações de pequenas cidades, às vezes incluindo senhores feudais (a Hanse Alemã, a Liga da Suábia).

- Estados regionais dominados por uma grande cidade que controlava outras cidades menores, domínios senhoriais e comunidades (Veneza, Florença, Milão).
- Principados eclesiásticos (Utrecht, Liège, Colônia, Munster, os Estados da Ordem Alemã na Prússia e os Estados da Ordem Maltesa).
- Principados territoriais efetivamente autônomos (seculares) (os ducados da Bretanha, da Saxônia, e da Ferrara, e o Condado de Toulouse antes de 1271).
- Uniões pessoais de principados territoriais em que cada uma das entidades constituintes mantinha suas próprias instituições, porém, com uma política comum determinada pelo príncipe (Hainault, Holanda e Zelândia sob as casas de Hainault e Bavária; os Países Baixos sob as casas de Borgonha e Habsburgo; Julich, Marck e Berg).
- Reinos (Inglaterra, França, Portugal, Escócia, Suécia).
- Uniões pessoais de um ou mais reinos e/ou principados territoriais (Polônia e Lituânia; Boêmia, Morávia e Lausitz; a Coroa de Aragão, compreendendo Aragão, Catalunha, Maiorca e Valência (1412), mais tarde também Sicília, Nápoles e Sardenha, todos unidos em 1479 com a Coroa de Leão-Castela; Dinamarca, Suécia e Noruega na União de Kalmar (1397-1523)).
- Impérios (Sacro Império Romano Germânico, Império Otomano).

A soberania, vista como um poder que não reconhece autoridade que lhe seja superior, não tinha esse poder absoluto como viria a ter no século XIX. A soberania poderia ter diferentes níveis simultaneamente. O imperador não reconhecia nenhuma autoridade superior, porém, mesmo que os duques, os condes, os príncipes-bispos e as “cidades imperiais livres” prestassem homenagem a ele, isso não os impedia de exercer a autoridade pública como governos quase autônomos. Essa diversidade de constelações políticas resultou em interações complexas, sempre em mutação. É mais importante observar a realidade do exercício de poder do que as reivindicações e os títulos. Após 1250, o Sacro Império Romano Germânico significava pouco mais que a autoridade teórica usufruída pelo titular do cargo temporal supremo e dos recursos que tinha à sua disposição como um príncipe territorial, sua *Hausmacht*. Com exceção da corte imperial, a *Reichskammergericht*, fundada em 1495, mas operacional, só muito mais tarde e limitada à sua jurisdição pela oposição feroz dos principados maiores, não havia instituições centrais, nem cidade-capital, nem tributação geral no nível do império. O poder real do Estado no império era exercido pelos principados e pelas cidades livres. No primeiro quarto do século XIV, a receita anual da cidade de Florença era igual à do reino de Nápoles e à do

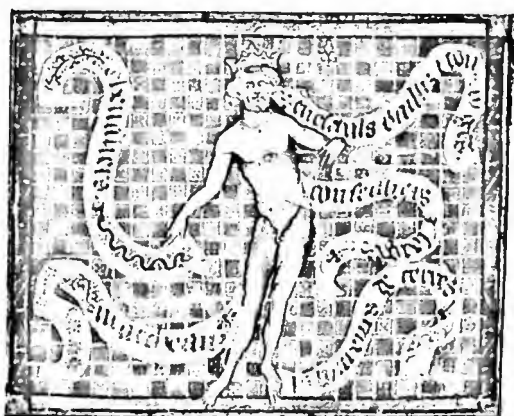


Ilustração 14.1 O corpo real apresentado como alegoria do estado. Miniatura francesa de *Avis aus Roys*, Paris(?), c. 1369.

papa em Avignon, uma vez e meia maior do que a do reino da França que, por sua vez, era suplantada pela receita de Gênova. Por esse motivo, não surpreende que cidades como essas construíssem um Estado à sua volta.

No reino de Castela, a coroa exercia jurisdição apenas sobre 55% da população. Os restantes 45% ficavam sob o poder de diversos proprietários eclesiásticos e nobres que usufruíam de imunidade, arrecadavam tributos, recrutavam exércitos e administravam a justiça em seu favor. Os contrastes entre coroa, nobreza e cidades foram menos acentuados no reino de Castela do que em outras partes da Europa. Durante a Reconquista, a coroa fundou cidades com grande autonomia nas áreas reconquistadas, com o objetivo de atrair imigrantes cristãos em substituição aos muçulmanos que haviam fugido. Os governos dessas cidades, que, em geral, eram exercidos por *hidalgos* (cavaleiros), recebiam terrenos extensos nas regiões vizinhas. Sevilha foi um caso extremo: essa cidade grande e rica foi reconquistada em 1248, com a concessão de 9.000 km² de terra. Coroa, cavalaria, cidade e país mostravam certo grau de unidade de interesses, enquanto em outros lugares quase sempre estavam em conflito direto. O processo de desenvolvimento que originou a formação das grandes unidades do Estado explica muitas das peculiaridades de cada constelação. Castela e Aragão foram unidos sob a mesma casa real em 1469 pela união dinástica (Fernão de Aragão da Sicília e Isabel de Castela de Leão, os “reis católicos”), mas mantiveram de comum acordo sua identidade e instituições. Na verdade, esse padrão pode ser considerado geral, porque a unificação na maioria dos casos não mudava as instituições e as tradições pré-existentes. Os problemas técni-

cos de comunicação e mobilidade dificultavam a centralização do poder e a habilidade do centro em penetrar nas comunidades locais e regionais. Durante a baixa Idade Média e o início da Idade Moderna, as monarquias expandiram seu controle sobre territórios maiores, incorporando e anexando os concorrentes menores e mais fracos. Mesmo assim, as estruturas anteriores permaneceram tangíveis, embora os novos governantes lhes impusessem certas exigências.

Nas periferias geográficas da Europa medieval ainda havia anomalias: dos “minirreinos” autônomos da Irlanda e da aristocracia agrícola da Islândia (vinculada à Noruega após 1262) no Ocidente, à Confederação Russa (a ser discutida no final deste capítulo) no Oriente.

Formação do Estado por Meio da Guerra

Quando pensamos na história política medieval tardia, o primeiro acontecimento que vem à memória é a Guerra dos Cem Anos. Essa luta titânica entre os dois reinos mais poderosos da época, França e Inglaterra, teve dois motivos. A primeira foi a questão da Aquitânia, a última remanescente continental do glorioso passado do Império Angevino ainda sob posse da Inglaterra. O fato de que o rei da Inglaterra mantivesse a região da Aquitânia sob domínio feudal contra a vontade do rei da França tornou-se uma questão de discórdia entre os dois reinos. Cedo ou tarde isso infalivelmente levaria à guerra. O segundo residiu na tentativa do rei da Inglaterra, Eduardo III (1327-1377), de reivindicar o trono francês após o desaparecimento da casa dos Capetos em 1328. Sua reivindicação baseava-se na descendência pela linhagem feminina (o Rei Felipe IV o Belo, da França, era seu avô materno). No entanto, os *pairs de France*, a alta aristocracia francesa, rejeitaram a ideia da união dinástica entre a França e a Inglaterra, argumentando que a monarquia francesa só poderia ser herdada pela linhagem masculina. Eles escolheram Felipe, um filho de Carlos de Valois (um irmão de Felipe o Belo), que foi coroado como Felipe VI (1328-1350). Em 1337, ambas as questões vieram à tona quando Felipe apossou-se de Guiene (a região costeira da Aquitânia entre Garonne e os Pirineus), e depois que Eduardo exerceu pressão em favor de seu título e partiu para a conquista, proclamando-se rei da França.

Na primeira etapa da Guerra dos Cem Anos que se seguiu, o lado inglês era mais forte. O seu exército era constituído de soldados mercenários profissionais a quem podiam pagar bem graças ao eficiente sistema de tributação. O exército francês de cavaleiros sofrera derrotas drásticas em Crécy em 1346, e 10 anos mais tarde em Poitiers, onde o Príncipe Negro, o herdeiro do trono inglês, capturou o rei francês João o Bom, por quem pagaram um vultoso resgate. Em 1358, os artesãos de Paris revoltaram-se

contra a pressão dos impostos elevados e da crise econômica resultante da guerra. Nesse período desastroso, os Estados Gerais foram convocados a aprovar impostos emergenciais. A paz de 1360 ratificou uma expansão considerável das possessões inglesas na região central da França, que agora se tornara soberana, em troca da renúncia inglesa à reivindicação do trono francês. A luta bem-sucedida proporcionou à nobreza inglesa oportunidades excepcionais de enriquecimento.

A guerra causara uma profunda crise econômica na França, em parte como resultado de uma série de desvalorizações por emissão de moeda para pagar alguns dos custos da guerra. Quando as conquistas terminaram, as tensões cresceram também na Inglaterra. O rei lancasteriano, Henrique IV (1399-1413), tramou a deposição e a execução de seu primo e predecessor Ricardo II (1377-1399), e tentou legitimar sua usurpação relançando uma ofensiva à França. Ele foi muito bem-sucedido em uma época em que as rivalidades entre os duques com relação ao rei demente, Carlos VI (1380-1422), mergulhou a França em uma guerra civil (*armagnacs versus borguinhões*). Após a desastrosa derrota francesa em Agincourt em 1415, a Normandia e Paris foram conquistadas pelos ingleses. Com o Tratado de Troyes firmado em 1420, Carlos VI deserdou seu filho legítimo, o delfim Carlos, em favor de Henrique V da Inglaterra, com quem casou sua filha Catarina, reconhecendo-o como seu herdeiro. O reino da França estava agora em profunda crise. Após a morte de Carlos VI, a autoridade do delfim, apesar de sua menoridade, foi reconhecida apenas ao sul do Loire. O noroeste estava dominado pelos ingleses; o nordeste nas mãos dos duques de Borgonha, que haviam expandido seus domínios de modo significativo nos Países Baixos.

A fase final da Guerra dos Cem Anos foi anunciada pela notável aparição de Joana D'Arc, uma jovem de origem camponesa que dizia ouvir vozes divinas que a exortavam a libertar a França. Ao liderar o exército, ela rompeu com dois privilégios – um referente aos homens e o outro com relação à nobreza, que por tradição detinha o comando. Em 1429, ela libertou Orléans e fez coroar o delfim na Catedral de Reims como Carlos VII (1422/1429-1461). Os franceses recuperaram a autoconfiança expressa nas várias formas de sentimento nacional e sustentada pela criação de impostos reais fixos. A recuperação sistemática deu ao rei um prestígio considerável e novos meios de exercer o poder. Em 1435, em Arras, ele assinou um tratado à parte com o Duque Felipe de Borgonha, a quem cedeu importantes territórios e direitos, assegurando dessa forma que os ingleses perderiam seu mais importante aliado. Por sua vez, a Inglaterra se viu em dificuldades, quando as mudanças nos destinos políticos pressionaram as relações econômicas com os Países Baixos. Em torno de 1453, os ingleses haviam perdido

todas as suas possessões francesas, exceto o porto de Calais. Logo depois, o controle da coroa inglesa tornou-se objeto de disputa entre os dois ramos da casa dos Plantagenetas, York e Lancaster e as facções de barões que se formaram ao redor deles provocaram o início de graves tensões, que culminaram nas Guerras das Duas Rosas (1455-1485), assim chamadas por causa da rosa vermelha (brasão da família Lancaster) e da rosa branca (brasão da família York). As guerras foram mais devastadoras para os barões que para a sociedade inglesa como um todo, e só terminaram três décadas depois com o reconhecimento de Henrique VII (1485-1509) ao trono inglês. Ele havia triunfado nos campos de batalha, e era também aceitável como um candidato de consenso, porque, como descendente de uma dinastia gaulesa eminente, os Tudors, ele estava ligado a ambas as casas, York e Lancaster.



Mapa 14.1 A França e a formação do Estado da Borgonha durante a Guerra dos Cem Anos

Em longo prazo, a luta dinástica anglo-francesa exauriu ambos os lados, embora a produção agrícola tenha se interrompido com maior gravidade na França pelo fato de ter sido o palco da luta. Do ponto de vista institucional, a monarquia francesa, como salvadora do país, emergiu mais forte da luta à custa dos Estados Gerais, que quase não foram mais convocados, e dos duques. Na Inglaterra, os esforços da coroa não trouxeram nem fama nem fortuna, e o parlamento e os barões continuaram a ser adversários temíveis.

O Sacro Império Romano Germânico: Equilíbrio de Poder

De um ponto de vista histórico, talvez não tenha grande importância saber que dinastia governou o Sacro Império Romano Germânico após o fim do Interregno. No entanto, para os contemporâneos isso era extremamente relevante, porque o imperador ainda usufruía de enorme prestígio. Na baixa Idade Média, a posição de imperador não era muito prestigiada, de fato na maior parte do período entre 1273 e 1519, os imperadores pertenceram, em sua maioria, a apenas duas famílias: os Habsburgo austríacos e a casa de Luxemburgo; além disso, a exceção, que durou mais tempo, Luís IV da Baviera (1314-1347), era muito próximo dos Habsburgo. A eleição do rei alemão havia sempre considerado a preservação dos príncipes de mais alta linhagem da Alemanha, mas o número de eleitores foi, por fim, constitucionalmente, restrito a sete pela Bula Dourada de 1356. Desses sete, três eram príncipes eclesiásticos, os arcebispos de Mogúncia, Trier e Colônia, e quatro eram príncipes seculares – o duque da Saxônia, o conde do Palatinado do Reno, o margrave de Brandemburgo e o rei da Boêmia. A Boêmia havia sido incorporada ao Império Germânico em 1158 junto com a Morávia, e reconhecida como um reino. A Bula Dourada confirmava também uma lei criada alguns anos antes: o rei alemão, uma vez eleito, obtinha de forma automática o título de imperador romano sem a necessidade de aprovação papal ou de coroação. Porém isso não alterou muito a autoridade real do imperador alemão, que permaneceu em grande parte teórica, quando muito, devido à inexistência de uma burocracia imperial centralizada. O poder dos imperadores dependia inteiramente dos principados territoriais em sua posse, sobretudo, o ducado da Áustria para os Habsburgo e o reino da Boêmia para os imperadores de Luxemburgo. Nesse contexto, os imperadores alemães foram *primi inter pares*, a mais alta classificação de muitas dezenas de duques, margraves, condes e príncipes-bispos de todos os principados autônomos que, juntos com numerosas comunas rurais e urbanas independentes, moldaram a “Alemanha” até 1806.

A autoridade reivindicada pelos imperadores sobre o norte e o centro da Itália enfrentou a resistência poderosa das pequenas cidades da Lombardia no início do século XII. Muito tempo depois do desaparecimento

da casa de Hohenstaufen (1254-1266), a rivalidade entre papas e imperadores gerou facções que colocaram um grupo político contra o outro, até no nível local. No início, a cidade-república comunal autônoma havia surgido como o tipo de governo predominante nessa parte da Itália. Mas, ali, como em qualquer outro lugar no império, o futuro estava nos principados territoriais. Poucos deles eram ainda feudos controlados pelo imperador. A principal exceção foi o grande ducado de Savoy-Piedmont, unificado desde 1418, que se estendeu por ambos os lados dos Alpes ocidentais. No entanto, a maior parte das antigas cidades-repúblicas transformou-se em *signorie* ou ditaduras, estabelecidas por todo o norte e centro da Itália (incluindo os territórios papais) a partir de meados do século XIII pelos poderosos líderes gibelinos ou, com mais frequência, pelos *condottieri* ou capitães mercenários a serviço das cidades. Os novos senhores mais famosos adquiriram títulos pretensiosos como os de “duque” ou “marquês”, e conseguiram criar dinastias que às vezes permaneceram no poder por séculos. A família Visconti controlou Milão até 1450, seguida dos Sforza, enquanto os Scaligeri governaram Verona, a família d’Este Ferrara, os Gonzaga Mântua, os Malatesta Rimini e os Montefeltro Urbino. Esse padrão de governo *signorie* não foi adotado em Veneza, Gênova e Siena, que mantiveram suas características republicanas governadas por conselhos. Após uma longa luta, Florença foi forçada a abandonar suas ambições republicanas, quando por fim cedeu em 1512 à *signorie* da família Médici, que governava, de fato, a república desde 1434.

Na primeira metade do século XV, algumas das maiores cidades conquistaram grandes territórios para proteger seus interesses econômicos e fortalecer suas posições na competição existente, sobretudo Veneza, Milão e Florença (ver Capítulo 11). Veneza expandiu aos poucos seu território, conhecido como *Terraferma*, o maior dos estados regionais que sobreviveram até sua conquista por Napoleão em 1796. Os estados das regiões norte e central da Itália adotaram um modelo de uma ordem socioeconômica e política que fora criado em 1454 pela paz de Lodi. Esse sistema político surgiu independente das atividades monárquicas e, às vezes, até as desafiando. Graças ao jogo de coalizões, as lutas contínuas entre os maiores desses estados regionais possibilitaram a sobrevivência de algumas unidades menores, como Ferrara, Mântua, Lucca, Siena e Urbino. Mesmo as invasões dos exércitos franceses em 1494, seguidas pelas dos Habsburgo, que causaram graves prejuízos à terra durante a primeira metade do século XVI, não afetaram em essência esse sistema de estados regionais; no máximo reduziram-no a uma série de estados vassalos virtualmente autônomos.

Embora a unidade política ainda fosse inexistente, o mais notável equilíbrio de poder materializou-se na Liga Italiana de 1455. Essa Liga foi, na

verdade, um pacto de não agressão firmado entre as cinco maiores potências italianas – Veneza, Milão, Florença, o estado papal e o reino de Nápoles e Sicília – que se sentiram ameaçadas pela crescente pressão dos franceses e dos otomanos. A Liga perduraria por mais de 25 anos. A situação relativamente estável resultante do pacto foi interrompida na segunda metade do século XV pelas invasões dos reis franceses, Carlos VIII em 1494 e Luís XII em 1499, que reivindicaram a coroa de Nápoles e o ducado de Milão. Esse acontecimento provocou um amplo sistema de alianças internacionais em que os Habsburgo tiveram uma grande participação. Como consequência, a Itália tornou-se o principal campo de batalha na Europa durante 50 anos, porém, isso não ocasionou nenhuma mudança essencial no padrão da divisão regional de poder na Itália até o século XIX.

Após o colapso dos Hohenstaufen, o sul da Itália continuou a ser governado por uma monarquia, a princípio sob a casa de Anjou, que tinha o apoio dos papas. Durante as Vésperas sicilianas, um levante popular contra a ocupação francesa, que eclodiu em 1282, o rei de Aragão, Pedro III, ocupou a ilha da Sicília sob o argumento de uma dúbia reivindicação à sucessão. Os Angevinos mantiveram-se firmes no reino de Nápoles até 1442, quando Aragão conquistou o reino. Assim, a união pessoal entre Castela e Aragão depois de 1516 resultou no governo da Espanha e dos Habsburgo no sul da Itália por um longo período.

Península Ibérica: Reis e Cortes

Sem dúvida, a formação do Estado na Espanha foi afetada de forma drástica pela Reconquista progressiva que, na realidade, foi uma questão de negociação com líderes muçulmanos e de vitória militar e, em consequência, pela questão vital do repovoamento. Mas os resultados foram bem diferentes nos dois maiores reinos cristãos, o de Castela e o de Aragão, ambos contendo vários reinos antes independentes, como Leão e Valência, respectivamente. Primeiro, havia uma diferença no caráter feudal *versus* não feudal de suas respectivas constituições. Enquanto os laços feudo-vasalícos permaneceram normativos na estruturação das relações de poder em Aragão, nem o serviço militar ou o exercício da autoridade pública feudalizou-se em Castela: os reis de Castela não concediam propriedades ou domínios senhoriais em feudo ou benefício em troca de serviços públicos. Paradoxalmente, a relação não conciliatória entre o rei e os súditos em Castela resultou em uma tendência de longo prazo ao poder real absolutista. Em Aragão, por sua vez, a relação contratual permaneceu intacta entre o rei e a grande maioria dos súditos, com obrigações mútuas a serem cumpridas. Isso estimulou uma forma de “pacto” entre a Coroa e o “povo”, por meio do qual o exercício do poder real condicionou-se ao reconhecimento

por parte do rei dos costumes e dos privilégios de seus súditos, e de sua proteção contra possíveis interferências de senhores feudais. Outra grande diferença entre Castela e os vários reinos da costa leste da Península Ibérica e das Ilhas Baleares, sob a Coroa de Aragão, foi a densidade de poderosas cidades comerciais nessa parte do continente.

Esse pacto estabeleceu-se primeiro no âmbito das assembleias representativas (parlamentos), chamadas *cortes* na Espanha. Desde o início na Coroa de Aragão todas as decisões importantes dos monarcas, sobretudo aquelas relacionadas às finanças e tributação, eram submetidas às *cortes* para aprovação. Além disso, o rei era obrigado a responder a todas as queixas apresentadas pelas *cortes*, e não havia qualquer interferência real na nomeação dos representantes do terceiro estado. A habilidade das *cortes* castelhanas em reprimir o poder real, já evidente antes de 1190, aumentou na segunda metade do século XIV, quando uma guerra de sucessão eclodiu entre o Rei Pedro o Cruel, e seu meio-irmão bastardo, Henrique de Trastámara. Devido ao apoio dos ingleses e franceses a lados opostos nessa guerra, Castela tornou-se o palco secundário e lateral da Guerra dos Cem Anos. No entanto, logo depois houve um retorno ao absolutismo, em parte como uma reação ao crescimento da influência aragonesa em Castela durante a primeira metade do século XV.

As diferenças políticas entre Castela e Aragão resultaram de um grande contraste nas estruturas econômica e social. Simplificando; poderia-se dizer que, o reino de Castela era a terra do grão, das azeitonas e do gado ovino, dominado por grandes proprietários de terra, enquanto Aragão era o núcleo do império comercial ultramarino que englobava não só a Catalunha, como também as Ilhas Baleares (reconquistadas em torno de 1230), a Sicília (desde 1282), a Sardenha e trechos da Grécia. Em consequência, as *cortes* castelhanas eram dominadas pela nobreza, ao passo que as *cortes* aragonesas eram controladas pela classe dos ricos comerciantes, elogiadas por um dos seus apologistas, Frei Francesc Eiximenis (c. 1340-1409), como “o tesouro do bom comum, o alimento dos pobres, o esteio de um bom negócio”.

Os interesses das elites de comerciantes de Barcelona e Valência, as duas mais importantes cidades de Aragão, eram preservados com rigor pelos representantes nas *cortes* e pelos *consulados del mar* (“consulados do mar”); essas foram as poderosas guildas que surgiram em meados do século XIII e, por usufruírem de uma importante autonomia jurisdicional até o final do século XIV, tornaram-se independentes dos tribunais reais de justiça. Mas a riqueza de Aragão começou a diminuir em torno de 1400, quando os castelhanos e portugueses excluíram os marinheiros catalães do comércio no Atlântico, além do aumento da competição comercial e militar dos genoveses no Mediterrâneo.

Unões Dinásticas Escandinavas

As relações políticas na Escandinávia na baixa Idade Média eram controladas pelas diversas uniões pessoais entre os reinos escandinavos. Em 1319, a Noruega e a Suécia foram unificadas sob a mesma dinastia real sueca. A Dinamarca incorporou-se a esse reino algumas décadas mais tarde. Em 1387/1388, Margrete, a filha mais jovem de Waldemar Atterdag, o rei dinamarquês, e viúva do Rei Hakon da Noruega, foi formalmente reconhecida como “senhora, protetora e guardiã toda poderosa” dos reinos da Dinamarca, Noruega e, por fim, também da Suécia, após a morte de seu filho único, Oluf, menor de idade. Essa foi uma das raras ocasiões na história medieval em que uma mulher foi proclamada chefe de Estado por direito próprio, e não por agir em nome de alguns dos seus filhos. Entretanto, a nomeação de Margrete não significou indecisão ou fraqueza política, e sim o resultado lógico de sua ação autoconfiante como regente-mãe em relação ao seu filho nos anos precedentes. Após a morte dele, ela não agiu como uma simples figura de transição e revelou-se uma monarca no poder sob todos os aspectos, exceto no nome. Sua força e poder comuns, assim como sua astúcia e crueldade em um mundo dominado pelos homens, podem ser ilustrados pelo tratamento dado a duas questões importantes. Primeira, em vez de tentar gerar outro herdeiro, Margrete adotou seu sobrinho-neto, Bogeslav da Pomerânia, que recebeu o nome cristão-escandinavo de Erik, consagrando sua indicação como o herdeiro real. Essa iniciativa foi notável, visto que, tanto no reino da Dinamarca quanto no da Suécia a designação dos reis sempre dependeu de eleição; só na Noruega a sucessão hereditária legítima garantia o direito ao trono. Segundo, a nomeação de Margrete foi contestada pela Suécia porque Oluf nunca governara o reino sueco, e seu rei, Alberto de Mecklenburgo, não tinha intenção de renunciar por livre e espontânea vontade. Ainda mais grave, Alberto alegava ter direitos iguais aos tronos da Noruega e da Dinamarca. Porém, Margrete não permitia que nada se interpusesse em seu caminho, e essa situação significava guerra. Chegou-se a um impasse quando Alberto foi capturado depois de ter sido derrotado em uma batalha, e seus seguidores alemães não puderam ser expulsos da importante cidade de Estocolmo. Após anos de hostilidades violentas, em que a pirataria patrocinada pelos príncipes de Mecklenburgo alternava com as tentativas de arbitragem da Liga Hanseática, que defendia com empenho a segurança das rotas de comércio, as duas partes decidiram chegar a um acordo. Mas antes que os termos do tratado estivessem definidos, Margrete coroou o filho adotivo Erik como rei da Dinamarca, Noruega e Suécia em uma cerimônia no palácio real de Kalmar, em julho de 1397.

Ao mesmo tempo, um documento foi redigido, mas nunca assinado, estabelecendo os termos dessa “União de Kalmar”. Em essência, o documento dizia que os três reinos nunca se separariam de novo, porém cada um deles seria governado de acordo com suas leis. O poder real permaneceu nas mãos da Rainha Margrete até sua morte, em 1412. Por sua vez, o Rei Erik teve muito mais dificuldade do que a madrastra em rechaçar a crescente influência alemã nos negócios escandinavos. Por exemplo, a criação em torno de 1425 de cobrança de pedágio no Oresund, a porta de comércio marítimo do Báltico, sob o domínio do rei da Dinamarca, garantiu a inimizade permanente e a interferência da Liga Hanseática. Ele também não deixou descendentes. Apenas com muitos malabarismos com as regras de sucessão, foi possível à União de Kalmar permanecer intacta após a morte de Erik. Depois de uma guerra civil sangrenta, a Suécia seguiu seu caminho independente em 1523, enquanto a Noruega manteve-se unida à Dinamarca até 1814.

A Europa Central e o Báltico

No século XIV, três das mais importantes dinastias reais que haviam governado imensas regiões da Europa oriental desde o século X extinguiram-se pela linhagem masculina direta: primeiro a dinastia húngara dos Árpades, em 1301, em seguida, em 1306, os Premyslidas da Boêmia e, por fim, o último rei da Polônia da casa dos Piast morreu em 1370. Todas as três foram sucedidas pelas proeminentes dinastias europeias ocidentais que se haviam unido pelo casamento: a casa de Anjou na Hungria e na Polônia, e a casa de Luxemburgo na Boêmia. Esses eventos realizaram-se em parte devido às mudanças nas regras de sucessão. Tradicionalmente, as dinastias reais que governavam a Europa central e oriental aplicavam a forma de sucessão colateral em que o rei ou o príncipe era sucedido após sua morte pelo parente do sexo masculino mais velho da mesma geração, em geral um irmão mais novo do morto. Aos poucos, a sucessão pela linhagem masculina, pelo filho ou pelo neto, por ser comum no Ocidente, passou a ser também habitual na Europa central e oriental, o que aumentou consideravelmente o risco de extinção de uma dinastia.

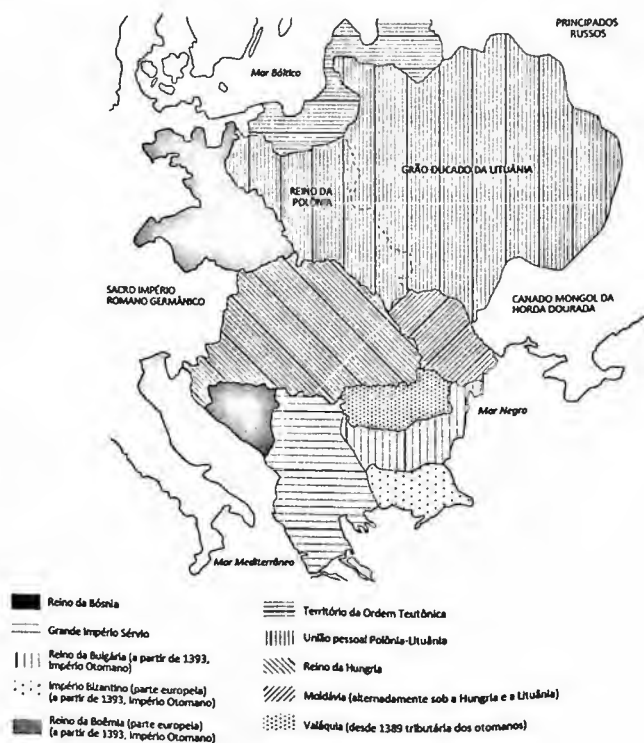
Após um período de grave crise que encobriu a antiga glória do reino no século XI, a Polônia recuperou-se sob os governos dos últimos reis da dinastia Piast, Wladislaw o Breve (1320-1333) e seu filho Casimiro III o Grande (1333-1370). Mesmo assim, houve perdas territoriais. A maioria dos antigos ducados poloneses da Silésia foi conquistada pela Boêmia, e a Polônia só os recuperou depois da Segunda Guerra Mundial, enquanto a Pomerélia, as ricas planícies produtoras de centeio ao longo do Rio Vístula, com cidades importantes como Torun/Thorn, e o porto de Gdansk/Dan-

zig, foram anexadas às terras prussianas da Ordem Teutônica. Ao mesmo tempo, uma paz relativa no norte e no oeste deu a Casimiro a oportunidade de expandir o território polonês a leste (Mazóvia) e ao sul (Rutênia, que incluía a Galícia polonesa). Esse fato é visto de modo geral como um marco decisivo na história da Polônia, porque “fez a Polónia virar-se para o leste” (Knoll). Além disso, o expansionismo polonês para o leste sempre contou com o apoio papal, em especial porque poderia ser mais uma defesa contra o mundo não católico. Junto com seu aliado mais leal, a Hungria, a Polónia estendeu e reforçou a barreira católica contra os pagãos (lituanos, mongóis) e os cismáticos cristãos (os russos greco-ortodoxos).

Quando o último rei da antiga dinastia magiar dos Árpades morreu, em 1301, a Hungria se transformara em uma das sociedades mais notáveis da Idade Média, com a reputação de ser um reino que acolhia imigrantes de todas as partes do mundo. A Hungria possuía uma população com uma grande mistura étnica, inclusive muitas minorias não cristãs. Devido à baixa densidade populacional, a Hungria medieval preservou por muito tempo um caráter “celular”, em que o *status aparte* e os privilégios de cada grupo de *hospites* (“convidados” ou “colonizadores estrangeiros”) eram reconhecidos. Os cumanos foram sem dúvida a maior minoria não cristã. Essa minoria originou-se no século XIII, quando, após as invasões mongóis das estepes ocidentais, um grande número de nômades cumanos ou turcos kipchak conseguiu permissão para viver na Hungria em troca do serviço de cavalaria contra a ameaça mongol. Ao longo do tempo, a minoria cumana constituiu mais de 8% da população húngara, e o penúltimo governante da dinastia dos Árpades da Hungria, László IV (1272-1290) era meio-cumano.

A Hungria na época de László era muito maior do que o país atual de mesmo nome. A partir do início do século XII, a região da Hungria compreendia a Croácia e a costa da Dalmácia, enquanto a posse da Bósnia era disputada entre a Hungria e o reino da Sérvia. Só após ser conquistada pelos Angevinos (1310-1387), a Hungria perdeu seu domínio sobre os territórios balcânico-eslavos. A ascensão ao poder da casa de Anjou foi conturbada. O primeiro rei angevino, Charles-Robert, que adotou o nome de Caroberto, neto de uma princesa da dinastia dos Árpades, teve de ser coroado três vezes em um período de 10 anos antes de, por fim, conseguir a aceitação geral. No entanto, Caroberto teve sucesso em transformar a anarquia em ordem e estabilidade e, além disso, o longo reinado de seu filho Luís (1342-1382), “Lajos”, em húngaro, irradiou ambição – nada menos que Alexandre o Grande, era seu modelo favorito. Ele materializou sua ambição ao construir palácios suntuosos e custear dispendiosas expedições militares ao sul da Itália, à costa dalmaciana, aos Bálcãs, ou ao

norte em apoio a seu aliado polonês. Além dos impostos, as expedições foram custeadas por uma parte considerável das receitas geradas pelas várias minas de ouro e prata recém-descobertas no norte da Hungria. Embora as tentativas de colocar seu irmão mais novo, Andrew, no trono de Nápoles não tivessem êxito, Luís tornou-se rei da Polônia em 1370. Apesar de toda a sua ambição, os dias da ilustre casa de Anjou na Europa oriental estavam contados: Luís morreu em 1382 sem descendentes, e um *coup d'état* do lado napolitano da dinastia fracassou. Agora, para Sigismundo de Luxemburgo, o filho mais novo do Imperador Carlos IV, casado com a filha de Luís, Maria, o caminho para o trono estava livre depois do pagamento da extraordinária quantia de 565 mil florins de ouro. Ainda assim, Sigismundo, após assumir a coroa, em 1387, levaria mais 15 anos para amenizar a feroz oposição da nobreza húngara ao “tcheco desprezível”. Mais tarde, seu poder e prestígio começaram a crescer, sobretudo, depois que ele foi eleito imperador do Sacro Império Romano Germânico em 1410.



Mapa 14.2 Europa Central, c. 1375

Quando Sigismundo morreu, em 1437, após um longo reinado, a história húngara se repetiu. Como não houvesse herdeiro masculino vivo, o reino tornou-se um jogo das grandes dinastias da época, nesse caso, dos Habsburgo austríacos, dos poloneses, lituanos e jaquelônicos. No final, a família nobre húngara de nobres dos Hunyadi assumiu o poder graças a János Hunyadi, que teve uma ascensão meteórica ao poder na primeira metade do século XV, começando como um membro bastante obscuro da pequena nobreza e terminando em torno de 1450 como o magnata húngaro mais poderoso, dono de uma fortuna inacreditável – só suas terras tinham cerca de 2,3 milhões de hectares, incluindo inúmeros vilarejos, cidades e fortalezas. No entanto, o que mais contribuiu para a ascensão social de Hunyadi, além de sua reputação virtuosa, que permaneceu imaculada até os dias de hoje, foram os relativos sucessos como líder militar na guerra inexequível contra os otomanos. É um relato de batalhas perdidas, mas lendárias, como, por exemplo, a famosa batalha do Campo dos Melros, realizada em Kosovo em 1448 – a segunda batalha no local – onde Hunyadi esteve ombro a ombro com Vlad (“o empalador”) Drácula, o governador da Valáquia. Mesmo não tendo sido vitorioso, Hunyadi assumiu a coroa húngara, e em 1458 o filho mais novo de János, Matias Corvino (“o corvo”) (1458-1490) foi coroado rei e, assim como o pai, tornou-se uma lenda. Matias era sob todos os aspectos “feito da essência dos grandes príncipes da Renascença” (Molnár): grande patrono das artes, político capaz de empreender reformas e mudanças, diplomata talentoso, guerreiro destemido. Apoiado por seu famoso “exército negro” de 20 mil mercenários, Corvino não só manteve os otomanos afastados, mas também constituiu uma séria ameaça militar à Boêmia e à Áustria. No entanto, apesar dos esforços de Corvino para reprimir a violência interna a Hungria continuou a ser um Estado fraco para os padrões da Europa ocidental, porque Corvino foi incapaz de estender o poder real em seu território, onde poderia exercer o domínio senhorial direto e demonstrar o poder total do reino.

Talvez o fato mais impressionante na história medieval tardia da Europa central e oriental tenha sido a rápida ascensão do grande ducado da Lituânia báltica. Aos olhos do Ocidente, a “Lituânia” era apenas uma vaga indicação de grandes florestas que se estendiam além do Rio Neman, um “leste selvagem” repleto de pagãos bárbaros, à espreita em pântanos nebulosos e bosques sombrios, entregando-se a rituais hediondos. A segunda parte desta ideia era uma fantasia. Na verdade, as informações sobre a Lituânia nas fontes medievais tardias, assim como acerca da Rússia medieval, mencionam uma confederação pouco coesa com diversos domínios senhoriais pequenos, sob a liderança nominal de príncipes que, no início do sé-

culo XIII, se intitulavam “grão-duques [de Aukstaitija/Alta Lituânia]”. Mais unidade e certo grau de centralização foram atingidos sob a dinastia dos Gediminidas, em razão de Gediminas, o mais jovem dos dois irmãos que governaram sucessivamente a Lituânia entre 1295 e 1342. Eles conseguiram consolidar o poder lituano em um período em que o peso da agressão da Ordem Teutônica havia se deslocado da Prússia e da Livônia, agora conquistada, em direção à única área que restava na Europa ainda não cristã e que, portanto, era uma presa em potencial da cruzada legitimada. Com esse objetivo, a Ordem recrutava príncipes ocidentais, como o filho do conde de Hainault e Holanda, que com numerosos séquitos de cavaleiros foram à “caça de pagãos” em *Litauenreisen* durante o inverno, a única época em que era possível para os exércitos se aproximarem das impenetráveis florestas e pântanos da Lituânia ocidental.

Os Gediminidas não cederam à pressão e mantiveram sua religião politeísta nativa. Embora houvesse uma clara presença cristã na Lituânia a partir do século XIII (os frades eram missionários ativos e as esposas de muitos nobres eram cristãs), os grão-duques só se converteram oficialmente em 1387. Essa foi a única ocasião na Europa medieval em que o Cristianismo não participou na formação de um Estado. Mesmo assim, a Lituânia só alcançou o auge de seu poder depois de sua conversão. Sob o comando do Grão-Duque Vytautas o Grande (1392-1430), a Lituânia transformou-se no principado mais poderoso da Europa oriental e, em área territorial, no maior Estado da Europa na baixa Idade Média.

A expansão do poder lituano a partir do final do século XIII, baseado na força militar, em casamentos inteligentes e fortes alianças, foi motivada por interesses comerciais e ambição territorial. Essa expansão realizou-se em grande parte à custa dos principados russos na região central e ocidental, território atual da Rússia Noroeste (o distrito de Pskov), a Bielorrússia, a Ucrânia e o Rus' original de Kiev, conquistado pela primeira vez em 1323 e mais uma vez em 1362. Ao longo do tempo, o imperialismo lituano ameaçou os principados russos mais fortes situados a leste (Novgorod e Moscou), bem como a margem ocidental da Horda Dourada, a base do poder mongol na vasta área de estepes ao norte do Mar Negro e do Mar Cáspio. O império lituano só começou a desmoronar sob a pressão da Rússia (moscovita) no início do século XVI; a cidade importante de Smolensk foi conquistada em 1514. Nessa época, um longo envolvimento nos assuntos russos deixara uma marca eslava duradoura e profunda na sociedade e na cultura lituanas.

Na fronteira com a Polônia, os Gediminidas não foram muito bem-sucedidos; como vimos, eles perderam a longa luta pela Rutênia. As expectativas aumentaram muito de novo quando em 1386 o Grão-Duque Jagiello

casou com Jadwiga, filha de Luís de Anjou e herdeira do reino da Polônia. Mas essa primeira união da Polônia com a Lituânia não teve consequências políticas, porque Jagiello logo teve de ceder o poder na Lituânia ao primo Vytautas. Só em 1447, uma união pessoal mais duradoura entre a Polônia e a Lituânia foi efetivada, depois que o Grão-Duque Casimiro (1440-1492) foi proclamado rei da Polônia. Apesar de ter sido uma união harmoniosa, após a morte de Casimiro os dois reinos mais uma vez foram separados e divididos entre seus dois filhos. A dinastia Gediminida permaneceu no poder na Lituânia até 1572.

A notável expansão da Lituânia deveu-se ao fato de ser uma sociedade bem organizada, à semelhança de um Estado, com um exército sólido e capaz de reunir recursos consideráveis. Essa visão é confirmada por documentos históricos raros que revelam muitas características de um Estado em construção. Embora a dinastia do grão-ducado ainda tivesse uma forte dependência da posse da terra, organizada em grandes propriedades, a nobreza lituana era obrigada a prestar serviço militar e a participar na administração pública. Além disso, o comércio era tributado em troca de proteção eficaz dos comerciantes e das rotas de comércio. A organização militar tinha um alto nível de sofisticação. A estratégia militar visava evitar batalhas com inimigos visivelmente mais fortes, como os cavaleiros teutônicos e seus aliados. Os lituanos preferiam combatê-los fazendo uso de táticas de guerrilha adaptadas às dificuldades do terreno; eles tinham forças de intervenção móveis relativamente pequenas, mas rápidas, organizadas em torno de um núcleo de cavalaria ligeira; preocupavam-se em construir fortalezas; faziam um excelente trabalho de inteligência militar e utilizavam suas habilidades diplomáticas; e impediam que o inimigo reunisse forças para consolidar uma vitória militar. É evidente que existem diferenças significativas no desenvolvimento político entre os principais mais desenvolvidos do Ocidente, porém elas não foram tão profundas como tem sido sugerido.

AS FORÇAS QUE IMPULSIONARAM A FORMAÇÃO DOS ESTADOS

Dinastias, Territórios, Instituições, Povos

Os príncipes desenvolviam sempre estratégias para adquirir novas terras sem muito esforço, fosse por meio do casamento e da sucessão, ou com a compra, ou proteção. A fórmula do duplo casamento, em que um homem e uma mulher descendentes de uma dinastia casavam-se com uma mulher e um homem de outra dinastia, destinava-se a unir o máximo possível as duas casas. A Baviera e a Borgonha uniram-se nessa dupla aliança em 1386,

a fim de que Hainault, Holanda e Zelândia (uma possessão da Baviera) ficassem sob o poder do mesmo governante, como Flandres e Brabante. Em 1496, o casamento entre a Espanha e os Habsburgo gerou a base do império europeu de Carlos V. Em torno de 1500, estratégias dinásticas semelhantes reduziram de forma considerável o número de unidades políticas independentes na Europa em relação aos três séculos precedentes. Durante a competição, a maioria dos “vencedores” expandiu seu poder e aumentou seus territórios. Os esforços constantes dos príncipes e dos senhores feudais para expandir seus territórios e as receitas que eles geravam constituíram uma força que impeliu esse processo. A continuidade de governantes competentes em uma dinastia, o espaço para a expansão e a presença de núcleos de poder internos e externos, que pudessem agir como um contrapeso ao príncipe estabelecido, exerceram um papel importante nos sistemas centrados na pessoa do governante.

Símbolos heráldicos, cerimonial público, lemas, insígnias e histórias genealógicas reforçaram os laços entre os príncipes e seus súditos. Algo tão abstrato quanto um Estado, cujos contornos não estavam ainda estabelecidos, impregnou a consciência coletiva de forma muito lenta. As divergências entre os escoceses e os irlandeses, de um lado, e os ingleses, de outro, foram alimentadas pelos repetidos esforços feitos pelos ingleses de dominação. A guerra de séculos entre ingleses e franceses fortaleceu também os sentimentos nacionais em ambos os lados do Canal da Mancha. Os tchecos desenvolveram um forte sentimento de nacionalidade devido à sua oposição à contínua expansão alemã.

As ambições dinásticas e oportunidades, no entanto, não explicam todos os acontecimentos. Grande parte dessas mudanças dependia da sociedade no território envolvido. Durante a baixa Idade Média, a sociedade não era mais composta quase exclusivamente de camponeses, servos ou outra classe qualquer; havia, como já vimos, uma diferença considerável entre as sociedades de acordo com o desenvolvimento das cidades, das comunidades de camponeses livres, da comercialização e às vezes da industrialização do campo. Essa interação delineou os Estados que se formaram fora da luta pelo poder, não só em relação aos seus territórios como também à sua organização interna. O aumento do número de unidades concorrentes, a ampliação dos recursos colocados à sua disposição, sobretudo o aumento do poder de destruição militar, agravaram os conflitos. O número de pessoas que lutavam nas guerras aumentou, causando danos maiores e mais duradouros à economia, e fazendo mais vítimas. À medida que a violência do Estado cresceu, as pessoas passaram a oferecer uma resistência mais feroz, porque tinham mais consciência de seus direitos e capacidade de se organizarem melhor.

É óbvio que os Estados da baixa Idade Média formaram-se sem planejamento, e nem sempre como se desejaria. Eles resultaram dos testes de poder entre inúmeras ambições conflitantes, interesses e forças opostas. Em muitos casos, as guerras não produziram os resultados pretendidos pelos agressores, mas mesmo assim deixaram marcas profundas. A Guerra dos Cem Anos contribuiu de maneira significativa para a formação da consciência nacional de franceses e ingleses. Ao mesmo tempo, criou afinidades políticas que nortearam as relações entre os reis e seus súditos na França e na Inglaterra durante muitos séculos, em especial com a força retumbante do parlamento inglês, em contraste com a tácita eliminação dos Estados Gerais franceses. O caminho trilhado por uma sociedade nos confrontos entre seus membros e com os governantes e sociedades vizinhas configurou de forma gradual as instituições que formaram o Estado; esse caminho também foi impresso na memória coletiva das comunidades envolvidas, que, por seus destinos comuns, formaram de modo imperceptível uma lealdade nacional, além de uma lealdade dinástica e local.

Uma das estruturas características do Estado da baixa Idade Média foi o desenvolvimento de uma organização de administração pública, que expressava a autoridade pública em um sentido mais abstrato e, também, mais eficaz do que antes. A pessoa do rei e suas relações com vassalos poderosos já não eram os únicos determinantes do destino de um Estado. Os reis tinham poderes limitados por leis e instituições e, em muitos casos, por uma representação. Eles foram obrigados a criar uma hierarquia oficial que os vinculasse a normas e procedimentos. O exercício do poder tornara-se mais complexo e menos pessoal.

Guerra

O sociólogo e historiador americano Charles Tilly observou certa vez que “as guerras fizeram os Estados e os Estados fizeram a guerra”, ou seja, que os Estados, tanto pela demarcação de seus territórios quanto pelo crescimento de suas instituições, foram o resultado da competição contínua entre diversas unidades políticas. Por outro lado, a maior parte dos recursos financeiros, materiais e serviços que os Estados tinham à sua disposição destinava-se à preparação para a guerra, à sua realização e ao seu custeio. Na verdade, era durante esses longos períodos de guerra que as instituições do Estado aumentavam significativamente os impostos de seus súditos e, assim, ampliavam os recursos do Estado. A partir do final do século XIII, os governantes conseguiram financiar cada vez mais suas guerras contraindo dívidas que tinham de ser pagas em seguida com juros consideráveis. Os grupos de interesse desempenharam

um papel importante nesse processo, pois, como podiam lucrar com isso ou esperar recompensas de seu Estado em guerra, eles influenciavam o processo de decisão de iniciar uma guerra. É claro que a nobreza, para quem o conflito armado não era apenas uma questão de honra, significava também a oportunidade de adquirir terras, saquear casas ou ganhar o favor do rei, continuava a ser a força-motriz por trás da aceitação casual com que a guerra era vista, como parte integrante de uma contínua competição política.

É evidente que as grandes mudanças econômicas e demográficas entre os séculos X e XIII também tiveram consequências para a arte da guerra. Durante o século XIII, mais arqueiros apareceram no campo de batalha, ao passo que os soldados de infantaria eram com frequência contratados do País de Gales. Essa prática ocorreu quando o arco e a besta entraram em uso. No decorrer do século, esses arqueiros eram em geral utilizados como tropas auxiliares, mas, em 1300, eles começaram a lutar cada vez mais em causa própria. Os camponeses suíços, que derrotaram o exército de cavaleiros dos Habsburgo, em 1291 e em 1315, ficaram famosos. Em uma escala muito maior, artesãos e camponeses flamengos destruíram o exército de cavaleiros do rei francês na Batalha das Esporas Douradas, em 1302. Essas vitórias foram um sinal de novas relações de poder resultantes do crescimento das populações urbanas. Em 1302, a força flamenga, com 11 mil soldados, lutou contra 7.500 franceses, um terço dos quais era de cavaleiros fortemente armados. Os cavalos e equipamentos indispensáveis nas batalhas eram um investimento bastante caro; era muito difícil adquirir as habilidades de combate, e só a aristocracia tinha como custear os anos de treinamento. Os escoceses, que derrotaram os ingleses em Bannockburn em 1314, lutaram em sua maioria a pé, armados com arcos, lanças e punhais. Eles massacraram os ingleses sem piedade, sem dúvida motivados por um desejo de libertação de uma dominação estrangeira.

As pequenas cidades da Lombardia dominavam as regiões vizinhas mobilizando os resquícios do feudalismo. Os senhores guerreiros usavam tropas para seu serviço pessoal em troca de pagamento e ofereciam-se juntos com seus soldados a quem desse o maior lance. O *condottiere*, o comandante de uma tropa de mercenários, estava intimamente envolvido com a rivalidade entre os pequenos, mas ricos estados da Itália das regiões norte e centro. Os soldados de infantaria que prestavam serviço remunerado, ou obrigatório, tinham mais importância nos exércitos dos príncipes. Os arqueiros galeses contribuíram para a morte de 1.500 cavaleiros franceses em Crécy em 1346. Com o surgimento do canhão na década de 1330 privilegiou-se o exército de cavaleiros

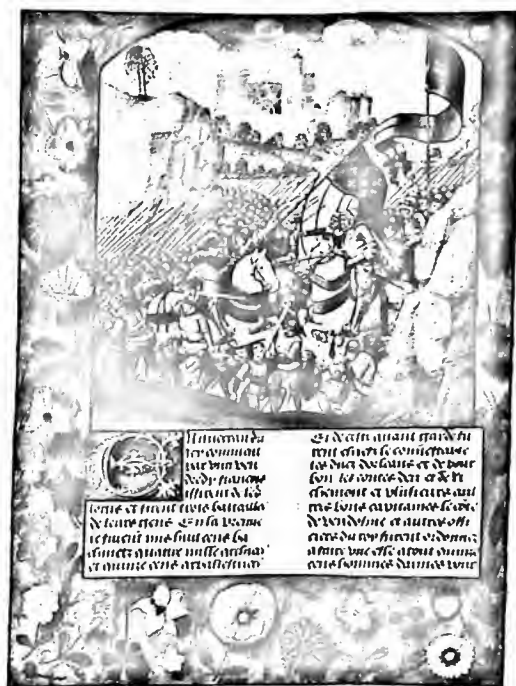


Ilustração 14.2 Crônica de Monstrelet: batalha de Agincourt

As cidades construíam suas muralhas à semelhança de um castelo fortificado em uma escala maior. O atacante via-se em uma situação vulnerável, e os habitantes ficavam protegidos enquanto durassem seus suprimentos. O diâmetro extenso das cidades dificultava um cerco eficaz e exigia a permanência de um grande número de tropas durante um longo período de tempo, o que muitas vezes esgotava os recursos financeiros dos sitiadores. Mas a partir das últimas décadas do século XIV, o canhão transformou o que antes era uma vantagem para as cidades, quando eram sitiadas, em desvantagem. As muralhas das cidades haviam sido planejadas para enfrentar aríetes, não a força de balas de canhão. Elas eram altas o suficiente para resistir a projéteis enviados pelas catapultas e a torres de cerco, além de serem resistentes aos golpes dos trabucos, e no máximo só os portões e os parapeitos ficavam danificados. No entanto, quando eram atingidas pelas balas dos canhões as muralhas tornavam-se extremamente vulneráveis, sobretudo se fossem altas. A eficácia do canhão no campo de batalha limitou-se em razão de seu peso enorme, lentidão e falta de precisão e alcance do tiro até o século XVI. Mas, a partir do fim do século XIV, as

cidades e os castelos já não estavam mais a salvo de um exército equipado com artilharia de pólvora.

Durante o século XV, os sitiadores que podiam pagar o preço elevado de um canhão levavam uma vantagem considerável nos ataques às cidades fortificadas. Os novos recursos e técnicas militares foram usados pelos agressores que tinham condições de pagar pelas inovações caras e por um pessoal técnico treinado para operá-las. Além disso, eles eram capazes de usar essas inovações bélicas de forma muito mais eficaz do que as pessoas a quem atacavam. Os príncipes agora anteviram a possibilidade de um golpe definitivo contra os seus maiores rivais, os governantes locais e regionais. As rebeliões na França, nos Países Baixos e no norte da Alemanha muitas vezes deram aos príncipes a desculpa de usar a supremacia militar para restringir a autonomia das grandes cidades. O exemplo mais marcante desse tipo de ação foi a conquista de Constantinopla pelos otomanos em 1453: as lendárias muralhas altas que haviam resistido a todos os cercos desde o século VI foram destruídas pela artilharia turca. Na região norte e central da Itália poucos monarcas territoriais, além do papa, podiam se dar ao luxo de usar a nova tecnologia militar em uma escala significativa e, assim, a vantagem recaiu nas cidades maiores que, por isso, foram capazes de expandir as regiões por elas controladas. Veneza foi a cidade mais bem-sucedida, porque, na iminência de perder parte de seu império colonial para os otomanos, garantiu sua segurança interna e prosperidade ao assumir o controle do Vale do Pó.

Nos campos de batalha, mais uma vez a ação ofensiva predominou nessa época, fornecendo uma logística militar adaptada aos novos desafios. Para resistir ao poder maciço dos soldados de infantaria, os príncipes mais progressistas transformaram sua infantaria em unidades móveis equipadas com lanças muito longas. Essas lanças eram usadas para deter o avanço da cavalaria inimiga e forçá-la a recuar, ou a atacar a infantaria inimiga. Agora, a cavalaria adotara uma formação lateral mais adequada à realização de ataques intermitentes. A iniciativa dessa estratégia militar moderna surgiu na França, onde, pela primeira vez em 1439, Carlos VII destinou recursos orçamentários para criar um exército permanente. Em contraste com a prática feudal, em que os vassalos eram convocados para campanhas de duração limitada (40 dias, por exemplo), a guerra agora se estendia ao longo do ano e exigia tropas treinadas sempre à disposição. O rei francês já tinha a seu serviço cerca de 20 mil a 25 mil oficiais e soldados pagos como *gens d'armes*, e que usavam uma combinação de diferentes armas. A iniciativa coincidiu com a ofensiva final da Guerra dos Cem Anos e contribuiu para a expulsão definitiva dos ingleses da França.

A medida que mais súditos se envolveram nas guerras, as negociações tiveram de ser realizadas com o parlamento ou com assembleias das cida-

des e propriedades para fornecer tropas e subsídios, e a necessidade de justificar esses esforços aumentou. A religião era uma legitimação óbvia. Ela justificava a guerra impiedosa de extermínio contra os cátaros de Languedoc, que atingiu sua fase mais brutal com o terrível massacre em Montségur em 1244, dando a Luís IX o Piedoso, a oportunidade de pôr o condado de Toulouse sob a sua autoridade direta. Além disso, como o cliente papal, Carlos de Anjou, havia perdido seu reino da Sicília para Pedro III de Aragão, durante as Vésperas sicilianas de 1282, o papa pediu que seu sobrinho, Felipe III da França, empreendesse uma “cruzada contra Aragão”. Infelizmente, dessa vez, Deus não ficou do lado desses cruzados, e a campanha de 1285 custou ao rei sua vida. A guerra contra a independência da Boêmia foi realizada pelos reis alemães Venceslau e Sigismundo entre 1411 e 1436, sob o lema de uma cruzada contra os heréticos hussitas, os seguidores do reformador da Igreja, Jan Hus.

Os reis também podiam usar o vínculo com um santo para legitimar suas guerras. O culto de um santo nacional foi um dos meios que a França, por exemplo, usou para justificar as guerras: o São Denis, o primeiro bispo de Paris cujo nome ressoou no grito de guerra “Montjoie Saint-Denis”, o São Michel, e depois de 1297, Luís IX. Os heróis militares tiveram o privilégio de serem enterrados ao lado dos reis no mausoléu de Saint-Denis, que também abrigou o *oriflamme*, a auriflama, o estandarte vermelho carregado durante as campanhas do rei. Como líderes de uma guerra de libertação contra invasores estrangeiros, os reis da França podiam alegar que serviam a um bem maior do que os grandes príncipes territoriais. Assim, a guerra empreendida pelo rei poderia ser apresentada como o única, que serviu aos interesses gerais do reino, o único legítimo e sagrado. A defesa da *patria*, do território nacional, revestida como um corpo místico, por analogia com o corpo de Cristo, merecia uma morte corajosa, como dizia a propaganda em textos do século XV, enaltecendo-a cada vez mais. Os reis eram implacáveis em conseguir uma justificativa exclusiva para suas guerras, ao passo que as guerras dos príncipes territoriais foram consideradas meros conflitos privados, ou às vezes rebeliões contra a autoridade legítima.

INSTITUIÇÕES DO ESTADO E ORDEM SOCIAL

Apesar de as técnicas superiores de força serem uma condição essencial para o exercício do poder em longo prazo, elas não eram suficientes por si sós. Se grandes grupos de súditos não aceitassem a legitimidade do governo que lhes era imposto, isso provocava uma resistência interna, forçando o aumento do controle de quem estava no poder. Além disso, prejudicava

suas reivindicações para fornecer proteção a todos os súditos em sua região e tornava o governo vulnerável a coalizões entre os inimigos internos e externos. Se pensarmos que, além do caráter intrínseco de agressividade, toda comunidade humana demonstra uma necessidade fundamental de paz e estabilidade, então é natural que súditos e governantes tentassem chegar a acordos duradouros. Esses acordos, inevitavelmente, preocupavam-se com as necessidades básicas da vida – a distribuição de bens escassos, o estabelecimento e a manutenção de um grau de ordem social e de dar alguma finalidade à vida.

Tribunais de Suprema Corte

Os reis e os príncipes territoriais tentaram se estabelecer como as autoridades superiores às formas tradicionais de administração da justiça, mas até o final do século XVIII sempre tiveram de lidar com uma grande diversidade de sistemas jurídicos e de costumes locais em seus territórios. Com a expansão territorial, as diversidades também aumentaram. Em geral, eles esforçaram-se para restringir a ação autônoma de tribunais estrangeiros fora de seus territórios, sobretudo os tribunais eclesiásticos.

Os príncipes não pouparam esforços para dar precedência às suas leis sobre os costumes locais e os privilégios, e a fim de aplicá-las a todos os súditos no seu território, procurando, assim, conferir à sua administração jurídica a mais alta validade, e até mesmo um monopólio. Mas esse processo não foi fácil em razão dos interesses conflitantes. Na Inglaterra, os tribunais do rei tinham prioridade sobre todos os outros tribunais no século XII; durante o século XIII surgiram três cortes de justiça centrais, entre elas o King's Bench, o tribunal superior que, além de julgar os apelos à coroa, tinha o direito exclusivo de julgar os crimes graves. Por sua vez, o rei francês enfrentou mais dificuldade para conservar a prerrogativa da coroa de julgar certos "casos do reino", como falsificação, *lèse-majesté* e recursos de apelação. O parlamento de Paris, que Luís IX criara em torno de 1250 como a mais alta corte de justiça no reino, teve de lidar com um número crescente de casos à medida que a confiança na independência dos juízes crescia.

O sucesso da administração jurídica dos príncipes em detrimento de muitos círculos jurídicos concorrentes baseou-se em vários fatores, sobretudo na relação de poder. Os senhores locais poderosos e as cidades ricas fizeram uma firme oposição até o século XVIII. Veneza permitiu que todas as cidades subordinadas à *Terraferma* mantivessem seus privilégios e instituições próprias, mas as submeteu à sua autoridade política e discriminação fiscal. Para os camponeses, a supremacia veneziana significava a libertação da justiça administrada pelos cidadãos nas cidades menores. Em outros lugares a possibilidade de recorrer a um tribunal superior de justiça oferecia

novas oportunidades àqueles que eram econômica ou politicamente mais fracos em relação aos principais senhores ou cidades. Os príncipes tentaram sobrepôr sua justiça acima dos tribunais locais e regionais e, ao mesmo tempo, aplicaram procedimentos e princípios mais gerais, com frequência originários do direito ou da jurisprudência. Por exemplo, a partir do final do século XIV, os camponeses castelhanos apelaram cada vez mais à coroa para atuar como árbitro em suas reclamações contra a exploração deles pela nobreza proprietária de terras. A fim de lidar com o número crescente de casos, os juizes do reino (*alcaldes*) foram nomeados e a *Audiencia*, uma corte central de justiça, foi criada. No longo prazo, a administração jurídica das Coroas de Castela e Aragão fortaleceu a posição dos camponeses, e também a do rei, como o maior responsável pelo exercício da justiça.

Tanto o direito canônico quanto o romano, que no século XII disseminou-se a partir de Bolonha e foi estudado profundamente nas novas universidades, continha muitos elementos que eram de uso particular dos príncipes em seus esforços para justificar suas atividades centralizadoras. O direito romano preservado foi o registro bizantino compilado em meados do século VI (ver Capítulo 2), com uma conotação muito centralizadora e absolutista, e princípios como “o príncipe está acima da lei” e “o que agrada ao príncipe tem força de lei”. O Imperador Frederico Barbarossa fez muito uso dessas citações depois que derrotou Milão, em 1162, assim como o rei de Castela, bem mais tarde, no século XV. No século XIII, advogados próximos aos reis da França usaram fórmulas similares para justificar decretos em que reivindicavam servir ao “interesse comum”. No entanto, esse uso também despertou a oposição a exemplo da corte inglesa, que não queria subordinar-se ao imperador. Henry Bracton, um padre que serviu como juiz em meados do século XIII no King’s Bench, escreveu um tratado sobre as leis e os costumes da Inglaterra, baseado em uma coleção de dois mil julgamentos. Ele defendeu a superioridade do sistema jurídico inglês e da lei natural, porque, em sua visão, o direito romano favorecia o interesse do rei. O direito inglês, por outro lado, defendia os interesses do povo, disse Bracton. Fora da Inglaterra, o direito romano tornou-se uma das disciplinas básicas na formação de advogados. A linguagem administrativa em seu uso e lógica era permeada de conceitos, como o da *res publica*, *la chose publique* que, mesmo sem um equivalente exato naquele momento, acentuou o pensamento do Estado e destacou a distinção entre direito público e privado.

As tentativas de codificar a legislação aplicável no nível dos reinos foram excepcionais na Idade Média. Em Castela, logo após o crescimento considerável do reino à custa dos muçulmanos, o *Fuero Real* foi codificado no início da década de 1250 e, na década de 1260, surgiu o código de *Siete Partidas*. Em circunstâncias semelhantes de rápida expansão territorial, um

código de direito real foi elaborado na Polônia em 1347. O desenvolvimento do registro sistemático do direito só ocorreu no século XVI, com uma avaliação minuciosa de muitas leis consuetudinárias regionais e nacionais. Na França, em meados do século XV, a elaboração de um registro das diversas leis consuetudinárias regionais por ordem do rei foi realizada com extrema lentidão. Um século mais tarde a maioria dessas leis foi publicada no norte e no centro da França; mas não no sul, apesar da sua tradição romana bem mais acentuada. A codificação real, a coleta sistemática e a homogeneização da autoridade do governo central nunca aconteceram. Os juízes locais continuaram a usufruir de uma liberdade considerável na administração da justiça.

O direito canônico influenciou as práticas administrativas e judiciárias dos estados mais recentes antes da lei romana. A pesquisa racional dos fatos por um juiz perante um acusado, em contraste com os primeiros costumes medievais de uma única acusação e um duelo, estava inspirada na *inquisitio* da Igreja, o inquérito judiciário. Em 1215, o IV Concílio de Latrão condenou o julgamento por ordálio como um meio de obtenção de provas porque o julgava irracional, além de o resultado ser com frequência questionável. Nos séculos XII e XIII, a Igreja e as autoridades seculares haviam evoluído tanto que evitavam a imprevisibilidade de um julgamento por um ordálio público e apoiavam um método mais racional de investigação.

O fato de o direito (romano e canônico) ser reconhecido nas novas universidades como uma disciplina separada, independente da teologia é de fundamental importância para o pensamento ocidental. Mesmo que as universidades estivessem sob autoridade eclesiástica, ainda assim elas estimulavam o desenvolvimento do pensamento jurídico racional, não dogmático, livre dos preceitos religiosos, ao contrário das escolas islâmicas, por exemplo. A técnica de interpretação de textos legais possibilitou contínuas renovações e adaptações à realidade que se modificava. Dessa forma, os princípios do direito romano também foram absorvidos na nova jurisprudência.

Os advogados treinados nas universidades foram nomeados para posições importantes em todas as administrações públicas, dentro e fora do Estado. Na Itália e no sul da França, esses advogados exerceram um papel importante na vida pública urbana, a partir do século XIII, no governo da cidade, nas administrações das autoridades territoriais e eclesiásticas, e como advogados e tabeliães. Os tribunais e os órgãos de decisão jurídica cada vez mais eram constituídos por advogados com formação acadêmica. Suas atividades contribuíram para a ampla introdução de leis na vida pública, incluindo os princípios da jurisprudência que protegiam os interesses das pessoas em relação aos governos, em especial a defesa da propriedade privada, a disposição testamentária, a liberdade das partes contratantes e a

proteção às viúvas e aos órfãos. O conceito de pessoa jurídica, *universitas*, consolidou-se nas cidades e nas comunidades por intermédio de seus órgãos associados e componentes, como as guildas. Assim como tantos outros assuntos, a propagação do moderno pensamento jurídico racional está intimamente ligada ao ambiente urbano e, em contraste, ao das grandes cortes reais. Do ponto de vista social, o estudo do direito na universidade abriu caminho para a mobilidade social ascendente dos burgueses que podiam usar seus conhecimentos técnicos na Igreja ou em uma carreira secular, sobretudo nas cidades e nas cortes de reis e príncipes, resultando no enfraquecimento da posição de poder dos cavaleiros. Em alguns lugares da Alemanha e das regiões central e norte da Europa caracterizados por uma nobreza sempre em fortalecimento e por relações feudais durante um longo período, as novas formas racionais de direito penetraram lenta e parcialmente. Só no século XVI os advogados de formação universitária de classe média passaram a ser nomeados para posições importantes no império.

A administração da justiça exerceu um papel mais relevante na realidade social do que a legislação dos príncipes. Os regulamentos locais estavam muito mais próximos da vida cotidiana e podiam ser executados com mais facilidade por uma combinação de controle social e de interesse comum. Nesse aspecto, a situação na Inglaterra era bastante diferente da do continente, por um lado devido à longa tradição de julgamento por um júri de leigos e, por outro, por causa do desenvolvimento inicial (a partir do século XII) de um sistema de cortes reais de justiça profissionais com amplos poderes. A lei comum, a parte crescente do direito consuetudinário que era administrada pelos juízes do reino, de acordo com procedimentos uniformes e com a mínima influência da jurisprudência, e que dava muita importância ao precedente legal, permaneceu intacta na Inglaterra, o que significou que, na verdade, eram as cortes que faziam a lei. Também não devemos acreditar que a legislação dos reis franceses apenas refletia os desejos, *le bon plaisir*, do soberano. A grande maioria das ordens reais surgiu em resposta às solicitações, por meio das petições apresentadas por grupos de pressão. Uma petição era minuciosamente investigada e, uma vez registrada por escrito, a formulação final de um ato do governo ainda precisava da aprovação de diversos funcionários e da mais prestigiosa faculdade de direito, o *Parlement de Paris*. As fiscalizações burocráticas eram um entrave às decisões arbitrárias no início do século XIV.

Os interesses dos partidos em busca de justiça estimularam o crescimento da administração real da justiça. Ela era, sobretudo, independente e fornecia a possibilidade adicional de recurso. Os tribunais centrais foram formados pela especialização e separação das câmaras e conselhos do conselho original da corte de um príncipe. Quanto mais processos fossem

trazidos à Coroa, maior a necessidade de ampliação e de especialização dos órgãos jurídicos mais elevados. O objetivo era funcionar como tribunais de apelação para todos os tribunais comuns no território, às vezes sobrepondo-se a antigos privilégios que haviam sido concedidos a cidades e proprietários de terras senhoriais. Nos lugares onde os principados estavam associados, como no Sacro Império Germânico, o resultado foi a formação hierárquica de três níveis de cortes: local, regional e central. Por fim, o príncipe continuou a exercer o seu poder judiciário soberano e manteve o direito de conceder perdões e, assim, anular todo o processo judicial.

A criação do *Reichskammergericht*, a alta corte imperial, em 1495, que sucedeu o *Reichshofgericht* criado por Frederico II em 1235, oferecia oportunidades de apelação em todo o império, pelo menos em teoria. Mas a fraqueza do império ficou exposta quando o imperador foi obrigado a permitir que poderosos príncipes territoriais concedessem isenção para os seus súditos em seus tribunais centrais territoriais. O regionalismo também se evidenciou na França, onde os "*parlements*", nesse contexto específico com o significado de tribunais, foram criados em distritos com forte tradição de autonomia. Em Languedoc, por exemplo, o rei permitiu que a oligarquia regional de clientes de um patrono continuasse a administrar os assuntos financeiros em troca de reconhecimento da hegemonia política e cultural do Estado. A monarquia conseguiu se adaptar a essa diversidade regional e impôs o seu próprio modelo, na medida em que as circunstâncias permitiram. Tratava-se de uma questão de pacificação no interior das fronteiras e de captação de recursos para a defesa ou objetivos imperialistas.

Burocratização

Já no século XII, as monarquias emergentes sentiram a necessidade de cercar-se de um número crescente de especialistas em questões administrativas. O crescimento do *Beamtenstaat*, um estado burocrático civil, pode ser visto como um desenvolvimento concêntrico, que começou na casa de um príncipe territorial ou de um rei. A maioria das funções básicas tornou-se escritórios jurídicos diferenciados, cujas estruturas, em geral, mantiveram-se até o século XVII. Para elaborar e promulgar os documentos escritos, os príncipes convocavam os clérigos dos arredores, as únicas pessoas que sabiam ler ou escrever, sobretudo em latim, uma prática comum que se disseminou em diversos lugares. Como resultado da ajuda solicitada pelos senhores feudais analfabetos aos clérigos para que eles formulassem as atividades administrativas, os pronunciamentos judiciários e acordos, o latim eclesiástico passou a ser também a língua administrativa dos primeiros Estados em toda a Europa.

A Inglaterra estava muito mais desenvolvida do que o resto da Europa em assuntos de organização administrativa e jurídica devido a uma forte

estrutura unificadora na Inglaterra anglo-saxônica e pelo fato de que, após 1066, os normandos tiveram de manter um controle rigoroso sobre as terras que haviam conquistado. Na segunda metade do século XII, foram criados dois tribunais distintos que exigiam conhecimentos específicos: primeiro, o Erário Público, onde os auxiliares financeiros do rei tinham de justificar as suas finanças; segundo, o Juízo de Direito Comum, o tribunal do reino que julgava processos civis. Esse desenvolvimento pode ser visto como uma tendência geral europeia, e realizou-se em épocas e níveis diferentes, dependendo da evolução social de determinada região. A especialização progressiva e a burocratização resultaram da cisão de grandes vassallos da Coroa de um conselho originalmente unitário. As funções consultivas foram expandidas e tornaram-se permanentes em instituições independentes apoiadas por funcionários. Na Cúria papal, os secretários de Estado foram chefes de departamentos separados no século XV.

Em meados do século XIII, as línguas vernáculas começaram a ser usadas em documentos oficiais referentes ao continente europeu. Na Inglaterra, o inglês antigo era usado com essa finalidade desde o século IX. Essa mudança na língua utilizada nos documentos oficiais vinculava-se ao papel crescente desempenhado pelos burgueses no governo, que de alguma forma supriam a lacuna tradicional entre os mundos da cavalaria e das cidades. Um resultado importante dessa abertura das instituições governamentais para os idiomas locais e funcionários de origem burguesa foi o acesso dos súditos a todas as áreas do governo nacional, em contraste com a Igreja Católica ou com o império chinês. O governo já não estava mais envolto em uma língua e uma cultura esotérica e estrangeira, que o mantinha afastado do povo. O príncipe, os funcionários e os representantes do povo agora podiam dialogar diretamente, o que originou a palavra “parlamento”.¹ Cabe ressaltar que cada família linguística continha um número de línguas regionais; que o alto alemão teria sido considerado uma língua estrangeira por falantes do baixo alemão, assim como a *langue d'oïl* diferia da *langue d'oc* e de muitas outras línguas regionais, como o bretão e o frísio. Na tradição normanda, o tribunal inglês continuou a utilizar o francês em certas funções oficiais até o século XVI, o que é claro vinculava-se às suas reivindicações em relação ao trono francês. Na Inglaterra, o latim nunca teve uma posição exclusiva na administração, como aconteceu no continente. O uso da língua oficial ganhou mais importância social à medida que o governo e o Judiciário passaram cada vez mais a confiar em procedimentos escritos. Em diversas ocasiões, durante os séculos XIV e XV, os representantes dos

1 N.T.: Etimologia do francês *parlement*, “conversação, assembleia deliberativa”.

Estados protestaram com sucesso contra o uso de uma língua estrangeira por seus governantes, como o alemão na Boêmia ou o francês nos Países Baixos da Borgonha. Os centros administrativos diminuíram a distância de seus súditos com o uso de idiomas locais e, assim, a língua deles adquiriu uma área maior de circulação do que outras, embora muitas vezes apenas em documentos oficiais.

No entanto, a liderança desfrutada pela Igreja na cultura escrita do Ocidente deixou seus traços no *status* clerical dos chefes das secretarias reais, os chanceleres. Depois de 1070 os condes de Flandres sempre recrutavam os reitores do cabido de São Donato, em Bruges, para serem seus chanceleres. Os chanceleres dos reis alemães foram em geral bispos, ou se tornaram bispos logo após a nomeação. Só em 1424 um leigo assumiu o cargo de chanceler na Alemanha. Entre 1280 e 1332 todos os chanceleres franceses foram funcionários do rico bispado de Laon. No século XIV, os papas de Avignon promoveram vários chanceleres franceses a cardeais; um deles tornou-se papa. Em 1390, o chanceler do rei de Navarra recebeu o barrete vermelho de um cardeal. Porém na França a secularização definiu-se a partir de meados do século XIV, quando os chanceleres eram leigos e, aproximadamente em 1500, apenas 8% dos chanceleres dos reis eram clérigos.

Os clérigos tinham mais a oferecer aos príncipes do que só o monopólio original de sua competência. Como tinham rendimentos próprios por serem dignitários eclesiásticos, custavam menos às finanças dos príncipes. A Igreja concedia dispensa para que seus clérigos se envolvessem nesses trabalhos, sem dúvida motivada por sentimentos de caridade e preocupação com o bom governo dos fiéis. Em consequência dos serviços prestados, a Igreja estava em uma excelente posição para cuidar de seus próprios interesses, direta e discretamente. Por isso, não nos surpreende que a esmagadora maioria de todos os documentos remanescentes anteriores a 1300 relacionem-se à propriedade da Igreja. Por sua vez, era importante que os príncipes pudessem contar com o apoio da Igreja, que era a maior proprietária de terras e muito influente na sociedade. Mais uma vez, em razão da obrigatoriedade do celibato, os clérigos eram menos inclinados do que os senhores seculares a colocar familiares e interesses pessoais em primeiro lugar. Em teoria, eles não tinham filhos para seguir suas carreiras, e podiam voltar às suas funções espirituais sem qualquer problema quando atingissem uma idade avançada, ou após um conflito.

Além das funções de chancelaria e de várias outras, como conselheiro, a diplomacia era um campo de atividade muito favorecido pelos clérigos. Sua educação internacionalmente padronizada e o conhecimento do latim foram razões óbvias para que eles desempenhassem funções diplomáticas, aliada à inviolabilidade da sua situação jurídica e da confiança irradiada de

seu *status* clerical. A maioria das delegações diplomáticas era formada de clérigos cujo número e categoria eram determinados pela importância que um governo atribuía à missão. A criação de embaixadas bilaterais residentes cresceu em decorrência das relações italianas complexas durante o século XV. Em torno de 1500, as monarquias ocidentais aos poucos começaram a adotar essa forma de comunicação mútua regular. Nessa ocasião, a dinastia dos Habsburgo viu subitamente sua esfera de interesses expandir-se de forma expressiva com a perspectiva de herdar o império espanhol, o que gerou a necessidade de linhas de comunicação permanentes e mais precisas entre as diversas cortes principescas.

A experiência do clero nas áreas de administração, alfabetização e diplomacia foi menos marcante no campo das finanças. Os clérigos quase sempre deixavam a gestão dos seus domínios nas mãos dos administradores seculares que, em geral, tinham de prestar contas a eles por escrito. Durante a segunda metade do século XIII, os especialistas em finanças do norte da Itália surgiram nos principados do noroeste da Europa, sem dúvida, para exercer as atividades de financiadores e agiotas. Eles ocupavam cargos importantes a serviço dos príncipes como coletores de impostos, tesoureiros, coletores de impostos rurais ou mestres da Casa da Moeda, até cerca de meados do século XIV. No exercício desses cargos eles racionalizavam a gestão do rápido crescimento das finanças dos príncipes, mas, ao mesmo tempo, protegiam seus interesses. No final do século XIV, a reação contra funcionários estrangeiros, aliada ao crescimento da especialização interna, empurrou as atividades dos especialistas em finanças italianos de nível executivo para a função de conselheiro.

Um exemplo da evolução numérica da burocracia real pode ser visto na administração central na França: no início do século XIV, havia oito mestres contadores, e 19 em 1484; 10 notários trabalhavam na chancelaria em 1286, 59 em 1361, 79 em 1418, e 120 no início do século XVI. Em torno de 1200, o rei da Inglaterra tinha 15 mensageiros a seu serviço, e em 1350 cerca de 60, possibilitando aos xerifes dos condados receberem correspondência da capital todas as semanas. Depois disso, houve uma enorme aceleração na burocratização, e por volta de 1515 o Estado francês tinha mais de quatro mil funcionários. Na Inglaterra havia menos funcionários do Estado *per capita*, em parte porque diversas funções, como a de juiz de paz, não eram assalariadas.

Tributação

A cobrança de impostos exigia uma ampla e ramificada rede de coletores, que os reis e os príncipes territoriais tinham dificuldade em organizar, porque os domínios senhoriais, as propriedades da Igreja e as cidades que usufruíam de imunidade fiscal insistiam em manter a autonomia. Eles pre-

feriam entregar um único montante sobre a área total, a fim de controlar a arrecadação e a capacidade de pagar impostos da população. O sistema de arrecadação aduaneira nos portos possibilitou aos reis ingleses a instalarem seus coletores nos portos e esses impostos passaram a constituir novos direitos da Coroa, em especial por envolver compradores estrangeiros. A criação permanente de tributação do reino sob pressão da Guerra dos Cem Anos deu ao rei francês a oportunidade de manter a cobrança desses impostos em grande parte sob seu controle. Em Castela, devido à expansão dos poderes da Coroa pelas conquistas à custa dos muçulmanos, o rei tinha o direito de nomear os *regidores* como coletores nas cidades. No entanto, em outras regiões da Europa as monarquias tiveram muita dificuldade em centralizar a arrecadação de impostos com seus próprios funcionários em todo o território.

Nas regiões onde havia um número suficiente de moedas de prata em circulação, os reis podiam gerar uma nova forma de receita: a cobrança de impostos em dinheiro. A partir de 1091, as cruzadas em Castela fomentaram a criação de um imposto permanente para os cristãos e muçulmanos. A guerra santa justificou essa medida, baseada na compensação sob a forma de concessão de terras após a conquista. A ameaça de invasão foi uma segunda desculpa para a introdução de impostos gerais. A fim de oferecer alguma resistência a uma nova onda de ataques vikings, o *danegeld*, que havia sido cobrado na época das primeiras invasões, foi reintroduzido na Inglaterra em 991, mas agora como uma cobrança permanente. Esse imposto manteve-se sob o nome de *heregeld* após os dinamarqueses tomarem o poder e com a conquista dos normandos até 1160. Baseava-se em uma avaliação fixada por área territorial e era pago em moedas de prata, muitas das quais foram cunhadas durante esse período. Assim, o *heregeld* pode ser considerado o mais antigo imposto estatal regular na Europa.

Outros impostos gerais foram introduzidos na Inglaterra, muito mais cedo do que no continente. Em 1185, em função da obstinada insistência do papa, o dízimo (10%) foi cobrado sobre bens pessoais e rendimentos, a fim de preparar a terceira cruzada. Foi um sucesso fiscal, ainda mais importante porque uma tentativa semelhante na França não só defrontou-se com as imunidades dos grandes príncipes territoriais, que eram poderosos o suficiente para se recusarem a cooperar, mas também contra uma oposição fundamental, a de que o rei por sua própria autoridade não tinha o direito de cobrar impostos sobre os bens pessoais ou rendimentos. Logo depois, o princípio do imposto proporcional sobre bens pessoais foi novamente aplicado na Inglaterra, até que os excessos cometidos por John Lackland levaram à formulação de cláusulas contra a tributação arbitrária na Magna Carta em 1215. Em longo prazo, entretanto, a tributação provou ser o método mais eficiente para permitir a centralização de poder da Coroa inglesa.

Em 1275, pela primeira vez o parlamento inglês aprovou impostos indiretos, que afetaram, em especial, a exportação de lã. Esses impostos constituíram uma fonte permanente de renda para a Coroa e, ao mesmo tempo, funcionaram como uma arma política contra os compradores no continente, sobretudo os italianos, os flamengos e os alemães do norte. Como o parlamento continuou a fixar as condições do imposto, surgiu uma discussão pública sobre grandes questões econômicas e políticas. Quando a tributação geral, direta e indireta, foi estabelecida em uma base permanente no século XIII, seu nível e sua frequência determinaram-se pelos ritmos da guerra. Os impostos não foram cobrados durante os períodos de paz com a Escócia (1297-1306) e tréguas com a França (1360-1369). Por outro lado, o intenso período de guerras de 1294-1298 e o início da Guerra dos Cem Anos causaram um crescimento explosivo da carga fiscal. A guerra permitiu que príncipes pedissem dinheiro adicional e apoio de seus súditos, sob o pretexto de defender o país, o que deveria ser uma preocupação de todos os súditos. Os termos “necessidade” e “autodefesa” foram aplicados por conselheiros instruídos quando a desculpa das cruzadas não mais podia ser usada. Mas que território teria de ser defendido, e quem era o agressor? Em 1297 os barões descobriram que o ataque de Eduardo em Flandres não podia mais ser descrito como defesa nacional, porém, suas campanhas na Aquitânia, no País de Gales e na Escócia não provocaram uma contestação semelhante.

A partir de 1292, as *ayudas* (no sentido literal, “pedidos de ajuda”) sucederam-se com rapidez nos domínios da Coroa de Aragão, como resultado das guerras do reino. Seu princípio baseou-se no fato de que um príncipe, por ser o senhor de posição mais elevada, poderia contar com os serviços de seus vassallos, assim como pedir ajuda a seus súditos livres. Isso significava negociar com os súditos, que podiam, então, definir suas condições e tirar benefícios ou conseguir mais autonomia do príncipe. A conquista da Sardenha, em 1326, a guerra contra os muçulmanos e os genoveses 10 anos mais tarde, o envio de uma armada de 20 galeras ao Estreito de Gibraltar em 1340 e a conquista de Maiorca em 1342 foram feitos legítimos. As longas guerras contra Castela em meados do século XIV provocaram a cobrança permanente de impostos sobre todos os súditos. Em 1363, as *Cortes Generales* de Valência, Aragão, Catalunha e Maiorca concordaram em introduzir um imposto sobre a produção de tecidos e a exportação de mercadoria.

No reino da França a guerra também exigiu novos recursos fiscais. A partir de 1295, Felipe IV convocava com regularidade assembleias regionais em Languedoc e fazia pedidos urgentes de dinheiro, usando o argumento jurídico “do direito do Estado”. No início essa política fiscal produziu resultados insignificantes: em 1293 o imposto de renda da cidade italiana de Gênova foi mais de três vezes e meia o montante anual que fluía para os

cofres do Rei Felipe. A Coroa inglesa teve muito mais sucesso do que a francesa em aumentar de forma acentuada suas receitas em um curto espaço de tempo. Expressa em toneladas de pratas esterlinas, Eduardo III recebeu 32 toneladas em 1336, 66 em 1337 e 92 em 1339. Os empréstimos, então, responderam por mais da metade das receitas, o que só foi possível porque um número expressivo de agiotas concedeu crédito ao rei. Os rendimentos do rei francês não excederam a 53 toneladas em 1339 e a 56 em 1340. Sem dúvida, no início da Guerra dos Cem Anos os ingleses com seu ataque surpresa tiveram uma enorme vantagem sobre os franceses, que não conseguiram reagir militarmente à altura, e com certeza nem sob o aspecto logístico ou financeiro. O desastroso curso da primeira fase da guerra levou a imensas demandas fiscais da Coroa francesa, que foi obrigada a fazer promessas e concessões aos Estados Gerais. Mas a monarquia recebeu a concessão de impostos indiretos permanentes, com a criação em 1355 do *gabelle*, um imposto sobre o sal, e a cobrança de um trigésimo do valor da mercadoria; essa proporção foi aumentada para um vigésimo, em 1435. A grande oportunidade de arrecadação de mais impostos surgiu em 1440, com a introdução de um imposto feudal anual permanente, o *taille*, a ser recolhido por funcionários do rei. Ao contrário do parlamento inglês, os Estados Gerais franceses e as assembleias regionais marginalizaram-se como corpo político ao renunciarem ao direito de aprovar o imposto todos os anos. Em longo prazo, isso gerou enormes consequências, levando à supremacia da Coroa na França, em oposição à supremacia do parlamento na Inglaterra.

“O dinheiro é a força da guerra”, escreveu Cícero; o dinheiro foi também o marco das relações entre as pessoas que tomavam as decisões sobre a guerra e os meros mortais. Se um príncipe decidisse empreender uma guerra, era preciso determinar mais impostos a seus súditos. Assim que seus desejos excedessem o que um senhor poderia esperar de seus vassalos, ele tinha de pedir uma contribuição ou uma ajuda voluntária e excepcional. Os príncipes criaram esse hábito a partir do século XIII, além de fazerem uso uns dos outros para justificarem seu pedido de autodefesa ou de justa demanda. Qualquer guerra de agressão podia ser apresentada como legítima defesa. Agora que os príncipes pediam impostos cada vez mais elevados, os governos das cidades e outras entidades representativas viram nesse excesso de tributo a oportunidade de negociar as condições de um possível acordo. Esse processo de demanda e negociação foi extremamente importante, porém, terminou em muitos países, como a França, a Polônia, a Hungria, a Suécia e a Dinamarca entre os séculos XV e XVII. A habilidade dos príncipes de obter acesso a um sistema de tributação, que poderia funcionar sem a aprovação dos representantes do povo, desempenhou um papel essencial nesse desenvolvimento fiscal.

A possibilidade de aumentar repetidamente os impostos dependia do tipo de economia vigente em um determinado país. Na Inglaterra e na Catalunha, nos séculos XIII e XIV, respectivamente, os impostos incidiram sobre as exportações. Uma economia direcionada à exportação podia, assim, formar a base de um sistema fiscal que tributasse não seus súditos, mas sim, os compradores estrangeiros. Esse sistema funcionava bem, sobretudo, quando só havia “uma proposição exclusiva de venda”, como no caso da lã inglesa, das especiarias orientais e dos vinhos. Mesmo assim, o nível de tributação poderia colocar a competitividade do comércio de exportação de um país em risco. Quando não existia a possibilidade de cobrança de imposto sobre a exportação, o único recurso era taxar os súditos, com o risco de rebelião, se o tributo fosse considerado injusto. Havia uma relação delicada entre as crescentes demandas fiscais e o fortalecimento da oposição a elas por parte dos representantes do povo. Na França e na maioria dos outros Estados, os príncipes submeteram as entidades representativas a ter um papel modesto, quase ritual, no decorrer do século XV. Porém, em outras regiões essas instituições impuseram uma resistência eficaz a essa intrusão sobre os seus direitos e, por conseguinte, em relação também aos direitos dos súditos, em especial quando a alocação da distribuição dos impostos estava envolvida.

Nos Países Baixos, assim como em Aragão, a maioria das regiões preservava uma antiga tradição, apoiada em particular pelas principais cidades, que as permitia lutar por seus interesses. Por meio de negociações difíceis a cada pedido de imposto, essas regiões conseguiram fazer com que um grande número de suas demandas fosse atendido e, portanto, desempenharam um papel considerável na decisão política. Se um príncipe pedisse dinheiro para uma guerra de conquista, aparentemente desnecessária ou indesejável, essas regiões não contribuíam. Elas opuseram-se com veemência contra as tarifas mais elevadas de impostos, porque prejudicariam de forma vital seus interesses comerciais. Isso não surpreende ao pensarmos que o duque de Borgonha recebeu £13.000 do imposto de pedágio em Gravelines (na fronteira com Flandres, perto de Calais, a “base” do caminho de importação da lã inglesa para os Países Baixos), em 1445, enquanto o condado inteiro de Namurs trouxe-lhe uma renda de apenas cerca de £8.000. Pelas mesmas razões, e também para garantir que a sua voz não seria silenciada, as grandes cidades de Flandres fizeram uma oposição inflexível e eficaz ao plano do duque que queria criar um imposto permanente sobre o sal em 1447, seguindo o exemplo da França.

Em cinco ocasiões durante a primeira metade do século XVI, as cidades do condado da Holanda opuseram-se com sucesso aos planos do governo dos Habsburgo, que tentou estabelecer um imposto sobre as ex-

portações de grãos. Isso era de vital interesse para elas, porque o comércio de grãos formava a base da economia internacional da Holanda. Em 1542, quando o governo tentou determinar uma série de impostos indiretos, como o de “o centésimo pêni” (um por cento) sobre as exportações e o de “o décimo pêni” (dez por cento) sobre os lucros comerciais, seguindo mais uma vez precedentes estrangeiros, houve uma oposição tão veemente que em três anos os planos foram abandonados. Assim como na Inglaterra, e mais ainda na Confederação Suíça, a supervisão do sistema fiscal por órgãos representativos refreou o aumento da carga fiscal, que se encontrava em um nível muito acima da capacidade de pagamento dos súditos. O simples burguês estava mais próximo da realidade econômica do que os príncipes e seus conselheiros, com seu desprezo aristocrático por assuntos triviais como esses.

Durante os séculos XV e XVI, os Países Baixos impuseram um volume de impostos que cresceu muito acima da capacidade da população, do crescimento econômico e da inflação. Nessa época, a região poderia ter sido o núcleo da economia mundial, mas o montante de dinheiro reservado ao Estado, apesar da representação efetiva em benefício do povo, minou as raízes de sua prosperidade. O rendimento anual do Estado cresceu 69% entre 1445 e 1531-1534, nos dois períodos de paz. A participação dos impostos em relação às tradicionais receitas dos domínios territoriais dos príncipes subiu de 38% para 80%. Essa cobrança fiscal flexível só foi possível de ser realizada em uma terra muito rica, mas ao mesmo tempo retirou rapidamente os ativos econômicos da terra.

Os orçamentos do Estado aumentavam sob a pressão crescente dos custos das guerras, financiadas em grande parte por empréstimos. Mas esses empréstimos significavam que haveria um aumento adicional na carga fiscal em longo prazo. Em meados do século XIV e início do século XV, a cidade-estado de Florença estava envolvida em uma série de guerras contra os Estados Pontifícios, Milão e Pisa. No início das guerras, a despesa da república foi de 40 mil florins, mas as guerras custaram 2,5, 7,5 e 4,5 milhões de florins, respectivamente. A diferença tinha de ser obtida através do aumento de impostos e em empréstimos, cujos juros iam direto para os financiadores, mas que eram pagos com os impostos sobre os bens de consumo diário de pessoas comuns. Assim, as dívidas do governo enriqueciam os ricos à custa dos contribuintes simples.

Se examinarmos a tributação como um meio de exercício de poder, ficaríamos impressionados com a relação direta e contínua entre as guerras e o sistema fiscal. As guerras estimulavam impostos novos e mais elevados, e até a resistência ativa das instituições representativas era ineficaz. Os príncipes não eram guiados por considerações macroeconômicas. Eles

ignoravam os resultados de suas iniciativas, porque não havia informações estatísticas confiáveis sobre suas finanças ou as de seus súditos. Por diversas vezes, as despesas não planejadas para a realização de guerras desequilibraram as finanças do Estado. Depois do início de um conflito, as autoridades eram incapazes de controlar as despesas, porque só a vitória contava em uma guerra e não a eficiência econômica. Portanto, os gastos eram muito elevados, os empréstimos tinham juros altos, e seu reembolso teria um efeito de bola de neve e seria uma sobrecarga nas despesas nas décadas posteriores. Apenas os Estados prósperos economicamente obtinham crédito. Em outras palavras, um sistema fiscal eficiente aumentava as chances de obtenção de crédito, o que, por sua vez, ameaçava o equilíbrio do sistema.

O sistema econômico exercia uma dupla diferença nas chances de um Estado em obter dinheiro. Em uma economia comercial, os excedentes podiam ser escoados com mais facilidade por meio de impostos indiretos, independente do nível em que fossem cobrados, do que em uma economia



Ilustração 14.3 Abertura do parlamento inglês em abril de 1523 durante o governo de Henrique VIII.

de subsistência agrária. Além disso, o crédito era mais barato e disponível em uma economia comercializada, possibilitando uma rápida expansão dos ativos líquidos, ao passo que a economia agrária limitava-se aos lentos, restritos e pouco flexíveis rendimentos dos domínios senhoriais. Por conseguinte, a partir do século XIII, as iniciativas militares de um Estado foram cada vez mais definidas pelo seu acesso ao mercado monetário. As regiões mais comercializadas tinham uma supremacia militar porque podiam contratar soldados quando necessário. Os soldados mercenários originavam-se predominantemente de regiões periféricas com economias ainda agrícolas, como o País de Gales, a Escócia, o centro da França, Castela, a Confederação Suíça e a região central da Alemanha. Nesse sentido, as regiões agrícolas não apenas geravam menos recursos com os quais poderiam resistir à supremacia das regiões centrais, como também suas populações muitas vezes forneciam as tropas que, mais tarde, iriam subjugar-las.

Os Súditos

A iniciativa para a contínua competição por mais concentração de poder, que levou à formação de cidades cada vez maiores e mais bem equipadas, emanava das pessoas e entidades que já detinham o poder: os senhores feudais, os grandes proprietários de terra, os príncipes, os príncipes da Igreja e as oligarquias urbanas. No entanto, o resultado dessa luta secular não foi decidido só por essas elites. As pessoas subordinadas a Estados mais poderosos não eram apenas meros espectadores; as comunidades formavam seus sistemas políticos, que durante muito tempo exerceram um papel importante na competição. Os senhores feudais, que não podiam enfrentar seus rivais mais poderosos, às vezes formavam alianças contra seus governantes e até mesmo procuravam o apoio de seus adversários nas cidades ou em instituições eclesiásticas. Em resumo, a formação de concentrações mais fortes de poder provocou reações contrárias, e os partidos perdedores formaram coligações que poderiam mudar o curso dos acontecimentos ao primeiro sinal de fraqueza de um governante. Esse processo dialético criou formas de representação e resistência que contribuíram de uma maneira singular para a história mundial: o sistema de governo parlamentarista.

O reconhecimento de um governante, como em um contrato feudal, era feito mediante um juramento recíproco de fidelidade em que, primeiro, o futuro governante prometia proteger os direitos dos seus súditos e os da Igreja e, depois, de seus vassalos e outros representantes de seus súditos que lhe juravam fidelidade. Com base na extensão desse estatuto de juramento feudal de fidelidade, sujeito a sanções de não cumprimento do contrato de vassalagem, os vassalos e as comunidades urbanas privilegiadas decidiam

aceitar por livre e espontânea vontade um senhor territorial e comprometiam-no a cumprir às obrigações que havia assumido.

A nomeação de um sucessor legítimo era um problema recorrente, devido à alta taxa de mortalidade entre os guerreiros; em geral, o desacordo resultava das diversas regras legais de sucessão e das ramificações familiares complexas. As normas de sucessão, como o direito do primogênito (primogenitura) e admissão (Inglaterra, Castela, Países Baixos) ou exclusão (França, Sacro Império Romano Germânico, Aragão) das mulheres, em teoria foram os indicadores de escolha sucessória, mas não garantiram uma solução adequada ou explícita. Em uma a cada duas sucessões surgiram questionamentos, porque havia diversos candidatos com reivindicações igualmente válidas, ou porque o sucessor era menor de idade, incapaz ou do sexo feminino. Mesmo nos países em que uma mulher tinha direito ao trono, sempre havia opiniões contrárias sobre seu marido e as reivindicações dele. Nesse contexto, nos quais os súditos eram convocados para aceitar um novo governante, eles tinham a oportunidade de impor sua preferência e estabelecer condições para o acordo a ser assinado. Isso se aplicou ainda com mais força nas regiões onde a realeza, por definição, era eleita, como no Império Germânico e em seus reinos originalmente vassalos da Boêmia, da Hungria e da Polônia, assim como na Suécia. Até que os Habsburgo instituísem a monarquia hereditária, na prática, depois de 1438, a disputa eleitoral sempre despertava intensa rivalidade entre as mais importantes casas principescas, enfraquecendo a realeza. O intenso debate em torno da sucessão do Imperador Maximiliano I levou seu neto Carlos V a aceitar, em 1519, uma série de condições e restrições ao seu poder.

A partir do século XII, era evidente em toda a Europa que os representantes de diferentes propriedades, incluindo burgueses, estavam envolvidos no reconhecimento de um governante e na formulação de regras básicas de seu governo. Porém não na França, porque até 1328 a sucessão na dinastia dos Capetos transcorreu sem problemas e quando a dinastia desapareceu, apenas 12 nobres, seis bispos e seis duques preferiram Felipe de Valois, em vez de Eduardo III da Inglaterra, porque ele era um “príncipe natural”. Felipe era, na verdade, membro de uma linhagem masculina que nascera e fora criada no país desde tempos imemoriais.

Em 1135 Afonso VII proclamou-se imperador da Espanha, diante de uma assembleia solene composta de dignitários eclesiásticos importantes, grandes barões e “juizes”, que possivelmente eram os representantes eleitos das cidades. Sem dúvida, essa representação ocorreu em 1187, quando os governos de 50 cidades participaram da reunião do conselho real de Castela, que confirmou o direito à sucessão de Berenguela e seu contrato de casamento com Conrado de Hohenstaufen. Um ano mais tarde, depois de

uma sucessão ao trono muito disputada, D. Afonso IX de Leão prometeu diante de “arcebispos, bispos, ordens religiosas, condes e outros nobres do reino, assim como os burgueses eleitos das cidades” a respeitar os bons costumes e só tomar decisões sobre a guerra e a paz após discussões com “os bispos, nobres e pais de família”. A assembleia, por sua vez, jurou fidelidade e manter a lei e a paz no reino. No reino vizinho de Aragão, a *cortes* (assembleia das propriedades) reunia-se com regularidade a partir de meados do século XII, com mais de uma centena de membros, alguns deles das cidades. A *cortes* tratava de questões políticas, como a manutenção da ordem, a administração da justiça, a tributação e a cunhagem de moedas. Em 1214 uma *cortes* geral constituída por “barões, cavaleiros, burgueses e vassalos dos castelos e vilarejos”, jurou fidelidade ao rei menor de idade, James, em troca de vantagens financeiras e jurídicas. Quando a dinastia estava em crise, como aconteceu em Castela-Leão entre 1275 e 1325, a *cortes* expôs suas queixas sobre diversos assuntos no reino e, portanto, influenciou o governo a escolher um pretendente rival ao trono. Os extensos direitos adquiridos pelos nobres e pelas cidades espanholas com a Reconquista deram-lhes uma base mais sólida nas suas relações com a coroa do que com seus pares no resto da Europa. Em Aragão, onde as instituições feudais estavam em pleno desenvolvimento, essa tendência era ainda mais visível do que em Castela, onde o feudalismo esteve ausente na estruturação das relações de poder.

Em Flandres, representantes da nobreza e das grandes cidades já haviam dado um passo à frente em 1128. Eles exigiram uma reparação pública por todas as injustiças cometidas por Guilherme da Normandia, um conde que lhes tinha sido imposto por seu senhor soberano, Luís VI da França, e que, em pouco tempo, violara todos os privilégios que lhes concedera e as obrigações que jurara cumprir por ocasião de sua investidura. Eles propuseram que os conflitos fossem levados a um tribunal especial de justiça, composto por homens iminentes de cada um dos três poderes. Nesse julgamento eles decidiriam se o conde de fato violara os direitos de seus súditos e recusara-se a reparar as violações e, em seguida, iriam depor o conde que cometera perjúrio e buscariam um candidato mais adequado. A reunião proposta nunca ocorreu porque o Conde Guilherme reagiu, como na antiga tradição da cavalaria, e foi assassinado. Pela primeira vez o princípio do juramento de fidelidade, que vincula um príncipe às relações legais acordadas, foi formulado, e o direito feudal de resistência aplicou-se ao governo em todo o seu território. Por conseguinte, no caso de violação, ele perderia a fidelidade não só de seus vassalos, mas de todos os seus súditos e também de seu cargo (ver p. 263-264). Esse princípio seria, mais tarde, aplicado em Brabante em 1420 e nos Países Baixos na “abjuração” de Felipe II de Espanha (1580-1581) e, por influência das revoluções inglesas do século

XVII, seria incorporado como processo de *impeachment* na Constituição americana. Em essência, a famosa Magna Carta de 1215 foi também uma lista de reclamações que os vassalos do Rei João I dirigiram por violar a lei feudal. Londres foi a única cidade mencionada. A deposição e execução de Eduardo II em 1327 e de Ricardo II em 1399 foram apoiadas por procedimentos similares realizados no parlamento, embora muitas vezes tenham sido deturpados por rivalidades entre as grandes famílias. Nas regiões urbanizadas, os burgueses não esperavam que seus príncipes tivessem problemas dinásticos para criar estruturas consultivas, em nível regional e inter-regional. Assim, eles ocupavam-se de seus próprios interesses comerciais com todas as implicações de cunhagem, administração da justiça e segurança. Se esses interesses fossem prejudicados por seus príncipes ou príncipes estrangeiros, então os burgueses encaminhavam suas queixas e pedidos até eles por intermédio de um órgão coletivo, forçando-os a atendê-los, às vezes por meio de concessões financeiras e, se necessário, por boicotes ou represálias. Visto que as rotas de comércio terrestres ou marítimas no exterior atravessavam várias jurisdições, os governos das cidades comerciais funcionavam em associações muito distantes das territoriais. Enquanto os príncipes não mostravam nenhum interesse na política econômica, que foi o caso da maioria deles até o século XV, os comerciantes usufruíam de muita liberdade econômica. Mas com as tentativas de constituir territórios e a expansão dos instrumentos do Estado os comerciantes entraram em conflito com os príncipes. Os pontos característicos de atrito foram os efeitos nocivos das guerras dinásticas sobre as relações comerciais, a cobrança de pedágios, a prisão de comerciantes estrangeiros por oficiais da justiça de um príncipe e a desvalorização da moeda.

Com as associações, os privilégios, as guildas dos comerciantes e seus sistemas jurídicos, as cidades comerciais haviam criado estruturas sólidas que, em grande parte, funcionavam de forma independente da monarquia. Elas não podiam ser ignoradas com facilidade pelos novos instrumentos do Estado, porque tinham uma grande quantidade de conhecimento especializado e contatos, e não estavam dispostas a cedê-los de graça. Os governos foram, assim, obrigados a negociar com as organizações representativas urbanas que tinham uma longa tradição de representação autônoma e dinheiro. No momento em que seus governos foram incorporados a estruturas do Estado mais rígidas surgiu uma excelente oportunidade para exercer essa representação. Por esse motivo, essas organizações representativas desempenhavam um papel marcante em acontecimentos puramente políticos, como crises de sucessão em regiões como Aragão, Flandres e Brabante.

A sobrevivência do funcionamento eficaz das instituições representativas dependia tanto da pressão externa quanto das estruturas sociais, eco-

nômicas e políticas das regiões em questão. O parlamento da Inglaterra deveu sua excepcional continuidade (apesar de algumas interrupções de vários anos no final do século XV) à sólida base de sua representação nos condados e burgos, onde a tradição da participação dos súditos remontava ao tempo dos reis anglo-saxões. Até mesmo os Estados mais centralizados não podiam eliminar completamente os fortes e tradicionais sistemas de representação. Todos os territórios recém-incorporados mantiveram seus direitos tradicionais: por exemplo, na França, os normandos receberam a sua carta constitucional em 1315; Lorena em 1766. Também na França, as assembleias de estado da Borgonha e de Languedoc funcionaram até o final do século XVIII, até o *ancien régime*. Isso ocorreu também no sul dos Países Baixos sob o domínio dos Habsburgo.

Em suas origens, as instituições representativas foram um reflexo das relações de poder em uma determinada região. No entanto, como todas as instituições humanas tinham uma tendência a se cristalizar e tornar-se oligárquicas. Grupos estabelecidos preocupavam-se com seus próprios interesses, por vezes até em detrimento de outras categorias. Eles assumiram uma posição corporativa, como representantes de um grupo específico, a cujos interesses eles serviram de forma exclusiva, sem levar em consideração os interesses dos seus vizinhos ou membros de outros domínios senhoriais. Assim, após o século XV, os representantes das cidades já não podiam ser considerados membros de uma burguesia dinâmica comercial. Em muitos casos, eles estavam tão acostumados com a estrutura consultiva que se tornavam clientes locais da monarquia, no sistema de "pacto" já mencionado. Essa relação certamente se manifestou nas terras ocupadas pelas coroas de Aragão e Castela, quando as revoltas de *Germanías* e *Comuneros* eclodiram entre 1519 e 1523. As revoltas começaram como uma resistência política por parte da cavalaria urbana insatisfeita com os anos de um governo ineficaz, agravados por reivindicações excessivas feitas pelos seguidores do jovem rei e futuro imperador Carlos V de Habsburgo. Quando as revoltas radicalizaram-se ainda mais e a elas se juntaram os membros das guildas de artesãos e camponeses, as tropas reais as reprimiram brutalmente.

Esse sistema de representação dependia muito dos representantes. Nas cidades, se eles fossem simples indivíduos com a expectativa de obter um título de nobreza, então eles corriam o risco de seus súditos enviarem uma petição diretamente ao rei, ou, ainda pior, de que fossem eliminados por revoltas. Seu papel como intermediário entre o centro e a periferia do Estado, então, sofreria um terrível golpe. Dois tipos de fatores aumentaram a pressão sobre esses "representantes" a partir do século XV: a expansão da autoridade monárquica limitou a margem de manobra e as guerras continuaram a aumentar as pressões fiscais e militares da Coroa. As duas ten-

dências surgiram ao mesmo tempo, embora a extrema falta de recursos financeiros para a guerra tenha obrigado o Estado a ceder e fazer concessões às elites locais.

Equilíbrio de Poder

Nessa disputa houve, é claro, mais perdedores do que ganhadores. Os inúmeros senhores locais e príncipes territoriais cujas terras foram incorporadas por unidades mais competitivas, estavam entre os perdedores no processo de formação do Estado. Nesse contexto, vemos uma maior eficiência dentro do mesmo tipo de domínio. Entretanto, a situação foi diferente do ponto de vista cultural, como no caso dos galeses, irlandeses e boêmios, cujas línguas foram proibidas nas cerimônias religiosas da Igreja, no governo e na lei; os muçulmanos, que se tornaram cidadãos com uma posição inferior em Castela, Portugal e nas terras sob o domínio da Coroa de Aragão; e os cristãos nos Bálcãs após as conquistas otomanas. A classe alemã com um *status* mais elevado das cidades da Europa central e do Báltico e nas áreas rurais da Prússia foi inescrupulosa em sua discriminação contra a população eslava. Perdeu-se uma grande parte da autonomia urbana no processo de fortalecimento do poder do Estado, porque os príncipes conquistaram uma grande influência na composição do governo da cidade, no exercício dos poderes jurídicos e na despesa financeira. É evidente que não houve questionamento em relação à atividade militar independente do contexto do Estado. As rebeliões foram reprimidas pela força superior.

No entanto, apesar das repressões o século XIV caracterizou-se por muitas rebeliões. Um grande número de revoltas camponesas eclodiu em Flandres ocidental (1323-1328), a Jacquerie no centro da França (1358), e outras na Inglaterra (1381) e em grande parte do Sacro Império Romano Germânico (1524-1526), como vimos no Capítulo 13. Em todos os casos, a revolta recebeu o apoio do proletariado de uma grande cidade (Bruges, Paris, Londres e Mogúncia, respectivamente), o que tornava ainda mais grave a ameaça à ordem estabelecida. Um dos motivos por trás dessas rebeliões foi a oposição ao aumento da carga fiscal imposta pelos Estados para financiar suas guerras.

Embora houvesse uma forte concentração de pessoas e de capital nas cidades, elas foram obrigadas a abandonar em grande parte sua autonomia para as monarquias porque, exceto na Itália setentrional e central, os Estados aos poucos passaram a ter à sua disposição mais meios de exercer o poder. Enquanto os orçamentos das cidades como Ghent e Louvain eram mais ou menos iguais aos orçamentos do conde de Flandres e do duque de Brabante, respectivamente, no século XIV, a expansão territorial e as imposições fiscais sistemáticas favoreciam os príncipes. As cidades raramente

conseguiram cooperar de forma eficaz por certo período de tempo, a fim de contrabalançar a situação. As unificações de cidades alemãs em regiões como a Suábia, a Alsácia e o Alto Reno, que queriam proteger determinados interesses comuns dos seus burgueses em relação aos poderes feudais, não conseguiram manter um clima genuíno de solidariedade entre elas. Até mesmo na Hanse alemã, uma grande liga urbana, na maioria das vezes os interesses dos grupos regionais tinham divergências profundas, às vezes diametralmente opostas. Por esse motivo, uma ação de fato coordenada só seria possível em circunstâncias excepcionais. Sem dúvida, os membros desses grupos não se apoiariam mutuamente em conflitos puramente políticos com os príncipes dos arredores.

O fortalecimento do poder do Estado foi, portanto, um padrão predominante na baixa Idade Média. Os Estados sempre ocuparam territórios mais extensos, concentraram uma superioridade de exercer a violência em relação a outros núcleos de poder na sociedade, e mobilizaram funcionários para manter a lei e recolher os impostos. Essa característica dos Estados revelou-se com mais intensidade na Inglaterra, na Polônia, na França e na Espanha.

No Império Germânico, diversos príncipes territoriais fortaleceram suas posições em detrimento de concorrentes mais fracos e das cidades, mas as constantes e mutáveis coalizões entre as dezenas de unidades territoriais impediram que houvesse uma verdadeira concentração territorial. O império perdeu áreas consideráveis devido à falta de coesão em sua periferia. Os principados imperiais nos Países Baixos foram anexados em um excepcional e poderoso complexo sob o domínio da dinastia de Borgonha-Habsburgo. A Alsácia, Lotaríngia (Lorena), Franco-Condado, Dauphiné e Provença ficaram na esfera de influência da França. A Confederação Suíça separou-se aos poucos do império até sua separação formal em 1501. Sob o governo do Imperador Carlos IV em 1373, cujo nome foi dado à famosa ponte em Praga, o reino da Boêmia conseguiu anexar as extensas áreas que se estendiam de Brandemburgo a Lausitz, Silésia, Morávia, Áustria, Estíria, Caríntia e Tirol. A dinastia dos Habsburgo suplantou a casa de Luxemburgo e, em 1526, reconquistou todas as regiões *heim ins Reich* por meio de casamentos estratégicos. No mesmo ano, a maior parte da Hungria foi conquistada pelo Império Otomano, que dominara toda a região dos Balcãs entre 1355 e 1470, provocando um êxodo massivo de cristãos.

A ampliação do poder dos Estados monárquicos não se realizou apenas à custa dos senhores locais e territoriais, dos príncipes e das cidades. A Igreja também perdeu prestígio em todos os níveis durante os séculos XIV e XV. O ideal da cruzada foi rebaixado, no século XIII, à condição de uma arma europeia apenas política e interna e desapareceu no reino da

ficção. A reivindicação universalista dos papas, por fim, empacou na oposição francesa, causando uma divisão territorial profunda da Igreja, que passou a depender dos governantes temporais e a servir aos seus interesses de forma mais direta. A propriedade da Igreja a partir dessa época foi tributada com regularidade. Cidades e Estados assumiram um número crescente de funções exercidas antes pela Igreja. Os tribunais seculares de justiça pronunciavam-se sobre questões de casamento e heresia; a organização de assistência aos pobres e aos cuidados com a saúde ficou cada vez mais a cargo de leigos; o cuidado com os pobres e os enfermos, que, originalmente, fora uma atividade dos claustros e das paróquias, agora era controlada por pessoas laicas. A autoridade moral do papa reduziu-se expressivamente com a aplicação magnânima do princípio de concessão de indulgências (uma redução do castigo na vida após a morte para os pecados cometidos na Terra) e dispensa para o nascimento ilegítimo e do casamento entre parentes próximos. Como era possível comprar esses favores, as pessoas que podiam pagá-los usavam-nos como um meio de alcançar outros objetivos. A tendência geral indicava o caminho da secularização e um número crescente de assuntos não tinha mais uma dimensão religiosa, e sim eram vistos como questões humanas ou materiais. Embora o papel da Igreja não tenha sido esgotado, ela havia perdido sua supremacia e até mesmo sua independência em relação aos poderosos governantes seculares.

Mas cabe ressaltar diante do exposto que, em 1500, assim como em 1800, não havia ainda um único tipo de Estado na Europa. A expansão do Sacro Império Germânico e da Itália foi refreada pelo equilíbrio de poder existente entre diversas unidades políticas. A integração a unidades maiores raras vezes significava a revogação do direito consuetudinário e das instituições. Os Estados mais fortes tinham uma economia comercial moderna, e dispunham de recursos mais flexíveis do que uma economia agrária tradicional, como a da Polônia e a da Dinamarca. Na Itália, a classe média de comerciantes controlou as cidades durante o chamado “período comunal”, mas, a partir de meados do século XIV, a tendência de investir em terras e nos direitos senhoriais criou a *signorie*, ou até mesmo de um governo monárquico absoluto. O capital comercial não estava ligado a um determinado lugar ou a um território definido. Se a falta de segurança, o não reembolso de dívidas reais, a pesada carga tributária ou os salários excessivamente altos criassem condições não atraentes para os investidores em busca de lucros, eles procuravam refúgio em outros lugares e a economia local entrava em colapso. Os príncipes não conseguiam controlar os capitalistas e, como sua subsistência dependia do crédito deles, não podiam cercear suas atividades. Esse modelo heterogêneo ofereceria melhores oportunidades no futuro.

CONTRASTES. NOVOS IMPÉRIOS NO ORIENTE: A DINASTIA RIURIKID NA RÚSSIA E O IMPÉRIO OTOMANO

A Dinastia Riurikid na Rússia

Quando falamos da Rússia medieval, referimo-nos, na verdade, a uma confederação de principados que surgiram a partir do original Rus', ou principado viking em torno de Kiev (ver Capítulo 5). Em geral, na Europa oriental só os descendentes do sexo masculino do lendário primeiro governante escandinavo de Kiev, Riurik, estavam qualificados a possuir uma das unidades territoriais em constante mudança, formadas ao longo dos séculos em um processo de expansão territorial, subdivisão e perda. Por essa razão, a Rússia medieval denominou-se Rússia Riurikid, que se prolongou sem interrupção até 1598, quando Fiódor, o filho mentalmente incapaz do czar Ivan o Terrível, morreu sem deixar herdeiros. À época, a tradição original da sucessão colateral por geração, explicada nas p. 481-482, fora há muito tempo substituída pela sucessão vertical na linhagem masculina. Certo grau de unidade entre os principados da dinastia Riurikid foi mantido pelo reconhecimento de seu líder dinástico como grão-príncipe "de todos os Rus", um título atribuído ao domínio senhorial de Kiev, depois ao de Vladimir, na área de Suzdal, a leste de Moscou. Essa redistribuição da base titular do grande principado foi significativa para a gradual mudança do poder vigente no nordeste da Rússia Riurikid, uma tendência ainda mais enfatizada depois que muitos principados ocidentais foram conquistados pela Lituânia e os restantes permaneceram sob a suserania mongol. O desenvolvimento da suserania mongol foi resultado da conquista das estepes ocidentais da Ásia Central pelo exército mongol do neto de Gengis Khan, Batu, que exerceu um domínio férreo sobre toda a área a oeste dos Urais. A sede principal dessa região, conhecida como a Horda Dourada, localizava-se na cidade de Sarai, perto da foz do Volga, e sua existência prolongou-se até o início do século XV. Para os principados russos, mesmo os que ao longo do tempo foram conquistados pelos lituanos, a hegemonia da Horda Dourada significava que nenhum príncipe podia governar sem o consentimento formal e escrito da Mongólia (chamado *iarylys* ou "permissão de governar"), e que todos estavam obrigados a pagar tributo aos seus senhores mongóis em dinheiro, bens ou soldados. Alguns príncipes da dinastia Riurikid eram mais cooperativos do que outros, mas de um ponto de vista histórico, a cooperação foi importante, porque durante o período da Horda Dourada os aliados Riurikid mais confiáveis dos cãs mongóis, os príncipes de Moscou, até aquele momento uma cidade insignificante, tornaram-se os governantes mais poderosos da Rússia.

Um fator-chave na ascensão de Moscou, além de sua lealdade irrestrita aos mongóis, foi o controle das rotas de comércio do sul provenientes de Novgorod. Novgorod foi o centro comercial mais importante da Rússia no período da dinastia Riurikid. A cidade era o eixo de todas as trocas comerciais entre o Báltico e a área do Mar Negro, com suas conexões para os mercados italianos e bizantinos do Mediterrâneo, os *souks* do Oriente Médio muçulmano, e a rota da seda para a China. Novgorod foi também a capital de um vasto território do norte, estendendo-se do golfo da Finlândia até as margens do Mar Branco no Ártico, e um eldorado para os produtos valorizados da floresta, como peles de esquilo, madeira, mel e cera. Novgorod tinha uma posição autônoma dentro da confederação russa, e muitas vezes funcionava como uma cidade-estado autônoma e bastante oligárquica. Durante o século XIV, no entanto, Moscou e Lituânia começaram a exercer pressão sobre essa autonomia, até que em 1478, Novgorod foi incorporada ao novo Estado moscovita, seus bens foram confiscados e as suas propriedades territoriais passaram a integrar o Estado moscovita. Nesse período crucial, o principado moscovita assim como o título de grão-príncipe de Vladimir já estavam nas mãos do ramo Danilovich da dinastia Riurikid, a primeira a ter adotado a sucessão vertical. O nome dos Danilovich inspirou-se em Danil, o filho mais novo do príncipe mais famoso de Moscou, Alexander “Nevsky”, que, em torno de 1240, reprimira as ambições expansionistas suecas e alemãs na região de Novgorod. Mas só depois de dois séculos, quando o domínio mongol diminuiu e o imperialismo lituano perdeu seu vigor, os grão-príncipes de Moscou concretizaram suas ambições territoriais. Em torno da metade do século XVI, o império russo-moscovita estendia-se do Rio Ob, a nordeste, até bem próximo do Mar de Azov, ao sul. Uma nova superpotência havia nascido e, em breve, o mundo ficaria ciente disso. Após a queda de Constantinopla em 1453, Moscou foi seu sucessor e novo líder da Igreja Ortodoxa. O grão-príncipe Ivan III (1462-1505) casou-se com a princesa bizantina Sofia Paleóloga. A partir de 1520, das reivindicações moscovitas surgiu a “teoria da terceira Roma”. Em 1547 Ivan, o Terrível foi o primeiro governante da Rússia a ser coroado com o título de czar (do latim *Caesar*, “César”), como se ele fosse o legítimo herdeiro e sucessor dos imperadores romanos. Sua capital, Moscou, talvez tenha sido um pálido reflexo de Constantinopla no auge de sua glória, mas sem dúvida foi uma cidade próspera, com uns 100 mil habitantes ou mais no início do século XVI, três vezes mais que Novgorod naquele momento.

A Moscou dos Danilovich desenvolveu todas as características de um Estado pré-moderno discutidas neste capítulo como, por exemplo, um governo centralizado e burocrático com um elevado nível de documentação

escrita para apoiar a tributação fiscal e a administração pública; havia uma clara hierarquia jurisdicional (com o grão-príncipe atuando como juiz supremo); os principados territoriais foram substituídos por províncias e distritos rurais administrados por governadores nomeados e chefes de distrito, que tinham pequenas equipes de funcionários; para tarefas especiais, os funcionários eram nomeados pelo governo central. O governo arrecadava impostos e o exército aos poucos se modernizou por meio da centralização de recrutamento e comando, atribuindo o maior controle dos recursos militares ao czar e, assim, reduziu a importância das comitivas militares privadas dos príncipes e boiardos. O núcleo do exército moscovita compunha-se de soldados profissionais que, a partir de Ivan III, eram cada vez mais recompensados com terras confiscadas.

A característica mais notável do sistema político moscovita foi a concepção de lealdade ao Estado, segundo a qual se presumia que toda a elite era ministerial, no sentido literal de ser um “servo” do grão-príncipe ou do czar. Além disso, havia uma hierarquia na qual cada membro da elite política tinha um lugar atribuído por meio de um intrincado sistema de classificação por mérito, chamado *mestnichestvo*. Todos os membros da alta nobreza de boiardos e *okol’nichii* eram nomeados pelo czar para exercerem funções jurídicas, ao passo que o conselho do czar ou *duma* consistia em 10 a 15 nobres de alta linhagem. Essa nobreza provinha, em parte, das antigas famílias principescas da dinastia Riurikid e também de famílias aristocráticas sem título de nobreza.

A Formação do Império Otomano

Apesar da importância em grande parte simbólica da conquista de Constantinopla pelos turcos em 29 de maio de 1453, ela simbolizou mais o fim do Império Romano do Oriente ou Império Bizantino do que o início de um novo império. Na verdade, os primeiros passos na formação do Império Otomano, que dominaria regiões extensas da Europa, da Ásia e da África até 1918, começaram no início do século XIV. O principado famoso de Osman, localizado no noroeste da Anatólia, foi um dos muitos estados turcos criados após a derrota dos mongóis pelos turcos mamelucos em 1260, que governaram a Síria, o Egito e a costa saudita do Mar Vermelho. Mais tarde essas regiões foram anexadas pelos otomanos.

Primeiro os otomanos estenderam seu poder ao longo do Estreito de Dardanelos e de toda a costa sul do Mar de Mármara, uma área que teve uma importância estratégica para o Império Bizantino. Em 1326 eles estabeleceram sua capital em Bursa, de onde podiam controlar o acesso a Constantinopla, tanto da Anatólia quanto do Ocidente. Em torno de 1350, seus exércitos fizeram manobras em solo europeu, a serviço do imperador



Mapa 14.3 Ascensão do Império Otomano

bizantino, o que beneficiou os otomanos ao conquistarem Galípoli, do lado europeu do Estreito, em 1354, e Adrianópolis, na Bulgária, em 1361; cinco anos depois Adrianópolis converteu-se em sua capital. Além do norte da Anatólia, os Bálcãs seriam a área mais importante para sua expansão no século XIV. Os otomanos derrotaram em 1389 os príncipes sérvios na Batalha dos Melros, em Kosovo. Em 1393, os otomanos conquistaram a Bulgária, a Macedônia e a Tessália. A cruzada de 1396, sob a liderança do rei da Hungria, Sigismundo, resultou em uma derrota esmagadora para os cristãos em Nicópolis, no Danúbio; a Valáquia, ao norte do Danúbio, tornou-se um estado vassalo da Turquia.

O segredo do sucesso dos otomanos residia no fato de que, enquanto seu Estado e exército eram muito bem organizados, seus adversários estavam divididos e enfraquecidos. Por razões religiosas e políticas, a batalha ao longo dos séculos, travada pelos bizantinos nos Bálcãs, em sua maior parte contra exércitos de mercenários, prejudicava a todos os envolvidos nos conflitos. A partir do século XIV, a região foi atingida por graves epidemias de peste. A população nativa não era mais hostil aos otomanos do que aos gregos, devido ao importante povoamento turco na Bulgária durante o século XIV.

O avanço mongol, sob o comando de Timur Lang, em 1402, conteve a expansão otomana por cerca de 20 anos. Depois da saída dos otomanos a Anatólia desmembrou-se de novo em uma série de principados, até que uma reorganização por iniciativa de Bursa sob a regência de Mourad II (1421-1451) possibilitou novas conquistas, primeiro na Anatólia e depois nos Bálcãs. Apesar da forte resistência, os húngaros e os albaneses sofreram uma terrível derrota em 1444 e 1448, que abriu caminho para a anexação

da Sérvia, da Albânia e de Moreia (Peloponeso) ao Império Otomano. Privada da região no interior do império e cercada por galeras turcas, Constantinopla rendeu-se em 1453, quando a artilharia inimiga entrou em suas antigas muralhas. Caffa, a última colônia genovesa de comércio no Mar Negro, foi conquistada pelos turcos em 1475, mas os venezianos continuaram a defender por muitos anos seus povoamentos nas ilhas e ao longo das costas do Adriático e do Mar Egeu. Depois de conquistar as regiões dos turcos mamelucos, assim como os lugares santos do Islã, em 1517, os otomanos organizaram uma nova ofensiva em direção à Europa central. O rei da Hungria morreu na Batalha de Mohács em 1526, e a Bósnia e a maior parte da Hungria foram ocupadas pelos exércitos otomanos do sultão e califa Suleiman II.

As conquistas sistemáticas otomanas por mais de dois séculos resultaram na criação de um império islâmico que se estendia por uma área imensa e que durou cinco séculos. A rigorosa organização militar foi essencial para o sucesso do Império Otomano. Os sultões tinham uma guarda pessoal permanente de soldados de infantaria, os janízaros (do turco *yeni cheri*, “novas tropas”). Como remuneração os cavaleiros recebiam o direito de cobrar impostos de uma determinada região, mas essa concessão era suficiente apenas para manter um pequeno número de janízaros, e era submetida a um controle rígido. Os sultões recrutavam funcionários importantes entre os servos, muitas vezes escravos para suas cortes, que permaneceriam leais e não formariam de imediato uma aristocracia guerreira. O sultão e sua família apresentavam-se como líderes religiosos, mantinham uma cuidadosa vigilância sobre todos os aspectos da vida religiosa e impuseram uma Igreja do Estado. Assim, suas guerras foram conduzidas como guerras santas, e nesse contexto, e com sua abordagem dinástica forte, os otomanos conseguiram superar as diferenças tradicionais entre sunitas e xiitas. Eles também foram capazes de envolver os povos subjugados no governo e na guerra, a fim de assegurar sua lealdade. As mesquitas e escolas corânicas foram criadas em todos os lugares conquistados, mas os povos submetidos tinham liberdade para escolher sua religião. O sucessor do sultão era escolhido entre os filhos do harém de mulheres, a maioria das quais eram escravas e, muitas vezes, oriundas da Geórgia.

Todo o sistema de guerra e da burocracia do Estado só foi possível porque o Império Otomano usou as tradições de governo existentes nas regiões dominadas e, quando necessário, deu-lhes um novo estímulo pessoal e religioso. Os otomanos beneficiaram-se da economia florescente do império. A paz interna e externa garantiu receitas fiscais mais elevadas do que durante os últimos séculos de guerras constantes.

Por que, podemos perguntar, as diversas tentativas de formação de um império na Europa ocidental e central fracassaram? A comparação com a formação dos impérios otomano e russo revela as seguintes diferenças:

- O Cristianismo, a religião predominante no Ocidente a partir do século V, era exclusivista, ao passo que o Islã era tolerante, eliminando assim uma das razões de oposição.
- Em muitos casos, o Cristianismo estava enraizado na Europa ocidental antes da formação dos reinos, enquanto o Império Otomano expandiu-se em um contexto já islamizado, mas na sua expansão o Islã e a autoridade política foram impostos em conjunto.
- O componente europeu do Império Otomano foi criado por guerreiros controlados pelo poder central e altamente motivados por uma crença religiosa. Na Europa ocidental os reinos desenvolveram-se com muito mais dificuldade e heterogeneidade, além do vínculo apenas parcial com o Cristianismo.
- A formação dos reinos do Ocidente realizou-se ao longo de vários séculos a partir de uma multiplicidade de núcleos de expansão que, conforme cresciam, também se contrabalançavam. Por sua vez, o Império Otomano impôs seu sistema externo como um poder superior em todos os aspectos em menos de dois séculos.
- Os Estados da Europa ocidental foram formados em um processo prolongado de centralização de funções, no qual a concentração de recursos sempre foi inadequada. Desde o início, o Império Otomano foi capaz de canalizar um fluxo forte e concentrado de recursos para suas conquistas e a fim de recompensar seus funcionários, o que evitou uma descentralização do poder, pelo menos durante o período de expansão.

As circunstâncias básicas das duas evoluções foram tão diferentes que seria inútil especular sobre as chances de sucesso da formação de um império no Ocidente.

LEITURA SUGERIDA

- ALLMAND, Christopher. *The Hundred Years War. England and France at War, c. 1300-c. 1450*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. *Henry V. Berkeley*: University of California Press, 1992.
- ARNOLD, Benjamin. *Princes and Territories in Medieval Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

- BARTUSIS, Mark C. *The Late Byzantine Army. Arms and Society, 1204-1453*. Filadélfia, Pa. Pennsylvania State University Press, 1992.
- BEAN, J. M. W. *From Lord to Patron: Lordship in Late Medieval England*. Manchester: Manchester University Press, 1989.
- BLOCKMANS, Wim; PREVENIER, Walter. *The Promised Lands: The Low Countries under Burgundian Rule, 1369-1530*. Filadélfia, Pa.:University of Pennsylvania Press, 1999 (original holandês de 1997).
- BRAND, Paul. *Kings, Barons and Justices: The Making and Enforcement of Legislation in Thirteenth-Century England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BROWN, A. L. *The Governance of Late-Medieval England, 1272-1461*. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1989.
- BROWN, Michael. *The Wars of Scotland, 1214-1371*. Edimburgo e Nova York: Edinburgh University Press/Columbia University Press, 2004.
- BURLEIGH, Michael. *Prussian Society and the German Order: An Aristocratic Corporation in Crisis, c. 1410-1466*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- BURNS, J. H. *Lordship, Kingdom and Empire: The Idea of Monarchy, 1400-1525*. Oxford: Clarendon, 1992.
- CARPENTER, Christine. *The Wars of the Roses: Politics and the Constitution in England, c. 1477-1509*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- CONNELL, William J.; ZORZI, Andrea (Orgs.). *Florentine Tuscany: Structures and Practices of Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- DEVRIES, Kelly. *Infantry Warfare in the Early Fourteenth Century: Discipline, Tactics and Technology*. Woodbridge: Boydell, 1996.
- ENGEL, Pal. *The Realm of St. Stephen: A History of Medieval Hungary*. 2. ed. Londres e Nova York: I. B. Tauris, 2005.
- ETTING, Vivian. *Queen Margrete I (1353-1412) and the Founding of the Nordic Union*. Leiden: Brill, 2004.
- FRANKLIN, Simon; SHEPARD, Jonathan. *The Emergence of Rus, 750-1200*. Londres e Nova York: Longman, 1996.
- GIVEN-WILSON, Chris. *The English Nobility in the Late Middle Ages. The Fourteenth-Century Political Community*. Londres e Nova York: Routledge, 1987.
- GOMES, Rita Costa. *The Making of a Court Society: Kings and Nobles in Late Medieval Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- GUENÉE, Bernard. *States and Rulers in Later Medieval Europe*. Oxford: Blackwell, 1985 (original francês de 1971).
- HARRISS, Gerald. *Shaping the Nation: England 1360-1461*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HEER, Friedrich. *The Holy Roman Empire*. Londres: Phoenix Press, 1995 (original Alemão de 1967).
- HORROX, Rosemary. *Richard III: A Study of Service*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- IMBER, Colin. *The Ottoman Empire, 1300-1481*. Istambul: ISIS Press, 1990.
- . *The Ottoman Empire, 1300-1650*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002.
- INALCIK, Halil. *The Ottoman Empire: The Classical Age, 1300-1600*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1973 (original turco).
- . *An Economic and Social History of the Ottoman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, v. 1 –1300-1600.

- KAEUPER, Richard W. *War, Justice and Public Order: England and France in the Later Middle Ages*. Oxford: Clarendon, 1988.
- KAFADAR, Cemal. *Between Two Worlds: The Construction of the Ottoman State*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- KELLY, Samantha. *The New Solomon: Robert of Naples (1309-1343) and Fourteenth-Century Kingship*. Leiden e Boston, Mass. Boston: Brill, 2003.
- KIRSHNER, Julius (Org.). *The Origins of the State in Italy, 1300-1600*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1995.
- KNECHT, Robert. *The Valois Kings of France, 1328-1589*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- KNOLL, Paul W. *The Rise of the Polish Monarchy: Piast Poland in East Central Europe, 1320-1370*. Chicago, Ill. e Londres: Chicago University Press, 1972.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *The Royal French State, 1460-1610*. Oxford: Blackwell, 1994 (original francês de 1987).
- MARTIN, Janet L. B. *Medieval Russia, 980-1584*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MARTINES, Lauro. *Power and Imagination. City-States in Renaissance Italy*. 2. ed. Londres: Pimlico, 2002.
- MCFARLANE, Kenneth Bruce. *England in the Fifteenth Century: Collected Essays*. Introdução de G. L. Harriss. Londres: Hambledon Press, 1981.
- NICOL, D. M. *The Last Centuries of Byzantium, 1261-1453*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ORMROD, W. M. *The Reign of Edward III: Crown and Political Society in England, 1327-1377*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1990.
- _____. *Political Life in Medieval England, 1300-1450*. Basingstoke e Nova York: Macmillan/St Martin's Press, 1995.
- OSTROWSKI, Donald. *Muscovy and the Mongols: Cross-Cultural Influences on the Steppe Frontier, 1304-1589*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- PERNOUD, Régine; CLIN, Marie-Véronique. *Joan of Arc: Her Story*. 2. ed. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 2000.
- POTTER, David. *A History of France, 1460-1560: The Emergence of a Nation-State*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1995.
- PRESTWICH, Michael. *Edward I*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1997.
- _____. *The Three Edwards: War and State in England, 1272-1377*. 2. ed. Londres e Nova York: Routledge, 2003.
- RABAN, Sandra. *England under Edward I and Edward II, 1259-1327*. Oxford e Malden, Mass.: Blackwell, 2000.
- ROSE, Susan; KEKEWICH, Margaret L. *Britain, France and the Empire, 1350-1500*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.
- ROWELL, S. C. *Lithuania Ascending: A Pagan Empire within East-Central Europe, 1295-1345*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- SAUL, Nigel. *Richard II*. New Haven, Conn. e Londres: Yale University Press, 1997.
- STRAYER, Joseph R. *The Reign of Philip the Fair*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1980.
- SUGAR, Peter F. *Southeastern Europe under Ottoman Rule, 1354-1804*. Seattle e Londres: University of Washington Press, 1977.
- TILLY, Charles. *Coercion, Capital and European States, 990-1990*. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1990.

- TUCK, Anthony. *Crown and Nobility: England, 1272-1461*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1999.
- VALE, Malcolm. *War and Chivalry: Warfare and Aristocratic Culture in England, France and Burgundy at the End of the Middle Ages*. Londres: Duckworth, 1981.
- _____. *The Princely Court: Medieval Courts and Culture in North-West Europe (1270-1380)*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2001.
- VAUGHAN, Richard. *Philip the Good: The Apogee of Burgundy*. 2. ed. Woodbridge: Boydell, 2004.
- _____. *Charles the Bold: The Last Valois Duke of Burgundy*. 2. ed. Woodbridge: Boydell, 2004.
- _____. *Philip the Bold: The Foundation of the Burgundian State*. 2. ed. Woodbridge: Boydell, 2005.
- _____. *John the Fearless: The Growth Burgundian Power*. 2. ed. Woodbridge: Boydell, 2005.
- VERNIER, Richard. *The Flower of Chivalry: Bertrand du Guesclin and the Hundred Years War*. Woodbridge and Rochester, NY: Boydell & Brewer, 2003.
- WHEELER, Bonnie; WOODS, Charles T. (Orgs.). *Fresh Verdicts on Joan of Arc*. Nova York: Garland, 1996.
- WOLFFE, B. P. *Henry VI*. Londres: Eyre Methuen, 1981.
- WOOD, Charles T. *Joan of Arc and Richard III: Sex, Saints and Government in the Middle Ages*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1988.

A CRISE NA IGREJA E A REORIENTAÇÃO DOS FIÉIS, 1250-1500

QUEM LIDERA O MUNDO CRISTÃO?

No final do século XIII aos poucos ficou claro que as aspirações teocráticas dos papas teriam que finalmente ceder, em favor de um novo tipo de cesarismo eclesiástico, a formação de “igrejas nacionais”, nas quais os reis ou outros governantes seculares exerceriam um controle rígido. A história dos anos 1300 revelou a incompreensão dos papas em Roma em relação às mudanças sociais e políticas do mundo. Graças a essa incompreensão temos alguns dos documentos políticos e ideológicos mais fascinantes da Idade Média, quando a luta entre o papa e o imperador e entre o papa e o rei francês terminou com uma quantidade de polêmicas sem precedentes. O primeiro indício surgiu em 1294, quando o Papa Celestino V abdicou depois de um pontificado de apenas cinco meses; o conflito acabou com a morte do Imperador Luís da Baviera, em 1347.

Na história do papado jamais houve uma diferença tão profunda de personalidade entre dois papas sucessivos como entre Celestino V (1294) e Bonifácio VIII (1294-1303). Ambos foram chamados de anacronismo vivo, ainda que por motivos totalmente diferentes. Celestino, um eremita e espiritualista, surgiu como um candidato conciliatório, mas que ninguém de fato queria, quando o trono do papa ficou vazio após um longo período. Depois de ser proclamado papa, ele ficou tão chocado com a lassidão moral do mundo em que entrara que abdicou o mais rápido possível de sua nova dignidade. Alguns relatos dizem que seu sucessor, o cardeal Benedetto Caetani, um advogado brilhante que ascendeu ao trono papal sob o nome de Bonifácio VIII, o pressionou a abdicar. Logo depois, o homem mundano que Bonifácio sempre fora adotou uma postura em que queria ser exaltado acima desse mundo terreno. E, pela última vez, um papa declarou no Concílio de Latrão que o mais alto poder no mundo pertencia a ele e somente a ele. Por intermédio de bulas papais e de nuncios apostólicos, ele interferiu na alta política dos príncipes temporais da Sicília à Dinamarca, mas foi repellido em todos os lugares.

A atitude agressiva de Bonifácio dirigia-se, sobretudo, ao rei francês, Felipe IV o Belo, ao questioná-lo sobre seus direitos de elevar os impostos do clero francês e de processá-lo nas cortes seculares. As tensões aumentaram, com a promulgação de uma série de bulas radicais, e a última delas, *Unam Sanctam* (1302), rivalizava com a *Dictatus Papae* (1075), promulgada por Gregório VII, que expressava a formulação mais radical jamais feita das reivindicações papais ao poder temporal. Felipe o Belo, que suspeitava que o papa conspirava contra ele com o rei de Aragão, decidiu retirá-lo de cena sob acusação de heresia e, em seguida, planejou raptá-lo para a Itália. A última parte do plano fracassou, embora um destacamento de soldados franco-italiano comandado por um amigo íntimo de Felipe, Guilherme de Nogaret, tenha aprisionado Bonifácio em sua residência de verão em Anagni. O papa foi libertado no dia seguinte, mas morreu logo depois em razão dessa prisão traumática e humilhante.

Uma série de circunstâncias influenciou o estabelecimento da sede do papado em Avignon, em 1309. Na ocasião Avignon pertencia à região da Provença, um principado do Império Germânico conquistado como feudo do rei germânico pelos reis de Nápoles (da casa francesa de Anjou), que ainda não era francesa. Os papas que permaneceriam em Avignon até 1377 compraram a cidade dos angevinos em 1348. Em seguida, conseguiram obter do imperador a suserania total sobre a cidade e o condado de Venais, nos arredores. A decisão do Papa Clemente V de se mudar para a Provença relacionava-se ao final do episódio de Bonifácio VIII. Clemente estava ansioso para impedir que o rei francês prosseguisse com seu plano de declarar postumamente que Bonifácio era herege. Segundo o papa era inaceitável que alguém que fora investido com as chaves de São Pedro fosse chamado de inimigo da fé, porém, ele pagou um preço ultrajante pela aquiescência de Felipe; Clemente concordou com a perseguição e eventual condenação dos cavaleiros Templários. Após a queda do último reduto cristão na Palestina, no final do século XIII, essa ordem militar extremamente rica estabelecera sua sede em Paris, e os Templários entraram com sucesso na área de bancos comerciais. A Coroa francesa era um de seus maiores devedores. Felipe IV e seus conselheiros tinham muita inveja dos Templários e procuravam meios de destruir a ordem e confiscar suas possessões francesas. Em um presságio sinistro de caça às bruxas no início dos tempos modernos, e do estado de terror stalinista na década de 1930, entre 1307 e 1312, os Templários foram “desmascarados” como um grupo de hereges e blasfemadores que realizavam práticas homossexuais e rituais diabólicos. Muitos Templários morreram em consequência de torturas terríveis ou foram queimados na fogueira.



Ilustração 15.1 Rogier van der Weyden, “Os sacramentos do Batismo, Confirmação e Penitência”, Painel à esquerda do *Altar dos Sacramentos*, encomendado em 1441 pelo bispo de Tournai, Jean Chevrot, para sua capela particular.

Durante seu pontificado, Clemente V não só se confrontou com essa nova forma de “realismo do Estado”, como também testemunhou a morte do universalismo imperial. Esse processo começou em 1310 quando o rei dos romanos, Henrique VII de Luxemburgo, cruzou os Alpes com uma pequena força armada para ser coroado imperador e impor sua autoridade às comunas do norte e do centro da Itália. O entusiasmo original das pessoas que tinham esperança que o poderoso rei romano encerrasse as dissidências

políticas na Itália logo se desvaneceu quando Henrique agiu com extrema crueldade nas cidades lombardas que se recusaram a abrir seus portões para ele. Em um encontro tumultuado, no qual ele forçou sua entrada na cidade, Henrique foi coroado imperador em Roma, em 1312. Ele morreu no ano seguinte a caminho do sul da Itália para conquistar o reino de Nápoles.

A viagem até a Itália em 1327, realizada por seu sucessor, Luís da Baviera, foi mais audaciosa. O papa afastara-se da cena política em 1311 e 1312, mas, agora, de seu palácio em Avignon, ele se voltou contra o rei romano. Para desafiá-lo Luís se fez coroar imperador em Roma pelo governador da cidade, Sciarra Colonna, que não era um prelado. Esse foi um episódio curioso, que relembrou fatos de um passado distante. O papa decretou um interdito à cidade santa e excomungou o imperador; o papa e o imperador acusaram-se mutuamente de heresia, e o imperador elegeu um antipapa. Luís da Baviera voltou à Alemanha em 1330 sem grandes realizações na Itália.

As Novas Ideias sobre o Relacionamento entre os Poderes Espiritual e Secular

Os confrontos entre Felipe o Belo e Bonifácio VIII e os de Luís da Baviera e João XXII (1316-1334) refletiram aspirações irreconciliáveis, além de personalidades poderosas e obstinadas. Todos receberam apoio de intelectuais proeminentes, quase todos italianos, e muito hábeis em encobrir as ações sob o plano ideológico. Por esse motivo, as primeiras três décadas do século XIV é uma fonte extremamente rica para as pessoas que se interessam pela história do pensamento político.

A posição do papa foi demonstrada com mais clareza por Jacopo Cappucci de Viterbo, Edigio Colonna de Roma (Aedigius Romanus), considerado o cérebro ideológico por trás de Bonifácio VIII, e Augustinus Triumphus de Ancona. Steven Ozment, o historiador religioso americano, certa vez comparou-os a “castores da lei”, que “trabalhavam de forma metódica para construir uma barragem protetora contra a maré do poder secular que subia”. No entanto, não existem muitas novidades a registrar. Os argumentos teocráticos mais importantes eram agora bastante conhecidos: o papa, como único representante de Cristo na Terra, não precisava se justificar perante nenhuma autoridade humana. Da mesma forma, o papa podia pedir explicações a qualquer governante secular, porque o poder papal era superior a todos os outros, além de ser a fonte de todos os poderes seculares. No entanto, seria melhor que o papa deixasse o exercício do poder temporal nas mãos dos príncipes, visto que às vezes era preciso usar a força em determinadas situações. Mas o papa podia envolver-se na formulação de políticas importantes. A novidade era que os antigos argumentos justificavam-se no raciocínio inspirado em Aristóteles.

A posição do rei francês, Felipe o Belo, era defendida com sutileza por Jean Quidort, um teólogo da Universidade de Paris e, por isso, também chamado de Jean de Paris. Em sua premissa dualista, ele não se limitou apenas a repetir a doutrina das duas espadas postulada pelo Papa Gelásio (ver Capítulo 4). Ele negava ao clero, inclusive ao papa, qualquer forma de *dominium*, que, no jargão jurídico da época, significava qualquer autoridade exercida pela força ou pelos direitos de propriedade. Nesse aspecto, o papa, como detentor da missão divina da Igreja, não poderia ter um controle direto sobre suas propriedades; deveria apenas administrá-las, porque o verdadeiro proprietário era a entidade legal, a Igreja de Roma. Isso implicava que o papa não interviria, de forma alguma, em assuntos cuja autoridade fosse secular; ele deveria ser ouvido só quando os príncipes infringissem as leis da Santa Igreja. Quidort reconhecia que o poder espiritual era de fato superior ao poder temporal, mas apenas em um nível metafísico mais elevado. No mundo real, o papa e os príncipes seculares eram autônomos e tinham uma autoridade suprema, cada um em sua esfera bem definida.

Luís da Baviera contava com o apoio intelectual extraordinário de Marsílio de Pádua (1275-1342), um médico que ensinava na faculdade de artes de Paris e servia à família Visconti, os governantes de Milão pró-germânicos. Quando se descobriu que ele era autor de *Defensor Pacis* ("O defensor da paz"), que circulava desde 1324, ele fugiu para a corte da Baviera em Munique. Acompanhou Luís em sua viagem a Roma, onde foi responsável pela cerimônia da coroação e pela propaganda pró-imperial do acontecimento. O *Defensor Pacis* é sem dúvida um dos tratados políticos e teóricos mais originais de toda a Idade Média. Nele Marsílio sugeriu que a base de toda a autoridade mundana apoiava-se no povo ou, de modo mais específico, no *universitas civium*, a comunidade estabelecida e, portanto, com direitos civis e políticos de "cidadãos" masculinos. Além dessa visão sobre a soberania do povo, não muito original, ele também tinha ideias revolucionárias sobre o relacionamento entre o poder temporal e a autoridade espiritual que eram, aos olhos da Igreja, hereges. Elas inspiravam-se na convicção profunda de Marsílio de que a interferência de prelados, sobretudo do papa, no exercício do poder secular era a principal causa de ruptura da paz no mundo cristão. E como as condições para atingir a salvação eterna só poderiam ser criadas em uma sociedade na qual reinasse a paz, qualquer forma de poder secular deveria ser negada aos clérigos. Um governo eficiente cuidaria do bem-estar material e físico dos cidadãos; o cuidado de suas almas seria uma preocupação individual dos fiéis. O papel da Igreja limitar-se-ia à educação moral e espiritual dos fiéis e à administração dos sacramentos.

Ao estender os princípios da soberania do povo à Igreja, Marsílio fomentou um segundo caminho revolucionário. Ele argumentou que só a

comunhão dos fiéis (*universitas fidelium*) poderia ser a fonte da lei e do exercício da autoridade na Igreja, como, por exemplo, a excomunhão dos hereges que, segundo Marsílio, só deveria ser praticada se ameaçasse a harmonia civil. Por razões práticas, essa competência fundamental deveria ser delegada às autoridades civis, e não ao clero, porque não competia ao clero deter qualquer poder de coerção no mundo. Esses princípios aplicavam-se aos concílios da Igreja em geral, que representavam a comunidade dos fiéis em um grau mais elevado, mas caberia aos príncipes seculares converter seus pronunciamentos em leis exequíveis. Como se sua ousadia não fosse suficiente, Marsílio deu o *coup de grâce* na hierarquia da Igreja com um pronunciamento crítico de que Cristo não fizera qualquer distinção de classe quando criou o sacerdócio e, assim, o papa não era um padre de nível superior ao do pároco, sem falar no pleno poder, a *plenitudo potestatis*! Além disso, a Igreja não deveria ter qualquer posse mundana, porque Cristo e os apóstolos nada possuíram do mundo material.

A concepção de Marsílio inspirou-se na visão dos franciscanos espirituais que, depois de um século de diferentes sucessos em sua luta para controlar a ordem franciscana e obter a aceitação das autoridades da Igreja, foram silenciados em 1323 quando o Papa João XXII declarou que a ideia da pobreza absoluta de Cristo e dos apóstolos era uma heresia. Porém, curiosamente os franciscanos, em defesa de sua posição, foram os primeiros a propor de modo explícito a teoria da infalibilidade papal. Eles mencionaram que, em 1279, o Papa Nicolau III reafirmara a doutrina da pobreza apostólica e, portanto, João XXII não tinha permissão de pregar o contrário porque cada papa era “infalível” em seu julgamento da doutrina. No entanto, naquela época todas essas discussões eram infrutíferas, e a infalibilidade papal em questões doutrinárias só se tornou um ensinamento oficial da Igreja Católica em 1870, e diversos líderes franciscanos fugiram para Munique, que logo se tornou um ponto de encontro de dissidentes radicais. Entre eles estava Guilherme de Ockham, que compartilhava muitas das ideias de Marsílio sobre a divisão rígida dos poderes temporal e espiritual.

Por mais radicais que as ideias de Marsílio e Ockham fossem, eles nunca poderiam ter provocado uma reforma antes da Reforma Luterana, mesmo que Marsílio e Ockham não tivessem esse objetivo. As ideias do teólogo inglês John Wyclif (c. 1325-1384), que trabalhou na Universidade de Oxford e frequentou as cortes de Eduardo III e Ricardo II da Inglaterra, aproximaram-se mais do projeto de reforma da Igreja. Ele desenvolveu argumentos incisivos sobre o papel da fé e o lugar da Igreja no mundo. Ele considerava a Igreja Católica visível um abrigo artificial e sem valor que resguardava a verdadeira Igreja, a comunidade invisível da fé, que incluía apenas aqueles que haviam sido escolhidos pela pré-ordenação divina. Como

na vida terrena se ignorava quem haviam sido os escolhidos, a Igreja visível deveria continuar a existir, devido à inexistência de uma concepção cristã melhor. Essa dialética motivou a necessidade urgente de reformas, que deveriam abordar três questões. A primeira delas mostra o quanto Wyclif era influenciado pelos franciscanos espirituais, porque ele acreditava que a Igreja visível não deveria possuir *dominium*; ou seja, nenhuma propriedade ou poder mundano. Na visão de Wyclif, o *dominium* era sempre resultado da graça divina e, portanto, o *dominium* lícito só pertenceria aos que Deus escolhesse e que já vivessem em estado de graça na Terra. Como era impossível identificar essa elite, Wyclif pensava que a propriedade e os direitos da Igreja deveriam ser confiscados pelo rei e por ele administrados. Não é de admirar que Wyclif tivesse tantos defensores nos círculos reais! Em segundo lugar, ele acreditava que toda a verdade da fé estava contida na Bíblia; todos os féis poderiam assim ter acesso a essa verdade, sobretudo, porque Wyclif defendia uma interpretação literal da Bíblia e não a exegese alegórica usual na Idade Média. O terceiro ponto argumentava que o clero era desnecessário como “intermediário” na mediação da verdade, especialmente àqueles que não viviam no espírito da palavra de Deus.

Como dissemos, Wyclif contava com a proteção dos mais elevados círculos, mas ele também tinha muitos seguidores nas classes mais baixas da sociedade. Entretanto, não existia a “reforma antes da Reforma” na Inglaterra, porque os seguidores de Wyclif, os lollardos, radicalizaram suas ideias logo após sua morte e perderam o apoio da elite. As discussões eram diferentes na Boêmia, onde os trabalhos de Wyclif haviam sido de grande influência para Jan Hus, um teólogo dissidente da Universidade de Praga, que vinculava suas ideias sobre a reforma da Igreja com o nacionalismo tcheco antigermânico. Depois da morte de Hus na fogueira, em 1415, pensou-se, por um longo tempo, que a Boêmia se separaria do Império Germânico e da Igreja Católica. Porém, em 1434, o imperador germânico, Sigismundo, e as forças moderadas na Boêmia chegaram a um denominador comum que evitou essa cisão.

OS PAPAS EM AVIGNON E A BUROCRATIZAÇÃO DA CÚRIA

Há muito tempo o papado em Avignon tinha uma má reputação, apesar de não merecida, entre os historiadores modernos. Com o insucesso de suas pretensões universalistas, a Igreja Católica perdeu grande parte da liderança moral e espiritual na Europa cristã. Por sua vez, os papas de Avignon foram muito bem-sucedidos ao desenvolver outro legado do século XIII: as tentativas de centralizar o exercício da autoridade papal na Igreja. Esse processo resultou inevitavelmente no fortalecimento da burocracia na cúria, a corte

papal, assim como na consolidação da posição do papa. Os quatro departamentos permanentes da cúria criados no século XIII – Chancelaria, *Camera Apostolica*, *Penitentiaria* e *Audientia* – cresceram e receberam novas seções ou poderes mais amplos quando necessário. No século XIV, a chancelaria ou secretariado consistia em sete subdivisões administrativas, cada uma delas com suas tarefas definidas com precisão, o que conferia à circulação de documentos um tratamento de perfeição quase prussiana. O enorme crescimento da produção da chancelaria estava ligado intimamente à expansão das atividades dos departamentos de finança e justiça. Tornou-se necessário dividir um dos tribunais de justiça, a *Audientia*, em dois colegiados.



Ilustração 15.2 Púlpito de Michelozzo na parede externa da Catedral de Santo Stefano, em Prato.

As bases para aumentar o escopo financeiro da cúria foram firmadas durante o papado de Inocêncio III. Ele foi o primeiro papa a cobrar impostos do clero em toda a cristandade latina por “questões urgentes”, como as cruzadas, por exemplo. Assim, os papas tornaram-se menos dependentes de suas propriedades italianas e subsídios ocasionais dos príncipes. Outra fon-

te de renda, cuja cobrança foi aperfeiçoada durante o papado em Avignon, constituía-se das receitas de doações dos ofícios do baixo clero no século XIII e de seus rendimentos (*benefícia*). Antes do século XIII, os papas quase nunca interferiam nas nomeações dos clérigos, apenas em circunstâncias excepcionais ou quando havia um conflito. Porém isso mudou aos poucos, e na bula *Licet ecclesiarum*, promulgada em 1265, o Papa Clemente IV definiu os fundamentos da lei canônica da intervenção papal irrestrita. A bula declarava que, como detentor da autoridade suprema na Igreja, o papa podia dispor de todos os serviços eclesiásticos e de seus benefícios correlatos. No entanto, essa medida não encerrou imediatamente as práticas existentes de eleição canônica, que haviam sido adotadas desde o início da controvérsia da investidura. Os papas não podiam interferir nos direitos dos outros, mas começaram sistematicamente a aumentar o número de situações em que sua intervenção era factível. Essas iniciativas intervencionistas atingiram o auge durante o período do papado em Avignon. O Papa João XXII, por exemplo, expediu três mil prescrições referentes aos benefícios no primeiro ano de seu pontificado, às vezes na forma de nomeações em casos de controvérsias ("dispositivos"), em outras como distribuição permanente conhecida como "reservas", e outras ainda como promessas relativas a benefícios que seriam liberados em um curto espaço de tempo (por isso, chamadas de "expectativas"). Como seria previsível todas essas prescrições papais precisavam ser pagas. Além de novas fontes de renda e das fontes existentes, esses procedimentos aumentaram a receita dos papas durante o período em Avignon, de 166 mil para 481 mil florins de ouro por ano. Isso não tornou os papas tão ricos como os reis da França, da Inglaterra ou de Nápoles, porém, colocou-os na mesma liga. Portanto, um dos sucessores de João, Clemente VI (1342-1352), não teve nenhuma dificuldade em obter recursos para construir o magnífico Palais des Papes.

É evidente que esse mecanismo só poderia funcionar com a ajuda de uma organização burocrática muito eficiente. Ao todo a cúria empregava entre cinco mil e seis mil pessoas em 1350, mais que o dobro do século anterior. Isso incluía os funcionários domésticos e os envolvidos na tarefa de guarda, mas excluía os funcionários pessoais dos cardeais, que também eram numerosos, porque eles administravam a justiça por direito privado e eram responsáveis pela gestão de suas receitas.

O GRANDE CISMA E O MOVIMENTO CONCILIAR

Apesar do fato de o papado e a cúria papal terem adquirido características bastante francesas durante o período em Avignon, quase todos os pa-

pas continuaram a trabalhar visando o retorno a Roma. A paz na Itália era uma das condições para a volta do papado. Em 1319, o Papa João XXII enviou um emissário à Itália acompanhado por uma pequena tropa armada, que seria complementada por forças mercenárias no local, com instruções de organizar os territórios papais; mas o emissário, Cardeal Bertrand du Poujet, nem sempre foi muito hábil. A missão do Cardeal Gil Albornoz, arcebispo de Toledo e obstinado veterano dos últimos momentos da Reconquista, chegou à Itália em 1350 e obteve mais sucesso que a missão anterior, mas Albornoz enredou-se nas manobras da política italiana. Devido aos insucessos dessas missões os papas só voltaram a Roma com Gregório XI (1370-1378) em janeiro de 1377, porém, o papa morreu no ano seguinte.

Ninguém poderia ter previsto os acontecimentos subsequentes. Os cardeais votaram a favor de um candidato aparentemente inócuo, que fora examinado e testado na administração papal, mas logo recuaram em sua decisão, temendo que o novo papa reduzisse de forma drástica sua influência na cúria. A situação agravou-se com a escolha de um antipapa que passou a residir no palácio do papa em Avignon, enquanto o primeiro escolhido permaneceu em Roma. Essa situação ambígua resultou no Grande Cisma que, embora não tenha sido a primeira divisão dentro da Igreja, surpreendentemente durou quase 40 anos, de 1378 a 1417. O Cisma provocou de imediato um grande problema, uma vez que a Europa cristã latina precisaria escolher entre um dos papas. Como presumível as principais linhas divisórias no campo do poder político internacional determinaram a composição das duas esferas de autoridade papal, ou obediências: a França e seus aliados (Nápoles, os grandes reinos espanhóis, Escócia) escolheram Avignon; a Inglaterra, o Sacro Império Romano Germânico, os reinos escandinavos, a Polônia, a Hungria e Portugal apoiaram Roma. A obediência não era uma decisão fixa; os Estados mudavam de lado de acordo com as circunstâncias.

Desde o início, muitos Estados em ambos os lados empenharam-se para encerrar o Cisma. Como nenhum dos papas pudesse expulsar o outro pelo uso da força, nem estivesse preparado para abdicar ou se submeter ao próprio arbítrio, sugeriu-se depois de algum tempo a realização de um concílio geral, por ser a maneira mais apropriada de terminar essa discórdia sordida dentro da Igreja. A ideia de permitir que um concílio geral julgasse um papa não era nova. Vimos que na primeira metade do século XIV as opiniões sobre o papel dos concílios gerais começaram a integrar o discurso das relações entre a Igreja e o Estado, a fim de contrabalançar a centralização crescente do papado.

O movimento conciliar expandiu-se à medida que o Grande Cisma não foi solucionado. No entanto, adquiriu um fundamento menos desagregador. Dois teólogos franceses, Pierre D'Ailly (1350-1420), um erudito

versátil e talentoso, que estava ligado há muitos anos à Universidade de Paris e era na ocasião bispo de Le Puy e depois de Cambrai e, por fim, eleito cardeal em 1411, e Jean Gerson (1363-1429), um professor de Paris, foram seus expoentes mais eloquentes. A base do pensamento conciliar deles era a possibilidade de um concílio geral julgar o papa e ter o dever de fazê-lo caso o Santo Pontífice “se desviasse da fé” e ameaçasse a existência contínua da Igreja, o que o Cisma de fato fez. Essa opinião ainda podia ser apoiada pela lei canônica. O ponto de vista mais radical, ou seja, de que um papa estivesse subordinado ao concílio geral, quaisquer que fossem as circunstâncias, jamais prevaleceu.

A primeira tentativa de pôr o pensamento conciliar em prática fracassou em 1409. Mas o concílio geral organizado logo depois pelo imperador germânico, Sigismundo, foi um sucesso absoluto. O Concílio de Constância (1414-1418) foi a maior assembleia da Igreja na Idade Média; suas sessões eram públicas e atraíam um fluxo constante de príncipes, nobres, membros do baixo clero e estudantes; e todos os padres presentes tinham direito de voto. Os papas foram forçados a renunciar, e um novo papa, Martinho V (1417-1431) foi eleito por aclamação geral. Depois de um longo período, o Grande Cisma terminou.

Tudo parecia indicar que agora o caminho estaria aberto para que o pensamento conciliar fosse transformado em um elemento constitucional na organização da Igreja. Em Constância os participantes decidiram realizar os concílios gerais da Igreja em intervalos regulares, como era costume desde o início da Igreja cristã e nos séculos XII e XIII. Por algum tempo pensou-se que isso se tornaria uma prática corrente. Mas durante o concílio seguinte ao de Constância, o Concílio de Basileia, em 1431, essa ideia não foi aceita. A falta de cooperação do Papa Eugênio IV (1431-1447), que se recusou a ser pressionado pelos prelados mais obstinados, foi uma das principais razões do fracasso das negociações. Na verdade, ele se sentia muito superior a todos os prelados. No final de 1437, ele realizou a reunião em Ferrara, uma manobra inteligente, que dividiu os participantes do concílio. A maioria, inclusive o porta-voz mais importante do movimento conciliar na época, Nicolau de Cusa (1401-1465), aproveitou-se da situação e uniu-se ao papa. Apenas um grupo de radicais de pouco prestígio permaneceu em Basileia, onde logo foram marginalizados. Sem um apoio importante, a assembleia foi adiada para 1449. Em retrospectiva, a transferência do concílio para Ferrara pode ser vista como um momento decisivo, que marcou o início do fim do movimento conciliar como uma tendência predominante da Igreja, embora tenha se mantido até meados do século XVI.

Dois fatores podem ter sido responsáveis pelo fracasso do movimento conciliar. Em primeiro lugar, os conciliares não conseguiram criar uma ins-

tituição ou uma estrutura que desse ao seu programa uma base firme para cuidar de seus interesses entre as realizações dos concílios. Segundo, sua crítica concentrou-se demais na posição do papa dentro da Igreja e muito pouco nas reformas em seus outros segmentos.

O colapso do movimento conciliar abriu caminho para a poderosa recuperação do papado, mas o Grande Cisma e o período conciliar tiveram consequências sérias. Foi exatamente durante essa fase crítica que as forças que se opunham ao poder centralizador do papa fortaleceram-se. A França e a Inglaterra, reinos sempre precisando de dinheiro como resultado da Guerra dos Cem Anos, estavam decididas a impedir qualquer escoamento da renda eclesiástica para Roma. O posicionamento deles causou a formação das “igrejas nacionais”, como a Igreja Galicana na França, que permitiu ao rei, a partir de 1438, restabelecer sua influência na nomeação de bispos, abades e priores.

Em outros lugares, onde o controle exercido pelos reis e diversos governantes sobre o clero era menos rígido, surgiu um novo equilíbrio entre as autoridades dos papas e dos príncipes sobre a Igreja e o clero dentro das fronteiras dos principados territoriais. Os papas da Renascença perceberam essa harmonia de forças e criaram uma nova base de poder semelhante consolidando, por fim, suas propriedades na Itália em um Estado papal. O sucesso de sua política refletiu-se na pompa de suas cortes, assim como no novo esplendor que deram a Roma. Entretanto, depois de renunciar ao ideal da cristandade universal e unificada sob a incontestável liderança papal, o chefe da Igreja Católica também abandonou a famosa “liberdade da Igreja”, pela qual ele batalhou com tanta veemência nos séculos XI e XII.

A VIDA RELIGIOSA NA BAIXA IDADE MÉDIA

A rica vida religiosa da baixa Idade Média fascinou muitas gerações de historiadores. Enquanto alguns procuraram nela, acima de tudo, as raízes da Reforma, outros enfatizaram a continuidade com o passado: os sentimentos religiosos sofreram uma mudança que tinha raízes profundas nos séculos XI e XII; os séculos XIV e XV apenas deram prosseguimento às tendências já existentes. À primeira vista, a evidência de uma perspectiva contínua parece ser válida, porém, essa teoria ignora duas questões. Em primeiro lugar, não eram as formas nas quais a religião encontrou sua expressão, assim como sua profusão e a intensidade da experiência da fé que exigiam alguma explicação. Em segundo, a Reforma não simplesmente surgiu do nada, e sua pré-história remonta à baixa Idade Média. Gostaria-

mos apenas de deslocar a ênfase. No passado, qualquer atitude crítica aos equívocos da Igreja Católica, qualquer manifestação de reflexão moral e religiosa, era vista como o prenúncio da Reforma. Hoje, o ponto de vista em geral aceito afirma que desde o início os reformadores culpavam a Igreja por exigir demais dos fiéis e não o contrário, e essa crítica quase nunca era acompanhada da rejeição total à Igreja, sua ideologia, suas instituições e rituais. Essa visão é mais apropriada à imagem de uma pluralidade bipolar na vida religiosa no período medieval tardio. Entre os dois extremos de uma religiosidade direcionada à introspecção de valores religiosos e de contato pessoal com o divino (introspecção extrema) por um lado, e, por outro, a fé popular expressa por manifestações extrovertidas (extroversão extrema), existe uma grande área de sombra, cheia de formas ricas de expressão e com algo a oferecer a todos os fiéis. Um elemento comum era a obsessão com a morte, o que não é surpreendente tendo em vista a alta mortalidade no período medieval. Isso significava que as listas de almas a serem lembradas nas orações cresciam cada vez mais e que a poesia, as canções, os sermões, os quadros e as esculturas religiosas estavam repletos de motivos que tornavam o leitor, ouvinte, ou o espectador bem consciente da proximidade constante da morte.

Nunca a vida religiosa cristã mostrou tanta riqueza de opulência “romana”, nunca o envolvimento individual na religião foi tão grande, e jamais houve tanto apoio público aos trabalhos da Igreja. A Igreja tinha aparentemente sido vitoriosa em atingir os fiéis e em conseguir disseminar suas mensagens religiosas e morais mais importantes a um grande número de pessoas.

A Observância e os Novos Movimentos Seculares

Os pedidos de reforma dentro dos mosteiros eram ouvidos de tempos e tempos durante a Idade Média inteira. A fraqueza aparente no cumprimento das regras monásticas rígidas provocava uma reação que tinha por objetivo o retorno aos princípios básicos. Essas aspirações reacionárias tornaram-se conhecidas como observância (de *observare*, “de cumprir”). Na segunda metade do século XIV, o monasticismo caracterizou-se por um novo fluxo de observância, que se refletiu em todas as ordens religiosas mesmo naquelas, como as ordens mendicantes, que só existiam há pouco tempo. Esse sistema de vida monástica foi acompanhado por uma separação peculiar, em que as comunidades fiéis aos princípios religiosos não rompiam com a ordem à qual pertenciam, porém, se distanciavam dos mosteiros que não seguiam esses princípios. Os mosteiros *observância* que os obedeciam uniam-se em congregações, que faziam acordos comuns sobre a interpretação prática das regras monásticas e verificavam sua aplicação.



Ilustração 15.3 Purgatório. Detalhe de uma miniatura no *Très riches heures du Duc de Berry*, século XV.

Além da vida monástica purificadora, essas iniciativas frutificavam de outras maneiras. Existia na baixa Idade Média, mais até do que antes, uma crítica ao monasticismo na sociedade secular, assim como em relação ao clericalismo em geral. Os primeiros sinais dessa crítica surgiram nos trabalhos satíricos, como o *Decameron*, de Boccaccio, por exemplo, no qual os franciscanos eram retratados como libertinos e debochados. O número de participantes em determinadas ordens reduziu-se, e o tamanho dos presentes em dinheiro e bens diminuiu de forma drástica. A observância reverteu

de alguma maneira essa tendência negativa. As ordens dos cartuxos que seguiam fielmente os princípios religiosos foram ricamente recompensadas e, com isso, houve o florescimento sem precedentes dessa ordem no século XV. Entre 1350 e 1500, houve a criação de diversos conventos e a fundação de várias ordens religiosas com nomes há muito tempo esquecidos, como brigetinas, coletinos, hieronimitas, jesuati (não confundir com os jesuítas) e teatinos. Em especial nas áreas urbanas, esses conventos e ordens religiosas deram origem a um cenário monástico extremamente diversificado. O condado da Holanda tinha alguns poucos mosteiros em 1350, mas um século depois havia mais de 200. É importante ressaltar que a realização dessas novas iniciativas só foi possível por meio do apoio financeiro de pessoas prósperas e do clero secular.

Alguns desses benfeitores achavam que fazer doações não era suficiente, e decidiam viver segundo preceitos da vida monástica. Mais uma vez o paralelo com os séculos XII e XIII se destaca. A pressão para que as pessoas tivessem uma vida cristã autêntica resultou na fundação de novas ordens religiosas e na formação de grupos leigos que obedeciam aos princípios da vida religiosa, mas que não aderiam aos votos monásticos ou se retiravam da vida mundana, como os beguinos e as ordens terceiras de franciscanos e dominicanos. Os beguinos tiveram um sucesso excepcional e contínuo ao sul dos Países Baixos e na área adjacente à Renânia. Nos Países Baixos mais de 200 beguinarias e conventos foram fundados entre 1230 e 1320, cada um em média com 15 membros. Na cidade de Colônia, na Renânia, havia 167 beguinarias de meados do século XIII até o fim do século XIV. Os beguinos estabeleciam-se nas periferias das cidades em pequenas casas construídas em pátios fechados com suas próprias capelas ou igrejas. Essas comunidades eram supervisionadas por mentores ou prioras e tinham regras internas. Havia áreas domésticas e construções maiores para atividades comuns. Os beguinos sustentavam-se com a tecelagem e o bordado, o que as conflitava com frequência com as guildas de artesãos que as acusavam de competição desleal.

Overijssel, nos Países Baixos, que fazia parte do bispado de Utrecht, foi um exemplo clássico de ambas as tendências da baixa Idade Média. Geert Groote (1340-1384), filho de um comerciante de tecidos de Deventer, estudou em Paris e depois viveu com conforto como cônego em ordens menores da Igreja, antes de se arrepender do seu comportamento, em 1370. Ele renunciou a seus benefícios eclesiais e começou a seguir uma moral rígida e uma vida de devoção, que divulgava em sermões atacando com violência a lassidão de muitos padres. Seu exemplo levou à formação de um movimento devoto leigo com suas casas, a Irmandade da Vida Comum, e as associações observantes dos conventos de cônegos agostinianos conhecidos



Ilustração 15.4 Tomás de Kempis trabalhando em seu gabinete de estudo. Miniatura do século XV.

como Congregação de Windesheim. Os dois movimentos expandiram-se muito além da região de Ijssel, principalmente em direção à bacia do Reno. Os líderes do movimento da devoção moderna viam como sua missão mais importante a escrita, tradução, cópia ou compilação de textos nos idiomas locais, a fim de ajudar os leitores em suas devoções. Os textos mais populares eram passagens da Bíblia, orações e palavras edificantes produzidos em grande escala em livros baratos e simples.

Se Geert Groote e seus seguidores às vezes excediam-se aos olhos da autoridade da Igreja, outro movimento de leigos e clérigos críticos, que começou na Inglaterra quase na mesma época e originou-se entre alguns padres próximos a John Wyclif, ultrapassou os limites da tolerância da Igreja. A crença central dos lollardos (“resmungadores”) era a ideia inspirada em Wyclif de que dentro da Igreja havia uma relação direta entre Deus e os fiéis e que não havia necessidade de intervenção do clero, dos sacramentos

ou até mesmo dos santos. Os lollardos batalharam pela tradução da Bíblia para o inglês, a única fonte da verdade cristã, e pela exegese das Escrituras por meio de sermões na linguagem vernácula. A Bíblia na língua inglesa e outros textos importantes foram reproduzidos em uma escala e velocidade, que somente seriam excedidas com a descoberta da imprensa. Nesse sentido, os lollardos ajudaram a promover a alfabetização na Inglaterra.

O movimento tornou-se mais radical à medida que recebia o apoio cada vez maior dos membros do baixo clero e dos leigos autodidatas. A oposição violenta ao clericalismo, expressa em canções fervorosas, começou a predominar. Após a revolta contra o rei, o movimento passou a exercer uma resistência clandestina, e muitos lollardos morreram queimados na fogueira, ou na forca. No entanto, a revolta permaneceu no sudeste da Inglaterra até a Reforma, sobretudo, porque os lollardos contavam com a simpatia dos artesãos educados e, ao longo do tempo, as autoridades eclesásticas perderam o entusiasmo pela sua perseguição.

Devoção e Misticismo

Uma das diferenças fundamentais entre o movimento de Geert Groote e os lollardos foi o desagrado do movimento inglês no tocante a uma nova forma de devoção que tinha um papel crucial no movimento de Groote. A Congregação de Windesheim original chamou o despertar religioso e moral inspirado em Geert Groote de “Devoção Moderna”. A “devoção” era sem dúvida uma ideia vital na vida religiosa da baixa Idade Média, mas é um conceito bastante vago e difícil de explicar. Como já mencionado (Capítulo 8) a essência do ressurgimento religioso nos séculos posteriores ao ano 1000 consistiu na renovação da tradição espiritual na percepção da fé cristã. O movimento da devoção moderna continuou e fortaleceu essa tradição, que se concentrava em uma experiência individual forte de Deus e na espiritualidade interna obtida pela oração e pela meditação. Nessa perspectiva, os rituais da Igreja, acima de tudo a celebração da missa, tinham em primeiro lugar a tarefa de iniciar uma transformação interior semelhante ao renascimento no devoto fiel. Por outro lado, uma ênfase exagerada na ostentação dificultaria a adoração espiritual, assim como o apego excessivo às questões físicas e materiais. A simplicidade, o silêncio, a paciência, a penitência, a austeridade e a moderação eram o objetivo a ser alcançado, um olhar interno sempre voltado para a luz eterna no fim do vale de lágrimas desse mundo, que apenas poderia ser alcançado seguindo o exemplo de Cristo.

A vantagem da nova devoção era o fato de ser acessível aos leigos motivados, mas sem qualquer treinamento intelectual. Ao mesmo tempo consistia em uma ameaça velada à ordem estabelecida da Igreja, porque um fiel poderia realizar sua própria salvação concentrando sua vida em Deus e, então,

qual seria o papel do clero e das instituições eclesiásticas? Por esse motivo, a Igreja Católica sempre teve uma atitude ambivalente em relação à devoção laica, encorajando-a, mas, ao mesmo tempo, observando-a com suspeita e, em longo prazo, perseguindo seus seguidores de maneira agressiva.

A baixa Idade Média produziu uma grande diversidade de novas correntes e movimentos de devoção espiritual. A maioria estava moldada no exemplo monástico evidenciado pelas regras prescritas por seus adeptos, como obediência incondicional ao confessor, confissão regular após o exame intenso da consciência, jejum frequente, abstinência sexual entre outras, todos os preceitos religiosos e morais pregados na observância monástica dos séculos XI e XII. Entretanto, havia diferenças claras na ênfase da devoção. Na devoção moderna, por exemplo, a busca por Deus acompanhava a prática ativa da virtude, em vez da contemplação passiva.

O misticismo foi uma forma bem diferente de espiritualidade que floresceu na baixa Idade Média. Esse misticismo pode ser descrito como uma tentativa espiritual de atingir, de modo intuitivo e emocional, quase sempre extático, a união da alma mais interna com Deus. Essa tentativa é muitas vezes descrita em termos de uma viagem mental por um caminho difícil, que leva a estágios de desligamento crescente do mundo transitório para o divino. No misticismo do período medieval tardio, é possível distinguir uma corrente mais intelectual inspirada no neoplatonismo cristão do século V e uma tendência não intelectual, em que a força da vontade pura, as visões e a afeição exagerada pelo Cristo sofredor eram temas centrais. Um grupo de teólogos dominicanos alemães do final do século XIII e início do século XIV, dos quais o mais conhecido é o mestre Eckhart (c. 1260-1328), era um exemplo típico da primeira corrente, enquanto o cisterciense Bernard de Clairvaux foi a pessoa mais importante da tendência não intelectual. Por mais útil que essa distinção possa ser, é importante enfatizar que a prática das duas correntes podia fluir com facilidade de uma para a outra; a exemplo dos contatos próximos entre a ordem dominicana e o movimento dos beguinos e os da Renânia alemã, cada um representando uma corrente mística diferente. Esse “cruzamento místico” contribuiu sem dúvida para a suspeita crescente em relação à ortodoxia católica de um teólogo experiente como mestre Eckhart, que também era ativo na assistência pastoral. No final de sua vida ele foi julgado por um tribunal da Inquisição. No entanto, o novo movimento espiritual de devoção moderna também tinha tendência a tratar os conceitos do misticismo com circunspeção. Mas as referências a esse movimento são raras ou inexistentes na obra *Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis (1380-1471), um dos trabalhos devocionais mais lidos no mundo católico.

Na espiritualidade não intelectual e no misticismo do Cristo sofredor havia um apelo especial para as mulheres devotas. Segundo a historiadora

americana, Caroline Walker Bynum, isso era resultado de uma manipulação sutil dos símbolos medievais para a masculinidade e a feminilidade em um nível psicológico mais profundo. As qualidades femininas típicas como fraqueza física e ternura eram atribuídas a homens como Cristo e São Francisco de Assis, com o intuito de demonstrar como eles revelaram sua humildade deixando de lado sua “força” masculina e, por esse motivo, as religiosas acharam fácil identificar-se com elas; sua afinidade física especial com Cristo tornou-as pessoas completas por assim dizer, iguais ou até melhores que os homens. Essa visão peculiar constitui uma contrapartida curiosa para a ideia tradicional da literatura cortês, na qual as mulheres procuravam superar a fraqueza de seu sexo com um comportamento semelhante ao dos guerreiros.

Novas formas de devoção criaram novos santos, quase sempre mulheres, cujas *vitae* (biografias e autobiografias) associavam ideias e temas bem conhecidos das vidas dos santos monásticos, sobretudo os séculos XI e XII, sem descrições particularmente sutis e populistas das formas mais extremas de mortificação e aniquilamento, de penitência cruel, agonia espiritual, adoração quase erótica e oração interminável, que, segundo Richard Kieckhefer, não apenas perturbou e chocou seus leitores, como também tinham essa finalidade específica. A espiritualidade religiosa da baixa Idade Média, existente desde os primórdios do Cristianismo, atingiu níveis dramáticos e sem precedentes de fervor e intensidade.

A Percepção Religiosa dos Fiéis Comuns

O aspecto introvertido das percepções religiosas da baixa Idade Média era uma característica de uma pequena minoria de fiéis altamente motivados, clérigos e leigos. A maioria dos fiéis expressava sua fé por meio de aparências externas. Essa manifestação extrovertida da vida religiosa era organizada e controlada com cuidado pela Igreja e pelo clero, que tinham de estar atentos ao que de fato importava aos fiéis. Essa interação pode ser descrita empregando o modelo de análise bem conhecido da teoria das comunicações na qual a comunicação efetiva entre o emissor e o receptor é essencial (cf. Swanson). O emissor (a Igreja) precisava de um retorno para avaliar se a mensagem (a fé) atingira o receptor (o fiel) de maneira adequada. Se a mensagem não fosse bem captada, o emissor precisaria corrigi-la ou adaptá-la, ou melhorar os canais de comunicação em que a mensagem era transmitida. Essa abordagem não apenas permitia que os fiéis soubessem o que a Igreja estava pensando e querendo “oficialmente”, mas também, em especial, que a Igreja percebesse a “mudança na tradução” que precisaria fazer para incutir as convicções e o comportamento moral desejado, assim como a “demanda” dos fiéis e as formas com que manifestavam suas crenças e sua experiência de fé.

Para atingir as pessoas, a Igreja precisava, acima de tudo, transmitir mensagens simples, porque poucos fiéis eram capazes de ler a Bíblia na íntegra; grande parte só conhecia os trechos escolhidos para leitura durante a missa ou nos sermões, além de a missa ser rezada em latim. A mensagem de Cristo, portanto, precisava ser a mais sucinta e simples possível. Reduzia-se a cinco componentes:

1. Conhecimento do credo (do latim clássico *credere*, “creio”) uma descrição sucinta dos preceitos essenciais da fé. Os credos mais comuns foram os estabelecidos no Concílio de Niceia, em 325, e no IV Concílio de Latrão, em 1215. Exigia-se que todo fiel fosse capaz de rezar o credo antes da confissão e da comunhão.
2. Conhecimento das orações mais importantes: o Pai Nosso e a Ave Maria já eram orações padrão na baixa Idade Média. Os fiéis ricos tinham livros especiais de orações ou livros de horas feitos para seu uso específico. Ainda existem exemplares do século XIII, alguns ilustrados com belas miniaturas.
3. Conhecimento dos preceitos morais mais importantes do Cristianismo – os 10 mandamentos do Antigo Testamento e as três virtudes teológicas (fé, esperança e caridade) do Novo Testamento, com as quatro virtudes cardeais da antiga filosofia (prudência, justiça, força e temperança), que formavam as sete virtudes capitais refletidas nos sete pecados capitais ou mortais.
4. Algum conhecimento dos sete sacramentos (ver Capítulo 4).
5. Algum conhecimento de escatologia, as ideias complexas da vida após a morte. A questão central era a apresentação do Purgatório, a moradia temporária das almas dos cristãos cujos pecados não haviam sido perdoados na Terra. As pessoas tinham uma crença profunda de que o tempo dessa estadia desagradável no Purgatório poderia ser reduzido pelas indulgências (ver Boxe 15.1), pela oração e pela prática dos sete trabalhos de caridade ou amor (alimentar quem tem fome, cuidar dos doentes etc.), e os sete trabalhos de conforto espiritual (como conceder perdão).

A pessoa mais indicada para transmitir essa mensagem era o clérigo da paróquia, porque o fiel comum ia à Igreja com mais frequência durante a baixa Idade Média. Mas nem sempre o clero estava preparado para ser o interlocutor ideal com seus paroquianos, e por longo tempo só um número limitado teve êxito em sua missão. A maioria possuía apenas uma educação elementar. A situação melhorou sob todos os aspectos durante a baixa Idade Média; alguns historiadores até mencionam uma “revolução pastoral”. É

possível ver um indício da mudança na ênfase dada à teologia pastoral na educação do século XII na famosa escola monástica de St. Victor, em Paris, embora não tenha havido progresso real até o IV Concílio de Latrão, de 1215. O concílio dos padres da Igreja decidiu aplicar uma série de medidas para elevar o nível de conhecimento e os padrões morais do clero paroquial. Além disso, os bispos deveriam instruir o clero sob sua supervisão, ensinando e rezando. Mais tarde, surgiram as primeiras instruções escritas de assistência espiritual, e no final da Idade Média um número considerável de clérigos cursava a universidade. Ao mesmo tempo, os bispos esforçaram-se mais em suas visitas periódicas aos párocos que, com frequência, demonstravam sérias deficiências em suas aptidões ou estilo de vida. Os bispos então tentavam confrontar de alguma forma a crítica anticlerical violenta, que, como vimos, era recorrente na baixa Idade Média. Além das queixas usuais sobre a má educação, a moralidade suspeita e a simonia, a crítica dirigia-se principalmente para a política papal dos benefícios, o pluralismo (a “sobreposição” de benefícios) e o absenteísmo a ele inerente (a falta de assiduidade



Ilustração 15.5 Um pequeno altar caseiro do tipo de pintura medieval do “jardim fechado” (*hortus conclusus*), c. 1500. Embaixo pode-se ler “O tempo é curto, a morte é rápida/Tenha consciência do pecado e assim se comportará bem/Oh, quantas delicias esperam por você/ Onde mil anos não passam de um dia”.

de ou a presença de um padre em um só lugar). Essa crítica contemporânea é compartilhada pelos historiadores religiosos modernos, segundo os quais a instituição de benefícios foi a “rocha na qual as tentativas na baixa Idade Média de reforma ampla na Igreja naufragaram” (Oakley).

A partir do século XIII, os párocos sempre contaram com a ajuda de pregadores das ordens mendicantes para realizar suas tarefas, uma situação que nem sempre os agradava porque tarefas compartilhadas significavam a divisão do ordenado. Os grandes pregadores, como Bernardino de Siena, da ordem franciscana, o dominicano Vincent Ferrer (c. 1350-1419) e Girolamo Savonarola (1498), por exemplo, atraíam um grande número de fiéis para seus sermões, ou até mesmo semanas de sermões, sobretudo durante a Quaresma, o período de jejum que antecede a Páscoa, quando faziam um longo sermão com um tema diferente todos os dias durante 40 dias. Ferrer, um espanhol, foi apelidado de “anjo do Apocalipse” porque ameaçava constantemente os ouvintes com o inferno e a danação. Entretanto, isso era proposital. Com seus sermões inflamados, Ferrer teve grande parte da culpa pela perseguição terrível aos judeus espanhóis em 1391.

BOXE 15.1 INDULGÊNCIAS E O COMÉRCIO DE INDULGÊNCIAS

Entre as manifestações peculiares da fé católica está a concessão de indulgência, definida na lei canônica como “a remissão da punição temporal do pecado, em resposta a certas orações ou bons trabalhos”. A indulgência (do latim, *indulgentia*) relaciona-se à penitência do ritual cristão da confissão e do castigo, mas não à culpa, e uma pessoa que recebeu o sacramento da confissão era absolvida (“remissão [da culpa]”) pelo confessor. É a natureza não sacramental que torna a indulgência suspeita do ponto de vista teológico e problemática sob o aspecto canônico. Enquanto os sacramentos são instrumentos reconhecidos para se atingir a graça divina, a indulgência é vista como outro meio de atingi-la, mas jamais correspondeu ao sacramento. A concessão de indulgência sempre foi um direito exclusivo dos papas, que se consideravam guardiães de alguns “tesouros de satisfações” celestes, com os quais podiam agir a seu bel-prazer. Os papas – Alexandre II, em 1063, e Urbano II, em 1095 – “deram início” à indulgência como um novo instrumento de concessão de graça divina com um propósito coletivo, ou seja, quem quer que estivesse pronto a empunhar armas contra os mouros na defesa do Santo Sepulcro poderia ter certeza de receber a indulgência plenária, a remissão absoluta das penas temporais por todos os pecados. As indulgências aos poucos se tornaram mais institucionalizadas, como aconteceu com a indulgência da cruzada, por exemplo, no IV Concílio de

Latrão, em 1215. Na época, o número de situações em que as indulgências podiam ser concedidas aumentou, primeiro para incluir certas formas de frequência à Igreja e de dádivas ou ajuda financeira para construir uma nova Igreja e, depois, de oração intensa e frequente. Apesar da oposição oficial da Igreja, mais tarde difundiu-se a ideia entre os fiéis que estavam de luto, que eles poderiam receber indulgência por seus parentes mortos lembrando-os com frequência em suas orações.

A ideia abstrata de indulgência da punição logo passou a estar presente nos sermões como redução do tempo que os pecadores passavam no Purgatório, lugar onde as almas dos sofredores que haviam partido padeciam por um tempo até serem purgados de seus pecados. Como era inevitável, o número de dias no Purgatório reduziu-se consideravelmente. Isso ilustra como o sistema de concessão de indulgências aos poucos foi sendo comercializado. No século XII, os pregadores itinerantes de concessão de indulgência, em geral chamados de vendedores de indulgência na Idade Média, licenciados pelo papa, faziam um sermão e entregavam as cartas de indulgência em troca de doações generosas para todos os tipos de trabalhos dúbios; a indulgência podia ser uma remissão parcial ou total das penas do pecador. Com a invenção da imprensa surgiu a venda de indulgências impressas, e os devotos *Andachtsbilder* produziram um grande número de indulgências impressas com uma simples oração e uma anotação da indulgência.

Desde o início houve oposição a esse desenvolvimento do sistema de indulgências, também por parte das novas ordens mendicantes que precisavam viver de rezas e doações, a exemplo do dominicano Albertus Magnus, que protestou contra qualquer forma de comércio de indulgências. No período que antecedeu a Reforma, essa crítica atingiu o auge de sua virulência e as indulgências tornaram-se um dos alvos principais dos primeiros reformadores, sobretudo, porque elas constituíam uma prática familiar para todos os fiéis. Os pregadores que vendiam indulgências papais começaram a ser ameaçados de ser fisicamente atacados, em especial quando a Reforma da Igreja Católica estava em discussão, como ocorreu durante a *Bauernkrieg*, na Alemanha, em 1525.

Literatura: *Lexicon für Theologie und Kirche*, Band I (Freiburg, 1993), S.V.V. "Ablass", "Ablassbilder" e "Ablassprediger"; J. van Herwaarden, *Middeleeuwse aflaten en Nederlandse devotie*. In: *De Nederlanden in de late Middeleeuwen*, D.E.H. de Boer e J.W. Marsilje (orgs.), Utrecht, 1987. p. 31-68.

Os pregadores tinham uma série de recursos para ajudá-los a preparar seus sermões. Primeiro, havia os catecismos que surgiram após o IV Concílio de Latrão, a *Legenda Aurea* ("Lenda Dourada"), uma ampla coleção de vidas de santos, compilada em torno de 1265 pelo dominicano genovês, Ja-

copo de Voragine; e *A, B, C des simples gens*, de Jean Gerson, que se tornou muito popular no século XV. As igrejas maiores forneciam recursos visuais com suas pinturas, esculturas, entalhes e vitrais, e a liturgia foi adaptada para satisfazer as sensibilidades espirituais dos fiéis fervorosos e as expectativas teatrais das massas. A invenção da imprensa permitiu, pela primeira vez, divulgar em grande escala textos impressos devocionais e de princípios morais entre os simples fiéis.

Sem dúvida, é impossível saber com exatidão o efeito da disseminação de mensagens por intermédio dos sermões e por outros meios. Mencionamos nos Capítulos 4 e 8 a sobrevivência de diversas superstições cujas raízes originavam-se muitas vezes em práticas pré-cristãs. Alguns historiadores religiosos continuam a insistir que a fé cristã das pessoas comuns na baixa Idade Média era uma mistura de elementos cristãos, pré-cristãos e mágicos. A Igreja tolerava isso até certo ponto, porque, o que poderia fazer se os papas consultavam astrólogos e os sacerdotes aspergiam água benta, mas estavam convencidos de que diabos e anjos (demônios) realmente existiam? De qualquer forma, a vida religiosa das massas, com o culto tradicional dos santos, criava uma impressão rica e vital. A devoção a Cristo e à Virgem Maria cresceu durante o século XI e ganhou popularidade. O sofrimento de Cristo foi comemorado em diversas festas da Igreja, entre eles Corpus Christi, ou o “corpo de Cristo”, o dia do Sagrado Coração e o dia da Santa Cruz, apoiado pela famosa *Andachtsbilder* (no sentido literal, “imagens que atraem atenção”), o que considerariamos hoje imagens repulsivas dos sofrimentos de Cristo, às vezes até com instrumentos de tortura, que se destinavam a estimular a solidariedade e a reflexão interna sobre o significado da crucificação. No culto à Virgem Maria, a virgindade da mãe de Deus era o simbolismo com maior apelo entre os fiéis. Esse culto promoveu o aumento da popularidade de outras santas virgens, de preferência mártires, como as santas Catarina, Bárbara e Lúcia e – o sonho de todo garoto – Úrsula e as 11 mil virgens de Colônia. No entanto, de modo geral é possível falar de uma “feminilidade” da santidade na baixa Idade Média. Entre os numerosos santos locais e regionais, que até o século XIII foram venerados pelos fiéis e pelos párocos, havia um número crescente de mulheres. Os papas evitaram o crescimento excessivo dessa devoção, exigindo que a canonização fosse precedida de um exame criterioso por um “advogado do diabo”, uma prerrogativa do papa, o que limitou a proliferação de santos.

A peregrinação foi uma extensão direta da veneração aos santos. Além dos objetivos da devoção havia o propósito da penitência, a peregrinação como punição imposta por um tribunal eclesiástico ou secular. Na baixa Idade Média, a peregrinação também começou a mostrar um aspecto similar ao das comemorações dos feriados. Aos principais destinos, como

Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela, juntaram-se outros locais de peregrinação, como Rocamadour na Dordonha, Canterbury e Monte Saint-Michel. As imagens milagrosas de alguns santos, em geral a Virgem Maria, tornaram-se centros de irmandades religiosas, que exploravam a veneração e gastavam a receita em obras de caridade. A Compagnia della Madonna di Orsanmichele, na Florença, e o Illustere-Lieve-Vrouwenbroederschap, em 's-Hertogenbosch/Bois-le-Duc (do qual o pintor Hieronymus Bosch era membro) são bons exemplos. Grandes cidades como Florença e Ghent tiveram dezenas de confrarias, assim como em pequenas cidades e vilarejos. Às vezes as confrarias relacionavam-se ao culto de um santo, em outras ocasiões associavam-se a uma guilda de artesãos ou a uma determinada faixa etária ou classe social. As pessoas mais ricas tinham suas casas onde realizavam as reuniões e uma capela, porém, a maioria tinha apenas um altar em uma nave lateral na igreja. Suas atividades e o número de membros eram bem diversificados. Havia irmandades especiais de penitentes que realizavam sessões de flagelação coletiva, orações simples e sociedades de coral. As atividades mais comuns incluíam a organização de funerais e doações em memória de uma pessoa falecida, algumas vezes ajuda financeira às viúvas e órfãos, participação em procissões locais, onde a religiosidade ou a moralidade desempenhava um papel importante, além de ser um novo meio de transmitir a mensagem cristã para um amplo público.

Os reformadores do século XVI dirigiam suas críticas à exposição externa e à natureza superficial dessa devoção laica, cujo objetivo mais importante era obter o máximo de crédito (“acréscimo de devoção”) possível perante Deus e os santos, ao passo que a condição íntima do fiel pouco importava. Por sua vez, a Igreja Católica foi mais bem-sucedida em transmitir sua mensagem aos fiéis na baixa Idade Média. Por meio de suas diversas instituições e rituais, a Igreja oferecia aos fiéis uma estrutura sólida e o apoio que dava sentido à sua existência, proporcionando-lhes ajuda mental e material nos momentos de necessidade. Se esses fiéis comuns não estivessem tão mobilizados, com uma consciência tão exaltada, e sem abordagem crítica a inúmeros aspectos da vida católica, Lutero, Zwinglio e Calvino jamais teriam encontrado o terreno onde suas ideias pudessem se enraizar.

LEITURA SUGERIDA

BLACK, Anthony. *Political Thought in Europe, 1250-1450*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

———. *Church, State and Community: Historical and Comparative Perspectives*. Aldershot and Burlington, Vt.: Ashgate, Variorum Collected Studies, 2003.

- BOSSY, John. *Christianity in the West, 1400-1700*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- CHAREYRON, Nicole. *Pilgrims to Jerusalem in the Middle Ages*. Nova York: Columbia University Press, 2005.
- COHN JR., Samuel K. *The Cult of Remembrance and the Black Death: Six Renaissance Cities in central Italy*. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1992.
- COLLINS, Amanda. *Greater than Emperor: Cola di Rienzo (c.1313-1354) and the World of Fourteenth Century Rome*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.
- ELLIOTT, Dyan. *Proving Woman: Female Spirituality and Inquisitional Culture in the Later Middle Ages*. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 2004.
- FUDGE, Thomas A. *The Magnificent Ride: The First Reformation in Hussite Bohemia*. Aldershot: Ashgate, 1998.
- GARNETT, George. *Marsilius of Padua and 'the Truth of History'*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2006.
- HEFT, James. *John XXII and Papal Teaching Authority*. Lewiston, N.Y.: Edwin Mellen Press, 1986.
- HERWAARDEN, Jan van. *Between Saint James and Erasmus*. Studies in Late-Medieval Religious Life: Devotion and Pilgrimage in the Netherlands. Leiden e Boston, Mass.: Brill, 2003.
- JANSEN, Katherine Ludwig. *The Making of the Magdalen: Preaching and Popular Devotion in the Later Middle Ages*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000.
- JORDAN, William Chester. *Unceasing Strife, Unending Fear: Jacques de Thérines and the Freedom of the Church in the Age of the Last Capetians*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2005.
- KAMERICK, Kathleen. *Popular Piety and Art in the Late Middle Ages: Image Worship and Idolatry in England, 1350-1500*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002.
- KENNY, Anthony. *Wyclif*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- _____. (Org.). *Wyclif in His Times*. Oxford: Clarendon, 1986.
- KIECKHEFER, Richard. *European Witch Trials: Their Foundations in Popular and Learned Culture*. Berkely: University of California Press, 1976.
- _____. *Unquiet Souls: Fourteenth-Century Saints and Their Religious Milieu*. Chicago, Ill. e Londres: University of Chicago Press, 1984.
- LAHEY, Stephen E. *Philosophy and Politics in the Thought of John Wyclif*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LERNER, R. E. *The Heresy of the Free Spirit in the Later Middle Ages*. Berkeley: University of California Press, 1972.
- LINDER, Amnon. *Raising Arms: Liturgy in the Struggle to Liberate Jerusalem in the Late Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2003.
- MACCULLOCH, Diarmaid. *The Reformation: A History*. Londres: Penguin Group, 2003.
- MACDONALD, A. A.; RIDDERBOS, H. N. B.; SCHLUSEMANN, R. M. (Eds.). *The Broken Body: Passion Devotion in Late-Medieval Culture*. Groningen: Forsten, 1998.
- MCGINN, Bernard. *The Presence of God: A History of Western Mysticism*. 6 v. entre os quais quatro foram publicados até hoje (2006). Nova York: Crossroad, 1994.
- _____. *The Mystical Thought of Meister Eckhart: The Man from Whom God Hid Nothing*. Nova York: Crossroad, 2001.
- _____. *The Harvest of Mysticism in Medieval Germany (1300-1500)*. Nova York: Crossroad, 2005.
- _____. (Org.). *Meister Eckhart and the Beguine Mystics: Hadewijch of Brabant, Mechteld of Magdeburg and Marguerite Porete*. Nova York: Continuum, 1994.

- MANSFIELD, Mary C. *The Humiliation of Sinners: Public Penance in Thirteenth-Century France*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2005.
- MARKS, Richard. *Image and Devotion in Late Medieval England*. Stroud: Sutton, 2004.
- MENACHE, Sophia. *Clement V*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- MUSTO, Ronald G. *Apocalypse in Rome: Cola di Rienzo and the Politics of the New Age*. Berkeley e Londres: University of California Press, 2003.
- MURDOCH, Brian. *The Medieval Popular Bible*. Expansions of Genesis in the Middle Ages. Rochester, N.Y. e Woodbridge: Boydell & Brewer, 2003.
- NIEUWENHOVE, Rik van. *Jan van Ruusbroec: Mystical Theologian of the Trinity*. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press, 2003.
- NIXON, Virginia. *Mary's Mother: Saint Anne in Late Medieval Europe*. University Park, Pa.: Pennsylvania State Press, 2004.
- OAKLEY, Francis. *The Western Church in the Later Middle Ages*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1979.
- _____. *Natural Law, Conciliarism and Consent in the Late Middle Ages*. Studies in Ecclesiastical and Intellectual History. Coletânea de estudos. Londres: Variorum Reprints, 1984.
- _____. *The Conciliarist Tradition: Constitutionalism in the Catholic Church, 1300-1870*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2003.
- OBERMAN, Heiko A. *The Dawn of the Reformation: Essays in Late Medieval and Early Reformation Thought*. Edimburgo: T&T Clark, 1986.
- OZMENT, Steven. *The Age of Reform, 1250-1550: An Intellectual and Religious History of Late Medieval and Reformation Europe*. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1980.
- PALMER, Robert C. *Selling the Church: The English Parish in Law, Commerce, and Religion, 1350-1550*. Chapel Hill e Londres: University of North Carolina Press, 2002.
- POST, R. R. *The Modern Devotion: Confrontation with Reformation and Humanism*. Leiden: Brill, 1968 (original holandês, 1940).
- RENOUARD, Yves. *The Avignon Papacy, 1305-1403*. Londres: Faber, 1970 (original francês, 1969).
- REX, Richard. *The Lollards*. Basingstoke e Nova York: Palgrave, 2002.
- ROSENTHAL, Joel. *The Purchase of Paradise*. Gift Giving and the Aristocracy, 1307-1485. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1972.
- RUBIN, Miri. *Corpus Christi: The Eucharist in Late Medieval Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- SAAK, Eric L. *High Way to Heaven: The Augustinian Platform between Reform and Reformation, 1292-1524*. Leiden: Brill, 2002.
- SIMONS, Walter. *Cities of Ladies*. Beguine Communities in the Medieval Low Countries, 1200-1565. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 2001.
- SOMERSET, Fiona; HAVENS, Jill C.; PITARD, Derrick G. (Orgs.). *Lollards and their Influence in Late Medieval England*. Woodbridge e Rochester, N.Y.: Boydell & Brewer, 2003.
- STEPHENS, Walter. *Demon Lovers: Witchcraft, Sex and the Crisis of Belief*. Chicago, Ill. e Londres: University of Chicago Press, 2002.
- SWANSON, R. N. *Religion and Devotion in Europe, c. 1215-c. 1515*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- TIERNEY, Brian. *Foundations of the Conciliar Theory: The Contribution of the Medieval Canonists from Gratian to the Great Schism*. 2. ed. Leiden: Brill, 1998.
- VAUCHEZ, André. *The Laity in the Middle Ages: Religious Beliefs and Devotional Practices*. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press, 1993 (original francês, 1987).

- _____. *Sainthood in the Later Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997 (original francês, 1981).
- WATERS, Claire. *Angels and Earthly Creatures: Preaching, Performance and Gender in the Later Middle Ages*. Filadélfia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 2004.

CAPÍTULO 16

NOVOS TEMPOS?

Como vimos na introdução, é difícil traçar com clareza uma linha entre a “Idade Média” e o “início da modernidade”. Nenhuma mudança “histórica” aconteceu em qualquer das datas simbólicas conhecidas (1453, 1492, 1498, 1517, menos ainda em 1500). Cada uma dessas datas tratou de um aspecto particular da realidade de sua época (expansão otomana, viagens de descobrimento e colonização, e Reforma). Além disso, pelo menos até a Revolução Francesa, as estruturas básicas da Idade Média permaneceram intactas: uma sociedade acima de tudo agrária, baseada na hierarquia de classes, construída sobre um fundamento monárquico e localmente independente. Em vez de nos dedicarmos a controvérsias sem sentido sobre a demarcação de uma era, como fizemos com a transição do fim da Antiguidade, mencionaremos a perspectiva dos historiadores que acreditaram que poderiam identificar logo a transição para um novo período ou os que continuaram presos à época antiga. Na realidade, as duas tendências coexistiram em uma relação de tensão criativa.

Fernand Braudel, o famoso historiador francês, introduziu o conceito de “longo século XVI”, situado entre 1450 e 1650. Essa foi uma época de crescimento, expansão e inovação em quase toda a Europa. Seu ponto de vista é sustentado pelos indicadores demográficos e econômicos, e, apesar das irrupções esporádicas de epidemias, seus efeitos foram menos desastrosos do que entre 1347 e 1450, e a população da Europa voltou a crescer. Se as epidemias recorrentes promoveram uma queda no número de habitantes de 75 milhões para 50 milhões de pessoas em 1450, em 1500, a população, de acordo com a estimativa e a inclusão ou não da Rússia e dos Bálcãs, situava-se entre 61 e 82 milhões, e, em torno de 1600, atingiu 78 e 106 milhões, mais do que em qualquer outro período. As pessoas aprenderam a lidar com doenças contagiosas e conseguiram mantê-las sob controle. O crescimento populacional deveu-se, sobretudo, à introdução de métodos de agricultura intensiva, que antes eram aplicados apenas às regiões mais avançadas. O crescimento substancial da capacidade de transporte também facilitou a exportação regular de grandes quantidades de grãos para regiões densamente povoadas; 6 mil hectolitros de grãos foram exportados de Danzig/Gdansk para o Ocidente em 1470, 30 mil em 1490 e 120 mil em 1560.

Estima-se que o volume total de grãos exportados da Prússia, entre 1562 e 1569, tenha sido em média de 218 milhões de litros por ano, o suficiente para atender à demanda de pão de 650 mil pessoas.

Uma abordagem simplista do “longo século XVI” como uma fase de crescimento ignora diferenças regionais, que eram consideráveis até mesmo no século XX. Os Bálcãs e a Hungria sofreram terrivelmente sob as guerras da conquista otomana. Depois de 1494 houve uma crise grave no norte e no centro da Itália, quando as grandes potências continuaram a travar suas guerras nessa região. Essa foi uma das causas da mudança da liderança econômica, e a Itália, que havia sido líder indiscutível desde a fase do crescimento no início do século XI, foi suplantada pela região do Mar do Norte, em especial pela Antuérpia. Se compartilharmos o ponto de vista de Braudel da unidade do período entre 1450 e 1650, veremos que a perspectiva econômica é crucial. Resumiremos neste capítulo algumas das tendências nos séculos XV e na primeira metade do século XVI, que resultaram do desenvolvimento durante a Baixa Idade Média.

ACELERAÇÃO

Sob a ótica da Idade Média, as descobertas do fim do século XV e do século XVI podem ser mais bem descritas como acelerações progressivas do que como rupturas radicais, a exemplo da invenção da imprensa. A partir do século XIII, o governo, o comércio, a Igreja, a educação e a literatura fizeram um uso crescente da palavra escrita. Ao mesmo tempo, houve uma propensão para o uso da língua vernácula e, assim, segmentos cada vez maiores da população participaram da cultura escrita. O pergaminho logo se tornou um item escasso, reservado a livros luxuosos. O papel mais barato possibilitou o crescimento contínuo da alfabetização das pessoas. Nos Países Baixos, o movimento da reforma religiosa da devoção moderna, que conquistou grande número de seguidores nas últimas décadas do século XIV, foi um exemplo típico do uso da língua local. Entre seus objetivos estava a difusão da literatura religiosa em holandês, com a distribuição de panfletos baratos que pudessem ser lidos por todos “em qualquer canto”, como disse Geert Groote.

A demanda crescente pela palavra escrita explica a busca por métodos de reprodução mais rápidos e em larga escala. Quando Gutenberg imprimiu a primeira Bíblia em Mogúncia, em 1456, ele iniciou um processo que logo seria imitado e aprimorado. Não há dúvida de que a imprensa exerceu um papel significativo na divulgação das novas ideias políticas, religiosas e científicas. Mas, mesmo assim, a tecnologia não foi responsável pela revo-

lução da mídia fomentada, na verdade, pela demanda cada vez maior por uma literatura religiosa íntima e pessoal que atendesse à necessidade de uma percepção religiosa mais individual. Uwe Neddermeyer calculou que no Sacro Império Romano Germânico, inclusive em grande parte dos Países Baixos, a produção de livros escritos à mão aumentou 10 vezes, em duas ocasiões, durante a Baixa Idade Média: de 20 mil por ano em 1370 a 200 mil em 1460, e para 2 milhões em torno de 1500. Não é de se admirar que foram feitos esforços para encontrar-se métodos mais eficientes de produção.

A colonização além-mar expandiu-se no Mar Mediterrâneo, no Mar Báltico e no Mar da Irlanda no século XII. Os viajantes europeus começaram a procurar rotas terrestres para o Extremo Oriente a partir de meados do século XIII e, logo em seguida, também rotas marítimas. Os europeus mostraram-se receptivos ao contato com as áreas periféricas, mesmo se no início essas regiões fossem culturas superiores em todos os aspectos, como no caso dos muçulmanos. As viagens de descobrimento ao longo da costa da África e, mais tarde, cruzando os oceanos, foram uma consequência lógica da dinâmica crescente existente há séculos, embora seja preciso reconhecer o impulso de Colombo e Vasco da Gama com suas iniciativas pioneiras. No entanto, por diversas décadas essas descobertas tiveram apenas efeitos marginais na economia europeia. O crescimento econômico dos séculos XVI e XVII não implicou uma transição para um sistema totalmente diferente e, sim, significou um estágio mais elevado da sociedade pré-industrial. Nem se deve supor que a Europa nessa época atingira um nível de desenvolvimento econômico, cultural e político maior que a China, o Japão e alguns principados da Índia. Até a industrialização, a Europa ocidental era apenas uma das sociedades agrícolas mais desenvolvidas do mundo. No máximo, houve mais iniciativas em direção a outros continentes, mas se isso foi um sinal de progresso ou de necessidades relativas, ainda é uma questão polêmica.

As viagens europeias de descobrimento mudaram de maneira rápida e evidente a visão ocidental do mundo. Os delineamentos geográficos visualizados nos mapas desenvolveram-se com base no conhecimento e na experiência mais ampla dos navegadores. Os atlas publicados na Antuérpia por Abraham Ortelius, em 1570, e Gerard Mercator, entre 1585 e 1589, reuniram aos poucos os novos fatos e ideias a partir das descrições das regiões costeiras por gerações de marinheiros. Assim, a visão das pessoas sobre o mundo desenvolveu-se em algumas gerações até à sua configuração global atual.

O Capítulo 12 descreveu como os humanistas italianos dos séculos XIV e XV refinaram seu conhecimento com a consulta a fontes antigas, aprimoraram o estudo das línguas clássicas e da literatura e, acima de tudo, elaboraram um conceito de educação a partir delas. A “escola latina” foi o modelo pedagógico predominante até a década de 1960, com a difusão de

seus métodos inovadores. As escolas da Contrarreforma, sobretudo as administradas pelos jesuítas, e as escolas de gramática e de ensino médio de países protestantes constituíram fontes poderosas para a disseminação da imagem de um renascimento fundamental. No entanto, os dois sistemas cometeram o erro de se supervalorizar. Havia interesse e admiração pela cultura da Antiguidade durante toda a Idade Média. Embora os humanistas da época medieval tardia tenham analisado um número maior de manuscritos antigos, além de textos cristãos do início do Cristianismo, e houvessem se tornado mais críticos na busca de suas fontes, só no século XIX a filologia científica atingiu o nível dos padrões atuais. Sem as cópias constantes realizadas por monges medievais diligentes, as traduções de estudiosos ibéricos e a curiosidade dos franciscanos e dominicanos, uma parte importante dos escritos da Antiguidade jamais teria sido preservada.

Os métodos e conceitos medievais ainda foram seguidos nas universidades, apesar do trabalho dos humanistas italianos. O estudo da Medicina baseou-se nos antigos ensinamentos gregos dos quatro humores ou fluidos corporais até o século XVII e estava muito distante da cama do doente, ao passo que a Teologia concentrava-se na autoridade dos professores da Antiguidade. Em 1543, o fundador da anatomia moderna, Andreas Vesalius, de Bruxelas, publicou um estudo empírico monumental e ricamente ilustrado da anatomia humana, indicando os erros na Teoria de Galen do século II. Ele dissecou corpos diante de seus alunos e confrontou-os com essas observações empíricas e as ideias ultrapassadas de Galen. Deparou-se com tanta oposição dos defensores dos ensinamentos tradicionais que teve de demitir-se das universidades de Louvain, Pádua e Piza, onde ensinava. Embora as descobertas de Vesalius fossem tão inovadoras, ainda assim, ele fez parte de uma tradição cirúrgica ativa nas universidades de Paris e de Montepellier até cerca de 1300.

Em 1920, o ilustre pensador e estudioso Max Weber propôs que a busca racional de lucro por parte do capitalismo comercial só poderia florescer nos lugares onde a ética protestante de austeridade predominasse. Com essa premissa, ele quis dizer que o capitalismo comercial não poderia ter existido na Idade Média. No entanto, é importante ressaltar que, após um estudo mais aprofundado das fontes medievais comerciais e de outros assuntos, os especialistas modernos concordam unanimemente que os comerciantes e empreendedores na Itália, no sul da França e nas cidades da Catalunha e da região flamenga tiveram uma “mentalidade capitalista” a partir do século XII. Eles procuravam de maneira racional conseguir o máximo de lucro possível, que era reinvestido no negócio para fazê-lo prosperar. Outras considerações, religiosas ou éticas, por exemplo, subordinavam-se à busca do lucro. As formas de integração vertical e de sociedade baseadas em participação societária cresceram a partir do século XIII. Cabe também men-

cionar que as grandes firmas capitalistas do século XVI, como os Fuggers e os Welsers de Augsburg, apesar de serem maiores que as firmas medievais, não diferiam muito em sua essência.

Assim como a produção de livros, a colonização, a cartografia, a cirurgia e o capitalismo comercial, a Reforma não foi um acontecimento novo. Lutero era mais conservador em muitos aspectos em seus princípios políticos e sociais, por exemplo, do que os albigenses do século XIII ou John Wyclif. A crítica do clero ecoou nos trabalhos de Jan van Leeuwen, o “bom cozinheiro” do mosteiro de Groenendaal na floresta de Soignes, ao sul de Bruxelas, entre 1355 e 1370, com tanta ênfase como em Erasmo. Geert Groote inspirou-se em Jan van Ruusbroec, o primeiro prior de Groenendaal que, com sua insistência por um modo de vida simples, austero e de devoção sincera, se uniu a uma longa linha de reformadores que lutaram pelas reformas da Igreja realizadas em intervalos regulares a partir do século X. Alguns foram aceitos pela Igreja, às vezes depois de negociações difíceis, concessões e secessões, como São Francisco de Assis e seus seguidores. Outros, em especial os que criticaram a ordem sociopolítica, como os albigenses, os lollardos e os hussitas, e os luteranos e anabatistas, no século XVI, foram condenados como hereges e queimados na fogueira sem piedade.

As críticas formuladas pelos reformadores do início do século XVI assemelhavam-se muito às críticas dos séculos anteriores. Eles censuravam o amor pela luxúria e a conduta mundana do clero, e o caráter puramente formal do ritual da Igreja. Eles pregavam a Bíblia e a leitura na língua local, e o papel da consciência individual. As maiores diferenças entre a primeira metade do século XVI e os primeiros movimentos da Reforma residiram na combinação de uma Igreja sem autoridade moral e incapaz de incorporar a crítica de maneira positiva, a forte interrelação entre a autoridade do Estado e a hierarquia da Igreja, além da enorme disseminação do pensamento reformista divulgado pela imprensa. Os efeitos da Reforma do século XVI foram mais duradouros do que os movimentos anteriores que, apesar de mais efêmeros, lançaram a semente reformista.

Por fim, “o início da idade moderna” está associado ao período do “Estado moderno”. Até na descrição precisa dessa expressão, no sentido de uma organização centralizada de governo que demonstrou ser um poder supremo e eficaz em seu território, é possível ver os primeiros exemplos como a Inglaterra no século XII, Castela e a Polônia nos séculos XVII e XVIII. É preciso mais uma vez enfatizar que as diferenças eram de grau e não de importância, além da grande diversidade entre as regiões em todos os períodos. O movimento expansionista ocorreu nas monarquias mais importantes do Ocidente a partir do século XII, com um desenvolvimento nem sempre direto, mas contínuo em longo prazo.

Os territórios da França, da Inglaterra e os reinos da Espanha, os principados dos Países Baixos e os estados regionais italianos expandiram-se com regularidade e seus recursos cresceram proporcionalmente. O poder de destruição deles ultrapassava o dos príncipes, o dos senhores locais ou das cidades que, por isso, foram fatalmente, destituídas de seu poder. A autonomia das entidades locais e sua expressão política nos parlamentos e assembleias foi prejudicada. Esse processo iniciou-se em meados da Idade Média, às vezes desenvolvendo-se com mais vigor e em outras ocasiões enfrentando dificuldades. O modelo de Estado particularista medieval, fundamentado nos direitos autônomos das comunidades e regiões locais, existiu até o final do século XVIII nos Estados mais desenvolvidos da Europa, como as Províncias Unidas, o norte da Itália e a Suíça. Os Estados monárquicos expandiram seus domínios e fortaleceram-se em consequência dos conflitos constantes, em especial entre o império dos Habsburgo, a França e a Inglaterra. A ameaça da expansão otomana estava sempre presente, sobretudo para os Habsburgo.

AS RAÍZES MEDIEVAIS DA CULTURA MODERNA

Como conclusão, gostaríamos de examinar os aspectos distintivos de nossa cultura que poderiam remontar às origens medievais. Muitas das características fundamentais da Europa atual são resultado dos desenvolvimentos ocorridos durante a Idade Média.

A Europa caracteriza-se por sua diversidade cultural: a multiplicidade de povos, as línguas e os costumes formam a base de uma consciência que, em determinados períodos, foi exacerbada por um nacionalismo agressivo. No início da Idade Média, as áreas linguísticas consolidaram-se em consequência da migração e da aculturação. Essa diversidade cultural europeia contrapõe-se hoje a continentes que, apesar da grande variedade de culturas, a língua e um conjunto de valores comuns propiciam uma estrutura integrada. Essa cultura foi fomentada na China pelo império, e nas regiões islâmicas pela religião e a língua árabe. Esse padrão cultural unificador não existia na Europa. De certa forma a Igreja Católica incentivou um espírito de congregação, e o latim – a língua da Igreja – foi a linguagem universal dos estudiosos e dos governos até o século XIII, com o mesmo papel na Europa, como foi o mandarim na China. Entretanto, a Igreja fracassou em sua ambição de se tornar um poder universal. A fragmentação política criou uma barreira para a homogeneização cultural, até mesmo reforçando, aos poucos, a identidade nacional.

Ao longo dos séculos, a Igreja tem sido uma instituição cultural de uma influência excepcional. Ela foi o meio mais importante de transferência da

cultura clássica, à qual acrescentou valores cristãos específicos, que em muitos casos eram diametralmente opostos aos da Antiguidade. Em princípio, a Igreja defendia todas as almas humanas e, portanto, tinha de se opor à escravidão, a contratos de trabalho injustos e o assassinato arbitrário. Defendia, mais uma vez em teoria, valores espirituais acima dos valores materiais, pobreza acima da riqueza, os fracos acima dos poderosos e encorajava a caridade e o amor ao próximo. Embora esses princípios nem sempre fossem aplicados, mesmo assim os reformadores e os zelotes recebiam a mensagem e a transmitiam. A Igreja foi a instituição medieval mais antiga e mais abrangente e, ao longo do tempo, conseguiu difundir sua mensagem com relativa independência. A escravidão desapareceu entre os cristãos europeus durante a Idade Média. Os governantes não podiam mais aplicar a violência de maneira indiscriminada; mais cedo ou mais tarde deveriam prestar contas ao clero. A divisão institucional entre a Igreja e o poder temporal, que se desenvolveu aos poucos depois do final do Império Romano e foi moldada pela doutrina das duas espadas, não teve precedentes na história mundial. Isso permitiu avanços inéditos na Europa que produziram resultados duradouros como formas autônomas de racionalidade nos campos da religião, governo, atividade econômica e pensamento científico. As esferas temporal e espiritual também dividiram-se por diversos períodos em grande parte das regiões do mundo islâmico, o que propiciou um progresso admirável. Mas nesse caso a diferença essencial foi a ausência de um estado hierárquico do clero. Nas culturas asteca ou chinesa, por exemplo, em que essas esferas eram unidas em uma teocracia, as inovações em determinada área podiam ser reprimidas em benefício de considerações de outra natureza.

Durante a Idade Média, o feudalismo assumiu aos poucos a forma de um sistema de relações feudo-vassálicas que visavam à distribuição controlada dos feudos e à garantia do poder militar. Esse sistema exerceu um poder forte, intenso e direto, desde a suserania até o nível local. Organizados de modo rígido e administrados com rigor, os feudos e os principados foram criados a partir de pequenas unidades por um processo de competição e luta contínuos. Em seguida, os rivais mais fracos foram eliminados e a expansão das entidades sobreviventes constituíram a base dos Estados monárquicos. É impossível imaginar a história europeia sem as unidades básicas que a construíram: a fragmentação política e a diversidade cultural. As duas categorias, os povos e os Estados, não se superpuseram, porque se originaram de dinâmicas diferentes. Apesar da forte tendência em relação à homogeneização, durante os últimos 100 anos a maioria dos Estados europeus tinha mais de um grupo étnico. A diversidade cultural e dos Estados, com todas as tensões, conflitos e criatividade, têm sido a característica europeia por excelência. Um império integrado não teria possibilidade

de sobreviver devido à coesão de antigos padrões políticos e culturais. A existência dos impérios poderosos não foi longa no Ocidente. Nos últimos séculos, os impérios Otomano, dos Habsburgo e da Rússia foram os únicos capazes de sobreviver em regiões com menos densidade demográfica e mais subdesenvolvidas do continente. Todos esses impérios desintegraram-se após a Primeira Guerra Mundial, em parte sob pressão das culturas nacionais que datam da Idade Média.

A multiplicidade de entidades políticas e culturais constituiu um impedimento para o exercício monolítico de poder, uma situação reforçada pela organização distinta da Igreja e do Estado. Na Europa não havia uma autoridade central capaz de intervir em todos os campos da atividade humana em um território muito extenso, como havia na China. As distâncias relativamente curtas possibilitaram que os dissidentes e os povos perseguidos se deslocassem para outras regiões. Nos Estados monárquicos, a autoridade central deparou-se, mais uma vez, com grandes regiões que se autogovernavam. As instituições religiosas e os nobres detinham um poder considerável onde os governantes eram incapazes de exercer um controle direto. As cidades continuavam a usufruir de um enorme grau de autogoverno e podiam administrar suas leis. Essa autonomia obrigou os governantes a pedirem opinião ou conselho a seus súditos mais influentes e a seus representantes e, por conseguinte, as restrições constitucionais à monarquia aumentaram, resultando em uma tradição parlamentar. Nenhum príncipe europeu poderia exercer o poder absoluto durante a Idade Média; ele tinha de prestar contas ao seu confessor e aos súditos, que também possuíam meios de exercer o poder. A Europa foi, portanto, o único continente onde as instituições representativas podiam controlar o orçamento em benefício de classes específicas de súditos: o clero, os nobres, os burgueses e os camponeses livres, em momentos cruciais, tinham o poder de reprimir os planos arbitrários dos príncipes.

Uma cultura cívica cresceu nas cidades que, aliada à cultura dos cavaleiros, moldou o padrão de valores e o pensamento dos europeus por muitos séculos. Havia diferenças significativas entre elas. A cultura dos cavaleiros valorizava a coragem e a habilidade com as armas, os feitos corajosos, as façanhas físicas brilhantes, a ajuda altruísta às viúvas, aos órfãos, ao clero e a outras pessoas necessitadas, o desejo de servir a um senhor, a fé cristã fervorosa, a generosidade em compartilhar os saques e os presentes com seus seguidores, e a indiferença aos ganhos materiais. Na versão romantizada, essa cultura desenvolveu o culto ao amor cortês, uma forma literária que ainda existe na literatura popular.

Por sua vez, a cultura cívica dos burgueses caracterizava-se pelo interesse nos negócios, o desejo de ganho material, além da capacidade de lidar

e aprender com outras culturas e classes sociais. Os habitantes dos grandes portos marítimos tinham uma mentalidade mais aberta. As pessoas que moravam nas cidades enfrentavam dificuldades para ocupar um lugar em um mundo controlado pelos proprietários de terras aristocratas e, assim, tinham uma tendência maior a fazer concessões. A avaliação do risco, e não o conflito físico, era o caminho do sucesso. Certos elementos da cultura cavaleiresca aos poucos foram incorporados pela cultura cívica por intermédio da elite da nobreza. No entanto, o que distinguiu os burgueses foi o fato de que eles não permitiam que a Igreja ou os príncipes, ou os aristocratas lhes impusessem suas leis, mesmo que estivessem ansiosos para fazer negócios com eles. O capitalismo comercial surgiu nesse contexto e tornou-se a força propulsora subjacente à economia ocidental.

A Idade Média assistiu à criação de diversas universidades, centros que reproduziam e debatiam o conhecimento adquirido com antigas autoridades. As universidades esforçaram-se em harmonizar as doutrinas cristãs com as ideias importantes da Antiguidade pagã. Mais uma vez houve o interesse em cotejar as antigas teorias com o conhecimento árabe e as observações pessoais. Em tese, as universidades subordinavam-se à autoridade do papa. Na prática, essa subordinação significava que usufruíam de uma grande independência em relação ao clero e aos governantes temporais em seus arredores. O enfraquecimento do papado na baixa Idade Média permitiu o surgimento de intelectuais críticos, que elaboraram novos fundamentos ideológicos em sintonia com as realidades sociais que passavam por mudanças radicais.

O Ocidente cristão originalmente, cresceu com uma percepção nítida, de que ficou atrasado em relação a seus vizinhos poderosos, o Império Bizantino e o mundo árabe. O relacionamento com este último era muitas vezes conflitante, mas isso não impediu as relações comerciais intensas ou as trocas culturais frequentes. O contato mais próximo permitiu que o Ocidente absorvesse essas culturas e evoluísse, libertando-se aos poucos. Com a destruição do Império Bizantino pelo Império Otomano, o Ocidente deparou-se com um enorme desafio militar e cultural. Esse antagonismo predominou nos séculos XVI e XVII na Hungria e no Mar Mediterrâneo. Mais uma vez esse conflito refletiu as disputas na Idade Média. A evolução da Europa durante os diferentes séculos da Idade Média converteu-a em uma entidade que fez uma contribuição radical para a história mundial.

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Este índice foi realizado com a ajuda de Jan de Putter MA. Ele não inclui nomes de lugares ou conceitos que tenham sido mencionados mais de 25 vezes no texto, portanto, não existem palavras como Inglaterra ou impostos. Em geral, só os nomes de imperadores, reis e papas têm os anos em que exerceram suas funções. Os nomes dos mapas só constam do índice se mencionados no texto. As referências a autores modernos estão marcadas com um asterisco (*).

A

- Aachen – 150, 151, 154, 156, 244, 249, 283, 325
Ábaco – 395
Abade (cargos) – 72, 86, 88, 90-92, 95, 104, 115, 119, 135, 203-205, 210, 216, 218-220, 225, 226, 230, 245, 246, 250, 256, 261, 267, 271, 273, 287, 301, 353, 363, 393, 394, 399, 400, 459, 536
Abares – 27, 31, 38, 50, 58, 60, 95, 97, 110, 112, 126, 138, 141
Abássidas, dinastia – 61, 62, 64, 106, 163, 313
Abd al-Malik – 105
Abd al-Mu'min – 277
Abd ar-Rahman I, emir de Córdoba – 163
Abd ar-Rahman III, califa de Córdoba – 163
Abel, Wilhelm – 440, 444
Abelard, Peter – 399, 401-405, 415, 416, 421, 399, 401, 402, 455
Abu Yaqub Yusuf – 277
Abu-Abbas al-Saffah, califa de Bagdá (929-961) – 61
Accursius – 410
Acre – 303, 304, 308, 310-312, 314, 318
Acta dos conselhos – 80
Adalberto, arcebispo de Reims – 261
Adalberto, bispo de Laon – 186, 198, 231
Adalberto, bispo de Praga (Vojtech) – 97, 98
Adam de Bremen – 86
Adelard van Bath (c. 1070-1150) – 396
Adelheid, esposa de Oto I – 247
Adelskirche – 72, 96
Admonitio Generalis – 392
Adriano I (772-795) – 140
Adriano, imperador (117-134) – 16, 24
Adrianópolis – 47, 310, 519
Adrianópolis, batalha de (378) – 47
Advogado, laico – 20, 21, 25, 27, 83, 135, 152, 182, 185, 203, 204, 218, 247, 249, 251, 256, 259, 268, 358, 393, 407, 422, 461, 495-497, 525, 548; *ver também* guardião (legal).
Aegidius Romanus – 198; *ver* Collonna.
Aetius, Flavius – 46, 48, 49
Afonso I, rei de Aragão (1104-1134) – 277
Afonso III, rei da Astúria (866-910) – 99
Afonso IX, rei de Leão (1188-1230) – 510
Afonso VI, rei de Leão e Castela (1072-1109) – 276
Afonso VII, rei de Leão e Castela (1126-1157) – 509
Afonso X, rei de Leão e Castela (1252-1284) – 259
Aforamentos – 445
África – 20, 45, 64, 110, 275, 312, 385, 518, 555
– norte – 26, 37, 48, 51, 54, 60, 70, 83, 85, 123, 160, 161, 277, 323, 369, 396

- ocidental - 322, 338
- oriental - 11, 12, 296
- Agente comercial (representante comercial) - 329, 332
- Agincourt, batalha de - 475, 491
- Angilofingos - 56
- Agostinho (+ c. 605), arcebispo de Canterbury - 78
- Agostinho (354-430), bispo de Hipona - 76, 78, 81; *ver também* domínio dos cônegos agostinianos.
- Agrária/produção; agrícola/produto (economia) - 7, 22, 23, 36, 47, 73, 116, 148, 151, 164, 170, 176, 183, 186, 293, 316, 335, 336, 441, 443, 444, 449, 477
- Agrícola, Rudolf - 426
- Ailly, Pierre d' (1350-1420) - 534
- Aiubidas - 309, 311, 313
- Ajuda aos pobres - 199, 200, 211, 360, 465-467, 515; *ver também* caridade aos pobres - 72, 365, 464; economia de esmolas - 61, 105; pobreza - 114, 198, 222, 225, 226, 368, 371, 413, 463-466, 468, 530, 559; mesas do Espírito Santo - 465
- Ajuda e compensação - 145, 147, 185, 267, 307
- Ajuda espiritual - 255, 544
- Alamanos - 38, 42, 45, 48, 49, 56, 58, 140, 244, 246
- Alan de Lille - 387
- Al-Andalus - 161, 163, 275-277; *ver também* Andaluzia.
- Alarico, chefe dos godos - 45, 47
- Albânia - 31, 520
- Alberto Magno - 410
- Albi - 265
- Albigenses - 221, 222, 226, 234, 236, 237, 265, 557
- Albornoz, Egídio - 534
- Alcaide - 361
- Alcântara, reis de - 221
- Alcázar - 275
- Alcorão - 104, 105, 297
- Alcuin de York - 74, 95
- Alemanha - 2, 36, 49, 56, 126, 137, 151, 156, 177, 181, 183, 188, 193, 195, 205, 219, 221, 243, 244, 248, 249, 250, 255-257, 259, 261, 268, 280, 283, 284, 286, 309, 315, 323, 337, 378, 417, 425, 426, 449, 458, 459, 461-463, 471, 477, 492, 497, 500, 508, 528, 547
- Alepo - 32, 304, 309, 313
- Alexandre II, papa (1061-1073) - 546
- Alexandre III, papa (1159-1181) - 215, 216, 271
- Alexandre VI, papa (1492-1503) - 209
- Alexandre Nevsky, príncipe de Moscou - 517
- Alexandre o Grande - 483
- Alexandria - 19, 69, 78, 81, 83, 295, 300, 307, 328, 332, 337
- Alexis I Comneno, imperador (1081-1118) - 300
- Alfabetização - 337, 392, 501, 541, 554
- Alfredo o Grande, rei de Wessex (871-879) - 99, 113, 158, 159, 267
- Algodão - 274, 296, 297, 336, 337
- Al-Hakam II, califa de Córdoba - 275
- Al-Hakim, califa de Cairo - 64, 106, 297, 301
- Ali, emir da dinastia almorávida - 276
- Ali, primeiro primo de Maomé - 105-106
- Al-Khwarizmi (+ c. 850) - 396
- Almeira - 308
- Almôades - 315
- Almorávidas - 276, 277, 280
- Al-Mutasim, califa de Bagdá - 62
- Alodial - 178
- Al-Qaddisya, batalha de - 60
- Al-Qahira - 64; *ver* Cairo.
- Alsácia - 205, 262, 264, 286, 356, 378, 514
- Al-Tabari (+ 923) - 297
- Al-Zafir, califa do Egito - 306
- Amal - 51
- Amalfi - 294, 299, 318
- Amandus, São - 92, 93
- Ambtmann, amman - 356
- Ambrósio, bispo de Milão (374-397) - 19, 70, 81
- América - 10
- América Central - 148
- América do Norte - 8, 10
- Amman, ambtman - 356; *ver* shout.
- Amsterdã - 326, 345
- Ana (deusa) - 100
- Anabatistas - 557
- Anagni - 526
- Anarquia - 46, 182, 183, 269, 276, 483
- Anatolia - 31, 85, 298, 303, 518, 519

- Ancara – 11
- Andaluzia – 161, 274, 277, 348, 369; *ver também al-Andalus*.
- Andorra – 241, 471
- André o capelão – 198
- Ane, batalha de (1227) – 201
- Angilbert – 393
- Ânglia – 59, 93, 448
- Anglo-saxões, ingleses e saxões – 49, 52, 56, 57, 59, 78, 93-96, 99, 101, 111, 145, 158, 164, 166
- Angoulême – 229
- Anjou (dinastia) – 262, 269, 479, 482-484, 487, 493, 526
- Anjou (país) – 177, 264
- Anticlericalismo – 458, 545
- Antioquia (cidade e principado) – 19, 32, 78, 300, 303, 304, 308, 318
- Antioquia (patriarca) – 19
- Antissemitismo – 68, 237; *ver judeus*.
- Antuérpia – 326, 332, 337, 340, 345, 349, 453, 554, 555
- Apoio de tropas bárbaras ao Exército romano – 42, 43
- Apúlia – 50
- Aquileia – 97
- Aquitânia – 40, 48, 55, 92, 133, 136, 137, 141, 153, 155, 157, 177, 179, 216, 231, 262, 264, 265, 269, 474, 503
- Arado (tipos) – 171-174, 446
- Aragão (reino) – 161, 179, 195, 212, 265, 277, 278, 279, 461, 472, 473, 479, 480, 493, 495, 503, 505, 509, 510-513, 526
- Aragão, Castela e Leão, união de (1469) – 278, 279, 473, 479, 480, 495, 512
- Arcádio – 44, 45
- Arcebispo – 76, 78, 94, 96, 204, 207, 221, 244, 245, 251, 261, 269-271, 282, 306, 394, 399, 401, 534
- Ardennes – 133, 235
- Argel – 276
- Arianismo, arianistas – 28, 53-55, 57, 58, 83, 84, 92
- Ário – 83
- Ariosto, Ludovico (1474-1533) – 425
- Aristocracia (urbana), aristocratas, domínio aristocrata – 19, 22, 36, 46, 54, 72, 74, 86, 92, 95, 97, 98, 109-113, 116, 119, 123-125, 128, 130, 131, 133, 135, 146-148, 150, 157, 178, 182, 184, 186-188, 191, 194, 195, 203, 205, 210-212, 250, 252, 257, 262, 267, 269, 280, 283, 298, 364-367, 371, 374, 426, 431, 450, 451, 456, 462, 465, 474, 490, 520, 561
- Aristóteles (384-322 a.C.) – 383, 385, 396-398, 401, 403, 404, 409, 410, 412, 414, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 452, 528
- Armadura – 143, 187
- Armagnacs – 475
- Armênia – 31, 85, 298, 303, 309
- Armênia Menor – 308
- Arnulfidas – 71, 93, 133, 134, 136-142, 147, 149, 153, 155, 208, 393; *ver pipinidas*.
- Arquidiáconos – 178
- Árpades – 482, 483
- Arquimedes – 397
- Arquitetura romanesca – 227-230
- Arras; paz de Arras (1435) – 164, 264, 365, 475
- Arredores – 205, 349, 422, 435, 498, 514, 526, 561
- Arrendamento (hereditário, vitalício, curto prazo, meeiro) – 182, 185, 306, 433, 441, 443, 444
- Arrendamento de curto prazo – 185; *ver arrendamento*.
- Arsuf – 319
- Artes liberais (artes livres) – 391, 425
- Artes mechanicae – 373, 425
- Artois – 175, 264, 324, 335
- Ascalon – 306
- * Ashtor, E. – 337
- Aspar – 43
- Assassinos – 299; *ver hashihyûn*.
- Associações de diaristas – 451
- Asteca – 1, 559
- Astrolábio – 394, 419
- Astúria – 99, 163
- Auctoritas (na vida intelectual) – 77, 386, 387, 396, 402, 455
- Audiência, tribunal do papado – 413
- Audiência, tribunal do reino na Espanha – 222, 410
- Augustinus Triumphus – 528
- Austrásia – 133-136, 145
- Áustria – 48, 141, 253, 257, 351, 444, 459, 477, 485, 514

Auxerre – 80, 270
 Averroës (Ibn Rushd) (1126-1198) – 397, 399, 412
 Avicena (Ibn Sina) (980-1039) – 389, 410
 Avignon – 49, 275, 329, 332, 413, 422, 473, 500, 526, 528, 531-534
 Ayudas – 503; *ver também* pedidos da ajuda voluntária.

B

Babenberg, dinastia – 253
 Baccalaureus – 410
 Bacon, Roger – 418-419
 Badajoz – 276
 Bagdá – 11, 61-64, 120, 163, 274, 276, 298, 299, 313, 315
 Bailli, *baljuw* – 266, 286
 Balduino de Bolonha – 303
 Baleares – 30, 377, 480
 Báltico – 97, 98, 126, 128, 164, 170, 189, 211, 245, 281, 284, 288, 314, 323, 340, 350, 435, 482, 513, 517, 555
 Bálticos – 279, 294
 Bamberg – 196, 246
 Bangor – 89
 Bannockburn, batalha – 490
 Bannus, *bannum* (prerrogativa real) – 157, 177, 178, 180
 Barão – 268
 Barcelona, cidade – 104, 141, 161, 198, 212, 276, 278, 313, 323, 329, 330, 377, 480
 Barcelona, March espanhol – 161, 278
 Bardi – 329, 332
 Bari – 295
 Baronato, alta nobreza inglesa – 450, 451
 Bar-sur-Aube – 325
 Bascos, país Basco – 56, 93, 192
 Basileia, Concílio de – 48, 367, 535
 Basílica – 17, 25, 79, 151, 205, 208, 215, 225, 231, 235, 249, 251, 282
 Basílio II, imperador (963-1025) – 31, 32, 295
 Batu, neto de Gengis Khan – 516
 Bauernkrieg – 463, 547
 Baviera, bávaros – 56, 76, 94, 95, 141, 153, 157, 246, 250, 253, 487, 488
 Bavo, santo – 319
 Beaucaire – 265
 Beauvais – 288, 353
 Becket, Thomas, arcebispo de Canterbury – 269, 270-272, 452
 Bede, o Venerável – 93
 Beduínos – 38, 60, 62, 106
 Beguinos – 539, 542
 Beijing – 12
 Beirute – 24, 304, 318
 Belfort, *belfries* – 360
 Beneditinos – 90, 216, 220, 227
 Benefício (eclesiástico) – 89
 Benefício, *beneficium*, *beneficia* (feudal) – 142, 147, 157, 365, 479, 533
 Benevento (ducado) – 50, 140
 Beneventum (cidade) – 247-249
 Bengala, baía – 11
 Bento de Núrcia – 90
 Beowulf – 57, 124, 127
 Berberes – 62, 64, 160-162, 276, 277, 297
 Berengario da Capri, Jacopo – 390
 Berengário de Tours – 399-401
 Berenguela – 509
 Berg (condado) – 472
 Bergen (Noruega) – 324
 Bergen-op-Zoom – 327, 449
 Bernard de Chartres – 386, 387
 Bernard de Clairvaux – 188, 189, 213, 214, 220, 221, 399, 402, 405, 542
 Bernardina de Siena – 467
 Berta (filha de Carlos Magno) – 393
 Bertrand du Poujet – 534
 Beurse, van der (família) – 330
 Bíblia – 77, 81, 83, 85, 97-99, 223, 225, 385, 387, 391-393, 399, 409, 427, 531, 540, 544, 554, 557
 – ensinamentos da, 81, 83, 85, 385, 405, 410, 427
 – livros da – 81, 431
 – tradução da – 222, 541
 Bijns, Anna (1493-1575) – 453
 Biografia de santos – 93, 319; *ver vita*.
 Birka – 128, 129, 164
 Bispado – 78, 79, 96, 97, 204, 210, 222, 260, 500, 539
 Bispo (cargos) – 19, 59, 70, 78, 79, 82, 83, 85, 87, 88, 95-97, 135, 172, 186, 205, 206, 223, 234, 235, 247, 249, 314, 386, 391, 393, 397, 404, 409, 418, 493, 527, 535

- Bispo (como senhor secular) – 19, 74, 77,
 92, 135, 231, 235, 270, 353, 405
 * Bisson, T. – 182
 * Blickle, P. – 460
 Bobbio – 89, 218
 Boccacio, Giovanni – 423, 538
 Boccanegra, Simon – 367
 Boécio, Anício – 398
 Boécio de Dácia – 412-414
 Boêmia, boêmios – 97, 246, 250, 338, 339,
 408, 437, 458, 472, 477, 482, 485, 493,
 500, 509, 513, 514, 531
 Bogeslav da Pomerânia – 481; *ver* Erik, rei
 da Dinamarca, da Noruega e da Suécia.
 * Bogin, M. – 192
 Bohemond de Taranto – 303
 Boiardo, Matteo – 425
 Bois-le-Duc – 549; *ver* s-Hertogenbosh.
 Bokassa – 15
 Boleslaw, rei da Polónia – 260
 Bolonha – 15, 226, 256, 257, 270, 317, 357,
 406, 407, 410, 495
 Bolonha, dinastia – 302
 Bonaventura – 412, 415
 Bonifácio IV, papa (608-615) – 99
 Bonifácio VIII, papa (1294-1303) – 525, 526,
 528
 Bonifácio, arcebispo de Mogúncia (674-754)
 – 94
Bonum commune – 358
 Bordeaux – 137
 Bórgia, César – 424
 Borgonha (Franche-Comté) – 253, 265
 Borgonha, dinastia da – 177, 487, 406, 472,
 500, 512, 514
 Borgonha, ducado – 177, 216, 265, 326, 475,
 505
 Borgonha, reino – 133, 135, 218, 219, 244,
 245, 248
 Borgonha, território carolíngio – 137, 145
 Borguinhões (*bourguignos*) – 475
 Boris, cã dos búlgaros – 94
 Bosch, Hieronymus – 549
 Bósnia – 260, 261, 483, 520
 Boston (Inglaterra) – 325
 Botticelli, Sandro – 424
 Bougie – 377
 Bourges – 261
 Bouvines, batalha de – 254, 255, 265
 Brabante – 43, 200, 315, 324, 326, 335, 350,
 375, 408, 488, 510, 511, 513
 Bracton, Henry – 495
 Brandemburgo – 477, 514
 Braudel, F. – 336, 553, 554
 Breda – 375
 Bremen – 141, 314
 Bremen-Hamburg (arcebispado de) – 86, 96
 Brescia – 256
 Brigetinas – 539
 Britnell, R. H. – 335
 * Brooke, C. – 402
 Bruges – 305, 322, 324, 325, 329, 330, 331,
 333, 337, 339, 349, 366, 374, 462, 466,
 500, 513
 Brunelleschi, Filippo – 425
 Bruni de Arezzo, Leonardo – 423
 Brunilda, rainha da Austrásia – 134-136
 Bruno de Egisheim, bispo de Toul – 205; *ver*
 papa Leão IX.
 Bruxelas – 371, 556, 557
 Budapeste – 4
 Buffalmacco – 436
 Buidas – 62, 63
 Bula(s), papal: *Cum inter nonnullos* (1323) –
 225; *Licet ecclesiarum* (1265) – 533; *Non*
parum animus noster (1171) – 98; *Unam*
Sanctam (1302) – 526
Bulgarelli – 236
 Bulgária – 31, 32, 97, 98, 323, 519
 Bulgária, mercado da – 129
 Búlgaros – 27, 29, 32, 38, 58, 60, 236, 280
 Búlgaros, cãs – 31, 94
 * Bumke, J. – 191
 Burgos – 268, 289, 371, 512
 Burgúndios, povo – 48, 54, 55, 58, 59
 Buridan, John (c. 1292-1358) – 417, 419
 Burocracia, burocratização – 7, 29, 30, 60,
 272, 296, 357, 444, 477, 498, 499, 501,
 520, 531
 Bury St. Edmunds – 325
- C
- Caballeros villanos* – 187
 Cabo da Boa Esperança – 12
 Cadiz – 165

- Caen – 229
- Caetani, Benedetto – 525; *ver* Bonifácio VIII.
- Cairo – 64, 274, 294-297, 307, 318, 412, 437
- Calábria – 51, 54, 293, 296
- Calatrava, Ordem da – 221
- Calvino, João – 549
- Câmara dos Comuns – 444; *ver também* parlamento.
- Cambray – 192, 353, 535
- Cambridge – 371, 407, 408
- Camera Apostolica – 214, 532
- Camera Sacri Collegii – 214
- Camerarius (tesouro papal) – 214
- Campo aberto [agricultura] – 199
- Campo de Maio – 152
- Campo de Março – 152
- Campo dos Melros, batalha – 485
- Canção de Rolando – 141, 192, 229
- Cancellaria – 152, 270, 273, 500, 501, 532; *ver* chancelaria.
- Cancellarius (chanceler papal) – 213
- Candia – 312
- Canhões – 491
- Cânone, lei – 77, 301; *ver lei*.
- Canones (regras eclesiásticas) – 77, 81
- Canossa – 207, 209, 251
- Canterbury – 78, 269, 270, 271, 377, 400, 401, 404, 452, 549
- Capeto, dinastia – 177, 264, 265, 281, 474, 509
- Capitalismo – 13
- capitalismo comercial – 123, 332, 556, 557, 561
 - mentalidade capitalista, *Capitulare*, *-laria*, capitular, capitulares – 81, 146, 152, 153, 157, 158, 392, 316, 332, 556
- Capítulo (de cônegos) – 81, 246
- Capítulo (de monges e frades) – 220, 226, 246
- Capítulo (escola[s]) – 392; *ver* escolas.
- Cápua – 247, 249
- Carcassonne – 234
- Cardeal (cargos), colégio de cardeais – 500
- Caríntia – 95, 245, 514
- Caritas – 67
- Carlomano, filho de Carlos Martel – 94, 137, 138
- Carlomano, filho de Pepino o Breve – 139
- Carlos de Anjou, rei da Sicília – 493
- Carlos I o Grande (Carlos Magno), rei dos francos e da Itália – 15, 57, 74, 78, 94, 95, 99, 110, 112, 113, 126, 128, 138-144, 146, 149, 150, 151, 153, 154, 158, 161, 164, 177, 181, 192, 204, 241, 242, 247, 259, 282, 392, 393, 425
- Carlos II o Calvo, rei dos francos ocidentais (840-877) – 125, 152, 155-157, 166, 394
- Carlos IV de Luxemburgo, imperador (1347-1378) – 484, 514
- Carlos Magno – 15, 57, 74, 78, 94, 95, 99, 110, 112, 113, 126, 128, 138-144, 146, 149, 150, 151, 153, 154, 158, 161, 164, 177, 181, 192, 204, 241, 242, 247, 259, 282, 392, 393, 425; *ver* Carlos I o Grande, rei dos francos.
- Carlos Martel, prefeito do palácio – 94, 133, 134, 136, 137, 139, 141, 142, 161
- Carlos o Bom, conde de Flandres – 263, 357
- Carlos o Gordo, rei dos francos orientais e da Itália – 156
- Carlos V, imperador, rei da Espanha (1519-1555) – 488
- Carlos V, rei da França (1364-1380) – 455
- Carlos VI, rei da França (1380-1422) – 475
- Carlos VII, rei da França (1422-1461) – 475, 493
- Carlos VIII, rei da França (1483-1498) – 439, 479
- Carmelitas, Ordens das – 226
- Carpentras – 369
- Cartago – 49, 160
- Cartuxos, Ordem dos – 220, 221, 539
- Casamento (mercado; moral; regras canônicas, estratégia) – 51, 75, 78, 81, 124, 144, 191, 192, 259, 282, 452, 453, 455, 487, 515
- Casimiro III o Grande, rei da Polônia (1333-1370) – 482, 483
- Casimiro, grande duque da Lituânia, rei da Polônia (1440-1492) – 487
- Cassel, batalha de – 462
- Cassianus, Johannus – 88
- Castela – 180, 182, 187, 253, 276-278, 339, 408, 444-446, 449, 472, 473, 479, 480, 495, 502, 503, 508-510, 512, 513, 557
- Castle Combe – 447
- Cavalca, frade Domenico – 436

- Cavaleiros Hospitalários, Ordem dos – 189
 Cavalheirismo – 32, 188-190, 194-197, 199, 353; *ver* cavaleiro.
 Celestino III, papa (1191-1198) – 254
 Celestino V, papa (1294) – 525
 Celibato, clerical – 76, 189, 246, 500
 Cellarius, Cristophorus – 3
 Celtas, céltico – 36, 37, 115
 César, Júlio – 393
 Cesareia – 318
 Cesário, bispo de Arles – 75
 Ceuta – 276, 308
 Chalon-sur-Saône – 326
 Chamavi – 128
 Champagne (condado de) – 177, 235, 262, 324-326, 328, 337
 Chancelaria (*cancellaria*), chanceler – 152, 213, 270, 273, 500, 501, 532
Chansons de geste – 192
 Charles-Robert (Caroberto) de Anjou, rei da Hungria (1310-1342) – 483
 Chartres – 289
 Château-Gaillard – 264
Châtellenies (áreas de castelo) – 262
 Chaucer, Geoffrey – 452
 Chelles – 85
 * Chenu, P. – 395
 Cheque – 275, 306
 Childeberto – 135
 Childerico III, rei dos francos – 138
 Childerico, pai de Clóvis – 43, 55
 Chilperico – 136
 Chilperico I, rei da Nêustria – 135
 China – 2, 10-12, 148, 226, 313, 322, 323, 331, 336, 337, 517, 555, 558, 560
 Chipre – 31, 308, 310, 312, 332, 333, 369
 Chnodomarius, rei dos alamanos – 47
 Chrétien de Troyes – 194
 Chrodegang, bispo de Metz – 90
 Cícero – 20, 393, 421-423, 504
 Cidade – 342-380
 Cidades: conselhos municipais – 355, 461; legislação das cidades – 355; *ver* lei; ligas das cidades – 352; *ver também* Liga Lombarda, Liga Suábia, Liga Hanseática – 257, 324, 326, 339, 471, 481, 482; privilégios das cidades – 352, 356, 367; *ver* privilégios.
 Cilícia – 31
 Cisma (religioso) – 11, 71, 72, 301, 533-536
 Cistercienses – 97, 185, 220, 221, 237, 405
 Cîteaux – 221
Civitas, civitates – 19, 29, 77, 82
 Clairvaux – 188, 189, 213, 214, 220, 221, 399, 402, 405, 542
 Clara de Assis – 224
 Clara de Montefalco – 389
 Clara Vallis – 220; *ver* Clairvaux.
 Clarendon, Constituições de – 271
 Clarissas – 224
 Clás, urbanos – 91, 103, 164, 299, 357, 358, 362
 Classe senatorial/elite – 23, 24
 Claudiano (Claudius Claudianus) – 45
 Clemente IV, papa (1265-1268) – 533
 Clemente V, papa (1305-1314) – 526, 257
 Clemente VI, papa (1342-1345) – 533
 Clérigo (cargo) – 149, 422, 467, 544
 Clermont – 211, 300, 302
 Clero canônico – 81
 Clinton, lorde – 450
 Clotário I, rei dos francos – 134
 Clotário II, rei dos francos – 133
 Clóvis, rei dos francos (481-511) – 43, 51-53, 55, 58, 92, 133
 Cluny – 104, 205, 216-220, 227, 231
 Coblenz – 349
 Coca (tipo de navio) – 322
 Cocanha, país da – 431
 Códice Teodosiano – 152
 Cola di Rienzo – 422
 Coletinos – 539
 Colmar, Campo da Mentira em – 155
 Colônia (principado, arcebispado) – 4, 55, 92, 245, 258, 270, 289, 325, 331, 349, 367, 405, 408, 410, 435, 472, 477, 539, 548
 Colonização – 1, 6, 49, 51, 97, 170, 176, 182, 242, 305, 308, 312, 314, 315, 395, 441, 461, 553, 555, 557; *ver também* hospites – 176, 483; *Ostkolonisation* – 176, 350; reivindicação (terra) – 120
 Colonna – 422, 528
 – Egidio (= *Aegidius Romanus*) – 198
 – família – 422
 – Sciarra, *Colonus* – 528
 Columbanus – 89

- Comes (título romano) – 16, 153; *ver também* conde.
- Comissões para regulamentar o uso da água – 200
- Comitatus pl. *comitatenses* – 16, 47
- Comneno, dinastia – 296, 300
- Complexo tecnológico – 174
- Comuna, comunidade (nas cidades) – 274, 306, 352, 353, 358, 361, 366, 407
- Comuneros (revolta dos) – 512
- Concílio de Constância – 535
- Concílio Germânico – 142
- Concílio, eclesiástico – 142; o movimento conciliar – 533-536; concílios ecumênicos – 80-82, 214, 215; Concílio de Arles (314) – 70; Concílio de Basileia (1431-1449) – 535; Concílio de Chalcedon (451) – 83; Concílio de Clermont (1095) – 211, 300; Concílio de Constância (1414-1418) – 535; Concílio de Latrão, III (1179) – 405; Concílio de Latrão, IV (1215) – 310, 401, 496, 544, 545, 547; Concílio de Niceia (325) – 18, 78, 544; Concílio de Niceia, II (787) – 80; Concílio de Sardica (343) – 77
- Concílios ecumênicos – 80-82, 214, 215
- Conclave – 205, 206
- Condado – 113, 175, 183, 253, 262-265, 268, 278, 303, 305, 309, 310, 325, 326, 354, 356, 359, 379, 447, 472, 493, 505, 514, 526, 539
- Conde – 165, 183, 211, 212, 254, 258, 261-265, 267, 269, 277, 286, 300, 310, 311, 350, 352, 354, 356, 358, 359, 462, 477, 486, 510, 513
- Conde (cargo) – 16, 149, 153, 156, 157, 180, 204, 205, 246, 263, 268, 379, 459, 510
- Condotiere – 490
- Congregação de Windesheim – 540, 541
- Coniuratio (sociedades da espada) – 351; *ver também* comuna.
- Conques – 232
- Conrado de Hohenstaufen – 509
- Conrado II, rei da Alemanha (1024-1039) – 158, 244, 246, 248-250, 260
- Conrado III de Hohenstaufen, rei da Alemanha (1138-1152) – 250
- Conrado, filho do rei Henrique IV – 252
- Consagração (de reis) – 94, 138, 158, 204, 248, 282
- Conselheiros municipais (*scabini*) – 113, 200, 352, 356, 357, 361, 366, 367; *ver também* jurati.
- Constâncio II, imperador (641-668) – 25, 29, 84
- Constantino o Grande, imperador – 3, 24; *ver também* Dádiva de Constantino.
- Constantino V Coprônimo, imperador (741-775) – 30, 84
- Constantino VII, imperador (913-959) – 31
- Constanza da Sicília – 257
- Consuetudines, *malae* – 179, 200
- Consulados del mar – 480
- Contado – 257
- Contos de Canterbury – 452
- Conventuais – 225; *ver* franciscanos.
- Conversi – 185, 220; *ver* irmãos laicos.
- Conversos – 162
- Corbie – 95
- Córdoba (cidade) – 163, 345
- Córdoba (emirado, a partir de 929 califado) – 274-276, 278
- Cornwall – 259, 335, 448
- Coroação (ritual) – 149, 150, 206, 207, 253, 254
- Corpus Christi (comemoração da igreja) – 548
- Corpus Iuris Civilis – 20, 24, 25, 27, 409, 410
- Corregedor – 361; *ver também* regidor.
- Córsega – 211, 318, 359
- Cortes – 111, 125, 190, 191, 192, 276, 361, 384, 422, 479, 480, 494, 497, 498, 501, 503, 510, 520, 526, 530, 536; *ver* instituições representativas.
- Corvey – 95, 219
- Cosini, Silvio – 390
- Courtrai – 374, 490; Batalha das Esporas Douradas,
- Cracóvia – 369, 449
- Crécy, batalha de (1346) – 474, 490
- Credentes (albigenses) – 236
- Crédito dos negócios – 237, 275, 316, 325, 326, 329, 331, 467, 507, 508, 515; *ver também* letras de câmbio, *monti di pietà credo*, crença religiosa.
- Cremona – 252, 256
- Crescentii, família – 247

- Crescentius (patricio romano) – 249
 Creta – 31, 312, 369
 Crimeia – 40, 313, 323, 337, 437
 Crise de subsistência – 431, 434, 435, 443
 Crise malthusiana – 440-442
 Cristina de Pisa – 454, 455
 Cristóvão Colombo – 11
 Croácia – 212, 260, 483
 Cruzada dos Albigenses – 265
 Cruzadas – 97, 189, 211, 214, 216, 221, 237, 253, 258, 271, 277, 280, 293, 294, 296, 300-305, 308, 309, 313, 314; ver também Reconquista – 180, 187, 211, 237, 277, 278, 280, 315, 318, 377, 473, 479, 510, 534; a I cruzada – 189, 219, 237, 252, 302; a II cruzada – 97, 262, 271, 309, 312; a III cruzada – 257, 262, 310; a IV cruzada – 310; a VI cruzada – 311; a VII cruzada – 311; a cruzada albigense – 265
 Cultura cortês – 190; literatura cortês – 192, 194, 201, 454, 543; amor cortês – 190-192, 198, 454, 560
 Cultura do cidadão – 457
 Cumeus – 38; ver (kiptchak) turcos.
 Cunhagem, moedas, monetização – 126, 129, 185, 306, 324, 338, 510, 511; moeda(s) de ouro, dinar(es), ducato, genovino, fiorino, moeda(s) de prata, denarius (pêni), dirham, groot, Grosche, seatta – 23, 29, 126, 129, 145, 166, 306, 330, 338, 410, 502, 506
 Curdos – 62, 63
 Curia (conde, rei) – 264, 286
 Curia (domínio) – 118
 Cúria (papal) – 205, 213, 214, 223, 499, 531-534
 Curtius, pl. *curtes* – 201; ver também propriedade senhorial.
 Cusa, Cusanus – 209, 421, 535; ver Nicolau de Cusa.
 Cuthbert, Santo – 232, 334
- D**
- Dagoberto I, rei dos francos – 93
 Dalmácia – 212, 483
 Damasco – 11, 60, 63, 304, 309, 313
 Damasio, papa (366-384) – 79
 Damietta – 311, 312
 Damme – 350
 Danegeld – 166, 502
 Danilovich, dinastia – 517
 Danse macabre (dança da morte) – 446, 450
 Dante Alighieri (1265-1321) – 423
 Danzig (Gdansk) – 349, 350, 482, 483, 553
 Dar al-Harb – 103
 Dar al-Islam – 103, 105
 Datini, Francesco – 329
 Dauphiné – 265, 514
 Decima regalis (dízimo real) – 142
 Decretistas – 409
 Decreto dos Trabalhadores – 444
 Denarius – 126; ver cunhagem de moedas de prata.
 Descobrimento, viagens de – 553, 555
 Desfiladeiro de São Gotardo – 320
 Desidério, bispo de Viena – 135
 Desmatamento – 176
 Deventer – 326, 366, 539
 Devoção Moderna – 540-542, 554
 Devon – 448
 Dhimma, dhimmi – 299
 Dia de Finados – 216, 217
 Diaconiae – 72; ver diaconato.
 Diácono – 74
 Dictatus Papae (1075) – 206, 526
 * Dierkens, A. – 80
 Dietrich de Freiburg – 419
 Dinamarca – 46, 94, 96-98, 100-102, 174, 472, 481, 504, 515, 525
 Dinamarqueses – 96, 101, 129, 153, 158, 164-166, 245, 280, 323, 502
 Dinastia carolíngia – 136-139, 141, 243; ver também dinastia pipinida.
 Diocese – 19, 77, 80, 204, 205; ver também episcopado; paróquia.
 Dionísio, o Aeropagita (Pseudo-) – 386, 394
 Dispositivos papais – 533
 Dízimo (eclesiástico) – 73, 74, 184, 460, 462, 502
 Dízimo (real) (*decima regalis*) – 142
 Dogma, dogmas – 71, 80, 82-84, 86, 226, 235, 387, 399, 401, 409, 415
 Dogma, dogmas (Islã) – 103, 105
 Domingos de Gusmão, São (= Santo Domínico) – 226

Dominicanos; terceira ordem dos - 539
 Domínio dominicano - 224, 226, 237, 405, 410, 411, 436, 539, 542, 556
 Domínio senhorial (*dominium*) local - 178; propriedade de terras (*Grundherrschaft*) - 113, 116, 145, 149, 267; domínio sobre pessoas (senhor feudal local) - 180
Dominium (da Igreja) - 529, 531
Dominium - 178; *ver também* (local) senhor feudal.
Donatio Constantini, Dádiva de Constantino - 206, 208, 209, 211, 421
 Donatismo - 83
 Donato - 83, 500
Donjon - 180; *ver* torreão.
Dooms (leis anglo-saxônicas consuetudinárias) - 57, 158
 Dordrecht - 349, 374
 Dorestat - 128, 131, 180
 Dorset - 163
 Douai - 349, 353, 373
 Doutrina das duas espadas - 71, 206, 213, 529, 559
 Drácula (Vlad o Empalador) - 485
Drag nach Osten - 176, 350; *ver também* *Ostkolonisation*.
Dregetum Gratiani (c. 1140) - 213
 Drusos - 106, 299
 * Du Cange - 3
 Dubrovnick/Ragusa - 438, 471
 * Duby, G. - 149
 Ducado tribal - 244; *ver* duque, ducado.
 Dürer, Albrecht (1471-1528) - 425
 Duisburg - 325
Duma - 518
 Duns Scotus - 415, 417; *ver* John Duns Scotus.
 Duque, ducado (cargo) - 16, 55, 56, 153, 156, 180, 204, 246, 478; "ducado tribal" - 244
 Durham - 232, 268, 334, 448
 * Dyer, C. C. - 335

E

East Anglia - 56, 164
 Echternach - 133, 219
 Eckhart, Meister - 542

Economia moral - 122
 Edda - 128
 Edessa - 11, 303, 304, 309
 Eduardo I Longshanks, rei da Inglaterra (1272-1307) - 312
 Eduardo II, rei da Inglaterra (1307-1327) - 433, 511
 Eduardo III, rei da Inglaterra (1327-1377) - 444, 474, 504, 509, 530
 Eduardo o Confessor, rei da Inglaterra (1042-1066) - 267
 Eduardo, o Príncipe Negro - 474
 Egito - 11, 28, 29, 60, 64, 85, 87, 106, 160, 163, 200, 294-296, 308, 309, 311-313, 336, 518
 Einhard - 141
 Eiximenes, Francesc - 480
 Elblag/Elbing - 350
 Eleanor da Aquitânia, rainha da França, rainha da Inglaterra - 262, 269, 270
 Eleição canônica (de bispos) - 207, 533
Emporia - 131
 Empréstimos em besantes - 306
Encellulement - 177
 Epidemias, doenças endêmicas - 11, 109, 360, 433, 436, 438, 450, 519, 553; *ver também* peste negra.
 Epifânio, bispo de Chipre - 82
 Erário público - 285, 499
 Erasmo, Desidério - 135
 Eremitas agostinianos - 226
 Erfurt - 408, 417
 Erik VII, rei da Dinamarca, da Noruega e da Suécia (Bogeslav de Pommern) (1389-1412-1439) - 481, 482
 Escatologia - 544
 Escócia - 49, 56, 89, 101, 159, 164, 174, 269, 279, 280, 394, 441, 472, 503, 508, 534
 Escola latina - 555; *ver* escola(s).
 Escolas (*scholae*) de abadias - 392, 395; capítulos - 392; cidades - 360; *ver também* *studium*, universidade.
 Escolas de catedrais - 288, 404, 408, 415; *ver* escolas.
 Escolástica (aprendizado, método, racionalismo, tradição) - 223, 395, 398, 400-402, 418, 420, 423, 426
 Escolasticismo - 395

- Escravidão, trabalho escravo, comércio de
 escravos – 9, 23, 41, 63, 67, 68, 91, 92, 111,
 113-115, 118-121, 123, 125, 145, 163, 178,
 179, 188, 198, 200, 275, 294, 296, 312, 313,
 317, 321, 336, 349, 369, 520, 559
 Escrituração contábil – 331, 350
 Escriturários – 333
 Eslováquia – 260, 339
 Eslovênia – 49, 54
 Esmola (economia) – 61, 104, 134, 367, 465,
 467, 468; *ver também* ajuda aos pobres.
 Espirituais – 189, 203, 225, 256, 259, 283,
 423, 500, 530, 531, 548, 559; *ver* franciscanos.
 Esporas Douradas, batalha das, 374, 490;
ver Courtrai.
 Essex – 56, 459
 Estado papal – 71, 73, 214, 216, 479, 536
 Estados (tripartição da ordem social) – 112
 Estamentos [gerais] – 186; *ver* instituições
 representativas.
 Estatuto dos Trabalhadores – 444
 Estatuto em favor dos príncipes – 256
 Este d', família – 478
 Estevão II, papa (752-757) – 208
 Estevão IV, papa (816-817) – 154
 Estevão, conde de Blois, rei da Inglaterra
 (1135-1154) – 269
 Estevão, rei da Hungria (997-1038) – 260
 Estilo gótico – 4, 228, 286-289
 Estocolmo – 128, 164, 481
 Estônia – 20
 Estonianos – 98
 Estradas, rede de estradas – 16-18, 21, 232,
 242, 313, 320, 324, 326, 329, 349, 360,
 377, 378, 380, 434, 437
 Estrasburgo – 47, 155, 288, 289, 349, 367
 Estremadura – 161
 Estribo – 112, 141, 142
 Esztergom – 260, 377
 Ethelred II, rei da Inglaterra (978-1016) – 319
Ethica (filosofia moral) – 391, 403
 Etiópia – 91
 Euboia – 312
 Eucharius, filho de Stilicho – 44, 45
 Euclides – 396
 Eugênio III, papa (1145-1153) – 96, 214
 Eugênio IV, papa (1431-1447) – 535
 Evangelical – 222, 226, 460
 Exarco – 26, 71
 Excedente da extração – 199
 Excomunhão – 211, 251, 252, 258, 259, 300,
 413, 530
 Exorcista – 74
 Expectativas – 20, 76, 434, 486, 533, 548
 Extensão do império – 144
 Eyck, Jan van – 425
- F**
- Fabliaux* – 198
 Faeroes – 436
 Falta extrema de viveres – 22, 37, 315, 360,
 367, 378, 431-434, 444
 Famagusta – 332, 333
 Faro – 277
 Fátima, filha de Maomé – 105
 Fatímidas, império dos fatímidas – 63, 64,
 106, 163, 294, 296-299
 Fechamento – 366, 450
 Feiras, anuais (e ciclos de) – 125, 262, 324-
 329, 336, 337, 449
 Felipe (pretendente), rei da Alemanha
 (1198-1208) – 254, 255
 Felipe da Alsácia, conde da Alsácia, conde de
 Flandres (1157-1191) – 262, 264, 286, 356
 Felipe II Augusto, rei da França (1270-1314)
 – 262, 264, 265, 286, 310
 Felipe II, rei da Espanha (1555-1598) – 510
 Felipe II, rei da França (1060-1108) – 266,
 270
 Felipe III, rei da França (1270-1285) – 493
 Felipe IV o Justo, rei da França (1285-1314)
 – 503, 526
 Felipe o Bom, duque da Borgonha – 265, 326
 Felipe VI de Valois, rei da França (1328-
 1350) – 462, 509
 Feódor, filho do czar Ivan o Terrível – 516
 Fermo – 251
 Fernão, rei de Aragão e Sicília (1479-1516)
 – 473
 Ferrara – 426, 472, 478, 535
 Ferrer, frade Vicente – 546
 Ferro (utensílios, produção) – 11, 95, 134,
 142, 143, 164, 172, 174, 176, 187, 294,
 307, 336, 339, 346, 356

Feudalismo – 123, 149, 197, 359, 490, 510, 559
 Feudo[s], feudal, direito – 148, 158, 197, 204, 258, 265, 284, 356, 361, 479, 526; *ver também wergeld*.
 Feudo-vassálicas, relações – 142, 148, 479, 559
 Fidalguia, classe dos cavaleiros (cf. cavaleirismo) – 33, 37, 62, 112, 142, 143, 181, 183, 186-190, 194-197, 199, 268
 Fiesole – 45, 390
 Filástrio, bispo de Brescia – 82
 Filon de Alexandria – 574
 Finns, Finlândia – 98
Fight – 104
 * Fletcher, R. – 72
 Floresta de Feckenham – 177
 Floresta de Sherwood – 176
 Focas, Niceforos II, coimperador (963-969) – 31,
Foedus, foedera, foedarati – 43
 Fogo de Santo Antônio – 433
Fondaco, fondachi – 323
 Fontevault – 221
 Fossanuova – 411
 Frades menores – 223, 224, 226; *ver franciscanos*.
 Frades pregadores – 226; *ver dominicanos*.
 França (cf. Gália),
 Franciscanos – 223-226, 236, 368, 411-413, 419, 530, 531, 538, 539, 556
 – conventual – 225
 – ordem dos – 223-226, 530, 546
 Franciscanos – 223-226, 236, 368, 411-413, 419, 530, 531, 538, 539, 556; franciscanos espirituais – 225; ordem terceira dos – 223-226, 530, 546
 Francônia (Frankenland) – 243, 250, 461
 Francos ripuários – 55
 Frankenhause – 461
 Frankfurt (am Main) – 326, 331, 449, 456
Frankfurter Messe – 327
 Frederico de Büren – 254-255
 Frederico I Barba-Roxa, rei da Alemanha (1152-1190) – 195, 212, 216, 252, 253, 256, 257, 262, 270, 309, 352, 407, 495
 Frederico I de Hohenstaufen – 254-255
 Frederico II, rei da Alemanha (1215-1250) – 248, 253-258, 284, 310, 498

Frederico IV, duque de Suábia – 310
 Frederico V, duque de Suábia – 254-255
 Freiburg – 367, 419, 547
 Friesland Oriental – 471
 Frísia, frísios – 56, 94, 126, 164, 165, 176, 471
 Friuli – 50, 55, 245, 247
 Froissart, Jean – 458
 Fugger – 557
 Fulda – 94, 218, 219
Funduc – 307, 308, 322, 328

G

Gabelle – 504
 Gaismair, Michael – 460
 Galbert de Bruges – 263
 Galeno de Pérgamo – 383, 385
 Galera (tipo de navio) – 503, 520
 Gales, gauleses – 56, 57, 101, 269, 279, 280, 490, 503, 508, 513
 Galla Placidia – 44
 Galipoli – 519
 Gasconha – 56
 Gastalds – 55
 Gaza – 69
 Gdansk – 482, 553; *ver Danzig*.
 Gediminas, governante da Lituânia – 486
 Gediminidas, dinastia – 487
Geel – 233
Gefolgschaft – 47, 92, 109, 110, 124
 Gelásio I, papa (492-496) – 21, 71
Gemot – 268
 Gengis Khan, grande câ dos mongóis (c. 1167-1227) – 516
 Gênova – 295, 303, 308, 313, 318, 323, 328, 337, 338, 347, 362, 367, 379, 471, 473, 478, 503
Gens d'armes – 492
Gens, gentis – 36
 Geoffrey du Parc – 176-177
 Geórgia – 520
 Gépidas – 50
 Gerardo de Cremona – 396
 Gerbert de Aurillac (papa Silvestre II) – 247, 275, 394, 398
 Germânia – 36, 40, 41, 141, 156, 164
 Germânia Secunda – 349

- Germanías* – 512
 Gerson, Jean – 455, 535, 548
 Ghent – 263, 319, 320, 331, 349, 350, 356, 366, 367, 370, 371, 373, 375, 447, 462, 513, 549
 Gibelet – 318
 Gibelinos – 257, 358, 478
 Gibraltar, Estreito de – 10, 53, 161, 322, 503
 Gilbert de Poitiers – 409
 Giro – 331
 Glaber, Rodulfus – 230, 232
Glossa Ordinaria (Bíblia) – 409, 410
Glossa ordinaria (legislação romana) – 409, 410
 Gniezno (Gnesen) – 97
 Godfrey de Bouillon – 302, 303
 Godofredo, rei da Dinamarca – 164
 Godos – 37, 40-42, 45, 47, 48, 51, 53, 57, 58, 91, 92, 111, 287
 Godric – 319
 * Goff, J. Le – 368
 Gorme o Velho, rei da Dinamarca – 101, 102
 Gorze – 219
Gothar – 113
 Gottfried von Strassburg – 194
 Gozzoli, Benozzo – 435
 Graciano – 409
 Granada – 11, 277
 Grande Chartreuse, La – 220
 Grande São Bernardo, desfiladeiro – 320
Grangie – 220
 Gravelines – 505
 Gravensteen – 305
 Gregório I o Grande, papa (590-604) – 68, 81, 85, 90, 93, 99, 135, 432
 Gregório IX, papa (1227-1241) (cardeal Ugolino) – 86, 223, 237
 Gregório V, papa (996-999) – 249
 Gregório VII, papa (1073-1085) – 206, 250
 Gregório XI, papa (1370-1378) – 534
 Gregório, bispo de Tours – 87
 Greifswald – 350
 Greve, grevistas – 373
 * Grierson, P. – 123
 Grifo – 137
 Grisões, Cantão de – 471
 Groelândia – 11, 164
 Groenendaal – 557
 Groningen – 426
 Groote, Geert – 539-541, 554, 557
 Grosseteste, Robert – 418, 419
Grundherrschaft – 116; *ver* (local) senhor feudal.
 Grupos de *status* – 451
 Guadalupe, Compromisso de – 461
 Guardião (legal) – 386, 392, 393, 453; *ver também* advogado(s).
 Gueldres – 348
 Guelfos, família alemã (Welfs); partido italiano – 250, 252-254, 257, 265, 358
 Guerra dos Cem anos – 265, 439, 450, 474, 475, 477, 480, 489, 492, 502-504, 536
 Guiene – 474
 Guilda de comerciantes (hansa) – 365, 366
 Guildas, artesãos – 25, 289, 317, 322, 324, 359, 360, 361, 363, 365, 366, 371-376, 379, 388, 405, 453, 454, 461, 462, 447, 451, 480, 497, 511, 512, 539, 549; comerciantes – 365, 366; professores/alunos – 406, 407
 Guilherme Clito, conde de Flandres – 262
 Guilherme de Ockham – 413, 415-417, 530; *ver* Ockham.
 Guilherme II da Holanda, rei da Alemanha (1247-1256) – 258, 259
 Guilherme II o Ruivo, rei da Inglaterra (1087-1100) – 269, 272
 Guilherme II, rei da Sicília – 257
 Guilherme o Conquistador, rei da Inglaterra (1066-1087) – 169, 172, 187, 212, 263, 267, 269, 272, 281
 Guilherme o Piedoso, duque da Aquitânia – 216
 Guillaume de Loris – 454
 Gutenberg – 554
 Guy de Chauliac – 389
- H**
- Habsburgo (dinastia, império) – 241, 242, 259, 472, 477-479, 485, 488, 490, 501, 505, 509, 512, 514, 558, 560
 Hadith – 104, 105
 Hainault – 352, 433, 472, 486, 488
 Haithabu (Hedeby) – 129, 130
 Hakon, rei da Noruega – 481

- Halberstadt - 95
- Hamburgo (cidade de) - 86, 96, 97, 320, 349, 471; *ver também* (arcebispado) Bremen-Hamburg.
- Hansa - 322, 324, 365; *ver* guildas de comerciantes.
- Hanseníase - 367
- Härad* - 200; *ver* *hundare*.
- Harald Hardrada, rei da Noruega - 267
- Harald Klak - 94
- Haroldo Dente Azul, rei da Dinamarca (c. 935-985) - 101, 102
- Haroldo, conde de Wessex, rei da Inglaterra (1066) - 267
- Hartmann von Aue - 194
- Hashishiyūn* - 299
- Hastings, batalha de - 172, 267
- Hausmacht* - 253, 281, 472
- Hébridais - 473
- Heerkönig* - 92
- Heidelberg - 408
- Heine, Heinrich - 4
- Heliand* - 99
- Heloise, mulher de Abelard - 402
- Henri de Mondeville - 389
- Henrique de Trastámara - 480
- Henrique I Beauclerc, rei da Inglaterra (1100-1135) - 182, 269, 272, 285
- Henrique I o Fowler, rei da Alemanha (919-936) - 242, 243
- Henrique II Plantageneta, rei da Inglaterra (1154-1189) - 182, 211, 264, 269, 270, 272
- Henrique II, rei da Alemanha (1002-1024) - 244, 246
- Henrique III, rei da Alemanha (1039-1056) - 205, 246, 249, 250, 283
- Henrique III, rei da Inglaterra (1216-1272) - 259, 274
- Henrique IV de Lancaster, rei da Inglaterra (1399-1413) - 475
- Henrique IV, rei da Alemanha (1056-1106) - 181, 207, 211, 212, 249-251, 260, 284, 293, 302
- Henrique o Leão, duque da Saxônia e da Baviera - 207, 253, 254
- Henrique V, rei da Alemanha (1106-1125) - 210, 250, 252
- Henrique V, rei da Inglaterra (1485-1509) - 475
- Henrique VI, rei da Alemanha (1190-1197) - 253-255, 257, 258
- Henrique VII de Luxemburgo, rei da Alemanha (1308-1313) - 527
- Henrique VII Tudor, rei da Inglaterra (1485-1509) - 476
- Henrique VII, filho de Frederico II, rei da Alemanha (1222-1235) - 255
- Henrique VIII, rei da Inglaterra (1509-1547) - 507
- Henrique, duque da Baviera - 243-245
- Heráclio, imperador - 29
- Hereditariedade, masculina - 136, 156, 158, 177, 199
- Heregeld* - 502
- Heresia - 28, 71, 82, 83, 98, 103, 193, 211, 223, 226, 235-237, 258, 265, 515, 526, 528, 530
- Hermes Trismegistos - 423
- Hessen - 461
- Hieronimitas, Ordem dos - 539
- Hieronymus Bosch - 549
- Hipócrates - 410
- Hjorring - 127
- * Hodges, R. - 130
- Hohenstaufen, dinastia - 242, 250, 252-255, 257, 259, 310, 358, 461, 478, 479, 509
- Holanda (condado) - 447, 472, 486, 488, 505, 506, 539
- Holanda (nome de um lugar) - 56, 58, 93, 175, 176, 195, 315, 350, 375, 440
- Hondschoote - 447
- Honoratus - 88
- Honório I, papa (625-638) - 82
- Honório, imperador (395-423) - 44-46, 48
- Honra (conceito de) - 27, 86, 144, 145, 188, 190, 199, 263, 268, 356, 357, 373, 454, 490
- Horda Dourada - 313, 486, 516
- Horns de Hattin, batalha - 309
- Hospitais - 306, 360, 390, 464, 465
- Hospites* - 177, 483; *ver também* colonização.
- Hrabanus Maurus - 393
- Huberto, São - 234, 235
- * Hudson, J. - 285

- Hulagu, cã dos mongóis – 313
 Hugo Capeto, rei da França (987-996) – 245, 261
 Hugo de Payns – 189
 Hugo, Victor – 4
 * Huizinga, J. – 5
 Humanismo – 2, 4, 5, 383, 395, 420, 421, 423-427, 383, 395, 420, 421, 423-426
 Humberto, cardeal de Santa Candida – 205, 206
Humiliati – 222, 236
 Humores (corporais) – 385, 386, 388, 556
Hundare (hārad) – 200
 Hungria – 38, 48, 58, 98, 242, 248, 260, 261, 283, 302, 339, 482-485, 504, 509, 514, 519, 520, 534, 554, 561
 Hunos – 39, 41, 42, 47, 48, 456
 Hunyadi, János – 485
 Hus, Jan – 493, 531
 Hussitas – 458, 463, 493, 557
 Hypatia – 69
- I
- Iarlyks* – 516
 Ibiza – 369
 Ibn Fadhlān – 120-122
 Ibn Rushd – 397; *ver* Averroës.
 Ibn Sina – 410; *ver* Avicena.
 Ícones (devção a, veneração a) – 28, 84
 Iconium – 299; *ver* Konya.
 Iconoclasmo – 71, 84
 Identidade étnica – 39
 Identidade nacional, consciência, nacionalismo, formação da proto-nação – 36, 531, 558
 Ifriqya – 64, 163
 Igreja armênia – 300
 Igreja copta – 85
 Igreja galicana – 536
 Igreja jacobita – 300
 Igrejas nacionais – 525, 536
 Île de France – 177, 463
 Iluminismo – 4
 Imame – 64, 106
Imitatio Christi – 223
 Império angevino – 262, 269, 474
 Império latino – 310-312, 397
 Imposto – 4, 61, 73, 110, 166, 197, 214, 271, 273, 299, 324, 353, 364, 378, 458, 460, 467, 493, 502-504, 510
 Imposto de pedágio – 319, 320, 505
 Imprensa (invenção da) – 427, 428, 541, 547, 548, 554, 557
 Imunidade – 23, 154, 473, 501; *ver também* *privilegium immunitatis*.
Incastellamento – 180
 Índia – 10, 11, 16, 64, 337, 396, 555
Indominicatum – 185; *ver* terra indominicata.
 Indulgência – 258, 301, 546, 547
 Inglaterra – 158-159, 266-273
 Ingleses, povo – 254, 265, 268, 271, 332, 339, 445, 458, 475, 480, 488-490, 492
 Inocêncio III, papa (1198-1216) – 206, 212, 214-216, 254, 258, 265, 277, 310, 314, 532
 Inocêncio IV, papa (1243-1254) – 258
 Inquilino-em-chefe – 268
 Inquisição – 237, 413, 542
 Instituições representativas – 471, 487, 489, 493, 494, 499, 505, 506, 507, 511, 512, 515, 561; *cortes* – 111, 125, 190, 191, 192, 276, 361, 384, 422, 479, 480, 494, 497, 498, 501, 503, 510, 520, 526, 530, 536; Estados (em geral) – 471-476, 487-489, 493; parlamento(s) – 4, 444, 477, 480, 489, 492, 494, 499, 503, 504, 507, 511, 512, 558; parlamentos regionais franceses – 492, 494
 Interdição, papal – 271, 273; *ver também* *excomunhão*.
 Interregno – 136, 259, 378, 477
 Investidura (laica) controvérsia da investidura – 195, 205, 210, 252, 259, 284, 301, 511, 533
 Investidura laica – 204, 300; *ver* investidura.
 Iona – 89
Iqta – 62
 Irã – 106; *ver* Pérsia.
 Irlanda – 10, 20, 49, 53, 91, 96, 151, 164, 211, 212, 269, 279, 280, 474, 555
 Irmandade da Vida Comum – 539; *ver também* Moderna Devção.
 Irmandades (religiosas) – 549
 Irmãos laicos (*conversi*) – 185
 Irmãos Livônios da Espada – 314

Irmínio, abade de Saint-Germain – 119, 126
Irmínsul – 99
 Isabel, rainha de Castela e Leão – 473
 Isenção, privilégio de – 294, 307, 322, 364, 498
 Isidoro, bispo de Sevilha – 36, 322, 391, 392
 Islândia – 9, 10, 96, 113, 128, 164, 474
 Ismaeliana, seita – 64
 Isphahan – 11
 Ístria – 140
 Itil – 129
 Ivan III, grande príncipe de Moscou – 517, 518
 Ivan o Terrível, czar da Rússia – 516

J

Jacopo Berengario da Carpi – 390
 Jacopo Cappucci de Viterbo – 528
 Jacopo de Voragine – 548
 Jacquerie – 458, 463, 513
 Jadwiga, herdeira da Polónia – 487
 Jafar al-Sadiq, imame – 106
 Jaffa – 312
 Jagiello, duque da Lituânia – 486, 487
 Japão – 555
 Jarrow – 392
 Jean de Meung – 454
 Jean de Paris – 529; *ver* Jean Quidort.
 Jelling – 100-102
 Jerez de la Frontera, batalha de – 53, 161
 Jerônimo – 81
 Jerusalém – 64, 78, 85, 105, 160, 162, 189, 297, 298, 300-303, 306, 308-311, 315, 318, 385, 435, 549; patriarca de – 19
 Jesuati, ordem dos – 539
 Jesuítas, ordem dos – 556
 Jihad – 105, 277
 Joachim de Fiore – 225
 Joana D'Arc – 455, 475
 João de Monte Corvino – 226
 João de Patmos – 68, 431
 João de Piano Carpi – 226
 João Lackland, rei da Inglaterra (1199-1216) – 264
 João o Bom, rei da França (1350-1364) – 474
 João XII, papa (955-964) – 209, 247
 João XXI, papa (1276-1277) – 409

João XXII, papa (1316-1334) – 225, 528, 530, 533, 534
 João Escoto Erígena – 394
 John Buridan – 417, 419
 John de Leeuwen – 557
 John de Ruusbroec – 557; *ver* Ruusbroec.
 John de Salisbury, bispo de Chartres – 404
 John Duns Scotus – 415, 417
 John Lutterell – 413
 John Wyclif – 459, 530, 540, 557; *ver* Wyclif.
 * Jong, M. de – 392
 * Jordan, W. C. – 434
 Judeus (posição deles; atitude em relação a eles) – 67, 68, 103, 162, 198, 215, 232, 237, 238, 252, 297, 299, 300, 302, 369, 412, 546
 Judith, mulher de Luís o Piedoso – 155
 Julich – 472
 Julgamento por ordálio – 353, 356, 496
 Juliano o Apóstata, coimperador – 47
 Juliano, bispo de Toledo – 59
 Jurados – 285; *ver* *jurati*.
 Juramento(s) – 189, 209, 231, 263, 322, 351-353, 356, 357, 363, 364
 – de ajuda mútua – 155
 – de cargo – 286
 – de Estrasburgo – 155
 – de fidelidade – 141, 146, 151, 152, 155, 210, 251, 264, 267, 268, 508, 510
Jurati (jurados) – 200; *ver também* membros do conselho municipal.
 Justas – 189; *ver* torneio.
 Justiniano, imperador (527-565) – 20, 24, 26-29, 52, 54, 58, 70, 76, 134, 405, 407
 Justino I, imperador (518-527) – 79
 Jutlândia – 46, 101, 127, 129, 320
 Jutos – 49

K

Kabylia – 296
 Kaffa – 313, 323
 Kairouan – 160, 163
 Kálmán, rei da Hungria – 302
 Kalmar, União de – 472, 481, 482
 Kant, Immanuel – 400
 Kaupang – 129, 164
 Kent – 56, 135, 459

Khazares, império dos – 129
 Kiev (principado, cidade) – 32, 98, 121, 129, 439, 486, 516
 King's Bench, tribunal – 494, 495
 King's Lynn – 325
 * Knoll, P. – 483
 Knud IV, rei da Dinamarca – 283
 Knud o Grande, rei da Dinamarca, Noruega e Inglaterra (1019-1035) – 96, 267
 Königstein, Wolfgang – 456
 Konya (Iconium) – 299
 Kosovo – 485, 519; *ver* Campo dos Melros.
 Krajina – 245
 Krak des Chevaliers – 305

L

Lã e o comércio de lã – 119, 125, 316, 325, 328, 334, 335, 337-339, 346, 364, 370, 445, 447, 449, 462, 503, 505; *ver também* tecido, têxtil.
 Lácio – 71
 Lagny – 325
 Lâminas da tesoura negativa de preços – 444
 Lancaster, Casa de – 476
Landfrieden – 231
 Lanfranc de Milão – 389
 Lanfranc de Pavia, arcebispo de Canterbury – 400
 Languedoc – 221, 236, 265, 493, 498, 503, 512
 Laodiceia – 318
 Laon – 205, 288, 353
 Las Navas de Tolosa, batalha de – 265, 277
 László IV, rei da Hungria (1272-1290) – 483
 Lausitz – 472, 514
 * Lawrence, C. H. – 225
 Leão I o Grande, papa (440-461) – 79, 216
 Leão III o Isauriano – 84
 Leão III, papa (795-816) – 150
 Leão IX, papa (1049-1054) – 205, 215, 249, 293
 Leão VIII, papa (963-965) – 247
 Leão, reino de – 182, 277-279, 472, 473, 479, 510; *ver também* Castela e Leão (reino duplo).
 Lechfeld, batalha de – 246
 Leerdam – 350
Legenda aurea – 547
 Lei Comum – 285, 497
 Lei consuetudinária – 57, 145, 255, 315, 353-355, 496; *ver* lei.
 Lei de redução de retornos – 441
 Lei feudal – 196, 353, 462, 511; *ver* lei.
 Lei natural – 461, 495
 Lei romana – 52, 358, 405, 407, 409, 460, 496; *ver* lei.
 Lei, lei canônica – 21, 206, 213, 214, 237, 251, 405, 533, 535, 546; codificação da – 26, 27; Lei Comum (Inglaterra) – 285, 497; lei consuetudinária – 57, 145, 255, 315, 353-355, 496; lei consuetudinária dos servos (*Dienstrecht*) – 354; lei feudal – 196, 353, 462, 511; promulgação de leis – 98, 200, 237, 526; lei comercial – 320-321; lei natural – 461, 495; legislação romana – 24-27; lei municipal – 351-352
 Leiden – 41, 349, 374, 375
 Lecapenos, romanos, coimperador – 31
 Leonardo da Vinci – 390, 425
 Leovigildo, rei dos visigodos – 53
Lèse-majesté – 494
 Letônia, letões – 98, 314
 Letra(s) de câmbio – 316, 329-331
 Levante – 294, 306, 308, 315, 327, 332, 337
 * Lewis, C. S. – 383
Libertas, liberdade, da Igreja (*libertas Ecclesiae*) – 203; de comunidades rurais – 368; de cidades – 368; *ver também* privilégios das cidades.
Licentia [ubique] docendi – 405, 408
 Liechtenstein – 241, 471
 Liège (príncipe) bispado – 222, 234, 235
 Liège, cidade – 120, 234, 319, 348, 349, 374, 472
 Liga Hanseática – 324, 326, 339, 481, 482
 Liga Lombarda – 257
 Liga Suábia (cidade) – 471
 Lille (Rijsel) – 263, 325, 349, 387, 415
 Limes – 16, 42, 43, 46, 91, 92
Limitanei – 43
 Lindisfarne – 89
 Linho (tecelagem) – 171, 172, 274, 297, 326, 328, 337, 338, 445, 447
 Lisboa – 164, 277
Litauenreisen – 486
 Lituânia, lituano(s) – 100, 472, 485-487, 516, 517

Liturgia – 20, 76, 162, 213, 216, 227, 232, 300, 393, 548
 Liudger, abade e bispo de Werden – 95
 Liudolf, filho de Oto I – 245, 247
 Livônia – 486
 Livro de Domesday – 169, 174, 269
 Livros de horas – 544
 Lodi; Paz de – 252, 379, 478
 Lollardos – 531, 540, 541, 557
 Lombardia – 50, 54, 55, 119, 141, 153, 214, 222, 236, 253, 256-258, 325, 328, 352, 358, 422, 477, 490
 Lombardos (povo) (langobardos) – 26, 27, 50, 52, 54-56, 58, 60, 71, 111, 134, 138, 140, 247, 248, 251
 London Hanse – 366
 “longo” século XVI – 5
 * Lopez, R. S. – 316
 Lorraine – 156, 243-245, 302
 Lorsch – 219
 Lotário I, imperador (840-855) – 156
 Lotário II, rei de Lorraine (855-869) – 156
 Louvain – 349, 366, 408, 513, 556
 Lübeck – 314, 320, 323-325, 367
 Lucano – 422
 Lucca – 328, 478
 Lucera – 258
 Luder, Peter – 426
 Lüneburg – 325
 Luís de Anjou (Lajos), rei da Hungria e Polônia (1342-1370-1382) – 487
 Luís de Nevers, conde de Flandres – 462
 Luís IV, rei dos francos ocidentais (936-954) – 245
 Luís IV a Criança, rei dos francos orientais (900-911) – 138
 Luís IV da Baviera, rei da Alemanha (1314-1347) – 477
 Luís IX, rei da França (1226-1270) – 286, 312, 352, 370, 493, 494
 Luís o Gago, reis dos francos ocidentais (877-879) – 157
 Luís o Germânico, rei dos francos orientais (833-876) – 155, 156
 Luís o Piedoso, rei dos francos, imperador (814-840) – 94, 96, 151, 154, 155, 204, 393
 Luís VI, rei da França (1108-1137) – 261, 262, 510

Luís VII, rei da França (1137-1180) – 261, 262, 270
 Luís VIII, rei da França (1223-1226) – 265
 Luís XII, rei da França (1498-1515) – 479
 Luta de classe – 463
 Lutero, Martinho – 417, 426, 427, 460, 549, 557
 Luxemburgo, Casa de – 477, 482, 514
 Luxueil – 89
 Lyons – 23, 101, 222, 258, 326, 449

M

Ma'arrat al-No'man – 302
 Maastricht – 92, 234, 349
 Macedônia – 31, 261, 519
 Madeira – 93, 102, 172-174, 180, 199, 228, 294, 296, 303, 307, 316, 317, 337, 338, 346, 370, 441, 464, 517
 Madhhab – 104
 Magdeburg – 221, 246
 Maghreb – 160, 163, 276, 294
 Magiares – 58, 98, 180, 243, 245, 246, 260, 280, 322
 Magister (grau universitário) – 90
 Magister (título militar romano) – 43
 Magister, o – 44, 52, 408, 410
 Magna Carta – 273, 274, 502, 511
 Magnati (nas comunas italianas) – 367
 Magnati (no império germânico) – 110
 Mahdi – 106
 Mahdiyya – 295
 Maimonides, Moses – 412
 Maine – 262, 264
 Maior domus – 133; ver prefeito do palácio.
 Maiorca – 278, 369, 472, 503
Malae consuetudines – 179, 200; ver consuetudines.
 Málaga – 276, 277
 Malatesta, família – 478
 Malikshâh – 298
 Malinas – 471
 * Malinowski, B. – 123
 Malthus, Thomas Robert – 440, 441
 Mameluco, império – 313, 520
 Mamelucos – 62, 64, 313, 518, 520
 Mancipia – 22, 118; ver escravidão.
 Maniqueísmo – 236

- Mansão senhorial, sistema senhorial (carolíngio); (inglês) – 115, 118-120, 151, 174, 184, 185, 334, 363
- Mântua – 478
- Manuel I, imperador (1143-1180) – 256
- Manzikert, batalha de – 295, 298
- Maomé – 60, 103-105
- Mapa T-O – 385
- Mapas portolanos – 321
- Maquiavel, Nicolau – 424, 425
- March de Estíria – 245
- March espanhol – 278
- March(es) (território de fronteira), (zona fronteira) – 245, 278
- Marches de Elba – 245
- Marco (terra comum) – 57
- Marco Aurélio, imperador (161-180) – 15, 403
- Margrave (cargo) – 149, 156, 247, 477
- Margrete, rainha da Dinamarca, Noruega e Suécia (1387-1412) – 481, 482
- Maria, filha do rei Luís da Hungria – 484
- * Markus, R. A. – 87
- Maronitas – 300
- Marrakesh – 276
- Marrocos – 48, 53, 276, 277, 280
- Marselha – 85, 88, 120, 219, 308
- Marsílio de Pádua – 529
- Martiano Capella – 391
- Martin, bispo de Braga – 391
- Martinho V, papa (1417-1431) – 535
- Martinho, bispo de Tours – 19, 87, 88, 94
- Marxismo – 463; *ver também* neomarxismo.
- Masaccio – 425
- Matias Corvino, rei da Hungria (1458-1490) – 485
- Matière de Bretagne* – 194
- Matilda, imperatriz, filha de Henrique I – 207, 269
- Matilda, margravina da Toscana – 214, 251, 252
- Maurice de Sully, bispo de Paris – 409
- * Mauss, M. – 123
- Maximiliano da Áustria, imperador (1493-1519) – 509
- Mazóvia – 483
- Meca – 60, 61, 104, 160, 275, 406
- Mecklenburgo – 481
- Médici, família – 424, 478
- Medicina – 276, 388, 389, 391, 396, 398, 405, 406, 408, 410, 456, 556
- Medina – 60, 160
- Medinaceli – 161
- Meeiro – 185; *ver* arrendamento.
- Melanchthon, Philip – 427
- Melânia, Santa – 19
- Melle – 126
- Mercator, Gerard – 555
- Mercia – 56, 57
- Mérida – 161
- Merovingia (dinastia, reino[s], império) – 133-136, 147, 154, 391
- Mesas do Espírito Santo – 465; *ver também* ajuda aos pobres.
- Mesen – 325
- Mesta – 446
- Mestrichstvo* – 518
- Michelangelo Buonarroti – 425
- Michele di Lando – 462
- Middelburg – 180, 374
- Mieszko I, príncipe da Polónia – 260
- Mieszko II, príncipe da Polónia – 260
- Miguel de Cesena – 225
- Miguel III, imperador bizantino (842-867) – 94
- Milagre europeu, o – 315
- Mile End – 459
- Miles*, pl. *milites* – 183, 187, 188, 192, 196, 197, 231, 357; *ver também* cavaleiros, fidalguia.
- Ministerials* – 187
- Missi dominici* – 152, 153, 204
- Misticismo, símbolos místicos – 460, 541, 542
- Moçárabe – 162
- Moedas de ouro – 23, 29, 145, 306, 330, 338; *ver* cunhagem.
- Mogúncia, arcebispo – 76, 94, 244, 245, 282, 477, 513
- Mogúncia, cidade – 45, 48, 92, 114, 125, 258, 282, 554
- Mohács, batalha de – 242, 520
- Mohammed al-Muntazar, imame – 106
- Moinhos movidos a água – 335
- * Molnár, M. – 485
- Mónaco – 241, 471
- Monetização – 126, 185, 306; *ver* cunhagem.
- Mongóis, canados mongóis – 12, 313, 314, 322, 338, 456, 483, 516-518

Monofisismo – 28
 Monotelismo – 83
 Montaperti, batalha de – 197
 Monte Cassino – 79, 90, 137, 410
 Monte Saint-Michel – 549
Monti di pietà – 467
 Montepellier – 556
 Montségur – 234, 493
 * Moore, R. L. – 236
 Morávia – 98, 260, 472, 477, 514
 More, Thomas – 467, 468
 Moreia – 520; *ver* Peloponeso.
 Morgarten, batalha de – 201
 Moscou (principado e cidade de) – 486, 516, 517
 Mosul – 32, 309
 Mota e pátio do castelo – 180
 Mourad II, sultão (1421-1451) – 519
 * Muchembled, R. – 457
Mudéjares – 278, 369
 Münster (principado), bispado – 95
 Müntzer, Thomas – 460, 461
 Mulheres, posição das – 88, 452, 453
 * Mullett, M. – 431, 466
 Munique – 4, 41, 413, 529, 530
 Múrcia – 162, 278
 Muret, batalha de – 265
 * Murray, A. C. – 101
 * Myrdal, J. – 174

N

Namur – 349
 Napoleão Bonaparte – 15, 134, 478
 Nápoles, cidade de – 72, 90, 358, 411
 Nápoles, reino de – 50, 445, 472, 479, 484, 526, 528, 533, 534
 Narbonne – 59, 141, 161
Natio, pl. *nationes* – 36, 38
 Navarra, reino de – 161, 212, 311, 500
 Nave (tipo de navio) – 322
 Navio com casco plano (tipo de navio) – 128
 Navio pesado (tipo de navio) – 128
 * Neddermeyer, U. – 555
 Negócio bancário – 332; *ver também* crédito.
 Neogótico (estilo) – 4, 289
 Neomalthusianismo – 440, 441; *ver* Malthus.
 Neomarxismo – 441; *ver também* Marxismo.

Neoplatonismo – 67, 82, 398, 414, 423, 542
 Nero, imperador (54-68) – 391
 Nestorianismo, nestorianos – 83, 85, 300
 Nêustria – 95, 133, 135, 136, 145
 Newfoundland – 164
Nibelungenlied – 48
 Niccolò Massa – 390
 Niceia, cidade de – 80, 299, 303; Concílio de – 18, 78, 80, 544
 Nicolau Oresme – 419
 Nicolau de Cusa – 209, 421, 535
 Nicolau I, papa (858-867) – 188
 Nicolau III, papa (1277-1280) – 530
 Nicópolis, batalha – 519
 Nieuwpoort – 350
 Nivelles – 133
 Nobreza
 – flamenga – 356
 – húngara – 484, 485
 – inglesa – 450, 451
 – lituana – 486, 487
 – russa – 516
 Nogaret, Guilherme de – 526
 Nômades – 7, 27, 36, 37, 38, 47, 62, 63, 129, 145, 160, 295, 296, 298, 301, 483
 Nominalismo – 413-416
 Norbert de Gennepe – 221
 Normandia – 10, 164, 165, 177, 261-264, 266, 267, 273, 293, 438, 449, 475, 510
 Normandos – 10, 211, 212, 230, 267, 268, 281, 285, 293-295, 315, 318, 499, 502, 512
 Northampton – 325
 Northumbria, reino de – 56, 57, 164
 Noruegueses – 267, 281, 288, 324, 437, 473, 474, 481, 482
 Noruegueses – 10, 96, 120-122, 126-129, 163, 164, 166, 180, 293, 502; *ver* vikings.
 Novgorod – 129, 324, 471, 486, 517
 Noyon – 288, 353
 Núbia – 296
 Nur ed-Din, governante da Síria e do Egito – 309
 Nuremberg – 250, 367, 437, 449, 471

O

Obediência – 88, 90, 251, 271, 363, 534, 542
 Observância – 537, 538, 542

Ockham, Guilherme de - 413, 415-417, 530
 Ockhamista, escola - 417
 Odilon, abade de Cluny - 216
 Odo, abade de Cluny - 216
 Odo, bispo de Bayeux - 172
 Odo, duque da Aquitânia - 136
 Odoacer, rei da Itália (476-493) - 43, 49, 54
 Ofensiva civilizada - 457
 Offa, rei de Mercia (757-796) - 57
 Oghuz - 298; *ver* turcos.
 Olaf, rei da Noruega - 283
 Oluf, filho do rei Hakon da Noruega - 481
 Omiadas, dinastia - 61, 63, 163
 Oran - 276, 377
 Ordem de Malta - 189
 Ordem Germânica - 472; *ver* Ordem Teutônica.
 Ordem Terceira - 224
 Ordem Teutônica - 98, 189, 314, 350, 483, 486
 Ordens mendicantes (em geral) - 226, 332, 368, 411, 537, 546, 547; *ver também* ordens religiosas.
 Ordens militares - 306; *ver também* ordens religiosas.
 Ordens religiosas - 188, 221, 237, 277, 306, 360, 405, 465, 510, 537, 539; *ver* cônegos agostinianos - 221, 539; eremitas agostinianos - 226; beneditinos - 90, 216, 220, 227; Irmãos Livônios da Espada - 314; brigetinas - 539; calatravas - 221; carmelitas - 226; cartuxos - 220, 221, 539; cistercienses - 97, 185, 220, 221, 237, 405; coletinos - 539; dominicanos - 539; franciscanos - 530, 546; hieronimitas - 539; jesuati - 539; jesuítas - 556; Cavaleiros Hospitalários - 189; premonstratenses - 97, 185, 220, 221; Templários - 189, 266, 306, 312, 526; terciários (Ordem Terceira) - 224; Ordem Teutônica - 98, 189, 314, 350, 483, 486; teatinos - 539; *ver também* ordens mendicantes, ordens militares.
 Oriflamme - 493
 Orkneys - 437
 Orléans - 393, 408, 455, 475
 Ortelius, Abraham - 555
 Orvieto - 411

Osman - 518
 Ostkolonisation - 176, 350; *ver também* *Drang nach Osten*.
 Ostmark - 141
 Ostrogodos - 26, 49, 51, 54, 55, 58, 110
 Oto I o Grande, rei da Alemanha (936-973) - 204, 209, 244-248, 282
 Oto II, rei da Alemanha (973-983) - 188, 244, 247, 248
 Oto III, rei da Alemanha (983-1002) - 244, 247-249, 260, 394
 Oto IV, rei da Alemanha (1198-12[18]) - 250, 254, 265
 Otoniana (ou Saxônia), dinastia - 96, 177, 242
 Oudenaarde - 374
 Overijssel - 539
 Ovídio - 192, 393
 Oxford - 407, 408, 413, 418, 530
 * Ozment, S. - 528

P

Pacto - 48, 247, 298, 351, 456, 479, 480, 512
 Paderborn - 94, 150
 Padrão de vida - 340, 373, 374, 443, 449
 Pádua - 390, 407, 422, 556
Pairs de France - 474
 Palts, Pfalz - 94, 151
 Pamplona - 161
 Panônia - 54, 98, 141
 Papel moeda - 11
 Parlamento(s) - 4, 444, 477, 480, 489, 492, 494, 499, 503, 504, 507, 511, 512, 558; *ver* instituições representativas.
Parlement de Paris - 497
 Paróquia (igreja[s], clero) - 19, 72, 74, 77, 79, 80, 199, 200, 227, 232, 360, 465, 515, 544
 Particularismo - 362, 558
 Patriarca - 19, 31, 71, 78, 79, 98, 298, 300, 301, 363
 Patrício, São - 91, 95
Patricius [Romanorum] - 248, 366
Patrocinium - 212
 Pavia - 45, 50, 247, 256, 426
Pax Dei (Paz de Deus) movimento - 231, 378
 Paz (de rei, conde) - 145, 155, 231, 252, 283, 285, 311

- Paz de Deus – 218, 231, 232, 252, 283, 300, 301, 378; *ver pax Dei*.
- Pechenegues – 295
- Pedro da Espanha – 409
- Pedro II, rei de Aragão (1196-1213) – 265
- Pedro III, rei de Aragão (1276-1285) – 479, 493
- Pedro o Cruel, rei de Castela (1333-1369) – 480
- Pedro o Eremita – 302
- Pegolotti, Francesco Balducci – 332, 333
- Pelágio, pelagianismo – 83, 84
- Peloponeso, o (Moreia) – 30, 312, 520
- Penitentiaria* – 532
- Pepino I de Landen, prefeito do palácio – 136
- Pepino I, rei dos francos – 138; *ver* Pepino III o Breve.
- Pepino II de Herstal, prefeito do palácio – 133, 134
- Pepino III o Breve, prefeito do palácio, rei dos francos como Pepino I (751-768) – 137, 138, 142
- Pepino o Corcunda, rei da Itália – 140
- Pepino, rei da Aquitânia – 155
- Pequena nobreza – 188, 192, 195, 197, 284, 315, 444, 448, 485
- Pera – 313
- Peregrinação – 104, 106, 160, 163, 218, 229, 232, 233, 235, 452, 548, 549; *ver também* (veneração a) santos.
- Peregrinatio* (irlandesa) – 89
- Perfecti* (albigenses) – 236
- Périgueux – 230
- Péronne – 264
- Pérsia, persas (Irã) – 26, 27, 29, 38, 41, 50, 60, 61-63, 85, 275, 299, 311, 313, 317, 323
- Personae miserabiles* – 453
- Peste negra – 432, 434, 436-438, 440-442, 444, 459, 468; *ver também* epidemias.
- Peter Comestor – 409
- Peter Damian – 399
- Peter Lombard – 409, 410
- Petrarca, Francesco – 3, 422, 423
- * Pevsner, N. – 227
- Philosophia* – 391
- Piacenza – 252, 256, 328
- Piast, dinastia – 482
- Picardia – 264
- Pico della Mirandola, Giovanni – 423
- Pictos – 49
- Pilares da fé – 104
- Pipinida, dinastia – 71, 93, 133, 134, 136-142, 147, 149, 153, 155, 208, 393; *ver também* dinastia carolíngia.
- * Pirenne, H. – 122, 123, 319
- Pisa – 232, 295, 303, 306, 307, 318, 320, 349, 370, 379, 397, 435, 436, 506
- Pistoia – 328, 358
- Pîtres – 166
- Platão – 383, 395, 413, 414, 418, 423; *ver também* neoplatonismo.
- Plectrude, mulher de Pepino II – 136
- Plenitudo potestatis* – 216, 530
- Plínio o Velho – 392
- Pobreza – 114, 198, 222, 225, 226, 368, 371, 413, 463-466, 468, 530, 559; *ver também* ajuda aos pobres.
- Podestà* – 357, 361
- Poggio Bracciolini – 467
- Poitiers, batalhas perto de – 137, 458
- Poitiers, cidade de – 126, 134, 137, 474
- Políptico – 119, 126
- Polo, família – 322
- Polo, Marco – 331
- Polónia – 97, 170, 248, 260, 261, 280, 346, 426, 472, 482-484, 486, 487, 496, 504, 509, 514, 515, 534, 557
- Pomerélia – 482
- Pomerânia – 260
- Ponte Milvia, batalha da – 68
- Popolo* – 197, 367
- Popolo di Dio, rebelião de – 462
- Porfirio – 398
- Porto Pisano – 320, 328
- Portugal – 6, 160, 161, 189, 209, 212, 275, 277, 278, 439, 472, 513, 534
- * Postan, M. – 440
- Potencial urbano – 347
- Potentes* – 111
- Povos do Livro – 103, 299
- Praga – 97, 114, 369, 408, 514, 531
- Prato – 329, 532
- Precaria*, pl. *precariae*; *precariae verbo Regis* – 23, 142, 147
- Preço justo, teoria do – 332

Predestinação – 84, 403
 Prefeito do palácio – 133, 134, 136-139
 Premonstratenses – 97, 185, 220, 221
 Prémontré – 221
 Premyslidas, dinastia – 482
 Príncipe Negro (Eduardo), filho de Eduardo III – 474
 Príncipe, arcebispado (principado eclesiástico) – 472
 Prisco – 41
 Privilégios comerciais – 294, 303, 511
 – das cidades – 262, 264, 351-354
 – de colonizadores (estrangeiros) – 322
 – dos vilarejos – 199
Privilegium fori – 74
Privilegium immunitatis – 74; *ver também* imunidade.
 Procedimento da eleição papal – 205, 215, 250
 Procedimento inquisitorial – 237
 Proibição – 57, 58, 189, 211, 212, 215, 235, 237, 250, 251, 274, 378, 405
 Propriedade da terra – 183-184
 Propriedade de igrejas/mosteiros (sistema de) – 72, 73, 96, 211
 Propriedade – 113, 116, 145, 149, 267, 85, 516; *ver* domínio senhorial.
 Proteção (sistema) – 22-24, 306-307
 Provença – 49, 54, 58, 137, 156, 193, 236, 265, 277, 514, 526
 Provins – 325
 Prudêncio – 35
 Prüm – 219
 Prússia – 174, 176, 324, 335, 339, 346, 350, 472, 486, 513, 554
 Ptolomeu – 383, 385, 397
 Purgatório – 465, 538, 544, 547
 Puy, Le – 535

Q

Quadrivium – 391, 394, 425
Quaestio, forma de elaborar um tópico – 410
 Quidort, Jean (também Jean de Paris) – 529
 Quios – 313
Quod interest [civitati] – 358; *ver bonum commune*.

R

Radagaïs – 45
 Radbod, rei dos frísios – 133
 Radegunda, rainha da Túríngia – 134
 Raedwald, rei de East Anglia – 93
 Ragusa – 438, 471; *ver* Dubrovnik.
Raison d'état – 527; *ver* realismo do Estado.
Ratio Anselmi – 400
 Ravena (cidade e exarcado) – 27, 44, 45, 48, 50, 71, 72, 151
 Raymond IV, conde de Toulouse – 265
 Raymond VI, conde de Toulouse – 265
 Raymond VII, conde de Toulouse – 303
 Realismo (filosofia) – 413-415, 417
 Realismo do Estado (*raison d'état*) – 527
 Rebeliões, revoltas de camponeses (em geral)
 – 62, 95, 141, 269, 458, 463, 492, 493, 513
 Reccared, rei da Espanha (586-601) – 53
 Recceswinth, rei da Espanha (653-672) – 52
 Reciprocidade, princípio de – 122, 124, 125
 Reconquista – 180, 187, 211, 237, 277, 278, 280, 315, 318, 377, 473, 479, 510, 534
 Redistribuição, princípio de – 72, 122, 124, 125, 141, 146, 516
 Reflexos pandêmicos – 436, 442
 Reforma (da Igreja) – 2-6, 76, 101, 203, 360, 460, 461, 530, 531, 536, 537, 541, 547, 553, 557
 Reforma gregoriana – 259
Regalia – 157, 256, 407
 Regensburg – 309
 Regidor – 502; *ver também* corregedor.
Regnum Teutonicorum – 242, 245
 Reichenau – 219
Reichskammergericht – 472, 498
 Reims – 135, 155, 205, 261, 287, 288, 348, 475
 Reivindicação [de terra] – 120; *ver também* desmatamento, *Ostkolonisation*.
 Relíquias (veneração de) – 29, 72, 77, 84, 85, 101, 141, 218, 227, 232, 233, 235, 283, 287, 351; *ver também* (veneração de) santos.
Remensas (movimento) – 458, 461
 Renascimento – 2, 4-6, 209
 – carolíngio – 5, 392-394
 – do século XII – 5, 394, 395
 – italiano – 5, 425, 467

Renaud IV, conde de Hainault – 352
Renovatio imperii (Romani/Romanorum) – 26, 27, 394
Res publica (conceito de) – 51, 71, 154, 361, 495
Réservé – 445; *ver terra indominita*.
 Revolta *ciompi* – 461-463
 Revolta dos Camponeses – 457, 458, 460, 463
 Revolução comercial – 315, 316
 Revolução Francesa – 3, 217, 362, 553
 Ricardo Coração de Leão, rei da Inglaterra (1189-1199) – 254, 257, 262, 273, 309, 310, 350
 Ricardo da Cornuália, conde de Poitou, pretendente ao reino da Alemanha – 311
 Ricardo II, rei da Inglaterra (1377-1399) – 459, 475, 511, 530
 Ricardo, David – 441
 Ricardo, duque de York – 450
 Riga – 314, 350
 * Rijk, L. de – 417
Ripenses – 43
 Ripoll – 275
 Riurik, governante de Kiev – 516
 Riurikid, dinastia – 516-518
 Robert de Arbrissel – 221
 Roberto Guiscardo, duque de Apúlia e Calábria – 293
 Roberto II o Piedoso, rei da França (996-1031) – 186
 Roberto II, conde de Flandres – 186
 Roberto, rei de Nápoles – 422
 Robin Hood – 176
 Rocamadour – 549
 Rochester – 268
 Rodolfo de Habsburgo, rei da Alemanha (1273-1291) – 259
 Rogério I, conde de Sicília e Calábria – 257
 Rogério II, rei da Sicília (1130-1154) – 294
 Rollo (Rolf), conde de Rouen (Normandia) – 165
 Romagna – 71, 257
Roman de la Rose – 454
 Romance arturiano – 194
 Romênia – 60, 323; *ver também* Valáquia.
 Roncaglia, assembleia de – 256, 407
 Roncesvalles, batalha de – 141
 Rosas, Guerra das – 476

Roscelin, (John) de Compiègne – 414, 415
 Roskilde – 101
 Rostock – 350
 Rouen – 349
 * Roy Ladurie, E. le – 440
 * Russell, B. – 400
 Rússia Branca (Bielorrússia) – 486
 Rússia/imperio russo – 129, 486, 516, 517, 560
 Rutênia – 483, 486
 Ruusbroec, Jonh de – 557

S

's-Hertogenbosch – 375
 São Donato (capítulo) – 500
 Sacramentos, eclesiásticos – 74-76, 83, 87, 101, 527, 529, 540, 544, 546
 Sacro Colégio (*Sacrum Collegium*) – 205, 213
 Sacro Império Romano Germânico (*Sacrum Imperium [Romanorum]*) – 204, 207, 212, 219, 230, 242, 243, 245, 260, 265, 279, 280, 283, 284, 302, 324, 359, 367, 372, 376, 408, 426, 433, 437, 442, 443, 472, 477, 484, 509, 513, 534, 555
Sacrum imperium [Romanorum] – 212, 253; *ver* Sacro Império Romano.
 Saint-Bertin, abadia de – 126
 Saint-Denis (abadia e cidade de) – 125, 218, 287, 324
 Saint-Denis (santo; Dionísio) – 493
 Saint-Germain-des-Prés (abadia) – 119, 120, 126
 Saint-Ives (cidade de) – 325
 Saint-Omer (cidade de) – 365, 374
 Saint-Quentin (cidade de) – 353
 Saint-Victor (abadias de) – 120, 406
 Sala (vestibulo) – 118
 Saladino, governante do Egito e da Síria (1174-1193) – 309
 Salamanca – 408
 Salerno – 247, 248, 408
 Saliana, dinastia – 204, 244, 249
 Salianos, francos salianos – 242, 250
 Salins – 471
 Salutati, Coluccio – 423
 Salzburg – 97, 242
 San Marino – 241, 471

- Sanct Gallen – 219
 Sannazzaro, Jacopo – 425
 Santa Clara de Montefalco – 389; *ver* Clara.
 Santa Sofia – 25, 28
 Santiago de Compostela – 162, 163, 229, 232, 549
 Santo Anselmo de Aosta, arcebispo de Canterbury – 399
 Santos, veneração dos – 85, 86, 100, 548; *ver também* peregrinação – 104, 106, 160, 163, 218, 229, 232, 233, 235, 452, 548, 549; relíquias (veneração de) – 29, 72, 77, 84, 85, 101, 141, 218, 227, 232, 233, 235, 283, 287, 351.
 São Francisco de Assis – 223-225, 543, 557; *ver* Francisco.
 São Martinho de Tours, abadia de – 87, 94
 São Servatius, bispo de Maastricht – 234, 235
 Sarai – 516
 Sardenha – 30, 253, 308, 318, 377, 472, 480, 503
 Sarracenos – 248, 255, 258
 Savonarola, Girolamo – 467, 546
 Saxo Grammaticus – 102
 Saxônia, dinastia – 95, 96; *ver* dinastia otomiana.
 Saxônia, reino/ducado de – 157, 243, 244, 250, 253, 472, 477
 Scabini – 113, 200, 352, 356, 357, 361, 366, 367; *ver* conselheiros municipais.
 Scaligeri (família Della Scala) – 478
 Scarsella – 328
 Sceatta – 126; *ver* cunhagem/moedas.
 Scholae – 395, 398, 404, 405; *ver* escolas.
 Schonen – 325
 Schoonhoven – 350
 Schout (Schuldheiss) – 356, 361
 Schuldheiss – 356; *ver* schout.
 Schwanken – 198
 Scientia – 391, 417
 Scott, Sir Walter – 4
 Seda – 184, 275, 313, 329, 336, 337, 517
 Seda (produção, comércio) – 275, 313, 329, 336, 337, 517
 Seguro (comercial) – 316, 328, 329
 Seigneur – 146, 178; *ver* senhores feudais (locais).
 Seljúcidas – 295, 298, 301, 303; *ver* turcos.
 Sêneca – 391, 393, 400, 422, 423
 Sénéschal (pl. *sene[s]chaux*) – 361
 Senegal – 313
 Senhor feudal local – 180
 – revolução – 231
 Sens – 85, 261, 288, 377, 402
 Septimania – 141
 Septuaginta – 68
 Serápis – 69
 Sérvia – 31, 47, 260, 261, 293, 483, 520
 Servos, servidão – 8, 92, 113, 115, 118-120, 178, 184-186, 198-200, 268, 314, 334, 351, 352, 363, 445, 459, 460, 520
 Sevilha – 164, 276, 278, 473
 Sforza, família – 478
 Sharia – 103
 Shetlands – 437
 Shi'at, xiita – 62, 64, 106, 297, 299
 Sidon – 304
 Siena – 197, 328, 351, 478
 Sigeberto I, rei da Austrásia – 134
 Sigeberto II, rei dos francos – 135
 Sigério de Brabante – 412, 413
 Sigismundo de Luxemburgo, rei da Hungria e imperador da Alemanha (1410-1437) – 484, 485, 493, 519, 531, 535
 Sigismundo, rei da Borgonha – 51
 Signorie – 478, 515
 Silésia – 260, 482, 514
 Silvestre I, papa (314-335) – 208, 212, 247
 Silvestre II, papa (999-1004) – 247, 249, 260, 275, 394; *ver também* Gerbert de Aurillac.
 Símaco, bispo de Turim – 19
 Simeão, cã dos búlgaros (893-927) – 31
 Simon de Montfort – 265
 Simonia – 135, 204, 545
 Sinésio de Cirene – 44
 Sinodos – 77, 80, 84, 214, 220, 231, 247, 251, 252, 402; *ver também* concílio(s) (Igreja).
 Sistema de quarentena – 438
 Sistema de *Verlagsystem* dos meios de produção – 374
 Sistema dos três campos – 171
 “sistema” feudal, feudalismo – 181-183
 Skálaholt – 96
 * Slicher van Bath, B. – 440
 Sluis – 322
 Smithfield – 459

- Smolensk – 486
 Smyrna – 313
 Snorri Sturluson – 128
 Soberania popular – 263, 264
 Sociedade orgânica (visão da) – 186, 198, 452
 Sofia Paleóloga, mulher de Ivã III de Moscou – 517
 Sorbonne – 275
 Sottoposti – 461
 Southampton – 94, 131, 322, 328
 Speyer – 367
 Spoleto (ducado, cidade de) – 50, 251
 * Spufford, P. – 129, 340
Stabilitas loci – 90
 Stalinismo – 526
 Stamford – 325
 Stavelot-Malmédy – 133
 Stedingers – 201
 Stengade – 121
 Stilicho, Flavius – 43-47
 Strabo, Walafrid – 394, 409
 Stralsund – 350
Studia (sing. *Stadium*) – 404, 408; *ver também* escolas.
Studia humanitatis – 420, 423, 426, 427
 Suábia (ducado de) – 378, 459, 461, 471, 514
 Subdiácono – 74
 Suécia (território e reino) – 96, 100, 174, 200, 280, 323, 325, 472, 481, 482, 504, 509
 Suetônio – 151
 Suevos – 40, 41, 45, 48, 58, 246
 Suger, abade de Saint-Denis – 287
 Suíça, Confederação Suíça – 49, 58, 459, 471, 506, 508, 514, 558
 Suleyman II, sultão do Império Otomano – 105
 Sulpício Severo – 87
 Sultanato otomano (conquistas, império) – 242
 Sunismo, sunitas – 62, 106, 299, 520
 Sussex – 56
 Sutton Hoo – 93
 Sven Estridsson, rei da Dinamarca – 211
- T
- Tabelião (cargo público) – 323, 329
 Tabriz – 323
 Tácito, Públio Cornélio – 40, 41, 393
Tagma, pl. *tagmata* – 30
Taifa(s) – 276
Tallia, *taille* – 178
 Tamerlão – 11; *ver* Timur Lang.
 Tana (La) – 313, 323
Tanach – 68
 Tancredo de Hauteville – 293
 Tapeçaria de Bayeux – 172, 173, 187
 Tapeceiros, tapeçaria – 172, 317
 Tariq ibn Zeyad – 53
 Tarragona – 141
 Tassilo, duque da Baviera – 141, 146
 Tchecoslováquia, tcheco(s) – 484, 488, 531; *ver também* Boêmia.
 Teatinos – 539
 Tecelagem de tapetes – 275, 364, 371, 375, 447, 453, 539
 Tecido (produção) e comércio de tecido – 125, 308, 323, 328, 329, 335, 339, 374, 453; *ver também* lã.
 Tedaldo, arcebispo de Milão – 207
 Tema(s) – 3, 83, 87, 100, 122, 186, 192, 267, 378, 413, 435, 449, 546
 Templários, cavaleiros (Ordem dos Templários) – 189, 266, 306, 312, 526
 Teobaldo IV de Champagne, rei de Navarra – 311
 Teocracia, ideologia teocrática – 559
 Teodeberto II, rei da Austrásia – 135
 Teoderico II, rei da Borgonha – 135
 Teodorico IV, rei dos francos – 136
 Teodorico o Grande, rei da Itália (493-526) – 54
 Teodolfo, bispo de Orléans – 393
 Teodora, imperatriz – 84
 Teodósio II, imperador (408-450) – 20
 Teodósio o Grande, imperador (379-395) – 69
 Theophanu, imperatriz – 244, 247
 Teoria da interferência – 385
 Terciários – 224; *ver também* Ordem Terceira.
Terra indominita (*indominitatum*; *réserve*) – 118
Terra mansionaria – 118
Terraferma – 478, 494
 Tese de Pirenne – 122, 123

Tessália – 519
 Tessalônica – 97, 310
 Têxtil (produção e comércio) – 346, 364, 370, 373-375, 445, 447, 453, 461; *ver também* tapeçaria – 172, 317; tecido – 125, 308, 323, 328, 329, 335, 339, 374, 453; algodão – 274, 296, 297, 336, 337; linho – 171, 172, 274, 297, 326, 328, 337, 338, 445, 447; seda – 184, 275, 313, 329, 336, 337, 517; lã,
 Thomas Becket – 269-272, 452; *ver* Becket.
 Thorn (Torún) – 350, 482
 Thorsbjerg – 46
 Tiago, São – 162, 163
 * Tilly, C. – 471, 489
 Timur Lang (Tamerlão) – 11, 519
 Tiro – 304, 306, 308, 318
 Tirol – 338, 359, 460, 514
 Tlemcen – 276
 Toledo – 161, 276, 277, 396
 Tomás de Aquino – 403, 410-413, 415, 417
 Tomás de Kempis – 540, 542
 Tonsura – 74
 Tordesilhas, Tratado de – 209
 Torhout – 325
 Torneio – 125, 189; *ver também* justas.
 Torreão (*donjon*) – 180
 Torún – 350, 482; *ver* Thorn.
 Toscana – 214, 236, 251-253, 257, 328, 370, 422, 434, 435, 440
 Toulouse (cidade) – 371
 Toulouse, condado de – 265, 472, 493
 Toulouse, reino de – 40, 48
 Tournai – 55, 349, 527
 Tours – 137, 400
 Trabalhos de caridade – 544, 549
 Trabalhos de conforto espiritual – 544
 Tração a cavalo – 171-175
 Trácia – 32, 47, 337
 Traini, Francesco – 436
 Transubstanciação – 400, 401
Tratoris officium – 212
 Trebizonda – 313
 Trégua de Deus – 231
Treuga Dei – 231; *ver* Trégua de Deus.
 Tribunais do reino – 285
 Tribunal da jurisdição do proprietário das terras (Inglaterra) – 201

Tribunal de pequenas causas – 285
 Trier (arcebispado, cidade) – 23, 92, 258, 477
 Trípoli (Líbano) – 26
 Trípoli (Líbia) – 294, 295, 303, 305, 306
Trivium – 391, 404, 420, 425
 Troca de presentes – 109, 110, 122-124, 129
 Troia; Tratado de – 52
 Trondheim – 288
 Trovador, poesia de trovadores – 192, 193, 276
 Turcos – 29, 62, 63, 295-299, 302, 309, 313, 333
 – kiptchaks (cumeus) – 38, 483
 – oghuz – 298
 – otomanos – 11, 479, 485, 492, 518-520
 – seljúcidas – 295, 298, 301, 303
 Turingia, turíngios – 56, 134, 460, 461
 Tusculani, condes de – 247
 Tyler, Wat – 459
 Tzimisce, João I, coimperador – 31, 32

U

Ucrânia – 27, 37, 486
 Ugolino, cardeal – 223; *ver* Gregório IX, papa.
 Ulm – 4, 289
 Ulrich von Liechtenstein – 193
Umma – 103
Universalia/universais, debate – 413
 Universidade – 256, 357, 405, 407-411, 413, 417, 419, 420, 427, 455, 497, 529-531, 535, 545
Universitas (civium, fidelium) – 404, 497, 529, 530
 Uppsala – 96, 100
 Urbano II, papa (1088-1099) – 211, 252, 300, 302, 546
 Urbino – 478
 Usura – 326, 332
Utilitas publica – 358; *ver também bonum commune*.
 Utrecht (principado), bispado – 472, 539
 Utrecht, cidade de – 94, 95, 128, 325, 348, 349, 374

V

Valáquia – 485, 519

- Valdenses – 222, 226, 236
 Valdo, Pierre – 222, 223
 Vale do Arno – 257
 Valência – 162, 278, 369, 472, 479, 480, 503
 Valenciennes – 352-354, 365
 Valente, imperador – 47
 Valla, Lorenzo – 209, 421
 Valois, Casa dos – 474
 Vândalos – 26, 28, 41-45, 48, 51, 54, 58, 110, 160
 Varangianos – 164
 Varro, Marcus Terentius – 391
 Vasari, Giorgio – 390
 Vasco da Gama – 12, 555
 Vassalagem, *ligesse* – 110, 146, 148, 181, 183, 187, 195, 211, 212, 262, 267, 352, 508
 Vassalos da coroa (vassalos do rei) – 265, 286, 499; *ver também* arrendatários do rei.
 Vassalos, do rei – 146, 149, 183, 187, 204, 286, 511; *ver* vassalos da coroa,
Vé – 100-102
 Verden – 141
 Verdun; Tratado de – 125, 156, 242, 349
Vergetreidung – 171
Verlagsystem – 374
 Vermendois, condado de – 264, 310
 Vernáculo, uso do – 98, 99, 155, 158, 194, 222, 226
 Verona (March e cidade de) – 245, 256, 478
 Vesalius, Andreas – 390, 556
 Vésperas Sicilianas – 479, 493
 Vestfália, vestfalianos – 56, 99, 323, 324
 Vézelay – 219, 232, 271
Via antiqua – 417
Via moderna – 417
Vice-comites (visconde, *vicarii*) – 157, 177
 Vicenza – 256
Vicus (*wik*, *wih*) – 349
 Viena – 98, 408, 449
 Vikings (noruegueses) – 10, 96, 120-122, 126-129, 163, 164, 166, 180, 293, 502
 Villa – 201, 457; *ver também* sistema senho-
 rial.
 Vilnius – 100
 Virgílio – 393, 422
Viri hereditarii – 366
 Virtudes cardeais – 544
 Visconti, família – 437, 478, 529
 Visigodos, reino visigodo – 27, 40, 48, 52, 53, 55, 58, 59, 68, 92, 110, 111, 119, 124, 134, 135, 160-163, 300
 Visitas (episcopais, monásticas) – 218, 545
 Vístula (rio) – 126, 176, 314, 350, 482
Vita apostolica – 222
Vita, pl. *vitae* (biografia de santos) – 93, 543
 Viterbo – 411
 Vitigis, rei dos ostrogodos – 26
 Vivaldi, família – 10
 Vives, Juan Luis – 467
 Vlad o Empalador – 485; *ver* Drácula.
 Vladimir (cidade de) – 517
 Vladimir, príncipe de Kiev – 32, 516
 Voitech – 98; *ver* Adalberto de Praga,
 Volga (rio) – 120, 129, 322, 516
 Vouillé, batalha de – 53
 * Vries, J. de – 346-348
 Vulgata – 81, 393
 Vytautas o grande, grão-duque da Lituânia (1392-1430) – 486, 487
- W**
- Waiblingen – 257, 358
 Waldemar Atterdag, rei da Dinamarca – 481
 * Walker Bynum, C. – 543
 Walter von der Vogelweide – 193
 Wamba, rei da Espanha – 59
 Wearmouth – 392
 * Weber, M. – 451, 556
 Welf, família – 250, 252-254, 257, 265, 358;
ver guelfos.
 Welsers, família – 557
 Wends – 96, 97
 Werden – 95
Wergeld – 145; *ver também* feudo.
 Wessex, Casa dos – 113
 Wessex, reino de – 56, 57, 158, 159, 165, 267
 Weyden, Rogier van der – 425, 527
 Widukind, duque dos saxões – 94
 Wiener Neustadt – 350
Wik, *wih* *ver vicus* – 349
 William – 226, 322, 397, 411; *ver também*
 Guillaume.
 William de Conches, 411
 William de Moerbeke, bispo de Corinto,
 397

William de Rubroek, 226, 322
Willibrord, arcebispo dos frísios - 93, 94
Willigis, arcebispo da Mogúncia - 244, 245
Winchester - 325, 408
Windesheim, Congregação de - 540, 541
Winfred - 94; *ver* Bonifácio.
Wladislaw o Breve, rei da Polónia (1320-1333) - 482
Wolfram von Eschenbach - 194
* Wood, I. - 137
Worms; Concordata de - 48, 210, 252, 367
Wyclif, John - 459, 530, 540, 557

X

Xanten - 221
Xás Khwarazm, império dos - 313
Xerife (funcionário inglês) - 285, 356, 361

Y

Yarmuk, batalha de - 60
York, Casa de - 476
York, cidade de - 95, 128, 164, 267, 268, 288
Ypres - 320, 325, 356, 373, 462
Yusuf Bin Tasfin - 276

Z

Zacarias, papa (741-752) - 137, 138
Zaragoza - 161, 276
Zelândia - 472, 488
Zeno, bispo de Verona - 19
Zenão, imperador (474-491) - 46, 49
Zoë Karbonopsina, imperatriz - 31
Zurique - 363, 367
Zwinglio, Ulrich - 549



FORENSE
UNIVERSITÁRIA

www.forenseuniversitaria.com.br

bilacpinto@grupogen.com.br



ROTAPLAN
GRÁFICA E EDITORA LTDA

Rua Álvaro Seixas 165 parte
Engenho Novo - Rio de Janeiro - RJ
Tel/Fax: 21-2201-1444
E-mail: rotaplanrio@gmail.com